ITAPERUNA/RJ | VOLUME 15 | Nº1

REVISTA Transformar

CENICE Centro de Iniciação Científica e Extensão

FSJ FUNDAÇÃO SÃO JOSÉ GRADUAÇÃO

© Copyright: Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) Esta revista ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE).

Centro Universitário São José de Itaperuna Rua Major Porphírio Henriques, 41 – Centro Itaperuna – RJ – CEP: 28.300-000
Tel: (22) 3811-0700 cenice@fsj.edu.br

Ficha Catalográfica

REVISTA TRANSFORMAR

REVISTA TRANSFORMAR/Revista do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)- Itaperuna, RJ, v. 15, n. 1, Jan./Jul. 2021.

557 f.

Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), Fundação São José (FSJ), 2021.



CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA (UNIFSJ)

Jader Almeida da Silva

Presidente da Fundação Educacional e Cultural São José (FSJ) Reitor do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

Hudson de Oliveira Costa

Pró-Reitor Acadêmico

Ismenia Linhares Rezende Almeida

Subsecretária

Drielle da Silva Pereira

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

EQUIPE EDITORIAL

Prof. Dra. Drielle da Silva Pereira

Centro Universitário São José.

Prof. Dra. Dulce Helena Pontes Ribeiro

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

CONSELHO EDITORIAL

Prof.a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFF)

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof.a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (UFES)

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof. Ma. Fernanda Carvalho de Moura Rezende Fontes

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Prof.a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

Prof.a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas (UEMG)

Prof. Me. Lucas Felisberto Pereira

Instituto Federal Goiano (IFGO)

Prof.a Ma. Alinne Rangel dos Santos Renzetti

Laboratório de Imunoparasitologia - LIP/Fiocruz

Prof.a Ma. Altina Silva Oliveira

Universidade Iguaçu - Campus V (UNIG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Prof. Me. João Felipe Barbosa Borges

Instituto Federal Fluminense/Universidade Federal de Juiz de Fora (IFF/UFJF)

Indexadores







SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

Linha de Pesquisa I: Ciências Humanas e Suas Tecnologias

BIOGRAFIAS DA PRINCESA ISABEL NAS VISÕES DE RODERICK BARMAN E MARY DEL PRIORE.....10

ITAPERUNA: UM NOME, SEU SIGNIFICADO E HISTÓRIA.....32

O JARDIM SUSPENSO DO VALONGO E AS ESTÁTUAS DOS DEUSES GRECO-ROMANOS: UMA BREVE ANAÁLISE SOBRE PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA 52

INTERESSES ECONÔMICOS ACIMA DA PRESERVAÇÃO: A HISTÓRIA DE SÃO JOÃO MARCOS 72

VIOLÊNCIAS REINCIDENTES NAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL: ÊNFASE NOS CASOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA OS AVÁ-GUARANI.....89

O NEOINSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DO MARCO CONSTITUCIONAL DE 1988 115

O IMPÉRIO TIWANAKU: PODERIA, HERANÇA CULTURAL E ESPIRITUALIDADE.....138

RACIONALIDADE, ERROS COGNITIVOS E QUESTÕES POLÍTICO PARTIDÁRIAS: NA PERSPECTIVA DE DANIEL KAHNEMAN.....157

PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO DA MENTE.....175

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: CARÁTER PROTETIVO E PROCESSOS DISCIPLINARES NA SOCIOEDUCAÇÃO 192

REFLEXÕES RELACIONADAS AO USO DA GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA 211

A PSICOMOTRICIDADE COMO APOIO PEDAGÓGICO NO ATENDIMENTO AO ALUNO DISLÉXICO 232

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: URGÊNCIA DA RETOMADA DO ENSINO FILOSÓFICO PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....256

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO ESPANHOL EM TRÊS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO 280

GÊNERO MULTIMODAIS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS 294

O AUTO DA COMPADECIDA: DOS FOLHETOS NORDESTINOS PARA AS TELAS DO BRASIL 308

GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA: UMA REFLEXÃO METALINGUÍSTICA.....317

CRIAÇÃO E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O EVANGELHO SEGUNDO JESUS CRISTO, DE JOSÉ SARAMAGO E A BÍBLIA SAGRADA.....330

O COPING RELIGIOSO/ESPIRITUAL COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....341

A PSICOMOTRICIDADE COMO ESTRATÉGIA DA LÓGICA DA REDUÇÃO DE DANOS NO CAPS INFANTO JUVENIL DE ITAPERUNA 352

CUIDADOS PALIATIVOS NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA.....369

LINHA DO TEMPO DA ESQUIZOFRENIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....391

A INDIVIDUAÇÃO NO FILME AQUAMAN A PARTIR DA PERSPECTIVA DO MITO DO HERÓI.....414

Linha de Pesquisa II: Gestão de Negócios, Economia e Mercados

OS BENEFÍCIOS DA FUSÃO E AQUISIÇÃO NO RAMO EMPRESARIAL.....435

BITCOIN: FUNCIONAMENTO E CARACTERÍSTICAS PECULIARES.....447

Linha de Pesquisa III: Ciências da Saúde e suas Tecnologias.

UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO SISTEMA CARDIOVASCULAR NA HOMEOSTASIA CORPORAL.....462

AÇÃO DA INCRETINA GLP-1 E PERSPECTIVAS PARA A REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DA OBESIDADE.....483

ALELOPATIA DO EXTRATO DE FOLHAS, FRUTOS E RAIZ DE *Eucalyptus grandis* SOBRE SEMENTES DE *Lactuca sativa* L.....498

PARTICIPAÇÃO DE RECEPTORA “TOLL LIKE” NA RESPOSTA À INFECÇÃO POR LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA.....510

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.....523

A UTILIZAÇÃO DA IMUNOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CÂNCER DE PULMÃO E MAMA: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....533

Ensaios, Resenhas e Entrevistas.

COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO: REFLEXÕES ACERCA DE SUAS POTENCIALIDADES.....549

Apresentação

É com imenso prazer que apresentamos a 16ª edição da Revista Transformar do Centro Universitário São José. A Revista Transformar foi criada em 2003, inicialmente na versão impressa, tendo como proposito a divulgação das pesquisas de seus professores e alunos, nas diversas áreas do conhecimento, bem como de pesquisadores colaboradores da instituição.

A nova edição conta com uma pluralidade de trabalhos científicos e um Ensaio, divididos em três grandes Linhas de Pesquisa: I- Ciências Humanas e Suas Tecnologias, II- Gestão de Negócios, Economia e Mercados, III- Ciências da Saúde e Suas Tecnologias.

Esperamos que os artigos da presente edição possam ampliar os olhares, bem como, a construção do pensamento crítico em nossa região, proporcionando assim o desenvolvimento científico de qualidade.

Boa leitura!

Drielle da Silva Pereira

Coordenadora do Centro de Iniciação Cientifica e Extensão

Linha de Pesquisa I: Ciências Humanas e Suas Tecnologias

BIOGRAFIAS DA PRINCESA ISABEL NAS VISÕES DE RODERICK BARMAN E MARY DEL PRIORE

BIOGRAPHIES OF PRINCESS ISABEL IN THE VISIONS OF RODERICK BARMAN AND MARY DEL PRIORE

BIOGRAFIAS DE LA PRINCESA ISABEL EN LAS VISIONES DE RODERICK BARMAN Y MARY DEL PRIORE

Amanda Siqueira Souza[1]
Luiz Paulo Rodrigues[2]
Clodoaldo Sanches Fofano[3]

Resumo: A abordagem sobre a figura histórica Princesa Isabel diz respeito à sua pessoa em si e ao contexto político de seu tempo vivido se fazendo valer de diferentes olhares. Além de compreender a sua atuação histórica de acordo com duas obras. Esta pesquisa se configura de base biográfica e de caráter descritivo mediante leituras de um mesmo conteúdo, porém salientadas por dois autores diferentes. Os autores consideraram que a Princesa Isabel é importante para a historiografia brasileira porque foi uma das poucas mulheres que liderou no século XIX, embora cada qual compactuasse com o seu olhar a respeito. O legado que D. Isabel deixa relaciona-a uma limitação devido ao gênero, mas, ao mesmo tempo, uma mulher dona de si, que herdou o trono e apesar da inexperiência como governante, liderou em três momentos dissemelhantes, uma nação, configurando relações de amor e ódio, principalmente depois que aboliu a escravidão no Brasil, sendo seu feito mais maracante e considerada uma pessoa inesquecível e importante para a historiografia brasileira.

Palavras-chave: Princesa Isabel. Biografia Histórica. Segundo Reinado.

Abstract: The approach to the historical figure Princess Isabel concerns her person and the political context of her lived time, making use of different perspectives. In addition to understanding her historical performance according to two works. This research is based on a biographical and descriptive character through readings of the same content, but highlighted by two different authors. The authors considered that Princess Isabel is important for Brazilian historiography because she was one of the few women who led in the 19th century, although each one agreed with the look of her. The legacy that D. Isabel leaves relates to a limitation due to gender, but, at the same time, a woman who owns herself, who inherited the throne and despite her inexperience as a ruler, led in three different moments, a nation, configuring relationships of love and hate, especially after he abolished slavery in Brazil, being his most remarkable feat and considered an unforgettable and important person for Brazilian historiography.

Keywords: Princess Isabel. Historical Biography. Second Reign.

[1] Graduada em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Contato:amandabalaio@gmail.com

[2] Orientador da pesquisa. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação pública (UFJF/MG) Graduado em História (UEMG). Contato: luizpaulorodrigues@fsj.edu.br

[3] Coorientador da pesquisa. Doutorado em Cognição e Linguagem (UENF) Mestre em Ciências das Religiões (FUV) Graduado em Letras: Português/Espanhol (UNIFSJ) Graduado em Pedagogia (FAVED). Contato: clodoaldosanches@yahoo.com.br

Resumen: El acercamiento a la figura histórica de la princesa Isabel se refiere a su persona y al contexto político de su tiempo vivido, haciendo uso de diferentes perspectivas. Además de entender su desempeño histórico según dos obras. Esta investigación se basa en el carácter biográfico y descriptivo a través de lecturas de un mismo contenido, pero destacadas por dos autores diferentes. Los autores consideraron que la princesa Isabel es importante para la historiografía brasileña porque fue una de las pocas mujeres que dirigió en el siglo XIX, aunque cada una estuvo de acuerdo con sus propios ojos al respecto. El legado que deja D. Isabel se relaciona con una limitación por género, pero, al mismo tiempo, una mujer dueña de sí misma, que heredó el trono y a pesar de su inexperiencia como gobernante, lideró en tres momentos distintos, una nación, configurando relaciones de amor y odio, especialmente después de la abolición de la esclavitud en Brasil, siendo su hazaña más notable y considerada una persona inolvidable e importante para la historiografía brasileña.

Palabras clave: Princesa Isabel. Biografía histórica. Segundo reinado.

Considerações iniciais

A Princesa Isabel é a protagonista deste trabalho. São apresentadas duas biografias a seu respeito. Além de dois olhares sobre a sua vida, há também sobre a vida de outros personagens marcantes para a história, tais como: D. Pedro II, D. Teresa Cristina, entre outros. Contendo também o registro de acontecimentos relevantes de sua época vivenciada.

Como se trata de uma abordagem por meio da narrativa de dois autores diferentes, por mais que falem sobre o mesmo assunto, há dissemelhantes pontos de vista. Desse modo, há convergências e divergências de ideias. Mas isso não quer dizer que há competição. É apenas mais de uma visão a respeito do mesmo assunto.

Este artigo apresenta como objetivo geral expressar uma abordagem biográfica dos livros “Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX”, de Roderick Barman e “O Castelo de Papel”, de Mary del Priore. Objetivando especificamente fazer o contexto político do Brasil na época do Segundo Reinado, apresentando a figura histórica da Princesa Isabel nas perspectivas dos autores mencionados e citar as atuações políticas da mesma. O trabalho justifica-se pelo reconhecimento da Princesa Isabel não só como figura pública, mas também, no âmbito de sua vida pessoal. Inserida com a valorização de uma mulher como protagonista de ações políticas em plena sociedade machista. Além do reconhecimento de vários acontecimentos históricos brasileiros que ocorreram na época em que viveu a D. Isabel. A metodologia utilizada nesta

pesquisa é de caráter biográfico e descritivo. Historiograficamente a História Social como dimensão, a História das Ideias como domínio e a Biografia como gênero.

Por isso, em um primeiro momento, configura-se um panorama a respeito dos principais acontecimentos políticos do Brasil Imperial no Segundo Reinado. Já que a Princesa Isabel nasceu dentro desse recorte de tempo. A partir de então, segue-se a narração de sua vida com descrições suas, de pessoas de seu convívio e fatos da época. E por fim, são abordadas as suas atuações políticas. Afinal de contas, D. Isabel seria a próxima da linha de sucessão se a Monarquia tivesse continuado. Mas, mesmo assim, a Princesa governou por três vezes, na ausência de seu pai, liderando, sancionando leis e fazendo história.

1. Contexto político do Brasil Imperial: Segundo Reinado

Stamatto (2016) afirma que a forma de governo Imperial se iniciou no Brasil em 1822 com a independência brasileira sendo declarada neste mesmo ano e durou até 1889. Costa (2016) acrescenta afirmando que no mandato do primeiro imperador brasileiro, isto é, D. Pedro I, este, lá pelo ano de 1831, estava sem condições de governar o Brasil e Portugal ao mesmo tempo. Esta última nação precisava dele também. “D. Pedro I assina a abdicação ao trono e parte para Portugal com o intuito de apagar o incêndio por lá, deixando o filho, D. Pedro II, de apenas cinco anos, como seu sucessor” (COSTA, 2016, p. 71). Segundo Marcos Costa (2016) o imperador pioneiro precisou sair do Brasil abdicando ao trono em favor de seu filho, D. Pedro II, para resolver problemas em sua terra natal, isto é, em Portugal.

D. Pedro II não governou imediatamente devido à pouca idade. Então, o Brasil, por dez anos, isto é, entre os anos de 1830 a 1840, ficou conhecido como período regencial. Ou seja, governado por regentes devido à menoridade do imperador. Costa (2016) afirma também que o primeiro regente foi o Coronel Francisco de Lima e Silva porque D. Pedro I tinha confiança neste. Mas, tudo continuou do jeito que estava, como, por exemplo, a permanência da escravidão.

E D. Pedro I retornaria ao Brasil com o objetivo de retornar à sua posição na liderança, logo que os problemas de Portugal fossem controlados. “Contudo, sua morte inesperada, em 1834, pôs fim a esse planejamento” (COSTA, 2016, p. 71).

Costa (2016) salienta que o Segundo Reinado, durante a Monarquia no Brasil, foi um período que iniciou em 1840, com o Golpe da Maioridade, o que acabou com o período regencial. E isso foi feito com a intensão de acabar com os atritos entre os Partidos Liberal e Conservador. “O adiantamento do golpe evitava que os liberais ocupassem o governo, pois na medida em que crescia o número de liberais empenhados em efetivar o golpe, concretizando, eles subiriam ao poder” (COSTA, 2010, p.10). Mariana Barbosa Carvalho da Costa (2010) afirma também que esse golpe partia de interesses de grupo político. É que naquela época o Brasil estava dividido em dois Partidos: Liberal e Conservador. E esses já se enfrentavam desde a época das regências. Conforme salienta Lynch (2015),

> Na segunda metade da década de 1830, um movimento similar tomou corpo no Brasil. No poder, desde a abdicação de D. Pedro I, o partido liberal reformara diversos pontos da legislação imperial conforme uma orientação mais ‘democrática’, ou seja, favorável à descentralização política, transferindo-se às províncias o controle sobre a polícia, o judiciário local e o direito de legislar sobre atribuições de interesse local (LYNCH, 2015, p. 317).

Christian Edward Cyril Lynch (2015) enfoca, porém, em relação aos liberais, que houveram mais conflitos armados no país e isso serviu [...] “para criticar as reformas que haviam sido capitaneadas pela ala mais progressista” (LYNCH, 2015, p. 317). Os liberais possuíam ideias mais republicanas e eram contra aos regressistas. Já os conservadores, em convergência com os liberais, aderiam à monarquia constitucional, entretanto, configuravam-se como um grupo a favor do poderio soberano da nação. Sobre tal fato, ressalta Lynch (2015),

> [...] os conservadores brasileiros não abriam mão da soberania nacional que aqui era o seu fundamento. Ao invés do *positivismo institucional*, eles recorriam a uma justificação de estilo napoleônico

> – a aclamação do Imperador depois da independência – para justificar a primazia do Executivo no sistema constitucional. E isto porque, constitucionalmente, os poderes do monarca também radicavam na soberania nacional; ele também era definido como 'representante da Nação' (LYNCH, 2015, p. 332).

A política no Segundo Reinado governada por D. Pedro II tem o seu início em 1840 e fora fortemente marcada, como dito anteriormente, pela concorrência entre liberais e conservadores, os quais, foram alternando-se. Em relação a esta dinâmica de alternância, pode-se considerar que,

> A alternância no poder entre liberais e conservadores no período regencial inaugurou no Brasil uma prática muito comum até os dias de hoje. A disputa entre grupos político-partidários ou grupos econômicos não visa formar uma unidade com vistas à construção de um projeto de nação comum a toda a sociedade, mas, sim, projetos particulares ou de classe (COSTA, 2016, p. 74-75).

Aponta Costa (2016) para o fato de D. Pedro II ter enfrentado também em seu mandato com a pressão da Inglaterra para a extinção da escravidão. Não que fosse ato de bondade da parte dos ingleses, mas é que havia interesse em pessoas assalariadas para terem quem comprassem as suas mercadorias. Já que escravos não recebiam salário, então, não ajudavam a fortalecer a economia. Mas havia um impasse, como se pode ver no fragmento abaixo.

> [...] justamente os ingleses eram os maiores importadores do café brasileiro, e quanto mais importavam, mais lenha lançavam na fogueira do tráfico negreiro. De outro lado, as maiores fortunas do país, e, consequentemente o poder, estavam nas mãos destas duas classes sociais – a de traficantes de escravos e a da oligarquia do café. O imperador não podia nem pensar em mexer nesses dois setores. Qualquer medida que implicasse perdas afiaria a guilhotina (COSTA, 2016, p. 75).

O Brasil foi um dos últimos países ocidentais a acabar com a escravatura. "Em 1867 a Junta Francesa para a Emancipação enviou uma carta apelando ao

imperador para que resolvesse a questão da escravidão" (COSTA, 2016, p. 83). Porém, esse documento só se fez valer no último reinado da filha do imperador, uma vez que,

> A princesa enfrentaria sem dúvidas o preconceito de gênero na patriarcal sociedade brasileira. Isabel será uma personagem fundamental nos anos finais da Monarquia no Brasil. Como herdeira do trono e nascida em uma época em que a economia brasileira já havia se diversificado, casada com um príncipe francês, de pensamento liberal, a princesa se conectará mais com a elite liberal e citadina [...] (COSTA, 2016, p. 84).

No que se refere às obras "O Castelo de Papel", de Mary del Priore e "Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX", de Roderick Barman, ambos narram a vida da Princesa Isabel, a qual, seria a liderança caso o Brasil tivesse tido um Terceiro Reinado. Algo que nunca chegou a acontecer devido ao Golpe de República ocorrido ainda na época do Segundo Reinado.

E falando em Segundo Reinado, tanto Priore (2013) como Barman (2005) afirmam que o Brasil, politicamente, não estava totalmente bem, pois haviam problemas. Para Barman (2005, p. 33) o imperador possuía [...] "sua reserva e seu mau humor nas relações pessoais, bem como sua falta de maturidade emocional fizeram dele, inicialmente um governante incompetente". Priore (2013) também descreve o Segundo Reinado negativamente, mas falando da Monarquia ao todo. A referida autora diz que no período imperial brasileiro

> [...] a pobreza da corte brasileira, tão diferente das europeias. Sem atrativos. Alguns reagiam dizendo que não era suntuosa, mas singela e virtuosa. O príncipe Alexandre de Württemberg, por exemplo, comparou o palácio de Petrópolis a um "triste edifício que no máximo satisfaria as exigências de um próspero mercador, mas não as de um grande monarca". A ridícula tradição do beija mão sobrevivera aos tempos e continuava (PRIORE, 2013, p. 21).

É certo afirmar que nas visões de Priore (2013) e Barman (2005) o contexto político brasileiro no período imperial e em especial no Segundo

Reinado, estava longe de ser um paraíso. Mesmo com D. Pedro II, antes disso, sendo quase que como uma promessa de um governo melhor.

Os dois autores desigualam, no entanto, em relação à abordagem desse episódio político histórico. Priore (2013) parte mais da comparação do Brasil com o continente europeu. Este certamente sendo o mais avançado e desenvolvido em todos os aspectos, não só políticos. Já Barman (2005, p. 33) busca explicar contando que a própria vivência de D. Pedro II refletiu na política dizendo que a instabilidade desta teve a ver com [...] “carência emocional e manipulação psicológica”.

Diante da abordagem sobre a caracterização do contexto histórico político do Brasil Imperial no Segundo Reinado, infere-se que a Princesa Isabel, nascida dentro deste cenário, a qual, configurou-se como uma representante singular, podendo ser considerada uma heroína cívica nacional, mesmo com os limites impostos por uma sociedade patriarcal.

2. Princesa Isabel: figura histórica nas perspectivas de Roderick Barman e Mary del Priore

Barman (2005) afirma que Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga nasceu em 29 de julho de 1846 no Paço São Cristóvão, localizado na cidade do Rio de Janeiro, capital, onde também era a capital do Brasil na época. E que ela seria conhecida na história como Princesa Isabel, que é filha da imperatriz D. Teresa Cristina com o segundo imperador brasileiro - D. Pedro II. A imperatriz ao entrar em trabalho de parto [...] “Enfrentou sem queixas a dor e o perigo que a aguardavam. Tinha sido criada para acreditar que a mulher devia enfrentar provações e agruras. Seu maior objetivo na vida era casar com o homem escolhido para ela e gerar filhos, de preferência, meninos” (BARMAN, 2005, p. 38-39).

É evidente a predileção por filhos homens naquele tempo, por causa da sucessão do trono. Porém, Barman (2005) também afirma que não tem como saber qual foi a reação da D. Teresa quando nasceu Isabel. Talvez ela tenha se

frustrado por ter gerado uma menina, como pode ser que ela tenha se alegrado ou provavelmente não tenha tido preocupação quanto ao sexo da criança recém-nascida. Conforme o autor supracitado, assim que D. Isabel nasceu,

> D. Pedro II levou-a imediatamente ao quarto contíguo para exibi-la ao grupo de ministros e conselheiros de Estado, aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, e aos dignitários da corte, todos homens. Constatou-se que o bebê – uma menina – era sadio e robusto. Para tanto, firmou-se imediatamente uma declaração oficial em três vias (BARMAN, 2005, p. 40).

Salienta Barman (2005) que o médico responsável pelo parto foi o doutor Cândido Borges Monteiro e que a Princesa nasceu às 18 horas e trinta minutos e Priore (2013) diz que o nascimento ocorreu às 18 horas e vinte e cinco minutos. E numa outra controvérsia entre Barman (2005) e Priore (2013) em relação ao começo da vida da Princesa, o primeiro autor diz que ela foi amamentada por uma ama de leite porque como os partos eram muito difíceis antigamente, longos e com práticas mal habilitadas, as mães demoravam bem mais tempo para se recuperarem do que atualmente. Além disso, Barman (2005) também afirma que quem cuidou da D. Isabel quando era recém-nascida foram as fidalgas, estas eram damas que serviam à família real. E sob vigilância de D. Rosa de Sant' Anna Lopes, uma dessas damas. Não eram os pais quem criavam os filhos se tratando da família real e o mesmo ocorria na Europa, no século XIX.

Priore (2013, p. 43), por sua vez, dá destaque a acontecimentos externos à corte, que ocorreram com a chegada ao mundo de D. Isabel. "Bandas de música percorreram as ruas e festas populares encheram as praças". Apesar das divergências de descrições em relação ao nascimento de D. Isabel, não com mentiras e verdades, mas com comentários dissemelhantes, ambos concordam na afirmação de tristes ocorrências da família real, ainda no início da vida da D. Isabel.

Esta convergência refere-se ao fato dela ter perdido dois irmãos, ainda muito pequeninos. D. Isabel não se lembrava deles, então, essa dor era mais de seus pais. Afonso Pedro e Pedro Afonso, assim se chamavam. Não eram

gêmeos, nem viveram na mesma época, por isso, não se encontraram. O primeiro [...] “nasceu em fevereiro de 1845; era um bebê com muita saúde” (BARMAN, 2005, p. 40). Porém, faleceu em 1847, devido a convulsões, segundo Barman (2005). Já Pedro Afonso nasceu em julho de 1848, conforme Barman (2005). E faleceu em 1850 também de convulsão, afirmando Barman (2005, p.45). “O imperador ficou arrasado”.

Apesar de ter perdido os seus irmãos, a Princesa Isabel não foi filha única. Fora criada junto com a sua irmã Leopoldina, nascida também no Paço São Cristóvão, em 1847, como conta Barman (2005). O fato de só as meninas terem conseguido sobreviver até a fase adulta, que foi o caso da D. Leopoldina e a velhice, por parte da D. Isabel, chama a atenção de Barman (2005) e Priore (2013), em suas obras, a questão de gênero.

De acordo com Ferreira (1986, p. 844, apud Guedes, 1995, p. 5) gênero se define como [...] “qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, ideias, que tenham caracteres em comum”. Guedes (1995) aponta várias significações para gênero de variados autores, cada qual com a sua conceituação a respeito. Deixando claro que gênero é uma questão mais complexa do que se imagina, portanto, não podendo ser reduzido a apenas uma definição.

Em relação ao século XIX, Barman (2005, p. 12) enfatiza a sua publicação toda quanto ao gênero e relaciona este ao poder. “O gênero se define como a dinâmica (historicamente desigual e exploradora) entre homens e mulheres. O poder pode ser definido, suscintamente, como a autoridade política e, mais amplamente, como o controle dos meios materiais e da crença cultural”.

Desta forma, demonstra Barman (2005) que D. Isabel lidava com os limites impostos pela sociedade, por ser mulher. E, ao mesmo tempo, tinha poder, por ser herdeira do trono, por mais que fosse herdeira presuntiva. Priore (2013, p. 43) diz que o gênero há dois séculos atrás [...] “era governado pela sensibilidade”. E afirma que a Biologia dizia que a mulher era o vaso fragilizado para que a sua sementinha fosse germinada pelo homem. Nesta época a Biologia havia recém-descoberto a ovulação. Priore (2013) leva também para o lado bíblico, ao relacionar a inferioridade feminina à história de Adão e Eva. E

afirmando ainda que a mulher tinha que ser submissa e o seu principal papel era o matrimônio e com este, a geração de filhos.

Por falar em geração de filhos, D. Isabel e D. Leopoldina foram criadas, praticamente, reclusas, sem conhecimento geral da situação externa do Brasil e do mundo. Entretanto, o pai D. Pedro II tinha por preocupação cuidar da intelectualidade das filhas. Mas elas viviam isoladas do mundo, quase não apareciam publicamente. Na concepção de Barman (2005),

> Elas [as filhas de D. Pedro II] viviam muito afastadas do público, os vastos terrenos que cercavam os palácios de São Cristóvão e Petrópolis garantiram-lhes o isolamento espacial. O pessoal da corte, a serviço das princesas, formava um mundo à parte e fechadíssimo, muito consciente de seu status superior, cioso de seus privilégios e prerrogativas, e recrutado nas famílias com tradição no serviço da corte (BARMAN, 2005, p. 52).

Sendo assim, as irmãs D. Isabel e D. Leopoldina quase não apareciam publicamente. O pai delas acreditava na reclusão como forma de proteção. As meninas estudavam muito, mas também brincavam, porém, só com garotas. As suas amiguinhas eram [...] “as filhas dos dignitários da corte e dos intelectuais do círculo do imperador” (BARMAN, 2005, p. 54). Barman (2005) também destaca o fato da tradição da corte portuguesa em relação ao herdeiro do trono. Esse tinha que ficar sob os cuidados de um aio a partir dos sete anos de idade.

Após muita procura e exigências, a Condessa de Barral foi a escolhida para ser a aia das duas princesas. Ela tinha um filho de dois anos na época e era tratado pelas meninas como um irmãozinho. A Condessa tinha permissão de bater nas crianças com chicote. Assim, como quaisquer outras irmãs ou irmãos, D. Isabel e D. Leopoldina brigavam constantemente e a primeira possuía mais personalidade e inteligência, além de ser a preferida da aia, de acordo com Barman (2005).

Tanto Barman (2005) como Priore (2013) destacam a Condessa de Barral como aia das princesas. E ambos os autores concordam que o único defeito da aia era o fato dela ser feia. Diferente da imperatriz D. Teresa Cristina, Barral era

elegante e guia das práticas francesas no Brasil. Priore (2013), falando da Condessa além de Barman (2005), dá ênfase a um detalhe curioso. Ela diz que a Condessa era filha de um abolicionista e contra a escravidão. E que até já libertou escravos de seu engenho quando fora para o Rio de Janeiro. Eis uma situação curiosa devido ao fato de uma abolicionista ser a aia da futura herdeira do trono em uma época em que a escravidão era legalizada.

Barman (2005) diz que D. Teresa Cristina e D. Pedro II não teriam mais filhos e D. Leopoldina seria a caçula para sempre, já que eles não tinham relações sexuais desde a década de 1850, o que fez com que D. Pedro II tivesse tido muitas amantes, dentre elas a Condessa de Barral. E o autor também destaca o fato de D. Isabel conforme o artigo 46 da Constituição de 1824 (BRASIL, Art. 46), jurar obediência às leis da nação brasileira e ao imperador, além de se manter na religião católica apostólica romana. Isto se deu em uma solenidade ocorrida no dia de seu aniversário de 14 anos, no prédio do Senado, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Quatro anos depois, em 1864, D. Isabel, em plena maioridade, ainda vivia reclusa. “Além de lhe negar uma vida social independente, D. Pedro II mantinha D. Isabel totalmente excluída de qualquer contato com os negócios públicos” (BARMAN, 2005, p. 74). Ele não preparou a sua filha para o trono e a única instrução dela foram os estudos. Priore (2013, p. 51) também chama a atenção para a vida enclausurada da Princesa Isabel, mesmo afirmando que esta representava uma época pacífica e liberal. “A reclusão seria a melhor maneira de protegê-las de experiências inadequadas”. Segundo a autora, D. Pedro II não deixava as suas filhas terem contato com molequinhos e nem ver ninguém pelado senão elas perdiam a pureza.

Ainda nesse mesmo ano, uma das preocupações de D. Pedro II era casar as filhas. Naquela época os casamentos reais e de pessoas ricas eram arranjados. Para cada uma das princesas [...] “o noivo teria de residir no Brasil e renunciar os direitos da sucessão ao trono de sua própria família” (BARMAN, 2005, p. 79). O autor aborda ainda que nenhum dos genros do imperador poderia ser português, pois havia o medo da possibilidade de este querer recolonizar o país. E nem ser brasileiro, pois no Brasil nenhum homem possuía uma aceitável linhagem. Logo, vários homens foram apresentados para a Princesa Isabel por

fotografia, mas ela só se interessou por um e seu pai deixou claro que ele escolheria o cônjuge das filhas e o momento dos matrimônios.

Além do mais, Barman (2005) descreve que os pretendentes finais foram o conde D'Eu para a D. Leopoldina e o duque de Saxes para a D. Isabel. Só que ambas se apaixonaram pelo cunhado e com a permissão do pai, puderam trocar e se casarem com quem se apaixonaram. A Princesa Isabel casou primeiro em 15 de outubro de 1864. "Depois que os noivos assistiram à missa no Paço São Cristóvão, um cortejo de dez carruagens levou a família imperial e os dignitários da corte à Capela Imperial, no centro da cidade do Rio de Janeiro" (BARMAN, 2005, p. 92).

O casamento da Princesa é comparado por Barman (2005) com o seu nascimento, ambos como eventos totalmente masculinos. Já Priore (2013) relembra acontecimentos nada agradáveis no dia. As luminárias, que eram tradições em festas, não foram acesas, um balão que era para voar alto, voou baixo, velas queimaram as *toilettes* femininas e nem a natureza colaborou.

> Como se não bastasse o fiasco da festa, o Rio de Janeiro foi vítima de um raro fenômeno meteorológico, rápido, mas de intensa violência: uma chuva de granizo. O saldo foram inundações, telhados e vidraças quebrados. O povo interpretou o medonho temporal à sua maneira: mau agouro! (PRIORE, 2013, p. 66).

Barman (2005) e Priore (2013) concordam que após casada, D. Isabel fora morar no Paço Isabel, localizado na cidade do Rio de Janeiro, porém longe de seus pais. E os autores também afirmam que em situações como ausência do marido, como quando ele foi lutar na guerra do Paraguai, em meados da década de 1860 e início da década de 1870, ela não podia ficar sozinha e tinha que ir para a casa de seus pais. Isto era tradição e outra era ter que arrumar filhos. D. Leopoldina arrumou quatro filhos homens em pouco tempo. Enquanto D. Isabel demorou aproximadamente dez anos para conseguir engravidar. Apesar de muitos abortos, ela conseguiu ter três filhos: Pedro, Luís e Antônio.

Os autores também convergem que a Princesa Isabel buscou consolo na religiosidade para lidar com todos os problemas por ela vivenciados. E ambos também afirmam que o seu casamento com o conde D'Eu, apesar de ter sido arranjado, foi amor de verdade. Priore (2013) romantiza menos a figura da Princesa Isabel narrando mais a história em si tal como aconteceu. Já Barman (2005), apesar de também contar sobre como foi a vida da D. Isabel, relaciona esta a uma mulher dona de si, mesmo com os limites impostos pela sociedade na época, por ela ser mulher.

Diante da abordagem dos dois autores em relação à figura histórica da Princesa Isabel, percebe-se à importância dela como liderança política no Segundo Império, uma vez que governou três vezes na ausência de D. Pedro II, deixando um legado de validade por meio da sua assinatura.

3. Atuações políticas da Princesa Isabel

A vida da Princesa Isabel não se resumiu a enclausuramento e casamento. Assim como as outras mulheres, no geral, que viveram no século XIX, ela seguia cinco obrigações. Segundo Barman (2005),

> A primeira e mais importante era servir ao esposo, dando-lhe apoio, afeição, fidelidade e proteção irrestritos. Em segundo lugar, tinha de governar o lar, tornando-lhe a vida privada confortável. O terceiro dever era desempenhar o papel de mediadora e facilitadora no interior da malha familiar, conciliando os quatro pais e outros parentes mais velhos que ela. Quarto, devia construir um círculo de amigos e conhecidos a fim de empreender atividades sociais tanto para proclamar o status do marido como para criar uma rede de amizades gratificantes. A última e não menos importantes das cinco obrigações da esposa consistia em parir e criar os filhos do esposo (BARMAN, 2005, p. 120-121).

E além desses princípios, D. Isabel possuía a sua vida particular. Priore (2013) afirma que a rotina da Princesa Isabel e do conde D'Eu era tranquila longe de D. Pedro II. Esse e seu genro se estranhavam às vezes. Já a

D. Teresa não tinha problemas. Ela era intermediadora entre a filha e o genro e o seu marido. Na concepção de Priore (2013), a rotina do jovem casal era,

> [...] ir até a cidade presidir suas comissões, ver o ministro da Guerra, visitar algum estabelecimento. O jantar era às cinco da tarde. Por vezes, saíam a cavalo, à noite, em passeios pelas praias de Botafogo e Copacabana. Outras iam jantar em São Cristóvão. Ali encontravam Leopoldina e Gusty, recém-casados. A sogra enviava bilhetes e delicadezas diárias (PRIORE, 2013, p. 72).

D. Isabel possuía a sua vida religiosa conforme relata Priore (2013) e sua religião era a católica. A Princesa [...] "Comungava na missa, mas, fora da igreja, brigava com Leopoldina. Culpada, corria a confessar-se: 'que pecado', coisa de menina má! Os dias se arrastavam. Ela reagia 'não sendo preguiçosa': copiava uma página de salmos" [...] (PRIORE, 2013, p. 90).

Uma outra atribuição de D. Isabel se dava pelo fato de ser generosa com os seus escravos, mas só quando estava ao seu alcanse. Priore (2013) afirma que ela já chegou até a presentear com dinheiro uma escrava sua que estava prestes a se casar, para poder ajudar com o enxoval. Mas uma de suas funções mais vistas para a história foi o fato dela ter sido uma das nove mulheres do mundo todo que ocupou o posto de autoridade no século XIX. Barman (2005) salienta que,

> [...] seja no papel de monarcas (Maria II, de Portugal; Vitória, da Grã Bretanha; Isabela II, da Espanha; Liliuokalani, do Havaí; Guilhermina, da Holanda), seja no de regentes (Maria Cristina, de Hobsburgo; Emma, de Waldeck e Pyrmont). Todas elas nasceram em famílias reais ou principescas e cresceram cercadas de privilégios. As nove foram educadas para as funções então consideradas típicas de mulher: filha, noiva, esposa e mãe. E todas desempenharam tais funções (a rainha Liliuokalani foi a única que não teve filhos), mas também foram convocadas a assumir uma função adicional, a de governar seus países (BARMAN, 2005, p. 16-17).

Barman (2005) e Priore (2013) apontam que no século XIX a sociedade se fazia valer machista. Cada um tinha que cumprir com o seu papel

no sentido biológico. O homem trabalhava fora e tinha que ser guerreiro e forte. Não podia chorar. Já a mulher tinha que ficar em casa cuidando dos filhos e realizando as tarefas domésticas. Mulher tinha que casar e gerar filhos. Do contrário, não era bem vista. E o mesmo se valia para as mulheres de poder, como a Princesa Isabel.

Além de suas funções femininas e atribuições de sua religiosidade, ela também cumpria com o seu papel de autoridade política. Não deu tempo de assumir a liderança máxima. Isto era para acontecer após a morte de seu pai, que era o governante da época. No entanto, antes disso ocorrer a Monarquia acabou. Se tivesse continuado, em tese, D. Isabel, como a próxima da linha de sucessão, teria assumido o trono, segundo os autores.

Mas, mesmo assim, ela chegou a assumir temporariamente, em momentos diferentes, por três vezes, no lugar de seu pai, em sua ausência. Além de ter sido a primeira Senadora do Brasil. Isto estava na lei (BRASIL, art. 46, Constituição de 1824). Vescovi (2016) e Fiabane (2016) descrevem em um mesmo Ensaio que a primeira Senadora brasileira foi Eunice Mafalda Berger Michiles do Partido PDS, em 1979. Entretanto, admitem no rodapé que a primeira Senadora do Brasil foi mesmo a Princesa Isabel no ano de 1871, quando ela tinha 25 anos.

Barman (2005) diz que em 1870 o segundo imperador brasileiro decidiu que em 1871 viajaria para a Europa. Algo planejado, mas sempre adiado. Quem assumiria o trono em sua ausência seria a sua filha primogênita. Caso esta e o seu marido resolvessem viajar teriam que [...] “retornar no fim de abril de 1871” (BARMAN, 2005, p. 152). O autor aborda que o casal D’Eu viajou sim para a Europa e retornaram para o Brasil no dia 1º de maio de 1871. Na decorrência deste passeio, D. Isabel aproveitou para visitar a sua irmã D. Leopoldina, em Viena. Esta havia acabado de dar a luz ao seu quarto bebê. Ao todo inteirou quatro filhos homens no total. Porém, D. Leopoldina falecera após contrair febre tifoide no mês de fevereiro do ano de 1871. Tal ocorrênica arrasou os sentimentos da famíia real, mas mesmo assim, D. Pedro II foi para a Europa e a D. Isabel voltou para o Brasil e assumiu a liderança política em seu lugar.

Barman (2005, p. 155) fala em relação à Princesa Isabel que [...] “Ela se viu num modo novo e desconhecido, no qual, agora ocupava um lugar central, e tinha de passar pelo teste do desempenho de um papel. Foi seu pai que a colocou ali”. Barman (2005) também relata que a Princesa não foi líder sozinha. Foi acompanhada e aconselhada por Visconde do Rio Branco. O que ela mais fizera fora fornecer títulos de nobreza, mais o marco mais significativo de sua Primeira Regência fora a assinatura da Lei do Ventre Livre sancionada em 27 de setembro de 1871. “Em poucas palavras, a lei de 1871 decretava em seu artigo primeiro que os filhos de mulheres escravas seriam considerados livres” (SOARES, 2015, p. 168).

Assim como Barman (2005), Priore (2013) destaca a morte de D. Leooldina ocorrida em 1871, em Viena, como já mencionado antes. E a volta do casal D’Eu para o Brasil em 1º de maio também deste mesmo ano. A autora acrescenta que o imperador recebeu críticas da imprensa, por ter saído do país em um momento cheio de problemas políticos, além de pessoais.

Diferente de Barman (2005), Priore (2013) evidencia mais a Primeira Regência de D. Isabel. Ela diz que esta não achou as tarefas tão difícieis como imaginava. A D. Isabel apelava por mudança política para tentar resolver os problemas do país, além de mais atuações. Até o abolicionista Joaquim Nabuco é citado por Priore (2013) com esta afirmando que ele achava que essa viagem de D. Pedro II tivesse sido só para popularizar a única filha que lhe sobrara.

Tanto Barman (2005) como Priore (2013) concordam em admitirem a inexperiência da Princesa na política e mesmo assim, a despreocupação total de seu pai quanto a isso. Priore (2013) também destaca a Lei do Ventre Livre e explica como essa foi interpretada pelos jornais.

> As charges e piadas se multiplicavam: duas negras conversando e a legenda: ‘Tia Joana, *vuncê* me explica como é que minha barriga fica livre?’ Outra imagem: uma escrava deitada sobre a mesa e um casal serrando-lhe a barriga: ‘Alguns senhores, reconhecendo o incoveniente de ficarem suas escravas com a liberdade na barriga, empregaram este meio’ (PRIORE, 2013, p. 138).

A Lei do Ventre Livre obteve uma engraçada interpretação. Só a barriga teria liberdade? Então, pensando nisso, segundo Priore (2013), a Condessa de Barral achou melhor falar em Lei do Recém-Nascido para a Europa, ao invés de usar o termo Ventre Livre.

A Segunda Regência da Princesa Isabel se deu em 1876, quando o imperador e a sua esposa embaracaram para os Estados Unidos. Era o ano do centenário de independência desta nação. “Foi muito mais difícil e complexa do que na primeira regência” (BARMAN, 2005, p.192). Desta vez o Brasil estava diferente e com a economia defasada. E ainda por cima, os ministros eram machistas e se entimidavam com D. Isabel pelo fato dela ser mulher. Ela até queria fazer melhorias no país, mas desse jeito era difícil. Barman (2005, p. 194) também sustenta que ela sabia se colocar, vendo-se [...] “apenas como substituta interina na ausência do imperador”. Deixando claro que D. Isabel interessava-se mais em sua vida pessoal do que por política.

O que mais destacou no Segundo Mandato da Princesa nas visões de Barman (2005, p. 196) foram [...] “o fiasco da reforma eleitoral, a renovação da Questão Religiosa e uma calamidade natural que passou para a história como a Grande Seca”. Barman (2005) afirma ainda que D. Isabel queria expulsar os maçons, mas não teve aprovação do ministério para isso. Mas o que mais comoveu a Princesa Isabel no decorrer deste período foi a perda de um terceiro bebê em sua quarta gravidez, ainda em 1876.

Afirma Priore (2013, p. 168) que na época da Segunda Regência de D. Isabel já se [...] “abria as páginas para a propaganda abolicionista”. Embora houvesse também uma dupla visão a respeito. Almejava-se o fim da escravidão e, ao mesmo tempo, a comercialização escravocrata. A vida particular da Princesa estava estabilizada, com um bom marido e um filho tão desejado, o qual, foi fruto de sua terceira gravidez. Entretanto, o mesmo não se podia dizer de sua vida pública.

Ela sempre era julgada pelos jornais da oposição e encarada como jovem demais para liderar e nem o seu filho era popupado. “Baby era apenas garantia de continuidade da dinastia. Não das instituições” (PRIORE, 2013, p. 169). Fica evidente que a Monarquia estava corrompendo. E sem contar que

também haviam problemas com doenças devido a falta de higiene, intolerância religiosa e uma disputa entre os liberais e os conservadores, nas visões de Prorie (2013).

Em 1887 teve-se a Terceira Regência da Princesa Isabel, a última. Novamente em ocasião da ausência de seu pai. Este tivera, desta vez, que se retirar para a Europa para cuidar de sua saúde, a qual, estava debilitada. Barman (2005) declara que o Terceiro Mandato da D. Isabel inicou-se, possivelmente, em 30 de junho de 1888. Conforme, o autor,

> Uma afirmação ainda mais decisiva de sua autonomia e de seu direito de exercer o poder foi a decisão de pôr em ordem e guardar em baús a grande quantidade de cartas e documentos espalhados no escritório de D. Pedro II e nas bibliotecas do palácio. Nem a mudança nem essa remoção foram feitas com o conhecimento e a autorização prévios do imperador (BARMAN, 2013, p. 242).

Apesar da subordinação da Princesa, [...] “a causa abolicionista depertara em D. Isabel um interesse sem precedentes pelos negócios públicos a determinação de governar” (BARMAN, 2013, p. 244). João Alfredo Correia de Oliveira fora escolhido pela Princesa para chefiar o gabinete. Barman (2005) mostra que a opinião pública desejva o fim total da escravidão. Afirma o autor que:

> [...] na abertura da nova sessão legislativa, em maio de 1888, o ministro da Agricultura apresentou um projeto de abolição incondicional. Uma onda de entusiasmo popular garantiu a promulgação da medida em sete dias. D. Isabel contribuiu, deslocando-se de Petrópolis na própria data, o domingo, 13 de maio, a fim de transformar, com a sua assinatura, o projeto em lei (BARMAN, 2005, p. 248).

A data de 13 de maio de 1888 foi um grande marco para a história. O Paço São Cristóvão lotou tanto na parte interna como externa. Porém, a assinatura da Lei Áurea não elevou a Princesa, que continuou sendo vista como substituta de seu pai. “Enquanto o pai desejasse reinar, ela teria satisfação em

depositar o governo em suas mãos" (BARMAN, 2013, p. 253). Mas mesmo assim o autor diz que foi de grande significativo para ela e só não foi um dia totalmente feliz por causa do péssimo estado de saúde do imperador.

A Princesa Isabel até ganhou popularidade por ter assinado a Lei Áurea sendo chamada de Redentora por uns, mas também, foi odiada por outros. Como, por exemplo, os fazendeiros. Estes enfureceram-se por terem perdido as suas propriedades, ou seja, os escravos. E não foram indenizados por suas perdas. Destaca também Priore (2013) a viagem do imperador realizada em 1887 em prol à sua saúde. E a insatisfação política, ao afirmar que até alguns oficiais estavam aderindo à República, mesmo ainda em regime monárquico. Diferente de Barman (2005), Priore (2013, p. 214) cita a presença do Positivismo na época. "À frente do Apostolado Positivista, nomes como Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Seus ideais viravam bandeiras; separação entre Igreja e Estado, proteção ao indígena e ao proletariado".

Priore (2013, p. 215) ressalta ainda o fato de D. Isabel ter criado várias leis no Terceiro Reinado, mas sem falar nada em abolição. "Isabel mencionou projetos de reforma judiciária, lei de terras públicas e repressão aos crimes contra a segurança". Em 1888 já se falava em liberdade na cidade de Petrópolis, mas não na cidade do Rio de Janeiro. A insatisfação em seu governo só ampliava. Haviam até protestos de escravos exigindo liberdade. Os abolicionistas apelaram até para a Igreja, mas não deu certo. "Enquanto isso, Joaquim Nabuco viajou a Roma. Foi pedir a excumunhão dos escravocratas. A 'mancha' da escravidão devia virar pecado. O papa ouviu tudo, mas lavou as mãos. Era problema dos brasileiros" (PRIORE, 2013, p. 222).

A Princesa Isabel ganhou muitas críticas e foi acusada de abolicionista só para se beneficiar com isso. De acordo com Priore (2013),

> Temerosos de que a princesa ganhasse a estima do povo, os radicais antimonárquicos começaram a se mexer. Dizem que ela só se interessava pela abolição para não perder a coroa. O jornalista republicano Silva Jardim não mastigava as palavras: a agonia de D. Pedro numa cama de hotel, em Cannes, empurrava a princesa a libertar o elemento servil. Exclusivamente para conservar a coroa, ela assinaria a lei de libertação (PRIORE, 2013, p. 223).

Ressalta Priore (2013) que a Princesa Isabel, um pouco antes de sancionar a lei que proibiu a escravidão, sabia que esta não acabaria de repente, pois muitos ex escravos continuariam morando no mesmo lugar e praticando as mesmas atividades, por falta de lugar para irem. Priore (2013), assim como Barman (2005) chama a atenção pelo fato da liderança de João Alfredo, dentro do mandato de D. Isabel, o qual, foi pressionado para que a escravidão fosse totalmente abolida. Ressalta Priore (2013) que,

> Isabel veio de Petrópolis num domingo, 13 de maio, a fim de transformar, com sua assinatura, o projeto em lei. Exultava: seria aquele um dos mais belos dias de sua vida, se não fosse saber estar o pai doente. Mas Deus permitiria que D. Pedro voltasse 'para tornar-se, como sempre, tão útil à nossa pátria'. A ele, escreveu dizendo-lhe da alegria de 'ter trabalhado para ideia tão humanitária e grandiosa', apesar das noites curtas e excitações de todo gênero. Estava cansada, rezingava (PRIORE, 2013, p. 227).

Foi um dia de festa com muita gente, muita dança, muita alegria e a esperança de um futuro melhor. Mas a abolição da escravidão [...] "não diminuiu a antipatia à Monarquia" (PRIORE, 2013, p. 230). A autora conta que a insatisfação da elite fortaleceu o sentimento republicano, mas a Princesa Isabel estava mais preocupada com a sua vida pessoal. E assim como Barman (2005), Priore (2013) salienta que nesta ocasião, a alegria de D. Isabel foi ver seu pai recuperar a saúde.

Como se percebe, as atuações políticas de D. Isabel, apesar de temporárias, trouxe mudanças significativas no cenário político do Segundo Império. Dentre elas, a promulgação da Lei de 13 de maio de 1888, também denominada Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Assim sendo, diante de grandiosa atuação política, a Princesa tornou-se amada por uns e odiada por outros. E configurando-se como heroína cívico nacional, além de representar uma figura importante para a historiografia brasileira deixando o seu legado na história.

Considerações finais

Em vista do exposto, este artigo se vale da busca de uma contribuição para a conservação da memória da Princesa Isabel a partir das biografias com análises não só pessoais, como também, de sua época. É possível entender que não existe certo ou errado entre as publicações analisadas. Ambas foram pesquisadas e comprovadas através de documentos. O que há são apresentações com descrições iguais perante aos fatos. Já que ambos os autores descrevem sobre a mesma pessoa, mas com dissertações diferentes. Já que cada autor possui o seu domínio de abordagem.

Para Barman (2005) a Princesa Isabel é uma mulher dona de si e com poder, sendo uma das poucas figuras femininas que liderou na política em sua época vivida. Teve a sua vida pautada na religiosidade e foi criada para honrar os seus compromissos de mulher, isto é, dona de casa, esposa e mãe. E que, além disso, governou. Por mais que não tenha sido preparada para governar o trono. Porém, não era ingênua, pois estudou. Seu pai fez questão de cuidar de sua intelectualidade. Priore (2013) também concorda que D. Isabel fora religiosa e estudada, mas não para assumir o trono. Porém, não romantiza. Apenas narra os fatos tal como se sucederam. Destaca mais as regências fornecendo mais detalhes, como, por exemplo, o Positivismo presente naquela época.

Infere-se que a Princesa Isabel ganhou o título de nobreza por ser herdeira presuntiva do trono. E não a preferida. A preferência era por homem, mas os seus irmãos faleceram ainda infantes. Isto fez com que ela não fosse plenamente preparada para liderar na política. Nesse sentido, os compromissos dela como esposa e mãe sempre foram mais importantes até mesmo para ela. Assim, com as três atuações na política, em ausência de seu pai, a D. Isabel governou, apesar de suas limitações de gênero. Trabalhou e assinou leis, sendo a mais conhecida a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, a qual, aboliu a escravidão. Este foi o seu feito mais marcante que concebeu-a o título de Redentora. Fora amada por uns e odiada por outros.

Por fim, cabe destacar que não se esgota aqui a vida da Princesa Isabel. Toda a sua vivência foi muito mais que casamento, maternidade e liderança no

trono. O objetivo maior foi realizar um panorama, buscando reflexões dos historiadores apresentados, para destacar essa figura importante para a historiografia brasileira considerada uma heroína cívico nacional.

Referências

BARMAN, Roderick. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX.** São Paulo: UNESP, 2005.

COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. **Golpe Parlamentar da Maioridade: construção da ordem Imperial.** Rio de Janeiro: XIV encontro regional da ANPUH: Rio Memória e Patrimônio, 2010.

GUEDES, Mª Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?** Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893199500010 0002&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 26 de outubro de 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840).** Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/alm/n10/2236-4633-alm-10-00314.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2020.

PRIORE, Mary del. **O Castelo de Papel.** Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

SOARES, Rodrigo Goyena. **Nem arrancada, nem outorgada: agência, estrutura e os porquês da Lei do Ventre Livre.** Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/alm/n9/2236-4633-alm-9-00166.pdf > Acesso em: 10 de novembro de 2020.

STAMATTO, M. I. S. **Experiências escolares para a infância desvalida - Brasil Imperial (1822-1889).** Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481554869004.pdf > Acesso em: 25 de novembro de 2020.

VESCOVI, Luiz Fernando. FIABANI, Anatieli Aparecida. **Política no grito: voz às mulheres constituintes.** Disponível em <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/1158 > Acesso em: 16 de outubro de 2020.

ITAPERUNA: UM NOME, SEU SIGNIFICADO E HISTÓRIA

ITAPERUNA: A NAME, ITS MEANING AND HISTORY

ITAPERUNA: UN NOMBRE, SU SIGNIFICADO E HISTORIA

Neila Ferraz Moreira Nunes[1]

RESUMO Este artigo tem por objetivo pesquisar a origem e o significado do nome da cidade de Itaperuna, analisando ao mesmo tempo de forma breve, a sequência histórica da instalação deste município. Através de análise bibliográfica e documental, pretende identificar os agentes históricos envolvidos na escolha deste nome para designar o novo município, procurando perceber o papel do imaginário presente neste processo. É também do interesse deste trabalho para além de discutir a origem desta denominação, observar se sua adoção esteve ancorada na história municipal, se foi fruto de uma decisão politica ou atendia aos anseios da população local.

PALAVRAS-CHAVE: toponímia; Itaperuna; história local; criação do município.

ABSTRACT: This paper aims to research the origin and meaning of the name of the city of Itaperuna, while briefly analyzing the historical sequence of the installation of this municipality. Through bibliographical and documental analysis, it intends to identify the historical agents involved in the choice of this name to designate the new municipality, trying to understand the role of the imaginary present in this process. It is also of interest to this work, in addition to discussing the origin of this name, to observe whether its adoption was anchored in the municipality's history, whether it was the result of a political decision or the wishes of the local population.

KEYWORDS: toponym; Itaperuna; local history; creation of the municipality

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo investigar el origen y significado del nombre de la ciudad de Itaperuna, analizando a la vez brevemente la secuencia histórica de la instalación de este municipio. A través del análisis bibliográfico y documental, se pretende identificar a los agentes históricos involucrados en la elección de este nombre para designar el nuevo municipio, tratando de comprender el papel del imaginario presente en este proceso. También es de interés para este trabajo, además de discutir el origen de este nombre, observar si su adopción estuvo

[1] Graduação em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (UNIFLU). Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ. Professora aposentada do Instituto Federal Fluminense (IFF) e da FAFIC (UNIFLU). Contato: neila.ferraz2@gmail.com.

anclada en la historia municipal, si fue fruto de una decisión política o si atendió los deseos de la población local.

PALABRAS CLAVE: toponimia; Itaperuna; Historia local; creación del municipio.

I - INTRODUÇÃO

Coube ao homem, desde os tempos imemoriais, nomear seus iguais, os objetos que o cercavam, os lugares onde vivia e os instrumentos que criava. Ainda hoje ele continua a dar nomes aos filhos e a tudo mais que lhe cerca e foi através desta experiência continuada e cumulativa, criando palavras para identificar a vida em seu entorno que a humanidade construiu os idiomas, importante fator de entendimento e comunicação. Neste caso particular, o presente trabalho pretende realizar um estudo sobre a origem e o significado do nome de um determinado lugar: Itaperuna.

O estudo do nome dos lugares atende a uma palavra de origem grega toponímia cuja etimologia vem de dois vocábulos: topo = lugar e ônoma = estudo, portanto toponímia significa estudo científico do nome do lugar. É uma divisão da onomástica que estuda os nomes próprios geográficos, sua origem e evolução e que embora considerada uma parte da linguística, seu estudo está intimamente ligado à História, à arqueologia e à geografia. (FERREIRA,1999, p.1974 e https//pt.wikipedia.org).

Desde os primórdios da História do Brasil, quando os portugueses aqui aportaram navegando sob a proteção da Igreja Católica seus navegadores tiveram por hábito nomear os acidentes geográficos com nomes de santos. Serviram também de inspiração para o batismo de cada lugar, para além do sentido religioso acima mencionado, as características e especificidades dos acidentes geográficos encontrados, além dos vocábulos oriundos do linguajar dos nativos.

Tivemos assim o cabo de Santo Agostinho em homenagem ao santo do dia, o nome do Rio de Janeiro por se imaginar que a barra da baia de Guanabara fosse a foz de um grande rio, Itamaracá usando a inspiração da língua dos indígenas, cujo significado é pedra que canta/chocalho, etc. Sabe-se também,

por exemplo, que o nome do país – Brasil - se origina da cor da brasa, o vermelho, existente no pau-brasil, madeira abundante por estas bandas e que servia entre outras coisas para se obter a tinta de tingir.

A escolha de um nome para designar um lugar tem muito a nos dizer sobre sua história, suas características e constitui uma ação revestida de significados, diretamente relacionados ao imaginário individual e coletivo, fato que contribui para a formação do sentimento de pertencimento social e, para a construção da cidadania.

> "É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e a esperança de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro". (CARVALHO, 1990, p.10)

É oportuno e merece atenção reafirmar que vive-se num universo de significações. O ser humano vê, reflete, interpreta e nomeia aquilo que está diante de si e dessa forma cria a representação do mundo de acordo com suas características individuais e históricas. Os objetos, os monumentos, os nomes próprios ou de lugar estão sempre revestidos de algum significado especial. A simples escolha do nome de um filho pode conter uma longa ou breve história porque- **nome tem sentido**. Nomear algo pode representar uma homenagem, uma lembrança ou atender um determinado senso estético ou religioso.

Este texto, não pretende analisar o surgimento dos idiomas e seus respectivos vocábulos, mas tem por objetivo, afunilando a escala de observação, observar apenas o nome de um lugar **- ITAPERUNA** – detectando seus significados, o processo de sua adoção além do contexto de sua história. Afinal de contas, por que foi escolhido o nome de Itaperuna para denominar o recém-instituído município em 1889? A quem devemos a iniciativa desta escolha? Qual a inspiração para este nome? Qual sua etimologia e origem?

Pretende-se aqui dar conta destas questões através da análise histórica deste município, suas características geográficas e os personagens significativos envolvidos neste processo. Para desenvolver e procurar responder

tais questionamentos, levar-se-á em conta a realização de uma revisão bibliográfica, escutando o que dizem os memorialistas, ouvindo com o devido cuidado os relatos da história oral, dando a devida atenção à observação empírica da região sem, no entanto deixar de lado a análise de documentos existentes.

II)ANTIGAS VERSÕES

No senso comum e mesmo em obras de alguns dos memorialistas que no século passado escreveram sobre a história do município de Itaperuna encontramos intepretações que procuraram dar conta do significado de seu nome. São explicações elaboradas, um tanto complexas que necessitam de um melhor esclarecimento, fato que aqui se pretende realizar.

É opinião corrente, associar o nome de Itaperuna a uma pedra negra, relacionada ao sufixo **ita** que na língua indígena significa pedra. Este é sem dúvida um fato inegável. Porém muitas vezes sua explicação se perde quando traduzida como uma pedra no caminho da anta preta.

> "O nome de "Itaperuna" teve origem na existência dessa pedra "Ita" – que quer dizer em guarani, pedra, "una" - preta, e, "per" - caminho, o que vem a ser: caminho da pedra preta: Itaperuna". (HENRIQUES, 1956, p.82).

Introduzir nesta explicação o sufixo per significa um preciosismo desnecessário que podemos descartar. Outras vezes o senso comum, por aproximação fonética, troca o nome de anta por onça. Estas interpretações e sua constante divulgação torna-se um fato perigoso, porque caindo no conhecimento popular tende a reproduzir ideias truncadas que necessitam de uma revisão.

Segundo Eric Hobsbawn, historiador inglês de renome, afirmações constantes cristalizam-se, fatos históricos podem ser construídos ao longo do tempo através de uma repetição insistente e contínua, num mecanismo que

certamente levará à consolidação de acontecimentos nem sempre verdadeiros na raiz.

> "É natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume". (HOBSBAWM, RANGER, 1997, P.11).

Os fatos produzidos segundo este método, baseados numa narração permanente de algo que não condiz de fundo com a realidade – o citado historiador denomina a *invenção das tradições*. Consequentemente, se a continuidade destas repetições sobre o nome de Itaperuna se reproduzir, corre-se o risco de se consolidar aqui uma *invenção da tradição.*

Descobrir explicações mais coerentes sobre o nome de Itaperuna é alvo deste trabalho e o primeiro movimento nesse sentido é repensar os acontecimentos relacionados a origem desse município, buscando respostas que expliquem seu significado . Enfrentar este desafio exige um mergulhar na história local, acompanhando seus respectivos meandros políticos, observando suas características geográficas e focalizando os personagens mais significativos que foram sujeitos de sua adoção. O estudo da toponímia brasileira em geral e a de Itaperuna em particular, portanto requer considerar o contexto de sua formação e as especificações do espaço que ocupa, o que justifica, no nosso caso, uma breve análise da história local.

III-UM POUCO DE HISTÓRIA

O atual noroeste fluminense, onde se situa o município de Itaperuna, foi uma região de ocupação tardia, pois só em finais do século XVIII e mais precisamente no século XIX, o homem branco teve a iniciativa de colonizá-la. Condições adversas contribuíram para tal fato, tais como as hostilidades do gentio do lugar, o desinteresse econômico dos campistas voltados para o plantio da cana de açúcar e as rigorosas maligmas que descreviam a região como inóspita ‘e perigosa à saúde assim como afirmou o memorialista

> “ainda existirem cobertas as terras, os pântanos e os charcos donde se fermentam as rigorosas maligmas que anualmente acometem aos que neles residem e anos tem havido em que famílias inteiras desaparecem por essa epidemia”. (PIZARRO E ARAUJO, 1945, p.120/121)

Ali, encontramos três bacias hidrográficas principais que serviram de caminho natural para a penetração do colonizador. São elas: a bacia do rio Muriaé, a do rio Carangola e a do rio Itabapoana. Através destes fluxos fluviais (Muriaé e Carangola) desceram os mineiros, rio abaixo, ocupando terras aqui e acolá, ao mesmo tempo em que povoadores oriundos de Minas e do Espírito Santo seguindo o curso do Itabapoana também se fixaram naqueles arredores. Com a decadência da atividade mineradora, a partir dos setencentos – uma riqueza que até então sustentava a opulência da economia mineira - os mineiros desenvolveram uma consistente economia de subsistência que se destinava vigorosamente aos mercados do Rio de Janeiro, fato que se potencializou com a chegada da família real em 1808. Neste momento múltiplos caminhos foram traçados entre Minas e Rio de Janeiro pelos quais trafegavam tropas de muares que vendendo suas mercadorias, ao mesmo tempo ocupavam os caminhos por onde passavam. (LENHARO, 1996, p.23 e ANDRADE e NUNES, 2008, p.119)

O viajante e cronista Antônio Muniz de Souza, que subiu o rio Muriaé em 1828 deu o testemunho do papel dos mineiros neste movimento de ocupação, cuja informação foi retomada pelo Major Porfirio Henriques e, segundo a qual:

> "em 1827, no mês de setembro, oito homens desceram de Minas, pelo mesmo rio, em uma canoa carregada de ipecacuanha (puaia) e que venderam em Campos, regressando na mesma embarcação, carregada de aguardente, vinho, ferramentas e fazendas secas. Também lhe constou que, pelo dito rio, tinham fugido diversos escravos para Minas, e que os últimos mineiros que vieram tinham trazidos dois escravos que pertenciam ao sítio Santa Úrsula". (HENRIQUES, 1956, p.57)

Embora se possa afirmar que a ocupação do noroeste fluminense não dependeu prioritariamente da expansão econômica da região campista, onde sua população se fixava em torno da cultura da cana de açúcar, facilitada pelo solo massapé, não se pode porém esquecer que do centro do município de Campos dos Goytacazes uma leva de conquistadores subiu o rio Muriaé completando o povoamento daquela região. Constituíam um grupo de proprietários bem sucedidos e outros aventureiros que se deslocaram para lá enfrentando dificuldades e semeando propriedades naquelas paragens.

O caminho natural desse movimento migratório seria obviamente, com o passar do tempo, levar ao surgimento de povoados diversos, fato que realmente aconteceu. Destes, o mais promissor e pujante cento de povoamento foi o de Natividade, que se erigiu em freguesia em 1853 com a denominação de Nossa Senhora da Natividade do Carangola através da lei provincial 636 de 23 de abril do citado ano[1], desmembrada da freguesia de Santo Antônio de Guarulhos. A instalação de uma freguesia no povoado dava-lhe além de visibilidade, organização administrativa e política, pois no Império uma freguesia constituía uma importante divisão do município e exercia uma dupla função, tanto religiosa como civil. O centro da freguesia era a igreja matriz – em cujo entorno se organizava o povoado com suas casas comerciais e habitações diversas - e no seu interior encontrava-se o espaço privilegiado onde ocorriam os serviços religiosos, os acontecimentos sociais, os rituais fúnebres e também as eleições.

[1] A lei 1224 de 14 de dezembro de 1861 completou a lei antecedente e deu a esta freguesia a invocação de Nossa Senhora da Natividade.

(NUNES, 2002, p.40)

Ao lado da freguesia da Natividade, outros dois povoados se desenvolveram, se tornaram freguesias e merecem destaque: Laje do Muriaé e Bom Jesus do Itabapoana. Nossa Senhora da Piedade da Laje do Muriaé foi elevada a freguesia em 1861 e Senhor Bom Jesus do Itabapoana em 1862, ambas desmembradas da freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola. Com um desenvolvimento contínuo, essas freguesias tomaram corpo e tendiam, com o tempo e num movimento previsível, se transformarem em futuros municípios, desligando-se de Campos dos Goytacazes. (ANDRADE e NUNES, 2008, p.120)

É importante reafirmar que durante o período colonial e através do Império, toda esta região, hoje denominada noroeste fluminense, pertencia a Campos dos Goytacazes que se constituiu como município com a criação da vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, cuja primeira Câmara Municipal foi instalada em 1º de janeiro de 1653[2], ainda em tempos coloniais, através de um movimento revolucionário, porém legitimo. A Ata de Posse da Primeira Câmara Municipal datada de 1653 respalda esta afirmação. O processo de instalação da vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes constituiu um movimento revolucionário porque partindo de uma iniciativa da população local, não foi proveniente de decisão oriunda dos poderes superiores instituídos, como era de costume. (FREITAS, 2012, p 43/50).

Ao final do século XIX aos poucos vai criando corpo, no âmbito das três freguesias da região noroeste, acima citadas, a ideia de que seria necessária a criação de um novo município, cuja sede mais próxima destes povoados muito facilitaria a vida de seus habitantes. Discussões aconteceram então sobre o lugar ideal para a concretização deste projeto. Levando em consideração o desenvolvimento dos três povoados Natividade do Carangola (com 6.538 habitantes em 1885), Bom Jesus (com 4.684 habitantes no mesmo ano) e Laje de Muriaé, menos povoada, a freguesia de Nossa Senhora da Natividade seria

[2] Documento recentemente encontrado no Arquivo Municipal de Campos Waldir de Carvalho prova a instalação desta primeira Câmara, a partir de um movimento popular, e que apesar de revolucionária foi legitimamente empossada.

a que reunia as condições mais favoráveis para tal. (ALVARENGA, 1885, p 187 e p 195).

Em 24 de novembro de 1885, aconteceu a primeira tentativa de se constituir um município na região quando o decreto provincial nº 2.810 elevou à categoria de vila com a denominação de vila de Itaperuna, a freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola. Este fato, porém não foi adiante, sendo aquele decreto anulado no mesmo ano, mas serviu de indício para provar a existência de um movimento que pretendia a criação de um município por essas bandas. (MUYLAERT, 1910, p 21/22). Por incrível que pareça, o primeiro município que por fim surgiu no atual noroeste não se concretizou nas freguesias mais desenvolvidas acima citadas, mas foi instalado num pequeno povoado, denominado Porto Alegre, situado às margens do rio Muriaé, quando se deu criação da vila de São Jose do Avaí. (ANDRADE, NUNES, 2008, p.123)

Interessante pontuar que tanto no período colonial como no Império a vila e a cidade eram sedes de um município, havendo pouca diferença administrativa entre ambas. Quando se criava uma vila, estava ali instalado o município e neste momento seus moradores deveriam construir a sede da Câmara Municipal, a cadeia, a matriz e o pelourinho que era o símbolo da autonomia municipal. (NUNES, 2002, p. 37)

Importante observar que se desconhece ter havido no Porto Alegre, onde nem mesmo ainda havia uma freguesia instalada, a existência de qualquer movimento popular em prol da criação, naquele lugar, de um município. Esta era uma aspiração presente entre os habitantes das outras freguesias da região como Natividade, Bom Jesus e Laje do Muriaé. Mesmo assim uma nova vila foi criada ali - no Porto Alegre. Por tudo isto, podemos afirmar que a instalação desta vila, onde foi erigida em última hora, a freguesia de São José do Avaí[3] foi fruto de uma decisão política, concretizada em 1889. (ANDRADE, NUNES, 2008, p.123/125).

Em 1887, foi criada a vila de São Jose do Avaí pela lei provincial 2.921 de

[3] A freguesia de São José do Avaí foi criada em 1887 e além de cultuar o padroeiro São José, sua denominação constituiu uma homenagem a batalha do Avaí vencida pelos brasileiros na Guerra do Paraguai.

29/12/1887, situada no povoado do Porto Alegre, origem do município de Itaperuna, cuja Câmara Municipal foi eleita em 10/05/1889, e, a respectiva posse dos eleitos ocorrida em 04/07/1889. No mesmo ano, mas já no período republicano, esta pequena vila foi elevada a categoria de cidade com o nome de Itaperuna pela Lei nº 2 de 06/12/1889. Neste momento grande parte da atual região noroeste fluminense[4] ficou desmembrada do município de Campos integrando o novo município de Itaperuna que ao longo do século XX foi se quebrando e formando inúmeros outros centros municipais[5]. (OLIVEIRA, 1926, p.192/195; MUYLAERT, 1910, p.44/65; ANDRADE e NUNES, 2008.p.123/124)

IV- FRANCISCO PORTELLA E A REGIÃO

Estamos na segunda metade do século XIX, e nesse ínterim torna-se necessário abordar a figura de um homem público que tem seu nome intimamente ligado á história do noroeste fluminense. Trata-se de Francisco Portella, um médico nascido no Piauí que se radicou em Campos dos Goytacazes, onde desenvolveu além da medicina, a atividade jornalística e realizou principalmente, uma vigorosa carreira política. Foi vereador, deputado provincial, presidente do Estado do Rio de Janeiro[6] e depois já no século XX, deputado federal e senador. Francisco Portela foi também redator do importante do jornal de Campos dos Goytacazes denominado “Monitor Campista”, onde se identificou como propagador da Abolição e do regime republicano. (CARVALHO, 1985 p.22).

[4] O noroeste fluminense é composto atualmente dos seguintes municípios: Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Varre Sai, Laje do Muriaé, Bom Jesus do Itabapoana, Miracema, Santo António de Pádua, Itaocara, Cambuci, Italva. Aperibé, São José de Ubá.

[5] Os municípios que fizeram parte de Itaperuna na sua fundação e que posteriormente se transformaram em centros municipais independentes foram: Natividade, Bom Jesus, Varre Sai, Porciúncula e Laje do Muriaé.

[6] Portela foi o primeiro governador do estado do Rio de Janeiro logo após a proclamação da república em 1889.

FIGURA 1 – Francisco Portella



Arquivo Particular da Autora

Era um empresário, e junto a outros nomes atuantes da cidade de Campos empenhou-se na construção e administração da Estrada de Ferro Carangola[7] que saindo da sede do município campista, cortaria o noroeste fluminense em direção das Minas Gerais, rasgando aquelas terras num prenúncio da era cafeeira que ali teria lugar num futuro próximo. A Lei Provincial de 10/04/1872 concedeu aos empresários Francisco Portela, Mariano Alves de Vasconcelos, Manoel Rodrigues Peixoto, Chrysanto Leite de Miranda Sá e Jose Cardoso Moreira a concessão para a construção da Estrada de Ferro Carangola iniciada em 1876.

[7]. Esta ferrovia foi incorporada em 1883 pela Estrada de Ferro Leopoldina. Em seguida comprada pelo sindicato inglês (1888), com o nome de Leopoldina Railway Company Limited que em 1951 foi incorporada pela RFFSA e desativada em 1973

> “Este rápido melhoramento benéfica transição de isolamento, do abandono para a vida, para o movimento, é devido unicamente a pertinaz iniciativa do Sr. Dr. Francisco Portella que em feliz hora para os moradores dessa Suissa Brazileira, foi habitar algum tempo no seio dessa população activa e morigerada. Medindo as grandes dificuldades com que lutava essa próspera freguesia para a conducção dos seus produtos agrícolas no mercado projetou a construção de uma estrada de ferro e levou a sua idéia ao seio da municipalidade de que fazia parte em 1868.” (ALVARENGA, 1881, pag.184).

Francisco Portella morou por algum tempo em Natividade e foi um grande benfeitor de toda a região, da qual defendia os interesses. Assim o vemos quando era deputado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro apoiando a criação de um município na freguesia de Nossa Senhora da Natividade. Na sessão de 16 de março de 1885 em debates com o deputado provincial Sá Benevides descreve o desenvolvimento da região, reconhece as dificuldades de acesso de seus habitantes à sede do município localizada em Campos e apoia o pleito dos cidadãos desta freguesia no sentido da criação naquele local de um novo município, afirmando o seguinte:

> “ .Conheço bem Carangola[8] onde residi durante muito tempo e por isso posso dizer que este município virá a constituir um centro agrícola da maior importância porque não só o vale do Carangola se presta muito bem á cultura da cana que ali dá há muitos anos sem replanta, mas também a do café que é a cultura geral. Acresce-se que lá se pode fazer cultura de plantas da Europa, como já se faz da batata inglesa no Varre Sai que já exportou esse gênero para o município de Campos”.(Muylaert, 1910,18).

A construção da Estrada de Ferro Carangola foi a iniciativa que introduziu Francisco Portella na região que ele passou a frequentar e admirar, participando da política local, defendendo os interesses do lugar, além de tecer fortes e profundas amizades com os proprietários rurais daquelas paragens. Muitas vezes se hospedava nas fazendas da região para também se dedicar à caça que era também um de seus hobbys preferidos[9].

[8] No século XIX era comum no linguajar cotidiano se referir á freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola de forma abreviada dizendo-se apenas Carangola. Não confundir com a cidade mineira de Carangola.

[9] Consta que através da amizade feita com o Sr. Francisco de Sá Tinoco e sua esposa D. Maria

V-O CHAPADÃO , O IMAGINÁRIO E O SIGNIFICADO

Francisco Portella tornou-se assim um grande conhecedor do noroeste e nas atividades da caça entrou em contato com a geografia do lugar, tomando conhecimento de um importante maciço que passou a admirar e tornou-se um símbolo regional: o maciço da Elefantina, hoje situado no município de Porciúncula/RJ. A Pedra da Elefantina está localizada, na verdade, entre os municípios de Porciúncula (RJ) e Antônio Prado (MG) e tornou-se célebre por ser o segundo maior monólito maciço de granito do mundo.

No século XIX, este maciço foi denominado talvez pelo Portela, seus amigos de caçada ou ainda outros que frequentavam a região de - o *Itaperuna*. Tanto o maciço, como sua denominação ficaram presentes no imaginário destes líderes como um símbolo de força e desenvolvimento, o que explica o fato de que Itaperuna se tornasse o nome ideal escolhido por Francisco Portella para denominar o futuro município a ser criado na região

Inspirado neste chapadão, J. Sampaio, jornalista campista, publicou em 23 de junho de 1876 no jornal “o Monitor Campista” um poema em sua homenagem. O poema traduz a grandeza desse acidente geográfico, enaltecendo sua grandiosidade e beleza. No imaginário coletivo da época, o maciço traduzia vigor, grandeza e poder como se pode comprovar no texto então elaborado. Por extensão, tais predicados deveriam se transformar nas características dos povos e povoados que ali se desenvolviam. A seguir veja-se o referido poema.

José Tinoco, Francisco Portela quando foi governador do estado do Rio de Janeiro conseguiu na fazenda da Conceição, toda madeira de jacarandá necessária, para a construção dos móveis do palácio do Ingá. (a conferir)..

FIGURA 2 – A Pedra da Elefantina – Porciúncula/RJ



pt.wikipedia.org

ITAPERUNA

Sempre de pé! Sem tenda de trabalho
Embevecido, espelha-se severo
Nas águas do ruidoso Carangola
Sentinela insuspeita, alçado às nuvens
Vigia seus domínios orgulhoso,
Impávido abroquela-os. Quem ousara
Profanar de esperança o santuário?
Assomo ao vigor, como inculcando,
Que daquelas paragens florescentes
É ele o Itaperuna; o eldorado
De grandeza, de sonho futuro
Se avaro, jamais guarda em seu tesouro
Penhas de diamantes, massas de ouro
Regorgita de germens de riqueza,
Talvez quem sabe, desperte um dia

Que se mova e caminhe, e se revele
Quando possante, ao lado do progresso
Outro gigante a devorar distâncias
Desbrave plagas, acepilhe sendas
Quando um sibilo ingente alvorotado
Em penachos de fumos erguer-se aos ares
Hão de estrugir os hinos dos triunfos
Na festa da conquista. Nas empresas
O futuro alimente o esforço.
(J. SAMPAIO, 1876, Monitor Campista, p 1)

Este maciço é hoje conhecido como Pedra da Elefantina, mas na raiz, ou seja, na origem, não poderia ser este, o seu nome original, da feita que nunca existiu esse paquiderme na região – elefantes não eram encontrados ali e obviamente os nativos não o conheciam. A denominação correta do maciço no século XIX é o vocábulo indígena - ITAPERUNA. A explicação para esta denominação se deve ao formato do maciço (uma pedra = **ita**), cujo dorso se parece com um mamífero abundante na região - a anta - a quem os indígenas denominavam **tapir**. Para completar temos o sufixo **una** = preto. Concluindo podemos afirmar que ITAPERUNA se forma a partir da conexão de três palavras indígenas:

ITA + TAPIR + UNA = ITAPERUNA

PEDRA+ANTA+ PRETA

FIGURA 3 - Uma anta – tapir em idioma indígena[10]



pt.wikipedia.org e google.com/search?

VI-CONCLUSÃO

No tocante à adoção deste nome, nos chama a atenção, em primeiro lugar, algo bastante curioso: a palavra ITAPERUNA precedeu a existência concreta de um município com este nome na região. O vocábulo Itaperuna existia a priori no imaginário dos políticos influentes, principalmente do Francisco Portella, constituindo um projeto ideal para nomear um novo município quando, no futuro, viesse a ser criado no noroeste fluminense.

Tanto isto é verdade que no momento em que a freguesia de Natividade do Carangola teve a pretensão de se transformar em sede municipal[11], o município então criado em 1885, teve a denominação de **ITAPERUNA**, com sua **sede localizada no povoado de Nossa Senhora da Natividade,** incluindo as freguesias de Santo Antônio do Carangola, São Sebastião do Varre-Sahe e Senhor Bom Jesus do Itabapoana. Tinha-se conhecimento então que

> "O nome dado ao novo município originou-se de um passeio feito por Dr. Portella a uma serra no extremo norte do município, em cujo

[10] A Anta brasileira tem por nome científico tapiris terrestres e é também conhecida por tapir. É um mamífero perissodáctilo da família tapiridal e gênero Tapirus. Possui 2m de comprimento e pesa 170 kg quando adulto. Vive em áreas abertas ou florestas perto a cursos d'água.

[11] Por ser o povoado mais desenvolvido em todo o noroeste, a freguesia de N. Senhora da Natividade do Carangola acalentava o sonho de se tornar sede do município, fato que não aconteceu. O município que realmente vingou na região foi o de Itaperuna criado no pequeno arraial do Porto Alegre.

> cume existe um chapadão de uma beleza sem rival e que se chama Itaperuna". (MUYLAERT,1910, pag.15).

Este município, porém teve curta duração, pois o ato que o criou foi no mesmo ano anulado. Alguns anos mais tarde (1889), foi instituído um outro município, **com o mesmo nome de ITAPERUNA,** este sim duradouro, mas situado noutro lugar: um pequeno povoado denominado arraial do Porto Alegre, onde havia um entroncamento de estrada de ferro e no qual foi instalada inicialmente, a vila de São José do Avaí.

Interessante observar que em dois momentos e em lugares diferentes foi usado o termo Itaperuna para designar o município criado na região noroeste e em ambos podemos perceber a atuação de Francisco Portella. No primeiro (1885) este político ocupava uma cadeira na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, onde defendia a criação do novo município e no segundo (1889) era ele governador do estado do Rio de Janeiro.

.Daí pode-se inferir que a escolha do nome de ITAPERUNA para designar o município a ser formado na região, não foi fruto de uma aspiração popular, nem um desdobramento da história local. A decisão de criar um novo município e a subsequente escolha do nome de ITAPERUNA para designá-lo, representou um movimento do alto para baixo, uma decisão de cunho político tomada pelos líderes políticos de então.·.

FIGURA 4 – ***Brasão de armas do município de Itaperuna***[12]



www.folha1.com.br- blog nino Bellieny

Posteriormente o chapadão da Elefantina influenciou a confecção do brasão representativo da cidade de Itaperuna. Nele está presente uma pedra negra, sobre a qual incide uma cruz branca, representando o monte, cujo formato nos remete á origem de seu nome: o Itaperuna ou a Pedra da Elefantina Se hoje este maciço se localiza município de Porciúncula, à época da fundação da atual cidade de Itaperuna, ele estava situado em terras deste município que desmembrado de Campos, era composto por grande parte da região noroeste.

Concluindo pode-se afirmar que, a inspiração do nome de ITAPERUNA provem da Pedra da Elefantina, originalmente denominado o ITAPERUNA, um vocábulo de origem indígena que dando nome ao maciço, encantou aos políticos e à oligarquia local, fato que justifica sua escolha para nomear o futuro município a ser fundado na região. No imaginário de seus admiradores o maciço em questão, *sempre de pé,* transmitia força/poder e representava *o eldorado de grandeza, de sonho futuro,* como reza o poema. Não se pode afirmar, entretanto que esse símbolo adormecido em pedra, podendo um dia se *revelar possante ao lado do progresso,* tenha, ao longo da história até os dias atuais, povoado o

[12] O brasão de armas do município de Itaperuna foi obra do poeta e escritor Alberto Fioravante, cuja criação data de 1960.

imaginário de itaperunenses que ao que parece não se sentem representados pela Elefantina.

REFERÊNCIAS BIBLLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, João de. **Almanak mercantil, industrial administrativo e agrícola da cidade de Campos**. Campos: Typographia do Monitor Campista. 1884.

ALVARENGA, João de. **Almanak mercantil, industrial administrativo e agrícola da cidade de Campos**. Campos: Typographia do Monitor Campista. 1881.

ANDRADE, Everardo Paiva de, NUNES, Neila Ferraz Moreira **Berçário de Vilas no sertão da Pedra Lisa: Campos dos Goytacazes e a formação histórica do extremo noroeste fluminense**, in: Revista da Academia Campista de Letras, Ano VI, nº I. 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Waldir P. **Gente que é nome de rua**. Vol.II Campos. 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda**, novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa**, 3ª ed., rio de Janeiro: Nova Fronteira,1999.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos, **Notas sobre a fundação do município de Campos dos Goytacazes**, Campos dos Goytacazes, 2012.

HENRIQUES, Major Porphirio, **A terra da promissão: história de Itaperuna**, Rio de Janeiro, Gráfica e Editora Aurora, 1956.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LENHARO, **As tropas da moderação**, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993.

MUYLAERT JUNIOR, Leopoldo, **Álbum do Município de Itaperuna**,1910.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. **O quadro político institucional brasileiro e suas inflexões no processo eleitoral do império**. In : Revista História & Ensino, v.1. Campos dos Goytacazes, ed Fafic, 2005

NUNES, Neila Ferraz Moreira, **Eleições e Poder no Império – a experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes** (1870-1889). Dissertação de Mestrado –IUPERJ –Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA JR, Luiz Desidério. **Legislação sobre os municípios, comarcas e distritos abrangendo o período de 6 de março de 1835 a 31 de dezembro de 1925.** Rio de Janeiro, Tip. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. 1926.

PIZARRO E ARAUJO, Jose de Souza Azevedo**. Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo III. 1945.

WEBGRAFIA

www.folha1.com.br- blog nino Bellieny

https://pt.wikipedia.org

google.com/search?

Fontes

Coleção do Jornal Monitor Campista - Arquivo do Monitor Campista

Ata de Posse da Primeira Câmara Municipal de 1º de janeiro de 1653 -Arquivo Municipal Waldir de Carvalho –Campos dos Goytacazes

O Jardim Suspenso do Valongo e as Estátuas dos Deuses Greco-Romanos: uma breve análise sobre patrimônio, história e memória

The Garden of Valong and the statues of Greco-Roman gods; a brief analyze about patrimony, history and memory

El jardín colgante de Valongo y las estatuas de los dioses grecorromanos: un breve análisis del patrimonio, la historia y la memoria

Rosângela Daiana dos Santos[1]
Anízio Antonio Pirozzi[2]
Fabiane Aparecida da Silva Lima[3]
Josiel Francisco Santos de Morais[4]

Resumo: O presente artigo busca analisar a história das quatro estátuas de deuses gregos romano presentes no Jardim Suspenso do Valongo, na cidade do Rio de Janeiro. Nos valendo de uma breve pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, buscamos discutir a origem das estátuas e as movimentações das mesmas na cidade maravilhosa, especificamente na zona portuária desde suas instalações originais aos lugares onde estão em exibição atualmente. Com base em um referencial teórico na área de história, **relacionando a documentos oficiais** e comparando com as cartas patrimoniais nacionais e internacionais, buscamos refletir sobre esse tema que perpassa o campo do patrimônio, história e **das** políticas patrimoniais.

Palavras-chave: Estátuas gregas; Jardim Suspenso do Valongo; Patrimônio; Monumento histórico.

Abstract: This present article aims to analyze the history of four statues of Greek gods present in hanging garden of Valongo, in the city of Rio de Janeiro. Using a brief bibliographical of a qualitative research, we discuss the origin of the statues and the statues movement in the marvelous city, specifically in the port zone since its original installations to the places where they are in exhibitions nowadays. Based on a theoretical framework in the area of history, relating to official documents and comparing them with national and international heritage letters, we seek to reflect on this theme that permeates the field of heritage, history and heritage policies

Keywords: Greek statues; Garden of Valong; Patrimony; Historic Monument.

Resumen: El presente artículo busca analizar la historia de cuatro estatuas de dioses griegos presentes en el Jardim Suspenso do Valongo, en la ciudad de Río de Janeiro. Nos valiendo de una breve búsqueda bibliográfica de carácter cualitativo, buscamos discutir el origen de las estatuas y sus movimientos en la maravillosa ciudad, específicamente en la zona del puerto, desde sus instalaciones originales hasta los lugares donde se encuentran actualmente en exhibición. Partiendo de un marco teórico en el área de la historia, relacionando a los documentos oficiales y comparándolo con las cartas patrimoniales nacionales e internacionales, buscamos reflexionar sobre esta temática que permea el campo del patrimonio, la historia y las políticas patrimoniales.

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ). Contato: rossantos104@gmail.com.
[2] Historiador e Mestre em Sociologia Política (UENF). Professor e Coordenador do Curso de História no Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Contato:apirozi@fsj.edu.br.
[3] Professora de Literatura. Graduanda em História pela UNESA. Mestranda pelo Programa de Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ). Contato: fabi.ppgpacs@gmail.com.
[4] Historiador e Professor (SEEDUC-RJ). Graduado pela UVA. Mestrando pelo Programa de Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ). Contato:josiel.morais@yahoo.com.br

Palabras clave: Estatuas griegas; Jardín Suspenso de Valongo; Patrimonio; Monumento histórico.

Introdução

Nesse artigo, buscamos refletir sobre o caso das estátuas de deuses gregos romanos existentes na região do antigo cais do Valongo, posteriormente cais da Imperatriz e a história da construção e modificações de um patrimônio imóvel de natureza material denominado Jardim Suspenso do Valongo. Localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, esse bem patrimonial, desde sua fundação suscita debates relacionados ao meio onde o mesmo fora construído, e seu uso como aparato cultural da cidade maravilhosa. Dentro dessa perspectiva, objetivamos recortar nosso objeto de estudo na presença das quatro estátuas de deuses gregos romanos que compõem a paisagem do referido bem patrimonial.

O Jardim Suspenso do Cais do Valongo, teve uma grande reforma na Administração de Pereira Passos[5], que buscava transformar o Rio de Janeiro, então Capital Federal, em uma “Paris dos Trópicos”. Dessa forma, o governo republicano, tentava afastar das áreas centrais da cidade, recém-reformadas, aqueles que eram considerados indesejados, incluindo a antiga área da zona portuária. Área denominada “Pequena África”, reduto de cortiços dos povos de origem africana que ocupavam as encostas dos morros e eram vistos como não civilizados e, portanto, deveriam ser removidos dali para dar lugar ao processo de europeização e saneamento sanitário promovidos pelo movimento reformista liderado pelo engenheiro e Prefeito Pereira Passos, a partir de 1902.

Sendo assim, às restrições foram impostas à população local mais pobre e a perseguição aos praticantes de rituais afro-brasileiro, como a Umbanda e o Candomblé. O Processo foi marcado por acentuada violência e preconceito, aos quais davam andamentos à lógica da política de embranquecimento da população brasileira. Apesar das modernizações promovidas pelo governo, algumas estruturas sociais e

[5] Reforma liderada pelo Prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves (1848-1919). O projeto empreendido pelo governo Federal e Municipal pretendia tornar o Rio de Janeiro um cartão postal do progresso e se tornasse atrativa à presença de investimentos estrangeiros. Para eles a reforma iria colocar abaixo os precários casarões e cortiços abarrotados de gente. Na Cidade, os serviços de saneamento e esgoto eram precários, o que facilitava as epidemias e doenças de variadas naturezas. A remodelação causou uma comoção pública frente a política da “bota abaixo” promovido pelo Prefeito com suas demolições de prédios antigos e habitações populares, que dariam lugar para a construção de novas avenidas e jardins.

culturais permaneceram intactas, entre elas as controversas estátuas gregas romanos originalmente colocadas no Cais da Imperatriz, lugar que fora construído em 1843 para receber a futura 3ª Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina de Bourbon, no mesmo local onde funcionava o principal porto brasileiro, neste espaço de desembarque de maioria negra chegava do continente africano para ser escravizados no Brasil: o Cais do Valongo[6].

Com a intenção de fazer uma breve análise sobre a criação do Jardim Suspenso do Valongo e a movimentação das estátuas dos deuses gregos romanos passaremos a descrever os fatos envolvendo os principais aspectos dessa questão acerca dos monumentos e bens patrimoniais nelas envolvidos.

Neste artigo buscamos contextualizar a representatividade histórica, a memória e o patrimônio desse sítio de memória da escravidão e da herança africana, onde guarda a valorização da construção da identidade nacional. Dessa forma, destacamos algumas Cartas Patrimoniais que demonstram a importância da conservação dos monumentos históricos que representam as tradições, culturas e os costumes locais e que merecem ser respeitadas.

Para melhor compreensão dos leitores, organizamos o artigo a partir da divisão em três sessões, primeiramente falaremos sobre a formação histórica do Cais do Valongo, inicialmente destinado a entrada de Africanos que seriam utilizados como escravos em fazendas de açúcar e café, e posteriormente se transformando em Cais da Imperatriz, passando por um processo de reformulação e a fixação das estátuas de Deuses Greco-romanos tomou uma visão de embelezamento.

Na segunda Sessão analisamos a escolha e a presença destas estátuas de Deuses Greco-romanos no Cais, suas origens e os debates que envolvem a memória e a representação local. Falaremos também do processo de restauração das mesmas e a construção de réplicas, e o local que se encontra atualmente.

Terceira parte traz as discussões relacionadas ao conjunto de cartas patrimoniais que tem guiado a teoria e práticas de conservação. Desdobramentos para preservar e respeitar o monumento no caso do jardim suspenso Valongo, dessa forma, selecionamos alguns documentos que consideramos importantes para esta

[6] Há documentos que comprovam que este lugar foi usado com essa finalidade até 1811. Biblioteca Nacional, Seção dos Manuscritos, II-34,26,19. “Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a SAR [RJ, 1811]”.

discussão, levando em consideração as divergências das cartas com a realidade brasileira.

I. Formação Histórica do Cais do Valongo

A construção do Cais do Valongo[7] foi, sem dúvida, uma das maiores construções do século XIX no Rio de Janeiro, serviu ao sistema capitalista no controle de entrada e saída de mercadorias que eram submetidas a impostos, antes o destino da mercadoria era direto para metrópoles. Tendo em vista, a existência do pacto colonial. Logo, desde o século XVI havia uma necessidade de criar um Porto para servir a exportação de matéria prima. Porém, somente no século XIX com a chegada da família real, é que os portos foram abertos e modernizados para os países amigos.

De acordo com a base de dados *slavevoyages.org*[8]*,* entre os anos de 1501 e 1866, mais de 10 milhões de africanos desembarcaram no continente americano para serem escravizados. Dentro dessa parcela, um total de 4.874.373 escravizados aportaram em solo brasileiro. Desses, 2.263.914 adentraram o Rio de Janeiro pelo Cais do Valongo. Os números indicam um lucrativo comércio que se valia de vidas humanas negras para abastecer as fazendas produtoras de açúcar e café com trabalho escravo. Pois, as Mulheres, homens, crianças das mais diversas etnias deram adeus ao seu lugar de origem, e partiram rumo ao desconhecido milhares não suportaram a dor da partida, a incerteza do retorno, os maus tratos físicos e psicológicos encontram na escuridão do mar a sua última morada.

A chegada ao Brasil se dava através do Cais do Valongo localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. Trata-se de uma prova física de um dos portos por onde milhares de africanos desembarcavam. Sobre o Cais, Mônica Lima, professora de História da África do Instituto de História da UFRJ, afirma que:

> funcionava um local de desembarque desde o século XVIII, esse cais funcionou ativamente até 1831, quando oficialmente ficou proibido o tráfico de escravos entre a África e o nosso país – e, como estava numa área urbana muito visível, não poderia ser local de atividade clandestina. Sabemos que somente a partir de 1850 foi realmente extinta esse tipo de atividade mercantil que também ficou conhecida como “infame comércio” (LIMA, 2016: 01).

[7] Antigo Cais localizado na zona portuária do Rio de Janeiro.
[8] Acesso em 19/09/2021.

Na região do porto funcionavam os galpões que recebiam os homens, mulheres e crianças sobreviventes da travessia. Aqueles que apresentavam uma condição física mais vulnerável recebiam uma alimentação especial a fim de que recuperassem suas forças e, assim serem encaminhados aos mercados de escravos. Nesses mercados, os escravizados aguardavam o momento da compra. Maria Graham, viajante inglesa, esteve no Brasil durante esse período e descreveu com detalhes o ambiente de um dos mercados mais movimentados do país, o Valongo:

> Todas as casas desta longuíssima rua são depósitos de escravos. Passando pela rua [...] vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas com suas cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele o sinal da sarna (doença) recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem em tapetes, evidentemente muito fracas para sentar-se (GRAHAM, 1990: 274).

Após a compra, os negros seguiam para as residências daqueles que agora se diziam seus donos. Tendo dimensões continentais, o Brasil possuía um vasto território a ser explorado, logo os escravizados eram encaminhados para onde se fazia mais necessária à sua presença. Durante o século XVI, a mão de obra escravizada era usada para fazer o escoamento do pau-brasil.

A abertura dos portos significava ativar a economia da colônia, que naquele momento encontrava-se sob administração da coroa de D. João VI. A construção do Cais do Valongo em 1811 tinha o objetivo de se tornar o maior complexo de comércio escravagista da América Latina. Esse porto chegou a movimentar uma quantidade expressiva de negros escravizados do continente africano.

> A reposição física das relações de produção, entre 1811 e 1830, era monopolizada por 9,4% dos traficantes (detinham 57, 9% do mercado), todos comerciantes de grosso trato. Dos 36 comerciantes “mais reputados” do rio de Janeiro, segundo o vice-rei em 1799, levantamos inventários, testamentos e outros documentos relativos a 38,9% deles, e nenhum apresentava um passivo comercial superior ao ativo (FRAGOSO, 2000: 50).

Portanto, a chegada histórica das princesas Duas Sicília, Teresa Cristina Maria de Bourbon ao porto passou a se chamar Cais da Imperatriz, local foi escolhido para o seu desembarque no ano de 1843, além de demostrar a imagem de uma sociedade um tanto culta e menos brutal devido a movimentação do comércio de escravos no porto. Sendo assim, fez com que o Cais do Valongo se tornasse um marco histórico

na cidade do Rio de Janeiro. Lima (2013) desenvolveu uma pesquisa de Arqueologia histórica sobre o Cais do Valongo, onde realizou um monitoramento arqueológico que demonstrava a comprovação da presença de objetos pertencentes a cultura africana, trazendo evidencias que este “local de desembarque foi aterrado para a construção do novo cais destinado à princesa e os que chegaram pelo Cais do Valongo foram deliberadamente esquecidos, configurando um fenômeno de amnésia social.” (2013: 181), o que configura o caráter de uma sociedade que classifica momentos que preferem lembrar.

A representação das estátuas dos Deuses gregos: Minerva, Marte, Ceres e Mercúrio, nesse local fez parte de um projeto que serviu para caracterizá-lo com o objetivo de impressionar a princesa e demonstrar o interesse de agradar a mesma. Dessa forma, as estátuas dos Deuses gregos fixadas nas extremidades da área (ver figura 1) do cais faziam parte do cenário que tornaram testemunhas ocultas da entrada de negros e princesas, além disso, serviu para o embelezamento da região. Encontrava-se estruturada para receber diversos visitantes do exterior e do centro da cidade do Rio de Janeiro que as abrigavam.

Figura 1 – Fotografia do Cais da Imperatriz em 1911



Fonte: Disponível em encurtador.com.br/pvwM3 (Acesso em 23/05/2021).

Em 1906, o então prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos após estudar urbanismo na França alinhou sua formação de engenheiro civil com o trabalho do arquiteto Granjean Montigny (1776-1850) do século XIX mantendo assim, as estruturas artísticas das estátuas dos deuses gregos no cais do Valongo.

Esse ponto Histórico tornou-se referência de um período escravista sob domínio Monárquico. A modernização mostra o rompimento com o passado, porém

por ser um Patrimônio Histórico, era necessário conservar e preservar a memória do local que foi protagonista de uma diversidade cultural.

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada (LE GOFF 1996: 423).

Entretanto, a ideia de conservação dos monumentos históricos segue as perspectivas de preservação da revolução francesa, e isso fez com que outros países seguissem as mesmas intenções de conservação e preservação dos patrimônios históricos. Choay, cita que o patrimônio está enraizado no espaço e no tempo.

> Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinados aos usufrutos de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetária, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas-artes e das aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes humanos (CHOAY, 2006,Pág 11).

Logo, a reorganização do espaço público criado no século XIX e estruturado por Pereira Passos no início do século XX, fez com que mantivesse a história e a importância pela qual foi criado o Porto do Cais do Valongo. Dessa forma o patrimônio Histórico do Rio de Janeiro pode ser definido através do Capítulo I pelo decreto lei de 25 de 30 de novembro 1937.

> Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Dessa forma, seguiu-se as determinações acompanhadas das leis de tombamento, conforme o capítulo II da Constituição Brasileira de 1937.

> Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (Constituição Brasileira de 1937)

Portanto, esse enquadramento sobre as leis de proteção do Patrimônio Histórico Brasileiro serviu para proteger e evitar qualquer desaparecimento de obras de arte. Pois, existia a necessidade de modernidade na área do porto, por fazer parte do desenvolvimento da cidade, além do comprometimento de não eliminar o passado. Para Le Goff, o termo “moderno” assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado” (2006: 172).

Porém, a influência da arte moderna em 1922 produziu a ideia de que uma industrialização ou a modernidade traria a destruição do passado. Essa concepção estava errada, conforme explica Edgar Morin (1977) que “a modernidade é como uma cultura de massa” a industrialização muda o costume da sociedade.

> As massas populares urbanas e de uma parte dos campos acedem a novos standards de vida: entram progressivamente no universo do bem-estar, da distração, do consumo, que até então era exclusivo das classes burguesas (LE GOFF, 2006: 194-195).

Por outro lado, a valorização do patrimônio histórico contextualizada depois da Revolução Francesa, fez com que outras sociedades seguissem o mesmo caminho. Porém utilizando-se do termo valorização Choay cita que: “A ambivalência da expressão “valorização” aponta um fato inédito na história das práticas patrimoniais: o antagonismo entre dois sistemas de valores e dois estilos de conservação (2006: 212).”

Nesse sentido, passaremos a contextualizar um pouco melhor a história e os movimentos que foram feitos envolvendo as mudanças ocorridas no cenário portuário carioca e o destino das estátuas analisadas aqui.

II. A Saga das Estátuas dos Deuses Greco-Romanos e suas movimentações na Cidade Maravilhosa

Segundo a Historiadora Martha Abreu (2020), pouco se sabe sobre a origem ou autoria das estátuas de mármore que representam os deuses Minerva, Marte, Ceres e Mercúrio presentes hoje no Jardim Suspenso do Valongo. Para ela essas estátuas receberam um tratamento privilegiado, onde elas são muito diferentes dos

marcos da presença africana na região, como o Cemitério dos Pretos Novos (IPN) e a Pedra do Sal, foram muito bem cuidadas e protegidas[9].

Sabedores de que a história da construção do Jardim em si suscita muitos debates envolvendo memória e representação, por conta de sua localização, nos ateremos em descrever minimamente como foi constituído e como as estátuas foram parar lá.

Como citamos anteriormente o Jardim do Valongo foi construído pelo prefeito Pereira Passos em 1906, dentro do conjunto de projetos de embelezamento urbano encampados por sua administração. Está localizado na Rua Camerino. Tratado, com um estilo romântico como muitos outros jardins da época, e segundo a arquiteta Vera Dias (2012) para lá foram transferidas as quatro estátuas que ficavam originalmente no cais projetado por Grandjean de Montigny. E lá ficou até que em 1996, após uma vistoria de técnicos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a intenção de um grupo de restauradores em verificar as condições do local e das peças, após 90 anos de abandono.

Ainda segundo o relato de Vera Dias (2012)[10] as esculturas estavam envoltas em mato e com muitas pichações. Que segundo ela, diante de tal degradação, acentuada pela queda de uma árvore sobre uma das esculturas e pela insegurança do local, as peças tiveram que ser removidas, em 1998, para a garantia de sua preservação.

Após essa visita do IPHAN as estátuas foram levadas para o depósito da Prefeitura, onde as esculturas receberam tratamento de limpeza e restauração. Após o delicado processo de restauro as quatro esculturas foram replicadas, a fim de garantir a preservação das originais, com os cuidados necessários para a sua preservação. Assim, no ano de 1999, foram realizadas as cópias dessas esculturas, com o uso de pó de mármore e cimento branco, atualmente expostas no Jardim do Valongo, mantendo o projeto original de Pereira Passos. As estátuas restauradas agora decoram o jardim do Palácio da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente, em Botafogo, onde estão protegidas, livres das ações dos vândalos.

[9] Texto disponível na íntegra em encurtador.com.br/fxzIZ.
[10] Texto disponível na íntegra em encurtador.com.br/eoESY.

Figura 2 – Fotografia das Estátuas originais ao fundo e as réplicas em gesso



Fonte: Disponível em encurtador.com.br/lKUY7 (Acessado em 23/05/2021)

Foi somente em 2012 as réplicas foram transferidas para sua atual localização, a fim de cumprir sua função de embelezar e preservar a história das esculturas, que chegou no Brasil em 1843 trazidas por Grandjean de Montigny. Porém, primeiramente serviu para adornar o Cais da Imperatriz e, em seguida, proporcionou uma visão holística sob o Jardim Suspenso de Pereira Passos. As réplicas foram deslocadas para o Palácio, descumprindo a intenção da reprodução.

Figura 3 – O Jardim do Valongo após a reforma de 2012



Fonte: Disponível em encurtador.com.br/GSTUY (Acessado em 23/05/2021)

Com isso, apresentamos uma relação entre as estátuas dos Deuses Greco-romanos e a Arte, entendemos que essas esculturas são consideradas como uma arte

plástica que estabelece uma grande interação com o público, normalmente são colocadas em espaços integrando e compondo um conjunto artístico.

A existência da arte se define por diversas formas, a primeira envolve a necessidade da sobrevivência humana e a outra pela sua estrutura social. Para muitos, o envolvimento do homem na sua produção dos bens de consumo de primeira necessidade está vinculada, como: a construção da casa para proteção dos intemperes climáticos, domínio da agricultura na alimentação para manter-se vivo e a até as vestimentas para proteção do corpo. A segunda parte da função é de marcar a sua existência na sociedade, e que posição social ele se incluía. Marcar a existência de uma sociedade nos tempos modernos é mais complexa, pois irá personalizar uma época de um pensamento coletivo ou individual. Fischer (1966), cita que a arte é concebida ao homem.

> A arte concebida como substituição da vida, a arte concebida como meio de colocar o homem em estado de equilíbrio com o meio circundante - trata-se de uma ideia que contém o reconhecimento parcial da natureza da arte e da sua necessidade. (1966: 11).

Portanto, a função da arte tende a não somente marcar a existência da sociedade, mais para demarcar a sua presença ou domínio. Lembre-se da pintura rupestre que marca a existência de uma sociedade que vivia na região, pois através da pintura registrou e imortalizou sua existência. A pintura rupestre foi a demarcação de um território, pois mostrava o domínio na caça, na bravura de domesticar os animais e na conquista de território. A produção de arma e as pinturas nas cavernas mostravam a sua superioridade.

O cais do Valongo é uma espécie de demarcação de uma sociedade que procurou manter a sua existência através da arte replicada de uma sociedade que também buscou mostrar o domínio na cultura artística e literária. Essa manifestação de superioridade econômica, política e social é demarcada pela existência de um período colonial, que através das artes mostravam a presença de uma sociedade que se consideravam melhor que às outras existente na época, Choay, cita que:

> O monumento histórico adquire com isso uma nova determinação temporal. Doravante, a distância que dele nos separa se desdobra. Ele está refugiado num passado do passado. Tal passado já não pertence à continuidade do devir e a ele nada será acrescentado pelo presente ou pelo futuro. E, qualquer que seja a riqueza dos filões arqueológicos ainda inexplorados, essa fratura do tempo relega o campo dos monumentos ao canto de uma finitude inapelável. Após o Renascimento, as antiguidades,

> fontes de saberes e de prazeres, afiguravam-se igualmente como pontos de referências para o presente, obras que se podiam igualar e superar. (2006: 136)

Sendo assim, podemos perceber que as réplicas das estátuas introduzidas no Caís do Valongo mostravam um egocentrismo, pois tentava se impor através da arte produzida em outra época. A imagem era desconhecida para muitos que na região habitava. Mas, tinha o objetivo de causar um olhar diferenciado para quem chegava, mas também um deslumbre para os desprovidos do conhecimento das imagens. A arte servia para encobrir a brutalidade de um período colonial.

Portanto, a arte tem o papel de seduzir o homem a um imaginário que pode em certo momento influenciar um pensamento mais humanístico sobre a estética de uma obra artística, além de provocar um sentimento diferenciado no sujeito que vive o cotidiano. Janson (1996) acredita que "A imaginação é uma das facetas mais misteriosa da humanidade. Pode ser vista como um elo entre o consciente e subconsciente" (1996: 06), e define a arte como:

> A arte nos dá a possibilidade de comunicar a concepção que temos das coisas através de procedimentos que não podem ser expressos de outra forma. Na verdade, uma imagem vale por mil palavras não apenas por seu valor descritivo, mas também por sua significação simbólica. Na arte, assim como na linguagem, o homem é sobre tudo um inventor de símbolos que transmitem ideias complexas sob formas novas. (1996: 07)

III. Patrimônio, Memória e Cartas Patrimoniais

As cartas patrimoniais[11] são documentos que estabelecem procedimentos a serem assumidos nos trabalhos de documentação, preservação, planos de conservação e diretrizes para intervenções de restauro e manutenção do patrimônio cultural. Faz-se necessário entender que estes documentos foram constituídos por variadas discussões e por interesses diversos em um determinado local, em um específico período e por um grupo participante. A partir destes documentos que defendem a proteção e conservação de jardins históricos e patrimônios culturais,

[11] Existem cerca de 40 cartas patrimoniais (IPHAN, 2015), iniciativas de instituições como a UNESCO, ICOMOS, IPHAN, entre outras, e todas possuem contribuições para os temas relacionados a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

iremos destacar algumas que se aplicam neste caso do Jardim suspenso do Valongo[12].

Pensando na elaboração de métodos e procedimentos de preservação através das cartas patrimoniais que são documentos com diversas formas as quais foram destinadas para objetivação e detalhamento de práticas. Com isso, nos basearemos no artigo de Granato, Ribeiro e Araújo (2018), que abordam documentos patrimoniais como instrumentos de preservação do patrimônio cultural e na proteção de bens culturais através da estruturação das cartas Patrimoniais, buscando uma representatividade para que "o patrimônio cultural tombado seja mais característico e representativo daquilo que é valorado pela sociedade em suas diversas faces" (2018: 207).

A UNESCO[13] considera o Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade desde 2018, por ser o sítio de memória da Diáspora Africana nas Américas[14] mais completo que se conhece, sua importância não é só para a nação brasileira, mas para a história do mundo. Dessa forma, podemos considerar o Jardim Suspenso do Valongo o maior centro de memória da escravidão e de herança africana para a formação da nossa nação, local que simboliza a resistência e a força daqueles que foram vítimas injustiçados e prisioneiros.

Luciana Inoue (2018) argumenta aspectos sobre o Conceito de patrimônio e conceito de memória e explica que "as memórias não são mais nacionais, podem ser coletivas ou individuais, de pequenos grupos, o que contribui para o surgimento dos chamados "novos patrimônios" (2018: 273), quando o domínio do patrimônio passa a ser elevado a grandes escalas, envolvendo comunidades ou cidades.

O processo histórico de ampliação do conceito de patrimônio está diretamente ligado a "bens de natureza ideológica, moral, religiosa, política, jurídica, estética, psicológica e, inclusive, natural", além dos "valores atribuídos ao ambiente, aos objetos e às práticas sociais" (COSTA, 2012: 07). Fazendo referência àquilo que pertence a alguém, individualmente ou coletivamente, e neste caso do Cais do

[12] O Jardim e as estátuas receberam proteção do IPHAN através do tombamento realizado em 1938. E recebeu título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco em 9 de julho de 2017, por ser o único local de vestígio material que comprova a chegada dos africanos escravizados nas Américas.
[13] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 1945.
[14] E a casa da Guarda, que abriga uma exposição dos vestígios achados nas escavações durante as obras de revitalizações da área.

Valongo é pertencente à um grupo que representa parte da construção da identidade do país, local que guarda a valorização da formação social do Brasil.

Consideramos o patrimônio cultural a partir de experiências vividas que formam a cultura própria e definem a identidade do grupo se diferenciando dos demais. Essa preocupação sobre o patrimônio cultural é importante para definir a identificação, proteção e valorização dos bens que são partes integrantes para a construção da identidade nacional, e sendo possível identificar as raízes sobre o alargamento e valorização do patrimônio[15].

Pensando nas definições consideradas importantes para construção da identidade nacional, que podem ser constituídas a partir das relações de poder entre os grupos sociais e o Estado, conforme demonstra Köhler:

> O patrimônio cultural cumpre quatro funções principais, a saber:
> a) reforçar a noção de cidadania, dado que o acervo salvaguardado é de propriedade de todos, e exige, por isso, o envolvimento da sociedade em sua preservação; b) o acervo salvaguardado materializa a nação, demarcando-a no tempo e no espaço; c) os bens patrimoniais marcam a presença da nação em um território, servindo como provas materiais da história oficial e de seus mitos de origem; d) o patrimônio cultural é um instrumento pedagógico, a serviço da educação dos cidadãos (ANDRADE, 1986; CHOAY, 2006; FONSECA, 2005, *apud* KÖHLER, 2019: 143)

A partir disso, algumas Cartas Patrimoniais fazem “referências à necessidade de respeitar as tradições, os costumes e as culturas locais”, destacando a Carta de Paris em relação ao Conceito de Patrimônio cultural (imaterial) “abarca efetivamente a cultura tradicional e popular” (GRAMMONT, 2006: 440).

A Carta de Atenas destaca a conservação de sítios e monumentos históricos bem como o patrimônio cultural e juntamente com a Carta de Veneza[16] demonstram importantes pontos para a preservação, restauração e conservação de bens culturais, bem como a monumentalização e patrimonialização, onde “o patrimônio cultural consiste em grandes obras arquitetônicas, que adquirem o status de monumentos” (KÖHLER, 2019: 144), destacando os territórios dos patrimônios, onde a manutenção de monumentos, mantendo sua forma original e que passa a permitir uma refuncionalização.

[15] A partir da década de 1960 o conceito do patrimônio abrange a largas porções do território, se relacionando a paisagem natural e aspectos culturais.
[16] Criada em maio de 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos e pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

A Carta de Atenas foi o marco inicial de uma regulamentação do Patrimônio Histórico Internacional que promoveu uma reflexão crítica sobre os bens patrimoniais existente em toda civilização, pois entendia que corria o risco de perder grande parte da história humanidade. Essa carta serviu de norteamento para nações que tinha uma preocupação com sua história. A ICOM[17] e a UNESCO deram sua contribuição para desenvolver normas e regras para a Conservação, Preservação e Restauração de obras em diversos conjuntos de patrimônios.

Demonstrando a importância de se ampliar a preservação do patrimônio em territórios urbanos e da aplicação do significado cultural do monumento, sendo a primeira carta que que vai aparecer a autenticidade vinculada ao patrimônio cultural. E posteriormente acontece na Conferência de Nara[18] uma discussão sobre a autenticidade de bens culturais, definindo que a restauração e a manutenção devem acontecer buscando manter a autenticidade. E quando empregamos as estátuas presentes no jardim suspenso do Valongo procuramos através de sua originalidade entender o processo que levou a restauração delas.

Necessidade de pensar na preservação das áreas de entorno do monumento do patrimônio urbano, a Declaração de Amsterdã (1975) e o Manifesto de Amsterdã (1975), onde refletem “a preocupação do Conselho da Europa com a especulação imobiliária, presente em vários núcleos antigos e cidades patrimoniais europeias, que expulsava os residentes, provocando a troca da população.” (KÖHLER, 2019: 152). Demonstrando assim a importância da conservação do patrimônio além do planejamento urbano e isso só é possível quando os poderes locais trabalham e abrem espaço para que a população possa participar integrando a este bem uma significação cultural.

Através das cartas patrimoniais analisamos os significados que o monumento representa para o território, atendendo seu propósito para a preservação do bem, devemos pensar nas áreas de entorno, que são consideradas como essenciais em relação à edificação, dessa forma as definições da Lei complementar n°111 do Estado do Rio de Janeiro[19], visam a proteção, integridade, ambiência e visibilidade dos bens tombados, além do tombamento das Áreas de entorno de bem tombado:

[17] Conselho Internacional de Museus, criado em 1946.
[18] Considerando os Critérios de autenticidade da UNESCO.
[19] Art. 134. O tombamento se Dara conforme o estabelecido na Lei Municipal nº166, de 27 de maio de 1980.

> § 2º a área em torno no bem tombado, seja ela de domínio público ou privado, que integra e compõe a ambiência dos bens imóveis tombados, e estabelece restrições para garantir a visibilidade do bem e para a proteção das construções que guardam, com o bem tombado e entre si, afinidade cultural ou urbanística relevantes para a sua valorização. (1980: 72)

Fazendo relação com a carta de Florença[20] que foi elaborada pensando na proteção dos jardins históricos, visando a complementação da Carta de Veneza[21]. Nesta carta fica definido que: "*um jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, perceptível e renovável".* Que deve ser salvaguardado como *"um Monumento Vivo".* (1981: 01)

Vale destacar a importância da composição arquitetônica do jardim histórico, ressaltando cada detalhe presente no mesmo, simplificado da seguinte forma: Seu plano e os diferentes perfis do seu terreno; suas massas vegetais: suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos, suas alturas respectivas; seus elementos construídos ou decorativos; as águas moventes ou dormentes, reflexo do céu.

> Art 7º Ligado a um edifício, do qual será parte inseparável ou não, O jardim histórico não pode ser separado de seu próprio meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural.
> Art 10º - Qualquer operação de manutenção, de conservação, restauração ou reconstituição de um jardim histórico ou de uma de suas partes deve considerar simultaneamente todos os seus elementos (Carta de Florença, 1981: 02).

Carta de Veneza é considerada uma das mais importantes e influentes cartas patrimoniais, pensando no monumento e a relação com seu entorno, dessa forma, podemos observar as orientações de arquitetos para definir as legislações do patrimônio artístico e histórico nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º as questões da conservação e preservação de sítios urbanos e rurais as técnicas de restauração, manutenção sobre orientações de profissionais, salvaguardar as obras das desconfigurações mantendo a conservação do monumento histórico e a conservação e preservação permanente das obras.

[20] Elaborada em maio de 1981, através do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS e pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos – ICOMOS / IFLA.
[21] Criada em maio de 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e pelo ICOMOS.

As Normas de Quito de 1967[22] fazem considerações sobre o Patrimônio cultural através de uma visão do Terceiro mundo, vinculando o "patrimônio monumental (americano) ao desenvolvimento econômico (da América Latina), por meio do turismo cultural". (KÖHLER, 2019: 147). Portanto, conclui-se que essa carta patrimonial destaca preocupação com os bens artísticos e históricos estrangeiros, pois a existência de patrimônio históricos não pertencente aos países Ibéricos corria risco de serem eliminados, pois entendia que não fazia parte da cultura dos colonizadores.

A carta de Mar del Plata criada em 1997[23] faz referência sobre o Patrimônio Intangível, frisando a sustentação sobre a diversidade dos sistemas e subsistemas culturais, além de destacar a preocupação em relação as consequências que identidades podem sofrer em um processo de globalização.

Destacando a preocupação da UNESCO sobre o tratamento e salvaguarda do patrimônio intangível que se materializa nas diversas manifestações culturais de nossos povos, pelo fato de que o patrimônio cultural da região seja constituído por grande quantidade de contribuições – que provém de diversas culturas pré-colombianas, além das contribuições europeias, africanas e asiática, que acabam por promover o fortalecimento de nosso patrimônio em comum.

E por fim a Carta de Juiz de Fora[24] que reuniu diferentes especialistas ligados a preservação do patrimônio cultural e natural, onde discutiram questões referentes a preservação e gestão dos jardins históricos. Neste documento consideram patrimônio os sítios e paisagens agenciados pelos homens, além dos centros históricos e caracterizam os jardins históricos como um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza.

[22] Elaborada através da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico – O.E.A. – Organização dos Estados Americanos.
[23] Documento do Mercosul, criada pelos participantes das primeiras Jornadas do Mercosul sobre o Patrimônio Intangível, organizadas pelo CICOP Argentina, e o órgão de cultura e municipalidade de General Pueyrredon, realizadas na cidade de Mar del Plata, de 10 a 13 de junho de 1997.
[24] Elaborada em 2010 no I Encontro Nacional de gestores de Jardins Históricos, organizado pelo IPHAN em parceria com a Fundação Museu Mariano Procópio – MAPRO e com a Fundação Casa de Rui Barbosa.

IV. Considerações Finais

A construção do Cais do Valongo teve como objetivo ser o maior complexo de comércio escravagista da América Latina, neste porto chegou a ser movimentado uma quantidade expressiva de escravizados do continente africano, e transformando-o em cais da imperatriz, que consideramos uma representatividade histórica que gerou um embelezamento local com a presença das estátuas gregas. Dessa forma, neste artigo explicamos os conceitos de patrimônios necessários para conservar e preservar a memória. Sendo assim, o uso das cartas patrimoniais como referências ajudaram no desenvolvimento e estruturação do debate acerca da preservação patrimonial do Jardim elevado do Valongo e das Estátuas gregas.

Destacamos a importância da valorização do patrimônio e de sua preservação, pensando em um espaço urbano no centro histórico que represente um valor através dos objetos arqueológicos presentes nele. E neste caso o Jardim Suspenso do Valongo, vem conservar os objetos encontrados e considerar como testemunhos de escravização de africanos nas américas, incluindo assim, processos históricos e culturais. Então a preservação é permitir e transmitir esse saber, reafirmando a importância da diversidade cultural dos povos latino-americanos, a partir da integração das nações.

Dessa forma, consideramos que o patrimônio é expressão de uma sociedade, e que através de seus princípios faz necessário a preservação e restauração através da memória viva presente, pois acabam servindo para reforçar o sentimento de pertencimento e se sentir representado. Tornando-se assim, uma visão idealizada dos monumentos históricos, precavendo a degradação e o vandalismo nestes espaços.

V. Referências bibliográficas

1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (CIAM). **Carta de Atenas.**1931.

ABREU, Martha. **Os deuses gregos e o Valongo**: um caso exemplar de estátuas fora do lugar. **https://conversadehistoriadoras.com/,** 2020. Disponível em:

https://conversadehistoriadoras.com/2020/06/21/os-deuses-gregos-e-o-valongo-um-caso-exemplar-de-estatuas-fora-do-lugar/. Acesso em 20 de maio de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 19 de maio. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Seção II – Da Cultura, Art. 215 e 216. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 06 de maio. 2021.

Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora - Outubro de 2010. Estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros.

Carta de Mar del Plata - junho de 1997. Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**, 3. Ed, editora, Unesp, 2006.

Conselho da Europa. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Declaração de Amsterdã.** 1975

COSTA, Everaldo Batista. **Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX.** Finisterra, XLVII, 93, 2012, pp. 5-28.

DIAS, Vera. **Jardim do Valongo, as esculturas do jardim suspenso**. **http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/**, 2012. Disponível em: http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2012/07/as-esculturas-do-jardim-do-valongo. Acessado em 22 de maio de 2021.

FISCHER, Enest. **A Necessidade da Arte**. Ed. Zahar – Rio de Janeiro, 1966.

FRAGOSO, João Luís, (Org. Linhares, Maria Yedda**) História Geral do Brasil**, Ed. Campus, 2000.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil: e uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823**. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

GRAMMONT, Anna Maria de. **A construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais**. PASOS: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Vol. 4 N°3, págs. 437-442. 2006.

GRANATO, Marcus. RIBEIRO, Emanuela Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. **Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**. **Revista Informação e Informação,** Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018.

INOUE, Luciana Massami. **O Patrimônio Urbano e as Cartas Patrimoniais**. Oculum ens. Campinas | 15(2) | 271-286 | maio-agosto 2018.

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). **Carta de Veneza.** II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. 1964

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). **Carta de Burra.**1980

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) / International Federation of Landscape Architects (IFLA). **Carta de Florença**.1981.

JANSON, H.W, Janson. A.F, **Iniciação À História da Arte**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1996.

KÖHLER, André Fontan. **As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, Volume 9, Número 2, dez. 2019, p. 138-163.

LE GOFF, Jacques**. História e Memória.** 4 ed. Editora Unicamp, 1996. Pág. 194-195, 423.

LIMA, Mônica. **O Cais do Valongo na história do Rio de Janeiro: atividade preparatória a uma aula de campo.** Narrativas do Rio, FAPERJ, 2016.

LIMA, Tania Andrade. **Arqueologia como ação sociopolítica: O caso do Cais do Valongo**, Rio de Janeiro, século XIX. **VESTIGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.** Volume 7, Número 1, Janeiro-Junho 2013.

MORIN, Edgar. **Cultura das massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1977.

United Nations Educational, Scientifc, Cultural Organization (UNESCO)/Internacional Council of Museums (ICOM)/. **Recomendação de Paris.** 1962

SLAVE VOYAGES. **Comércio Transatlântico de Escravos: base de dados.** Disponível em: https://www.slavevoyages.org/voyage/database#results. Acesso em: 18 de maio de 2021.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. DOURADO, Catarina. CAVALCANTI, Fábio. LIRA, Flaviana. PICCOLO, Rosane. **Da Autenticidade Nas Cartas Patrimoniais Ao Reconhecimento Das Suas Dimensões Na Cidade.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada/Ceci – Textos Para Discussão, V. 37. Série Identificação Do Patrimônio Cultural. Olinda, setembro de 2008.

INTERESSES ECONÔMICOS ACIMA DA PRESERVAÇÃO: A HISTÓRIA DE SÃO JOÃO MARCOS

ECONOMIC INTERESTS ABOVE PRESERVATION: THE HISTORY OF SÃO JOÃO MARCOS

INTERESES ECONÓMICOS POR ENCIMA DE LA CONSERVACIÓN: LA HISTORIA DE SÃO JOÃO MARCOS

Ana Cristina de Moura Delfim Maciel[1]
Elizete Modesto de Souza Marinho Lopes[2]
João Batista de Freitas Neubaner[3]
Renata Nascimento Y Mansour[4]

Resumo: O presente artigo propõe analisar as dimensões materiais e imateriais e os amparos legais para a preservação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. No sentido de contribuir para a reflexão sobre as políticas públicas de conservação do patrimônio cultural, vamos, também, problematizar a relação entre as regras de acesso a recursos públicos para produção de ações de Educação Patrimonial e a integração das políticas públicas para o patrimônio cultural dirigidas à democratização e garantia dos direitos sociais.

Palavras-chave: São João Marcos. Memória. Parque Arqueológico e Ambiental. Educação Patrimonial.

Abstract: This article aims to analyze the material and immaterial dimensions and the legal support for the preservation of the São João Marcos Archaeological and Environmental Park. In order to contribute to the reflection on public policies for the conservation of cultural heritage, we will also discuss the relationship between the rules of access to public resources for the production of Heritage Education actions and the integration of public policies for targeted cultural heritage to democratization and guarantee of social rights.

Keywords: Saint John Mark. Memory. Archaeological and Environmental Park. Heritage Education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las dimensiones material e inmaterial y el sustento legal para la preservación del Parque Arqueológico y Ambiental São João Marcos. Con el fin de contribuir a la reflexión sobre las políticas públicas para la conservación del patrimonio

[1] Mestranda em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ). Contato: anacrimaciel@gmail.com.
[2] Mestranda em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ).
[3] Mestrando em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ).
[4] Mestranda em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ).

cultural, también discutiremos la relación entre las reglas de acceso a los recursos públicos para la producción de acciones de Educación Patrimonial y la integración de las políticas públicas para el patrimonio cultural focalizado a la democratización. y garantía de los derechos sociales.

Palabras clave: San Juan Marcos. Memoria. Parque Arqueológico y Ambiental. Educación patrimonial.

UMA HISTÓRIA SEM FINAL FELIZ

De acordo com Mozart Victor Serra (2011), São João Marcos foi uma cidade cuja história não difere muito das demais surgidas no período colonial no Brasil, sobretudo das cidades da região sudeste, cujas terras passaram no século XVII de simples povoados, construídos em torno de uma igreja algumas tornaram-se vilas e cidades.

Em 1744, Simão da Cunha Gago (bandeirante natural de Mogi das Cruzes) conseguiu uma licença para explorar a região do Rio Paraíba do Sul com o intuito de buscar pedras preciosas e ouro. Seguindo para a região de Aiuruoca, Minas Gerais, juntamente com outros desbravadores, desceu a serra e montou um acampamento, no local onde seria fundada, no futuro, a cidade objeto do nosso estudo. Entretanto, sua história efetiva se iniciou no ano de 1739.

> A história da cidade se iniciou com a construção de uma capela dedicada a São João Marcos Evangelista, a mando de João Machado Pereira, no ano de 1739. O nome da pequena cidade com o tempo foi se espalhando, marcado por suas condições naturais na plantação do produto que durante dois séculos seria símbolo de riqueza do Brasil: café. (BUENO, 2011, p. 40)

O autor complementa afirmando que:

> Com o crescimento da população, foi proposta a construção de uma igreja nova e maior por autorização do Frei Antônio Guadalupe em 18 de outubro de 1763. Teve início em 8 de janeiro de 1796 e inaugurada em 1º de novembro de 1801 foi aberta para as diversas celebrações. Quatro anos após a inauguração da Matriz, a população da Freguesia de São João Marcos solicita ao Vice-Rei sua separação da Vila de Resende, porém o pedido foi negado. Dois anos mais tarde, em 1807, outra solicitação foi enviada ao

> Vice-Rei Conde de Resende assinada por muitos moradores da freguesia. Em menos de cinco anos após o pedido, o Príncipe Regente D. João elevou à categoria de Vila a Freguesia de São João Marcos pelo alvará 21 de fevereiro de 1813. Neste alvará, o Príncipe Regente estava ciente do pedido de separação, onde os moradores alegavam que a Freguesia continha população suficiente e que crescerá mais com o aumento da agricultura que já dava sinais positivos. (BUENO (2011, p.44)

O autor ainda cita que a cidade além de apresentar boas condições de solo e relevo, era localizada em uma posição privilegiada, às margens da primeira estrada de rodagem do Brasil, que ligava Paraty ao Rio de Janeiro e próxima a junção de grandes rios que faziam a ligação direta com o mar através de Mangaratiba.

A cidade possuía uma importância significativa na era dos chamados "barões do café", chegando a ter mais de quatorze mil habitantes, muitas casas, alguns sobrados, duas escolas públicas, teatro, hospital, duas igrejas, agua potável, iluminação a querosene agência dos correios, cemitério, água potável, cadeia pública, dois clubes de futebol além de fábricas, chegando a ser responsável por 1% do café produzido no país chegando a produzir cerca de dois milhões de sacas por ano.

> A pujança da localidade permitia à elite acesso as mais diversas formas de expressão cultural. Artistas de óperas e músicos conhecidos eram trazidos do exterior para se apresentarem nos teatros da sociedade local (as ruínas existem até hoje, à beira da rodovia Rio-Santos, no município de Mangaratiba), as famílias que possuíam muitos bens contratavam governantas estrangeiras e professores particulares para educação privada de suas crianças, bibliotecas inteiras e instrumentos musicais chegavam a carroças e lombo de mulas, arquitetos e mestres de obras famosos eram chamados para erguerem novas casas e prédios públicos. (SERRA, 2011, p. 60)

Como informa Serra (2011), apesar de ter sido a maior economia da região, devido ao comércio de café, ao longo dos anos as plantações foram acometidas por diversos problemas de produção: pragas, plantio inadequado, colheitas sem os devidos cuidados, solo enfraquecido entre outros problemas. O somatório desses problemas fez com que os preços despencassem e com essa queda ocorresse a derrocada da cidade.

A esses fatores ele elenca mais um problema enfrentado pela aristocracia: a abolição dos escravos em 1888 que encontrou, não só a região, mas todo o país, sem nenhum plano político econômico emergencial que pudessem auxiliar a economia de modo geral.

OS PRIMEIROS GOLPES

Não obstante todas as mudanças que a cidade estava enfrentando em 1890, a região, que até então era chamada de São João Marcos do Príncipe, retoma o nome original de São João Marcos, assistindo a diminuição de sua população uma vez que, segundo o autor a mesma teria chegado ao número de sete mil e quatrocentos, número esse muito inferior aos dezoito mil, que em tempos áureos chegou a alcançar.

Vale lembrar que muitos desses moradores foram levados embora pela esperança de trabalharem na construção da Estrada de Ferro entre Angra dos Reis e Barra Mansa.

Enquanto São João Marcos amargava uma decadência, a cidade do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, se desenvolvia com rapidez. Esse desenvolvimento, que também era experimentado por alguns municípios vizinhos, fez com que o Rio necessitasse aumentar a sua capacidade de captação de água e de geração de energia elétrica e assim em 1907, São João Marcos recebe outro grande golpe.

Como resolução do problema do Rio de Janeiro, a solução apresentada pelos engenheiros da *Tramway Light and Power Company Limited* (hoje LIGHT S.A.) foi criar uma hidrelétrica no alto da Serra das Araras (Ribeirão das Lajes), cuja capacidade de represamento seria suficiente para resolver tanto os problemas de abastecimento quanto da geração de energia.

E, dessa forma, sem um planejamento adequado, grandes mudanças e problemas ocorreram.

> Foram desapropriadas 97 fazendas que ficavam às margens de Ribeirão das Lajes. As obras de captação da Companhia começaram em 1906 com a construção da barragem, de 35 metros de altura e 40 metros de largura com capacidade de 244 milhões de metros cúbicos de água.
> Os morros logo se transformaram em ilhas e uma centena de fazendas foram submersas. Os teatros, bibliotecas e capelas

> desapareceram da noite para o dia. Casas e plantações sumiram. Enormes áreas da zona rural sumiram e muitos trabalhadores foram pegos de surpresa, levando-os a óbito. Os animas ficaram encurralados e morreram afogados ou de fome. A inundação formou extensas áreas alagadas às margens da represa acumulando grande quantidade de restos orgânicos e o mau-cheiro se espalhou por quilômetros durante vários meses. (BUENO, 2011, p. 60)

Ainda segundo Bueno (2011), como as famílias não foram precavidas nem amparadas, a grande maioria perdeu tudo: animais, lavouras e inclusive familiares, que se recusaram a deixar suas casas. Com a inundação e em meio à insalubridade a população foi infestada com o vírus da malária e os que não morreram na cidade foram transferidos para igrejas e hospitais improvisados. Após o controle da epidemia e passadas cerca de três décadas, a população, composta agora basicamente por uma classe pobre, chega a menos de cinco mil habitantes.

O DERRADEIRO GOLPE

De acordo com Cabral (2006), na década de 1930, a já então LIGHT S.A., começa a projetar a expansão da represa de Lajes, visto que a cidade do Rio de Janeiro em plena extensão necessitava da ampliação do fornecimento de energia e para isso seria necessário, segundo a empresa, a elevação do nível das águas o que fatalmente resultaria na extinção de São João Marcos.

Numa tentativa derradeira de salvação da cidade de São João Marcos de ser destruída, em 1939, Rodrigo Mello Franco, indica a cidade como “Monumento Cultural” indicação essa que previa a preservação da mesma.

Dessa forma, no mesmo ano o SPHAN (atual IPHAN) tomba a cidade classificando-a como “Raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial”. Entretanto, no ano seguinte, através do Decreto Lei nº2269, o então Presidente Getúlio Vargas “destomba” a cidade autorizando assim a destruição da mesma. Ainda segundo a autora, as demolições começaram numa Quinta Feira Santa.

As edificações foram destruídas a marretadas e as mais próximas da represa rebocadas por barcos com cabos de aço, as que ainda teimavam em ficar de pé foram dinamitadas e finalmente as comportas foram abertas. O

curioso e triste é que apesar de toda essa destruição, as águas não chegaram à cidade propriamente dita.

O ELO ENTRE O IMATERIAL E O MATERIAL

Na ocasião da demolição do centro urbano da cidade de São João Marcos, os moradores com poder aquisitivo mais alto já haviam deixado suas moradias, os menos abastados que relutaram mais em acreditar que teriam de fato sua cidade destruída, permaneceram em suas casas até quando foi possível, sendo os últimos a deixarem o local e depois disso permaneceram em locais próximos de suas residências oficiais.

Segundo Maria Amália Silva Alves de Oliveira (2014a) o centro da cidade de São João Marcos antes da demolição contava com uma igreja Matriz, uma capela, dois cemitérios, dois clubes, um teatro, um hospital e uma pensão.

A destruição da cidade de São João Marcos já foi algo extremamente polêmico e assolador para todos os moradores que não tiveram nenhuma opção a não ser acatar a ordem de despejo. O início da demolição efetuou-se em uma data muito delicada, já que a quinta feira santa é um dia muito sagrado para a comunidade católica e antecede a sexta feira da paixão que relembra a crucificação de jesus Cristo e sua morte no Calvário.

> As demolições começaram (...) e naquele dia, dezenas de trabalhadores munidos de marretas e explosivos retiravam as últimas famílias e dinamitavam as casas. Os prédios próximos da represa foram demolidos por barcos rebocadores com cabos de aço. (OLIVEIRA,2014, p. 16)

Não podemos dimensionar o que a população sentiu com essa destruição ocorrida de forma tão violenta e agressiva, aliada ao desrespeito às questões sagradas.

> Os templos são lugares de memória, arquivos compostos pelas memórias materiais e imateriais de suas respectivas comunidades ou congregações. Constituem a paisagem e, muitas vezes, extrapolam os limites do grupo, compondo a memória local, regional ou até nacional. (GOMES, 2017, p. 21)

A identidade cultural era algo tão forte e significante para os moradores de São João Marcos que a maneira de perpetuar as tradições foi a de manter os encontros da Folia de Reis mesmo perante aos destroços.

A celebração da Folia dos Reis visa retratar a jornada dos magos vindo do oriente: Gaspar, Baltazar e Belchior e o relato da aparição desses personagens abordam o nascimento de Jesus Cristo. O costume dessa celebração chega através da colonização e, desde então, é celebrado em diversos pontos do país. No Estado do Rio é muito disseminada essa tradição e, no caso de São João Marcos, mesmo com as famílias ainda desestruturadas sem um local fixo de moradia depois da evacuação. Muitos se esforçavam para que fosse possível realizar os encontros para a Folia de Reis. Deu tão certo que até hoje eles acontecem. “Desde o ano de 1942, as ocasiões da Folia eram marcadas por uma grande festa de confraternização ao final de cada período de andança da folia, junto com toda a comunidade.” (OLIVEIRA, 2014b, p.16)

Ainda de acordo com Oliveira (2014b), nessas ocasiões, mesmo aqueles que não residiam em Macundu e localidades mais próximas a São João Marcos iam até o local e cantavam juntos em torno da imagem de São Sebastião, patrono da folia e que veio do município.

Temos um belo exemplo através da perpetuação da memória: com o intuito de ressignificar sua própria existência, os moradores se organizaram para que fizesse sentido mesmo que através dos destroços, as suas tradições.

Segundo Alba Valéria Freitas Dutra e Cecília Conceição Moreira Soares, “O potencial criativo da prática social da memória cultural da comunidade é que merece um olhar mais aprofundado, já que nesta iniciativa está contido o gesto de preservação da memória e da tradição” (DUTRA e SOARES, 2019, p.5360).

O imaterial neste caso serviu de elo para que se perpetuasse a tradição e resgatasse a identidade e memória, tão ferida e danificada.

> Analisada pelo contexto cultural evidencia-se que ao visitar casas de devotos, cumprir votos e promessas de pessoas, visitar locais tidos como sagrados, a folia produz, constrói e atualiza uma série de relações, pois ganham contornos bem delineados os laços sociais, relações de vizinhança e de parentesco entre os integrantes da folia. Desta forma, as casas, palco da cantoria, transformam-se em espaços ritualizados onde vão acontecer as trocas entre a folia e os devotos. (Oliveira, 2014a, p.16)

No caso de São João Marcos, o encontro e as visitas às ruínas foram a forma encontrada pelos ex-moradores de fazer cumprir os votos e promessas, enaltecendo o sagrado, as relações de vizinhança e laços sociais destruídos junto com o fim da cidade.

A forma de luta que os antigos moradores encontraram foi a de manter a memória das ruínas do local viva. Por meio dessa articulação inicia-se um movimento que se intensifica na década de 90 e culmina no Decreto Estadual E-18/000.062/90 e o tombamento provisório das ruínas de São João Marcos para a preservação do que restou da cidade.

A CRIAÇÃO DO PARQUE COMO TENTATIVA DE REPARAÇÃO

Após o “tombamento”, “destombamento” e destruição não pelas águas, mas pelas mãos humanas a região permaneceu abandonada por muitos anos.

> Após a demolição de São João Marcos e o abandono de seu sitio, lentamente, por sete décadas, os sedimentos que escorrem dos morros vizinhos, nus de vegetação e presas fáceis da erosão, cobriram o que restava da cidade, enterrando baldrames, o lajeado de ruas e calçadas e qualquer outro sinal de presença da cidade. Enquanto isso, uma camada de arbustos e árvores pioneiras, na qual se destaca um bosque de mulungus, revestiu o sitio urbano e iniciou a subida pelas encostas que o cercavam. São João Marcos desapareceu. A cidade vai subsistir na memória dos seus poucos habitantes sobreviventes, crianças ainda, quando da demolição da cidade. E subsistirá, também, na paixão despertada em alguns estudiosos e aficionados por sua historia e tragédia. (SERRA, 2011, p. 151).

Em 2008, o Instituto Light, instituição mantida pela LIGHT S.A., numa tentativa de reverter e amenizar os possíveis impactos causados à região, com o patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, por meio da Lei de Incentivo à Cultura com o e apoio do INEPAC, prefeitura de Rio Claro, IPHAN e INEA, iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, primeiro sitio arqueológico urbano do Brasil, projeto pioneiro de resgate da cidade desaparecida há quase 80 anos. No dia 9

de junho de 2011, integralmente resgatado por arqueólogos, foi oficialmente inaugurado.

Com 930.000m² ou 93 hectares de área total e 33.000m² de área para visitação, o parque com seus componentes físicos, históricos e arqueológicos, está inserido em parâmetros de proteção descritos nas cartas patrimoniais que definem o patrimônio cultural e ambiental e apresentam diretrizes para a salvaguarda dos mesmos.

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos é um expressivo e único, por suas características, lugar de memória no Brasil, citando Pierre Nora (1993), que foi e ainda é uma cidade viva na lembrança daqueles que ali tiveram sua história por aproximadamente duzentos anos. Uma cidade que testemunhou e participou de um próspero período da economia do país, mas que foi apagada em decorrência de interesses econômicos e políticos em detrimento de uma comunidade. Restaram ruínas, pedras, fotos, documentos, memórias e pessoas, que servem de testemunho desse passado.

Imagens 1 e 2. Igreja Matriz de São João Marcos e ruínas atuais.[5]





[5]Disponíveis em https://saojoaomarcos.com.br/historia-da-cidade e https://saojoaomarcos.com.br/arqueologia.

A legislação que protege o espaço é de âmbito estadual, contudo o parque reúne elementos que podem ampliar essa proteção em nível federal e à luz das Cartas Patrimoniais trazemos para a discussão alguns pontos de referência para ampliar a compreensão do parque como um monumento histórico. De acordo com a Carta de Veneza, de 1964, em seu artigo primeiro que define a noção de monumento histórico, pode-se entender o sítio de São João Marcos como um monumento à memória.

> Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964. In: CURY, 2004, p. 91)

Por sua natureza arqueológica o parque pode ser amparado pela Recomendação de Nova Deli, de 1956, que trata das pesquisas arqueológicas. Aqui incluímos o item 12 da recomendação que faz referência à educação do público.

> A autoridade competente deveria empreender uma ação educativa para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado, especialmente através do ensino de história, da participação de estudantes em determinadas pesquisas da difusão pela imprensa de informações arqueológicas [...] Os estados membros deveriam adotar todas as medidas necessárias para facilitar o acesso do público a esses sítios. (RECOMENDAÇÃO DE NOVA DELI, 1956. In: CURY, 2004, p. 74)

Nesse mesmo sentido, o Compromisso de Salvador de 1971 resultado do II encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, apresenta recomendações para a preservação e proteção aos bens naturais de valor cultural.

Pensando o parque como resultado de uma obra de impacto ambiental fazemos a leitura da Declaração de Estocolmo, de 1972 como reflexão e prevenção, para atos que geram consequências danosas para o meio ambiente. Nessa mesma linha de pensar o meio ambiente fazemos uso das reflexões da Declaração de Nairóbi, de 1982, que ao comemorar os dez anos da Conferência de Estocolmo incrementou a consciência e a compreensão pública quanto à fragilidade do meio ambiente. Destacamos o item 9 da Declaração sobre prevenção.

> A prevenção de agressões ambientais é preferível à recuperação pesada e onerosa dos danos que já tenham sido causados. Essa

> ação preventiva deveria incluir a programação de todas as atividades que possam causar impacto ambiental. [...] Todas as empresas, inclusive as corporações multinacionais, deveriam ser conscientizadas de sua responsabilidade ambiental [...]. (DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI, 1982. In: CURY, 2004, p. 262).

No princípio 1 da Carta do Rio, de 1992, da Conferência Geral das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, fica estabelecido que “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas como desenvolvimento sustentável. Tem direito a uma vida saudável a produtiva, em harmonia com a natureza.” (CARTA DO RIO, 1992. In: CURY, 2004, p. 312).

Nossa proposta ao analisar as cartas patrimoniais no caso de São João Marcos é contribuir para um processo contínuo de educação patrimonial no sentido de entender nosso papel nesse processo. São João Marcos foi uma cidade histórica que assim como tantas outras, que são ameaçadas constantemente por falta de ações públicas de preservação e conservação, bem como a ausência da participação nas decisões por parte das comunidades que nelas vivem, resultam em destruições e apagamentos.

Imagem 3. Ruínas da casa do Capitão-Mór após anastilose.[1]



Ainda poderíamos citar a Carta de Washington, de 1986, a carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas; a Carta de Lausanne, de 1990, para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico; a Decisão 460, de 1999, sobre a proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade

[1] Disponível em https://saojoaomarcos.com.br/arqueologia. Acesso em 24 de maio de 2021.

Andina; muitas são as contribuições que vêm sendo incorporadas à questão do reconhecimento e salvaguarda dos patrimônios culturais.

A discussão sobre as dimensões materiais e imateriais que um bem possui nos permitem uma diálogo com a memória e o quanto ela contribui para a construção da história. Segundo Pierre Nora,

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está sempre em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança [...] A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, [...]. A história, ao contrário pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1992, p. 9)

São João Marcos está entre a história e a memória. Chegam até nós inúmeros vestígios que permitem reconstituir parcialmente como se deu a ocupação daquele espaço ao longo do tempo e as cicatrizes deixadas pela ação humana. Na dimensão da memória, permanecem vivas na comunidade, as ligações afetivas com a cidade desaparecida.

AS AÇÕES CULTURAIS EDUCATIVAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PATRIMÔNIO – O CASO DE SÃO JOÃO MARCOS

A ideia que apresentamos ao longo deste trabalho compreende o Patrimônio Cultural como meio de construção de identidades, relações, conhecimento de si e do outro, direito de expressão e participação e a Educação Patrimonial como espaço interdisciplinar de representação política e, também, instância de sensibilização e compreensão dos discursos que estão por trás dos processos de patrimonialização de bens culturais.

No sentido de contribuir para a reflexão sobre a institucionalização de políticas públicas de patrimonialização de modo a torná-las mais inclusivas e participativas examinaremos, no caso de São João Marcos, a relação entre a associação do Estado e da *Tramway Light and Power Company Limited Light S.A*. para o destombamento e a consequente destruição da cidade e o fato da Instituição Light S.A. ser a única responsável nos dias de hoje por manter o

Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e, como ação reparadora, organizar as ações culturais educativas por meio de leis de incentivo à cultura que financiam o programa Light Cultural.

Acreditamos que observar a relação entre as regras de acesso a recursos públicos para produção de ações de Educação Patrimonial e reconstrução da memória da população de São João Marcos, e a integração das políticas públicas para o patrimônio cultural pode auxiliar de maneiras diferenciadas a construção e apropriação do discurso apresentado no campo do Patrimônio Cultural, dirigidas para a melhoria da qualidade de vida das populações diretamente afetadas pelos processos de patrimonialização.

Para isso, tomaremos como base o estudo de Camila Costa, Igor Baptista Medeiros e Guilherme Bucco (2016) sobre o financiamento público da cultura no Brasil. Os pesquisadores observam a relação entre a modificação na concepção de cultura no plano governamental e o quantitativo dos projetos aprovados pelo Ministério da Cultura entre 2003 e 2015 para a obtenção de recursos no fomento a projetos via Lei de Incentivo à Cultura (LIC).

Segundo os pesquisadores, mesmo com a assunção do conceito de cultura em sua dimensão antropológica no plano governamental a partir de 2003 com ênfase na participação e na diversidade (CHUVA, 2012) e uma ampliação nas formas de financiamento a partir desse mesmo período, aumentando o recurso público investido diretamente via editais para projetos específicos, a categoria predominante de financiamento tem sido as leis de incentivo, o que remete à iniciativa privada a deliberação sobre o que será favorecido culturalmente no país.

Os dados colhidos apontam que as empresas públicas aparecem como as maiores incentivadoras de cultura no Brasil, com um total de 90,8% de recurso investido por meio da LIC; 18,55% das empresas proponentes concentraram 75% do total investido em cultura em 2015 por meio dessa categoria de financiamento, indicando que a concentração de recursos financeiros permaneceu praticamente inalterada no período pesquisado.

Ao analisarmos a relação entre financiamento estatal e a trajetória das políticas públicas para a cultura no Brasil, percebemos que, desde a década de

1930, essa relação vem sendo marcada pela luta em defesa do padrão excludente, elitista e centralizador e, mais recentemente, pela defesa do entendimento de que cultura é um direito social. Podemos notar que o discurso elitista e excludente deu lugar à concepção de política pública sob o viés antropológico, a partir do governo Lula.

Embora iniciativas inclusivas e descentralizadoras tenham sido implementadas, tais como institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, Pontos de Cultura, Mais Cultura, entre outros, a disposição ainda é a conservação das políticas públicas de cultura na criação de renda monopolista "por meio do uso do recurso público para a promoção de projetos culturais que interessam à imagem organizacional sob o monopólio de poucas produtoras e fundações" (COSTA, MEDEIROS e BUCCO, 2016, p. 509).

Nas determinações apontadas pelas diversas regulamentações e orientações normativas de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural podemos perceber que esses documentos expressam a necessidade de articulação sistêmica e alcance político nos diversos níveis administrativos e outras áreas da sociedade para a formulação das políticas culturais e ordenação de estratégias de investimento governamental direcionadas ao "equilíbrio harmonioso" (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985) entre avanço técnico, intelectual e moral da humanidade.

Entretanto, a percepção do desequilíbrio na acedência e produção de bens culturais de grupos historicamente excluídos, bem como as dificuldades que alguns setores, como o do patrimônio, apresentam na captação de recursos para as ações conservação, leva-nos a crer que é fundamental que haja uma reorganização na distribuição dos recursos econômicos para oportunizar a todas as pessoas caminhos que as remetam ao resultado efetivo do cumprimento da legislação e para que a política cultural alcance sua dimensão antropológica (BOTELHO, 2001).

Além disso, uma política cultural definida a partir do entendimento de que "cultura é tudo" não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática sem que haja a articulação efetiva das várias outras esferas do estado para formulação de estratégias de

desenvolvimento, principalmente se desenvolvimento for entendido como enfrentamento às barreiras de ordens social, simbólica e econômica, o que numa perspectiva democrática, significa “garantir direitos existentes, criar novos direitos e desmontar privilégios” (CHAUÍ, 2006, p. 55).

Mesmo tendo uma abrangência mais ampla, a cultura não é uma responsabilidade específica do setor governamental a ela confiado: ou ela é a diretriz global de um governo ou não poderá existir efetivamente como política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou através da contextualização histórica de São João Marcos evidenciar aspectos da memória que permaneceram vivos mesmo entre as ruínas da antiga cidade e nas diversas manifestações culturais praticadas por antigos moradores, que mantiveram suas crenças, suas celebrações e comemorações continuamente por aproximadamente sete décadas após a destruição da cidade. Observamos um paralelo entre as expressões culturais e o processo de construção de identidade que culminou na criação e patrimonialização de um parque arqueológico e ambiental.

Desta forma discorremos sobre as dimensões de um bem cultural, pudemos ampliar as discussões sobre patrimônio e analisar o processo de reconstrução da memória. Na sequência buscamos amparos legais nas Cartas Patrimoniais que conceituam o patrimônio em sua diversidade e estabelecem diretrizes para a sua salvaguarda. Buscamos compreender nas estratégias adotadas nas políticas de conservação patrimonial os elementos que tenham respaldo nas legislações municipais, estaduais e federais que contemplem a preservação e conservação de bens materiais e bens imateriais.

Por fim, o trabalho procurou contribuir para a reflexão sobre a necessidade de articulação e integração efetiva de diversas esferas do Estado na formulação de políticas públicas de conservação do patrimônio cultural direcionadas para a democratização das formas de financiamento e acesso a recursos públicos para ações de Educação Patrimonial e preservação da memória de populações

expressamente afetadas pelos processos de patrimonialização, de modo a garantir o equilíbrio social no cumprimento da legislação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina e MAGNO, Marluce. **Desafios na patrimonialização de bens imateriais de caráter religioso: o caso das Folias de Reis Fluminenses**. Religião & Sociedade 37(3):18-45, dezembro, 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/324682223 .Acessado em: 14 mai. 2021.

CABRAL EMG. Rio Piraí**: mudanças ambientais e transformações sócio-culturais, curso percurso e transcurso de um corpo d'água** (dissertação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, n. 34, pp. 147-165, Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf. Acessado em: 5 dez. 2020.

COSTA, Camila Furlan da, *et ali*. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 509 a 527, ago. 2017. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000400509&lang=en Acessado em: 18 mai. 2021.

CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN Edições do Patrimônio 2004.

DUTRA, Alba Valéria Freitas e SOARES, Cecília Conceição Moreira. **O Lugar da memória na folia de reis enquanto prática educativa**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 5357-5368, maio, 2019. Disponível em http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9135/8803 Acessado em: 13 mai. 2021.

GOMES, Edlaine de Campos e MARTINS, Andrea Damacena. **Religião e sociedade**.vol.37 no.3 Rio de Janeiro Set/ Dez, 2017. Disponível em

http://www.scielo.br/j/rs/a/BVzbct5shXFTz3MDTKfcP6f/?lang=pt#:~:text=Os%20templos%20s%C3%A3o%20lugares%20de,local%2C%20regional%20ou%20at%C3%A9%20nacional Acessado em: 2 mai.2021.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012, pp. 7-28 (21p). Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763 . Acessado em: 4 jul. 2020.

OLIVEIRA, Maria Amália. **Folia de Reis em São João Marcos (RJ)**: Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização. e-cadernos CES 21 | 2014, Publicado em 01 junho 2014. Disponível em https://journals.openedition.org/eces/1791 . Acessado em: 17 mai. 2021.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de (a). Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n.10, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9433 Acessado em: 21 mai. 2021.

PRIETER, Mariana Freitas e NITO, Mariana Kimie da Silva. **Destombamento, explorando uma política pública controversa: o caso de São João Marcos**. VI Seminário Internacional de políticas culturais Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro Maio, 2015. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5592599/mod Acessado em: 2 mai. 2021.

SERRA, Mozart Victor(org). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro:Cidade Viva/Instituro Cultural Viva, 2011.

SOUZA, Pedro Valle e NEPOMUCENO, Jefferson Pereira. Políticas de conservação do patrimônio, o caso de São João Marcos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 2984- 2999, jan. 2020. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com . Acessado em: 21 mai. 2021.

VIOLÊNCIAS REINCIDENTES NAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL: ÊNFASE NOS CASOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA OS AVÁ-GUARANI.

RECURRENT VIOLENCE IN INDIGENOUS COMMUNITIES IN BRAZIL: EMPHASIS ON CASES OF VIOLENCE AGAINST THE AVÁ-GUARANI.

VIOLENCIAS RECURRENTES EN COMUNIDADES INDÍGENAS EN BRASIL: ÉNFASIS EN CASOS DE VIOLENCIA CONTRA LOS AVÁ-GUARANÍ.

Marcos Rodrigues Barreto[1]
Rosângela Daiana dos Santos[2]

Resumo: O artigo em tela pretende emergir o debate sobre as consequências das violências contra as comunidades indígenas na atualidade, reflexos do regime burocrático-autoritário brasileiro (1964-1985), utiliza-se da égide democrática para defender as ações do governo, mas atenta contra as instituições históricas que preservam o Estado Democrático. Sob uma gestão que exerce a desidratação das instituições de proteção aos direitos constituições, o objetivo é exemplificar os posicionamentos que estimulam frequentes ataques as comunidades indígenas em todo o território nacional, prejudicando o modo de vida de indígenas, pesquisadores e simpatizantes com a causa dos povos indígenas. Posto isto, faz se necessário conduzir à reflexão da importância da resistência indígena em tempos de crises política – em meio a pandemia –, a compreensão que seja evitado o genocídio e a tentativa de apagamento das populações indígenas em nosso país. Assim sendo, tomaremos como base das reflexões a análise dos ataques sofridos pelas comunidades indígenas Ava-Guarani, destacando notícias e documentos que relatam o abuso de poder.

Palavras-chave: Políticas Indigenistas; Violência; Comunidades indígenas, Ava-Guarani.

Abstract: The article on screen intends to emerge the debate on the consequences of violence against indigenous communities today, reflections of the Brazilian bureaucratic-authoritarian regime (1964-1985), uses the democratic aegis to defend government actions, but with attention against the historical institutions that preserve the Democratic State. Under a management that exercises the dehydration of institutions that protect the rights of constitutions, the objective is to exemplify the positions that encourage frequent attacks on indigenous communities throughout the national territory, harming the way of life of indigenous people, researchers and sympathizers with the cause of the peoples indigenous peoples. That said, it is necessary to lead to a reflection on the importance of indigenous resistance in times of political crisis – in the midst of a pandemic –, the understanding that genocide is avoided and the attempt to erase indigenous populations in our country. Therefore, we will base our reflections on the analysis of the attacks suffered by the Ava-Guarani indigenous communities, highlighting news and documents that report the abuse of power.

Keywords: Indigenous Policies; Violence; Indigenous communities, Ava-Guarani.

Resumem: El artículo en cuestión pretende que surja el debate sobre las consecuencias de la violencia contra las comunidades indígenas en la actualidad, reflejos del régimen burocrático-autoritario brasileño (1964-1985), utiliza la égida democrática para defender las acciones del gobierno, pero ataca a las instituciones que preservan el Estado Democrático. Bajo una gestión

[1] Pedagogo (UERJ), Mestre em Memória Social (Unirio), professor da rede municipal de Niterói e da Universidade Estácio de Sá. E-mail: marcosriodejaneiro@gmail.com
[2] Historiadora – América Latina (UNILA/2016), mestranda no Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS – UFRRJ). E-mail: rossantos104@gmail.com

que ejerce la deshidratación de las instituciones que protegen los derechos de las constituciones, el objetivo es ejemplificar las posiciones que incentivan frecuentes ataques a las comunidades indígenas en todo el territorio nacional, perjudicando la forma de vida de los pueblos indígenas, investigadores y simpatizantes de la causa de los pueblos indígenas. Dicho esto, es necesario reflexionar sobre la importancia de la resistencia indígena en tiempos de crisis política - en medio de la pandemia -, el entendimiento de que se evita el genocidio y el intento de borrar a las poblaciones indígenas de nuestro país. Por ello, basaremos las reflexiones en el análisis de los ataques sufridos por las comunidades indígenas Avá-Guarani, destacando notícias y documentos que denuncian el abuso de poder.

Palabras-clave: Políticas indígenas; Violencia; Comunidades indígenas; Avá-Guarani.

Introdução

Após o pleito eleitoral de 2018, a vulnerabilidade dos territórios dos Povos Indígenas se agravou, as violências promovidas por grileiros, jagunços, madeireiros e garimpeiros, em terras indígenas, tornaram-se ainda mais constantes, com intensidade agravada pela anuência subjetiva – e objetiva também – presentes nos discursos dos representantes do governo recém-eleito. Tal agravamento envolve as disputas que colocam em risco a integridade física de indígenas e apoiadores, sofrendo com constantes ameaças e ataques, negligência estatal ao ponto de serem privados dos seus direitos básicos. Diante do contexto exposto acima, analisaremos as principais atuações de responsabilidade do Estado brasileiro e o caminho que o cenário político tem alinhado os povos indígenas.

Neste artigo, pretendemos destacar a importância da resistência indígena, a luta por direitos– perante as investidas de jagunços – em terra/territórios, que se faz necessária para enfrentar, diariamente[3], os abusos cometidos a partir do Governo brasileiro e principalmente pelos apoiadores desta mesma conjuntura política.

Na atual conjuntura da política brasileira, os povos indígenas estão, cada vez mais, expostos as violações de direitos e sofrem com a expansão do agronegócio e mineração em, praticamente, todo o território oficialmente demarcado, ou em processo de identificação e demarcação. As invasões e explorações dos territórios indígenas geram graves conflitos, algo que poderia ser evitado (ou combatidos) com a presença maciça de agentes públicos da

[3] MARTÍRIO. Direção de Vincent Carelli. Brasil: [s.n.], 2016.

Funai, mas com o processo de sucateamento das instituições e retração do raio de ação dos servidores, as invasões tornaram-se inevitáveis.

Direitos territoriais indígenas foram (re)estabelecidos e reconhecidos através do artigo 231[4] da Constituição Federal de 1988, e com isso, destacamos o papel da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)[5], que tem como objetivo promover *estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas.*

Entretanto, presentemente, percebemos um retrocesso na garantia e proteção dos direitos das populações indígenas, a partir do posicionamento da FUNAI – instituição estatal pela política orientada pelo agronegócio – que não corresponde à defesa dos direitos territoriais aos povos indígenas e sim aos interesses privados e que favorecem ao sistema capitalista. Primeiramente, podemos mencionar os discursos proferidos por Jair Bolsonaro em relação aos indígenas, denotando as suas principais intenções com a FUNAI e a promoção da expansão das fronteiras agrícolas sobre terras indígenas.

Em 2018, em visita a Região do Vale do Paraíba (SP), Jair Bolsonaro foi interpelado por jornalistas que, buscavam respostas, sobre a futura atuação do governo na mitigação dos danos causados ao meio ambiente e o cumprimento das metas do Acordo de Paris (2015). Em resposta, Bolsonaro declara que as demarcações de terras indígenas são perniciosas para o desenvolvimento do Brasil e que indígenas não deveriam ser tratados como animais em zoológicos[6]*.*

A declaração supracitada ocorreu após o resultado das eleições de 2018, uma declaração mais amena que havia proferido anteriormente. Em 2015, após ser homenageado com a Medalha Tiradentes em Mato Grosso do Sul – estado que representa a força do agronegócio –, Jair Bolsonaro declarou que o indígena é um pobre coitado e vive em zoológicos milionários[7]*. Embora tal declaração não*

[4] São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
[5] Criada através da Lei n°5.371 de 5 de dezembro de 1967 hoje está vinculada ao Ministério da justiça e herdou as funções do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967).
[6] Disponível em https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/11/30/indios-em-reservas-sao-como-animais-em-zoologicos-diz-bolsonaro.ghtml acesso em 19 de maio de 2020.
[7] Disponível em https://midiamax.uol.com.br/politica/2015/indio-e-pobre-coitado-e-vive-em-zoologicos-milionarios-diz-bolsonaro acesso em 19 de maio de 2020.

tenha repercutido na imprensa nacional, exibe dois pontos que merecem destaque: i) a não repercussão era um claro sinal da desinformação da população, frente ao percurso histórico das ações do estado e o preconceito sobre os povos indígenas; ii) a campanha antecipada e o alinhamento com os interesses do agronegócio, visto que a não demarcação de terras indígenas tornaria possível o avanço das fronteiras agrícolas.

Ao assumir a cadeira presidencial, Jair Bolsonaro realizou trocas no comando Funai. Em 2019, o General Franklin Ribeiro de Freitas fora nomeado para presidir a instituição – retomando o cargo após a saída de Michel Temer – como forma de ganhar a confiança das lideranças indígenas, devido a sua origem indígena e participado da lei regulamentação do Estatuto dos Povos Indígenas. Por outro lado, o histórico do Gen. Franklimberg não agradou a bancada ruralista que pediu a sua exoneração, declarando que a presidência estava mal assessorada quanto as questões legais da política indigenista e que Luiz Antônio Nabhan Garcia – secretário de política fundiária do Ministério da Agricultura e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) – salivava ódio aos indígenas em seus discursos[8]*.*

Em substituição ao Gen. Franklimberg, nomearam o delegado Marcelo Augusto Xavier que fora investigado pela Polícia Federal, afastado de uma operação em terra indígena e reprovado em avaliação psicológica quando candidato a delegado da PF. Diante disso, pressionado por mobilizações de organizações indígenas, o congresso decidiu que a Funai deveria retornar para o comando do Ministério da Justiça, mantendo a responsabilidade sobre a análise dos processos de demarcações sem a interferência de interesses de representantes do agronegócio e, posteriormente, a decisão foi reiterada pelo Superior Tribunal Federal (STF)[9]*.*

Em contrapartida, antes da decisão do congresso e do STF, indígenas alertavam sobre o temor de possíveis massacres em terras indígenas, em virtude das alterações no comando da Funai e ao ministério que responsável pela política indigenista no Brasil. Em pouco mais de cinco anos, foram registradas

[8] Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49107737 acesso em 20 de maio de 2020

[9] Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/governo-bolsonaro-coloca-delegado-contrario-grupos-de-indios-na-presidencia-da-funai-23819198 acesso em 18 de maio de 2020.

oito alterações de comando da presidência da Funai, um enorme risco para condução de ações efetivas no cumprimento das garantias legais dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal.

Desse modo, as populações indígenas encontram-se em situação de insegurança e perigos, sofrendo com invasões e ataques que contam com a invigilância estatal. A instituição criada na Ditadura Civil-Militar[10] tem como objetivo a proteção e promoção dos direitos aos Povos Indígenas, no entanto, logo que foi criada correspondia apenas a perspectiva empresarial para atender as demandas do projeto desenvolvimentista incorporada ao aparelho burocrático-autoritário (O'DONNELL, 1990)[11].

Segundo o relatório anual *Violência contra os Povos Indígena 2019*, compilado de informações produzidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), foram registrados 113 assassinatos de indígenas. Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, destaca um incremento de 150% nos registros de violência contra as populações indígenas, desde ameaças de morte, tentativas de assassinato, lesão corporal, racismo e discriminações étnicorraciais.

Estes dados confirmam que os discursos de promoção do agronegócio, (des)organização institucional, alocação de sujeitos ligados à interesses contrários às demarcações, promoção do uso de armas de fogo, defesa do avanço das fronteiras agrícolas, ataques as matrizes culturais e ancestrais dos povos indígenas geraram dados alarmantes que, de fato, chamam a atenção de organizações e lideranças internacionais. Perante a tal situação, Cacique Raoni Metuktire procurou apoio do presidente francês Emannuel Macron que, por sua vez, anunciou o planejamento de sediar uma cúpula internacional dos povos em 2020[12].

Destacamos o aumento dos conflitos territoriais no campo brasileiro, principalmente nas áreas de comunidades indígenas, e que muitas vezes o agronegócio acabaram ocasionando a espoliação dos povos indígenas de suas áreas de ocupação originária. Conforme destaca Mondardo (2019): "Essas

[10] Caracterizado como regime autoritário, que teve início através do estreitamento de relações entre militares e a elite burguesa nos anos 1950, e durou até meados de 1985.
[11] O´DONNELL, Guillermo. Análise do Autoritário Burocrático. São Paulo: Paz e Terra,1990.
[12] Disponível em https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/05/17/macron-recebe-raoni-e-assegura-apoio-da-franca.ghtml acesso em 16 de maio de 2020.

populações tradicionais (povos indígenas e comunidades quilombolas) estão envolvidas em conflitos territoriais – por terra, água, território – na luta pelo retorno ou defesa dos seus territórios de ocupação e uso coletivo" (p. 4). Além de se tornar um "movimento arrasador de desterritorialização/prezarização dos povos indígenas, a exemplo dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, pelo avanço territorial do capitalismo com seus investimentos do grande capital estrangeiro e nacional." (p. 5). Isto demonstra a luta e resistência dos povos e comunidades tradicionais em relação ao crescimento e desenvolvimento econômico no campo brasileiro.

Analisamos aspectos que nos levam a observar os conflitos históricos que envolvem os povos indígenas Avá-Guarani na região Oeste do Paraná, principalmente todo o processo de espoliação de terras por eles sofridos, com isso Varussa (2019) explica que:

> A expropriação indígena da região possa ser observada há mais de um século, notadamente a partir da ocupação empreendida por empresas extrativistas que passaram a atuar ali em terras devolutas, passando pela intensificação da produção agropecuária com o loteamento da área por "companhias colonizadoras" com anuência, em alguns casos irregulares, de governos estaduais e federais, a partir de meados do século XX, e pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, nas décadas de 1970 e 1980 (dentre outros, RIBEIRO, 2002; ALCÂNTARA et al., 2019), a retomada da luta pela demarcação de TI pelos Avá-Guarani na região parece ter se implementado no final da década de 1980. (p. 4)

Nas últimas décadas tem se intensificado, o processo de reagrupar e organizar os indígenas em comunidades, causando conflitos com as populações não-indígenas destes municípios, além de demonstrar que sempre houve uma tentativa para a "negação da presença indígena na região" e em 2016 ficaram comprovadas as denúncias dos indígenas sobre as "agressões, mortes e suicídios" (VARUSSA, 2019, p. 11), dos quais trataremos neste artigo. Buscando demonstrar a tentativa de reconstruir um espaço, para que possam dar continuidade às suas vidas, conforme o que está proposto na Constituição Federal de 1934 e posteriormente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, onde fica definido que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.".

Histórico de violências contra as comunidades indígenas

Em 1967, das cinzas do Serviço de Proteção aos Índios, surge a FUNAI com a função de atender as demandas do projeto desenvolvimentista incorporada ao sistema burocrático-autoritário, construindo uma relação empresarial com a terra (explorando a mão de obra indígena), sendo responsável pela gestão dos recursos gerados pelo extrativismo, agricultura e pecuária nas mediações das aldeias

No que diz respeito aos atingidos pelas violações dos direitos humanos dos povos indígenas que, sempre ocorreram em todo o território nacional (e além das fronteiras), é truísmo afirmar que a presença indígena e as relações com o Estado antecedem o Estado republicano, contudo o governo autoritário – durante a ditadura civil-militar – não encontrava impeditivos para ações mais violentas de repressão ou de completa omissão perante os endêmicos conflitos, especialmente no Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país, em virtude do domínio da opinião pública e o controle dos meios de comunicação através da censura (AI-5)[13].

Logicamente, é mister destacar a importância dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que atuou com o objetivo principal de apurar as graves violações de Direitos cometidos contra os brasileiros, especialmente contra os povos indígenas entre o período de 1946 a 1988, com o relatório final publicado em 2014. Por outro lado, a CNV apresentou algumas falhas em suas investigações[14] – incluindo a investigação sobre os indígenas vitimados –, mas ao explorar documentos e depoimentos de indivíduos envolvidos com a ditadura, trouxe a tona uma nova disputa de narrativas, essencialmente, de militares anistiados que se sentiram ameaçados pela revelação de ações do passado.

[13] Ato Institucional Número Cinco é o quinto decreto emitido durante a ditadura militar instaurada, em 1964, no Brasil. Tal decreto colocava na ilegalidade as reuniões políticas não autorizadas, estabelecia a censura as produções artísticas e a imprensa, entre outras restrições aos direitos básicos.

[14]Em matéria divulgada pelo G1, o ex-ministro José Dias reconheceu falhas na condução das investigações, dentre elas, a ausência de transparência e reestruturação dos membros. Disponível em http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/ex-ministro-reconhece-falhas-em-comissao-nacional-da-verdade.html acesso em 15 de fevereiro de 2021.

Destacamos que os próprios indígenas encaminharam suas demandas para o Grupo Tortura Nunca Mais-SP, contando com o apoio da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a associação de juízes, pesquisadores e jornalistas sem vínculo institucional, mas mobilizados pela causa indígena. Deste modo, foi criado o grupo de trabalho *Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas*, contando com pesquisadores experientes, tais como Heloísa Maria Murgel Starling[15], Wilkie Buzatti doutorando e orientando de Heloísa Starling, a psicanalista e conselheira da CNV Maria Rita Kehl, Marcelo Zelic (Tortura Nunca Mais) e Manuela Carneiro.
Após a conclusão do relatório final da CNV foi possível identificar casos de violações de direitos em todo o país, como o desaparecimento de aproximadamente nove aldeias Uaimiri-atroari durante a construção da BR-174, contabilizando mais dois mil indígenas "desaparecidos", descritos no relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, Memória e a Justiça do Amazonas. O relatório é publicado com o nome *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari[16],* identificando militares e agentes à serviço do estado, como a Sacopã, responsável pelo trabalho de segurança da Mineração Taboca/Paranapanema, no controle de acesso ao território indígena e responsável por homicídios de indígenas.

O trabalho executado na Comissão Nacional da Verdade, deram voz as memórias emergentes com objetivo de apresentar a percepção do conceito de justiça de transição e suas possibilidades de reparação simbólica aos grupos minoritários, através de movimentos sociais que concebem uma cadeia de disputas, no que compete o direito a memória sejam sociais, políticas ou culturais, expondo as relações de poder, violência física e simbólica (BOURDIEU, 1992), apresentando a força dos aparelhos discursivos detentores de hegemonia do período militar. De fato, o relatório produzido pela CNV, denotam reflexos traumáticos provenientes do período da ditadura, e a que ponto, os mesmos possam influenciar a memória coletiva da sociedade e

[15]Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), historiadora e cientista política, desenvolveu estudos voltados para os regimes autoritários e foi orientanda de René Armand Dreifuss (historiador e cientista político).
[16] Comitê da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas. 2014. A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña. editora Curt Nimuendajú. Campinas, São Paulo.

individualmente para os indígenas envolvidos (HALBWACHS, 2004) dos diversos grupos étnicos, relegados ao esquecimento (ROSSI, 2010), e, até mesmo, pela negação de identidades.

Lançar luz no debate sobre os locais de tortura de indígenas no período pós-golpe militar abarca diversas finalidades além da denúncia e do despertar para pesquisas voltadas para temática, é um convite para análise do reforço discursivo sobre o indígena como figura subalterna, do preguiçoso, do selvagem por meio de atitudes perniciosas aos quais foram submetidos, na Fazenda Guarany e o Reformatório Krenak, e lugares que ainda estão por ser descobertos.

Enveredando por este caminho, a Comissão Nacional da Verdade, possivelmente, tenha funcionado como gatilho para o ressurgimento de forças reacionárias e ultraconservadoras, a fim de evitar a reabertura de arquivos que pudessem identificar os responsáveis e empresas envolvidas na estruturação do estado burocrático-autoritário de 1964. Além disso, no momento presente, setores a elite ligados à expansão do agronegócio, declararam apoio ao discurso anti indígena e tiveram ressonância na proposta de gestão do atual presidente, ainda que, de acordo com o Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/73), determine aos índios e as comunidades indígenas a proteção das leis do país, e onde ficam resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos, não é pauta principal do governo.

Podemos destacar a importância da terra para os povos indígenas e suas conexões com os recursos naturais através de um trecho do “Relatório sobre os Direitos dos povos indígenas e tribais sobre suas terras ancestrais e recursos naturais”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos,

> Dicha relación especial es fundamental tanto para la subsistencia material como para la integridad cultural de los pueblos indígenas y tribales. La CIDH ha sido enfática en explicar, en este sentido, que “la sociedad indígena se estructura en base a su relación profunda con la tierra”; que “la tierra constituye para los pueblos indígenas una condición de la seguridad individual y del enlace del grupo”; y que “la recuperación, reconocimiento, demarcación y registro de las tierras significan derechos esenciales para la supervivencia cultural y para mantener la integridad comunitaria”. “Para las comunidades indígenas la relación con la tierra no es meramente una cuestión de posesión y producción sino un elemento material y espiritual del que deben gozar plenamente, inclusive para preservar su legado

> cultural y transmitirlo a las generaciones futuras"; que "la cultura de los miembros de las comunidades indígenas corresponde a una forma de vida particular de ser, ver y actuar en el mundo, constituido a partir de su estrecha relación con sus territorios tradicionales y los recursos que allí se encuentran, no sólo por ser éstos su principal medio de subsistencia, sino además porque constituyen un elemento integrante de su cosmovisión, religiosidad y, por ende, de su identidad cultural"; y que "la garantía del derecho a la propiedad comunitaria de los pueblos indígenas debe tomar en cuenta que la tierra está estrechamente relacionada con sus tradiciones y expresiones orales, sus costumbres y lenguas, sus artes y rituales, sus conocimientos y usos relacionados con la naturaleza, sus artes culinarias, el derecho consuetudinario, su vestimenta, filosofía y valores. En función de su entorno, su integración con la naturaleza y su historia, los miembros de las comunidades indígenas transmiten de generación en generación este patrimonio cultural inmaterial, que es recreado constantemente por los miembros de las comunidades y grupos indígenas". (CIDH, 2010, p. 22).

Tal fragmento, demonstra que a segurança para o grupo indígena é adquirida através da demarcação das terras, que significa um direito essencial para a sobrevivência cultural da comunidade. Porém, atualmente no Brasil os povos indígenas não se sentem protegidos dentro de seus territórios, muito pelo contrário, os indígenas sentem-se ameaçados por terem suas terras invadidas e atacadas. E quando deveríamos ter leis vigentes de proteção – não apenas no papel –para que o Estado possa agir para impedir tamanhas atrocidades, o que temos é a negligência para a extração de minerais das terras indígenas e a expansão do agronegócio.

É evidente, que tais práticas se espelharam no período da ditadura. A análise comparada torna-se possível quando exemplificamos relatos descritos no Relatório Figueiredo[17], que ressurgiu em 2013 após 45 anos "desaparecido", e onde estavam detalhadas inúmeras denúncias de genocídio de comunidades inteiras, torturas, entre outras crueldades praticadas contra os povos indígenas no Brasil.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade CNV, detalha a espoliação das terras indígenas pelo Estado Brasileiro e a consequente invasão de brancos entre os 1946 e 1988, destacamos como exemplo o relato do Guarani Damásio Martinez,

> Até 1959, a gente ficou em Sanga-Funda, perto de Guabiroba, perto do rio Paraná [atual município de Foz do Iguaçu] [...] Foi ali que meu pai foi morto. Quando deram os tiros eu já vi o meu pai deitado no

[17] Jader de Figueiredo Correia constata a existência de problemas em quase todo o território nacional envolvendo o órgão responsável pela proteção dos indígenas (SPI).

> chão [...]. Os Brancos já tinham vindo pedir para meu pai as terras e o meu pai não quis dar. Ele era tipo um cacique [...]. Foram os Brancos que mandaram o jagunço. Depois que o meu pai morreu as pessoas começaram a sair. Uns foram para Mato Grosso, outros para Paraguai, outros para o centro. De manhã eu segui e depois eu fui depor, para contar o que é que aconteceu com meu pai. Quando eu estava perto da Bela Vista eu cruzei com os policiais. [...] E me levaram na delegacia. E falaram para mim que eu é que tinha matado meu pai. [...] E me prenderam. E eu falei que não tinha sido eu, e o policial disse que ouviu falar que tinha sido eu. Eu jamais faria isso com meu pai. Depois de seis meses eu saí. Quando eu voltei todo mundo já tinha ido embora (MARTINEZ, 2014).

Colocamos em evidência, por exemplo, a ocupação/colonização do Oeste do Paraná, assim como grande parte do Brasil, com inúmeros atos de violência contra a integridade física e cultural dos povos indígenas. Com isso, o Relatório da CNV demonstra que os indígenas foram vítimas de crimes contra suas vidas e a espoliação de suas terras, evidenciando a importância de reparações para a punição dos responsáveis.

Ainda que exemplifiquemos o vilipendio histórico ao quais indígenas foram vitimados, ressaltamos que os abusos não cessaram e ainda seguem acontecendo com maior violência, principalmente em casos onde as comunidades encontram-se em situação de pobreza. Os Relatórios anuais do CIMI[18] demonstram que os registros de agressões e ataques contra a integridade pessoal e aos bens dos povos indígenas são absolutamente atuais no Brasil. Com isso, temos os dados de ataques armados que foram cometidos contra as comunidades indígenas, principalmente em áreas que as terras ainda não foram demarcadas, e assim temos

> O recrudescimento da violência contra os povos indígenas em 2015, principalmente contra os Guarani e Kaiowá e Terena do Estado do Mato Grosso do Sul, foi tema de nota pública emitida pela Anistia Internacional em setembro de 2015. A nota denuncia que "em 29 de Agosto de 2015, um membro da comunidade Ñanderu Marangatú do povo Guarani e Kaiowá, Simião Vilhalva, foi morto nos ataques contra a comunidade, supostamente por proprietários de terras e grupos paramilitares". Além disso, destaca a ocorrência de novos ataques contra outra comunidade Guarani e Kaiowá, o Guyra Kambiý, mesmo após a visita de autoridades federais, incluindo o Ministro da Justiça, em 02/09/2015. (BRAGATO, 2017, p. 179-180).

[18] Conselho Indigenista Missionário criado em 1972, órgão vinculado à CNBB.

Vale destacar que, em sua maioria, os indivíduos que atacam as comunidades indígenas e fazem suas vítimas, são políticos locais, fazendeiros, empresários, entre outros, e acabam por não respondem aos seus atos judicialmente. E os indígenas que denunciam são perseguidos e ameaçados constantemente, onde a atuação do Estado em relação aos povos indígenas é contraditória ao que garantem a Constituição e as normas internacionais.

A violência contra os povos indígenas está estruturalmente ligada à imposição do capitalismo e de suas necessidades enquanto modelo de desenvolvimento econômico, acabam por violar seus direitos. Em geral, os interesses políticos no Brasil estão apoiados por grandes empresários do agronegócio, que acabam por criar leis que defendem o avanço e exploração de áreas que estão protegidas por órgãos ambientais ou territórios indígenas.

O trabalho realizado por Vieira e Lunelli sobre “Direitos, Terra e Autonomia Indígena sob ataque”, tem como objetivo realizar um debate acadêmico-jurídico de constantes violações e ameaças a que estão sendo submetidos aos direitos dos povos indígenas atualmente no Brasil, onde denunciam como as ações e omissões governamentais tem projetado um crescente retrocesso na garantia e proteção desses direitos, dilacerando cotidianamente a pouca autonomia que ainda resta aos povos indígenas, onde:

> Verifica-se que a causa estrutural da violência contra os povos indígenas se relaciona à imposição de um modelo de desenvolvimento que privilegia as monoculturas e a produção em grande escala, sobre os direitos humanos dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pequenos agricultores e outros povos tradicionais, que vem lutando pela garantia de seu direito ao território; em um contexto em que se nem os direitos territoriais foram garantidos aos povos indígenas, torna-se ainda mais complicado falar em garantias de autonomia e integridade étnica e cultural. (2015, p. 44).

Bragato e Bigolin Neto (2017), no artigo “Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção” analisam a relação existente entre os direitos indígenas e a garantia de territórios tradicionalmente ocupados e explicam que apesar do retrocesso, o conteúdo contemplado em uma Assembleia Geral da ONU pode ser visto como um ganho político para a comunidade internacional, já que fortalece o consenso acerca da doutrina, pensando nas medidas positivas que foram instituídas pelo direto internacional. Dessa forma, os autores analisam

em que medida a privação dos territórios aos povos indígenas e os conflitos gerados configuram fatores de risco para crimes de atrocidade,

> Por meio do “World 2005 SummitOutcome”, os Estados-membro das Nações Unidas assumiram o compromisso primário com a responsabilidade de proteger (R2P) suas populações contra crimes de atrocidade, assim considerados o genocídio (Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, de 1948), crimes de guerra (Estatuto de Roma), crimes contra a humanidade (Estatuto de Roma) e limpeza étnica (UNITED NATIONS, 2005). O compromisso foi formalizado nos parágrafos 138 e 139 do Documento Final do Encontro Mundial 2005 da 60ª sessão da Assembleia Geral da ONU. (BRAGATO, 2017, p. 170).

No entanto, pensando na vinculação da responsabilidade e proteção proposta que está compreendida como uma obrigação direta dentro do Estado e no contexto internacional. Sugerindo que em casos de graves violações contra os direitos humanos, cabe a possibilidade de sanções diplomáticas, políticas e econômicas pelos Estados.

Em 2009 o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, lançou um relatório que resume e estabelece a estratégia de aplicação da R2P, aprimorando os parágrafos do World Summit Outcome.

> Tal estratégia é composta por três pilares. O primeiro pilar aborda a responsabilidade do Estado de proteger a sua população; o segundo pilar estabelece o dever da comunidade internacional de ajudar os Estados a cumprirem sua responsabilidade de evitar e proteger; o terceiro pilar endereça à comunidade internacional a responsabilidade de tomar respostas oportunas e decisivas através de meios pacíficos e, se necessário através de outros meios mais fortes, de uma forma consistente com lei internacional. Os pilares um e dois constituem elementos cruciais na prevenção de crimes de atrocidades em massa (KI-MOON, 2009 apud BRAGATO, 2017, p. 172).

Contexto atual brasileiro os conflitos territoriais que envolvem os povos indígenas, não são fatos isolados, e em grande parte dos casos são marcados por particularidades que podem ser notadas através da análise de Benatti et al. (2015) que explica,

> Na Amazônia, a questão da terra é marcada por: grave histórico de conflitos e violência no campo; altos índices de degradação ambiental; caos fundiário, onde o Poder Público federal e estadual não tem pleno conhecimento sobre quais terras são públicas, quais estão sob o domínio particular de forma regular, e quais representam a grilagem, isto é, quais terras públicas foram indevidamente apropriadas por particulares. (BENATTI et al, 2015 apud BRAGATO, 2017, p. 175).

Caso das comunidades Avá-Guarani no Oeste do Paraná

Todos os casos de violências cometidos contra as comunidades indígenas Avá-Guarani[19] no Oeste do Estado do Paraná está diretamente ligada à questão histórica que os envolve, principalmente quando impactados pela usurpação de suas terras, pela espoliação cometida pela sociedade durante o processo de colonização até os dias de hoje. NAVARRA destaca que os povos indígenas Avá-Guarani sempre habitaram neste território, onde:

> Historicamente, a região da Bacia Platina, que compreende a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, foi sempre ocupada pelo povo Avá-Guarani. Com uma apropriação fluida e dinâmica do espaço, os guarani tradicionalmente estiveram presentes na região fronteiriça, dada a intensa mobilidade social em função das redes de parentesco. Mesmo levando-se em consideração os fluxos migratórios transfronteiriços, o Oeste paranaense apresentava, desde os primórdios da invasão portuguesa, uma numerosa concentração de aldeamentos. (2019, p. 139)

A colonização da Região Oeste do Paraná foi impulsionada pela Marcha para o Oeste[20], que tinha como objetivo a ocupação territorial, a integração regional e promover a segurança das fronteiras nacionais. Com isso, grande parte do território Guarani foi usurpado, e os indígenas "Guaranis foram alcançados pela Marcha totalmente desprotegidos", (BERGOLD, 2016, p. 179).

O esbulho de terras dos povos indígenas que habitavam na região Oeste do Paraná teve início nas primeiras décadas do século XX. Durante a colonização da região, os indígenas foram submetidos à expulsão dos seus territórios, uso de mão de obra escrava para exploração de madeiras e erva-mate, além do processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que inundou o território que ainda restava aos indígenas.

[19] Denominação dada às comunidades indígenas do Guarani que ocupam a região Oeste do Paraná.
[20] Programa elaborado por Getúlio Vargas em 1938, que promovia o incentivo ao progresso e a ocupação da região Centro-Oeste do País.

O comprometimento de grande parte do território das comunidades Indígenas que habitavam na região Oeste do Paraná, pode ser entendido seguinte forma:

> em 1877 a Matte Laranjeira, com a extração da erva mate e serviço escravo dos indígenas; em 1939 a criação do Parque Nacional do Iguaçu, desalojando os indígenas que habitavam neste espaço; 1940 começaram a colonização, uso de trabalho escravo dos indígenas e o processo de expropriação das terras dos indígenas para a venda de terras para colonos; 1973 a assinatura do tratado de Itaipu, e a formação do Lago para a barragem em 1982. (SANTOS, 2017, p. 03).

Dessa forma, analisamos as relações territoriais e sociais que envolvem as comunidades indígenas no oeste do Paraná e em todo o território nacional, levando em consideração o tratamento que poder público atende a essas demandas, e aí entramos a uma importante questão, como atender aos interesses e direitos territoriais das populações indígenas?

As ações do Estado estão voltadas para o enriquecimento das oligarquias políticas e econômicas diretamente ligadas ao agronegócio, que no Paraná tem sido muito violento e injusto com as comunidades Avá-Guarani. Onde o desenvolvimento econômico da região promoveu durante décadas a desconstrução do território dos povos indígenas e os problemas de pobreza vivenciados atualmente dizem respeito à exclusão territorial que sofreram.

Navarra (2019) destaca que todo o esbulho de terras e as violações praticadas contras as comunidades indígenas Avá-Guarani, que teve uma aldeia totalmente alagada quando houve o fechamento da barragem da Hidrelétrica de Itaipu, como forma de negar os direitos devidos “a Usina, FUNAI e INCRA resolveram considerá-los como camponeses, fazendo o registro individual dos lotes e indenizando parte das famílias.”, além dos Avá-Guarani foram deliberadamente excluídos dos processos de reassentamento e reparação, inclusive por órgãos do Estado, como a Funai e o Incra, e da própria Itaipu Binacional (p. 147).

Diante de toda a transformação no espaço ocasionados pelo impacto da colonização, justificativas sobre a inexistência de indígenas sempre foram frequentes e até hoje os povos indígenas que habitam na região são considerados imigrantes “paraguaios”, partindo da construção de uma narrativa para “deslegitimar a identidade do povo Guarani, afirmando que “não são índios de verdade” ou que são, em realidade, paraguaios, invasores de terras e,

portanto, um entrave ao desenvolvimento econômico local.” (NAVARRA, 2019, p. 149). E com isso é possível afirmar que os Guaranis se tornaram estrangeiros em suas próprias terras, como explica Ladeira e Faria: (2016, p. 57-58).

> Negar ou evitar que sejam identificados com os grupos nativos que historicamente constituíam a população mais numerosa na região até o início do século passado são meios sedimentados para destruí-los de direitos. Se os Avá-Guarani atuais não pertencem à região na qual, a despeito dos massacres, permaneceram ou a ela retornaram mantendo uma continuidade identitária com o lugar e com seus antepassados que ali viviam.

A violência contra os povos indígenas é frequente desde a colonização da região Oeste do Paraná, onde os colonos sempre procuraram meios de justificar a violência e expulsão contra os indígenas que habitam na região. Conforme explicado por Navarra (2019), que “Segundo relatos dos próprios Avá-Guarani, muitos foram expulsos sem qualquer tipo de consulta ou reparação, mediante ameaças, violências físicas e psicológicas, incêndios das suas casas, inundando a maior cachoeira do mundo em volume de água, as Sete Quedas” (p. 241)

Baseando-nos nas grandes contribuições do Livro: Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (Re) existência em Tekoha Guasu Guavira de 2016[21], onde foram trabalhadas questões que envolvem as violências dos ruralistas para com os Povos Indígenas, trazendo abordagens com ênfase nos Avá-Guarani e a luta de resistência pela demarcação de suas terras. Assim a análise crítica se complementa com fatos que foram evidenciados através de anos de pesquisas elaborados por diversos pesquisadores de várias áreas de pesquisa, que trabalharam diretamente com as comunidades indígenas e com documentos comprobatórios sobre as violações de direitos cometidos contra os indígenas.

Destacamos o importante trabalho realizado pela Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), que denunciam as violências cometidas contra as comunidades indígenas Avá-Guarani no Oeste do Paraná e que tem como objetivo a reivindicação para a demarcação da terra e princípios básicos da condição humana. Em 2017 lançaram um relatório que consta inúmeros episódios de violências e racismo cometidos contra essas comunidades indígenas, as reclamações e denúncias feita pelos próprios indígenas, dessa forma, é através

[21] Coordenação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, e organizado por Danielle de Ouro Mamed, Manuel Munhos Caleiro e Raul Cezar Bergold.

deste relatório que evidenciamos inúmeras violências cometidas contra as quatorze comunidades indígenas Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa, além dos casos de racismo:

> Os sucessivos episódios da violência cometida contra as populações indígenas estabelecidas às margens do Rio Paraná e seus afluentes regionais está na origem da situação extremamente precária em que se encontram hoje, sofrendo pressões da sociedade envolvente para se retirarem seus últimos locais de ocupação. (CGY, 2017, p. 19-20).

Para enfatizar as questões que envolvem as violações de direitos que ainda ocorrem na atualidade, relacionados com os processos históricos que essas comunidades indígenas viveram. Dessa forma, no artigo “Racismo e Preconceito contra os Avá-Guarani em Guaíra e Terra Roxa no Paraná” (SANTOS, 2017) onde retratamos abordagens sobre o racismo, o preconceito e os casos em que os indígenas foram reprimidos e excluídos da sociedade onde estão inseridos, além das campanhas anti-indígenas que foram lançadas contra os indígenas. Evidenciando “o cotidiano das populações de Guaíra e Terra Roxa no Estado do Paraná, a relação que vem sendo mantida nos últimos anos com os indígenas que vivem no mesmo espaço e analisaremos a convivência entre os munícipes e os indígenas” (p. 03).

No ano de 2014 foi criado o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a partir da Lei n° 12.986, vinculada a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que tem como objetivo a promoção e a defesa dos direitos humanos mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação deste direito. Favorecendo a criação de Comissões que buscam investigar e apoiar as populações e comunidades vulneráveis da sociedade brasileira.

Com isso, foi criada a Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários (CP, Resolução no 13, de 03 de dezembro de 2015), que tem por finalidade buscar a reparação das violações de direitos cometidas contra comunidades em estado de vulnerabilidades. Assim, diversas visitas foram feitas nas comunidades indígenas na região Oeste do Paraná, com o objetivo de relatar as violências

cometidas contra as comunidades indígenas, muitas delas ocasionadas pelo Estado brasileiro.

Através desta Comissão, também foi formado o Grupo de Trabalho sobre o direito dos Povos Indígenas e das comunidades Quilombolas da região Sul, que realizam um trabalho contínuo nas comunidades indígenas com o objetivo de relatar as violências cometidas pelo Estado brasileiro e pelas populações não indígenas que habitam próximas as comunidades. O objetivo do GT sobre os direitos dos Povos Indígenas é dar espaço para os indígenas relatar e denunciar as diferentes formas de violência e repressão contra suas comunidades.

Procurando dar espaço para os povos indígenas denunciar e relatar os abusos que a décadas vem acontecendo com eles e suas famílias, de acordo com relatório elaborado por ele, em relação às comunidades Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, notamos que:

> O conjunto das denúncias destes povos expressa um quadro adverso de conflitos fundiários, violência policial e aprisionamento de lideranças, agressões e declarações públicas de conteúdo racista pronunciado por autoridades e agentes públicos, desatenção e negligência dos órgãos públicos quanto ao atendimento à saúde, direito à convivência familiar e comunitária, à educação escolar, diferenciada e bilíngue, moradia, segurança alimentar, regularização fundiária, dentre outras violações. (RELATÓRIO/CNDH, 2016, p. 03).

Grande parte das reclamações citadas pelos indígenas foi sobre as Campanhas anti-indígenas no município de Guaíra-PR, dessa forma, enfatizamos que atualmente os abusos e violências continuam acontecendo contra as comunidades indígenas Avá-Guarani. Esses episódios degradam a imagem dos povos indígenas, através destas Campanhas de degeneração moral dos indígenas e anti-indígenas acabam diminuindo as possibilidades de trabalhos em empresas, prejudicando-os duplamente, assim:

> [...] os indígenas relataram episódios de ataques, sequestro, abuso sexual, tentativas de atropelamento, linchamentos e ameaças de morte perpetrados por particulares e com a convivência e incentivo de autoridades públicas também com frequente alegação de que os indígenas seriam paraguaios e não brasileiros. (RELATÓRIO/CNDH, 2016, p. 29).

Promovidos por latifundiários e políticos locais causaram aos povos Avá-Guarani muitos conflitos violentos, conforme destaca Guanaes (2015) “Ações como, palestras nas escolas, reuniões nas câmaras dos vereadores e nas

associações de bairro, sites e páginas nas redes sociais, matérias pagas em jornais de grande circulação, entre outras" acreditam que a partir da ideia de "que os maus tratos e a negação de alguns serviços básicos ajudariam a expulsar os indígenas da cidade" e são essas ações que tem "resultado em atentados, estupros, assédios e ameaças contra os indígenas" (p. 313).

Com as frequentes reivindicações de espaços para as aldeias e a demarcação de terras, que passou a ser interpretado como um problema para os moradores dos municípios, por se sentirem ameaçados, fazendo crescer os incidentes de ataques difamatórios contra os indígenas, e manifestações contra a demarcação de terras, onde até os órgãos municipais se colocam ao lado dos agricultores e acabam deixando as comunidades indígenas totalmente desamparadas. Assim os casos de racismo foram se intensificando, ganhando autonomia, como destaca Masuzaki (2015, p. 76):

> [...] os Guarani são vítimas de forte preconceito e racismo das elites locais e regionais que se reproduz socialmente a partir de notícias veiculadas na imprensa. Conforme Fabrini et al (2013) os segmentos dominantes locais, apoiados inclusive por autoridades políticas, tais como deputados, prefeitos, vereadores, senadores, dentre outros, incitam ferozmente ações contra indígenas e difundem a ideia que sua existência é um prejuízo social e obstáculo ao desenvolvimento da região.

Destacamos atentados cometidos contra uma comunidade indígena no Paraná, em sete meses aconteceram três ataques[22], sendo que os dois últimos tiveram apenas três dias de diferença. Em 28 de maio de 2020 os indígenas Avá-Guarani da comunidade Tekoha Yhvoy sofrem um segundo ataque a tiros no Município de Guaíra no Paraná, o cacique Ilson Soares relata como aconteceu o ato,

> Foi um ato de provocação. Porque não tem justificativa efetuar disparos de arma de fogo só na frente da aldeia. E foram vários disparos. No primeiro ponto foram cerca de cinco a sete tiros, na porteira, da mesma forma, e no final, da mesma forma", explicou o cacique. Após passar pela primeira vez e os disparos serem efetuados, o carro teria retornado no mesmo trajeto e mais disparos foram feitos nos mesmos pontos da aldeia. (...) "desde o ano passado, foram registrados atropelamentos, a morte de um indígena de Guaíra, a pedradas, e duas mortes de indígenas de Santa Helena, com golpes de faca. (BRASIL DE FATO, 29/05/2020).

[22] O primeiro foi em 21/10/2019, o segundo em 28/05/2020 e o terceiro em 31/05/2020.

Onde relataram também outros tipos de violência que sofrem com frequência com a população dos Municípios vizinhos as comunidades indígenas, como preconceito, perseguições e discriminação. Diante disso, destacamos o descaso do governo com as comunidades indígenas, onde não condenam os violadores.

A importância do movimento indígena e todo o processo de resistência e luta dos povos indígenas lutando pela terra e pela vida, Mondardo (2019) destaca que “essas populações tradicionais fazem do movimento prático e político verdadeiramente contra-hegemônico um projeto de autotransformação” (p.18), relacionando as condições que foram herdadas pela ocupação colonial. Bem como, buscam maneiras de divulgar as “várias experiências de luta local-regional que permitem pressionar o Estado, resistir e denunciar a violência e o genocídio neocolonial, na forma de ações coletivas, possibilitam dar visibilidade às lutas em busca de autonomia e justiça sociais.” (p. 20).

É através do movimento indígena de resistência que se mostra a importância de retomada a seus territórios, conforme destaca Guanaes são “essas lutas, que intercruzam com outros movimentos territoriais”, envolvem por exemplo os “missionários católicos e protestantes, ainda muito presentes nas comunidades Avá Guarani” (2015, p. 325). Que também impulsionam a “emancipação política” e a reivindicação da luta pela terra.

Considerações Finais

É imprescindível salientar que os desdobramentos repressivos da política indigenista que incide nos povos indígenas não estão restritos à Ditadura Civil-Militar, pois fica claro que, no decorrer deste trabalho, o Estado brasileiro – enquanto detentor do Poder Tutelar – promoveu direta e indiretamente ações coercitivas de silenciamento das línguas e práticas culturais, o esbulho das terras, o cerceamento de direitos humanos básicos, atuou como agente facilitador do uso da mão de obra indígena sem remuneração pelo trabalho executado, a omissão e a participação em incontáveis massacres.

Meio século após a condução das investigações que conduziram ao Relatório Figueiredo, apresentando o arbítrio ao qual os indígenas foram sujeitados nas décadas de 1950 e 1960, causam desconforto ao descobrir que

servidores do Estado brasileiro haviam cometidos crimes bárbaros contra uma população vulnerável, população que sempre foi descrita como “selvagem” e “atrasada” suportava as práticas de torturas impostas por “civilizados”. O que torna mais assustador é que o cenário pouco se alterou e, abertamente, o governo tem estimulado a perseguição e a invasão de terras indígenas e destruição dos espaços de preservação.

Os anos de chumbo “passaram”, a política civil-militar desmoronou com o retorno da democracia, encontra o seu plano inclinado e, no fim, procura tecer um movimento de blindagem perante aos crimes cometidos ao longo da Ditadura. O governo de transição da ditadura militar para o regime democrático promove a primeira Lei de Anistia (1979), mas apenas em 2012 é instalada a Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos por militares na ditadura civil-militar.

O poder do governo se estrutura através do medo, exercendo a violência simbólica produzida pelo corpo de agentes estatais, delimitando e reforçando o seu compromisso com o capitalismo, não se importando com a pilha de corpos que serão produzidas. A gestão apresenta um “discurso de poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5), busca ser dominador exercendo o controle dos corpos, autoridade sobre a vida e da morte de cidadãos.

Traçando o comparativo com os dias atuais, o lugar do discurso deve ser colocado sob análise em relação ao período e as políticas vigentes, contudo, não há a possibilidade de não se indignar perante a barbárie na segunda metade do século XX, principalmente quanto às mulheres indígenas, que no dia seguinte ao darem à luz, eram enviadas para o trabalho do roçado, sendo vedado o contato com o recém-nascido durante o trabalho. Os recorrentes episódios inoculação de varíola – doença mortal para os indígenas – a passividade perante as denúncias de massacres promovidos por fazendeiros, a utilização de dinamite para bombardear aldeias, a adição de elementos químicos altamente tóxicos no açúcar fornecido aos índios como a estricnina (utilizada como pesticida) e as “caçadas” realizadas por mateiros.

Os crimes cometidos contra os indígenas na ditadura não cessam após a publicação dos resultados do Relatório Figueiredo, pelo contrário, é intensificada a relação coercitiva e punitiva de militares com a criação da Funai e a

promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), censurando as notícias veiculadas na imprensa sob a “nova ordem” de segurança nacional, silenciando qualquer menção a degradação institucional militar e não divulgando os crimes cometidos contra adversários políticos e adversários do “progresso” nacional desenvolvimentista: os indígenas.

Isso reforça quando dissemos que os planos de desenvolvimento e seus objetivos foram o carro-chefe da política econômica empreendida pelo regime militar e retomados na gestão Bolsonaro. Na visão da atual gestão, assim como na ditadura, todos os prováveis obstáculos ao sucesso dessa empreitada deveriam ser removidos e as tentativas de organizar qualquer reação ao modelo adotado deveriam ser atacadas.

Podemos entender que o comprometimento de praticamente todo o território tradicional Avá-Guarani, foi resultado dos conflitos pela disputa territorial que foram gerados durante décadas e que seguem acontecendo. Mas, os interesses na não-demarcação das terras indígenas, por parte dos grandes latifundiários, multinacionais e empresários afins, ficam explícitos em seus discursos sob a bandeira do progresso (não sustentável), evocando o argumento utilitarista do uso da terra, na tentativa de ampliar a dimensão de suas posses e, consequentemente, aumentando seus lucros, por meio da monocultura, exploração da madeira, recursos minerais e naturais como um todo.

Desta forma, na tentativa de abonar a sua presença maciça e suas ações de grande impacto ambiental, investem em propagandas com objetivo de alcançar o apoio da população. Diversos exemplos ocorrerem em todo Brasil, no entanto, talvez o mais incisivo e aberto ataque aos indígenas, podemos citar a antiga empresa multinacional Aracruz Celulose (Fibria)[23], que no ano de 2006, utilizou de recursos discursivos em Outdoors, em estradas do Estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil, com frases que indicam que os indígenas e a Fundação Nacional do Índio estão na via contrária ao desenvolvimento, assim mencionados: “*A Aracruz trouxe o progresso. A FUNAI, os índios" e "A FUNAI defende os índios. Quem defende nossos empregados?"*

[23] Após uma fusão ocorrida 2009, A empresa Aracruz Celulose (1972-2009), tornou-se parte integrante da Votorantim Celulose e Papel do Grupo Votorantim, mudando de nome para Fibria. Esta empresa mantém uma parceria em Eunápolis, no sul da Bahia, com a empresa Finlandesa StoraEnso, sob o nome de Veracel.

Desse modo, os crimes constantes como vem sendo registrados em diferentes regiões do país, é motivado por discursos institucionais estruturados na necropolítica. É importante dizer que a ordem e o poder dos discursos produzidos pelo poder estatal, principalmente no que tange às relações de poder, de vigilância e consequente docilização (FOUCAULT, 2001), buscam silenciar as vozes indígenas e soterra-las por interesses político-econômicos.

Por fim, cabe à nós pesquisadores, indigenistas e voluntários de proteção da legislação e da causa indígena, manter o trabalho de investigação, publicando e denunciando constantemente, a fim de refrear o avanço das políticas estruturadas em discursos anti indígena e no mercado financeiro. Para tal, é necessário tornar o conhecimento acessível, utilizando uma linguagem menos rebuscada, pois não devemos encastelar o conhecimento, mas estimular a pesquisa sobre a temática indígenas.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

AMADEO, Javier. GONZÁLEZ, Sabrina. (Org.). **La teoría marxista hoy**. CLACSO, Buenos Aires, 2006. pp. 431-458.

BENATTI, José Heder; ROCHA, Ana Luisa Santos; PACHECO, Jéssica dos Santos. **Populações Tradicionais e o Reconhecimento de seus Territórios: Uma Luta Sem Fim**. 7º Encontro da ANPPAS – 17 a 20 de Maio de 2015. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em: <http://anppas.org.br/novosite/index.php?p=viienanppas>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BERGOLD, Raul Cezar. O contexto, a Ideologia e a Prática da Marcha para o Oeste. In: **Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re)existência em TekohaGuasuGuavira** / Coordenação de Carlos Frederico Mares de Souza Filho. – Letra da Lei, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRAGATO, Fernanda Frizzo, e BIGOLIN NETO, Pedro. Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção. **Rev. Direito e Práx**., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 1, 2017, p. 156-195.

BRASIL. **Constituição Federal**. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL DE FATO. **Aldeia indígena Guarani é atacada a tiros em Guaíra, no Paraná**. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/05/29/aldeia-indigena-guarani-e-atacada-a-tiros-em-guaira-no-parana?fbclid=IwAR262c3JTVVcTMwBfE2zLUZk9knlov5mgz5YhmnQZBEiCe6nEtqQQDeZU5M>. Acesso em 01 jun. 2020.

BRASIL DE FATO. **Aldeia indígena sofre segundo ataque a tiros em três dias, em Guaíra, no Paraná**. 01 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/06/01/aldeia-indigena-sofre-segundo-ataque-a-tiros-em-tres-dias-em-guaira-no-parana?fbclid=IwAR3_xxcZeyJyVdhDlbu9BAhxLiNaV1c0tdQyWvZwdYMbr7Bp8zmzWXXtceI#.XtVJR-UEH5I.facebook>, Acesso em 01 jun. 2020.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. SANTOS, Rosângela Daiana dos. Encobrimento Indígena no processo de colonização do oeste do Paraná*.* **Revista SURES***:* https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures, Ano: 2017, fev, Número: 9, pág. 113-131.

CNDH – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório do Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, Brasília, 2016.

Comissão Guarani Yvyrupa. **Relatório sobre as violações de Direitos Humanos contra os Avá-Guarani no Oeste do Paraná.** Guaíra e Terra Roxa. Agosto de 2017.

Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014.

COMISSION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Derechos de los pueblos indígenas y tribales sobre sus tierras ancestrales y recursos naturales : normas y jurisprudencia del sistema interamericano de derechos humanos***.* OEA/Ser.L/V/II. Doc. 56/09. 2010. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/Tierras-Ancestrales.ESP.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio: Ensaios e documentos***.* São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 78-79.

FABRINI, João Edmilson et al. Conflitos entre Ruralistas, Camponeses e Indígenas no Paraná*.* **Boletim Data Luta, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA***:* Presidente Prudente, dezembro de 2013, n72.ISSN2177-446.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la Biopolitique***.* Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 33ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

GAGLIARDI, José M. **O indígena e a república**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno (una redefinición).** In: BORON, Atilio.

GUANAES, Senilde Alcântara. O Estado Nacional e as políticas desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 307-336, jan./jun. 2015.

KI-MOON, Ban**. Implementing the Responsibility to Protect***.* A/63/677, 12 jan. 2009. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/63/677> . Acesso em: 01 jun. 2020.

LADEIRA, Maria Inês. FARIA, Camila Salles de. Os Avá-Guarani em YvyMbyte, centro da terra e os Processos de transformação de seu território. In: **Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re)existência em TekohaGuasuGuavira** / Coordenação de Carlos Frederico Mares de Souza Filho. – Letra da Lei, 2016.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória.** 5ªed. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. A luta dos povos Guarani no extremo oeste do Paraná. **Revista Pegada** – vol. 16, n. especial, maio/2015.

MARTINEZ, Damásio. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Melusina**, Tenerife, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte***.* São Paulo: no 1 edições, 2018.

MONDARDO, Marcos. Territórios e comunidades tradicionais: estado de exceção, governo bio/necropolítico e retomadas de tekoha. **Periódico Horizontes** – USF – Itatiba, SP – Brasil, 2019.

MONDARDO, Marcos. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos. **AMBIENTES**. Volume 1, Número 2, 2019, pp. 155-187.

NAVARRA, Júlia C. Carvalho. Caso Avá-guarani e a UHE Itaipu Binacional sob olhares da Justiça de Transição. **CAMPOS** V.20 N.2 jul.dez.2019.

O´DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritário Burocrático**. São Paulo: Paz e Terra,1990.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos.** 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007.** Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

REYDON, B. P. Direitos de propriedade da terra rural no Brasil: uma proposta institucionalista para ampliar a governança fundiária. **Rev. Econ. Sociol. Rural***.* vol.50 no.3 Brasília July/Sept. 2012.

ROCHA, Leandro M. **A política indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SANTOS, Rosângela Daiana dos. Racismo e preconceito contra os Avá-Guarani em Guaíra e Terra Roxa no Paraná. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**.V. 03, ed. especial, dez., 2017, artigo nº 587 | relacult.claec.org | e-ISSN: 2525-7870

SANTOS, RDD. BARRETO, MR. MELO, RFGD. Luta e resistência dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, ed. especial, mai., 2019, relacult.claec.org | e-ISSN: 2525-7870.

VARUSSA, Rinaldo José. Avá-Guarani e Ruralistas no processo de demarcação da Terra Indígena Guasu Guavirá (Oeste do Paraná, décadas de 2000 e 2010). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anos 90, Porto Alegre, v. 26 – e2019009 – 2019.

VIEIRA, Flávia do Amaral; LUNELLI, Isabella Cristina. Direitos, Terra e Autonomia Indígena sob ataque. **CAPTURA CRÍPTICA: direito, política, atualidade**. Florianópolis, n.4, v.2, jan./dez. 2015.

O NEOINSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DO MARCO CONSTITUCIONAL DE 1988

SOCIOLOGICAL NEOINSTITUTIONALISM AND THE SUPREME FEDERAL COURT BASED ON THE 1988 CONSTITUTIONAL FRAMEWORK

EL NEOINSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO Y LA CORTE SUPREMA FEDERAL CON BASE EN EL MARCO CONSTITUCIONAL DE 1988

Vitoria Raira de Oliveira Moraes[1]

Nívea Faria de Souza[2]

Bruno Ferreira França[3]

Sávio da Silva Abreu[4]

Taís de Cássia Badaró Alves[5]

Resumo

O neoinstitucionalismo afirmou-se no âmbito da Ciência Política de modo especial pela perspectiva da mudança institucional e das implicações de cunho social e político. Nesta seara, a vertente sociológica da referida matriz contribuiu para a compreensão de como as instituições impactam a sociedade. No âmbito do Poder Judiciário, observam-se significativas mudanças institucionais no Supremo Tribunal Federal como centro de importantes questões nacionais nas últimas décadas, a partir do marco da Constituição de 1988. Desse modo, este artigo pretende analisar as possibilidades trazidas pelo neoinstitucionalismo sociológico para a compreensão do papel institucional do STF na contemporaneidade. A pesquisa bibliográfica de cunho exploratório propõe uma análise qualitativa que aponta como resultados a reconfiguração da Suprema Corte nos marcos da Constituição Cidadã.

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Iguaçu-Campus V (UNIG). Aluna Bolsista de Iniciação Científica UNIG/Campus V. Contato: vitoriarairadeoliveira@gmail.com.
[2] Graduanda em Direito pela Universidade Iguaçu-Campus V (UNIG). Aluna Voluntária de Iniciação Científica UNIG/Campus V. Contato: niveafaria1234@gmail.com.
[3] Graduando em Direito pela Universidade Iguaçu -Campus V (UNIG). Aluno Voluntário de Iniciação Científica. Contato: bruninhof.franca@gmail.com.
[4] Mestrando em Sociologia Política (UENF). Contato: savioabreuu@gmail.com.
[5] Doutora em Sociologia Política (UENF). Contato: taisbadaro50@gmail.com.

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo Sociológico; STF; Constituição de 1988.

Abstract

Neoinstitutionalism asserted itself in the sphere of Political Science in a special way due to the perspective of institutional change and the implications of a social and political nature. In this area, the sociological aspect of that matrix contributed to the understanding of how institutions impact society. Within the scope of the Judiciary, there are significant institutional changes in the Federal Supreme Court as the center of important national issues in recent decades, from the landmark of the 1988 Constitution. Thus, this article intends to analyze the possibilities brought by sociological neoinstitutionalism for the understanding of the institutional role of the STF in contemporaneity. The bibliographical research of an exploratory nature proposes a qualitative analysis that points out as results the reconfiguration of the Supreme Court within the framework of the Citizen Constitution.

Keywords: Sociological Neoinstitutionalism; STF; 1988 Constitution.

Resumen

El neoinstitucionalismo se afirmó en el ámbito de la Ciencia Política de manera especial por la perspectiva del cambio institucional y las implicaciones de carácter social y político. En esta área, el aspecto sociológico de la matriz mencionada contribuyó a comprender cómo las instituciones impactan en la sociedad. En el ámbito del Poder Judicial, se están produciendo importantes cambios institucionales en la Corte Suprema Federal como centro de importantes temas nacionales en las últimas décadas, a partir del hito de la Constitución de 1988. Así, este artículo pretende analizar las posibilidades que brinda el neoinstitucionalismo sociológico para la comprensión del papel institucional del STF en la contemporaneidad. La investigación bibliográfica de carácter exploratorio propone un análisis cualitativo que apunta como resultado la reconfiguración de la Corte Suprema en el marco de la Constitución Ciudadana.

Palabras clave: Neo-institucionalismo sociológico; STF; Constitución de 1988.

Introdução

As instituições têm sido alvo de análise de importantes estudiosos, sobretudo do campo das Ciências Sociais como um todo, uma vez que as mesmas impactam diretamente a sociedade e seus atores. Nesse sentido, destaca-se que o neoinstitucionalismo é uma matriz teórica que tem como objetivo precípuo explicitar o papel exercido pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos, sendo, portanto, uma corrente de suma importância.

O STF é o órgão de cúpula do Poder Judiciário pátrio, a quem é incumbida a função de guardião da Constituição Federal. Destaca-se que a partir da promulgação

da Carta Magna de 1988 a Suprema Corte passou por consideráveis mudanças institucionais e, somado a isso, tem sido o centro de importantes questões nacionais nas últimas décadas – questões essas que impactam diretamente na sociedade brasileira.

Diante disso, a primeira seção do presente artigo abordará o neoinstitucionalismo sob um ângulo geral, delimitando seu percurso enquanto corrente teórica e explicitando, inclusive, os três importantes métodos de análise das instituições que surgiram com o fim de representar a matriz em destaque, sendo eles: neoinstitucionalismo histórico, neoinstitucionalismo da escolha racional e neoinstitucionalismo sociológico.

Na sequência, a segunda seção tratará de modo particular do neoinstitucionalismo sociológico, abordando as suas principais características, de modo a distingui-lo das demais escolas institucionalistas.

Por fim, o presente estudo, em sua terceira seção, discutirá o papel do Supremo Tribunal Federal nos quadros institucionais contemporâneos da política e da sociedade brasileira. Desta forma, este estudo tem por objetivo analisar o STF tendo como ponto de partida o marco constitucional de 1988 e os novos contornos da Corte em vista das demandas sociais. Salienta-se que este estudo está alicerçado nas relações estabelecidas entre o Direito e a Ciência Política, vínculo que se estabelece de maneira tradicional no âmbito científico. Todavia, é importante destacar que, a fim de obter uma melhor compreensão sobre o contexto no qual a instituição em comento está inserida, este artigo vale-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória para abordar as características e atribuições atuais da Suprema Corte, valorizando aspectos que demarcam a sua trajetória histórica.

1. O Institucionalismo: breve percurso de uma matriz teórica

A corrente analítica do institucionalismo tem por origem a Ciência Política Norte Americana, que buscou durante o século XX valorizar o papel das instituições no cenário social e político. Porém, a partir das décadas de 1980-1990, esta linha teórica passou por reveses que colocaram em dúvida seu arcabouço cientifico e sua capacidade de explicação para o comportamento das instituições. Como reação afirmou-se uma tradição institucional, sob o lema de que "as instituições importam" e estão voltadas para "[...] todo tipo de instituições sociais e estatais que moldam a maneira pela qual os atores políticos definem seus interesses e estruturam as relações de poder com os outros grupos" (STEINMO *et al*, 1997, p.2). Este cenário de novas demandas fez surgir o neoinstitucionalismo. Em vista disso, esta seção busca antes de tudo situar o leitor sobre os percursos que a teoria utilizada percorreu.

De acordo com Troiano e Riscado (2016, p. 116), há dois enfoques distintos do institucionalismo: o "velho" e o "novo". O velho institucionalismo ou de primeira geração via as instituições como estruturas estáveis e mantidas por meio de mecanismos constantes de reprodução institucional. Além disso, Steinmo et al (1997, p. 3 apud TROIANO e RISCADO, 2016, p.117) apontam que "[...] o antigo institucionalismo foi caracterizado por análises de instituições com maior importância nas leis formais, regras e estruturas administrativas como explicação do comportamento político e dos resultados políticos". Em um outro viés, o novo institucionalismo, considerado de segunda geração,

> produziu um conjunto de novos conceitos, categorias e relações causais para compreensão de novos movimentos e combinações entre atores e instituições, fortalecendo a noção de que as instituições condicionariam os comportamentos dos atores. Logo, no novo institucionalismo, as instituições tornaram-se variáveis explicativas centrais, permitindo uma análise da dinâmica democrática fundamentada entre atores e instituições (TROIANO E RISCADO, 2016, p.118).

Diante do exposto, cumpre analisar com maior enfoque o novo institucionalismo ou o neoinstucionalismo (lente analítica do presente estudo), como referencial teórico que permite elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos (RIBEIRO, 2012). Ademais, tendo em vista que o neoinstitucionalismo é um enfoque que permeia diversas disciplinas no ramo das Ciências Sociais, é importante salientar que ele se destaca por apontar a necessidade de se levar em conta as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais, com o objetivo de compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas.

Salienta-se que tais mediações são precisamente as instituições (THÉRET, 2003, p. 225). As instituições, de acordo com Commons (1990, s/p apud THÉRET, 2003, p. 248 - 250), são, de maneira ampla, “[...] o resultado de toda transação entre pessoas envolvendo regras operativas que estabilizam a tensão entre as outras duas dimensões das transações, que são o conflito e a cooperação”.

Visando identificar as distinções entre os novos institucionalismos, Hall e Taylor (2003, p. 197) trazem à tona uma questão crucial a ser debatida: “como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos?”. Para tal pergunta, os referidos autores afirmam que os neoinstitucionalistas, de modo geral, fornecem duas espécies de respostas, designadas como: a perspectiva calculadora e a perspectiva cultural, explicando cada uma delas, de maneira peculiar, três questões básicas: “Como os atores se comportam?” “Que fazem as instituições?”, “Por que as instituições se mantêm?”.

Respondendo às três perguntas supracitadas, a perspectiva calculadora define que os atores se comportam buscando “maximizar seu rendimento com referência a um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência dada e que, ao fazê-lo, eles adotam um comportamento estratégico” (HALL E TAYLOR, 2003, p. 197). Em relação à segunda indagação, os adeptos da perspectiva calculadora entendem que as instituições afetam o comportamento dos indivíduos ao incidirem sobre as expectativas de um ator dado no tocante às ações que os outros atores são suscetíveis de realizar em reação às suas próprias ações ou ao mesmo tempo que elas (PERES, 2008).

Por fim, quanto à terceira pergunta, a perspectiva calculadora sugere que as instituições se mantêm porque os indivíduos aderem a esses modelos de comportamento por perderem mais ao evitá-los do que ao aderir a eles. Sendo assim, é possível concluir que "[...] quanto mais uma instituição contribui para resolver dilemas relativos à ação coletiva, ou quanto mais ela torna possíveis os ganhos resultantes de trocas, mais ela será robusta" (HALL E TAYLOR, 2003, p. 197-198).

Dando continuidade ao estudo do institucionalismo, aponta-se que a partir de 1980 surgiram três métodos de análise que buscaram se apropriar do título de neoinstitucionalismo, sendo eles: neoinstitucionalismo histórico, neoinstitucionalismo da escolha racional e neoinstitucionalismo sociológico (HALL E TAYLOR, 2003). No que se refere à distinção entre essas três vertentes, em um primeiro momento, Théret (2003, p. 226) destaca que existem duas grandes oposições capazes de diferenciar os aportes, sendo elas: "[...] o peso que atribuem na gênese das instituições aos conflitos de interesse e de poder ou à coordenação entre indivíduos"; e ainda "[...] o papel que imaginam que desempenham na relação entre as instituições e no comportamento dos atores a racionalidade instrumental calculadora ou as representações e a cultura". Diante disso, no intuito de traçar um breve percurso da matriz teórica, torna-se relevante fazer uma análise comparativa dos neoinstitucionalismos (histórico, da escolha racional e sociológico) no que se refere à gênese das instituições.

Como ponto de partida, o neoinstitucionalismo histórico explica que as instituições surgiram como uma forma de regular conflitos intrínsecos ao desenvolvimento da diferenciação de interesses e à assimetria de poder. Em contrapartida, as vertentes da escolha racional e sociológica, encaram as instituições como uma solução para problemas de coordenação (MARCH; OLSEN, 2008). Todavia, destaca-se que, a teoria da escolha racional "[...] afirma que indivíduos iguais têm preferências dadas, cujos problemas referem-se simplesmente à coordenação de ação, até porque a otimização racional do comportamento exige que se encontre uma solução para ela" (THÉRET, 2003, p. 229).

Por sua vez, o neoinstitucionalismo sociológico "[...] considera a coordenação por meio de dispositivos cognitivos central às organizações, ao passo que os conflitos de interesse e a luta política são vistos como 'periféricos'" (THÉRET, 2003, p. 229). Já

a perspectiva cultural, ao tratar de como os atores se comportam, sublinha até que ponto o comportamento jamais é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo própria ao indivíduo. Além disso, reconhece que o comportamento humano é racional e orientado para fins, embora os indivíduos recorram com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos (MARCH; OLSEN, 2008). Em relação à segunda indagação, a visão cultural destaca que “as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação”. Ao abordar a razão pela qual as instituições se mantêm, a perspectiva cultural explica que as instituições resistem a serem postas radicalmente em causa porque elas estruturam as próprias decisões concernentes a uma eventual reforma que o indivíduo possa adotar (HALL E TAYLOR, 2003).

Visto isso, parte-se para a análise efetiva da vertente do neoinstitucionalismo sociológico, foco do presente artigo.

2. O neoinstitucionalismo sociológico: um enfoque na perspectiva culturalista

Inicialmente, aponta-se que o neoinstitucionalismo sociológico surgiu no fim dos anos de 1970, quando alguns sociólogos contestavam “[...] a distinção tradicional entre a esfera do mundo social, vista como o reflexo de uma racionalidade abstrata de fins e meios e as esferas influenciadas por um conjunto variado de práticas associadas à cultura” (HALL E TAYLOR, 2003, p. 207-208). Todavia, vale-se recordar que antes desse novo aporte teórico vigorava o velho institucionalismo, que tinha o seu foco nas macroestruturas institucionais e constitucionais, sistemas políticos, linguagem e sistema legal, deixando as organizações à margem das formas institucionais.

Sua origem remonta às bases dos estudos pioneiros da sociologia em expoentes como Durkheim, Weber e Marx com abordagens que se destacam e

> [...] expressem o comportamento humano em tipos de situações que envolvem o exercício da autoridade governamental, tais como o Estado, a sociedade, a comunidade, a economia ou a classe, dotadas de qualidades tais como onisciência, onipotência e inevitabilidade (LEISERSON, 1956, p.55-56).

Somente com o surgimento do neoinstitucionalismo sociológico que se deu ênfase às organizações, sobretudo porque naquele momento as organizações se tornaram mais complexas e a sociedade passou por grandes transformações políticas, sociais, culturais. Então, a partir daí há o fortalecimento da teoria das organizações (CARVALHO, VIEIRA, GOULART, 2005). Além disso, enquanto o velho institucionalismo sociológico se preocupava em observar como as entidades criavam as instituições que modelavam as condutas, o neoinstitucionalismo sociológico visa entender e explicar a maneira como os atores enraizados dentro de estruturas sociais moldam suas crenças e preferências (NASCIMENTO, 2009). Sendo assim, o referido autor demonstra que a escola teórica em estudo "reconhece a autonomia dos indivíduos e assume que as ações e relações sociais dão-se numa dimensão intermediária entre os atores e as macroestruturas" (NASCIMENTO, 2009, p. 113).

Conforme o que foi analisado anteriormente, é possível perceber que o neoinstitucionalismo sociológico tem como base teórica a teoria das organizações. Sendo assim, os sociólogos institucionalistas trabalham a questão do porquê de as organizações adotarem um determinado conjunto de formas, procedimentos ou símbolos institucionais, focando na difusão dessas práticas (OLSON,1999). Cabe ressaltar que

> as premissas do institucionalismo sociológico esforçam-se ultimamente em ampliar o enfoque, incorporando a contribuição de pesquisadores que enfatizam os elementos políticos e estratégicos da ação e da mudança institucional, procurando articular, de maneira mais sólida, o institucionalismo organizacional e a Sociologia em geral, introduzindo, dessa forma, na agenda científica o papel dos interesses e do poder, e clarificando e aprofundando o que deveria ser uma teoria da mudança institucional (THÉRET, 2003, p. 241).

Visto que as instituições são o objeto de estudo da corrente teórica em destaque, torna-se relevante abordar a maneira como tal corrente as definem. De acordo com Nascimento (2009 p. 101), "institucionalistas sociológicos têm definido

instituições de uma maneira não-materialista, ao tratarem de crenças, valores e modelos cognitivos". Por esse ângulo, instituições podem ser observadas como um arquétipo, na medida em que elas internalizam elementos da cultura e princípios normativos.

Somado a isso, Andrews (2005, p. 281) demonstra que as instituições "são compreendidas como referenciais normativos legitimados pelos atores sociais". O mencionado autor explica que as instituições são concebidas pela "interação dos atores sociais que elaboram normas de conduta às quais se submetem por reconhecê-las como legítimas". Sendo assim, no que se refere à legitimidade das instituições, é possível concluir que as mesmas se desagregam quando não estão mais em sintonia com a sociedade ou com os códigos culturais, e não necessariamente quando perdem sua eficiência, como acreditam os adeptos do neoinstitucionalismo sociológico. Por fim, Nascimento (2009, p. 106-107) destaca que

> para os institucionalistas sociológicos, bem como para os institucionalistas históricos, instituições afetam não somente as estratégias e os interesses, mas também os modelos de relação entre atores, preferências, objetivos e identidades. Deste ângulo, instituições não somente representam restrições ou incorporam oportunidades para a ação – instituições são variáveis indispensáveis para a compreensão do processo de formação de preferências.

Posteriormente, de acordo com Hall e Taylor (2003) o institucionalismo sociológico possui três importantes características que o distinguem das demais vertentes institucionalistas, características essas que serão abordadas.

A primeira característica do neoinstitucionalismo sociológico aponta para a maneira como os teóricos dessa escola definem as instituições, uma vez que os mesmos promovem uma análise mais global acerca do assunto em relação aos pesquisadores em Ciência Política, incluindo não apenas as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que produzem 'padrões de significação' que orientam a ação humana.

Assim ressalta-se que:

> Para o neoinstitucionalismo sociológico, um conceito central é o de “setor societal”, que inclui: (1) o conjunto de organizações que operam em um domínio singular, identificado pela similaridade dos serviços, produtos ou funções e (2) outras organizações que influenciam o desempenho de organizações focais tais como provedores-chave, consumidores, agências regulatórias, fontes de financiamento e competidores

Destaca-se que, em razão dessa característica, o neoinstitucionalismo sociológico afasta a ideia de oposição entre os conceitos de “instituições” e “cultura” que existe nas demais escolas institucionalistas.

A interpenetração entre tais conceitos ameaça a visão daqueles especialistas que insistem em opor as chamadas “explicações institucionais” e “explicações culturais”, sendo que aquelas consideram as instituições como as regras instituídas pela organização e estas remetem à cultura, definida como um conjunto de atitudes, de valores e de abordagens comuns face aos problemas. Além disso, é também consequência da mencionada característica a redefinição de “cultura” como sinônimo de “instituições”, afastando concepções que associam a cultura às normas, às atitudes afetivas e aos valores, a fim de aproximá-la de uma noção que a considera como uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento (IMMERGUT, 1998).

A segunda característica aponta para a maneira como os teóricos da escola em estudo encaram as relações entre as instituições e a ação individual, tendo como parâmetro a perspectiva culturalista. Em suma, os teóricos do institucionalismo sociológico entendem que “a relação que liga o indivíduo e a instituição repousa sobre uma espécie de ‘raciocínio prático’ pelo qual, para estabelecer uma linha de ação, o indivíduo utiliza os modelos institucionais disponíveis ao mesmo tempo que os confecciona” (HALL E TAYLOR, 2003, p. 210).

Por fim, a terceira característica diz respeito ao modo como os neoinstitucionalismo sociológicos tratam a questão da explicação do surgimento e da modificação das práticas institucionais (HALL E TAYLOR, 2003). Os mencionados autores explicam que, diferentemente do que pensam os teóricos do institucionalismo da escolha racional, os institucionalistas sociológicos acreditam que as organizações modificam suas práticas institucionais visando menos o aumento da sua eficiência – conforme sustentam os teóricos da escolha racional – e mais o reforço que oferece à sua legitimidade social e à de seus adeptos. Em síntese, “as organizações adotam

formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo" (HALL E TAYLOR, 2003, p. 211).

Conforme mencionado acima, o neoinstitucionalismo sociológico trata as relações entre as instituições e a ação individual tendo como base o enfoque cultural, privilegiado pela teoria das organizações. Este enfoque cultural privilegia a dimensão rotineira do comportamento, além do papel desempenhado pelo ator com base na sua visão de mundo e as interpretações que faz das situações. Sendo assim, as instituições equivaleriam aos "planos morais e cognitivos de referência sobre os quais são baseadas a interpretação da ação" (THÉRET, 2003, p. 228).

Por fim, tendo analisado o institucionalismo sociológico, bem como as outras duas vertentes, conclui-se pela necessidade de intensificar os intercâmbios entre as diferentes escolas, uma vez que por muito tempo elas permaneceram fechadas, visando apenas aprimorar seu próprio modelo. Apesar de haver inúmeras divergências na maneira como os representantes de cada escola de pensamento abordam determinados pontos fundamentais, um conhecimento recíproco permitiria aos praticantes de cada uma das vertentes uma melhor percepção sobre as questões implícitas ao seu próprio paradigma. Sendo assim, é importante levar os intercâmbios entre as escolas tão longe quanto possível, visto que cada uma delas parece revelar aspectos importantes do comportamento humano e do impacto que as instituições podem ter sobre ele (OLSON,1999).

Para efeito de relacionar a matriz do neoinstitucionalismo sociológico à análise das instituições, na sequência, consideram-se aspectos próprios à configuração do STF sob a égide da Constituição Federal de 1988.

3. O STF a partir do marco de 1988: a ampliação do papel institucional da Suprema Corte brasileira

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro e é responsável pela guarda da Constituição Federal. Diante da importância do STF no contexto jurídico e social pátrio, o órgão tornou-se, atualmente, alvo de análise para diversas esferas da sociedade, desde leigos a especialistas no assunto.

Sendo assim, cumpre-se discorrer sobre o contexto de criação da Suprema Corte, para então compreender as modificações trazidas pelo marco constitucional de 1988, no que tange às deliberações e competências da instituição judiciária em comento.

Desta forma, o neoinstitucionalismo sociológico se porta como uma lente relevante para este estudo à medida que se considera que o STF passou por transformações no que tange às competências, sendo relevante, contudo, o fato de que a atuação da instituição está atrelada às demandas sociais e à própria cultura como um todo.

A criação do STF ocorreu no período da Primeiro República (1889 - 1930), instituição que substituiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ) como a Corte Suprema do Poder Judiciário. Segundo Pinto e Castro (2019, p. 43), o STF prometia consideráveis transformações na atuação da Suprema Corte Judiciária, uma vez que caberia a ele "verificar a constitucionalidade dos atos dos demais poderes – , podendo declarar a inconstitucionalidade de leis federais e estaduais – julgar litígios entre estado e União, bem como defender os direitos do cidadão", o que não era presente no STJ do Império, visto que era um órgão com função revisionista, que não julgava questões políticas, limitando-se ao direito privado.

Abreu e Alves (2020, p.45) ratificam que o STF na Primeira república se portava como:

> Um campo de poder capaz de resolver conflitos públicos e privados com função apelativa, bem como julgar divergências entre autoridades judiciais e administrativas. Em vista disso, o Tribunal será idealizado como como freio contra possíveis excessos provenientes do Poder Executivo, e, ao mesmo tempo, atuará como proteção para a federação zelando pela Constituição.

Salienta-se que a primeira República, no âmbito jurídico, foi um período bastante marcante da história, uma vez que nessa época se afirmaram elementos basilares que perduraram em nossa cultura jurídica, tais como: o Federalismo, a atuação da Suprema Corte e a consequente jurisprudência, bem como a codificação emanada da Constituição de 1891 e do Código Civil de 1916, pontos que foram elementos indispensáveis para a formação do Estado (ABREU E ALVES, 2020).

Ademais, os estudos de Costa (2006) demonstram que durante toda a trajetória do STF, desde sua criação, tal instituição batalhou para defender os direitos e as garantias constitucionais conferidos aos cidadãos, com o objetivo de manter o Estado de Direito e o equilíbrio entre os poderes.

Nesse sentido, a autora supracitada demonstra a importância de se observar a história através da atuação da Suprema Corte, haja vista que

> [...] Em um país cujos governantes se recusam muitas vezes a obedecer às decisões emanadas da mais alta Corte de Justiça, interferindo diretamente nela, desrespeitando a sua autonomia, negando-se a preencher vagas ou alterando o número de ministros – é de esperar que essa Corte funcione como uma caixa de ressonância que registra os ritmos agitados da história nacional (COSTA, 2005, p. 23).

Diante do exposto, observa-se um contexto no qual a Suprema Corte em determinados momentos não era capaz de exercer com êxito suas prerrogativas. Por tal motivo, com o intuito de exemplificar, será apresentado um breve esboço da dinâmica institucional do STF durante a vigência do regime autoritário da ditadura militar em 1964, observando de que forma o Supremo se comportou frente ao "Executivo Autoritário".

Primeiramente, destaca-se que o golpe militar de 1964 denomina uma série de acontecimentos que culminaram na deposição do presidente João Goulart, em 1° de abril, o que para os militares tratava-se de uma revolução com o objetivo de restabelecer a ordem. A Constituição de 1946 previa que estando vaga a Presidência da República, deveria assumir o presidente da Câmara dos Deputados, o que ocorreu com Ranieri Mazzilli. Além disso, a Carta Magna em vigência ordenava que fossem convocadas eleições indiretas para presidente em 30 dias, nas quais os eleitores seriam os membros do Congresso Nacional, tendo sido escolhido, na ocasião, o marechal Humberto Castelo Branco, um dos executores do golpe (TORRES, 2016).

Nas palavras de Torres (2016, p. 57) para o projeto conservador e legitimador da intervenção dos militares, "[...] foi necessário um golpe de Estado revestido de Revolução e justificado como um ato que respondeu à vontade do povo para que juridicamente pudesse ser aceita a deposição do presidente". Seguindo-se os fatos,

no dia 9 de abril de 1964 o Comando Militar, com o intuito de institucionalizar a revolução, decretou o primeiro ato institucional, precedente de muitos outros:

> o Ato Institucional número 1 estabeleceu a forma de eleição para o próximo presidente da República, modificou o sistema de emendas à Constituição e de aprovação de projetos de lei de iniciativa do presidente da República, suspendeu as garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e da estabilidade, estabeleceu investigação sumária de servidores públicos que tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, podendo estes ser demitidos, dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado. Estabeleceu também a cassação dos direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e de mandatos legislativos de todos os níveis (TORRES, 2016, p. 48).

Tratando-se da reação do Judiciário a tais acontecimentos, Torres (2016) aponta que por ter como principal característica a inércia, este órgão dificilmente se manifestaria contra ou a favor do golpe de Estado, sem que tenha sido chamado a se pronunciar sobre sua legalidade. Entretanto, o autor ressalta que apesar disso, “o presidente do STF, Ribeiro da Costa, foi à posse de Ranieri Mazzilli na noite de 1º de abril, quando João Goulart ainda estava no Brasil, dando apoio à situação estabelecida”.

Ainda em tom de crítica, Torres (2016) aponta que o Supremo se manteve inerte enquanto a ordem constitucional era quebrada e um governo era deposto; afirma ainda que pelo que constatou em sua pesquisa, nenhum dos ministros na época se declarou contrário ao golpe, o que representa uma aceitação ainda que tácita do Ato Institucional, além de ficar claro na postura de neutralidade destes sua intenção de manterem-se em uma posição confortável e em seus respectivos cargos.

Portanto, diante da ambiguidade assumida pela Suprema Corte, que “ora era agente e ora paciente da história”, é possível entender a necessidade de tais explanações acerca do tema, a fim de identificar as mudanças ocorridas nessa instituição com o marco constitucional de 1988.

Em relação às evoluções trazidas pela Carta Magna de 1988 ao Poder Judiciário brasileiro, Sadek (2010) explica que a referida norma representou um passo

importante, na medida em que garantiu a independência e a autonomia do Judiciário. Devido a isso, a autora expõe que o princípio da autonomia administrativa e financeira tornou-se efetivo e não meramente nominal, assegurando, assim, autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário. Além disso, a nova Constituição Federal designou ao STF novas atribuições que foram responsáveis por reorientar e ampliar a missão institucional da Corte. Essa ampliação das funções desempenhadas pelo STF são resultado das posições que a referida instituição assumiu no processo de transição para a democracia, no qual passou a identificar-se como instituição essencial ao desenvolvimento do país, projetando-se no centro do debate político (OLIVEIRA, 2004; 2006, s/p APUD DA ROS, (2008).

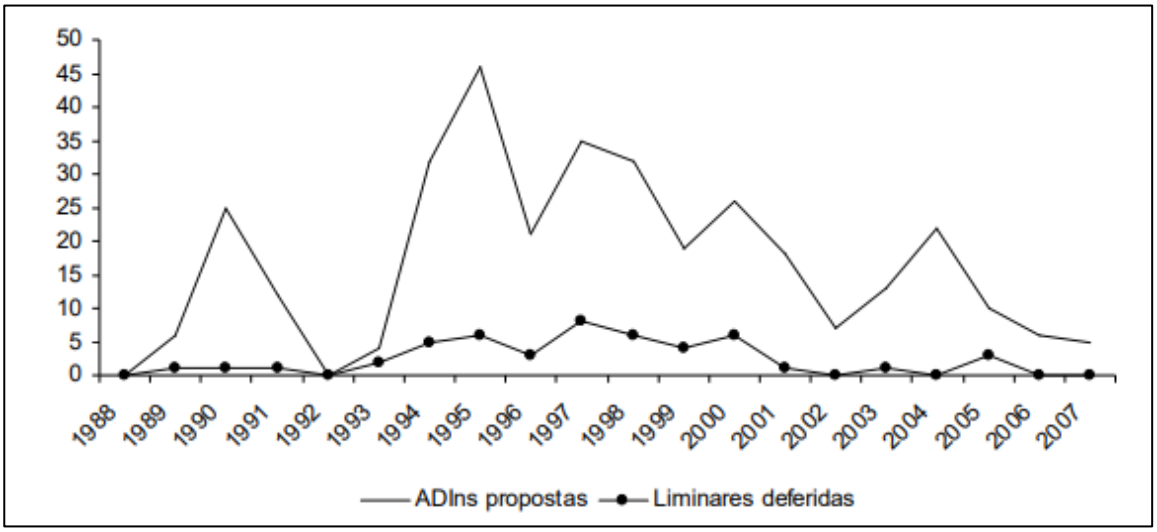
Conforme salienta Machado (2007, p. 50), analisando-se determinadas inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988, é possível perceber efetivamente a presença da teoria clássica da tripartição de poderes, estabelecida por Montesquieu, no ordenamento jurídico pátrio, contrabalanceada pelo sistema de freios e contrapesos, o qual fornece aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a legitimidade à prática do exercício do poder de forma conjunta.

Os estudos de Da Ros (2008) apontam as novas atribuições do STF em três categorias de análise, correspondentes a três movimentos básicos realizados pela Constituição de 1988 quanto à estrutura do órgão. O primeiro movimento foi responsável por expandir o rol de atores aptos a questionar abstrata e diretamente a constitucionalidade das leis junto ao STF, findando a exclusividade antes concedida ao Procurador-Geral da República. O segundo movimento desvinculou o Procurador-Geral da República do Poder Executivo, direcionando sua missão institucional para a defesa da ordem jurídica e para a representação funcional dos direitos difusos e coletivos. Já o terceiro movimento, correspondeu à criação de novas ferramentas processuais aptas a provocar o STF frente a controvérsias constitucionais tidas como insuscetíveis de serem questionadas por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

A fim de compreender a dinâmica das deliberações do STF a partir do marco constitucional de 1988, torna-se relevante analisar o gráfico abaixo, retirado dos estudos de Da Ros (2008), que faz uma comparação entre as ADIns propostas contra medidas provisórias e liminares deferidas, total ou integralmente, por ano (1988-2007)

pelo STF. O mencionado autor explica que, “[...] as flutuações da linha de liminares concedidas tende a acompanhar aquela de ações propostas, indicando que a corte tende a intervir quando mais é chamada a opinar sobre as diferentes medidas provisórias”, como pode-se observar no gráfico (DA ROS, 2008, p. 168). O mencionado autor explica que o STF é colocado em evidência no cenário político em decorrência da grande quantidade de ações que são levadas a esse órgão para julgamento, o que o leva a uma postura mais interventiva ante os decretos do presidente.

Gráfico 1 – ADIns propostas contra medidas provisórias por ano (1988-2007)



Fonte: DA ROS, 2008, p. 129.

A partir da análise gráfica é possível inferir a inserção da arena jurídica no cenário político – o que tem originado um fenômeno próprio a países que viveram ditaduras militares no século XX e elemento que tem se tornado parte da cultura institucional brasileira. Por conta destes elementos culturais a teoria em voga se apresenta de maneira relevante para analisar o STF a partir do marco de 1988.

A efervescência política do Poder judiciário em estudos recentes acerca dos regimes latino-americanos, busca compreender a partir de decisões judiciais sua repercussão no universo político, em especial a de tribunais superiores. Estudos como os de Engelmann; Bandeira, (2017) apontam a relevância política das instituições

judiciais, através de movimentos sociais ou partidos políticos, e deixam claro que os personagens que controlam o espaço decisório da justiça nas democracias latino-americanas têm atuado em prol determinados setores.

No tocante à estruturação do Poder Judiciário a partir da Constituição de 1988, salienta-se que, no topo da organização, se encontra o STF, como órgão de cúpula, que passou a ter atribuições predominantemente constitucionais. Quanto aos demais órgãos que compõem a estrutura judiciária, o artigo 92 da Constituição de 1988 assim os nomeou: Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes do trabalho; tribunais e juízes eleitorais; tribunais e juízes militares; tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal e territórios. Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça incorporou parte das atribuições anteriormente destinadas ao STF, sendo, portanto, a grande inovação trazida pelo constituinte de 1988, já que viera para descongestionar o STF e assumir algumas das funções antes atribuídas ao Tribunal Federal de Recursos (SADEK, 2010).

No que tange à composição do Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 definiu que o Tribunal seria formado por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art.101, CRFB/88), além de ter necessariamente a nacionalidade originária, ou seja, ser brasileiro nato (art. 12, §3º, IV, CRFB/88). Vale fazer uma observação importante acerca da expressão “notável saber jurídico”, que, de acordo com Masson (2020, p.1269), trata-se de um tema que foi muito questionado pela doutrina, restando a dúvida se era necessário ser bacharel em Direito ou o “notável saber”, sequer precisaria ser jurídico. A respeito do assunto, a mencionada autora leciona:

> O art.56 da Constituição de 1891 falava somente em notável saber, sem qualificá-lo. A Constituição de 1934 (art.74) passou a qualificar notável saber jurídico. Em razão da permissão da Constituição de 1891, o STF já chegou a ter Ministro que não era jurista, vale lembrar o médico Cândido Barata Ribeiro, nomeado pelo Presidente Floriano Peixoto, nos termos do decreto de 23.10.1983, razão da vaga ocorrida com o falecimento do Barão de Sobral, tomando posse em 25.11.1893. O Senado da República, contudo, em sessão secreta de 24.09.1894, negou a aprovação do nome de Barata Ribeiro, nos termos do Parecer da Constituição de Justiça e Legislação, que considerou desatendido o requisito de “notável saber jurídico” (ADN. De 27.09.1894, p.1136). Assim, Barata Ribeiro deixa o cargo de Ministro do STF em 29.09.1894, tendo ficado por pouco mais de

> 10 meses (o Ministro por menos tempo no STF [República], só "perdendo" para Herculano de Freitas, que permaneceu por 3 meses e 16 dias). Portanto, atualmente e desde o parecer de João Barbalho, de 1984, passou-se a entender que todo Ministro do STF terá de ser, necessariamente, jurista, cursado a faculdade de direito.

Quanto aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a Carta Magna de 1988 estabelece que serão nomeados pelo Presidente da República, responsável por indicar brasileiros que preencham os requisitos listados no parágrafo anterior. Assim, o Presidente indicará um nome para o Senado, que, após sabatiná-lo, pode (ou não) aprová-lo por maioria absoluta de votos, sendo tal votação secreta, nos termos do art. 52, III, "a", CRFB/88. Ademais, observa-se que o Supremo Tribunal Federal não se submete à regra do quinto constitucional (MASSON, 2020, p. 1.270). Mostra-se, contudo, que os formatos constitucionais, são favoráveis a um judiciário com protagonismo político, como a composição da corte através de indicações. Diante do exposto, vale ressaltar a pesquisa realizada pelo professor Álvaro Jorge e relatada por Machado (2007, p. 38 apud Falcão,2002, p. 22) acerca do mecanismo de escolha dos membros do STF:

> O professor Álvaro Jorge elaborou a seguinte questão: onde trabalhavam os ministros quando foram indicados pelo presidente da República para compor o STF? Como resposta, Álvaro Jorge obteve os seguintes dados: no período do autoritarismo, cerca de 23% trabalhavam diretamente com a Presidência. Já na democratização, esse número dobrou, pois cerca de 50% dos indicados trabalhavam diretamente com o Chefe do Executivo.

Dando continuidade ao tema em discussão, cabe ressaltar que o STF tem como função precípua a guarda da Constituição Federal, conforme já mencionado. De acordo com Machado (2007), o STF além de possuir a função ordinária de dirimir conflitos com aplicação das leis vigentes no país, também detém a função de intérprete final da Constituição, atuando, portanto, na posição de órgão constitucional, com funções não somente jurídicas, mas também políticas. O mencionado autor ainda explica que no Brasil a Suprema Corte acumula uma duplicidade de atribuições, sendo elas: a de Corte Constitucional e a de Tribunal de última instância, onde se julgam matérias recursais. A partir daí é possível constatar, no ordenamento jurídico brasileiro, a existência de um controle de constitucionalidade misto, que ora é

concentrado e compete ao próprio STF, ora é difuso e exercido por cada magistrado diante do caso concreto.

Destaca-se que para exercer o seu papel de órgão constitucional, serão necessárias ao STF determinadas atribuições. De um modo geral, Sadek (2010) ressalta que a Constituição de 1988, a fim de assegurar maior eficiência e efetividade, ampliou a competência constitucional do Supremo, tendo em vista a criação do mandado de injunção e considerável alargamento do número de agentes legitimados a propor ação de inconstitucionalidade, atribuição que antes era exclusiva do Procurador-Geral da República.

Além disso, foi dada ao STF competência para julgar originariamente as causas em que a magistratura é direta ou indiretamente interessada, tendo sido, todavia, extraída a função de tribunal unificador da aplicação do direito federal infraconstitucional – função que vinha sendo desempenhada desde a sua criação. Esta reconfiguração da Suprema Corte tem proporcionado um aumento das matérias de deliberação e consequentemente o quantitativo de deliberações. Os julgamentos desta forma têm visado não só atos oriundos do Executivo e Legislativo, mas também matérias oriundas diretamente do seio social com questões que perfazem o direito privado. Desta forma, como desdobramento e aprofundamento desta pesquisa pretende-se traçar uma radiografia das solicitações oriundas diretamente da sociedade, vetor que se estabelece vínculos estritos com a teoria do neointitucionalismo sociológico, que pretende compreender em resumo as instituições frente às demandas sociais.

Para melhor elucidar sobre as competências do STF, previstas no art.102 da CRFB/88, Masson (2020, p.1271) explica, de forma sucinta, que poderão ser originárias (hipótese em que o processo começa no STF), recursais ordinárias (hipótese em que o STF atua como grau recursal), e recursais extraordinárias (hipótese em que o STF atua como grau uniformizador). Por se tratar de um rol exaustivo a lista de competência do mencionado órgão é determinada, sem margem a análises extensivas.

Diante do exposto, é importante destacar que o grande impacto que as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal trazem à dinâmica política faz com que a instituição se torne o centro das atenções públicas, “[...] passando esta a não

se comportar necessariamente como uma aplicadora mecânica de leis ou de princípios de sua exclusiva preferência, tal como parece plausível acontecer a boa parte dos julgadores da base da hierarquia judicial" (MACHADO, 2008, P. 66). Além disso, aponta-se que o STF tem o dever constitucional de se pronunciar sobre todas as questões a ele levadas. Em consequência disso, a Corte Suprema tem se deparado com uma grande demanda processual, o que obstaculiza uma tomada de decisão ágil – em maior consonância com as expectativas da sociedade brasileira (DA ROS, 2008, p. 83).

Considerações finais

Em virtude do que foi exposto no decorrer do trabalho, na primeira seção, oportunizou-se compreender o conceito de "instituição", objeto de estudo do institucionalismo. Além disso, percebeu-se que o novo institucionalismo, em comparação com o velho, representou uma ampliação na noção do que seriam as instituições e o impacto que as mesmas exerceriam sobre a sociedade e seus atores. Visando explicar as instituições, observou-se o surgimento de três vertentes do neoinstitucionalismo, onde cada uma delas esclarece, de maneira particular, as questões fundamentais acerca do comportamento dos atores, do que fazem as instituições e do porquê elas se mantêm.

A segunda seção visou especificamente delinear o neoinstitucionalismo sociológico, identificando suas principais características e as consequências trazidas por essa escola teórica ao meio acadêmico e social. Observou-se que tal corrente de pensamento, por ter como base a perspectiva culturalista, busca promover uma mudança institucional, atrelando os conceitos de instituição e cultura — tidos como contrários pelas demais escolas neoinstitucionalistas — a fim de ampliar o sentido do que seriam as instituições.

Por fim, na última seção do presente artigo, abordou-se o Supremo Tribunal Federal, instituição de última instância do Poder Judiciário. Em um primeiro momento, oportunizou-se analisar a Suprema Corte em seu contexto de criação, na Primeira República, período bastante marcante na história, uma vez que consolidou

importantes fundamentos do Estado Brasileiro. A partir daí objetivou-se compreender as modificações pelas quais passou a Suprema Corte a partir da Constituição de 1988 – marco que proporcionou uma maior autonomia ao Poder Judiciário como um todo e, consequentemente, ao Supremo.

Por fim, tendo-se analisado parte das atribuições que são de competência do STF, foi possível identificar a razão pela qual tal instituição se encontra tão presente no contexto nacional, já que atua como órgão constitucional, com funções não somente jurídicas, mas também políticas. Tal remodelamento proporciona uma maior ação da Suprema Corte através do fenômeno da excessiva judicialização, em especifico relativa às demandas sociais – elementos que serão estabelecidos através da teoria do neoinstitucionalismo sociológico nos desdobramentos que este estudo se propõe a enfrentar.

Referências

ABREU. S; ALVES T.; **A Atuação do STF no Governo de Hermes Da Fonseca (1910-1914):** a judicialização da política na primeira república. Conexão Acadêmica. Vol. 11. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. M. G. **A trajetória conservadora da teoria institucional.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849-74, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/download/21893/18417>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COSTA, E. V. da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ENGELMANN, F; BANDEIRA, J. **Judiciário e política na América latina: Elementos para uma análise histórico-política de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela.** Sociologia política das instituições judiciais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017b. p. 197-220, 2017.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. **As Três Versões do Neo-institucionalismo**. n. 58. Lua Nova, 2003. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMPr4fj75gb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.

IMMERGUT, E. M. **The Theoretical Core of the New Institutionalism**. Politics& Society,

v.26, n.1, March 1998, p. 5-34.

LEISERSON, A. **Problems of methodology in political research**, in W. Eulau, S. Eldersveld e M. Janowitz (eds.), Politicalbehavior: a reader in theoryandresearch, Illinois, The Free Press. (1956).

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. **Neoinstitucionalismo: fatores organizacionais na vida política.** Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.

MACHADO, S. D. **A politização do Supremo Tribunal Federal diante do mecanismo de escolha de seus ministros**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3590/politizacao_supremo_machado.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MASSON, N. **Manual de Direito Constitucional**. 8ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

NASCIMENTO, E. O. do. **Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 1, p. 95-121, janeiro-junho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/download/1531/1352/2647>. Acesso em: 15 jul. 2021.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp. 1999.

PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições?** A evolução histórica do Neoinstitucionalismo da Ciência Política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.

PINTO, S. C. S; CASTRO, T. de S. **O Poder Judiciário na Primeira República: revisitando algumas questões.** v.25. n. 2. Juiz de Fora: Locus -Revista de história, 2019. p.37-58. EISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/28711>>. Acesso em: 18/11/2020.

RIBEIRO, F. **Institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico: divergências metodológicas no campo da Ciência Política**. Pensamento Plural/Pelotas [10]:89, 2012. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/10/04.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ROS, L. da. **Decretos Presidenciais no banco dos réus: análise do controle abstrato de constitucionalidade de medidas provisórias pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil (1988-2007)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13819/000651720.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SADEK, M. T. **A organização do poder judiciário no Brasil**. In: *Uma introdução ao estudo da justiça*[S.l: s.n.]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org › sadek-9788579820328-02>. Acesso em: 20 mar. 2021.

STEINMO, S.; THELEN, K. & LONGSTRETH, F. **Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge, Cambridge University Press. 1997.

THERET, B. **As Instituições entre as Estruturas e as Ações**. n. 58. Lua Nova, 2003. p. 225-254. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a11n58.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

TORRES, G. Mateus. **O golpe, o ato, os juristas e o STF: uma história da recepção da ditadura no campo jurídico.** Revista Direitos Humanos e Democracia, Editora Unijuí, ano 4, n. 7, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/5514>. Acesso em: 15 jul. 2021

TROAINO, M.; RISCADO, P. **Instituições e o Institucionalismo:** notas acerca da construção do debate e seus principais desafios na contemporaneidade. v. 25. n. 1. Revista política hoje, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3712>. Acesso em 20 mar. 2021.

O IMPÉRIO TIWANAKU: PODERIO, HERANÇA CULTURAL E ESPIRITUALIDADE

THE TIWANAKU EMPIRE: POWER, CULTURAL HERITAGE AND SPIRITUALITY

EL IMPERIO TIWANAKU: PODER, HERENCIA CULTURAL Y ESPIRITUALIDAD

Ana Lucia Lima da Costa Schmidt[1]

RESUMO:

Este trabalho de pesquisa de caráter bibliográfico procura apresentar a grandiosidade do império pré-colombiano de Tiwanaku e sua importância como um dos maiores impérios da América do Sul e herança cultural deixada por eles seja na arquitetura, escultura e nas bases da cultura do altiplano boliviano. A importância da pesquisa está calcada na falta de informação e material sobre o assunto nos livros e manuais de história e ela pretende lançar um pouco mais de informação sobre o tema, valendo-se principalmente dos teóricos e cronistas MEDINA (2015), HEMZLER & CAMBESES (2017) porque através de suas pesquisas pode-se conhecer o pensamento dos primeiros pesquisadores sobre Tiwanaku como POSNANSKY (1945), por exemplo, bem como realizada a partir de material obtido em duas visitas às ruínas da cidade sagrada, na Bolívia, nos anos de 2014 e 2020.

Palavras-chave: Tiwanaku; poder; cultura; espiritualidade

ABSTRACT

This bibliographical research work seeks to present the grandeur of the pre-Columbian empire of Tiwanaku and its importance as one of the greatest empires in South America and the cultural heritage left by them in architecture, sculpture and in the bases of the culture of the Bolivian altiplano. The importance of the research is based on the lack of information and material on the subject in history books and manuals and it intends to release a little more information on the subject, drawing mainly on theorists and chroniclers MEDINA (2015), HEMZLER & CAMBESES (2017) because through their research it is possible to know the thinking of the first researchers on Tiwanaku such as POSNANSKY (1945), for example, as well as carried out from material obtained in two visits to the ruins of the sacred city, in Bolivia, in the years of 2014 and 2020.
Keywords: Tiwanaku; power; culture; spirituality

RESUMEN

Este trabajo de investigación bibliográfica busca presentar la grandeza del imperio precolombino Tiwanaku y su importancia como uno de los más grandes imperios de América del Sur y el patrimonio cultural que dejaron en la arquitectura, la escultura y en los cimientos de la cultura del altiplano boliviano. La importancia de la investigación radica en la falta de información y material sobre el tema en libros y manuales de historia y se pretende dar a conocer un poco más de información sobre el tema, basándose principalmente en los teóricos y cronistas MEDINA (2015), HEMZLER & CAMBESES (2017) porque a través de su investigación se puede conocer el pensamiento de los primeros investigadores sobre Tiwanaku como POSNANSKY (1945), por ejemplo, así como lo realizado a partir de material obtenido en dos visitas a las ruinas de la ciudad sagrada, en Bolivia, en los años de 2014 y 2020.

Palabras clave: Tiwanaku; energía; cultura; espiritualidad

[1] Pós Doutora em Cognição e Linguagem (UENF). Doutora em Ciência da Literatura (UFRJ). Contato: dr.analucialima@gmail.com.

INTRODUÇÃO:

A mais de 3.800 metros acima do nível do mar, no altiplano boliviano, bem perto do Lago Titicaca estão as ruínas de um dos maiores impérios da América pré-colombiana. Essa civilização começou centenas de anos antes da ascensão do império Inca e nunca mereceu espaço suficiente nos estudos das civilizações americanas mesmo representando uma população estimada de mais de cem mil habitantes, os quais venceram as rigorosas condições climáticas dos Andes desenvolvendo técnicas agrícolas, bem como engendrando construções com riqueza de detalhes. A cultura chamada de Tiwanaku teve seu apogeu de 500 a 950 d. C. e ocupava o território que hoje é a Bolívia, o norte do Chile e o sul do Peru. As ruínas de Tiwanaku, que se localizam na Bolívia, a cerca de 80 km da capital La Paz é, sem dúvidas, um dos maiores legados arqueológicos. Hoje conhecemos 125 sítios pertencentes à sua cultura, 87 dos quais da época imperial.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de se lançar um pouco mais de luz sobre esses estudos, uma vez que pouco se sabe sobre o assunto, mesmo nas aulas e livros de História.

A partir da escolha do tema delimitamos a pesquisa a partir do que chamamos de dimensões da cultura tiwanakota: de que modo se deu a construção do império de Tiwanaku e qual a herança cultural e espiritual que se pode verificar nas escavações da cidade sagrada?

Desse modo nosso primeiro objetivo buscará demonstrar a grandiosidade da sociedade de Tiwanaku a partir de seu poderio territorial, nosso segundo objetivo procurará fazer uma demonstração do conhecimento demonstrado pela civilização na construção de toda a estrutura arquitetônica e artística do império e nosso terceiro objetivo buscará lançar um olhar sobre a ordem espiritual presente em Tiwanaku e a herança para os povos que os substituíram e absorveram a herança deixada por eles.

1. A SOCIEDADE DE TIWANAKU: uma demonstração de poder

O domínio da cultura Tiwanaku ocupava um território de aproximadamente 600.000 km2 numa região que compreende, hoje, o norte da Argentina até as costas do Oceano Pacífico no Chile e Peru, as terras tropicais ao norte do Peru e na Bolívia, até o Leste, onde hoje está a cidade de Santa Cruz de La Sierra, numa localidade conhecida como Samaipata. Foi uma das maiores cidades da América pré colombiana e se caracterizou por edificar construções monumentais. Os construtores descobriram técnicas que os possibilitaram deslocar enormes blocos de rocha por mais de 30 km e em alguns casos até mais de 100 km.

De acordo com Carmelo Corzón Medina (2015), um cronista de Tiwanaku

> el Estado de Tiawanaku ha gobernado la mayor parte de los territorios de Los Andes de América del Sur, por más de mil años.Sólo en estos largos años se pudo haber construído la magnifica obra de ingeniería que son los caminos coocidos como del Inca. Los incas gobernaron cerca de cien años, y se considera que fue poco tiempo para haber logrado construir 23 mil kilómetros de caminos. Los incas repararon, conservaron y continuaron con la construcción de nuevos caminos sobre los ya existentes, que fueron herencia de culturas previas. (MEDINA, 2015,p.6)

Toda essa perícia é aliada a enigmáticas relações das construções com as constelações astronômicas demonstrando um alto grau de conhecimento.

Figura 1: Mapa de domínio da cultura Tiwanaku



Fonte: Ficheiro:Huari-with-tiahuanaco.png

O primeiro europeu a fazer um registro da existência do sítio arqueológico de Tiwanaku foi o espanhol Pedro Cieza de León, em 1549. A maior parte dos estudos já realizados sobre Tiwanaku compreende os períodos IV e V, que corresponde aos anos de 374 a 1200 d.C. A mais antiga data do sítio revelada pelo carbono 14, é aproximadamente, o ano de 1500 a.C.

O arqueólogo Ponce Sanginés (1978) estabeleceu três períodos para o estudo dessa cultura: o ALDEÃO, o URBANO e o IMPERIAL. De acordo com o arqueólogo, citado por Medina (2015)

> El pionero de la arqueologia científica de Tiwanaku, Dr. Carlos Ponce Sanginés, dijo lo seguiente sobre la periodificación: “la cultura de Tiwanaku se desenvolvió em tres ciclos de desarrollo. El primero cuendo era un simple caserio de tipo autosubsitencial aldeano (época I). A continuación viene una fase de transición o de prolegómenos de la formación del estado (época II). El segundo ciclo se caracteriza por la aparición del estado bien institucionalizado en que es limitado en sus dimensiones o sea local (época III) y com posterioridade alcanza amplitude regional (época IV). El tercer ciclo es el imperial, en que la expansión de seiscentos mil kilómetros cuadrados. (SANGINÉS (1978), apud MEDINA, 2015, p 21)

O arqueólogo Javier F. Escalante (1994) também dividiu os períodos em três épocas: Tiwanaku Aldeano – épocas I e II Tiwanaku Urbano Clássico – épocas III e IV e Tiwanaku Expansivo Imperial – época V.

Figura 2: Placa na entrada do parque arqueológico em Tiwanaku, Bolívia



Fonte: acervo fotos Ana Lúcia Schmidt (2014)

A placa acima, na foto que está na entrada de Tiwanaku, mostra uma diferença entre essas divisões. Esse fato demonstra a necessidade de aprofundamento nos estudos e ainda mais pesquisa acerca dos achados arqueológicos para que se tenha um discurso uniforme quando se fala na cidade sagrada de Tiwanaku. Essas

discrepâncias acontecem porque ainda se fazem escavações no local, novas datações são feitas, o que acaba alterando discursos e teorias anteriores.

Em nossa pesquisa, optei por utilizar o quadro cronológico de Javier F. Escalante M. registrado no livro de MEDINA (2015)

Figura 3: Quadro cronológico de Tiwanaku



Fonte: Medina (2015, p.4 e5)

No **Período Aldeano**, que compreende os anos de 1.580 a.C. acerca de 130 d.C., além de Tiwanaku outras duas culturas também coexistiram no altiplano boliviano: a cultura Chiripa, também próxima ao lago Titikaka e a cultura Wankarani, perto do lago Poopó. Cerca de 150 anos antes do início dos tempos de Cristo, Tiwanaku vai conhecer um maior desenvolvimento.

Bem no início do **Período Urbano Clássico**, que compreende os anos de 130 d.C. a 700 d.C., Tiwanaku se apodera dos territórios ocupados pelas culturas Chiripa e Wankarani anteriormente passando a ser um estado regional e expansivo. Neste tempo, os campesinos desenvolveram técnicas agrícolas e hidráulicas que permitiram criar plataformas elevadas de cultivo intercaladas por canais, que preveniam problemas de falta de água com um sofisticado sistema de drenagem e, ainda, prevenção de inundações chamados de "montes de cultivo" (*suka kollu*) para o plantio cercados de água absorvidas das chuvas que garantiam a umidade necessária para o desenvolvimento agrícola.

De acordo com Medina (2015)

> Los tiwanakotas contaban com inteligentes ingenieros hidráulicos que traían agua para regar, mediante canales, desde alturas y distancias muy alejadas. Nada era suficiente, también los suelos pantanosos deberían servir para sembrar, por lo tanto, construyeron camellones o sukakollus que les dieron cosechas abundantes. (MEDINA, 2015, p.73)

Esses canais também eram usados para a criação de peixes, e até a lama produzida era aproveitada como fertilizante. Esse sistema *suka kollu* produziu colheitas intensas. Ainda hoje é possível observar os resquícios dos "montes de cultivo" (*suka kollu*)

Figura 4 e 5: Sistema "suka kollu" (montes de cultivo)





Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2014 e 2020)

A cidade de Tiwanaku contava também com uma série de aquedutos superficiais e subterrâneos tanto para captação de água das chuvas, bem como para a drenagem.

Figura 6: aquedutos para captação das águas das chuvas



Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Lima (2014)

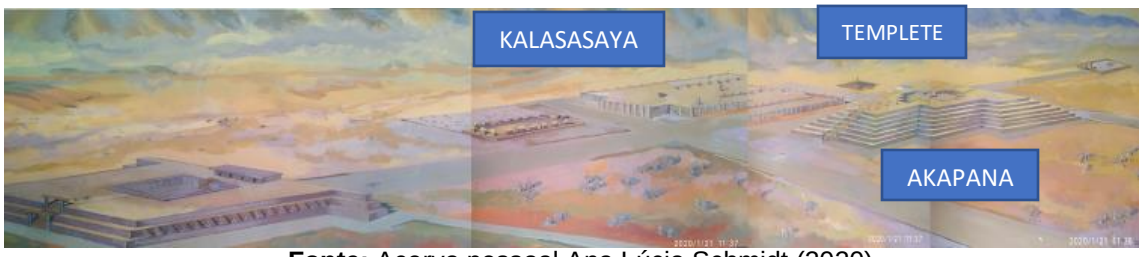


A privilegiada localização da cidade de Tiwanaku, entre o lago Titicaca - que é a região mais fértil - e o altiplano seco, garantia o fornecimento de peixes, aves e pastagens para as lhamas. Ao se estudar a flora da região mais detidamente pode-se determinar que a cultura avançada de Tiwanaku utilizou uma espécie de análise genética na domesticação das variedades agrícolas da região, trabalhando em

sistemas de conservação de alimentos que possibilitavam desidratar produtos para serem utilizados em épocas mais difíceis.

Neste tempo, também surgiram as divisões em classes sociais entre políticas, religiosas e militares. Templos impressionantes foram construídos criando um espaço para o sagrado.

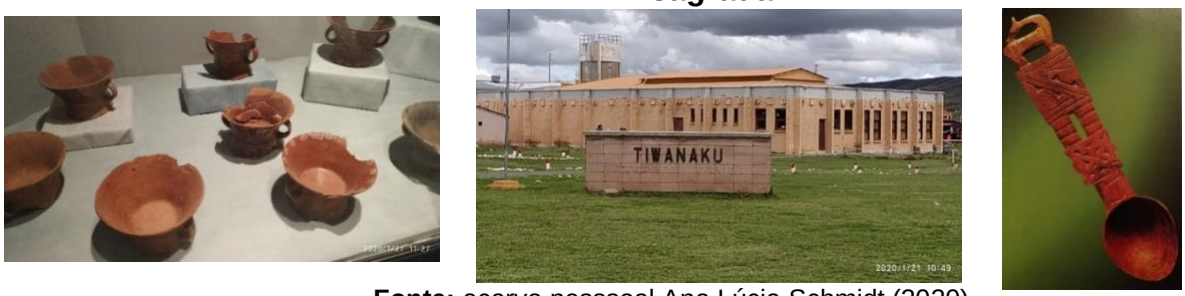
Figura 7: foto montada a partir do painel do Museu Tiwanaku de como seria a cidade em seu apogeu



Fonte: Acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

O estilo de cerâmica específico da cultura Tiwanaku foi encontrado numa vasta área que cobre a moderna Bolívia, Peru, o norte do Chile e a Argentina e hoje faz parte do acervo do Museu que fica ao lado da cidade sagrada.

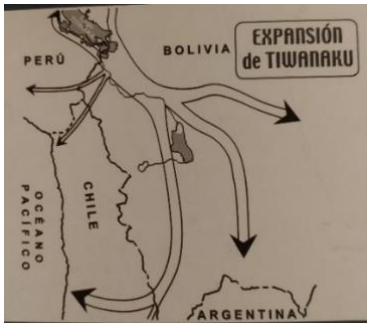
Figuras 8, 9 e 10: Museu em Tiwanaku e peças encontradas na cidade sagrada



Fonte: acervo pesssoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

No **Período Imperial Expansivo**, que teve início em 700 d.C. e foi até pouco mais de 1200 d.C., Tiwanaku deixa de ser um estado local e regional para impor a sua religião, exportar a sua tecnologia aos territórios periféricos abrangendo o norte do que hoje é o Chile e a Argentina, bem como o sul do Peru, incluindo Nazca e desse modo se converte em um Estado Imperial.

Figura 11: Mapa de expansão da cidade sagrada



Fonte: Medina(2015), p.5

Em 900 d.C. Tiwanaku perde o domínio do território do norte, mas se mantém a capital do Império no altiplano boliviano, onde hoje estão as ruínas, até o ano de 1.172 d.C. quando o império entre em decadência em decorrência de um período seguido de muitas secas, o que impossibilitou a sobrevivência no território.

Após esse período da queda de poder em Tiwanaku, segue-se um período de anarquia com a profusão de senhorios, representantes de pequenas culturas, que conviveram até a chegada dos Incas, por volta de 1.350 d.C. que durou até a chegada dos espanhóis, em 1.532 d.C.

Pode-se observar que na construção de Tiwanaku estavam presentes construtores, engenheiros e conhecedores da geologia do lugar, além de artistas capazes de esculpir com maestria em grandes blocos líticos, símbolos e ícones que constituem, hoje, testemunhas do grande esplendor de Tiwanaku.

Figura 12:Litoesculturas encontradas em Tiwanaku



Fonte: Medina (2015), p 29

3. A ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E ARTÍSTICA: uma demonstração de conhecimento e a herança cultural

A cultura Tiwanaku foi precursora das grandes construções megalíticas da América do Sul, nos legando peças entalhadas em pedras que podem pesar até cem toneladas e muitas vezes se encaixando umas às outras com tal precisão que parecem cortadas por instrumentos e tecnologias atuais.

É possível verificar no sítio arqueológico de Tiwanaku algumas preciosidades que passaremos a descrever.

3.1- A Pirâmide de Akapana

É uma das maiores construções de Tiwanaku. Suas dimensões são de 194,14 m de comprimento e 182,4 m de largura e 18 m de altura, numa área total de 26.436,56km². É composta por sete níveis ou ainda conhecidas como plataformas contidas por muros de arenito trabalhado. Existe uma diferença na construção dos muros o que pode indicar que é uma obra realizada em várias gerações.

Figuras 13 e 14: A pirâmide de Akapana





Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

Seu nome é oriundo, segundo Posnansky (1945) das palavras “Aka kjahuana” que significa “este é o local donde se vigia” ou ainda das palavras “Hake Apana” significando “Local onde a gente perece”.

O acesso ao topo deveria ser feito através de escalinatas, pois indícios de uma podem ser observados no setor oeste. Nesse local foi encontrada uma peça de basalto negro do “homem puma” denominado “Chachapuma”.

Na parte superior da pirâmide vestígios do que os arqueólogos acreditam ser uma edificação religiosa ou um templo. Outra observação que se pode fazer do alto da pirâmide seria um templo semisubterrâneo em forma de cruz andina escalonada. Os resquícios achados explicam um complexo sistema de drenagem com silhares lavrados de arenisca vermelha reforçadas com ganchos de cobre.

Figura 15: sistema de colocação de ganchos



Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2014)

No topo da pirâmide presumivelmente existia uma “piscina” em forma de cruz andina pode ter sido utilizada como observatório astronômico que possibilitava observa o céu a partir do espelho d’água.

3.2 - O Templo de Kalasasaya

O templo tem a forma retangular e mede 126,66 m. por 119,06 m. com altura média de 4,2 m. com área de 15.935 km². Possivelmente foi construído para eventos de caráter astronômico. Seu nome deriva de uma palavra aimará que significa “pedras paradas”.

As primeiras pesquisas oficiais realizadas no templo foram da missão científica francesa do Conde Créqui de Monfort, citado por Medina (2015).

Figura 16: Entrada principal do templo



Fonte: arquivo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

A escada da entrada principal fica no muro oriental. São sete degraus com os dois últimos construídos de um bloco único de pedra. A partir do vão de acesso ao templo pode-se observar, em perfeita simetria, o monolito Ponce, do qual trataremos adiante. Além desse monolito, há o monolito El Fraile e a Porta do Sol. Além da entrada principal, há outras entradas ao templo que se acredita seja no número de seis, pois algumas podem estar escondidas.

Os pilares são de arenisca vermelha e os muros levam nove pilares de andesita com goteiras de deságue das águas nas paredes norte e sul, conforme se pode verificar nas figuras abaixo:

Figura 17 e 18: Andesita e Arenisca vermelha nas paredes do templo





Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

No recinto do templo podem ser observados dois amplificadores de pedra lavrados de modo a ampliar o som. Esse amplificador pétreo existente no muro interno do templo, bem como na entrada da cidade sagrada, foi construído em forma de caracol com a função de amplificar a voz humana. Mais um indício que o templo devia

reunir um grande número de pessoas e a utilização de um amplificador sonoro se fazia necessário.

Figura 19: amplificador sonoro



Fonte: arquivo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2014)

3.3- A Porta do Sol

Monumento lítico conhecido mundialmente. Cieza de Leon foi o primeiro a admirar a Porta do Sol na época da conquista. Em 1833, Alcides D'Orbigny, francês, viu a famosa porta "deitada em solo". A ordem para reergue-la veio em 1908, do General José Ballivian, que presidia a Bolívia.

Foram utilizados esforços sobre-humanos dos aimaras para colocar o monumento em pé. Tal feito não durou muito pois uma chuva de raios caiu sobre Tiawanaku partindo em duas partes da maravilhosa Porta do Sol, que felizmente, não estragou o baixo relevo de seu frontispício. Os aimaras, muito supersticiosos, acreditaram que tal fato ocorreu por "castigo" do Deus Illapa.

Figuras 20 e 21: Porta do sol em duas visitas (2014 e 2020)





Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2014 e 2020)

De acordo com Posnansky (1945) os homens alados ou homens condores eram em número de quarenta e oito e fariam parte de um calendário e circundavam o

Homem Sol. Ainda segundo o arqueólogo, os tocadores de trompa localizados na parte inferior da porta, marcavam com precisão os movimentos solares. O Homem Sol, o “Deus Chorão” é o motivo principal da porta.

O grau de conhecimento alcançado pela cultura Tiwanaku se evidencia com precisão matemática e marcam os solstícios e os equinócios. Por exemplo, no dia 21 de março, o equinócio de outono, o astro rei nasce exatamente pelo vão de entrada de Templo de Kalasasaya; o dia 21 de junho, o solstício de inverno, o sol nasce pelo ângulo formado pelos muros leste e norte, em relação ao ponto central junto ao muro oeste; o dia 21 de setembro, equinócio da primavera, o sol nasce pelo ângulo do muro leste-sul, em relação ao ponto central do muro oeste; o dia 21 de dezembro, solstício de verão, o sol novamente nasce pela parte central de ingresso ao templo.

A Porta do Sol tem a mesma orientação que o vão de ingresso ao templo, então o astro rei também se produz através do vão da porta. A parte posterior da porta ainda não foi suficientemente estudada.

3.4- Templete Semisubterrâneo

Localizado a leste do Templo de Kalasasaya, o templete semisubterrâneo mede 26 m nas paredes norte e sul por 28,46 m nas paredes leste e oeste. A altura média dos muros é em torno de 2 metros de profundidade. Essa construção foi construída com tanta precisão matemática pois apenas de estar a cerca de 2 metros de profundidade, ela nunca se alaga, pois existe um sistema de drenagem perfeitamente planejado.

A construção tem o significado de um templo, construído com pedras de tonalidade vermelha e branca. O templete é decorado com 175 cabeças encravadas nas paredes sendo cada uma delas completamente diferente uma da outra, deste modo, alguns estudiosos acreditam que essas cabeças representam diferentes grupos étnicos entre causianos e asiáticos.

Figura 22: é possivel perceber a profundidade do templo e o sistema de escoamento de água



Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

Nos trabalhos de escavação foi descoberta uma série de monolitos diferentes, inclusive um monolito barbado, que desperta inúmeras hipóteses e lendas. Entre esses monolitos, está o famoso monolito Bennett.

Figura 23: monolito "homem barbado"



Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

3.5 – Monolitos Bennett, Ponce e El Fraile

O monolito Bennett foi descoberto por uma missão francesa no ano de 1903, porém não foi desenterrado nesse momento. Ele apenas foi desenterrado no ano de 1932 pelo Dr. Wendel Bennett e recebeu o nome dele. Este monolito estava enterrado

no centro do templete semisubterrâneo. Sua altura é superior a sete metros e seu material é arenisca silícica argilosa e seu peso é em torno de 20 toneladas.

Por muitos anos este monolito esteve exposto em praça pública no bairro de Miraflores na cidade de La Paz. Hoje encontra-se protegido do sol e da chuva no Museu Lítico de Tiwanaku que fica ao lado da cidade sagrada. O monolito, também conhecido como a Pachamama e Estela 10, possui muitos símbolos desenhados que foram analisados como sendo um calendário lunissolar. Ele tem aspecto de um homem e acredita-se que represente uma autoridade ou um personagem da cultura tiwanakota divinizado.

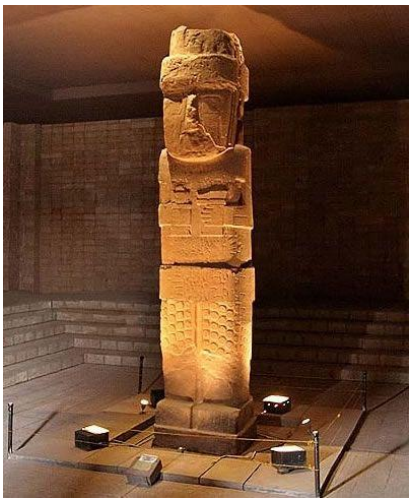
O monolito Ponce é conhecido também como Estela 8 e fica no Templo de Kalasasaya. Possui aspecto de um humano e poderia representar uma autoridade divinizada. E possui uma curiosidade: as duas mãos da estátua estão na mesma posição.

O monolito El Fraile, conhecido como Estela Fraile é a representação do “Dios del Agua” por isso em seu cinturão existem figuras de caranguejos esculpidos o que sugere que a grande civilização se estendia até o Oceano Pacífico. A estátua também fica no templo de Kalasasaya próximo à localização da Porta do Sol. Ele foi esculpido em pedra arenisca e em suas mãos existem símbolos do poder humano e do poder divino.

De acordo com Hemzler e Cambeses (2017)

> Cuando aprendamos a ver con respeto, las expressiones en los diseños regionales de la cultura Tiwanaku, tal vez logreos assimilar algo del amplio patrimonio de conociemientos de la vida que estos atesoran. Correspondiendo los miles de años que consagró esta cultura, interpretando la naturaleza, más las experiencias profundamente vividas, nos obligan a reconocer a la cultura Tiwanaku, su indiscutible contribuición al mundo actual y distinguirla merecidamente como Patrimonio Cultural de la humanidade. HEMZLER & CAMBESES, (2017), p. 15)

Figuras 24, 25 e 26: Monolito Bennett, Monolito Ponce e Monolito El Fraile



Fonte: Hemzler e Cambeses (2017), p15





Fonte: acervo pessoal Ana Lúcia Schmidt (2020)

4. A ORDEM ESPIRITUAL PRESENTE EM TIWANAKU

As culturas andinas foram religiosas em sua essência e consideravam que absolutamente tudo o que existia possuía vida, desse modo, constituíram sociedades panteístas e se harmonizavam com a natureza e com o cosmos.

Para o homem andino existiram muitos deuses como o Sol (Inti), a Terra (a Pachamama), a Lua (Phaxsi), dentre outros.

Essa relação não era diferente na sociedade Tiwanaku. Dentro de sua cosmovisão, o mundo era dividido em três planos: Alaxpacha Akapacha e Manqha Pacha explicado pelas incrustações nos monumentos e até nas cores escolhidas para a sua confecção.

O mundo de cima, conhecido como Alaxpacha era habitado pelos deuses como o Sol, a Lua e outras deidades. O mundo do meio, conhecido como a Akapacha, era habitado por seres divinos e humanos e também a flora e a fauna. O mundo de baixo, conhecido como Manqha Pacha, era habitado por deuses muito importantes que cuidavam da germinação das sementes e para que as raízes tivessem água. Neste espaço, todos os minerais, como o ouro e a prata estariam cuidados e protegidos.

Os mortos iriam para o subsolo onde seriam recebidos amorosamente pela Pachamama (a mãe terra) em seu ventre e, por isso, os tiwanakotas enterravam seus

mortos em posição fetal para que pudessem nascer novamente no ventre da Pachamama.

De acordo como Medina (2015)

> De acuerdo con la religiosidade de Tiwanaku, los restos mortales no debian ser enterrados ya que ellos creían en la otra vida, por esta razón los cuerpos de los difuntos eran momificados en posición fetal y debían ser depositados en cámaras funerarias. (MEDINA, 2015, p 44)

Todos os estudos arqueológicos apontam que é possível que em seu período de apogeu Tiwanaku fosse um centro espiritual em direção ao qual se dirigiam as pessoas de todo o império. Além disso, o local das ruínas e o modo como a cidade foi construída proporcionam discussões das mais diferentes ordens, desde indagações da maneira como as enormes pedras que fazem parte das construções foram transportadas até a precisão das construções de Tiwanaku. A escultura impecavelmente plana das pedras e seus ângulos precisos são algo praticamente impossível de ser alcançado sem máquinas modernas e até mesmo hoje é considerado de difícil confecção.

Para se completar a ideia de um complexo espiritual, todas as construções em Tiwanaku foram feitas com base nos movimentos planetários. Isso se pode confirmar pela localização dos pilares do templo de Kalasasaya quando durante o pôr-do-sol do equinócio da primavera, o sol atravessa o pilar central do muro principal, enquanto que durante os solstícios de inverno e verão, o sol atravessa os extremos esquerdo e direito do muro.

Alguns locais especulam que o nome moderno "Tiwanaku" é relacionado ao termo aimará *taypiqala*, que significa "pedra no meio", em alusão à crença de que ficaria no centro do mundo e segundo as tradições desses povos, a cidade de Tiahuanaco amanheceu, depois de uma longa noite, pronta em todo o seu esplendor depois da grande escuridão que dominava a terra.

5. CONCLUSÃO

Como tudo aquilo que existe, construído pelo homem ou de forma natural, ocorreu com Tiwanaku a ascensão, o auge e o declínio. O poder de Tiwanaku foi tão grande que muitos chegaram a dizê-lo como sobrenatural. No entanto, uma expressiva diminuição da precipitação na bacia do lago Titicaca sugerida por alguns arqueólogos parece ter diminuído o poder de produção de alimentos e consequentemente o poder da elite vai sofrer uma diminuição porque estava centrada na elite o poder sobre a produção e conservação dos alimentos e a manutenção da vida em pleno altiplano.

Em 1445 um novo poder começou a surgir: o império Inca. A região foi conquistada e os novos habitantes acabaram por incorporar o que sobrara da cultura de Tiwanaku. A cidade e seus habitantes não deixaram história escrita, e a população local atual pouco conhece da cidade e de sua história por isso é dever dos estudos científicos promover a memória cultural desse povo.

Quando se estuda os povos e as culturas da América anteriores à colonização espanhola e portuguesa conhecemos apenas o império Inca, Maia ou Asteca. Pouco ou quase nada em manuais e aulas é dedicado ao estudo dos tiwanakotas e é impossível pensar a formação do profissional de história que não se dedique ou conheça a força e a herança desses impérios e povos.

O conhecimento dos povos antigos de qualquer lugar do planeta terra, povos anteriores a nossa civilização atual, nos permite ser mais tolerantes e respeitosos diante da cultura deles. A marca de uma cruz cristã incrustada pelos conquistadores no monolito Ponce e a retirada das pedras da Pirâmide de Akapana para construção de igrejas cristãs nas pequenas vilas da região nos dão a demonstração do quanto o desconhecimento impõe o desrespeito e a destruição das heranças de nossos ancestrais.

REFERÊNCIAS:

ESCALANTE MOSCOSO, Javier. **Guia Arqueológica Bolívia**. Ed. Producciones Cima, La Paz, Bolívia, 1994.

HEMZLER, Willy Eduardo Cortez & CAMBESES, José Luis Rios. **La voz de las piedras.** Topaz Editions. La Paz, Bolívia, 2017

MEDINA , Carmelo Córzon. **Tesoros Sagrados de Tiwanaku**. Producciones Editores CIMA, 3ª edicion. La Paz, Bolívia, 2015.

POSNANSKY, Arthur. **Tiahuanacu: The Cradle of American Man** (4 vol., 1945–58). J. J. Augustin: Nova Iorque, 1945.

PONCE SANGINES, Carlos. *El Instituto Nacional de Arqueología de Bolívia: Su organización y Proyecciones*. In: **Instituto Nacional de Arqueologia**. N o 25. La Paz, 1978.

.

RACIONALIDADE, ERROS COGNITIVOS E QUESTÕES POLÍTICO PARTIDÁRIAS: NA PERSPECTIVA DE DANIEL KAHNEMAN

RATIONALITY, COGNITIVE ERRORS AND PARTIES POLITICAL ISSUES: FROM DANIEL KAHNEMAN'S PERSPECTIVE

RACIONALIDAD, ERRORES COGNITIVOS Y PARTIDOS CUESTIONES POLÍTICAS: DESDE LA PERSPECTIVA DE DANIEL KAHNEMAN

Leonardo Rezende Meireles[1]

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir, a partir das concepções de Daniel Kahneman referentes à racionalidade, os enganos na faculdade da razão, identificando as possíveis relações entre eles com questões político-partidárias. No estudo, propomos uma análise de como o autor entende a estrutura da mente humana a partir das ideias de Sistema 1 e 2. O Sistema 1 é responsável pelas atividades e funções intuitivas, enquanto o Sistema 2 atua nas atividades que necessitam concentração. O Sistema 2 opera na maior parte do tempo com uma fração limitada da sua capacidade, entrando em exercício somente quando o Sistema 1 requisita sua atuação ou quando a atividade a ser realizada exige concentração. De maneira geral, o Sistema 2 costuma aceitar muitas das sugestões do Sistema 1. Essas sugestões, na maior parte dos casos, estão corretas, porém elas podem estar equivocadas em alguns assuntos. Na nossa perspectiva, alguns desses equívocos podem ter relação com questões político-partidárias e éticas.

Palavras-chave: Racionalidade; Sistema 1 e 2; Daniel Kahneman; Erros cognitivos; Política Partidária.

ABSTRACT

The aim of this text is to discuss, based on Daniel Kahneman's conceptions regarding rationality, the mistakes in the faculty of reason, identifying the possible relationships between them with political party issues. In the study, we propose an analysis of how the author understands the structure of the human mind from the ideas of System 1 and 2. System 1 is responsible for intuitive activities and functions, while System 2 acts on activities that need concentration. System 2 operates most of the times with a limited fraction of its capacity, entering into exercise only when System 1 requests its performance or when the activity to be carried out requires concentration. In general, System 2 tends to accept many of the suggestions in System 1. These suggestions, in most cases, are correct, but they may be mistaken in some matters. From our perspective, some of these misunderstandings may be related to partisan political and ethical issues.

Keywords: Rationality; System 1 and 2; Daniel Kahneman; Cognitive errors; Political parties.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir, a partir de las concepciones de Daniel Kahneman sobre la racionalidad, los engaños en la facultad de la razón, identificando las posibles relaciones entre ellos con temas de partidos políticos. En el estudio, proponemos un análisis de cómo el autor compreende

[1] Bacharel em Filosofia, especialista e mestre em Ciência da Religião, professor permanente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. E-mail: leonardo.meireles@ifce.edu.br

la estructura de la mente humana a partir de las ideas del Sistema 1 y 2. El Sistema 1 es responsable por las actividades y funciones intuitivas, mientras que el Sistema 2 actúa sobre las actividades que necesitan concentración. El Sistema 2 opera en la mayor parte del tiempo con una fracción limitada de su capacidad, entrando en ejercicio solo cuando el Sistema 1 solicita su desempeño o cuando la actividad a realizar requiere concentración. En términos generales, el Sistema 2 suele aceptar muchas de las sugerencias del Sistema 1. Estas sugerencias son, en su mayor parte, correctas, pero pueden ser incorrectas en algunos aspectos. En nuestra opinión, algunos de estos conceptos erróneos pueden estar relacionados con cuestiones políticas, de partido y éticas.

Palabras-llaves: Racionalidad; Sistema 1 y 2; Daniel Kahneman; Errores cognitivos; Política de partido.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, é significativa a influência que as mídias sociais e os meios de comunicação de massa exercem sobre as vidas das pessoas. De maneira geral, estamos a quase todo momento cercados por informações, notícias, imagens, áudios, memes, vídeos. As informações são instantâneas; muitas vezes, em frações de segundos tomamos conhecimento de um fato que acabou de acontecer no outro lado do mundo. Se as informações nesse universo midiático forem avaliadas de forma rápida e pouco reflexiva, corremos o risco de sermos enganados em algumas circunstâncias, no sentido de acreditar que as informações são de fato do modo como elas nos foram apresentadas.

O ser humano pode ser considerado racional; atualmente, muitos de nós temos os meios e as condições de checar a veracidade de muitas das informações que chegam até nós, mas será que usamos a racionalidade para verificar a autenticidade e até a moralidade[2] de alguns dados, pelo menos no que diz respeito às informações mais importantes do ponto de vista político e ético? Todavia, provavelmente, boa parte da população pode não ter esse cuidado, o que pode fazer com que as pessoas venham a cometer enganos na crença de que estão confiando em dados sólidos e verdadeiros, quando na verdade estão trocando o certo pelo aparente. Isso é grave quando se trata, principalmente, de assuntos importantes e de decisões que podem

[2] Uma informação pode ser avaliada do ponto de vista da veracidade, de modo a ser considerada verdadeira ou falsa. Na perspectiva ética, portanto, pode ser julgada como certa ou errada. Como exemplo de uma avaliação ética, podemos citar que, no Brasil, sempre foi um costume dos meios de comunicação (rádios, televisão e jornais) noticiar roubos, assassinatos, sequestros, latrocínios. Contudo, nos últimos anos houve um crescimento quase que exponencial desse tipo de programação, que na nossa concepção são completamente antiéticos e prestam um desserviço a toda a nação, pois banalizam a violência, causam na população um sentimento de insegurança exacerbado, tratam a violência apenas como um problema de polícia, fazem apologia à violência policial e, principalmente, promovem, ainda que de modo indireto, uma crítica errônea, desinformada, superficial e descontextualizada dos direitos humanos. Portanto, esses programas com foco em assuntos policiais podem ser considerados errados e equivocados do ponto de vista ético.

comprometer o bem-estar do indivíduo e da sociedade como um todo — por exemplo, nas questões relacionadas à política e à ética.

Considerando essas questões e tendo como suporte a premissa de que para avaliarmos as informações é importante o uso do Sistema 2[3], apresentamos neste artigo uma discussão acerca dos erros cognitivos e como eles podem ter relações com questões político-partidárias. As nossas discussões foram fundamentadas nas percepções de Daniel Kahneman no que se refere às suas concepções sobre a cognição humana.

Daniel Kahneman[4] nasceu em Tel Aviv, cidade reconhecida pela ONU como a capital de Israel, em 1934, é formado em Matemática e Psicologia pela Universidade Hebraica de Jerusalém e desenvolve pesquisas na área de Psicologia Cognitiva, Economia Comportamental e Estatística. Em alguns casos, seus estudos e experimentos sintetizam essas três áreas. Em 2002, ganhou o Prêmio Nobel em Ciência Econômica, em decorrência de sua pesquisa com Amos Tversky.

Kahneman também é pesquisador de modelos de julgamento racional e da tomada de decisões. As discussões e análises sobre Kahneman neste artigo terão como marco teórico a obra *Thinking, Fast and Slow* (2011), traduzida e publicada em língua portuguesa em 2012 pela editora Objetiva com o título *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar* — atualmente, no Brasil, o livro está na vigésima sétima edição.

Alguns dos estudos de Kahneman estão voltados para os erros que acontecem na cognição humana. Nesse sentido, o autor tem como objetivo proporcionar formas de entender tais equívocos para tentar amenizar os enganos que afetam a tomada de decisões. Guardadas as devidas especificidades, acreditamos que algumas das estratégias conceituais que Kahneman usa ao discutir os erros cognitivos podem também ser aplicadas no contexto social e político, de maneira a proporcionar melhores decisões e atitudes dos cidadãos em assuntos que envolvam a política partidária.

Por tal via argumentativa, apresentamos as seguintes questões que norteiam a nossa discussão: tomando como referência a atuação e as interações entre os Sistemas 1 e 2 conforme Kahneman, como acontecem os erros e os enganos na

[3] Os conceitos de Sistema 1 e 2 serão apresentados na parte 2 do texto.

[4] Na página da Universidade de Princeton podemos ter acesso ao currículo do autor. Disponível em: https://scholar.princeton.edu/kahneman/home. Acesso em: 21 abr. 2021.

faculdade da razão? E como esses erros podem ter relações com questões político-partidárias?

Para tentarmos responder a essas questões, o artigo foi dividido em três partes: na primeira será caracterizado, segundo Kahneman, como opera a racionalidade humana a partir da interação entre o Sistema 1 e 2. Na segunda parte, discutiremos os erros cognitivos que podem acontecer a partir da interação entre os dois Sistemas. E na última seção, problematiza-se a possível relação entre os erros cognitivos e a atuação político-partidária.

O SISTEMA 1 E O SISTEMA 2 SEGUNDO DANIEL KAHNEMAN

A ideia central desenvolvida por Daniel Kahneman na obra intitulada *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar* são os conceitos de Sistema 1[5] e Sistema 2[6]. Esses termos, conforme o próprio autor, são amplamente usados na Psicologia, e foram criados originalmente pelos psicólogos Keith Stanovich e Richard West. A originalidade de Kahneman na referida obra é apresentar esses conceitos como se fossem dois personagens, com suas características, funções e qualidades distintas, que interagem e, unidos, formam o aparato de cognição humana, ou, mais precisamente, o Sistema 1 intuitivo e o Sistema 2 deliberativo, que juntos formam o eu e a mente humana. Nas palavras do próprio autor:

> A distinção entre pensamento rápido e devagar tem sido explorada por inúmeros psicólogos ao longo dos últimos 25 anos. [...] descrevo a vida mental com a metáfora de dois agentes, chamados Sistema 1 e Sistema 2, que produzem respectivamente o pensamento rápido e o lento. Falo das características de pensamento intuitivo e do deliberado como se fossem traços e disposições de dois personagens em sua mente. No

[5] Nas notas de rodapé da obra *Rápido e Devagar*, Daniel Kahneman faz referência a um autor que é crítico às concepções de Sistema 1 e 2. Nas palavras do próprio autor: "Um renomado psicólogo alemão tem sido nosso crítico mais persistente. Gerd Gigerenzer, 'How to Make Cognitive Illusions Disappear', European Review of Social Psychology 2 (1991): 83-115. Gerd Gigerenzer, 'Personal Reflections on Theory and Psychology', Theory & Psychology 20 (2010): 733-43. Daniel Kahneman e Amos Tversky, 'On the Reality of Cognitive Illusions', Psychological Review 103 (1996): 582-91". (KAHNEMAN, 2012, p. 18-557).

[6] Em seguida, o autor aponta outros pesquisadores que estudam esses termos em conformidade com as concepções de Kahneman: "Alguns exemplos dentre muitos são Valerie F. Reyna e Farrell J. Lloyd, 'Physician Decision-Making and Cardiac Risk: Effects of Knowledge, Risk Perception, Risk Tolerance and Fuzzy-Processing', Journal of Experimental Psychology: Applied 12 (2006): 179-95. Nicholas Epley e Thomas Gilovich, 'The Anchoring-and-Adjustment Heuristic', Psychological Science 17 (2006): 311-18. Norbert Schwarz et al., 'Ease of Retrieval of Information: Another Look at the Availability Heuristic', Journal of Personality and Social Psychology 61 (1991): 195-202. Elke U. Weber et al., 'Asymmetric Discounting in Intertemporal Choice', Psychological Science 18 (2007): 516-23. George F. Loewenstein et al., 'Risk as Feelings', Psychological Bulletin 127 (2001): 267-86" (KAHNEMAN, 2012, p. 18-557).

> retrato que emerge da pesquisa recente, o Sistema 1, intuitivo, é mais influente do que sua experiência lhe diz que é, e é o autor secreto de muitas das escolhas e julgamentos que você faz. A maior parte deste livro é sobre as operações do Sistema 1 e as influências mútuas entre ele e o Sistema 2 (KAHNEMAN, 2012, p. 22).

Nesse texto, assumimos uma postura crítica e pessimista em relação ao Sistema 1. O que é contrário à perspectiva que o próprio Daniel Kahneman assume em *Rápido e Devagar*. Como o próprio autor afirma, o herói e o personagem principal de seu livro é o Sistema 1, e não o reflexivo e lento Sistema 2. Essa divergência de perspectivas em relação ao Sistema 1, acontece porque nosso objetivo é ressaltar que a racionalidade é indispensável em algumas situações específicas. Porque acreditamos que as decisões mais significativas deveriam estar no âmbito da atuação do Sistema 2. Todavia, segundo a nossa compreensão, o Sistema 1, nesse quesito, pode desempenhar um papel que atrapalhe, ao invés de auxiliar.

Kahneman (2012), por outro lado, analisa as atuações e o desempenho do Sistema 1 de maneira global, o que inclui os tropeços, mas também as incontáveis e variadas atuações necessárias e exitosas do Sistema intuitivo, que o autor destaca da seguinte maneira:

> Você acredita saber o que se passa em sua mente, o que muitas vezes consiste em um pensamento consciente levando ordenadamente a outro. Mas esse não é o único modo como a mente funciona, nem tampouco é de fato o modo típico. A maioria das impressões e pensamentos surge em sua experiência consciente sem que você saiba como foram parar lá. O trabalho mental que gera impressões, intuições e diversas decisões ocorrem silenciosamente em nossa cabeça. (KAHNEMAN, 2012, p. 10).

Esquematicamente, as principais características da atuação do Sistema 2 são as seguintes: “O Sistema 2 aloca atenção às atividades mentais laboriosas que o requisitam, incluindo cálculos complexos. As operações do Sistema 2 são muitas vezes associadas com a experiência subjetiva de atividade, escolha e concentração” (KAHNEMAN, 2012, p. 29). De maneira geral, é possível interpretar que as atribuições e característica dos dois Sistemas são diametralmente opostas entre si. Enquanto as atividades, percepções e respostas do Sistema 1 são imediatas, as do Sistema 2 são lentas e vagarosas. O Sistema 1 está sempre ativo e operante o que estranhamente consume pouquíssima energia; já o Sistema 2 está, na maior parte do tempo, em **repouso**, e suas ações exigem esforço mental e consumo mais elevado de energia.

Acreditamos que o gasto de energia em parte pode explicar porque o Sistema

1 está sempre ativo, enquanto o Sistema 2 está em repouso. O corpo humano pode ser classificado como “preguiçoso”, porque evita esforço e sempre escolhe as atividades que irão consumir a menor quantidade de energia. Conforme a biologia e a química, o corpo humano, como qualquer aparelho elétrico e eletrônico, precisa de energia para funcionar. A energia necessária para a sobrevivência e as atividades dos seres humanos é retirada dos alimentos. Ao consumirmos a mesma quantidade de gordura e de açúcar, por exemplo, uma vez que a molécula de açúcar é menor e mais fácil de ser quebrada para se obter energia, o corpo vai armazenar a gordura e utilizar o açúcar, somente após consumir o açúcar que será utilizado a gordura.

Manter o Sistema 2 em constante atividade e alerta é trabalhoso e cansativo para o corpo. A permanente atividade do Sistema 1 é automática e pouco custosa em termos energéticos. Podemos observar a interação e, em até certa medida, a determinação dos aspectos biológicos sobre os psicológicos, de maneira que a administração de energia, algo estritamente físico e químico, pode nos ajudar a entender, em parte, o funcionamento do aparato de cognição humana.

Na percepção de Kahneman, uma das principais características do Sistema 2 é ser preguiçoso, de forma que ele só entra em operação quando se faz necessária sua intervenção. E por possuir essa característica, o Sistema deliberativo, na maior parte dos casos, acaba aceitando sem análise e julgamento as informações e impressões fornecidas pelo Sistema intuitivo, como podemos perceber nas palavras do próprio Kahneman:

> Quando pensamos em nós mesmos, nos identificamos com o Sistema 2, o eu consciente, raciocinador, que tem crenças, faz escolhas e decide o que pensar e o que fazer a respeito de algo. Embora o Sistema 2 acredite estar onde a ação acontece, é o automático Sistema 1 o herói deste livro. Descrevo o Sistema 1 como originando sem esforço as impressões e sensações que são as principais fontes das crenças explícitas e escolhas deliberadas do Sistema 2. As operações automáticas do Sistema 1 geram padrões de ideias surpreendentemente complexos, mas apenas o Sistema 2, mais lento, pode construir pensamentos em séries ordenadas de passos. [...]. Os Sistemas 1 e 2 estão ambos ativos sempre que estamos despertos. O Sistema 1 funciona automaticamente e o Sistema 2 está normalmente em um confortável modo de pouco esforço, em que apenas uma fração de sua capacidade está envolvida. O Sistema 1 gera continuamente sugestões para o Sistema 2: impressões, intuições, intenções e sentimentos. Se endossadas pelo Sistema 2, impressões e intuições se tornam crenças, e impulsos se tornam ações voluntárias. Quando tudo funciona suavemente, o que acontece na maior parte do tempo, o Sistema 2 adota as sugestões do Sistema 1 com pouca ou nenhuma modificação. Você geralmente acredita em suas impressões e

> age segundo seus desejos, e tudo bem — normalmente. Quando o Sistema 1 funciona com dificuldade, ele recorre ao Sistema 2 para fornecer um processamento mais detalhado e específico que talvez solucione o problema do momento. O Sistema 2 é mobilizado quando surge uma questão para a qual o Sistema 1 não oferece uma resposta (KAHNEMAN, 2012, p. 29-34).

Damásio (2012) ressalta que, em certas circunstâncias, o pensamento lento é uma desvantagem, principalmente em situações que exigem ações rápidas e imediatas; por exemplo: fugir de uma ameaça, tirar o braço de algo quente que poderia queimá-lo. Essas e outras atuações exitosas do Sistema 1 são indispensáveis à vida cotidiana, à preservação da saúde e à prevenção de acidentes. Ademais, o autor na obra *O Erro de Descartes* aborda a relação entre as emoções e a razão. Segundo Damásio, René Descartes[7] estava equivocado ao condenar as emoções e relacioná-las apenas aos erros. O autor, contudo, demonstra que existem assuntos que de fato devem ser submetidos apenas ao escrutínio da razão. Entretanto, existem temas em que a atuação das emoções é fundamental para o bom desempenho de muitas atividades humanas. Ainda segundo Damásio:

> Na verdade, em certas ocasiões a emoção pode ser um substituto para a razão. O programa de ação emocional que denominamos medo pode afastar rapidamente do perigo a maioria dos seres humanos com pouca ou nenhuma ajuda da razão. Um esquilo ou um pássaro não pensam para reagir a uma ameaça, e o mesmo pode acontecer a um humano. De fato, em certas circunstâncias, pensar demais pode ser muito menos vantajoso do que não pensar absolutamente nada. Aí é que está a beleza no modo como a emoção tem funcionado no decorrer da evolução: ela abre a possibilidade de levar seres vivos a agir de maneira inteligente sem precisar pensar com inteligência (2012, p. 12).

Kahneman afirma que o herói do seu livro é o Sistema 1. De fato, como ressalta Damásio (2012), essa característica da racionalidade humana é imprescindível em quase todos os aspectos da nossa vida, de maneira que corriqueiramente somos capazes de executar incontáveis tarefas, simples ou complexas, sem a necessidade de pensar cuidadosamente sobre elas. Nesse sentido, o Sistema 1 desempenha papel fundamental na vida humana, até porque, embora o ser humano possa ser definido como racional, a atividade propriamente intelectual, filosófica, reflexiva, às vezes está mais restrita a alguns momentos específicos da nossa vida — por exemplo, quando

[7] Filósofo francês (1596 – 1650) criador da expressão: penso, logo existo. Pensador muito influente e importante na história da filosofia, podendo inclusive ser considerado o pai da filosofia moderna.

estamos nos dedicando a questões filosóficas, intelectuais, acadêmicas; quando estamos estudando qualquer assunto; quando lemos um bom livro; quando vemos um filme inteligente ou ouvimos uma boa música. Como sustenta Nassim Taleb na obra *A lógica do cisne negro*:

> Mas existe uma questão mais profunda: nossas mentes são feitas para quê? Parece que temos o manual de instruções errado. Nossas mentes não parecem feitas para o pensamento e a introspecção; caso fossem, as coisas seriam muito mais fáceis para nós atualmente, mas assim não estaríamos aqui hoje e eu não estaria aqui para falar sobre isso — meu ancestral contrafatual, introspectivo e profundamente pensador teria sido comido por um leão enquanto seu primo não pensante, mas com reações mais rápidas, teria corrido para se proteger. Considere que pensar consome tempo e, em geral, despende muita energia, de forma que nossos predecessores passaram mais de 100 milhões de anos como mamíferos não pensantes e que, no piscar de olhos da história em que temos usado nosso cérebro, ele foi utilizado por nós em assuntos periféricos demais para que tivessem qualquer importância. As evidências mostram que pensamos muito menos do que acreditamos — exceto, é claro, quando pensamos a respeito (2019, p. 21).

Entretanto, na nossa perspectiva, os aspectos puramente intelectuais, éticos e políticos da existência humana deveriam ser coordenados exclusivamente pelo Sistema 2, e com menos interferência do Sistema 1. Todavia, reconhecemos que isso não é um processo muito simples de ser alcançado, pois envolve esforço e engajamento de busca por amadurecimento pessoal, emocional e intelectual. Desenvolvimento que se alcança prioritariamente com a leitura de bons livros, tendo bons professores, frequentando bons cursos que cultivam a inteligência e o intelecto. Mas também a educação, no sentido amplo do termo, é também um processo que deveria ser política de Estado, no sentido que este tivesse como prioridade a educação para a autonomia, para a liberdade de pensamento e para a formação de cidadãos politizados e conscientes.

Thaler e Sunstein, na obra *Nudge* (2019), criaram o termo *arquitetura de escolhas*, e afirmam que o arquiteto de escolhas pode ser qualquer pessoa que tenha a possibilidade de elaborar um contexto para proporcionar que as pessoas tomem as melhores decisões em qualquer aspecto da vida, em questões alimentares, de saúde, econômicas etc. (SUNSTEIN, 2019, p. 11). Os dois autores fazem questão de ressaltar que a atribuição da arquitetura de decisões é facilitar ou aperfeiçoar o processo de escolhas, e não manipular ou controlar para que um dado grupo de pessoas opte por seguir as sugestões do arquiteto de escolhas.

Em *Rápido e Devagar*, Kahneman afirma que foi influenciado pela obra *Nudge*, e o mais importante a ser lembrado aqui é a relação entre o conhecimento e a tomada de decisões apresentada no livro. Nas palavras de Thaler e Sunstein:

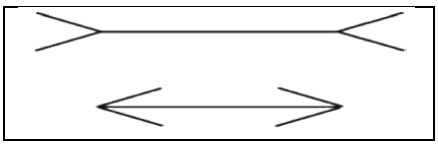
> Com base em alguns fatos comprovados pelas ciências sociais, mostramos que, em muitos casos, as pessoas tomam decisões muito ruins – decisões que não tomariam se estivessem prestando atenção e se tivessem todas as informações necessárias, capacidades cognitivas ilimitadas e total autocontrole (2019, p. 14).

Nenhum ser humano é capaz de ter capacidade de cognição ilimitada e total autocontrole sobre seus pensamentos. Mas prestar atenção e investigar criteriosamente e com profundidade determinado assunto são ações que todo ser humano é capaz de executar. Porém, é preciso ressaltar que é necessário querer, ter disposição para realizar a tarefa de analisar e refletir sobre informações e questões importantes.

3 OS ERROS E OS ENGANOS NA FACULDADE DA RAZÃO MEDIANTE A ATUAÇÃO DOS SISTEMAS 1 E 2

Vejamos agora o entendimento de como acontece o erro a partir da interação entre o Sistema 1 e 2. Daniel Kahneman usa o exemplo da ilusão de Müller-Lyer para demonstrar como as percepções e interações entre o Sistema 1 e 2, em alguns casos, podem ser conflituosas e provocar erros de avaliação e julgamentos. Vejamos a figura proposta por Müller-Lyer e a sua interpretação segundo Daniel Kahneman:

Figura de Müller-Lyer



(KAHNEMAN, 2012, p. 37)

É provável que a maior parte das pessoas que observa o desenho de Müller-Lyer seja induzida a pensar que a linha A[8] é maior que a linha B. Todavia, ao medirmos as duas, constataremos que o tamanho de ambas é idêntico. E mesmo convictos de que a matemática não erra, todas as vezes que olharmos para essa figura teremos a impressão de que A é maior que B.

Segundo Kahneman (2012, p. 37-38), o conflito entre o que constatamos ao medir com a régua e ao olharmos para as duas linhas acontece devido à maneira como o Sistema 1 e 2 operam. Quando observamos a figura, o Sistema 1, de modo rápido e intuitivo, avalia e conclui que a linha A é maior que B. O Sistema 2, deliberativo e precavido, entende que a questão pode ser resolvida de maneira precisa e definitiva com a medição. Contudo, a conclusão que o Sistema 2 pode chegar através do uso de uma régua. A referida figura sempre terá de ser evocada quando estivermos olhando as linhas de Müller-Lyer, para corrigir o erro não percebido pelo Sistema 1 (KAHNEMAN, 2012).

Com base no modo como o Sistema 1 e o Sistema 2 executaram suas funções em relação à ilusão de Müller-Lyer, podemos levantar algumas discussões. Na obra *Rápido e Devagar*, o autor faz a análise da ilusão de Müller-Lyer, primeiro abordando o Sistema 1 e, em seguida, o Sistema 2. No parágrafo anterior, seguimos os mesmos passos de Kahneman apenas usando linguagem própria (KAHNEMAN, 2012).

Kahneman (2012) avalia a figura de Müller-Lyer e passa a impressão de que, após o Sistema 1 realizar sua função, o Sistema 2 também entraria em atividade e resolveria o problema, constatando que se tratava de uma ilusão. O que o autor nessa situação não faz é levantar a suposição de que o Sistema 2 poderia permanecer em repouso. De maneira geral, o Sistema 2 aceita muitas impressões do Sistema 1 sem questionamento. A passividade do Sistema 2 em aceitar muitas das sugestões do

[8] Na figura, A representa a linha superior, e B representa a linha inferior.

Sistema 1 sem questionar é problemática e pode trazer consequências ruins.

Podemos levantar a suspeita de que a atuação do Sistema 1 em relação às linhas de Müller-Lyer não pode ser generalizada porque está restrita a uma ilusão de ótica. Vejamos, então, outro teste desenvolvido por Kahneman: “Um bastão e uma bola custam 1,10 dólar. O bastão custa um dólar a mais que a bola. Quanto custa a bola?” (2012, p. 59).

Novamente, é possível ficar apenas com a resposta fornecida pelo Sistema 1 sem recorrer ao Sistema 2 e muito possivelmente não chegar à resposta correta. Movida pelo Sistema 1, a maior parte das pessoas provavelmente responderia **rapidamente** que 10 centavos é a resposta correta, porém erraria. O Sistema 2 procederia da seguinte maneira: o enunciado diz que a bola e o bastão, juntos, valem 1,10, então X + Y = 1,10. O enunciado também informa que o bastão é um dólar mais caro que a bola, então Y + 1 = X. Substituindo X por Y + 1, temos Y + 1 + Y = 1,10, segue que 2 Y = 0,10. Portanto, Y = 0,05.

Na obra *Rápido e Devagar*, Kahneman (2012) usa, de certo modo, a interação com o leitor, em vez de apresentar os dados de uma pesquisa pronta, na qual foi solicitado que certos grupos respondessem a alguns questionários. O autor convida o leitor a responder à questão e refletir sobre sua resposta.

Agora, apresentaremos a nossa experiência em relação ao referido teste. Em milésimos de segundos a resposta que veio à mente foi “10 ₵”. Alguns minutos depois, com mais calma e atenção, a mente ainda sugeria 10 ₵. Mesmo lendo a explicação fornecida por Kahneman, a impressão que tivemos era de que nossa mente possuía dificuldades em aceitar os 0,05 ₵. Só nos convencemos de que 0,05 ₵ é correto quando fizemos a modelagem matemática do problema e resolvemos a equação, conforme apresentado acima.

Em seguida, enviamos o teste para uma amiga, doutoranda em Matemática. Perguntamos a ela qual foi a primeira resposta que lhe havia surgido e ela disse 0,05 ₵. Então, questionamos se por algum momento havia pensado em 10 ₵, e ela disse que não. O mais interessante é que, no nosso caso, o Sistema 1 nos induziu ao erro; a amiga, ao contrário, acertou intuitivamente. A explicação para isso é a pouca familiaridade que temos com questões matemáticas, e o único modo de obtermos a resposta correta é através da intervenção do Sistema 2. A amiga, por ser extremamente treinada em assuntos matemáticos, consegue resolver equações e

questões matemáticas de modo intuitivo e correto.

Nesse experimento, mais uma vez tivemos a oportunidade de compreender conforme a concepção de Daniel Kahneman como os dois Sistemas operam. É importante ressaltar nesse contexto a atuação do Sistema 1, porque no nosso caso ele apontou a resposta errada, já no exemplo da amiga ele apontou a resposta correta. Acreditamos, contudo que a solução para esse impasse está na atuação do Sistema 2. Porque tanto o erro quanto o acerto nessa questão são mais bem explicados pelos modos de atuação do Sistema 2, e não somente pelo Sistema 1. Vejamos o porquê. Kahneman (2012) ressalta que habilidades e capacidades que foram adquiridas através de esforço e treinamento com a prática e com o tempo, possivelmente, podem ser executadas de maneira automática.

Um matemático responderia de maneira intuitiva a questão da bola e do bastão e apontaria a resolução correta, sem dar atenção à tentação de dizer que a resposta era 10 ₵ e isso realizado intuitivamente. Todavia, as habilidades e competências necessárias para ser um bom matemático não nascem instantaneamente ou intuitivamente; elas precisam de tempo para serem adquiridas, além de dedicação, empenho e até determinação, e a intuição tem pouquíssima ou nenhuma contribuição nesse processo. Diante do exposto, parece ser possível que habilidades e capacidades desenvolvidas pelo Sistema 2 sejam executadas pelo Sistema 1 de modo automático.

O que explica o nosso erro na questão do bastão e da bola é a falta de treinamento em questões matemáticas. Já o acerto da nossa amiga é resultado de treinamento e familiaridade nesses assuntos. O refinamento e a aquisição dessa habilidade tiveram origens a partir dos modos de atuação do Sistema 2, e executados de maneira intuitiva pelo Sistema 1.

4 OS ERROS COGNITIVOS E AS QUESTÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

No início da obra *Rápido e Devagar*, Kahneman (2012, p. 11) deixa bem claro que existem erros sistemáticos que são cometidos nos julgamentos e escolhas. O autor os denomina de vieses. Já a capacidade de antecipar um viés é classificada como efeito halo. O referido autor usa um exemplo para deixar mais patente a relação entre viés e efeito halo, vejamos o exemplo: “Quando um orador bem-apessoado e confiante sobe no palco, por exemplo, você pode prever que o público julgará seus

comentários de modo mais favorável do que ele fez por merecer" (KAHNEMAN, 2012, p. 10). Ou seja, antes mesmo de a palestra começar, era possível prever que, se nada de anormal acontecesse, o público aprovaria algumas das ideias e o próprio palestrante. Aqui, consideramos oportuno deixar clara outra intenção do psicólogo presente em *Rápido e Devagar*:

> Aperfeiçoar a capacidade de identificar e compreender erros de julgamento e escolha, nos outros e afinal em nós mesmos, propiciando uma linguagem mais rica e mais precisa para discuti-los. Pelo menos em alguns casos, um diagnóstico acurado pode sugerir uma intervenção para limitar o dano que julgamentos e escolhas ruins muitas vezes ocasionam (KAHNEMAN, 2012, p. 10-11).

Na questão da ilusão de Müller movida pelo Sistema 1, a cognição humana é induzida a concluir que a linha A era maior que B. No caso do bastão e da bola, o Sistema 1 pode conduzir intuitivamente pessoas que dominam a matemática ao acerto, e ao erro, pessoas pouco treinadas nessas questões. Claramente, nesses exemplos, podemos perceber como o modo de atuação dos dois Sistemas é diferente um do outro, e também podemos constatar que o Sistema 1 é mais predisposto, em alguns casos, a nos conduzir ao erro do que o Sistema 2, ainda que o Sistema 2 não seja isento de cometer equívocos.

O ponto que iremos discutir nesse tópico é se os modos de atuação dos dois Sistemas podem influenciar negativamente o comportamento das pessoas em questões político-partidárias. Por esse motivo, vamos supor que as linhas de Müller-Lyer e a questão do bastão e da bola sejam substituídas por algumas decisões e julgamentos de natureza político-partidárias, tais como: a escolha de um candidato numa eleição (prefeito, governador, presidente), o que fazer diante de uma pandemia; preservar a vida ou a economia? O que o Estado deve adotar em relação a aborto, eutanásia, porte de armas; o que fazer para diminuir a criminalidade.

Guy Debord (2007), no livro *A sociedade do espetáculo*, ao analisar a sociedade capitalista, percebeu que a sociedade ocidental passou, ao longo da sua história, a valorizar mais "o ter do que o ser", e depois "o aparecer do que o ter", ou seja, primeiro dava-se importância ao ser, em seguida o mais importante passou ao ter, e finalmente chegamos num ponto em que o mais significativo é aparecer. Nas palavras do próprio Debord:

> A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou,

> no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* em *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizar generalizado do *ter* em *parecer*, do qual todo "ter" efetivo deve extrair seu prestígio imediato e a sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela *não é* (DEBORD, 1997, p. 18).

Debord morreu em 1994, e ainda que ele não tivesse tido a oportunidade de ver as possibilidades que a internet traria para a vida social e política na sociedade industrial capitalista, suas análises têm se mostrado válidas e descrevem bem o mundo de aparências em que nós vivemos atualmente. Uma sociedade governada por imagens, na qual o aparecer se torna até mais importante que o ter, ainda que o consumismo também se retroalimente dessa realidade.

É nessas circunstância de imagens, superficialidades e aparências que destacamos a atuação do Sistema 1 em relação à política partidária, o que deixa mais evidente a aproximação entre o mundo político-partidário com a ilusão Müller, em que um bom exemplo pode ser a última eleição presidencial brasileira, na qual as mídias sociais tiveram muito destaque, ao ponto de serem quase que determinante no resultado final do processo eleitoral.

É preciso destacar, também, que a maior parte das informações (imagens, vídeos, memes), no contexto da política partidária atrelada a algumas correntes ideológicas extremistas de direita, são produzidas com a única finalidade de enganar a população, determinando de que forma os cidadãos devem se comportar em relação a essas informações. Portanto, a informação é construída com objetivo deliberado de enganar, cabendo ao receptor a habilidade para julgar e avaliar o conteúdo da mensagem.

É nesse sentido que acreditamos entrar a atuação dos dois Sistemas. Se a informação for avaliada rápida e intuitivamente pelo Sistema 1, muito possivelmente o receptor será induzido a concluir que tal informação é verdadeira e agir em conformidade com tal constatação. Porém, se o Sistema 2 avaliasse a informação, é bem provável que seria possível reconhecer que os dados eram falsos.

Nesse contexto da realidade social e política permeada por imagens, provavelmente é natural que uma parte da população oriente suas escolhas, julgamentos e conduta a partir das impressões imediatas e imagéticas divulgadas através de mídias sócias (*WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*) e pelos meios de

comunicação (*YouTube*, rádio, televisão, jornais e revistas) e processadas somente pelo Sistema 1, sem a análise crítica e meticulosa do Sistema 2. Do mesmo modo como a ilusão das linhas de Müller podem causar a impressão que figura A é maior, provavelmente algumas pessoas poderiam ficar apenas com opiniões superficiais ou equivocadas sobre muitos assuntos extremamente importantes, a ponto de quase trocar o certo pelo aparente e com convicção de que estes pontos de vistas são sólidos e verdadeiros.

Possivelmente, as pessoas não são ingênuas ou irracionais quando o assunto é política partidária. Acreditamos que o ser humano, em geral, em questões dessa natureza, comporta-se em conformidade com o nível das atividades e atuações do seu Sistema 1, de maneira que muitos se apegam àquilo que lhes é mais corriqueiro e familiar, que são justamente as impressões e sugestões do Sistema 1.

Naturalmente, desde o nascimento as pessoas são habituadas a receber as sugestões do Sistema 1. Enquanto é preciso ser educado[9] para confiar menos na intuição em questões complexas, e refletir, questionar, duvidar e problematizar características que pertencem ao Sistema 2 e necessitam ser desenvolvidas e aperfeiçoadas, vejamos o que Kahneman afirma sobre instituições autoritárias e marqueteiros:

> Qualquer coisa que torne mais fácil para a máquina associativa funcionar com suavidade também vai predispor crenças. Um jeito confiável de fazer as pessoas acreditarem em falsidades é a repetição frequente, pois a familiaridade não é facilmente distinguível da verdade. Instituições autoritárias e marqueteiros sempre souberam desse fato. Mas foram os psicólogos que descobriram que você não precisa repetir a afirmação inteira de um fato ou ideia para lhe dar uma aparência de verdade. Pessoas que foram repetidamente expostas à frase 'a temperatura corporal de uma galinha' mostraram-se mais predispostas a aceitar como verdadeira a afirmação de que 'a temperatura corporal de uma galinha é 62°' (ou qualquer outro número arbitrário). A familiaridade com uma única frase na afirmação foi suficiente para fazer a afirmação toda parecer

[9] Nesse texto, damos enfoque especial a importância do ensino formal como sendo preferencialmente o caminho mais adequado para a educação e a instrução humana em questões de natureza intelectual. É por esse motivo que acreditamos que a escola e a universidade são o lugar por excelência para o desenvolvimento e o amadurecimento das questões espirituais relacionadas à atuação e funções desempenhadas pelo Sistema 2. Todavia, existem pessoas que conseguirão trilhar o caminho do desenvolvimento e amadurecimento intelectual fora dos meios universitários como, por exemplo: Maria Carolina de Jesus, Machado de Assis e William Shakespeare, porque até onde se sabe não frequentaram a universidade, mas seu brilhantismo intelectual é inegável. Portanto, é possível amadurecer intelectualmente sem passar pela educação formal. Todavia, possivelmente, esse fenômeno seja mais a exceção do que a regra. E, no caso especifico dos dois autores brasileiros, não tiveram a oportunidade nem de concluir o ensino básico, devido à sua condição de precariedade econômica e a desassistência do Estado, mas muito possivelmente a realidade educacional de ambos teria sido outra caso se tivessem as condições econômicas necessárias para tanto.

> familiar, e desse modo verdadeira. Se você não consegue se lembrar da origem de uma afirmação, e não tem nenhuma maneira de relacioná-la com outras coisas que sabe, não lhe resta outra opção a não ser se deixar levar pela sensação de conforto cognitivo (KAHNEMAN, 2012, p. 82).

Nessa passagem, Kahneman apresenta alguns conceitos como a associação de ideias e familiaridade. Nossa hipótese é de que esses conceitos associados ao Sistema 1 sem a fiscalização do Sistema 2 podem causar erros de julgamento e análise em relação às escolhas relacionadas a questões político partidárias. Entretanto, gostaríamos de deixar claro que os modos de atuação dos dois Sistemas podem apenas em parte, possivelmente, explicar alguns erros de julgamento e decisões associados ao comportamento político.

Destacamos “o apenas em parte” porque a vida social e política possuem inúmeras singularidades e especificidades, de maneira que um fato ou um acontecimento social possui muitas causas e princípios. De modo que toda explicação sociológica, filosófica ou psicológica, para ser honesta, deveria levar em consideração todas as singularidades que compõem o fenômeno social. Por isso, salientamos que apenas em parte a atuação dos dois Sistemas, mais a associação de ideias e a familiaridade, explicam em certo sentido alguns erros e análises cometidos em questões políticas na contemporaneidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características principais da atualidade é a revolução que a internet propiciou em termos de divulgação e compartilhamento de conhecimento e informações. Mas atrelado aos incontáveis benefícios e vantagens que a *web* trouxe, nos últimos anos também vieram juntas as falsas informações que disseminam mentiras, difamam pessoas e grupos políticos rivais, conteúdos criados com a única intenção de enganar e ludibriar a população. Na última eleição presidencial no Brasil, tivemos o crescimento exponencial dessas informações, cabendo ao receptor a responsabilidade de julgar a veracidade dessas informações.

Conforme o pensamento de Daniel Kahneman, percebemos que não somos tão racionais quanto imaginamos ou gostaríamos de ser. Na maior parte do tempo somos conduzidos pelo Sistema 1, de maneira que executamos uma infinidade de tarefas sem a necessidade de pensarmos nelas com atenção. Nesse processo, o Sistema 2 atua de maneira quase que imperceptível e utilizando uma quantidade

diminuta da sua capacidade.

Segundo Daniel Kahneman, de maneira geral, o Sistema 2 se acostuma a receber sugestões do Sistema 1, informações e percepções muitas vezes corretas. Porém, essas sugestões podem estar equivocadas em relação a alguns temas e assuntos de política partidária, e isso fica mais evidente no contexto de relações sociais intermediadas por aparências, e por informações falsas. É nesse contexto que acreditamos que os conteúdos das informações deveriam ser analisadas com cuidado e atenção, funções executadas prioritariamente pelo Sistema 2. Mas para que o Sistema 2 sempre realize essa verificação é necessário disposição, esforço e até amadurecimento pessoal e intelectual.

Daniel Kahneman tem bons argumentos para sustentar a hipótese de que a racionalidade e a lógica não são as características determinantes da cognição humana. Contudo, conforme Thaler e Sunstein quanto melhor e acurado for o conhecimento melhor será a decisão. Do mesmo modo que quanto mais o Sistema 2 atuar, provavelmente, melhor será nossa vida pessoal e social.

É improvável que qualquer ser humano tenha condições de analisar reflexivamente todas as ideias, pensamentos, sentimentos, intenções e desejos que podem ocorrer na mente. Tal atividade, com base no pensamento de Daniel Kahneman, é praticamente impossível de ser executada com perfeição e êxito. Porém, acreditamos que seja possível realizar tal atividade nos aspectos que envolvam a política partidária, circunstâncias em que as informações devem ser analisadas meticulosamente.

REFERÊNCIAS

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes.** São Paulo: CIA das Letras, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar. Duas formas de pensar.** Objetiva: Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Heuristics and biases:* **The psychology of intuitive judgment.** New York: Cambridge, 2002.

_____ . **La falsa ilusión del éxito**. Barcelona: Conecta, 2020.

TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro.** 20. ed. Rio de Janeiro: Best

Business, 2019.

THALER, Richard; SUNSTEIN, Cass. **Nudge.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO DA MENTE

PAULO FREIRE AND EDUCATION AGAINST THE BUREAUCRATICIZATION OF THE MIND

PAULO FREIRE Y LA EDUCACIÓN CONTRA LA BUROCRATIZACIÓN DE LA MENTE

Elson dos Santos Gomes Junior[1]

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a crítica de Paulo Freire ao que chamou de "burocratização da mente". Defendemos a interpretação de que, de modo geral, o escopo de sua pedagogia direciona boa parte de sua crítica ao cerne do engessamento do ser e da naturalização das desigualdades sociais. Neste sentido ocupa-se em diversos momentos da desconstrução do conservadorismo engendrado na formação social brasileira e, por conseguinte, das propostas educacionais hegemônicas. Esta hegemonia se faz através do alinhamento entre o modo de produção dominante e as estruturas de reprodução de uma humanidade universalizante, pronta e exterior aos "círculos culturais" e à diversidade existencial do "ser no mundo" e "para o mundo". O percurso explicativo seguirá (I) a delimitação do conceito freireano de formação humana, (II) a importância do "sonho" na educação em oposição ao "fim da história" presente nas limitações do conservadorismo educacional e, por último, (III) sua análise de uma educação para a "desburocratização da mente", ou seja, o sentido da liberdade para a proposta ontológica presente na pedagogia freireana. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo onde, através de análise bibliográfica da obra freireana, pode-se perscrutar os elementos que corroboram a crítica da "burocratização da mente" e a importância de combate-la em prol de uma educação para formação humana e sua integralidade.

Palavras-chave: Paulo Freire. Formação Humana. Desburocratização da Mente.

Abstract: This article aims to present Paulo Freire's critique of what he called "bureaucratization of the mind". We defend the interpretation that, in general, the scope of his pedagogy directs much of his criticism to the core of the immobilization of being and the naturalization of social inequalities. In this sense, it deals with the deconstruction of the conservatism engendered in the Brazilian social formation and, consequently, of the hegemonic educational proposals. This hegemony is achieved through the alignment between the dominant mode of production and the structures of reproduction of a universalizing humanity, ready and outside the "cultural circles" and the existential diversity of "being in the world" and "for the world". The explanatory path will follow (I) the delimitation of the Freirean concept of human formation, (II) the importance of the "dream" in education as opposed to the "end of history" present in the limitations of educational conservatism and, finally, (III) its analysis of an education for the "mind debureaucratization", that is, the sense of freedom for the ontological proposal present in Freire's pedagogy. The methodology used is of a qualitative nature where, through a bibliographic analysis of Freire's work, it is possible to scrutinize the elements that corroborate the critique of the "bureaucratization of the mind" and the importance of combating it in favor of an education for human formation and its completeness.

Keywords: Paulo Freire. Human formation. Debureaucratization of the Mind.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la crítica de Paulo Freire a lo que llamó "burocratización de la mente". Defendemos la interpretación de que, en general, el alcance de su

[1] Doutorando em Sociologia Política (UENF). Instituto Federal Fluminense. Contato: elsonuenf@yahoo.com.br.

pedagogía dirige gran parte de su crítica al núcleo de la inmovilización del ser y la naturalización de las desigualdades sociales. En este sentido, se trata de la deconstrucción del conservadurismo engendrado en la formación social brasileña y, en consecuencia, de las propuestas educativas hegemónicas. Esta hegemonía se logra a través del alineamiento entre el modo de producción dominante y las estructuras de reproducción de una humanidad universalizadora, dispuesta y fuera de los "círculos culturales" y la diversidad existencial de "estar en el mundo" y "para el mundo". El camino explicativo seguirá (I) la delimitación del concepto freireano de formación humana, (II) la importancia del "sueño" en la educación frente al "fin de la historia" presente en las limitaciones del conservadurismo educativo y, finalmente, (III) su análisis de una educación para la "desburocratización de la mente", es decir, el sentido de libertad para la propuesta ontológica presente en la pedagogía de Freire. La metodología utilizada es de carácter cualitativo donde, a través de un análisis bibliográfico de la obra de Freire, es posible escudriñar los elementos que corroboran la crítica a la "burocratización de la mente" y la importancia de combatirla a favor de una educación para el ser humano. formación y su integridad.

Palabras clave: Paulo Freire. Formación humana. Desburocratización de la mente.

INTRODUÇÃO

O pernambucano Paulo Freire (1921-1997) encontra-se entre as grandes mentes do século XX e, além de abrilhantar a pedagogia brasileira e latino-americana, trouxe um olhar crítico em relação às desigualdades e injustiças sociais. Por isso seria no mínimo contraditório apresenta-lo apenas pelo seu brilhantismo de pensamento, uma vez que descortinou a humanidade através de uma pedagogia da "práxis", da valorização do "círculo cultural", da "autonomia", do "oprimido" e, entre tantas outras contribuições, a desnaturalização do mundo (FREIRE, 2018; 2019a).

A tomada de consciência em sua obra é assim um elemento muito importante no processo de desenvolvimento humano onde, do movimento de construção da autonomia do sujeito e de sua relação com o mundo (FREIRE, 2018), cria-se as bases para sua transformação. Esse processo não se configura apenas através da "dimensão" racional (SCHELER, 2008), mas sim, do entendimento de que "ser no mundo" significa uma relação dialógica entre conhecimento e atuação. Essa relação também não pode ser descomprometida pelo risco de deixar de ser ética e consequentemente política.

Para Paulo Freire a pedagogia envolve preocupação e responsabilidade com relação as escolhas que fazemos e, por isso, o entendimento de que estas podem contribuir para certos movimentos político-ideológicos (FREIRE, 2019a). Por isso tal postura crítica a respeito da prática educativa corrobora o que, no dizer de Mészáros (2008), deve ser "para além do capital"; ou seja, envolve ações contra a hegemonia excludente e sinaliza a favor da valorização da pluralidade humana. Dessa forma – na

busca de atender a um sujeito plural, complexo e que não aceita apenas “estar no mundo”, mas atuar nele para transformá-lo – a educação se torna mais complexa, o que não significa menos exitosa em seus propósitos.

Neste sentido o objetivo deste artigo realiza-se na apresentação da crítica de Paulo Freire ao que chamou de “burocratização da mente” onde defendemos a interpretação de que, de modo geral, o escopo de sua pedagogia direciona boa parte de sua crítica ao cerne do engessamento do “ser” e da naturalização das desigualdades sociais. Assim ocupa-se em diversos momentos da desconstrução do conservadorismo engendrado na formação social brasileira e, por conseguinte, nas propostas educacionais hegemônicas (tradicionais). Estas se fazem através do alinhamento entre o modo de produção dominante e as estruturas de reprodução de uma humanidade universalizante, pronta e exterior aos “círculos culturais” e a diversidade existencial do “ser no mundo” e “para o mundo”.

Para demonstrar a existência de tal conteúdo na obra de Paulo Freire propomos como percurso explicativo (I) a delimitação do conceito freireano de formação humana, (II) a importância do “sonho” na educação em oposição ao “fim da história” presente nas limitações do conservadorismo educacional e, por último, (III) sua análise de uma educação para a “desburocratização da mente”, ou seja, o sentido da liberdade para a proposta ontológica presente em sua pedagogia.

A metodologia utilizada para a realização do citado percurso explicativo é de cunho qualitativo e se restringirá a análise bibliográfica da obra freireana cujo objetivo é demonstrar a existência em seus escritos de uma crítica direcionada ao que chamou de “burocratização da mente”.

Neste sentido, tomando este conceito como problema de análise, podemos situá-lo no campo de estudos da chamada teoria crítica que, em trabalhos como o de Adorno (1995) e Adorno e Horkheimer (1991), busca desconstruir a “razão instrumental”. Esta se caracteriza pela mecanização das atividades e ações humanas e, por isso, afasta a humanidade de seus “fazimentos”, como diz Freire; ou seja, impede que as pessoas vivam e experimentem o mundo através de uma práxis existencial que possa aliar a tomada de consciência com as ações desenvolvidas com sentido.

Dessa forma tais preocupações nos conduzem a pensarmos a formação humana e, assim, dialogarmos com esse campo teórico cujo panorama é bem

apresentado por Dalbosco et al (2019). Com isso a análise sobre a burocratização da mente, além de buscar a superação da “razão instrumental”, aponta para propostas formativas que, ao contrário de teleologias marcantes no conceito de “formação”, acontecem em Freire na forma de retomada histórica pelos sujeitos.

Por último, considerando o quadro cultural da sociedade contemporânea – marcado pela criação de necessidades e ações muitas vezes exteriores aos agentes –, o estudo da temática na obra freireana se justifica como mais uma contribuição para o entendimento das estruturas socioculturais que visam ditar os direcionamentos humanos. Essa humanidade artificial imposta pelo capital, principalmente em sociedades com graves desigualdades como a brasileira, aponta para o aprofundamento das mesmas. Por isso, em prol de uma educação ampla e inclusiva, o desenvolvimento de uma pedagogia que não aceite tais ditames culturais e seus efeitos sobre a condição humana se faz imprescindível.

1. PAULO FREIRE E A FORMAÇÃO HUMANA

Na literatura especializada existem trabalhos clássicos que tratam do conceito de “formação humana”, dentre os quais, podemos destacar o estudo de Jaeger (2013), Goethe (2009), Menze (1981) e Kant (2019). Trabalhos mais recentes trouxeram novas perspectivas a respeito deste conceito e assim podemos encontrar análises contemporâneas sobre os chamados “romances de formação” (MAAS, 2000) – cuja modalidade se inaugurou com o já citado Goethe –, e uma perspectiva histórica, incluindo estudiosos brasileiros e alemães, com o conceito de “Bildung” no trabalho de Dalbosco et. al (2019).

Neste sentido pode-se destacar no campo de estudos educacionais que o conceito de formação humana não é novo, no entanto em Paulo Freire (2018; 2019a), guarda algumas especificidades que, apesar de possuírem elementos contidos na história analítica do conceito, não foram esgotados por esta. Desta forma, sintetizada na ideia de “pedagogia da autonomia”, o conceito de formação humana se renova e se refaz por conta de seu caráter histórico.

Para Dalbosco (2019) o conceito de formação humana variou ao longo do tempo e por isso carece sempre de uma atualização histórica. Em seu trabalho ele não considera a história como parte intrínseca entre “sujeito” e “mundo” como faz

Freire (2018; 2019a). Por isso iniciaremos a perspectiva freireana da formação humana a partir desta distinção; ou seja, formação humana não deve ser vista como um meio de produzir pessoas para uma necessidade histórica, mas sim, para construir a própria história.

Neste sentido, direcionando diversas críticas para o seu tempo e para as ideologias liberal e de mercado, Freire (2018, p. 16) salienta que "(...) formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas". Dessa forma dialoga com a crítica de Adorno e Horkheimer (1991) a respeito da "razão instrumental", uma vez que, segue Freire, "daí a crítica permanentemente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia".

Essa questão da ausência de "flexibilidade" é um dos pontos centrais da perspectiva freireana de formação humana. Para ele a imposição à educação da lógica do mercado a torna extremamente desumana (FERIRE, 2018; 2019a; 2019b). Essa perspectiva foi analisada por outros pensadores em obras importantes do pensamento educacional (ADORNO, 1995; FERNANDES, 1989), com tudo, em Freire a crítica ganhou contornos de "necrofilia", de morte do sujeito, de extermínio da humanidade.

Para Paulo Freire a educação, quando humanizada, envolve a promoção do "ser mais" que em sua pedagogia abre uma perspectiva dialética para a possibilidade de construção do mundo e da própria história. Veja bem, ao criticar os radicalismos conservadores que se apegam ao passado e os radicalismos progressistas que se apegam ao futuro, Freire (2018; 2019a) mostra que a construção histórica é um ato político que envolve "estar no mundo" e "para o mundo". Neste sentido, a formação humana não é feita com receitas prontas de costumes tradicionais e/ou com teleologias com perspectivas salvacionistas.

Para Paulo Freire (2018; 2019a) a formação humana se faz com a participação dos sujeitos que, depois de tomarem consciência de sua condição de aprisionados, buscam a construção de alternativas históricas de autonomia para o exercício de suas vidas no mundo, para o mundo, para sua mudança e, principalmente, para sua construção. Por isso a educação para formação humana não é uma forma de concessão e/ou dádiva, pois não pode ser doada ou concedida. Se assim for deixa de

possuir seu caráter humano, pois evidenciará a existência de uma fonte de poder que, assim como pode concedê-la, pode privá-la.

A formação humana torna-se assim um dos maiores atos de “confiança” realizados pela humanidade (FREIRE, 2019a), uma vez que envolve o despir-se da armadura do poder e da superioridade para uma prática existencial que envolve o andar junto. Essa prática baseia-se na confiança pelo fato de que, extirpando os espíritos “aristocrático” e “elitista”, acreditamos que o “outro” – independente de cor, credo, classe social, gênero, grau de escolaridade, religião, etnia – é tão capaz quanto eu de realizar boas escolhas para o mundo que compartilhamos.

Para Freire (2018; 2019a; 2019b) a formação humana se faz através de uma relação de reconhecimento, de confiança, de possibilidades e de mediação reflexiva a respeito do mundo e das ações nele realizadas. Desta forma impõe a dialogicidade de sua condição, uma vez que “é preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FERIRE, 2019a, p.25).

Vale ressaltar que, esse movimento dialógico e crítico, somente se completa e ganha sentido de formação para “autonomia” e para a “liberdade” através da práxis, ou seja, a formação humana que não contempla a dimensão de atuação no mundo para transformá-lo não possui razão de ser. Considerando a inquestionável evidência de que a sociedade nos moldes capitalistas e liberais naturalizam uma desigualdade que “oprime” milhões de pessoas, humanizar o mundo é mudar, com o oprimido, as condições de existência no mundo (FREIRE, 2019a; 2018).

Esse movimento de “libertação” (FREIRE, 2019a) não pode ser teleológico devido a mais uma característica da formação humana em Freire, ou seja, a condição de “inacabado” inerente ao homem. Neste sentido sua análise, no dizer de Anderson (1985), é a reflexão, ação e reflexão de forma contínua e incessante. Dessa forma a criticidade da educação para a formação humana passa pelo estabelecimento da impossibilidade de concretude humana o que, por conseguinte, impede que haja qualquer tipo de movimento de “conservação”.

Para Freire (2019a) esses pilares se associam ao fato de que a formação humana contempla o cultivo da “curiosidade epistemológica”, ou seja, como sujeito autônomo o educando associa-se ao mundo do conhecimento como parte dele.

Através do “círculo cultural” (FREIRE, 2018) o conhecimento deixa de ser uma imposição para ser uma construção cujo sentido se faz a partir do seu lugar, de sua linguagem, de sua cultura, do mundo em que participa.

Freire (2018; 2019a) salienta que o “círculo cultural” não se sobrepõe ao conhecimento sistematizado e científico, pelo contrário. Reforça diversas vezes que o cultivo do conhecimento é imprescindível, inclusive, como fator ético dos professores através da oferta de uma ciência dinâmica em seu desenvolvimento e fluxo. Por outro lado, esse conhecimento não pode ser visto como um instrumento de salvação, como se os educandos nada soubessem e/ou não pudessem existir e sobreviver no mundo sem ele.

A educação para a formação humana compreende que o conhecimento científico deve ser associado ao círculo cultural para amplificar a tomada de consciência e otimizar o espírito criador dos sujeitos em vias de emancipação e autonomia (FREIRE, 2018; 2019a; 2019b). Estas transformações, como dito anteriormente, não acontecem por caridade ou concessão, mas sim, pela educação humana que compartilha o estar no mundo para a construção de uma história humana em luta contra a opressão e a tirania.

A educação para a formação humana é assim uma prática que busca eliminar das relações humanas o autoritarismo (FREIRE, 2019a) para a construção de uma condição humana de autoridade. Nela o reconhecimento e a confiança exercidos de forma mútua fazem do processo educativo uma relação dialógica e de luta constante contra qualquer tipo de subjugação. Valoriza assim uma “natureza humana” que é “social” e “histórica”, por isso, na ética da educação para a formação humana, como ser social, não é satisfatório ter muito com tanta gente à beira da miséria. Da mesma forma, a história só se constrói legitimamente com a participação do povo, dos humildes e dos “miseráveis da terra”. Assim:

> Entre nós, mulheres e homens, a inconclusão se sabe como tal. Mais ainda, a inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca. Histórico-socioculturais, mulheres e homens nos tornamos seres em quem a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, se torna fundante da produção do conhecimento. Mais ainda, a curiosidade é já conhecimento. Como a linguagem que anima a curiosidade e com ela se anima é também conhecimento e não só expressão dele (FREIRE, 2019a, p.54).

Esta última citação sintetiza bem a concepção freireana de formação humana, ou seja, é voltada para um ser no mundo e para o mundo que não se conclui, é por isso necessária que seja incessante e partícipe da história, faz-se incondicionalmente associada ao domínio da vida e tem no "círculo cultural" os elementos de conexão para produção de significado, dialogicidade e práxis (FREIRE, 2018; 2019a, 2019b). Desta forma, com esses elementos, já podemos ter uma primeira sinalização a respeito do significado de "burocratização da mente", ou seja, o significado de tentativas ideológicas de petrificação da humanidade, eliminando assim, os caracteres salientados por Freire a respeito da "formação humana" e da "natureza humana".

2. EDUCAÇÃO E SONHO: UTOPISMO *VERUS* CONSERVADORISMO

Este tópico torna mais claro o processo de entendimento da crítica freireana ao que chamou de "mente burocratizada" (FREIRE, 2018), ou seja, uma mente conformada, distanciada do fazer histórico por contar com uma via de formulação que nega o "ser mais", o "estar no mundo" e o sujeito enquanto transformador e criador do mundo. Neste sentido umas das críticas mais enfatizadas por Paulo Freire se refere ao pensamento conservador e sua tentativa de frear a história, cujo propósito se manifesta na nada ingênua proposta de manutenção das "tradições" e da "sociedade que deu certo" (COUTINHO, 2014).

O pensamento conservador, assim como o liberalismo e o socialismo, possui muitas vertentes interpretativas, contudo, podemos salientar alguns elementos que perpassam as principias correntes e representantes deste projeto político-social. É unânime entre os estudiosos do pensamento político conservador o fato de que a obra do inglês Edmund Burke (1729-1797), "Reflexões sobre a Revolução na França" (BURKE, 2012), é um marco desta corrente de pensamento. Nela encontramos os principais elementos norteadores do conservadorismo, servindo como fonte de entendimento de uma perspectiva de política, sociedade e de participação social.

Em sua principal obra, que foi elaborada no desenrolar da Revolução Francesa, Edmund Burke (2012) tece profundas críticas ao processo revolucionário. Ele enfatizou que o radicalismo revolucionário acabou destruindo tudo que havia sido construído pelos franceses até então e, além disso, trouxe para a humanidade uma crença utópica de que a humanidade pode dar conta da realidade através da razão.

Em exaustivo trabalho sobre Burke, Ivone Moreira (2019) mostra que o pensador inglês estabeleceu os pilares do conservadorismo através de alguns pontos, entre eles, a valorização da religião, a negação de mudanças drásticas – como as revoluções –, a naturalização da história como vontade divina, a oposição ao pensamento filosófico ao qual Burke chamou de "metafísica" e o entendimento de que a existência da sociedade é a maior prova de que esta não deve ser alterada. Neste último tópico, Burke (2012) e demais pensadores conservadores, partem do princípio de que, se a sociedade existe, deve-se considerar tal fato como axiomático; ou seja, sua existência seria uma prova de que deu certo, de que para permanecer não deve ser alterada sob o risco de demolir uma sociedade pronta (COUTINHO, 2014; KIRK, 2016; 2021; SCRUTON, 2017).

Estes elementos são suficientes para entendermos as motivações de Freire (2018; 2019a; 2019b) em associar a "mente burocratizada" ao pensamento conservador. Sua proposta pedagógica estaria totalmente condenada caso se rendesse a qualquer dos pilares apresentados anteriormente, isso para não dizer da gama de trabalhos e perspectivas educacionais envolvendo o conservadorismo. Assim a luta de Paulo Freire contra a mente burocrática acontece de forma a evidenciar que as perspectivas conservadoras não contemplam um dos pilares mais importantes da ontologia humana, ou seja, a liberdade.

A pedagogia da autonomia desenvolvida por Paulo Freire pauta-se sobre uma proposta ontológica que valoriza a liberdade, a confiança, a construção do mundo e a práxis. Neste sentido, ser um sujeito histórico é ser o construtor do mundo através de uma transformação que objetiva humaniza-lo, ou seja, reconhece as injustiças como produto das relações desiguais entre os homens. Logo, através destes, pode ser mudada (FREIRE, 2018; 2019a, 2019b). Neste sentido, Deus é compreendido como a relação do homem com o sagrado cuja ligação contempla uma das diversas "dimensões" humanas (SCHELER, 2008). Em tal perspectiva o relacionamento do homem com o sagrado não serve para justificar a desigualdade, mas sim, para contemplar sua complexidade ontológica que, neste caso, também é religiosa (CORETH, 1976).

Esta perspectiva se conecta a outra crítica ao pensamento conservador e a burocratização da mente, ou seja, a perspectiva de que a história é fruto da vontade divina. Para Freire (2018; 2019a, 2019b), que em nenhum momento nega a

importância da religião, a história é um produto humano e envolve uma “ética”; ou seja, a ética da liberdade e da promoção da libertação que se faz através de uma escolha que não pode ser transferida para um ser superior ou para qualquer outro além do próprio homem. É assim que a humanidade poderá, se assim o desejar, humanizar-se através de uma escolha que não contempla culpados e/ou justificativas sagradas. É no campo histórico, existencial, ético, cultural, que o reconhecimento dos erros e desigualdades deve ocorrer para que, através de uma ética humanizadora, possa ser alterada a realidade.

Nesta crítica Freire (2018; 2019a, 2019b) ressalta a importância da mudança – como ato crítico do ser para o mundo – como forma de permitir a humanidade “ser mais”. “Ser mais” justifica um compromisso ético com a construção da história e do próprio mundo. Neste sentido, em oposição ao conservadorismo que serve para justificar o *status quo*, Paulo Freire apresenta a mudança como uma forma de construção de uma humanidade contra as desigualdades, injustiças, o autoritarismo e o “medo da liberdade” das classes dirigentes.

Para Freire (2019a) a mudança não é um capricho metafísico sem destino e sem previsões como tentou mostrar Burke (2012) e tantos outros conservadores (COUTINHO, 2014; SCRUTON, 2017; KIRK, 2016), mas sim, um imperativo de apropriação histórica que se coloca para a humanidade como forma de pensa-la inclusivamente; ou seja, ao invés de justificar a aristocracia política e as desigualdades de classe, a mudança se faz na “confiança” de que cada ser humano, através de suas habilidades e dos conteúdos de seu “círculo cultural”, importa para o fazer-se no mundo e para o mundo. A história não é uma via para ser reproduzida e repetida como tentam afirmar através da ideologia conservadora, mas sim, um caminho que se constrói junto (FREIRE, 2018).

A “mente burocratizada” desconfia do “outro”, entende que qualquer projeto e/ou construção que não esteja sob seu controle e/ou supervisão, tende ao fracasso. Por isso, afirma Freire (2018), a desburocratização da mente é uma virada ontológica que reeduca o olhar, as relações, as hierarquias sociais, o cotidiano e a própria humanidade. Pensar o mundo possível, a utopia, alternativas, não é necessariamente um projeto de destruição social. A utopia só é entendida desta forma pelos que, conservadores ou progressistas, possuem o que Freire chamou de “lógica da contradição” (FREIRE, 2019a).

A mente burocratizada opera, assim, sobre uma lógica dos contrários onde os processos não contemplados, na verdade, esse tipo de mente não consegue perceber as vias e possibilidades, justamente, por estar fechada em si mesma (FREIRE, 2019a). A burocratização da mente se manifesta, assim, através de maniqueísmos, estabelecendo conexões entre polos como direita x esquerda, religioso x ateu, homem x mulher. Nestes casos podemos problematizar a impossibilidade, no primeiro exemplo, de perceber alternativas políticas ou, no segundo, de que não estar filiado a uma instituição religiosa não significa que não existe relação do homem com o sagrado ou, por último, que as relações de gênero não são naturais e que podem mudar de acordo com a cultura e com as necessidades humanas (tanto sociais quanto individuais).

Com estes elementos podemos entender a oposição de Freire (2018; 2019a, 2019b) ao conservadorismo e aos seus projetos de negação da realidade histórica como produto humano e ético. Por isso, apesar da existência da sociedade atestar que algo deu certo e que corrobora alguns pontos de sua existência (BURKE, 2012; KIRK, 2016; COUTINHO, 2014; SCRUTON, 2017), é evidente que existe muito a se fazer. E este fazer não pode ser delegado à Deus ou a qualquer justificativa de cunho naturalista. Para Freire a desigualdade, a opressão, o autoritarismo e a barbárie são motivos mais do que justificáveis para a atuação no mundo e a busca por transformá-lo.

Assim a proposta freireana não se pauta em aventuras idealistas como afirmam os conservadores ao criticarem os utopistas revolucionários, mas sim, na práxis que estabeleceu a confiança e a inclusão de todos – como sujeitos e como responsáveis pelo mundo – na realização deste projeto. Como o próprio Freire (2018; 2019a, 2019b) sslientou, ele não deve ser balizado em propostas conservadoras ou em teleologias que desconsiderem a participação do povo, mas na construção coletiva, crítica e cotidiana, através de sujeitos que sejam capazes de libertar a humanidade libertando-se. Para isso, a desburocratização da mente se faz imprescindível como forma de nos vermos no outro, de confiarmos, de não nos sentirmos partidos e/ou derrotados pelo fato de necessitarmos nos refazer em bases éticas humanizadoras e comprometidas com a liberdade.

3. A (DES)BUROCRATIZAÇÃO DA MENTE

A desburocratização da mente para Paulo Freire se realiza através de um processo que é, no dizer de Fiori (2019), uma antropologia que se coloca como via alternativa do existir no mundo. Assim, ao contrário do exercício de alteridade que fundamenta a compreensão da ciência antropológica, a pedagogia antropológica de Freire propõe que este exercício se estenda além da construção de conhecimentos culturais e se coloque como práxis, ou seja, um conhecimento que acontece através da própria existência, da reflexão desta e da atuação no fazer o mundo. Segundo Fiori:

> A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana. A pedagogia é antropologia. (...) A consciência é essa mentirosa e contraditória capacidade de que tem o homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, imediatamente presentes. É a presença que tem o poder de presentificar: não é a representação, mas a condição de apresentação. É um comportar-se do homem frente ao meio que o envolve, transformando-o em mundo humano (FIORI, 2019, p.18).

Na antropologia freireana a conquista da forma humana se faz negando a "representação" e atribuindo ao homem o papel central de apresentador do mundo, que só pode ser realizado através da existência história. Assim uma mente desburocratizada é uma mente que não aceita representações, modelos prontos, ou seja, não se contenta com "ideologias" e "subjetivismos" (FREIRE, 2018; 2019a). Torna-se assim imperativo que o "ser no mundo" e "para o mundo" seja condição *sine qua non* para a construção de uma mente livre que, apenas pode existir nesta condição, através da plenitude histórica.

Neste sentido Freire (2019a) salienta que os caminhos históricos não podem ser apontados, seja pela via conservadora ou pela via progressista, e que a mente autônoma (FREIRE, 2018) deve seguir um caminho que se constrói junto. Assim não existe receituários ou ideologias que possam garantir resultados ou qualquer tipo de expectativa, pois esta se faz a partir da humanização do mundo, da prática da liberdade e da confiança de uma atuação crítica. Por isso Freire denuncia as propagandas ideológicas e subjetivistas que, além de negarem a participação do povo, o impede de alcançar o status humanizador da existência. Dessa forma:

> Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a *prescrição*. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência "hospedeira" da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas – as pautas dos opressores. Os oprimidos, que introjetam a "sombra" dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que "preenchessem" o "vazio" deixado pela expulsão com outro "conteúdo" – o de sua autonomia (FREIRE, 2019a, p.46).

Desburocratização da mente é assim um processo que envolve expurgar uma mentalidade, uma forma de operacionalizar a vida que para o "hospedeiro", no dizer de Freire (2019a), equivale a conquista da liberdade. Salienta assim o exercício da vida e da construção histórica através de uma experiência existencial autêntica que se justifica através da conexão com o seu "círculo cultural". Distancia-se da mentalidade autoritária imposta pelos meios de comunicação de massa, da indústria cultural e de uma racionalização teleológica trazida pelo modo de produção capitalista do mundo, chamado por Adorno e Horkheimer (1991) de "razão instrumental".

A desburocratização da mente se opõe à "razão instrumental", se opõe à subjetivismos, à ideologias e à "prescrições" que não considerem a efetiva participação das pessoas em suas formulações. Melhor, a desburocratização da mente é justamente a eliminação destas condições de (proto)reflexão em favor do pensamento crítico que, através da práxis, de uma atuação no mundo de forma refletida e consciente (FREIRE, 2018; 2019b). Com isso:

> Este é um dos problemas mais graves que se põem à libertação. É que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências. Neste sentido, em si mesma, esta realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a emersão dela, a volta sobre ela. É por isso que só através da práxis autentica que, não sendo "blá-blá-blá", nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo (FREIRE, 2019a, p.52).

Como processo dialético a desburocratização da mente não pode ocorrer sem "liberdade", "confiança", "humanidade", "história", enfim, não pode ocorrer de forma parcial. Por isso seu processo ocorre de modo que o "estar no mundo" seja "estar para o mundo", de forma que a ontologia humanizadora proposta por Freire (2019a; 2019b) não seja mutilada. Assim Freire salienta o nascimento do que chamou de "novo

homem", onde "não haveria existência humana sem a abertura de nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência" (FREIRE, 2018, p.85).

Esse "novo homem" é para Freire (2018) caracterizado pela mente que não aceita fórmulas e/ou cristalizações, pois compreendeu-se como sujeito histórico que se libertou dos subjetivismos, fatalismos e de teleologias negadoras de sua condição histórica. Sendo assim passa a cultivar a habilidade de educar-se enquanto existe, enquanto constrói, enquanto se refaz, enquanto humaniza humanizando-se.

A desburocratização da mente é assim uma virada antropológica, contudo, de um "homem novo", porém, consciente de sua incompletude (FREIRE, 2018; 2019a). Por isto nunca descansa sobre perspectivas que não sejam pautadas sobre a práxis existencial, elevando assim, a autonomia e a liberdade, à condição de alternativas ontológicas e históricas. Descobre-se desta forma que não é possível conviver mais com a introjeção do autoritarismo como forma de "prescrição".

Essa condição libertadora nos afasta do que Marilena Chauí chamou de "semióforos" (2001), cujos propósitos ideológicos das classes dominantes são justamente a negação dos conflitos e das contradições existentes na sociedade. Para Maciel (2010) essa perspectiva equivale ao que chamou de "saber-poder da brasilidade", ou seja, o uso do "mito fundador" nacional como instrumento de dominação e de (des) aprendizado político.

Estes elementos, quando associados à proposta de desburocratização da mente contida em Freire (2018), nos mostram a importância e a atualidade de sua pedagogia para a construção humana e humanização da sociedade. Em sua antropologia e em seu "homem novo", instrumentos como "mito fundador" e o "saber-poder" não podem aprisionar a humanidade devido a sua condição reflexiva e prática no mundo.

Nestes termos, quando voltamos a crítica freireana como necessária e urgente para a construção de uma sociedade humana e distante das amarras (ir)racionais e instrumentais impostas pela dominação burguesa, encontramos motivações mais do que suficientes para justificarmos a urgência da implementação deste processo. Estamos assistindo ao aprofundamento da burocratização da mente através da sobreposição das relações de mercado às relações humanas, da quantificação escolar à humanização da educação (ADORNO, 1995) e, entre outras coisas, da super exploração do trabalho à qualidade de vida e seguridade de emprego. Por isso,

diante de tudo que foi salientado até aqui, a desburocratização da mente, para Freire, carece de uma totalidade, onde afirma:

> O que quero dizer é o seguinte: as relações consciência-mundo são naturalmente dialéticas não importa a escola filosófica de quem as estuda ou as pensa. É tão verdade dizer que as relações consciência-mundo são dialéticas quanto é verdade dizer o corpo morre se o coração deixa de trabalhar. Mas, se mecanicistas ou idealistas não podem alterar a dialética das relações entre consciência e mundo, subjetividade e objetividade, isto não significa, de modo nenhum, que nossa prática idealista ou mecanicista seja eximida do erro fundamental. Em outras palavras, planos de ação que partem da ou se fundam na concepção da consciência como a fazedora arbitrária do mundo por causa de que mudar o mundo demanda primeiro "purificar" a consciência moral alcançam rotundo fracasso (FREIRE, 2019b, p.34).

Assim a desburocratização da mente requer a participação ativa no processo histórico, o desenvolvimento de uma cultura política que contemple o sujeito como imprescindível na construção humanizadora do mundo, a rejeição de subjetivismos e de propostas teleológicas que se restringem ao idealismo e/ou à eleição de uma vanguarda redentora dos marginalizados. Para Freire (2018; 2019a; 2019b) a desburocratização da mente é a condição de exercício pleno da liberdade que, longe de não possuir obstáculos, justifica-se como forma de vencê-los através de uma práxis humanizadora que dispensa "prescrições" e coloca a humanidade como foco de seu "fazimento".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente o pensamento freireano se encontra entre os mais atuais não apenas para a realidade brasileira, mas também, para o entendimento das relações sociais em uma sociedade que chama a si mesma de global. No entanto, com Freire, podemos perceber que a exclusão dos humildes, pobres e vulneráveis é, na verdade, uma falácia civilizatória que busca legitimar – através da ideologia liberal e conservadora – o ilegitimável. Enquanto houver fome, exclusão social, cultural, política, enfim, enquanto houver manifestação do autoritarismo, e de suas mais variadas formas e vertentes, haverá sentido pensar a humanização do mundo proposta por Freire (2018; 2019a; 2019b).

Assim a sua preocupação com a "desburocratização da mente" (FREIRE, 2018) é sem dúvida fundamental para a tomada de consciência e a expurgação dos preceitos conformistas que servem as classes dominantes e concentradoras de todos

os bens construídos socialmente. Esse processo que é em Freire quase que de purificação, demonstra a necessidade de um estado de vigilância em termos humanísticos, estéticos, políticos, ideológicos e, sempre que não houver a contemplação do povo, um estado de clamor por justiça e reivindicação ontológica.

Assim o “novo homem”, depois de ter aprendido a educar-se educando e humanizando o mundo, estabelece-se sobre bases éticas inconformistas e indobráveis diante das violências aterrorizantes que temos assistido histórica e cotidianamente. A proposta freireana encontra-se justamente nisto, ou seja, no desenvolvimento histórico baseado em uma ética baseada na liberdade e no humanismo. Para isso, precisa ser práxis, reflexiva e nada subjetivista. Um dos caminhos desta construção parece ter início com a desburocratização da mente e, assim, e somente assim, as portas para o processo de reconhecimento da necessidade de mudanças podem ser abertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Rio de Janeiro: Top´books, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

CORETH, E., **Que és el hombre: esquema de una Antropología Filosófica**. Barcelona: Herder, 1976.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DALBOSCO, Cláudio Almir et. al (Orgs). **Formação Humana (Buldung) – despedida ou renascimento?** São Paulo: Cortez Editora, 2019.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

_____. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019a.

_____. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019b.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34, 2009.

JAEGER, Werner. **Paideia – a formação do homem grego**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Lisboa: Edições 70, 2019.

KIRK, Russel. **A mentalidade conservadora: de Edmund Burke a T. S. Eliot**. São Paulo: É Realizações Editora, 2021.

_____. **Edmund Burke – redescobrindo um gênio**. São Paulo: É Realizações Editora, 2016.

MAAS, Wilma Patrícia. **O cânone mínimo – O Bildungsroman na história da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MACIEL, F.. Construção nacional e aprendizado político: o saber-poder da brasilidade. **Cadernos CRH**, v. 23, p. 559-577, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/FJPwhYLyWfJMWyqjbZkG3NJ/?format=pdf&lang=pt

Menze, C. Formación. In. J. Speck y otros (Eds.). **Conceptos fundamentales de Pedagogía**. Barcelona: Herder, 1981.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Ivone. **A filosofia política de Edmund Burke**. São Paulo: É Realizações Editora, 2019.

SCHELER, Max. **A situação do homem no cosmo**. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

SCRUTON. Roger. **Arte e Imaginação – um estudo em filosofia da mente**. São Paulo: É Realizações Editora, 2017.

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: CARÁTER PROTETIVO E PROCESSOS DISCIPLINARES NA SOCIOEDUCAÇÃO

THE ADOLESCENT IN CONFLICT WITH THE LAW AND THE SOCIOEDUCATIVE MEASURE OF LIBERTY DEPRIVATION: PROTETIVE CHARACTER AND DISCIPLINARY PROCESSES IN SOCIOEDUCATION

EL ADOLESCENTE EN CONFLICTO CON LA LEY Y LA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAR LA LIBERTAD: CARÁCTER PROTECTOR Y PROCESOS DISCIPLINARIOS EN LA SOCIOEDUCACIÓN

Eduardo Ferreira do Amaral Filho[1]
Rodolfo Brandão de Azevedo Nogueira[2]

RESUMO
O presente artigo tem o objetivo de debater a socioeducação, trazendo para o centro do debate o seu caráter protetivo, problematizando a maneira com que a tecnologia disciplinar aparece na execução das medidas socioeducativas, principalmente nas de privação de liberdade, investigando, assim, os reflexos da presença dessa tecnologia na aplicação de tais medidas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir de uma revisão sistemática de literatura, e realizada nas revistas indexas na base de dados do site scielo.org. Conclui-se que é preciso refletir sobre como um método que consiste no impedimento da interação social do adolescente seria capaz de socioeduca-lo. Através dos estudos analisados, nota-se que, no lugar de um sistema socioeducativo, o que se tem é um sistema fortemente punitivo, onde a disciplina, de maneira nada pedagógica, ganha protagonismo.

Palavras-chave: Medida socioeducativa. Socioeducação. Adolescente em conflito com a lei. Disciplina.

ABSTRACT
The aim of this article is to discuss the socioeducation, bringing to the center of the debate its protective character, problematizing the way in which disciplinary technology appears in the execution of the socioeducative measures, mainly in the ones of deprivation of liberty, investigating the reflexes of the presence of this technology in the application of such measures. This is a qualitative research, based on a systematic review of literature, and carried out in journals indexed in the scielo.org database. We conclude that it is necessary to reflect on how a method that consists in the impediment of the social interaction of the adolescent would be able to socioeducate him. Through the studies analyzed, it is noted that, instead of a socioeducative system, what one has is a strongly punitive system, where the discipline, in a non-pedagogical way, gains prominence.

[1]Mestre Em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ. Professor Universitário, psicólogo e psicanalista. Contato: eduamaralfilho@hotmail.com.
[2] Doutorando em Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública da FRIOCRUZ. Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ. Contato: Rodolfo.brandao90@gmail.com.

Keywords: Socioeducative measure. Socioeducation. Adolescent in conflict with the law. Discipline.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo debatir la socioeducación, llevando su carácter protector al centro del debate, cuestionando la forma en que la tecnología disciplinaria aparece en la ejecución de las medidas socioeducativas, especialmente aquellas que involucran privación de libertad, investigando así las consecuencias de la presencia de esta tecnología en la aplicación de tales medidas. Se trata de una investigación cualitativa, basada en una revisión sistemática de la literatura, y realizada en las revistas indexadas en la base de datos del sitio web scielo.org. Se concluye que es necesario reflexionar sobre cómo un método que consiste en prevenir la interacción social del adolescente podría socioeducarlo. A través de los estudios analizados, se advierte que, en lugar de un sistema socioeducativo, lo que tenemos es un sistema fuertemente punitivo, donde la disciplina, de manera no pedagógica, gana protagonismo.

Palabras clave: Medida socioeducativa. Socioeducación. Adolescente en conflicto con la ley. Sujeto.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90, considera-se adolescente a pessoa que possui entre doze e dezoito anos de idade. O ECA, promulgado em 13 de julho de 1990, substituiu a doutrina do Código de Menores de 1979, instaurando novas referências políticas, jurídicas e sociais, e definindo em seus primeiros artigos que toda criança e todo adolescente têm direito à proteção integral, sendo considerados sujeitos de direitos individuais e coletivos, cuja responsabilidade é da família, da sociedade e também do Estado (BRASIL, 1990).

Em relação ao ato infracional, o ECA traz que este pode ser compreendido como a conduta descrita como crime ou contravenção penal e, de acordo com o Art. 112, quando verificada a prática do mesmo, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, dentre outras, as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990), sendo esta última medida o foco do presente artigo.

Criado em 2006, através da Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que

envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução das medidas socioeducativas (BRASIL, 2012). Através da Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, o SINASE ganhou força.

Ao adolescente em conflito com a lei, que é inserido no sistema de medidas socioeducativas, é cobrado que se distancie das condutas infracionais e que não torne a cometa-las, porém, em contrapartida, é necessário que o estado possibilite a concretização do exercício pleno da cidadania por parte desse adolescente (OLIVEIRA, 2003).

Os dados do Levantamento Anual Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo referentes ao ano de 2013 (SDH/PR), indicavam um número total de 23.066 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade no país (internação, internação provisória e semiliberdade) e 659 adolescentes em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, sanção e medida protetiva). O Levantamento aponta ainda que a série histórica de restrição e privação de liberdade indica um aumento constante e regular desde 2010, principalmente quanto à modalidade de internação (64%). Destaca-se, ainda, o significativo número de jovens em internação provisória, representando cerca de 23% do total de adolescentes em 2013 (BRASIL, 2015).

O Art. 121 do ECA traz que “a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, sendo permitida a realização de atividades externas, exigindo a constante reavaliação da medida (prazo máximo de 06 meses) e havendo a garantia de que a internação, em hipótese alguma, excederá a três anos. O estatuto prevê, também, que a medida de internação deve ser aplicada somente quando o ato infracional cometido for caracterizado por séria ameaça ou violência à pessoa, quando houver reiteração de delito grave ou descumprimento de medida anteriormente determinada, e que atividades pedagógicas devem ser garantidas ao adolescente na medida de internação, provisória ou não (BRASIL, 1990).

Os aspectos educativos no atendimento ao adolescente que comete um ato infracional devem ser encarados como prioridade, e não somente as sanções punitivas, para que, através disso, seja possível alcançar a proteção integral dos adolescentes, assim como o atendimento aos seus direitos, por meio de ações conjuntas que possam inseri-los na vida social (VOLPI, 2002). O autor diz que a

medida de internação guarda conotações coercitivas e educativas, logo, quando se fala de internação, se fala de um programa de privação que implica conter o adolescente em um sistema de segurança eficaz. Essa contenção não se configura como a medida socioeducativa em si, mas, justamente, como a condição que permita a aplicação dessa medida, possibilitando a garantia de que os demais direitos sejam atendidos.

A socioeducação encontra seu suporte na concepção de uma educação fortemente social, uma educação preocupada com a afirmação dos direitos humanos, compromissada com a autonomia de cada sujeito em sua relação com a sociedade, dessa forma, a socioeducação tem como principal objetivo o desenvolvimento de múltiplas competências “que possibilitem que as pessoas rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua exclusão social” (Bisinoto et al., 2015). Sendo assim, fica claro a complexidade da socioeducação e, consequentemente, a importância de se discutir no que consiste, conceitualmente, a mesma.

E quando se fala de socioeducação com adolescentes privados de liberdade, se faz interessante avaliar a privação de liberdade como medida socioeducativa. As próprias diretrizes pedagógicas do sistema socioeducativo pontuam a disciplina como ferramenta de ação em medidas com esse caráter, devendo constar no regime interno dos programas de atendimento socioeducativo a previsão das condições de exercício da disciplina, concessão de benefícios e o respectivo procedimento de aplicação (BRASIL, 2012). A relação entre as técnicas disciplinares, das quais Michel Foucault aborda com riqueza de detalhes, e as medidas socioeducativas passam a fazer sentido nesse contexto.

Dito isso, o objetivo deste artigo é o de debater a socioeducação, trazendo para o centro do debate o seu caráter protetivo, problematizando a maneira com que a tecnologia disciplinar aparece na execução das medidas socioeducativas, principalmente nas de privação de liberdade, investigando, assim, os reflexos da presença dessa tecnologia na aplicação de tais medidas.

Executou-se esta pesquisa qualitativa a partir de uma revisão sistemática da literatura, realizada nas revistas indexas na base de dados do site scielo.org, utilizando os descritores: medida socioeducativa; socioeducação; adolescente em conflito com a lei e disciplina. A pesquisa foi realizada com todos os descritores em português,

buscando publicações somente em português, e delimitada entre os anos de 2006 e 2016. Foram encontrados 66 artigos, sendo utilizados 08 dos mesmos.

2. DESENVOLVIMENTO/DISCUSSÃO

Dentre os 66 artigos encontrados como resultado da pesquisa com base nos descritores e filtros determinados, 54 foram excluídos por não pertencerem à temática específica do estudo, e outros 04 foram excluídos por serem repetidos. O significativo número de exclusões dentre os itens pesquisados reflete o quão pouco é debatido o real conceito de socioeducação, mesmo quando os assuntos comuns dentre todos os artigos encontrados são as medidas socioeducativas e os adolescentes que as cumprem, e, menos ainda, o quão pouco se debate o papel, os reflexos e a maneira com que a disciplina se faz presente nessas medidas e nas rotinas das instituições que as aplicam.

Todos artigos analisados são de metodologia qualitativa. No que se refere ao ano de publicação destes, dois deles são do ano de 2015, único ano que contou com mais de um estudo, já que os anos de 2016, 2014, 2013, 2010, 2008 e 2006 contaram com um artigo cada, como se vê na tabela abaixo, que lista os artigos analisados.

Quadro 01: Artigos analisados neste trabalho.

Nº	Autores	Ano	Objetivos	Resultados
01	Padovani, Andréa Sandoval; Ristum, Marilena.	2016	O objetivo do estudo foi o de compreender como adolescentes autores de ato infracional, cumprindo medida socioeducativa de internação, significam a internação.	Os resultados destacam a visão dos adolescentes sobre o julgamento social a respeito das unidades de internação e dos adolescentes que dela fazem parte.
02	Scisleski, Andrea Cristina Coelho; Bruno, Bruna Soares; Galeano, Giovana Barbieri; Santos, Suyanne Nayara dos;	2015	Este artigo problematiza como os jovens em conflito com a lei são administrados nas medidas socioeducativas de internação e busca a	No que concerne à gestão, encontra-se uma separação na administração das medidas de proteção e das medidas

	Silva, Jhon Lennon Caldeira da.		discussão das diferenças entre as formas de atender aqueles que recebem medidas de proteção e aqueles que recebem medidas socioeducativas.	socioeducativas em meio aberto, geridas pela Assistência Social, e as medidas socioeducativas de internação, geridas pela Segurança Pública.
03	Jimenez, Luciene; Frasseto, Flávio Américo.	2015	A partir do Mapeamento Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e do Índice de Homicídios na Adolescência, relaciona o perfil dos adolescentes brasileiros integrantes do sistema socioeducativo em meio aberto com aquele dos adolescentes vítimas de homicídio.	Partindo das compreensões de disciplina e biopoder, conforme postuladas por Michel Foucault, o artigo busca promover reflexões acerca da incidência das medidas socioeducativas sobre um determinado grupo, justamente aquele que diariamente engrossa as estatísticas de mortalidade decorrente de causas violentas.
04	Scisleski, Andrea Cristina Coelho; Galeano, Giovana Barbieri; Silva, Jhon Lennon Caldeira da; Santos, Suyanne Nayara dos.	2014	O artigo problematiza os modos pelos quais a tecnologia disciplinar, presente nas medidas socioeducativas de internação direcionadas aos jovens em conflito com a lei, vem sendo operacionalizada.	Entende-se que a tecnologia disciplinar, do modo que vem sendo utilizada nas medidas socioeducativas de internação, assemelha-se mais a um dispositivo de controle com o objetivo meramente de docilizá-los, reduzindo o sujeito à vida nua.

05	Padovani, Andréa Sandoval; Ristum, Marilena.	2013	O artigo buscou verificar como educadores de medida socioeducativa avaliam a atuação da escola em uma comunidade de atendimento socioeducativo quanto à prevenção e à diminuição da reincidência em atos infracionais.	O resultado destaca quatro ideias centrais: as semelhanças e diferenças entre a escola da instituição e as demais escolas da rede escolar; o papel da escola na medida socioeducativa de internação e suas ações preventivas; a sugestão de ações preventivas; e as causas da reincidência.
06	Nardi, Fernanda Ludke; Dell'Aglio, Débora Dalbosco.	2010	O artigo apresenta uma revisão de literatura sobre a delinquência juvenil, com o objetivo de discutir seus conceitos e etiologia, abordando tanto os fatores de risco como os fatores de proteção aos quais os adolescentes autores de ato infracional estão expostos.	Foi possível constatar, entre outros aspectos, a necessidade e a importância de ações e programas voltados tanto à prevenção quanto ao tratamento desses adolescentes.
07	Castro, Ana Luiza de Souza; Guareschi, Pedrinho.	2008	O presente artigo discute o modo como os adolescentes significam suas práticas de vida e se subjetivam a partir dos contextos da família, da justiça e da medida sócio-educativa de internação, em decorrência de ato infracional cometido.	A privação de condições de dignidade para os adolescentes, o reconhecimento social que encontram ao cometerem o delito, a justiça que os julga como autores de ato infracional e a segregação da medida de internação são formas importantes de socialização que

				constroem as suas subjetividades.
08	Costa, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; Assis, Simone Gonçalves de.	2006	O presente artigo tem por objetivo tecer considerações acerca da importância e possibilidade de promover fatores de proteção ao adolescente em conflito com a lei no contexto de aplicação de medida sócio-educativa.	Sugere que a ênfase nos aspectos saudáveis do desenvolvimento favorece a emergência do potencial positivo do qual todo contexto sócio-educativo deve ser revestido, a fim de possibilitar a construção de novas perspectivas aos jovens em risco social.

É possível notar semelhanças entre os estudos, expostos no quadro acima, que os unem em três grandes grupos no que diz respeito às questões centrais de suas discussões, questões essas que, juntas, contemplam de maneira bastante pertinente aos interesses da presente análise, e por isso é válido abordar brevemente tais semelhanças nos próximos parágrafos.

O estudo de Padovani e Ristum (2016) e o estudo de Castro e Guareschi (2008) buscaram se debruçar sobre a significação, por parte do adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a respeito dessa medida, da própria internação, da unidade que a aplica e de si mesmo, que a cumpre. Esses estudos trouxeram o olhar do adolescente sobre si, sobre o sistema socioeducativo e, principalmente, sobre a relação entre um e o outro, como ela é significada, trazendo ainda a família desse adolescente e a justiça para essa equação.

No estudo de Scisleski et al. (2015), Padovain e Ristum (2013), Nardi e Dell'Aglio (2010) e no de Costa e Assis (2006), os focos se convergem no que diz

respeito à discussão sobre fatores protetivos e fatores de risco à que estão expostos os adolescente em conflito com a lei, sobre socioeducação, sobre medidas protetivas e medidas socioeducativas. Esses estudos falam sobre a promoção de fatores de proteção e seus impactos positivos nas possibilidades de construção de novas perspectivas por parte desses adolescentes, ao passo que falam, também, sobre a diferenciação na gestão entre medidas protetivas e socioeducativas, sendo uma gerida, respectivamente, pela Assitência Social e a outra pela Segurança Pública.

No estudo de Jimenez e Frasseto (2015), assim como no de Scisleski et al. (2014), a disciplina e sua tecnologia permeiam, a todo tempo, a discussão. Jimenes e Frasseto falam sobre a interessante relação entre o perfil do grupo que integra o sistema socioeducativo e do grupo que se destaca entre as estatísticas de mortalidade por causas violentas, sobre possuírem, em maioria, o mesmo perfil, colocando a compreensão de disciplina postulada por Michel Foucault como ferramenta nessa análise. Já Scisleski e seus companheiros problematizam o modo como a tecnologia disciplinar é operacionalizada nas medidas socioeducativas de internação, assemelhando-se bastante a um dispositivo de controle, de docilização.

Uma vez que as semelhanças entre os estudos analisados, assim como suas ideias centrais, foram expostas em linhas gerais nos parágrafos acima, a partir deste serão expostas análises mais específicas sobre o conteúdo de cada um dos estudos mencionados, em busca do alcance do objetivo do presente artigo.

De acordo com Castro e Guareschi (2008), apesar da significativa escassez de dados que confirmem o crescimento de atos infracionais praticados por adolescentes, ou que estes vêm sendo cada vez mais violentos e graves, é facilmente notada a recorrente presença de repetitivos discursos de criminalização da pobreza e da impunidade e violência de adolescentes em conflito com a lei no cenário nacional. Paradoxalmente, a juventude brasileira é a parcela da população que mais morre devido a situações violentas.

Ao ser alvo do julgamento social, o adolescente que comete um ato infracional pode internalizar os preconceitos sobre si, correndo o risco de cristalizar tais preconceitos em sua identidade e, assim, proporcionar a manutenção do comportamento infrator. Desse modo, “a medida socioeducativa, e as atividades por ela impostas, pode tornar-se mediadora na construção de uma nova identidade,

possibilitando comportamentos que o distancie da vivência infracional" (PADOVANI & RISTUM, 2016).

O adolescente em conflito com a lei tem, geralmente, sua vida marcada por sucessivas situações reais e subjetivas de exclusão. Ao cometer um delito, passa a ser sujeito de direitos, fato que durante considerável período de sua vida não lhe cabia. A partir de então, também, "o adolescente passa a ter uma identidade social, através do discurso da lei, como infrator, drogado, agressivo, violento, com prognóstico reservado, com periculosidade, com personalidade tendente ao anti-social" (CASTRO & GUARESCHI, 2008).

De acordo com Zamora (2008), citada por Nardi e Dell'Aglio (2010), a entrada do adolescente e de sua família no sistema jurídico, que acontece no momento em que esse adolescente é apreendido, assim como o fim da medida socioeducativa, devem ser encarados como momentos cruciais, que costumam acarretar crise e desorganização familiar. Assim, o cumprimento de uma medida constitui-se em um momento significativo não somente na vida do adolescente em conflito com a lei, mas também de toda sua família, podendo se constituir num fator de proteção.

É de fundamental importância falar sobre a participação da família quando se fala em socioeducação, pois vínculos afetivos são importantes fatores que permeiam a questão. Os vínculos afetivos constituem a base do apoio social, eles conferem a sensação de segurança ao adolescente, auxiliando no enfrentamento das adversidades, e a valorização da qualidade desses vínculos como fator de proteção a adolescentes, portanto, "deve ser estendida a todas as circunstâncias em que a aplicação da medida socioeducativa se dá" (COSTA & ASSIS, 2006).

As medidas socioeducativas têm o dever de exercer, então, um papel de apoio social ao adolescente que cumpre medida, oferecendo um efeito protetivo que proporcione o desenvolvimento da capacidade de lidar com as adversidades (SIQUEIRA & DELL'AGLIO, 2006; RUTTER, 1987, apud COSTA & ASSIS, 2006).

Falar de efeito protetivo e garantias de direito em relação ao adolescente em conflito com a lei, porém, demanda cuidado. Vale lembrar que, de acordo com Scisleski et al. (2015), "arraigada à noção de infância e juventude como sendo compostas de sujeitos de direitos fundamentais, está a distinção entre aqueles que necessitam de proteção e aqueles que demandam punição e controle". E a categoria criminalizada é constituída por estes últimos.

Na prática, o que se percebe é que a garantia de direitos se transforma em punição. Adolescentes em conflito com a lei são punidos e controlados, enquanto é dito, lançando mão do eufemismo, que estão sendo socioeducados. Esse adolescente irá se relacionar com o sistema judiciário e sociedade a partir de sua infração, e é através do ato infracional que seus caminhos serão direcionados, logo, ele segue sendo estigmatizado como infrator (SCISLESKI et al., 2015).

Para se caracterizar um paradigma socioeducativo é necessário que a escolarização e profissionalização sejam aspectos respeitados enquanto direitos do adolescente que cumpre medida (CASTRO & GUARESCHI, 2008). Não se trata de um projeto pedagógico aquele em que a segurança é privilegiada em detrimento de ações educativas, como diz Padovani e Ristum (2013), o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei deve considerar não apenas as sanções punitivas, mas, em primeiro lugar, aspectos educativos. Com isso se busca garantir a proteção integral dos adolescentes, por meio de um conjunto de ações que possa inseri-los na vida social, proporcionando uma educação formal, profissionalização, saúde, lazer e todos os direitos assegurados legalmente (VOLPI, 2002, apud PADOVANI & RISTUM, 2013).

> “O período de aplicação da medida deve constituir um momento para estruturação de projeto de vida. As atividades educacionais, de lazer e de formação profissional destinadas aos jovens, têm o potencial de despertar para a construção de si, o que, em geral, representa uma experiência nova na vida dos mesmos.” (COSTA & ASSIS, 2006, p. 79)

Tratar adolescentes em conflito com a lei meramente como autores de uma infração é uma prática que se perpetua desde a criação dos “reformatórios” até grande parte das atuais instituições voltadas ao cumprimento de medidas socioeducativas, como nos diz Nuñes e Pernas (2010), citados por Padovani e Ristum (2016), e, ainda que as mudanças na legislação tenham proporcionado avanços na proposição e implantação de novos modelos de atendimento pautados na socioeducação e na garantia de direitos, as instituições, em sua maioria, não têm conseguido tratar os adolescentes com dignidade e responsabilidade, não conseguem ir além da tarefa de afastá-los do círculo violento e criminalidade na qual estão inseridos, e conhecer a realidade que os levou até esse momento, toda sua trajetória de envolvimento infracional.

Alguns levantamentos realizados no país evidenciam a inadequação das condições de aplicação das medidas socioeducativas em relação à promoção do desenvolvimento dos adolescentes (BRASIL, 2002, apud COSTA & ASSIS, 2006). Quando se entra no escopo das medidas socioeducativas de privação de liberdade, a complexidade de toda a situação se amplia significativamente.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2012) e o Relatório da OAB de Mato Grosso do Sul (2014), citados por Scisleski et al. (2015), a situação de adolescentes em medida de internação ainda não é diferente da que vigorava no período do Código de Menores de 1979, aliás, aproxima-se das características de um modelo prisional penal adulto, com a perpetuação das violações de direitos, com superlotação, alto índice de reincidência, medicalização exagerada e não elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Tal afirmação não possui o intuito de apontar o ECA como um instrumento ineficaz, mas de evidenciar a necessidade de sua real efetivação (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005; SCISLESKI et al., 2012, apud SCISLESKI et al., 2015).

Segundo Scisleski et al. (2015), a Doutrina de Proteção Integral é para o adolescente considerado vítima, esse recebe medidas de proteção, enquanto os adolescentes em conflito com a lei são punidos. O fato é que a proteção preconizada pelo ECA não atinge todos, especialmente os adolescentes que cumprem medida de internação. Esses seguem sendo violados em seus direitos, e as unidades de internação auxiliam na perpetuação na via da criminalidade do que outras possibilidades de vida (REIS, 2012; RIZZINI & PILOTTI, 2008, apud SCISLESKI et al., 2015).

Em acordo com Goffman (1961;2001), Padovani e Ristum (2016), consideram que as unidades socioeducativas responsáveis pelos adolescentes em medida de privação de liberdade podem ser comparadas às chamadas “instituições totais”. Segundo o autor, “essas são instituições organizadas para proteger a sociedade contra perigos intencionais, sendo que o bem-estar das pessoas, nelas isoladas, não constitui um problema imediato”.

Ao adolescente em conflito com lei que cumpre medida de internação é imposto, obviamente, o cerceamento de sua liberdade, o que demonstra uma função de regulação de tais adolescentes por meio de mecanismos punitivos e disciplinares. Por um lado, esses mecanismos têm o objetivo de proteger a vida dos “cidadãos de

bem", por outro, visam tornar os sujeitos mais vigiados e controlados (FOUCAULT, 2008, apud SCISLESKI et al., 2015).

A partir disso, torna-se bastante interessante discutir, de maneira mais detalhada, a disciplina que permeia a aplicação das medidas socioeducativas. Ainda que as unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei tenham como princípio legal o processo de socialização, de socioeducação, elas também estão sob a égide do poder disciplinar e das tecnologias políticas do corpo (JIMENEZ & FRASSETO, 2015).

De acordo com Foucault (1987), citado por Scisleski et al. (2014), as chamadas tecnologias disciplinares começaram seu desenvolvimento no início do século XVII, com seu foco voltado para o corpo, para o adestramento do mesmo, buscando ampliar suas aptidões e docilizar o indivíduo.

Para Foucault (2008, apud SCISLESKI et al., 2014), o sistema disciplinar possui uma dimensão, adquirida principalmente por meio do avanço do capitalismo, que se preocupa com a vigilância da circulação dos indivíduos, lançando mão dos dispositivos de segurança, dispositivos que se ocupam de questões como risco e periculosidade. Porém, as técnicas que buscam disciplinar e submeter o corpo, não são necessariamente calculadas e planejadas para a sua execução no interior das instituições, sejam essas de segurança ou com outro foco explícito, mas são mecanismos dispersos no tecido social, geralmente de forma bastante sutil e subliminar (JIMENEZ & FRASSETO, 2015).

Neste estudo, como dito anteriormente, o foco da discussão das tecnologias disciplinares é em direção às suas relações com o sistema socioeducativo, principalmente com as medidas de privação de liberdade e suas instituições de aplicação. É curioso, no mínimo, classificar a medida de privação de liberdade enquanto socioeducativa, mesmo esta possuindo caráter excepcional, ao menos em teoria. Ainda mais curioso, no que concerne às diretrizes pedagógicas de atendimento socioeducativo, é o fato de se eleger a disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa, sendo considerada pelo SINASE um importante instrumento (BRASIL, 2006, apud SCISLESKI et al., 2014).

> “A disciplina deve ser considerada como instrumento norteador do sucesso pedagógico, formando o ambiente socioeducativo um polo irradiador de cultura e conhecimento e não vista apenas como um instrumento de manutenção da ordem institucional. (...) Deve ser meio para a viabilização de um projeto coletivo e individual, percebida como condição para que objetivos compartilhados sejam alcançados e, sempre que possível, participar na construção das normas disciplinares.” (BRASIL, 2006, p. 54, apud SCISLESKI et al., 2014, p. 671)

Scisleski et al. (2014), em seu estudo, constatou uma disciplina não condizente com a que é proposta pelo SINASE, aliás, foi possível constatar uma disciplina contrária, verificando, por exemplo, adolescentes confinados em verdadeiras celas, em condições precárias de higiene, condições insalubres, com suas rotinas repletas de determinados rituais, se locomovendo, quando fora do que deveriam ser seus alojamentos, sempre em fila indiana, com as mãos para trás e, muitas das vezes, algemados, e sem permissão para falar. É importante se questionar, como fazem os autores, de que tipo de técnica disciplinar se está falando quando se utiliza tais rituais.

Bazon (2002) e Brito (2003), citados por Costa e Assis (2006), observam que o enfoque socioeducativo segue uma linha correcional-repressiva, que torna difícil o alcance de resultados positivos na aplicação das medidas, já que o atendimento caracteriza-se fortemente pelo enfoque da punição.

O que se observa como disciplina existente na aplicação das medidas de privação de liberdade é uma mera vigilância, o constante controle e a restrição da circulação dos adolescentes. Tudo isso contribui para a constatação de que essas medidas são ineficazes, distantes do objetivo de socioeducação, que são medidas repressoras em sua prática diária, caracterizadas como dispositivos de controle (SCISLESKI et al., 2014).

De acordo com Scisleski et al. (2014), o que o SINASE propõe enquanto disciplina se mostra distante daquilo em que consiste a prática, o sucesso pedagógico encontra diversas barreiras durante a aplicação das medidas de privação de liberdade, barreiras que não somente dificultam, mas se fazem um real impedimento para que esse sucesso seja alcançado, uma vez que a tecnologia disciplinar empregada nas unidades de internação busca a docilização dos corpos, busca evitar que o adolescente se faça algo incômodo. Espera-se que o mesmo se comporte e

responda adequadamente ao que é imposto, que realize atividades para mero preenchimento do tempo que se passa dentro dos alojamentos.

O Plano Individual de Atendimento é mais um fator que aponta para a existência de uma disciplina vazia, que em nada contribui para um processo socioeducativo eficaz. “O PIA apresenta uma série de dados que deveriam ser preenchidos a partir de estudo de caso individual para estabelecer um planejamento feito junto aos jovens em conflito com a lei” (SCISLESKI et al., 2014, p. 672).

O que se pode constatar nas leituras dos processos, segundo Scisleski et al. (2014), é que muitos deles não apresentam o PIA, e quando o apresentam, estão, em sua grande maioria, preenchidos de forma incompleta. E isso consiste em uma significativa falha no processo socioeducativo, uma vez que o PIA tem o objetivo de proporcionar ao adolescente que se ocupe de atividades que sejam do seu interesse, atividades que possibilitem algum tipo de aprendizado. Esses fatores impedem a aplicação de uma medida socioeducativa como prevê o ECA, através de práticas desse tipo, a socioeducação se mostra um dispositivo de controle e de contenção, que reduz a vida do adolescente.

É válido ressaltar que a lei, em um primeiro momento, é que entra em conflito com o adolescente que comete um ato infracional, através da suspensão dos seus direitos. E durante a aplicação da medida socioeducativa, esse adolescente continua a ter seus direitos violados, uma vez que a lógica segue sendo a de exceção. A disciplina não tem o objetivo de investir, de maneira positiva, no sujeito que se encontra privado de liberdade, ao menos em sua prática diária, mas tal disciplina reforça a relação de abandono já existente em um momento anterior (AGAMBEN, 2002; COIMBRA, 2001, apud SCISLESKI et al., 2014).

Assim, é possível notar uma disciplina aplicada não para alcançar algo além, certamente não para alcançar um bom desenvolvimento pedagógico, mas uma disciplina aplicada como um fim em si mesma, que busca silenciar, sob diversos aspectos, o adolescente privado de liberdade, para que seu manejo seja menos complexo, seja fácil, um corpo que cumpra ordens vazias, que não as cumpre para um positivo desenvolvimento. É possível perceber que isso difere da disciplina que investe na vida (SCISLESKI et al., 2014).

3. CONCLUSÃO

Este estudo não tem a intenção de colocar as unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei em um lugar idealizado. Não se pretende aqui ignorar a vasta complexidade que o tema envolve, simplificar a complexa compreensão que ele requer, muito menos minimizar as imensas dificuldades que envolvem as rotinas e procedimentos em relação à aplicação das medidas socioeducativas de privação de liberdade. Mas o que é urgente, e que se pretendeu sublinhar através das palavras aqui escritas, é a problematização da disparidade, que aqui foi exposta, existente entre as legislações e diretrizes em relação às medidas de internação e a aplicação prática das mesmas.

É preciso questionar se, em seu processo de execução, as medidas socioeducativas incorporam o caráter protetivo ao qual foram fundamentalmente atreladas no momento de sua origem, momento em que foram estudadas, pensadas e construídas, ou se estão sendo negligenciadas em suas fundamentações e assumindo um caráter meramente punitivo e ineficaz.

É preciso, ainda, lançar luz ao papel da disciplina em todo esse processo, se a mesma se coloca como um instrumento para o real sucesso pedagógico das medidas, ou se as tecnologias disciplinares se resumem em um grande vazio, e pior, se elas se colocam enquanto ferramentas de esvaziamento das subjetividades dos adolescentes, buscando estabelecer um controle e um fácil manejo de seus corpos. Sobre isso se debruçou esse estudo.

A análise feita neste artigo expôs que a proteção que é preconizada pelo ECA não é a preocupação central quando falamos sobre adolescentes em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade. O caráter protetivo da medida se dissipa em meio às diversas violações de direitos que esses adolescentes sofrem durante a aplicação dessas medidas, nas rotinas das instituições de internação. Violações de direitos que não começam dentro dos muros dessas unidades, mas que são continuadas – muitas vezes agravadas – já que tais violações tiveram significativa contribuição em suas trajetórias de vida.

As lacunas deixadas pela ausência dos aspectos protetivos na aplicação das medidas socioeducativas são preenchidas pelo caráter punitivo que as medidas adquirem. O controle ganha o protagonismo em meio a esse processo. Os adolescentes que cometem atos infracionais são invisibilizados enquanto sujeitos de direitos, são diminuídos à sua suposta periculosidade, são vistos enquanto meros agressores, e seu tratamento passa por igual redução: se reduz em punição.

É preciso refletir sobre como um método que consiste no impedimento da interação social do adolescente seria capaz de socializa-lo, de socioeduca-lo. O que salta aos olhos é que, no lugar de um sistema socioeducativo, o que se tem é um sistema fortemente correcional e repressor, onde a disciplina, de maneira nada pedagógica, ganha espaço, e não é tão complexo entender os motivos de isso acontecer. Quando se visa punir, a disciplina aparece como um caminho lógico. Relatar todos esses fatos, exaltar esse debate e pontuar essas questões, como já dito, foi o objetivo que esse estudo se propôs alcançar.

A disciplina que desponta nesse sistema, está longe de ser o instrumento que o SINASE trata em suas diretrizes. Ela busca o controle, a docilização dos corpos, corpos que cumpram ordens por elas mesmas, sem lugar para resistências. Busca a constante vigilância, a contenção, a correção.

A proteção só ganha protagonismo nesse cenário no momento em que se pensa no “cidadão de bem”, do lado de fora dos muros. Do lado de dentro a disciplina pune, do lado de dentro ela não investe no desenvolvimento e fortalecimento do adolescente em conflito com a lei para lidar com as adversidades. No interior das unidades de internação, nos seus procedimentos, nas suas rotinas, nas suas amplamente limitadas interações, a disciplina consolida o abandono, a negligência, a violação e a violência, que já tinham presença garantida, de diversas maneiras, na origem de toda essa situação.

Cabe ressaltar, ainda, que todas essas presenças, citadas acima, são resultados de ausências. Ausências presentes nas trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei, antes mesmo de integrarem esse grupo. Ausência de políticas públicas, ausência de eficácia das mesmas, ausência de responsável execução e negligência em sua aplicação, nos mais diversos níveis, dentro do sistema socioeducativo e, também, fora. Negligência antes da presença do adolescente nele, assim como no momento em que o mesmo egressa.

Toda essa situação, toda essa ausência, deixa espaço para reflexões, para práticas bem fundamentadas, eficazes, se fazerem presentes. Toda essa situação abre espaço, e convoca, para que campos como o da saúde coletiva colaborem com preenchimentos. Todas essas faltas, colocam a questão dentro da alçada desses campos, essas lacunas exigem que se pense em qualidade de vida para esses adolescentes, que os pense de maneira integral, que os pense sob a ótica da garantia de direitos, que de fato lhes garantam seus direitos, para que os impactos apareçam de forma positiva em nossa sociedade.

É preciso que esses adolescentes sejam responsabilizados, é fundamental, mas com responsabilidade com seu desenvolvimento e, ainda, atribuindo responsabilidades também ao contexto social, político e econômico no qual eles estão inseridos.

4. REFERÊNCIAS

BISINOTO, Cynthia et al. **Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo.** Psicologia em estudo, Maringá, v.20, n. 4, p. 575-585, out./dez. 2015.

BRASIL, LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União 14 de julho de 1990.

BRASIL, LEI Nº12.594,de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).** Diário Oficial da União19 de janeiro de 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2013.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

CASTRO, Ana Luiza de Souza; GUARESCHI, Pedrinho. **Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual.** Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 200-207, Aug. 2008.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; ASSIS, Simone Gonçalves de. **Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo.** Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 74-81, Dec. 2006.

JIMENEZ, Luciene; FRASSETO, Flávio Américo. **Face da Morte: a lei em conflito com o adolescente.** Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 404-414, Aug. 2015.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Delinquência Juvenil: uma revisão teórica.** Act. Colom. Psicol., Bogotá, v. 13, n. 2, p. 69-77, Dec. 2010.

OLIVEIRA, Eliana Rocha. **Ensinando a não sonhar: anti-pedagogia oficial destinada a adolescentes infratores no estado do Rio de Janeiro.** Katálysis, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 85-95, jan./jun. 2003.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. **A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, Dec. 2013.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. **Significados Construídos acerca das Instituições Socioeducativas: Entre o Imaginado e o Vivido.** Psico-

USF, Itatiba, v. 21, n. 3, p. 609-622, Dec. 2016.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al . **Medida Socioeducativa de Internação: estratégia punitiva ou protetiva?** Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 505-515, Dec. 2015.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al . **Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 34, n. 3, p. 660-675, Sept. 2014.

VOLPI, Mario (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REFLEXÕES RELACIONADAS AO USO DA GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA

REFLECTIONS RELATED TO THE USE OF GAMIFICATION IN MATHEMATICS TEACHING

REFLEXIONES RELACIONADAS CON EL USO DE LA GAMIFICACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LAS MATEMÁTICAS

Sonia Fonseca Souza[1]

Christian Laine da Silva Neves[2]

Lucas Capita Quarto[3]

Resumo: O mundo se encontra inserido em um contexto tecnológico em constante evolução. Os recursos digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade promovendo inúmeras transformações sociais, culturais e econômicas. E dentro desse cenário, os tradicionais métodos de ensino se apresentam cada vez mais obsoletos. E dentre as disciplinas que mais sofrem impacto desse novo contexto, encontra-se a matemática. A matemática é uma das ciências mais antigas presentes nas civilizações, sendo um enorme desafio para as instituições e profissionais do ensino, propor para as atuais gerações, um ensino de matemática que seja atrativo e conivente com o atual contexto que a humanidade se encontra inserida. Frente ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a respeito da gamificação como ferramenta potencializadora do processo de ensino dos conteúdos propostos na disciplina de matemática. Por sua vez, a gamificação consiste no uso de elementos de *games* em cenário que se divergem do entretenimento, como por exemplo, na educação. Para tanto, foi realizada uma busca nas bases de dados Google Acadêmico, LILACS, *Scopus* e *Web Of Science*, com os descritores: "gamificação; *gamification*; educação; e matemática", para que fosse elaborado um referencial teórico acerca da temática. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 documentos para a discussão do objeto de pesquisa. O presente estudo permitiu a identificar que a gamificação é uma ferramenta que pode auxiliar no processo de ensino da matemática por promove estímulos que podem facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Gamificação. Gamification. Ensino. Matemática.

Abstract: The world is inserted in a technological context in constant evolution. Digital resources are increasingly present in society's daily life, promoting countless social, cultural and economic transformations. And in this scenario, traditional teaching methods are increasingly obsolete. And among the disciplines that are most impacted by this new context is mathematics. Mathematics is one of the oldest sciences present in civilizations, being a great challenge for educational institutions and professionals, proposing for the current generations an attractive mathematics teaching that is compatible with the current context in which humanity is inserted. Based on the above, this work aims to discuss gamification as a tool that enhances the teaching process of the contents proposed in the discipline of mathematics. Gamification, on the other hand, is the use of game elements in an environment far from entertainment, such as education. Therefore, a search was performed in the Google Academic, LILACS, Scopus and Web Of Science databases, with the descriptors: "gamification; gamification; Education; and mathematics", so that a theoretical framework on the subject could be

[1] Doutora em Cognição e Linguagem (UENF). Professora Titular da Graduação e Pós-graduação da Universidade Iguaçu – UNIG Campus V. Professora Titular na Graduação do Centro Universitário São José de Itaperuna. Professora Inspetora Seeduc-RJ. Contato: sonifon1@hotmail.com.

[2] Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). Contato: lcapitaiv@gmail.com.

[3] Mestrando em Cognição e Linguagem (UENF). Contato: lcapitaiv@gmail.com

developed. After applying the inclusion and exclusion criteria, 10 documents were selected for discussion of the research object. This study allowed us to identify that gamification is a tool that can help in the teaching process of mathematics by promoting stimuli that can facilitate the teaching-learning process.

Keywords: Gamification. Gamification. Teaching. Math.

Resumen: El mundo se inserta en un contexto tecnológico en constante evolución. Los recursos digitales están cada vez más presentes en el día a día de la sociedad, promoviendo innumerables transformaciones sociales, culturales y económicas. Y dentro de este escenario, los métodos de enseñanza tradicionales son cada vez más obsoletos. Y entre las disciplinas que se ven más impactadas por este nuevo contexto está la matemática. La matemática es una de las ciencias más antiguas presentes en las civilizaciones, siendo un gran desafío para las instituciones educativas y los profesionales, proponiendo para las generaciones actuales una enseñanza de la matemática atractiva y connivencia con el contexto actual en el que se inserta la humanidad. Con base en lo anterior, este trabajo tiene como objetivo discutir sobre la gamificación como una herramienta que potencia el proceso de enseñanza de los contenidos propuestos en la disciplina de las matemáticas. A su vez, la gamificación consiste en el uso de elementos de juego en un escenario que se aleja del entretenimiento, como es el educativo. Por tanto, se realizó una búsqueda en las bases de datos Google Academic, LILACS, Scopus y Web Of Science, con los descriptores: “gamificación; gamificación; educación; y matemáticas ”, para que se pudiera desarrollar un marco teórico sobre el tema. Luego de aplicar los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 10 documentos para la discusión del objeto de investigación. El presente estudio permitió identificar que la gamificación es una herramienta que puede ayudar en el proceso de enseñanza de las matemáticas al promover estímulos que pueden facilitar el proceso de enseñanza-aprendizaje.

Palabras clave: Gamificación. Gamificación. Enseñando. Matemáticas.

INTRODUÇÃO

De acordo com Figueiredo, Paz e Junqueira (2015), nas últimas décadas, surgiu no âmbito educacional a necessidade e o interesse em buscar abordagens pedagógicas que contemplem o universo digital. Com a globalização, as informações são divulgadas com maior velocidade e o conhecimento pode ser acessado com mais facilidade, o que faz com que os modelos tradicionais de ensino se tornem cada vez mais obsoletos (QUARTO *et al*., 2020). Ainda conforme os autores, a cibercultura trouxe uma nova forma de experimentar e conhecer o mundo. Com isso, os estudantes desta geração não se satisfazem apenas em receber o conhecimento; eles precisam experimentá-los, sobretudo, dentro de sua realidade. Sendo assim, os discentes, cuja vida está imersa nas tecnologias, estão perdendo cada vez mais o interesse pela aula puramente expositiva e o ensino sem os recursos digitais.

Em um contexto mais recente, os *games* têm ultrapassado as fronteiras de seu campo de origem – o entretenimento – e vêm sendo aplicados em distintos contextos, como em práticas educacionais e pedagógicas. O processo de apropriação dos componentes de estática, dinâmica e mecânica dos *games* tem constituído uma nova área de práticas e pesquisas denominada gamificação (FIGUEIREDO; PAZ;

JUNQUEIRA, 2015). A gamificação, ou também *gamification*, na tradução do termo para a língua inglesa, é uma estratégia que envolve o uso de elementos de *games* em situações que fogem do divertimento, ou seja, cenários *non games*, criando espaços de ensino e aprendizagem mediados pelo prazer e desafio (ALVES; MINHO; DINIZ, 2014).

Se considerarmos a agilidade, a competitividade e a interatividade proporcionadas pelos *games*, percebe-se que eles podem ser aplicados no âmbito educacional, sobretudo no ensino da matemática (MATTAR, 2010), visto que frente a sociedade contemporânea, pode-se dizer que a maioria das atividades podem ser desenvolvidas por meio das tecnologias. Neste sentido, o professor pode adequar as suas práticas de ensino ao contexto atual, apropriando-se dos recursos disponibilizados pela cibercultura e pela internet para tornar suas aulas mais atraentes e, consequentemente, desenvolver novas metodologias de ensino (ALVES; MINHO; DINIZ, 2014).

Selbach (2015) considera o *game* um instrumento que proporciona disputa, interação e socialização, o que pode contribuir de forma significativa no ensino da matemática, pois auxilia no desenvolvimento de habilidades como: coordenação motora, raciocínio lógico, entre outros. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir a respeito da gamificação como ferramenta potencializadora do processo de ensino dos conteúdos propostos na disciplina de matemática. Os objetivos específicos consistem em: apresentar um breve histórico da gamificação e seus conceitos relevantes; discutir a respeito da gamificação no contexto educacional; e elucidar a aplicação no ensino de matemática.

Esse estudo se justifica por sua relevância social e acadêmica. A inserção dos *games* no contexto educacional ultrapassa a sua própria complexidade. Com isso, diversas pesquisas se inter-relacionam em prol de uma abordagem do tema em questão. Frente as investigações supracitadas, este trabalho pretende proporcionar uma melhor compreensão sobre o uso da gamificação no ensino de matemática, reforçando a importância dos avanços científicos na área, ao mesmo tempo que contribui para o fortalecimento dos avanços já conquistados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gamificação: breve histórico e conceitos relevantes

Os jogos são caracterizados como uma construção humana que envolve fatores culturais, econômicos e sociais (TOLOMEI, 2017). Ainda segundo a autora, de modo geral, eles surgiram na sociedade como uma maneira de incentivar o trabalho em grupo e conscientizar crianças e jovens sobre a importância do uso de artefatos e ferramentas. O que vem ao encontro de Elkonin (1998), no qual ressalta que os jogos serviram como uma iniciação para que os jovens se envolvam com seu meio social e sua própria cultura. Em sua pesquisa, Huizinga (1993) menciona que, em outros tempos, os jogos eram uma maneira da sociedade aproximar seus laços coletivos, o que corrobora a importância do conhecimento da história dos jogos.

De acordo com Tolomei (2017) os jogos evoluem conforme as necessidades da sociedade. Essa afirmação demonstra como os jogos trazem um fator crucial para o conceito da gamificação, uma vez, que ele proporciona a aprendizagem de tarefas que um indivíduo vai despertar em sua vida. Além disso, eles despertam algumas necessidades humanas, como o prazer e a satisfação, que, como veremos no decorrer desta pesquisa, são pontos primordiais para o conceito da gamificação e para o processo de aprendizagem.

Esquivel (2017) afirma que a origem do termo gamificação é incerta. Contudo, ainda segundo o autor, a maioria dos pesquisadores atribuem a cunhagem a Nick Pelling, um desenvolvedor de jogos britânico, que utilizou o termo em 2002, imaginando que seria possível utilizar os elementos dos jogos em aparelhos eletrônicos, tornando-os mais fáceis de serem utilizados. Entretanto, o termo gamificação só foi documentado em uma publicação acadêmica anos depois, em 2008, tendo-se popularizado a partir da segunda metade de 2010 (DETERDING *et al*., 2011). E desde então, houve um crescente interesse pelo termo e suas aplicações nas mais variadas áreas.

O processo de gamificação se derivou da popularidade dos *games* e de todas as possibilidades de potencializar aprendizagens em distintas áreas do conhecimento (OLIVEIRA, 2018). Na definição de Seaborn e Fels (2015), a gamificação é a incorporação de elementos de *games* em cenários que fogem do entretenimento, com

o intuito de engajar e motivar os usuários por meio das mecânicas e elementos dos jogos.

Para Darejeh e Salim (2016) a gamificação tem a função de induzir o comportamento humano, além de melhorar o engajamento em determinada tarefa. Ainda segundo os autores, a gamificação se preocupa em envolver os usuários em um contexto de diversão, sem que este esteja em um ambiente completo de jogo. E devido a essas características, ela possui uma vasta gama de aplicações. “O termo gamificação designa a aplicação de elementos e mecanismos de jogos em atividades ou situações de não jogos" (OLIVEIRA, 2018, p. 39). Ou seja, em um sentido restrito, “gamificar” significa a importação de dispositivos de *games* para uma outra atividade: o não *game*.

Inicialmente, o uso da gamificação foi restrito apenas para provocar a motivação de um público limitado. Contudo, o termo ganhou uma maior amplitude com o livro: “A realidade em jogo: Por que os games nos tornaram melhores e como eles podem mudar o mundo”, de Jane McGonigal (PAZ, 2018). Ainda segundo o autor, esta propriedade motivadora do jogo em si faz com que a gamificação fosse amplamente utilizada nos primeiros anos do século XXI para desenvolver produtos de vendas e administração de recursos humanos.

O caráter motivador da gamificação não pode ser ignorado, visto que é um dos pontos positivos no desenvolvimento dessa atividade. Mas como será discutido nesse trabalho, a motivação é apenas um dos gatilhos dessa metodologia. Segundo Paz (2018), a força motivacional deve ser apenas um meio de se atingir objetivos maiores, uma vez que o intuito da gamificação não é apenas o entretenimento. Há diversas definições para a gamificação. Embora as definições variem em ênfase, é necessário destacar que todas mencionam que a gamificação é construída por meio do componente sistêmico experiencial, descrevendo o envolvimento humano dentro do *game* (MENEZES; BORTOLI, 2018). Salienta-se também que os conceitos do termo deixam em aberto várias possibilidades a serem exploradas, uma vez que, para que uma atividade seja gamificada, é necessário a introdução de elementos de *games*, e não necessariamente a utilização de um game pronto, completo.

Os autores Werbach e Hunter (2012) identificaram três elementos (dinâmicas, mecânicas e componentes) como categorias aplicáveis às pesquisas e desenvolvimento da gamificação. Tais categorias são organizadas em forma

decrescente de abstração, de modo que as mecânicas se ligam entre si. As dinâmicas dos games representam o mais alto grau de abstração de elementos do *game* (Quadro 01).

Quadro 1 – Dinâmicas de *game*

DINÂMICAS	DESCRIÇÃO
Emoções	*Games* podem criar diferentes tipos de emoções, especialmente a da diversão (reforço emocional que mantém as pessoas jogando)
Narrativa	Estrutura que torna o *game* coerente. A narrativa não tem que ser explícita, como uma história em um *game*. Também pode ser implícita, na qual toda a experiência tem um propósito em si
Progressão	Ideia de dar aos jogadores a sensação de avançar dentro do *game*
Relacionamentos	Refere-se à interação entre os jogadores, seja entre amigos, companheiros ou adversários
Restrições	Refere-se à limitação da liberdade dos jogadores dentro do g*ame*

Fonte: Adaptado Werbach e Hunter (2012)

As dinâmicas descritas no Quadro 01 são os temas em torno do qual o game de desenvolve. Elas demonstram as forças subjacentes dos games (WERBACH; HUNTER, 2012). Ou seja, as dinâmicas representam as interações que ocorrem entre o jogador e as mecânicas de jogos. As mecânicas, por sua vez, se referem aos aspectos mais específicos que levam a ações mais específicas (Quadro 02). Elas orientam as ações dos *gamers* em uma direção desejada determinando o que o jogador pode ou não fazer no *game* (ERIKSSON, MUSIALIK, WAGNER, 2012).

Quadro 2 – Mecânicas de *game*

MECÂNICAS	DESCRIÇÃO
Aquisição de recursos	O jogador pode coletar itens que o ajudam a atingir os objetivos
Avaliação (*Feedback*)	A avaliação permite que os jogadores vejam como estão progredindo no *game*
Chance	Os resultados de ação do jogador são aleatórios para criar uma sensação de surpresa e incerteza
Cooperação e competição	Cria-se um sentimento de vitória e derrota
Desafios	Os objetivos que o jogo define para o jogador
Recompensas	O benefício que o jogador pode ganhar a partir de uma conquista no jogo
Transações	Significa compra, venda ou troca de algo com outros jogadores no jogo
Turnos	Cada jogador no jogo tem seu próprio tempo e oportunidade para jogar. Jogos tradicionais, como jogos de cartas e jogos de tabuleiro muitas vezes dependem de turnos para manter o equilíbrio no jogo, enquanto muitos jogos de computador modernos trabalham em tempo real
Vitória	O “estado” que define ganhar o jogo

Fonte: Adaptado Werbach e Hunter (2012)

Cada mecânica (Quadro 02) representa um caminho de atingir uma ou mais dinâmicas (Quadro 01). Um evento aleatório, vem como uma bonificação, pode estimular o senso de diversão e curiosidade dos jogadores, sendo uma forma de obter novos participantes ou manter os usuários mais envolvidos (MARTINS, 2015). Os componentes, por sua vez, são aplicações visualizadas e utilidades na interface do *game* (Quadro 03).

Quadro 3 – Componentes de *games*

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
Avatar	Representação visual do personagem do jogador
Bens virtuais	Itens dentro do *game* que os jogadores podem coletar e usar de forma virtual e não real, mas que ainda tem valor para o jogador. Os jogadores podem pagar pelos itens ou moeda do *game* ou com dinheiro real
Boss	Um desafio geralmente difícil no final de um nível que tem deve ser derrotado, a fim de avançar no *game*
Coleções	Formadas por itens acumulados dentro do *game*. Emblemas e Medalhas são frequentemente parte de coleções
Combate	Disputa que ocorre para que o jogador derrote oponentes em uma luta
Conquistas	Recompensa que o jogador recebe por fazer um conjunto de atividades específicas
Conteúdos desbloqueáveis	A possibilidade de desbloquear e acessar certos conteúdos no *game* se os pré-requisitos forem preenchidos. O jogador precisa fazer algo específico para ser capaz de desbloquear o conteúdo
Emblemas/medalhas	Representação visual de realizações dentro do *game*
Gráfico social	Capacidade de ver amigos que também estão no *game* e ser capaz de interagir com eles. Um gráfico social torna o *game* uma extensão de sua experiência de rede social
Missão	Similar a “conquistas”. É uma noção de *game* que o jogador deve fazer executar algumas atividades que são especificamente definidas dentro da estrutura do *game*
Níveis	Representação numérica da evolução do jogador. O nível do jogador aumenta à medida que o jogador se torna melhor no *game*
Pontos	Ações no *game* que atribuem pontos. São muitas vezes ligadas a níveis
Presentes	A possibilidade distribuir ao jogador coisas como itens ou moeda virtual para outros jogadores
Ranking	Lista jogadores que apresentam as maiores pontuações/conquistas/itens em um *game*
Times	Possibilidade de jogar com outras pessoas com mesmo objetivo

Fonte: Adaptado Werbach e Hunter (2012)

De acordo com Werbach e Hunter (2012) os elementos descritos no Quadro 03 podem assumir diversas combinações, e a escolha deve ser realizada com base no que atende de forma mais adequada as demandas de um determinado contexto. Ainda segundo os autores, a tarefa central de um projeto de gamificação é combinar as dinâmicas, mecânicas e componentes de modo que sejam efetivos para o objetivo proposto.

A gamificação na educação

O *game* faz parte do cotidiano da humanidade, ou seja, é um fenômeno presente na em todas as fases da vida de um indivíduo (infância, adolescência e vida adulta). O mercado de games eletrônicos, de livros e revistas sobre essa temática é

de um volume cada dia maior (VIANA *et al*., 2013). O universo dos *games* promovem diversos produtos, como séries, filmes, brinquedos, conferências de fãs, itens colecionáveis, peças de vestuário e o que o mercado propor. O que faz com que a indústria dos games movimente números na casa dos milhões.

Com a expansão dos games, eles definitivamente assumiram um papel de manifestação cultural global, o que permite que sejam consumidos de diferentes formas ou, na linguagem do *game design*, nas mais diversas interfaces e consoles. Os games podem ser jogados de modo *offline* ou *online*, em computadores, telefones celulares, tabletes ou nos *videogames*. Eles são interfaces dinâmicas que atuam em diferentes níveis e possuem a capacidade de produzir experiências coletivas ou individuais (MELO *et al*., 2019). Experiências que aliadas à cognição podem gerar aprendizagem, em diferentes níveis, graças ao sistema cognitivo

De acordo com Johnson *et al*. (2014) a gamificação seria incluída no contexto educacional até o ano de 2017. No entanto, este entusiasmo se dissipou devido às dificuldades encontradas para implementar essa nova metodologia. As habilidades requeridas com os jogos são pouco desenvolvidas na educação, e talvez esta realidade seja o motivo dos jogos despertarem uma sensação ameaçadora no ambiente educacional.

Em seus estudos Gee (2003) apresenta 36 princípios de aprendizagem que os jogos podem proporcionar à educação. Entre estes, o autor enfatiza a possibilidade de repetição até a conclusão do desafio, *feedback* imediato, a criação de comunidades e partilha de conhecimentos/experiências. Segundo o autor, estas características tornam a construção do conhecimento uma experiência desafiadora e prazerosa. De acordo com Fardo (2013, p. 63):

> [...] a gamificação pode promover a aprendizagem porque muitos de seus elementos são baseados em técnicas que os designers instrucionais e professores vêm usando há muito tempo. Características como distribuir pontuações para atividades, apresentar *feedback* e encorajar a colaboração em projetos são as metas de muitos planos pedagógicos. A diferença é que a gamificação provê uma camada mais explícita de interesse e um método para costurar esses elementos de forma a alcançar a similaridade com os games, o que resulta em uma linguagem a qual os indivíduos inseridos na cultura digital estão mais acostumados e, como resultado, consegue alcançar essas metas de forma aparentemente mais eficiente e agradável.

Filsecke e Hickey (2017) apresentaram a gamificação como um método que desperta uma sensação de divertimento. De acordo com os autores, o ser humano

tem a aprendizagem como fator necessário para sua sobrevivência. Todas as vezes que a aprendizagem ocorre existe a liberação de dopamina, responsável pela sensação de divertimento e euforia. Esse mesmo princípio justifica a razão pela qual a euforia desvanece durante a prática dos jogos, já que uma vez que a aprendizagem é consolidada a dopamina para de ser liberada, obrigando o estudante a procurar novos desafios (KOSTER, 2004).

> Para crianças e adolescentes que crescem imersos numa cultura de utilização constante de tecnologias digitais, de interações em redes sociais e/ou em jogos online, que requerem foco e atenção constantes, prestar atenção em uma aula de 50 minutos pode ser maçante. Seja pelo fato de os professores e escolas, em sua maioria, ainda não adotarem de forma significativa as tecnologias digitais e/ou por ainda exigirem dos alunos uma postura passiva de ouvintes, e não participantes, os estudantes geralmente não se sentem motivados. Deste modo, aprender não é um desafio. Há pouca motivação além de obter as notas suficientes para não repetir o ano escolar (ESQUIVEL, 2017, p. 26).

Ao utilizar a gamificação como metodologia ativa em suas aulas, o docente modifica o significado dos jogos, fazendo com que os mesmos não sejam considerados apenas como sinônimos de entretenimento, e sim como um método de aprendizado mais interessante (ARAUJO, 2015). Assim, o docente desenvolve um ensino distante do modelo tradicional, promovendo engajamento e motivação (BARATA *et al*., 2015). As metodologias ativas proporcionam um maior envolvimento por parte dos discentes, as ações gamificadas motivam o estudante no processo de construção do seu conhecimento (KLOCK *et al*., 2014).

O diferencial da técnica de gamificação em relação às técnicas tradicionais diz respeito a inserção de elementos lúdicos e desafiadores em atividades, transformando a percepção dos estudantes em relação aos conteúdos disciplinares (WERBACH; HUNTER, 2012). Para identificar os elementos e traços os quais a gamificação interage com as mecânicas de jogos, é preciso compreender o papel dos seguintes conceitos: pertencimento e imersão, narrativa e missões, *feedback loop* e *crowdsourcing* (GERBER, 2014). O desafio apresentado na missão incentiva o estudante e estabelece os objetivos; o *feedback* informa o verdadeiro estado do jogador na sua missão, sempre lembrando os seus objetivos e reforçando a motivação; *Crowdsourcing* é quando um grupo de indivíduos se unem em prol da solução de problemas conjuntos, criar novos produtos e conteúdo.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo discutir o uso da gamificação como ferramenta potencializadora do processo de ensino dos conteúdos propostos na disciplina de matemática na educação básica. Os trabalhos utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa foram avaliados por intermédio de um sistema de leituras seletivas: leitura exploratória (critérios de inclusão e exclusão estabelecidos); leitura analítica (análise de resumos); e leitura interpretativa (análise do texto a partir do ponto de vista do autor sobre o objeto da pesquisa).

Os documentos foram selecionados de acordo com a importância do tema e conteúdo para a contribuição científica proposta por o presente estudo. As bases de dados utilizadas para busca foram: Google Acadêmico, LILACS, *Scopus* e *Web Of Science*. Não foi empregado um recorte de tempo. Foi utilizada uma combinação de palavras-chaves: gamificação; *gamification*; educação; e matemática. No que concerne aos critérios de inclusão e exclusão, estes abarcaram publicações científicas indexadas nas bases de dados anteriormente mencionadas, disponibilizadas na internet; e pertinentes ao contexto.

RESULTADOS

Descrição dos documentos selecionados para a discussão

Após o levantamento dos documentos, conforme os critérios pré-estabelecidos, foram localizados 56 trabalhos científicos, dos quais 10 obras foram selecionadas, pois atenderam os critérios de inclusão e exclusão. A leitura interpretativa dos textos permitiu a obtenção de informações relevantes no tocante ao tema objeto de estudo. Em relação à sistematização dos dados, foi elaborada uma representação informativa (Quadro 4) no qual se encontram as variáveis estabelecidas: título dos documentos, modalidade de divulgação, ano de publicação e autores.

Quadro 04 – Distribuição dos documentos selecionados segundo título, modalidade de divulgação, ano de publicação, autores e objetivo

TÍTULO	MODALIDADE DE DIVULGAÇÃO	ANO	AUTORES
O uso da gamificação e dificuldades matemáticas: possíveis aproximações	Artigo publicado em periódico	2017	NETO CARVALHO, J. BLANCO, M. B.; SILVA, J. A.
Análise das técnicas de gamificação em ambientes virtuais de aprendizagem.	Artigo publicado em periódico	2014	KLOCK, A.C.T.; CARVALHO, M.F.; ROSA, B.E.; GASPARINI, I.
Utilizando a Gamificação em uma intervenção pedagógica nas aulas de matemática do 7° ano.	Artigo publicado em periódico	2020	MARTINS, A.; MAYA, M.; TINTI, D. S.
O jogo digital como proposta de gamificação no ensino de história da matemática.	Artigo publicado em periódico	2019	MILANO, T. B.; SIQUEIRA, L. N.; AZEVEDO, F. C.; OLIAGARI, L. N.
A gamificação no processo de ensino e aprendizagem da Matemática por meio da Webquest e do Scratch.	Artigo publicado em periódico	2019	BARRETO, A. F.; SANT'ANA, C. C.; SANT'ANA, I. P.
O jogo na educação matemática: desenvolvimento de um RPG para trabalhar o conceito de moeda no ensino fundamental.	Artigo publicado em periódico	2015	ROSETTI J.R, H.
Gamificação no Ensino da matemática: Propostas para o Ensino de Matrizes através de alternante Reality Games.	Dissertação	2017	MORAES, P. G.
Gamificação no ensino de matemática: aprendizagem do campo multiplicativo.	Dissertação	2019	PRAZERES, I. M. S.
Uso da gamificação na aprendizagem da matemática: um estudo de caso.	Dissertação	2019	VIEIRA, P. A. A.
Brincar e jogar: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática.	Livro	2010	MUNIZ, C. A.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O primeiro documento selecionado que tem como título "O uso da gamificação e dificuldades matemáticas: possíveis aproximações" trata-se de um artigo científico

que tem como objetivo identificar se há pesquisas a respeito o uso de gamificação em instrumentos para discentes com dificuldades de aprendizagem em Matemática e/ou com Discalculia. O método utilizado neste artigo foi a Revisão Sistemática de Literatura. Foram utilizados os periódicos Revista Brasileira de Informática na Educação e a Revista de Novas Tecnologias na Educação. Como resultados, foram encontrados 16 trabalhos.

A segunda pesquisa, artigo científico publicado em período, denominada Análise das técnicas de gamificação em ambientes virtuais de aprendizagem visa investigar as técnicas de gamificação existentes e analisar quais técnicas são utilizadas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) com ênfase no ensino de matemática. Foram investigados dez diferentes AVAs. Como resultado, das dez AVAS, seis se encontram dentro do objetivo proposto O que reforça o potencial da gamificação relacionada ao ensino de matemática.

O terceiro documento trata-se de um artigo científico nomeado “Utilizando a Gamificação em uma intervenção pedagógica nas aulas de matemática do 7° ano”. Este trabalho consiste em um relato de experiencia que discute uma intervenção pedagógica realizada em uma escola estadual do Rio de Janeiro em que um educador propôs a gamificação como um instrumento facilitador no ensino da matemática. O educador percebeu que durante todo o processo os games motivaram os estudantes a se envolverem com as atividades. Desse modo, das discussões deste estudo indicam que a proposta da Gamificação pode ser enriquecedora no ensino de matemática pois incentiva os discentes a aprenderem de forma participativa e autônoma.

O artigo intitulado “O jogo digital como proposta de gamificação no ensino de história da matemática” tem como objetivo relatar o desenvolvimento de um jogo digital que atue como uma proposta de gamificação no ensino da matemática. Para tanto, foi elaborado um estudo exploratório e bibliográfico. No enredo do jogo os desafios propostos contemplam tópicos relacionados com a ementa da disciplina. Foi constatou que recorrer ao jogo digital como uma proposta de gamificação no ensino pode impactar positivamente no aprendizado dos estudantes, visto que as particularidades presentes nos jogos foram referidas como um método motivador, sustentando a concepção de que a gamificação no contexto educacional deve ser explorada.

A pesquisa “A gamificação no processo de ensino e aprendizagem da Matemática por meio da Webquest e do Scratch” é um artigo científico que discute atividades desenvolvidas com os estudantes da disciplina “Informática na Educação Matemática”, futuros professores de Matemática, do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O trabalho apresenta uma análise da utilização dos WebQuest e o Scratch para o desenvolvimento de atividades gamificadas. Os resultados apontam para pertinência da proposta de utilização da gamificação e de outros recursos tecnológicos na prática pedagógica do ensino superior, bem como no desenvolvimento - pelos estudantes - de propostas para a escola básica.

O artigo científico “O jogo na educação matemática: desenvolvimento de um RPG para trabalhar o conceito de moeda no ensino fundamental” tem como objetivo investigar e refletir a respeito da questão do dinheiro e do estudo da moeda, em aulas de matemática. Além disso, a pesquisa apresenta um game desenvolvido com o intuito de promover o debate e a investigação entre educadores e estudantes em sala de aula. Como resultado, foi identificado que os discentes manifestam maior interesse na temática, quando apresentada por meio de *games*, visto que eles fazem parte do dia a dia dos alunos.

A pesquisa “Gamificação no Ensino da matemática: Propostas para o Ensino de Matrizes através de alternante Reality Games” consiste em uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Matemática. Neste trabalho, o pesquisador propõe o desenvolvimento de um Jogo de Realidade Alternativa (ARG) para o ensino de matrizes. Como resultado, a pesquisa apresenta que a proposta despertou um maior engajamento por parte dos estudantes.

O documento “Gamificação no ensino de matemática: aprendizagem do campo multiplicativo” trata-se de uma dissertação que tem como objetivo geral conceituar a gamificação na prática educacional e inserir a gamificação como alternativa para a metodologia de ensino da Matemática. A pesquisa, caraterizada como qualitativa, foi realizada em uma turma do 5° ano matutino do Ensino Fundamental I, de uma escola municipal de Maceió, contando com a participação ativa de 19 discentes e da docente regente da classe. Os resultados indicaram as possibilidades reais de uso didático da gamificação e dos dispositivos móveis na educação formal. Com isso, observou-se a

validação da contribuição do uso da técnica de gamificação no ensino da Matemática na educação básica.

A dissertação “Uso da gamificação na aprendizagem da matemática: um estudo de caso” tem como objetivo aplicar o conceito de gamificação ao ensino secundário e na sala de aula. Como resultado, os autores constataram que o estudo é emergente, inovador e que a sua aplicação na área da matemática é incipiente. Por fim, o último documento utilizado para a discussão foi o livro “Brincar e jogar: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática”, o qual o autor visa analisar os games como mediadores de uma cultura matemática, enfatizando que os jogos podem facilitar o ensino da referida disciplina, uma vez que estão presente no contexto sociocultural das atuais gerações. Segundo o autor desta obra, existe uma relação dialética entre a cultura dos games e atividade matemática, de modo que essas facetas podem ser empregadas em favor de um ensino mais atrativo e facilitador.

DISCUSSÃO: reflexões acerca do uso da gamificação no ensino de matemática

A matemática é umas das ciências mais antigas, principalmente se consideramos todo a sua diversidade e percurso histórico entre os povos e civilizações (BARRETO; SANT’ANNA; SANT’ANA, 2019). O ensino da matemática como um conhecimento essencial para o desenvolvimento humano processou-se desde a antiguidade, entretanto, por muito tempo, essa ciência foi reservada apenas para uma elite (religiosa, militar e econômica). Com a revolução industrial, a matemática se tornou massificada, sendo expandida após o final da segunda guerra mundial (ROSETTI, 2015). Contudo, apesar da expansão, não ocorreu um avanço na área da educação formal e em seus sistemas de ensino. E para crianças e jovens, que nasceram na era digital, os tradicionais métodos de ensino da matemática podem ser insatisfatórios e entediantes.

Ensinar matemática consiste em um grande desafio para os docentes de qualquer nível de ensino, seja na educação básica ou superior (MUNIZ, 2010). Na atualidade, assim como a educação como um todo, o ensino da matemática sofre paradigmas. O modelo tradicional de ensino da matemática, o qual o professor é o centro do processo de ensino aprendizagem, e que o aluno é apenas agente passivo que deve resolver problemas matemáticos, não está mais satisfazendo as

curiosidades da nova geração de alunos, visto que estes têm fácil acesso a informações e almejam uma conexão entre os conteúdos disciplinados e o universo que os cerca.

Diante deste cenário, na concepção de Moraes (2017), a gamificação surge como uma nova metodologia que promove novas e melhoras maneiras de ensinar, que ultrapassam os desafios presentes nos conteúdos matemáticos. Nessa perspectiva, o docente precisa adaptar os seus recursos e estratégias de ensino conforme o perfil de seus alunos. A partir disso, o docente irá apropriar das possibilidades de uso da gamificação em suas aulas, buscando estratégias para desenvolver um ensino de matemática mais próximo da vivência de seus estudantes (VIEIRA, 2019).

Além da matemática, outras áreas do conhecimento, desenvolveram investigações sobre a temática, a qual acabou se apresentando como uma estratégia que possibilita resultados relevantes nos processos de ensino e aprendizagem (ROSETTI, 2015). A gamificação não possibilita somente engajar e motivar os discentes, mas também diversas outras possibilidades como praticar o trabalho em grupo, a competição saudável e o espírito de liderança. Dentro desse contexto, Moraes (2017, p. 45) aponta que “é uma possibilidade de pensar um ambiente que envolva o aluno, utilizando as mesmas estratégias que os games designer, porém, direcionado para a aprendizagem”.

Quanto a aplicação da gamificação no ensino de matemática, Neto Carvalho, Blanco e Silva (2017) apontam que é altamente enriquecedor para a sala de aula, uma vez que promove a participação dos alunos, fazendo com que os mesmos sintam que os seus conhecimentos prévios são valorizados na construção do conhecimento, o que, consequentemente, ressignifica o medo que muitos alunos nutrem a respeito da matemática. Da mesma forma, Prazeres (2019) observou que a gamificação proporcionou uma melhora na agilidade dos seus estudantes. Ainda segundo Prazeres (2019, p. 45) o uso da gamificação no ensino de matemática fez com que as atividades se tornassem “mais atrativas e menos enfadonhas”.

Os *games* são capazes de ocasionar disputa, fascínio e desafios que precisam ser vencidos para que o jogador seja vencedor, entre outros fatores que instigam no indivíduo o desejo de vencer (BARRETO; SANT’ANNA; SANT’ANA, 2019). Ainda segundo os autores, esses elementos são cruciais para o desenvolvimento do

raciocínio lógico e outros conteúdos presentes na disciplina de Matemática. Para Milano *et al*. (2019), os games e a gamificação podem oferecer um ambiente educacional motivador, agradável, enriquecedor e capaz de facilitar o processo de compreensão dos conteúdos propostos na matemática.

Nessa perspectiva, Martins, Maya e Tinti (2020) afirmam que o *games* contribuem para que o processo de ensino e aprendizagem não seja apenas concebido por meio de uma transmissão de conhecimento, mas também pela participação ativa do estudante, fazendo com que este crie caminhos que possam ressignificar a aprendizagem no âmbito escolar e, sobretudo, na aquisição e absorção dos conteúdos matemáticos. Para que o ensino da matemática seja mais significativo e alinhado aos games e a gamificação, o educador precisa ter conhecimento de qual metodologia é a mais adequada ao nível de sua turma.

Em sua pesquisa, Klock et al. (2014) apresentam o *game* Minecraft, como atraente e de fácil manuseio. Ainda segundo os autores, é possível utilizar esse jogo para ensinar conceitos e noções de conteúdos matemáticos, visto que esse jogo exige dos jogadores um breve conhecimento sobre frações, volume, geometria especial e análise combinatória.

Moraes (2017) diz que a gamificação vem tornar a sala de aula um ambiente mais familiar. Isto porque os jogos digitais fazem parte do dia a dia das atuais gerações (NETO CARVALHO; BLANCO; SILVA, 2017). Ao utilizar a gamificação para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos matemáticos, o professor promove um crescimento no desenvolvimento cognitivo do estudante (PRAZERES, 2019).

> O jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou psicológico. Ele ultrapassa os limites da atividade biológico ou física. Ele transcende as necessidades imediatas da vida humana e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa (ROSETTI, 2015, p. 26).

Ao inserir os games no ensino de matemática, o educador promove um novo modelo de ensino (MARTINS; MAYARA; TINTI, 2020). Um modelo de ensino que visa resgatar o interesse do aluno e a sua autonomia. E a matemática pode ser tratada da mesma maneira, pois ela tem como base regras que buscam conduzir o indivíduo a resolução de um determinado problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou apresentar, à luz de uma revisão de literatura, reflexões a respeito do uso gamificação como ferramenta potencializadora do processo de ensino dos conteúdos propostos na disciplina de matemática. A presente investigação permite reforçar a crença de que a gamificação é uma estratégia pedagógica com múltiplas facetas, e não apenas um modismo, a qual permite mobilizar o raciocínio complexo do professor no que diz respeito às suas práticas pedagógicas, para que seja possível ressignificá-las, criando aproximações entre o conteúdo das disciplinas e os hábitos dos estudantes. Além disso, por meio deste estudo, foi possível apontar que, enquanto metodologia ativa, a gamificação é capaz de engajar e motivar os estudantes ao aprendizado interativo e lúdico.

Nesse contexto, limitando-se a investigar o uso da gamificação no ensino de matemática, esta pesquisa trouxe contribuições para a área educacional, uma vez que dispõem de um grande acervo referencial acerca do assunto. Logo, os educadores e pesquisadores interessados em novas metodologias e técnicas ligadas ao ensino da matemática podem encontrar neste artigo uma grande fonte de conhecimento.

Para responder a indagação que norteia esta pesquisa, conclui-se que a gamificação pode auxiliar no processo de ensino de conteúdos da matemática, visto que promove uma série de estímulos visuais que, associados à matemática, podem estimular a memória do discente. Além disso, a gamificação aperfeiçoa o processo de assimilação, pois os estudantes retem com mais facilidade o conhecimento experimentado por meio dos elementos dos *games*. Cabe mencionar que o ambiente lúdico dos *games* torna o processo de ensino mais prazeroso, além de engajar os alunos, o que facilita a transmissão e absorção dos conteúdos. A gamificação incentiva os alunos a desenvolver a autonomia. Com os jogos direcionados a fins pedagógicos, os discentes se tornam protagonistas do seu processo de aprendizagem, o que faz com que o educador se torna um mediador na construção do conhecimento. Salienta-se que com o uso da gamificação no ensino da matemática, os estudantes aprimoram a concentração, pois é estimulada uma competição saudável entre o grupo, sendo necessária muita atenção para que os desafios sejam solucionados de forma correta para, posteriormente, o aluno avançar de fase no *game*.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. G.; MINHO, M. R. S.; DINIZ, M. V. C. Gamificação: diálogos com a educação. In. Fadel, L. M. et al. (Org.). **Gamificação na Educação.** São Paulo: Pimenta Cultural, pp. 74-97, 2014.

ARAÚJO, I. Gamification: metodologia para envolver e motivar alunos no processo de aprendizagem. **Education in the Knowledge Society (EKS)**, v. 16, n 1, p. 87-108, 2015.

BARATA, G.; GAMA, S.; GONÇALVES, D.; JORGE, J. Gamification for smarter learning: tales from the trenches. **Smart Learning Environments**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2015.

BARRETO, A. F.; SANT'ANA, C. C.; SANT'ANA, I. P. A gamificação no processo de ensino e aprendizagem da Matemática por meio da Webquest e do Scratch. **Iniciação à Docência**, v. 4, n. 1, 2019.

DAREJEH, A.; SALIM, S. S. Soluções de gamificação para melhorar o engajamento do usuário de software — uma revisão sistemática. **Revista Internacional de Interação Humano-Computador**, v. 32, n. 8, 2016.

DETERDING, S. et al. **From Game Design Elements do Gamefulness:** Defining "Gamification". Proceedings of the 15th international academic MindTrek conference: Envisioning future media environments. Tampere, Finândia. 28 set. 2011.

ELKONNIN, D. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ERIKSSON, B; MUSIALIK, M; WAGNER, J. **Gamification engaging the future**. 2012. 18f. Bachelor Thesis - Department of Computer Science and Engineering, University Of Gothenburg, Gothenburg, 2012.

ESQUIVEL, H. C. R. **Gamificação no ensino da matemática:** uma experiência no ensino fundamental. 2017. 64 p Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT). Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

FARDO, M. L. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. **Cinted-UFRGS**, V. 11 Nº 1, 2013.

FIGUEIREDO, M.; PAZ, T. JUNQUEIRA, R. **Gamificação e educação: um estado da arre das pesquisas realizadas no Brasil**. In: I WORKSHOP DE JOGOS EDUCATIVOS DIGITAIS INTERDISCIPLINARES. Maceió, Alagoas, Brasil: 26 out. 2015.

FILSECKER, M; HICKEY, D. T. A multilevel analysis of the effects of external rewards on elementary students' motivation, engagement and learning in an educational game. **Computers & Education**, v. 75, p. 136–148, 2014.

GEE, J. P. **What Video Games have to teach us about learning and literacy.** EUA: Palgrave Macmillan, 2003.

GERBER, H. R. Problems and Possibilities of Gamifying Learning: A Conceptual Review. **Internet Learning Journal**, 2014.

HUIZINGA, J. **Homo ludens.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

JOHNSON, L. et al. **NMC Horizon Report:** 2014. Higher Education Edition. Austin, Texas: NMC, 2014.

KOSTER, R. **Theory of fun for game design**. Scottsdale: Paraglyph, 2004.

KLOCK, A.C.T.; CARVALHO, M.F.; ROSA, B.E.; GASPARINI, I. Análise das técnicas de gamificação em ambientes virtuais de aprendizagem. **Revista Renote - Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 12, n. 2, 2014.

MARTINS, C. **Gamificação nas práticas pedagógicas:** um desafio para a formação de professores em tempos de cibercultura. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

MARTINS, A.; MAYA, M.; TINTI, D. S. Utilizando a Gamificação em uma intervenção pedagógica nas aulas de matemática do 7° ano. **Revista Insignare Scientia**, v. 3, n. 1, 2020.

MATTAR, J. **Games em educação:** como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MELO, J A. V. B.; GUSMÃO, L. D. V. S.; FELICIANO, D. R.; SANTOS, F. Gamificação como alternativa de ensino e interação com a sociedade. **Da Investigação às Práticas**, v. 9, n. 2, p. 31 – 45, 2019.

MENEZES, C. C. N.; BORTOLI, R. Gamificação: surgimento e consolidação. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 40, n. 1, p. 267-297, 2018.

MILANO, T. B.; SIQUEIRA, L. N.; AZEVEDO, F. C.; OLIAGARI, L. N. O jogo digital como proposta de gamificação no ensino de história da matemática. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, v. 6, n. 17, 2019.

MORAES, P. G. **Gamificação no Ensino da matemática:** Propostas para o Ensino de Matrizes através de alternante Reality Games. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Matemática, Universidade Federal Rural, Paraná, 2017.

MUNIZ, C. A. **Brincar e jogar:** enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. Editora Autêntica: São Paulo, 2010.

NETO, J. C.; BLANCO, M. B.; SILVA, J. A. O uso da gamificação e dificuldades matemáticas: possíveis aproximações. **Revista Renote - Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 15, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, R. A. **Uma Ferramenta de Gamificação para Avaliação de aprendizagem de Disciplinas de Graduação em Computação**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2018.

PAZ, M. F. **História e gamificação:** reflexões e aplicabilidade de lúdicos no ensino de história. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PRAZERES, I. M. S. **Gamificação no ensino de matemática:** aprendizagem do campo multiplicativo. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

QUARTO, L. C. et al. A gamificação como metodologia ativa de aprendizagem. In: Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, I, 2020, Evento online. **Anais**. Editora: Even3, 2020.

ROSETTI JR, H. O jogo na educação matemática: desenvolvimento de um rpg para trabalhar o conceito de moeda no ensino fundamental. **Holos**, v. 8, n. 1, 2015.

SEABORN, K.; FELS, D. I. Gamification in theory and action. In: Duluth, MN, USA: **Academic Press, Inc**, v. 74, n. C, p. 14-31, 2017.

SELBACH, S. **Matemática e didática**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TOLOMEI, B. V. A Gamificação como Estratégia de Engajamento e Motivação na Educação. **EaD em Foco**, 7 (2), 145–156, 2017.

VIANNA, Y.; VIANNA, M.; MEDINA, B.; TANAJA, S. **Gamification, Inc:** como reinventar empresas a partir de jogos. 1. Ed. – Rio de Janeiro: MJV Press, 2013.

VIEIRA, P. A. A. **Uso da gamificação na aprendizagem da matemática:** um estudo de caso. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática, Universidade do Minho, São Paulo, 2019.

WERBACH, K.; HUNTER, D. **For the win:** how game thinking can revolutionize your business. Philadelphia: Wharton Digital Press, 2012.

A PSICOMOTRICIDADE COMO APOIO PEDAGÓGICO NO ATENDIMENTO AO ALUNO DISLÉXICO

PSYCHOMOTRICITY AS A PEDAGOGICAL SUPPORT IN THE CARE OF DYSLEXIC STUDENTS

LA PSICOMOTRICIDAD COMO APOYO PEDAGÓGICO EN LA ATENCIÓN DE ESTUDIANTES DISLÉXICOS

Marcio de Oliveira Monteiro[1]

RESUMO: O presente artigo se propõe a discutir a Psicomotricidade enquanto apoio pedagógico ao aluno disléxico. Para tanto, se propõe uma discussão analítica a partir da questão-problema que visa apresentar: De que modo a psicomotricidade como apoio pedagógico pode promover eficácia no atendimento ao aluno disléxico? Desse modo, procura-se enxergar a utilização da técnica e o conhecimento científico da psicomotricidade em aliança ao fazer pedagógico. Assim, coloca-se o educador próximo de uma realidade laboral que precisa fazer parte do seu cotidiano, quando incorporados às estratégias e aos meios metodológicos que ajudem na elaboração do seu plano de trabalho do educador. Outrossim, objetiva-se compreender a eficácia da psicomotricidade enquanto apoio pedagógico no atendimento ao aluno disléxico. De maneira específica, objetiva-se entender a psicomotricidade, seu alcance operacional enquanto Ciência no universo disléxico e na sociedade contemporânea; conhecer o funcionamento técnico do cérebro do disléxico e apresentar algumas propostas de atividades pedagógicas para o trabalho com o aluno disléxico. A pesquisa é de caráter bibliográfico e encontra-se alicerçada na fundamentação de autores renomados da literatura nacional, principalmente, tais como: Machado (2011), Almeida (2014), Duarte (2015), Mattos (2016), Marinho (2012) Rocha (2019), Pimentel (2019). Trata-se, portanto, de um refletir pedagógico sobre o alcance da psicomotricidade quando trabalhada em benefício da estimulação de áreas neurológicas importantes para o desenvolvimento do aluno disléxico.

PALAVRA-CHAVE: Inclusão. Dislexia. Disléxico. Educação. Psicomotricidade.

ABSTRACT: This article aims to discuss Psychomotricity as a pedagogical support for dyslexic students. Therefore, an analytical discussion is proposed based on the question-problem that aims to present: How can psychomotricity as a pedagogical support promote efficiency in the care of dyslexic students? Thus, we seek to see the use of technique and scientific knowledge of psychomotricity in alliance with the pedagogical practice. Thus, the educator is placed close to a work reality that needs to

[1] Mestre em Educação, pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA), especialista em Supervisão Escolar (UNIVERSO), Administração Escolar (UCAM) e História do Brasil (FIPH), e-mail: diretoreap@yahoo.com.br.

be part of their daily lives, when incorporated into the strategies and methodological means that help in the elaboration of the educator's work plan. Furthermore, the objective is to understand the effectiveness of psychomotricity as a pedagogical support in assisting dyslexic students. Specifically, the objective is to understand psychomotricity, its operational scope as a Science in the dyslexic universe and in contemporary society; know the technical functioning of the dyslexic brain and present some proposals for pedagogical activities for working with dyslexic students. The research is bibliographical in nature and is based on the foundation of renowned authors of national literature, mainly, such as: Machado (2011), Almeida (2014), Duarte (2015), Mattos (2016), Marinho (2012) Rocha (2019), Pimentel (2019). It is, therefore, a pedagogical reflection on the reach of psychomotricity when worked for the benefit of the stimulation of neurological areas that are important for the development of the dyslexic student.

KEYWORD: Inclusion. Dyslexia. Dyslexic. Education. Psychomotricity.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir la Psicomotricidad como apoyo pedagógico para estudiantes disléxicos. Por tanto, se propone una discusión analítica a partir de la pregunta-problema que pretende presentar: ¿Cómo puede la psicomotricidad como soporte pedagógico promover la eficiencia en el cuidado de los estudiantes disléxicos? Así, buscamos ver el uso de la técnica y el conocimiento científico de la psicomotricidad en alianza con la práctica pedagógica. Así, el educador se sitúa cerca de una realidad laboral que necesita ser parte de su vida diaria, cuando se incorpora a las estrategias y medios metodológicos que ayudan en la elaboración del plan de trabajo del educador. Además, el objetivo es comprender la efectividad de la psicomotricidad como apoyo pedagógico para ayudar a los estudiantes disléxicos. En concreto, el objetivo es comprender la psicomotricidad, su alcance operacional como ciencia en el universo disléxico y en la sociedad contemporánea; conocer el funcionamiento técnico del cerebro disléxico y presentar algunas propuestas de actividades pedagógicas para trabajar con estudiantes disléxicos. La investigación es de carácter bibliográfico y se sustenta en la base de reconocidos autores de la literatura nacional, principalmente, como: Machado (2011), Almeida (2014), Duarte (2015), Mattos (2016), Marinho (2012) Rocha (2019), Pimentel (2019). Se trata, por tanto, de una reflexión pedagógica sobre el alcance de la psicomotricidad cuando se trabaja en beneficio de la estimulación de áreas neurológicas importantes para el desarrollo del alumno disléxico.

PALABRA CLAVE: Inclusión. Dislexia. Disléxico. Educación. Psicomotricidad.

INTRODUÇÃO

O tema definido para análise, discussão e grafismo preconiza a inclusão de alunos disléxicos tendo a psicomotricidade como apoio pedagógico no seu atendimento educativo no fazer pedagógico do educador. Para tanto, é preciso entender que o aluno disléxico, de modo especial, faz parte do universo escolar e, enquanto transtorno de aprendizagem, a dislexia pode e deve estar no foco dimensional de estudos da psicomotricidade, tornando possível o alinhamento do homem em relação ao movimento do seu corpo, enquanto símbolo representativo em relação ao mundo interno e externo desse Ser.

A falta de compreensão por parte de muitos profissionais do magistério sobre os benefícios da psicomotricidade no trabalho pedagógico a ser desenvolvido com o aluno disléxico e mesmo a inexistência de profissionais com esta especialização para tornar possível esta ponte, esta aliança, tem produzido um retrocesso e um mal considerável no processo de desenvolvimento pedagógico de crianças e adolescentes nas Instituições de Ensino.

É preciso, portanto, considerar as vantagens práticas da utilização da psicomotricidade na estimulação de áreas cerebrais importantes para a coordenação psicológica, emocional, afetiva, física, visual e tátil, para citar algumas, e o olhar holístico sobre a formação do aluno disléxico.

Diante desse cenário de protagonismo singular, envolvendo educadores e educandos, ainda à margem de uma ciência que descortina e aponta meios e recursos técnicos para o trabalho de apoio pedagógico junto às crianças disléxicas, em colaboração a outras Ciências, uma questão parece ser inevitável quanto ao *modus operandi* da pesquisa: De que modo a psicomotricidade como apoio pedagógico pode promover eficácia no atendimento ao aluno disléxico?

Portanto, trata-se de uma construção dialógica importante a acontecer pelos bastidores do ambiente pedagógico da Instituição de Ensino, sobretudo envolvendo o estudo do desenvolvimento psicomotor da criança, capaz de demonstrar a eficácia da psicomotricidade e seus reflexos na formação do educando, a partir do momento em que se passar a enxergar a utilização da técnica e o conhecimento científico da psicomotricidade em ações práticas simples em cujos reflexos incidirão sobre a aprendizagem, a partir das ações em relação ao esquema corporal (formação do eu), lateralidade, orientação espacial, estruturação temporal e discriminação visual e auditiva.

Apresentada a motivação da pesquisa, define-se como objetivo geral: compreender a eficácia da psicomotricidade enquanto apoio pedagógico no atendimento ao aluno disléxico. De modo específico, objetiva-se entender a psicomotricidade, seu alcance operacional enquanto Ciência no universo disléxico e na sociedade contemporânea; conhecer o funcionamento técnico do cérebro do disléxico e apresentar algumas propostas de atividades pedagógicas para o trabalho com o aluno disléxico.

Deste modo a ação científica em torno de discutir a inclusão de alunos disléxicos a partir da soma de conhecimentos científicos que se completam no fazer pedagógico define, em muito, a relevância deste estudo centrada nas múltiplas possibilidades de ações pedagógicas, a serem desenvolvidas no ambiente da sala de aula pelo profissional da educação, na sala de recurso e no consultório do profissional da psicopedagogia clínica e pelo psicomotricista a partir do entendimento da psicomotricidade e seu campo de ação em benefício do aluno disléxico.

A metodologia utilizada para a estruturação desse trabalho é de natureza qualitativa de caráter bibliográfico por meio de leituras sistêmicas de livros, artigos científicos e revistas científicas sobre o tema, tendo por alicerce biográfico autores renomados na área da pesquisa, tais como: Machado (2011), Almeida (2014), Duarte (2015), Mattos (2016), Marinho (2012) Rocha (2019), Pimentel (2019) e outros que possibilitaram um entendimento mais reflexivo e crítico sobre a realidade factual.

De modo a garantir a estrutura e organização didática necessária ao trabalho científico, definiu-se por uma disposição textual constituída de três capítulos, a saber:

A primeira abordagem feita discute a psicomotricidade e o universo disléxico. Isto posto, visa-se discutir o cérebro do disléxico de maneira dinâmica e, por último, apresentar algumas propostas de atividades para ser utilizada com o aluno disléxico.

Os esforços impetrados para a criação e organização deste trabalho, de maneira alguma se pode compreendê-lo acabado. Bem distante disso, abre espaço intelectivo para que novos pensamentos e reflexões sejam apresentados reafirmando ou negando as possibilidades aqui discutidas, não importa, mas fomentando a capacidade de dialogar com tema de tamanha significância para o contexto pedagógico.

1 A psicomotricidade e o universo disléxico

O termo psicomotricidade, surge no século XIX, a partir do discurso neurológico no instante em que se fez necessário nomear as zonas do córtex cerebral situadas mais além das regiões motoras. Diante das descobertas e mapeamento do cérebro constata-se diferentes disfunções graves, mas sem que o cérebro esteja lesionado, e

ainda sem que a lesão esteja claramente localizada. Assim, o protocolo definido pelo esquema anátomo-clínico, responsável por estabelecer a correspondência entre a lesão e a origem do trauma já não podia explicar alguns fenômenos patológicos.

No processo de profissionalização da psicomotricidade é importante trazer à luz, de que ela passa a tomar um novo rumo, a época do final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 70, quando as práticas terapêuticas, educacionais e sociais se aproximam da visão global do indivíduo e se organizam, com a utilização do exame psicomotor e da reeducação psicomotora aplicadas por diversos profissionais.

No Brasil, a história da psicomotricidade aconteceu de modo a confundir-se com à história mundial. Os primeiros documentos registram da década de 50. Na década de 60 começaram a aparecer as primeiras técnicas reeducativas no país, em que os pontos de vista sobre a psicomotricidade se diferenciavam em cada região abrindo uma ferrenha discussão acerca de qual era a área profissional da psicomotricidade: a psicologia, a educação física, o ensino especial, a fonoaudiologia dentre outros. Mas foi a partir da vinda de François e Desobeau, em 1977, que a psicomotricidade passou a ser pensada como terapia e que se passou a valorizar o jogo, a espontaneidade e o simbolismo corporal do indivíduo, enquanto ferramenta, instrumento de observação e estudo.

É por esta realidade contextual que no ano de 1870, a palavra Psicomotricidade surge, dada a necessidade médica de encontrar uma área da região cerebral que explicasse alguns fenômenos clínicos. Para Levin (2003, p. 24),

> É Dupré, neurologista francês que, em 1907, a partir de seus estudos clínicos, define a síndrome da debilidade motora, composta se sincinesias (movimentos involuntários que acompanham uma ação), paratomias (incapacidade para relaxar voluntariamente uma musculatura) e inabilidades, sem que lhes sejam atribuídos danos ou lesão extrapiramidal. Ele rompeu com os pressupostos da correspondência biunívoca entre a localização neurológica e perturbação motoras da infância e formulou a noção de psicomotricidade através de uma linha filosófica neurológica, evidenciando o paralelismo psicomotor, ou seja, a associação estreita entre o desenvolvimento da psicomotricidade, inteligência e afetividade. A patologia cortical, a neurofisiologia e a neuropsiquiatria são conhecidas como as três vias de acesso do conceito de psicomotricidade.

A psicomotricidade enquanto ciência a partir do estudo científico das manifestações simbólicas e da abstração produzida e manifesta pelo Ser Humano, tornar possível a estabilidade do eixo vibracional do Ser, promovendo o equilíbrio dos elementos: corpo, mente, espírito e sociedade. Confirma o conceito trabalhado em Machado (2011, p. 26) ao afirmar que “a Psicomotricidade é a relação entre o pensamento e a ação, envolvendo a emoção. Assim, a Psicomotricidade como ciência procura educar o movimento, ao mesmo tempo em que envolve as funções da inteligência. ”

Apropriando-se de toda a contribuição de Piaget (1896-1980) para a Educação, disposta no quadro, abaixo, é relevante que o psicomotricista se disponha a conhecer fundamentos do desenvolvimento cognitivo humano durante o período de construção do organismo físico, neurológico e emocional, como se poderá constatar em Duarte (2015, p. 65):

Quadro 2. Estágios de Desenvolvimento Cognitivo de Piaget (ATKINSON & Cols.,2002, p.99)

Sensório-Motor (nascimento - 2 anos)	Diferencia a si mesmo dos objetos. Reconhece o eu como agente de ação e começa a agir intencionalmente, por exemplo, puxa um fio para colocar um móbile em movimento ou balança um chocalho para fazer barulho.
Pré-Operatório (2 – 7 anos)	Aprende a usar a linguagem e a representar objetos por imagens e palavras. Tem dificuldade para assumir o ponto de vista dos outros: o pensamento ainda é egocêntrico. Classifica os objetos por uma única característica, por exemplo, agrupa juntos todos os blocos vermelhos, independente de forma, ou todos os blocos quadrados, independentemente da cor.
Operatório-Concreto (7 – 11 anos)	É capaz de pensar logicamente sobre objetos e eventos. Compreende a conservação de número (aos 6 anos), massa (aos 7 anos) e peso (aos 9 anos). Classifica os objetos de acordo com diversas características e é capaz de ordená-los em uma única dimensão, como por exemplo, tamanho.
Operatório Formal (11 anos ou mais)	É capaz de pensar logicamente sobre proposições abstratas e testar hipóteses de forma sistêmica; Desenvolve interesse por problemas hipotéticos futuros e ideológicos.

A Psicomotricidade tem como objeto de seu estudo a construção do saber científico a partir das áreas educacionais, pedagógicas e de saúde em relação ao ser humano. Segundo COSTE (1978), a psicomotricidade é uma ciência-encruzilhada ou, mais exatamente, uma técnica em que cruzam e se encontram múltiplos pontos de vista, e que utiliza as aquisições de numerosas ciências constituídas (biologia, psicologia, psicanálise, sociologia e linguística).

Já para LAPIERRE (1984), a psicomotricidade considera o ser físico e social em transformação permanente e em constante interação com o meio, modificando-o e modificando-se. Na psicomotricidade é trabalhada a globalidade do indivíduo; é uma disciplina que estuda a implicação do corpo, a vivência corporal, o campo semiótico das palavras e a interação entre os objetos e o meio para realizar uma atividade.

Portanto, é necessário se considere o fato de que cada Ser carrega em si uma história que precisa ser considerada, dada a sua relevância para o diagnóstico e para o planejamento estratégico a ser elaborado em atenção aos aspectos percebidos, quer de natureza Intrapessoal, Interpessoal e por meio do contato e da manipulação do objeto utilizado para desvelar os elementos inconscientes projetados por meio dos símbolos.

O universo do disléxico faz parte desse cenário escolar e enquanto transtorno de aprendizagem a dislexia pode e deve estar no foco dimensional de estudos da psicometria, tornando possível o alinhamento do homem em relação ao movimento do seu corpo, enquanto símbolo representativo em relação ao mundo interno e externo desse Ser.

De acordo com a nova definição adotada pela Associação de Dislexia (ABD) – 2003, apud (ROCHA et. al., 2009, p. 2), Dislexia é uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica. É caracterizada pela dificuldade com fluência correta na leitura e por dificuldade na habilidade de decodificação e soletração.

Historicamente,

> Piaget foi um dos autores que mais estudou as inter-relações entre a psicomotricidade e a percepção, através de ampla experimentação.

> Descreve a importância do período sensório-motor e da motricidade principalmente antes da aquisição da linguagem, no desenvolvimento da inteligência. O desenvolvimento mental se constrói, paulatinamente. É uma passagem contínua, de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior. A inteligência, portanto, é uma adaptação ao meio ambiente. Para que isso possa ocorrer, é necessário, inicialmente a manipulação dos objetos do meio com a modificação dos reflexos primários (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

Fato é que não se deve dizer tratamento aos disléxicos, pois erroneamente, há docentes que, em se sentindo deuses, esperam tratar um transtorno para a qual não os compete. De modo especial, segundo (MENDES et al., 2010, p. 47), “[...] a dislexia é um transtorno específico de leitura amplamente estudado em diversas áreas de conhecimento científico”, o que comprova o fato de que o que existe para os disléxicos é o déficit fonológicos na leitura.

Para Campos (2012, p. 3), “A dislexia é uma síndrome que dificulta os alunos aprenderem a ler e escrever. Essas crianças têm inteligência, visão e audição normais, entretanto, possuem dificuldades no aprendizado. ” Já para Martins (2010), “A dislexia é caracterizada como um distúrbio específico de aprendizagem de origem neurológica, em que o escolar encontra dificuldade com a fluência correta na leitura e dificuldade na habilidade de decodificação e soletração [...]”.

Alguns autores definem a dislexia como transtorno de segmentação fonêmica já que esse transtorno consiste no comprometimento significativo do desenvolvimento das habilidades de leitura, afinal, de acordo com (ROCHA et al., 2009, p.1) “o desenvolvimento da linguagem é um processo complexo e é a base para a aquisição da leitura e da escrita, pois decorre de aprendizagens anteriores”, ao que é possível complementar, destacando a importância da atuação das funções básicas do sistema nervoso em perfeita harmonia.

Para Luz (2010, p. 11), a Dislexia é definida, como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração e “[...] não é resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio-econômica ou baixa inteligência. Ela é uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico.”

Portanto, é preciso entender os processos leitores que ocorrem no cérebro e que de acordo com (PIMENTEL et al.; 2019, p.189),

> A alexia (incapacidade de ler) e a grafia (incapacidade de escrever) podem aparecer associadas ou não à afasia (alteração da linguagem), dependendo do local da lesão. Alguns pesquisadores acreditam que, devido ao surgimento recente da escrita e muito mais da cultura da alfabetização da grande parte da população (menos de um século), é improvável que um sistema especializado para leitura tenha se desenvolvido no encéfalo humano em curto período evolutivo. Por isso, a alexia sem afasia não poderia ser atribuída a um comprometimento nesse suposto sistema especial de leitura, mas sim causada por desconexões entre o sistema visual e a linguagem.
> Distúrbios da leitura são frequentemente encontrados em pacientes com lesões cerebrais adquiridas, pois dada a complexidade das atividades envolvidas na leitura, muitas regiões do cérebro são recrutadas para que o sujeito seja capaz de identificar os grafemas, compreender a mensagem e memorizar, requerendo, portanto, a maturação e preservação funcional dessas regiões.

Desse modo, a dislexia, transtorno atribuído ao disléxico, não deve ignorar as reações de natureza múltipla e que comprometem, sobremaneira, o desenvolvimento do educando como um todo, especialmente em relação à consciência fonológica. Sobre o processo alfabetizador, MARTINS e CAPANELLI (2010, p. 751), são metódicas ao destacar que:

> A literatura internacional destaca os principais fatores de risco como sendo: fala ininteligível; imaturidade fonológica, redução de léxico, dificuldade em aprender o nome das letras ou os sons do alfabeto; dificuldade para entender instruções, compreender a fala ou material lido; dificuldade para lembrar números, letras em sequência, questões e direções; dificuldade para lembrar sentenças ou estórias; atraso de fala; confusão direita-esquerda, embaixo, em cima, frente-atrás (palavras-conceitos) e dificuldade em processar os sons das palavras.

Como se vê, entender o disléxico dentro de um quadro de aprendizagem suscita um conhecimento não apenas neurolinguístico de como se processa a informação, mas, sobretudo, do *modus operandi* em torno dessa sistemática.

Vieiro (apud ARAÚJO, 2011, p. 9),

> Aponta, como causa da Dislexia, um déficit no processamento temporal, o qual a criança disléxica precisa de um intervalo de tempo maior para reconhecer os estímulos não verbais apresentados de forma seqüencial. Essa dificuldade está intimamente ligada às questões relacionadas à memória de trabalho e a percepção do processamento auditivo do córtex cerebral. Isso explica, também, as trocas fonológicas de fonema grafemas ocorridos tanto na leitura como na escrita.

Assim, quando o disléxico se depara com uma realidade escrita que foge ao seu universo comum ou mesmo é provocado a reconhecer uma expressão ele sente extrema dificuldade. Nele, esse processo cognitivo não permiti uma conexão imediata, devido ao tempo que demora a procurar e encontrar o significado, tendo como resultante a perda da capacidade de saber o que de fato procurava.

Para (CAMPOS et al., 2012, p. 195), “Dislexia é um transtorno específico caracterizado por dificuldades em reconhecer as palavras de forma precisa e fluente, e por poucas habilidades ortográficas. ” Por isso é que quando o disléxico chega a pronunciar o desejado, na maioria das vezes, os outros alunos já mudaram para outro tópico da conversa, uma vez que as sinapses cerebrais não ocorrem na mesma velocidade de alguém sem este comprometimento.

Diante desse contexto fica fácil compreender algumas reações do disléxico frente a sua dificuldade, principalmente a de frustração, de baixa autoestima por acarretar o seu distanciamento do exercício perceptivo de organização e nomeação, fato reforçado por Ercolin (2008, p. 1-2): “A escola que tem por objetivo prover melhoria nas condições de vida da sociedade moderna acaba por produzir na contemporaneidade a marginalização e o insucesso de milhares de crianças e jovens ” e isto é um fato.

Assim, é no ambiente escolar onde se percebe, quase sempre, os sintomas do transtorno e que quase sempre resultam, aos discentes, “classificações” como: desleixados, preguiçosos, desinteressados, dentre outros, pelos Profissionais da Educação, em virtude da ignorância, por desconhecermos conjunto de reações apresentadas, e da falta de estudo para a condução do problema no ambiente da sala de aula.

2 O cérebro do disléxico

O cérebro do disléxico funciona de maneira muito singular não mantendo conexões essenciais para a leitura e escrita. Dividido em dois hemisférios - Hemisfério Direito (HD) e Hemisfério Esquerdo (HE) que estão conectados, sendo o esquerdo o hemisfério responsável pela compreensão e produção da língua falada e escrita.

> [...]. Dados comportamentais e de neuroimagem, tanto de participantes sem lesão cerebral quanto de participantes acometidos de lesão, têm indicado que os hemisférios cerebrais cooperam de modos diferentes para o alcance do processamento do discurso [...]. (COSTA; PEREIRA, 2009, p. 80-81)

Separando as partes do cérebro do disléxico, pode-se perceber que são ativados circuitos complexos em duas áreas que vão exercer grande influência nas múltiplas interconexões: a região auditiva e a visual localizada atrás do cérebro e que é responsável pelas letras e pelas palavras escritas. De acordo com Relvas (2012, p. 29), “sabe-se que o sucesso da criança na aprendizagem da fala, escrita e leitura dependem do amadurecimento neurofisiológico das células, bem como das estruturas emocionais e dos estímulos sociais”, cabendo dizer que: **cabe à região auditiva o reconhecimento da pronúncia de palavras inteiras.**

De acordo com Alves (2011, p.75),

> O hemisfério esquerdo é também responsável pela realização mental de cálculos matam éticos, pelo comando da escrita e pela compreensão dela por toda leitura. Já o Hemisfério direito é melhor na percepção de sons musicais e no reconhecimento de faces, mas sua especialidade é descobrir precisamente quem é o dono de cada face. Da mesma forma, o hemisfério direito é especialmente capaz de identificar categorias gerais de objetos e seres vivos, mas é o esquerdo que detecta as categorias específicas. [...]. Finalmente, o hemisfério esquerdo produz movimentos mais precisos da mão e da perna direitas do que o hemisfério direito é capaz de fazer com que a mão e a perna esquerdas (na maioria das pessoas).

Importante destacar que muito embora a divisão dos hemisférios cerebrais em lobos, em atendimento a prudência didática, na realidade está relacionada a parte óssea a qual estão vinculados. Assim surge o lobo frontal, lobo parietal, lobo temporal, lobo occipital e o lobo da ínsula que acabam por informar ao psicomotricista atento, dicas importantes para a sua atuação, enquanto estímulo externo para trabalhar regiões profundas do cérebro na produção de sinapses relevantes para o estímulo do organismo humano em resposta às atividades propostas.

Outra região significativa é a região visual, responsável pelo reconhecimento das palavras ao mesmo tempo em que se preocupa em identificar as letras. Em virtude das experiências e do arquivamento das representações, geradas a partir dos símbolos, o disléxico poderá ou não exercer a sua função. Essas conexões permitirão à criança mapear as letras das palavras escritas e seus sons correspondentes o que o possibilitará ler as palavras e mapear seus sons em letras de tal modo que possam ortografar as palavras (usando ambas as suas habilidades sensoriais, visual e motora).

De acordo com o quadro apresentado por Duarte (2015, p. 38) será possível uma percepção ativa sobre a distribuição das funções corticais superiores pelos hemisférios: direito e esquerdo.

Quadro 1. (FONSECA, 1997, p. 179)

	Hemisfério Esquerdo	**Hemisfério Direito**
Global	-Sequencialização da informação. -Organização e seriação -Análise -Funções tudo ou nada -Processo elaborativo -Processo conceitual	-Simultaneidade da informação -Organização “gestáltica” -Síntese -Funções difusas e graduadas -Processo imediato e emocional

	-Categorização das alterações do envolvimento -Vigilância primária -Atenção auditiva -Ritmo -Organização volitiva e consciente	-Processo perceptivo -Sustentação da situação do envolvimento -Vigilância Secundária -Atenção visual -Música -Organização involitiva e automática
Lóbulo Frontal	-Fluência verbal -Regulação do comportamento pela fala -Praxias -Escrever	-Detectação de erros -Consciência social -Julgamentos recentes do tipo visual
Lóbulo Temporal	-Raciocínio verbal -Memória verbal auditiva -Vocabulário	-Padrões de ritmo -Memória visual de longo-termo -Memória auditiva não verbal
Lóbulo Parietal e Occiptal	-Cálculo -Leitura -Escrita -Praxias construtivas -Praxias ideacionais -Síntese, percepção da forma -Aquisições associativas -Apreensão de sequencias	-Memória para faces -Percepção do espaço -Percepção de fundo -Discriminação -Praxias construtiva espacial -Memória visual de curto-termo

		-Reconhecimento visual de objetos e figuras

Acerca do diagnóstico do disléxico, não resta dúvidas de que a investigação deve ser entendida como o grande e maior desafio a ser superado, uma vez não se tratar de um diagnóstico superficial, motivado pela resposta desmedida e descaracterizada, sem uma dinâmica conceitual o que o torna bastante complexo, por considerar fatores internos (orgânicos, psicofísicos, biológicos e emocionais; genéticos; neurológicos...) e externos (ambiente, estímulos e estimulação) que precisam ser levados em consideração, à análise criteriosa, antes de qualquer diagnóstico.

Para (MENDES et al.; 2010, p. 48),

> O fato de a dislexia apresentar déficits na rota fonológica faz com que a velocidade de decodificação seja lenta e, muitas das vezes, ineficiente, resultando em uma produção oral silabada, com troca de letras, inversões de letras na palavra e etc, o que consequentemente, compromete a compreensão do material lido.

Assim, quando se deparam com uma realidade escrita que foge ao seu universo comum ou mesmo são provocados a reconhecer uma expressão, por não permitir uma conexão imediata, devido ao tempo que demoram a procurar e encontrar o significado se perde e não são capazes de saber o que de fato procuravam e quando chegam a pronunciar, na maioria das vezes, todos já mudaram para outro tópico da conversa.

A história pessoal de um disléxico, oferece traços comuns como: o atraso na aquisição da linguagem, atrasos na locomoção e problemas de dominância lateral e será por meio da história de vida construída por essa criança que se produzirá dados históricos de dificuldades na família e na escola que poderão ser de grande utilidade para múltiplos profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e neuropsicólogos que atuam no processo de reeducação linguística das crianças disléxicas.

Para os grandes vultos mundiais e, de acordo com (MARINHO et al, 2012, p. 38),

> Logo, a educação deve caminhar para a vida afetiva, intelectiva, corporal, social e espiritual do aluno, sem as divisões tão usadas nas escolas. Sabemos hoje que educar não é apenas estar preparado para o mercado de trabalho e acumular informações e conhecimento. Pelo contrário, o mundo exige pessoas com uma visão ampla, o que engloba autoconhecimento, desejo de aprender, capacidade de tratar com o imprevisível e a mudança, capacidade de resolver problemas criativamente, aprender a vencer na vida sem derrotar os demais, aprender a gostar de progredir como pessoa total e crescer até o limite de nossas possibilidades, que são infinitas.

O Sistema Nervoso é responsável por grande parte das funções de controle do corpo e organismo humano, uma vez que a ele cabe a coordenação e regulação das atividades do corpo. É por meio dos neurônios que se dá a estrutura funcional do Sistema Nervoso que consagra, basicamente, três funções, a saber: sensitiva (capta a informação interna e/ou externa ao corpo por meio dos nervos sensitivos); integradora (interpreta a informação sensitiva) e motora (se dá por meio dos nervos motores que reagem em reflexo a informação prestada ao Sistema Nervoso Central). A inibição psicomotora de acordo com Mattos (2016, p. 89), apresenta características que são clinicas, tais como:

> -crianças quietas demais ficam tensas com facilidade, demonstram cansaço e fadiga, paralisia, angústia diante das situações (alteração dos tônus – enquanto postura, atitude);
>
> -corpo limitado que não se presta à exploração do mundo nem à exploração das relações com o Outro, com movimentos comprometidos, em bloco, bloqueados, inibidos (alterações do movimento);
>
> -corpo vivido como se fosse um “objeto bom”, objeto do desejo do outro, sujeitado a este outro (alterações da imagem corporal);
>
> -inibição, paralisia, angústia diante das situações;
>
> -movimentos amplos são evitados, expressividade e gestualidade pobre e prejudicada;
>
> -angustia-se com facilidade;
>
> -cansaço e fadiga.
>
> Estas crianças são aquelas que não perturbam nunca, todavia estas crianças só não perturbam, mas também não desejam, não lutam pelo que querem, não têm iniciativa, não se defendem, ocupam o lugar de objeto,

> são extremamente passivas e, por medo e insegurança, se tronam crianças angustiadas, com medo de se exporem [...].

Portanto, é por meio das transmissões elétricas que as mensagens são impulsionadas por meio de condutores, por meio dos nervos, que em velocidade absurdamente considerável as transmitem em resposta ao estímulo. Na realidade, a psicomotricidade, em relação ao aluno disléxico deve estimular áreas do cérebro até então apagadas, visando estimular o cérebro para que a sinapse ocorra entre os neurônios e a transmissão harmônica ocorra e o organismo possa movimentar-se como uma unidade.

3 Propostas de atividades para o aluno disléxico

Considerando a importância da ação planejada, pelo educador, em relação ao disléxico uma vez que há uma real necessidade de trabalhar o hemisfério direito do cérebro no sentido de alcançar reações importantes para o processo de aprendizagem em relação às regiões auditivas e visuais do cérebro, deve-se entender a importância do tempo escolar para o disléxico, que deve ser além de redimensionado, organizado de maneira singular e, portanto, de modo a atender a uma necessidade específica e não um somatório de horas que dimensionam uma estatística regular improdutiva e ineficaz.

Pedagógicamente, alguns comportamentos e algumas quebras de paradígmas parecem ser inevitáveis, afinal enquanto a instituição escola caminha na contramão dos disléxicos, não há possibilidade de sucesso se o educador não oferecer meios e instrumentos adequados ao tratamento da dislexia como forma de propiciar um ambiente educativo inclusivo, diferente, apenas, em virtude dos meios e recursos oferecidos ao educando.

Mattos (2016, p. 137-138) apresenta um ponto de partida para a análise e leitura técnica de aspectos importantes a percepção do profissional psicomotricista e do educador, para a estruturação e organização do seu trabalho, com base nos “Aspectos Cognitivos, Psicoafetivos e Psicomotores a Observar em Jogos e Brincadeiras”

Jogo ou Brincadeira	**Aspecto Psicomotor**	**Aspecto Psicoafetivo**	**Aspecto Cognitivo**
Dedoches	-Lateralidade -Coordenação fina -Movimentos distais -Diadococinesia -Controle oculomotor	-Linguagem – função simbólica -Relação entre os personagens	-Nomeação dos personagens -Percepção das cores -Linguagem – organização do pensamento
Encaixe de formas	-Lateralidade -Organização espacial -Coord. motora fina -Controle oculomotor	-Conteúdo - continente -Sucesso versus fracasso	-Percepção de formas e tamanhos -Orientação espacial -Nomeação e processos de classificação
Lego	-Lateralidade -Organização espacial -Praxia fina -Controle oculomotor	-Construção versus função versus simbolização -Criatividade	-Criatividade -Percepção de formas, tamanhos e cores -Categorização
Fogão e Panelas	-Lateralidade -Organização no espaço -Movimentos distais	-Faz de conta -Contextualização da cena	-Linguagem – vocabulário e conteúdo linguoespeculativo -Criatividade

		-Construção versus função versus simbolização	
Banho da boneca	-Sequência de movimentos -Praxias do vestir -Dissociação de movimentos -Lateralidade -Noção do corpo	-Construção versus função versus simbolização -Faz de conta -Contextualização da cena -Projeção da relação entre mãe e bebê	Linguagem – nomeação e localização das partes do corpo – esquema corporal
Ferramentas	-Lateralidade -Coordenação oculomotora -Dissociação de movimentos -Tônus (força e adequação ao movimento)	-Criação e construção/ destruição	-Linguagem – vocabulário -Sequência lógica -Orientação temporal
Campo de Futebol	Coordenação oculomotora -Praxia fina -Tônus (força)	-Reação ao perder ou ganhar -Aceitação das regras	-Compreensão das regras -Percepção temporal -Percepção de quantidade
Telefone	-Controle motor -Praxia fina	-Reconhecimento da função do objeto -Jogo simbólico	-Conhecimento dos números -Linguagem

			-Categorização e conceituação
A Ponte do Rio Que Cai (Linha, Tábua, Caminhos)	-Equilíbrio dinâmico -Eixo corporal – esquema corporal -Coordenação dinâmica geral -Organização espaço temporal	-Emoções básicas -Desafios e autoconfiança	-Compreensão das regras -Percepção espaço-temporal
Bola	-Praxia global -Ritmo -Lateralidade -Tônus (força) -Eixo corporal – esquema corporal	-Reação ao perder ou ganhar -Criação e aceitação das regras	-Percepção espaço-temporal

Ainda enquanto sugestão pedagógica para o atendimento psicomotor do educando disléxico, sem se ater ao desenvolvimento da atividade, o psicomotricista e o educador devem, na medida do possível organizar circuitos sob o qual o planejamento contemple atividades que possam ser direcionadas para as limitações e dificuldades apresentadas enquanto agente inibidor, dificultador e mesmo a ser superado, pelo exercício e estimulação da área neurológica/cerebral correlata ao problema diagnosticado e/ou em sondagem.

A Psicomotricidade será apoio pedagógico no atendimento do aluno disléxico sempre que trabalhar observando a capacidade do educando, na busca de promover meios para estimular o desenvolvimento das suas habilidade, oferecendo suporte técnico por meio de jogos e/ou brincadeiras, atividades físicas e lúdicas no sentido de desenvolver caminhos ora desconhecidos e pouco explorados pelo educando em virtude da ignorância comum sobre os benefícios a serem produzidos pela intervenção

do psicomotricista por meio das atividades selecionadas, de modo a contribuir para a formação de sinapse que preencham a lacuna neurológica existente.

A missão do psicomotricista neste campo controverso consistirá, sobretudo, em identificar e despertar, por meio de processos e técnicas, estratégias pedagógicas, metodologias adequadas à evolução das crianças, as suas necessidades, aos seus interesses e, consequentemente, as motivações que existem dentro de cada aluno.

Considerações finais

Este artigo não traz em si a pretensão de estabelecer um fim às novas descobertas e iniciativas. Porém espera poder contribuir oferecendo elementos teóricos consistentes e fundamentados para que outras questões surjam e sejam investigadas à luz da ciência técnica promovida pela pesquisa científica.

A questão problema anunciada, discutida ao longo de todo o trabalho, reflete o desejo de demonstrar a importância do psicomotricista, dando-lhe papel de destaque, a partir do uso da ciência produzida pela Psicomotricidade e que responde muito bem e de modo objetivo a questão, demonstrando o valor deste conhecimento científico quando aliado ao fazer pedagógico dinâmico em atendimento ao aluno disléxico, sempre que a justa medida observar a capacidade do educando.

Procurou-se apresentar ao profissional do magistério um cenário de discussão, e reflexão sobre a eficácia do apoio da psicomotricidade no seu fazer pedagógico e os reflexos desta ação na formação do educando disléxico, a partir do momento em que se passar a enxergar a utilização da técnica e o conhecimento científico da psicomotricidade em aliança a proposta pedagógica, do trabalho exercido em relação ao esquema corporal (formação do eu), lateralidade, orientação espacial, estruturação temporal e discriminação visual e auditiva, se comprova perfeitamente , acaba-se por construir o protagonismo do psicomotricista ao longo de todo o processo.

Portanto e em resposta a questão que dá ordenamento a toda pesquisa e fundamentos grafados neste artigo, não restam dúvidas em relação a força da

psicomotricidade, enquanto ciência, que aliada e em parceria ao conhecimento pedagógico se torna capaz de promover eficácia no atendimento ao aluno disléxico.

Referências

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de, **Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis**/ Geraldo Peçanha de Almeida. – 7 ed. – RJ: Wak Editor, 2014.

ALVES, Fátima. **Como aplicar a psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com amor e união**/ Fátima Alves, organizadora - 4. ed. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

ARAUJO, Maria Rita Fernandes. **Dislexia: uma abordagem multicausal dentre os fatores relacionados ao transtorno**. Disponível em: www.abpp.com.br/artigos. Acesso em: 15/10/2019.

CAMPOS, A. M. G. et al. **A consciência fonológica, a consciência lexical e o padrão de leitura de alunos com dislexia do desenvolvimento**. Rev. Psicopedagogia – vol.29 n°89 –São Paulo: 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php. Acesso em: 10/09/2019. (Ana Maria Gomes Campos[I]; Luciana Ribeiro Pinheiro[II]; Sandra Regina Kirchner Guimarães)

COLL, César, MARCHESI, Álvaro e PALÁCIOS, Jésus e colaboradores. **Desenvolvimento Psicológico e educação**. Trad.: Fátima Murad – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, Reimpressão:2010.

COSTA, Jorge Campos da Costa; PEREIRA, Vera Wannmacher. **Linguagem e cognição** [recurso eletrônico]: relações interdisciplinares / org. Jorge Campos da Costa, Vera Wannmacher Pereira. – Dados eletrônicos – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009.

COSTE, J. C. **A psicomotricidade. Rio de Janeiro**: Zahar, 1978.

DUARTE, Adriana Falcão. **Psicomotricidade e suas implicações na alfabetização** / Adriana Falcão Duarte. - 2. ed. - São Paulo: All Print Editora, 2015.

ERCOLIN, Eliza Helena. **Dislexia: mais um diagnóstico para justificar o fracasso da escola**. Periódico de Divulgação Científica da FALS. Ano II - Nº 03- Agosto de 2008 - ISSN 1982-646X. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela12/dislexia.pdf, Acesso em 21/08/2019.

FERREIRA, **Aurélio Buarque de Holanda** (1986). Novo dicionário da língua portuguesa, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HURTADO, J.G.G.M. **Glossário básico de psicomotricidade e ciência afins**. Curitiba:

Educa, 1983.

JOBIM, A.P; ASSIS, A.E.S. **Psicomotricidade: Histórico e conceitos**. Guaíba, 2008.

Disponível em:

http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2008/artigos/edfis/358.pdf. Acesso em: 21

de jan. 2021.

LAPIERRE, A. **Fantasmas corporais e prática psicomotora**. São Paulo: Manole,

1984.

_____ A. **A simbologia do movimento: psicomotricidade e educação**. 2.ed.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LEVIN, E. **A clínica psicomotora: O corpo na linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUZ, Mônica Abud Peres de Cerqueira. **Dislexia: dificuldade específica nos processamentos da linguagem**. Disponível em: http://www.abpp.com.br/artigos/113.pdf. Acesso em: 23/06/2019.

MACHADO, José Ricardo Martins. **100 jogos psicomotores: uma prática relacional na escola** / José Ricardo Martins Machado, Marcus Viniciús da Silva Nunes - 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MATTOS, Vera. **Avaliação psicomotora: um olhar para além do desempenho**/ Vera Mattos, Aline Kabarite. - 4. ed. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

MARINHO, Herminia Regina Bugeste. **Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade** / Herminia Regina Bugeste Marinho [et al.] – Curitiba: InterSaberes, 2012.

MARTINS, A.M e CAPELLINI, S.A, **Intervenção precoce em escolares de risco para a dislexia: revisão da literatura.** Rev. CEFAC (749 – 755), São Paulo: 2010.

MENDES, Luciana et al. **Dislexia e processamento sintático**. Rev. Psicopedagógica - 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php/ Acesso em: 15/12/2013.

OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 9.ed. Petrópolis: Vozes 2007

PIMENTEL, Bianca; BOFF, Uiliam e VARGAS, Marta. **Características neuroatômicas e linguísticas na dislexia adquirida.** Distúrb Comum, São Paulo, 187-195, junho, 2019.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva**/ Marta PiresRelvas - 5. ed. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

_____. **Que cérebro é esse que chegou à escola? As bases neurocientíficas da aprendizagem**/ Carolina Relvas Chaves... [et al.]; Marta Pires Relvas (organizadora) - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ROCHA, Maria Angélica. **Dislexia: atitudes de inclusão**. Rev. Psicopedagógica. Vol.26, n° 80 - São Paulo: 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php. Acesso em: 02/10/2019.

SBP. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE**. Disponível em:

www.psicomotricidade.com,br, Acesso em: 12 de nov. 2020.

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO. A URGÊNCIA DA RETOMADA DO ENSINO FILOSÓFICO PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

PHILOSOPHY AND EDUCATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT. THE URGENT RESUME OF THE PHILOSOPHICAL TEACHING FOR INTEGRAL EDUCATION

FILOSOFÍA Y EDUCACIÓN EN EL CONTEXTO BRASILEÑO. LA URGENTE REANUDACIÓN DE LA ENSEÑANZA FILOSÓFICA PARA UNA EDUCACIÓN INTEGRAL

Denison Gleison Martins da Silva[1]

RESUMO: Este artigo versa sobre a relação entre a filosofia e a educação no contexto brasileiro, abordando a presença dessa disciplina no cenário nacional, do período colonial aos nossos dias. Nesta perspectiva, sublinha-se que uma formação integral da pessoa humana passa por um ensino que não prepara o aluno-cidadão somente para o mercado de trabalho, mas para a vida política e social. Assim sendo, destaca-se o importante papel do docente na realização de um projeto educador que passa através da filosofia. Todavia, salvaguarda-se a corresponsabilidade de duas relevantes instituições sociais na elaboração e execução de um projeto educacional-filosófico: a família e a escola. Afinal, a instrução filosófica não pode ser meramente conteudista, mas deve respeitar a dinâmica reflexiva que parte da existência concreta e retorna ao cotidiano humano para iluminá-lo.

Palavras-chave: projeto educador, formação integral, aluno-cidadão.

ABSTRACT: This article addresses the relationship between philosophy and education in the Brazilian context, regarding this subject in the national setting since the colonial period to the current days. From this perspective, it is highlighted that the complete human being formation provides a teaching that goes beyond just getting the citizen-student ready for the workplace, otherwise, it makes them aware of the political and social life. Therefore, the teacher's role is critical when it comes to carrying out an education project that is held through philosophy. However, it must be pointed out the joint responsibility of two social institutions in the elaboration and execution of the philosophical educational project: the family and the school. After all, the philosophical teaching shall not be merely a matter of content, but on top of that, it must respect the reflexive dynamics that sets off from the concrete existence and returns to the human being daily basis in order to enlighten him.

Keywords: educational project, complete formation, citizen-student

[1] Doutor em Filosofia pela 'Pontificia Università Lateranense' (Itália, 2016) e Mestre em Filosofia 'Pontificia Università San Tommaso D'Aquino' (Itália, 2012) com revalidação nacional dos diplomas. Licenciado em Filosofia e em Pedagogia, com especializações em Pedagogia Empresarial (2019) e em Cenários e Modalidades de Educação a Distância (2019). Possui Bacharelado em Teologia (Itália, 2006). Distingue-se pela formação aristotélico-tomista (mestrado) e pesquisa em filosofia da religião (doutorado). Professor do Curso de Graduação em Teologia (UNIFSJ). Membro da Associação Brasileira de Filosofia da Religião (ABFT). Contato: den.philo@gmail.com.

RESUMEN: Este artículo trata de la relación entre filosofía y educación en el contexto brasilero, sobre la presencia de esta disciplina en el escenario nacional, del período colonial hasta nuestros días. En esta perspectiva, se destaca que una formación integral de la persona pasa por la educación que prepara el alumno-ciudadano no solamente para el mercado de trabajo, sino también para la vida política y social. Así, se subraya el importante papel del docente en la corresponsabilidad de dos relevantes instituciones sociales en la elaboración y ejecución de un proyecto educacional-filosófico: la familia y la escuela. Después de todo, la instrucción filosófica no puede ser meramente de contenidos, sino que debe respetar la dinámica reflexiva que parte de la existencia correcta y vuelve al cotidiano humano para iluminarlo.

Palabras-clave: proyecto educador, formación integral, alumno-ciudadano.

I – Introdução

Este artigo versa sobre a relação entre a filosofia e a educação no contexto brasileiro. Durante a ditadura brasileira ou por quase 20 anos, o ensino da filosofia foi banido das escolas. Optou-se por um currículo mais técnico, com pobreza humanística, porque deste modo se defendia os interesses do regime. Foi somente em 2008 que a obrigatoriedade do ensino da filosofia em escolas públicas retornou a vigorar nas instituições de ensino. Todavia a observação dessa diretriz pelo sistema educacional brasileiro ainda parece ser lenta. Pensa-se, por exemplo, na dificuldade de muitas escolas públicas em completar o quadro docente com profissionais devidamente capacitados para ministrar a disciplina filosófica. Este é o horizonte sociopolítico-educacional no qual se desenvolve este estudo.

O presente estudo entende sublinhar a íntima relação entre a filosofia e a educação, tendo em vista uma formação integral. Visando provocar uma retomada de consciência da parte dos educadores no que concerne a urgência da retomada do ensino filosófico no âmbito nacional. O estudo proposto, portanto, demonstra-se de grande relevância para o âmbito educacional brasileiro, pois entende evidenciar que a emergência na superação da dificuldade do cumprimento do ensino filosófico nas escolas brasileiras depende, antes de mais nada da capacitação dos docentes da área e não somente da introdução da disciplina na grade curricular das escolas públicas.

A hipótese avançada neste trabalho, com efeito, é que a urgência da retomada da filosofia, enquanto disciplina curricular no Brasil, é caracterizada por uma “falta” de consciência filosófica do educador e dos coordenadores pedagógicos. Mais do que obrigatoriedade de inserir uma disciplina curricular por parte do governo, a urgência de um retorno ao ensino filosófico nas escolas públicas brasileiras passa pelo reconhecimento do vínculo estritamente formativo do humano a partir de uma adequada relação entre o saber filosófico e a educação em geral. Isto é, antes de se propor filosofia aos estudantes, é preciso encarná-la nas instituições educacionais e, a partir desta, também na esfera familiar.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é traçar um perfil brasileiro do ensino da filosofia para então indicar o caminho a ser percorrido na promoção da retomada dessa disciplina nas escolas brasileiras. Nesta perspectiva, buscar-se-á

atingir alguns objetivos específicos, a saber: sublinhar o papel da filosofia para uma educação integral e a importância da capacitação dos docentes para o seu ensino, como também delinear o papel da família e instituição educacional na construção desse processo.

Para cumprir este intento, observa-se-á o método dedutivo, analisando com o auxílio de alguns autores, os pontos mais pertinentes à temática em questão. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, sendo caracterizada, segundo a natureza dos dados, como uma pesquisa bibliográfica. Esta articular-se-á em três seções: a primeira aponta a importância da filosofia para uma educação integral; a segunda esclarece o que se entende por proposta educadora da filosofia no contexto brasileiro; por fim, a terceira trata da corresponsabilidade do docente, da família e da instituição de ensino neste processo.

O objeto de análise deste artigo será apresentado em três seções. Antes de tudo, explorar-se-á o valor da filosofia para o ensino escolar que se propõe como educação integral. A seguir, dar-se-á a devida atenção ao lugar que a filosofia ocupa no cenário nacional e o importante papel do docente na realização de um projeto educador que passa através da filosofia. A partir dessas reflexões e dos dados levantados, vislumbrar-se-á a existência de uma corresponsabilidade das duas instituições sociais no projeto educacional-filosófico: a família e a escola.

II - A importância da filosofia para uma educação integral

Deve-se perguntar: o que é a filosofia? Não custa lembrar que etimologicamente é composta por duas palavras gregas, que são amor (*philo*) e sabedoria (*sophía*). Por filosofia, entende-se o amor à sabedoria, amor ao saber, amor sapiencial e até mesmo busca livre pela verdade. Em uma perspectiva educacional, poder-se-ia alargar o termo e afirmar que a filosofia é por excelência a ciência do saber. Por isto, “A filosofia é um assunto que não interessa apenas à especialistas e profissionais, porque todos os seres humanos em alguma circunstância da vida filosofam. Estamos obrigados a filosofar” (BOCHENSKI, 1977, p. 21). Com efeito,

> A filosofia iniciou quando o homem começou a tentar entender o mundo e começou a perguntar: de que é feito o mundo? O que sustenta o mundo? A filosofia, no sentido, estrito, começa quando o homem ensaia respostas a essas e outras perguntas, não por meio da religião, nem pela aceitação de alguma autoridade externa ou pela tradição, mas pelo uso da própria razão (OLIVA; GUERREIRO, 2007, p. 9).

A reflexão (filosófica em sentido amplo!) é o meio através do qual o ser humano se torna crítico. De fato, ao proceder criticamente no âmbito existencial, o homem desenvolve uma capacidade de análise da realidade circunstante; dar-se conta dos procedimentos teóricos para o pensar e dos mecanismos de uma racionalidade prática para o agir. O homem é capaz de pensar o seu *modus vivendi* e não somente ser determinado pelas relações socioculturais presentes no seu contexto vital. Nesta perspectiva, Luckesi afirma que o conhecimento filosófico parte de elucidações conceituais até alcançar a construção da verdade, mas o faz com um profundo significado individual e social (LUCKESI; SILVIA PASSOS, 2004, p. 9).

> A filosofia não é, de modo algum, uma simples abstração independente da vida. Ao contrário, ela é a própria manifestação humana e sua mais alta expressão (…) A filosofia traduz o sentir, o pensar e o agir do homem. Evidentemente, o homem não se alimenta da filosofia, mas sem dúvida nenhuma, com a ajuda da filosofia (BRANGATTI, 1993, p. 14).

De fato, a filosofia diz respeito à totalidade da vida. Trata-se de um saber global e não fragmentado acerca do real. Promove-se uma visão de conjunto, isto é, de compreensão do problema e das perspectivas de resolução. O filósofo parte do contexto pessoal-existencial para refletir sobre as perguntas mais pertinentes aos homens de todas as épocas, culturas, raças e nações. A reflexão filosófica obedece, assim sendo, à exigência de uma “filosofia encarnada”. Trata-se de um pensamento crítico que vai da vida (existência concreta do homem) à teoria. Uma filosofia que parte da vida e que retorna à vida, através da reflexão, para iluminá-la, como o momento da apropriação da verdade para o homem concreto (MELENDO, 2005, p. 115-144)·

Neste sentido, o texto a seguir parece sintetizar o valor, o papel e o significado da filosofia para cada indivíduo e para a sociedade humana. Ei-lo:

> a Filosofia é um corpo de conhecimento, constituído a partir de um esforço que o ser humano vem fazendo de compreender o seu mundo e dar-lhe um sentido, um significado compreensivo. Corpo de conhecimentos, em Filosofia, significa um conjunto coerente e organizado de entendimentos sobre a realidade. Conhecimentos estes que expressam o entendimento que se tem do mundo, a partir de desejos, anseios e aspirações. (…) O filósofo sistematiza, assim, as aspirações dos seres humanos, aspirações essas que dão sentido ao dia-a-dia, à luta, ao trabalho, à ação. Ninguém vive o dia-a-dia sem um sentido; para o seu trabalho, para a sua relação com as pessoas, para o amor, para a amizade, para a ciência, para a educação, para a política etc. Então, a Filosofia é esse campo de entendimento que, quando nos apropriamos dele, nos sentimos refletindo sobre a cotidianidade dos seres humanos. Desde a cotidianidade mais simples, como é o encontrar-nos com as pessoas, até a cotidianidade mais complexa, que pode ser a reflexão sobre o sentido e o destino da humanidade. (…) Desse modo, a Filosofia é um corpo de entendimentos que compreende e direciona a existência humana em suas mais variadas dimensões (LUCKESI, 1994, p. 22-23).

Uma vez que se vislumbrou o significado do que a filosofia se ocupa, deve-se interrogar o que se entende por educação, antes de procurar estabelecer um vínculo entre ambas ou, em outros termos, para que a relação entre as mesmas emerja como algo natural. Ao se considerar o termo, pensa-se quase que imediatamente na escola. De fato, é na instituição de ensino que essa é transmitida sistemática e formalmente. Todavia, o termo remete de modo abrangente à cultura, ao ambiente social, à família, etc., como contexto de ensino ou “lugar” de transmissão de conhecimento, princípios e valores. Enxergar a educação desta forma parece ser correto, ou no mínimo razoável, já que

> A partir das relações que estabelecem entre si, os homens criam padrões, comportamentos, instituições e saberes, cujo aperfeiçoamento é feito pelas gerações sucessivas, o que lhes permite assimilar e modificar os modelos valorizados em uma determinada cultura. É a educação, portanto, que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência. Por isso, dizemos que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade (ARANHA, 1996, p. 15).

Observa-se que a educação se desenvolve para além do ambiente escolar, condicionando as ações privadas e coletivas, determinando as relações pessoais e sociais privadas e promovendo a interatividade dos diversos setores da vida pública. É justamente porque se baseia de modo geral em princípios culturais, morais e

espirituais que regulam a vida humana, ela pode contar com a filosofia para certificar-se da veracidade desses mesmos princípios, além de avaliar se os argumentos e lógica acerca da existência estão sendo propostos de forma eficaz. Ademais, a filosofia exerce uma determinada influência sobre a educação uma vez que reflete acerca do contexto e dos problemas que devem ser superados pela prática educacional. Por exemplo, antes de formar um determinado indivíduo, o educador deve considerar e tentar compreender o contexto existencial do mesmo para que as ações pedagógicas sejam eficazes. Com efeito,

> Enquanto a educação trabalha com o desenvolvimento dos jovens e das novas gerações de uma sociedade, a filosofia é a reflexão sobre o que e como devem ser ou desenvolver estes jovens e esta sociedade (…). O educando, que é, o que deve ser, qual o seu papel no mundo; o educador, quem é, qual o seu papel no mundo; a sociedade, o que é, o que pretende; qual deve ser a finalidade da ação pedagógica. Estes são alguns problemas que emergem da ação pedagógica. Estes são alguns problemas que emergem da ação pedagógica dos povos para a reflexão filosófica, no sentido de que esta estabeleça pressupostos para aquela (LUCKESI, 1994, 31-32).

Percebe-se que a filosofia se une à educação como forma de pensamento orgânico ou saber provado sistematicamente pela razão público-individual. A relação que ambas estabelecem se sobrepõe a um ensino teorético-formal. A filosofia conduz a pessoa humana participar conscientemente da reflexão e do diálogo transformador com a sua realidade. Quando age sobre esta, não se conformando simplesmente ao mundo pré-estabelecido no qual nasceu, aos ditames sócio-políticos e às opiniões do senso comum, o sujeito se remete ao comportamento educacional compartilhado pelo ambiente em que vive, mas também evoca à dimensão renovadora da educação, tendo em vista a promoção do humano e do seu progresso histórico-cultural. Neste sentido, atribui-se à filosofia o papel de despertar o senso crítico das pessoas seja na realidade social assim como na educacional. Com efeito, a passagem do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária (SAVIANI, 1989).

Reconhece-se que a maestria dos docentes se revela um instrumento e meio eficaz para a renovação da educação. Neste sentido, a filosofia cumprirá um papel fundamental ao fornecer as reflexões acerca do humano e da sua condição

sociocultural, porque corrobora para a instrução e a formação educacional do cidadão (GADOTTI, 1979). Com efeito, o valor da filosofia está para além da ordem teorética, das elucidações filosóficas, etc. A partir daquela possui uma ordem prática que, uma vez acolhida, pode ser funcional para a educação. De fato,

> Uma filosofia para crianças e jovens não estaria preocupada em formar discípulos para perpetuar uma certa corrente filosófica, uma certa visão de mundo, mas para ajudar a pensar e a transformar o mundo. Conceber a filosofia como uma especialidade é derrotá-la antes mesmo de iniciar a batalha por ela (GADOTTI, 2000, p. 28).

Ao que parece, esta visão foi assimilada em qualquer modo pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, como ter-se-á ocasião de verificar na próxima seção. No momento, basta observar que a filosofia deve sim ser elevada à importância de todas as outras disciplinas que compõe o currículo escolar. Não se trata de diminuir a função capacitava da escola na preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. Mas, antes de tudo, assumir uma perspectiva "personalizante" no percurso formativo ao interno da escola. Algo debatido e "re-proposto" inúmeras vezes pelos agentes pedagógicos, educadores nos congressos e debates nacionais emerge como possível, através da valorização das ciências humanas, a começar pela filosofia.

Do quanto foi dito, pode-se vislumbrar a importância da função cultural da filosofia, que se põe como conhecimento que pensa o pensamento. O efeito da filosofia faz-se notar na vida do professor e dos seus alunos: ajuda o professor a ter clareza sobre os objetivos do seu trabalho; como também avaliar os próprios anseios no que diz respeito a ação educativa; analisar se esses correspondem à realidade factível; diante da negativa, são motivados a encontrar os possíveis meios para superar os obstáculos; pelos olhos da filosofia, conseguem ver no aluno um sujeito ativo do processo educativo e não meramente passivo; neste sentido, é levado a individuar o potencial de cada estudante, "re-descobrindo" os caminhos viáveis para orientar a capacidade dos mesmos verso a própria atualização; de modo geral, ajuda a despertar a consciência do aluno. Poder-se-ia elencar tantas outras "utilidades" e plausibilidade da promoção de uma mente filosofante do educador, porque a filosofia é capaz de auxiliar o saber pedagógico na execução da práxis educativa nas relações com o ambiente.

Uma vez reconhecido o vínculo entre a filosofia e a educação para a formação integral do homem, deve-se levantar algumas questões. Quando a filosofia passou a fazer parte da grade curricular nacional? A obrigatoriedade do ensino estabelecida pelo Estado foi suficiente para que a disciplina fosse efetivada de fato? No Brasil, o ensino da filosofia serviu a interesses escusos, a uma sociedade elitista e/ou projetos orquestrados pelo próprio Estado para dominar a massa da população? Levantaremos direta e indiretamente essas questões na próxima seção.

III - A proposta educadora da filosofia no cenário nacional

A filosofia é tomada como mãe de todas as ciências. Estas, com efeito, compunham o saber filosófico, um conhecimento que cuida da realidade na sua totalidade. A filosofia se apresenta como formadora do humano. Diferentemente das ciências exatas que se ocupam da realidade físico-sensível, emitindo juízos científicos acerca dela, a filosofia elabora juízos de valor, capazes de fundamentar e guiar a existência humana. Neste contexto, o educador terá um grande desafio ao seguir uma proposta filosófica, a saber: ensinar o aluno a pensar, sem que este crie uma aversão à reflexão. A postura questionadora do jovem dentro do processo educacional é conduzida pelo educador a um patamar crítico, pondo o aluno em condições de avaliar as mais diversas situações e tratar dos assuntos pertinentes a sua vida em sociedade (GADOTTI, 1979).

Não há dúvidas de que o educador, juntamente com a família, ocupe uma posição chave na realização de uma proposta educadora da filosofia tal como se descreveu até aqui. Todavia, antes de se considerar o ‘lugar’ do docente na relação entre a filosofia e a educação, julga-se necessário evocar o contexto histórico-escolar brasileiro no qual esta disciplina tenta se firmar. Sublinha-se que este não é o objeto próprio deste artigo e, portanto, os dados que se seguirão serão indicativos, ou seja, procuram traçar um quadro entre o qual esta pesquisa irá prosseguir. Não se propõe aqui uma apresentação exaustiva acerca do tema, mas uma aproximação.

Evaristo pesquisou sobre o ensino da filosofia no Brasil, desde o período colonial, passando pelo Império (século XIX), até chegar à República (até o ano 1957). Segundo o autor, para surpresa de muitos, a filosofia no Brasil é quase

contemporânea da sua descoberta. Nas escolas de nível secundário ou normal aos cuidados dos jesuítas, o ensino da filosofia já era promovido, além de cursos de filosofia propriamente ditos, pois o primeiro já tinha sido realizado na Bahia em 1572. Mas foi somente com a independência do Brasil, que a proposta do ensino da filosofia passou a ser debatido pela Assembleia Legislativa e, posteriormente pela Câmara dos Deputados. Foram muitas as tentativas, porém, sem consequências práticas ou atos de grande relevância a favor dos cursos de filosofia. No ensino médio ou secundário, era disciplina obrigatória nos liceus e ginásios de todas as províncias, mas tal instrução se preocupava unicamente a preparar os estudantes para a carreira médica e jurídica. Em um projeto completo de reforma do ensino, a filosofia ganha lugar de destaque, mas não havia autonomia mental no conteúdo filosófico. Neste cenário, já depois da metade do século XIX a filosofia se tornou um assunto polêmico. O sistema de ideias impostas pelo Estado — que escolhia a filosofia a ser ensinada nas escolas — era alvo de fortes críticas por não permitir à consciência individual eleger a verdade (DE MORAES FILHO, 1959, p. 3-10).

Pouco antes da queda do Império, foram feitas outras tentativas de reformar o ensino prevendo uma instrução capaz de aperfeiçoar a cultura intelectual, tendo em vista a carreira profissional, mas sem deixar de dar ao ensino filosófico aquele rigor capaz de impulsionar o movimento literário-científico. Pensava-se a partir de uma visão menos utilitarista ou de mercado. Mas mesmo com a implantação da República foram efetuadas grandes mudanças na perspectiva do ensino da filosofia. As grandes reformas feitas no âmbito federal não foram capazes de alterar o quadro. Neste mesmo período, a presença da filosofia na grade curricular das escolas oscila entre a obrigatoriedade e a sua facultabilidade. Nem mesmo todas as universidades brasileiras contemplavam o curso ou a disciplina de filosofia. Há de se notar no entanto, as finalidades para a qual foi designada uma Faculdade Nacional de Filosofia (lei nº 452, de 5 de julho de 1937), a saber: preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressadas ou técnica; preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e realizar pesquisas… (DE MORAES FILHO, 1959, p. 11-15). É interessante notar que a filosofia começa a ser contemplada na formação dos futuros professores.

Pelo decreto-lei nº 4.244 determinava que as escolas secundárias no curso clássico, diferentemente daquele científico, concorreriam para a formação intelectual,

além de um maior conhecimento de filosofia, acentuando o estudo das letras antigas (artigo 4º). A filosofia é contemplada como ensino obrigatório na segunda e terceira séries do curso clássico e na terceira do curso científico (artigo 17). No Colégio Pedro II (referência nacional, localizado no Rio de Janeiro), por exemplo, o ensino da filosofia tinha como finalidade promover a formação cultural e moral dos alunos (portaria nº 614, de 10 de maio de 1951). Estes acontecimentos positivos para o ensino da filosofia não garantiram a presença da filosofia na proposta curricular do Regulamento de Ensino Normal (decreto nº 9.529, de 28 de dezembro de 1948). Estabeleceu-se que na formação dos professores primários, que durava três anos, seriam ensinadas matérias afins com a filosofia, isto é, Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação (artigo 18). Os ensinamentos filosóficos aprovados pelos programas escolares seriam transmitidos através daquelas duas últimas disciplinas. Em meados do século XX, matérias filosóficas estavam presentes em diversas faculdades segundo o caráter de cada uma delas. As 50 faculdades de filosofia existentes na federação (1957) e somente 1.010 estudantes matriculados nessas instituições. O índice de candidatos ao curso filosófico é muito pequeno em proporção ao número de vagas oferecidas (DE MORAES FILHO, 1959, p. 15-21).

Este excedente de vagas, deve-se ao desinteresse pela matéria devido ao modo em que era percebida pela sociedade ou às escolhas mais pragmáticas visando o mercado de trabalho? Estas perguntas não compunham as preocupações do estudioso Evaristo. De qualquer forma, não parecem ser perguntas de ontem. Anos se passaram e elas parecem pertinentes ao contexto atual, sobretudo no que diz respeito à formação dos novos educadores. Que deste questionamento se ocupem outras pesquisas. No momento, resta observar que já então o autor constatava que: o ensino da filosofia — mesmo através dos programas de instrução moral e cívica — é feito de modo enciclopédico; o conteúdo filosófico era transmitido de modo confuso e sufocante, sem estimular o interesse dos alunos; o ensino filosófico disputava espaço com um número excessivo de disciplinas em pouco espaço de tempo; de fato, a filosofia parecia fazer número no currículo escolar, atribuindo-lhe uma natureza de simples preparatória porque posteriormente era cobrada somente em vestibulares para algumas faculdades específicas; nota-se que a filosofia na prática é impedida de desempenhar a sua função importante na formação intelectual e moral dos alunos do curso secundário; confunde-se a formação filosófica com a formação para o

magistério, elas não se excluem mais uma deveria vir depois da outra (DE MORAES FILHO, 1959, p. 21-26). Por fim,

> E para isso torna-se indispensável o exato conhecimento do estado atual das ciências e das pesquisas, ao lado de um amplo e direto contato com as fontes permanentes do pensamento filosófico em todos os tempos: os textos dos próprios filósofos. Por falta de tempo, em meio a vários e absorventes deveres de outras disciplinas, às vezes também por falta de vocação autêntica, a verdade é que os estudantes se contentam com a palha seca dos compêndios ou das apostilas de aula, sem coragem ou aptidão para o comércio direto com as obras marcantes da história do pensamento humano. E sem invencível curiosidade e livre espírito crítico não há filosofia possível (DE MORAES FILHO, 1959, p. 21-26).

É importante considerar o ensino educacional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Neste período a disciplina filosófica — juntamente com outras ciências humanas — foi reduzida e incorporada em outras, tais como as matérias de Educação Moral e Cívica, a de Organização Social e Política do Brasil, através da lei n^0 5692/71. Não é difícil notar que tais matérias serviam ao interesse da ditadura. Na prática, o conhecimento especificamente filosófico sumiu das escolas públicas brasileiras, pelo menos de forma oficial. Não era de interesse a promoção de cidadãos conscientes e críticos. A educação deveria servir ao desenvolvimento do país e era considerada questão de segurança nacional. As razões que levaram os militares a tomarem tal decisão são as mais variadas. Como ver-se-á a filosofia só passou a fazer parte obrigatória da grade escolar em 2008 (MAZAI, 2001, p. 8-12). Mas o que ocorreu após a redemocratização do Brasil?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para os quatro primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 1997) não contemplaram a filosofia como uma área importante juntamente com todas as outras disciplinas. Embora sejam previstos a apresentação de questões ligadas sobretudo à crítica filosófica — como os temas transversais e ética e pluralidade cultural — ela não aparece em destaque (BRASIL, 1997, p. 71). Preocupa-se, no entanto, que nestes dois primeiros ciclos, os alunos sejam levados a se posicionar de “maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas”. Ademais valoriza-se o pensamento lógico-intuitivo, a capacidade de análise crítica para despertar uma postura questionadora da realidade e de adequação à

mesma (BRASIL, 1997, p. 69). Esta postura é mantida também para os dois últimos ciclos do ensino fundamental, ou seja, do quinto ao oitavo ano (BRASIL, 1998).

A apresentação das bases legais do Parâmetros Curriculares Nacionais do ano 2000 (Parte I) para um novo Ensino Médio sublinha que a etapa final da Educação Básica deve ser marcada pela aquisição de conhecimento de conhecimento básico, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. Trata-se de uma formação geral, em contraste com aquela específica, capaz de levar os alunos a desenvolver as próprias capacidades, segundo os eixos principais da educação na sociedade contemporânea, isto é: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser. No final da formação, entre os diversos desempenhos, os alunos deveriam demonstrar "conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania", embora não se possa confinar a cidadania a nenhuma disciplina específica como alguém poderia ser induzido a pensar. Por isto, o currículo respeita três grandes áreas de conhecimento, a saber: I) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; II) Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; III) Ciências Humanas e suas Tecnologias (BRASIL, 2000ª, 5-23, 93).

Na parte IV, o PCN 2000 trata das Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ao tratar propriamente dos conhecimentos de filosofia (BRASIL, 2000b, 44-64) toma como ponto de partida os valores propostos na Lei 9394/96, conforme dispostos na Resolução n^{0} 03/98, isto é: aqueles fundamentais ao interesse social e à ordem democrática por terem em vista o bem comum e também os que fortalecem os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca. Neste sentido,

> Tais valores, nucleados a partir do respeito ao bem comum e da consciência social, democrática, solidária e tolerante, permitem identificar mais precisamente a concepção de cidadania que queremos para nós e que desejamos difundir para os outros. Eles projetam um éthos que, embora se refira à totalidade do ser humano, deixa-se clarificar em três dimensões distintas: estética, ética e política (BRASIL, 2000b, p. 48).

No cumprimento desta proposta, ressalta-se a importância de que a escola conte com um profissional da área, porque o saber filosófico é altamente especializado e, neste sentido, não deve ser tratado de forma amadora (BRASIL, 2000b, p. 56). Já as orientações curriculares

para o Ensino Médio tratam de apresentar mais detalhadamente como os Conhecimentos Filosóficos de Filosofia devem ser tratados ao interno da grande área de Ciências Humanas e Tecnologia (BRASIL, 2006, p. 13-40). O documento insiste sobre o objetivo da disciplina filosofia que não é

> apenas propiciar ao aluno um mero enriquecimento intelectual. Ela é parte de uma proposta de ensino que pretende desenvolver no aluno a capacidade para responder, lançando mão dos conheci- mentos adquiridos, as questões advindas das mais variadas situações. Essa capa- cidade de resposta deve ultrapassar a mera repetição de informações adquiridas, mas, ao mesmo tempo, apoiar-se em conhecimentos prévios. Por exemplo, cabe- ria não apenas compreender ciências, letras e artes, mas, de modo mais preciso, seu significado, além de desenvolver competências comunicativas intimamente associadas à argumentação. Ademais, sendo a formação geral o objetivo e a condição anterior até mesmo ao ensino profissionalizante, o ensino médio deve tornar-se a etapa final de uma educação de caráter geral, na qual antes se desenvolvem competências do que se memorizam conteúdos (BRASIL, 2006, p. 29).

Recentemente, a lei nº 11.684/2008 incluiu Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, em todos os anos do curso. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) evocam esta lei e oferecem mais esclarecimentos sobre a introdução da disciplina filosófica no ensino médio. Não haveria "correlação direta" entre a obrigatoriedade do ensino filosófico e o formato ou modalidade do componente curricular. Isto é, a filosofia não precisaria aparecer como uma disciplina específica ou uma parte diversificada. De fato,

> As escolas têm garantida a autonomia quanto à sua concepção pedagógica e para a formulação de sua correspondente proposta curricular, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, dando-lhe o formato que julgarem compatível com a sua proposta de trabalho (BRASIL, 2013, p. 28).

Note-se, portanto, que não houve grande diferença ou maior avanço no confronto do PCN 2000 para o Ensino Médio. É inegável, no entanto, o esforço do Ministério da Educação em introduzir nos currículos escolares o ensino filosófico. Discutiu-se amplamente por anos uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já

estabelecida para o ensino infantil e fundamental. Em abril do ano corrente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recebeu do MEC a última versão do BNCC para o ensino médio. O texto trás a distinção de áreas no ensino — Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagem e Matemática — e considerando apenas como disciplina dos componentes curriculares o português e a matemática. Sabe-se que o texto proposto apresenta seis competências e trinta e uma habilidades vinculadas ao ensino da geografia, sociologia, história e também filosofia (BRASIL, 2018). O BNCC orienta estas disciplinas à ética.

> Entendendo-se ética como juízo de apreciação da conduta humana, necessária para o viver em sociedade, e em cujas bases destacam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre-arbítrio, essa proposta tem como fundamento a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos (BRASIL, 2018, p. 547).

A reforma do ensino proposto pela BNCC deverá ser implementada até 2010. No entanto, restam algumas perguntas: basta introduzir a obrigatoriedade da filosofia no currículo escolar para se alcançar o objetivo desejado? Houve alteração na grade acadêmica das faculdades ligadas à educação? Tem-se por parte da sociedade, sobretudo da família dos alunos, uma consciência acerca da importância desta disciplina? Há uma preocupação e vigilância para que o conhecimento filosófico transmitido aos jovens não sirva a interesses estranhos ao núcleo familiar? Não se poderá responder profundamente a todos estes interrogativos, mas eles servirão de norte para a próxima seção.

IV - A corresponsabilidade na efetivação de um projeto filosófico

O percurso feito até este ponto oferece os elementos necessários para reconhecer a importância da filosofia para uma formação integral do humano e como esta questão foi tratada no cenário brasileiro do ponto de vista legal. Nesta seção, no entanto, parte-se de uma intuição, a saber: um projeto filosófico somente pode ser de fato realizado se se reconhece uma corresponsabilidade na sua efetivação.

> O tratamento da Filosofia como um componente curricular do ensino médio, ao mesmo tempo em que vem ao encontro da

> cidadania, apresenta-se, porém, como um desafio, pois a satisfação dessa necessidade e a oferta de um ensino de qualidade só são possíveis se forem estabelecidas condições adequadas para sua presença como disciplina, implicando a garantia de recursos materiais e humanos. Ademais, pensar a disciplina Filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em Filosofia, que preparam os futuros profissionais, e da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-la do ensino, da produção filosófica e da transmissão do conhecimento (BRASIL, 2006, p. 15-16).

Como se pode notar, pensa-se mais na filosofia no ensino médio e nem tanto no ensino infantil e fundamental. Deve-se ter presente, no entanto, que esta disciplina deve ser trabalhada com as crianças já no ensino primário e fundamental. É próprio da fase delas a inclinação natural à curiosidade. Diante do mundo circundante, elas admiram as suas maravilhas e as indagam com a ajuda dos adultos. Costumam por os ensinamentos que lhes são transmitidos em discussão. Neste sentido, promovem as suas primeiras reflexões sobre o modo em que o mundo, as pessoas e as coisas funcionam. A criança e o jovem, assim sendo, são agentes ativos no processo do filosofar. É o que recorda Kohan ao escrever:

> Serão as crianças que construirão suas filosofias e seus modos de produzi-las. Não é mostrando que as crianças podem pensar como adultos que vamos revogar o desterro de sua voz. Pelo contrário, nesse caso haveremos cooptado, o que constitui uma outra forma de silenciá-las. Seria mais adequado preparar-nos para escutar uma voz diferente como expressão de uma filosofia diferente, uma razão diferente, uma teoria do conhecimento diferente, uma ética diferente e uma política diferente: aquela voz historicamente silenciada pelo simples fato do emanar de pessoas estigmatizadas na categoria de não adultos (KOHAN; WAKSMAN, 1999, p. 70).

Com efeito, a criança nasce em um mundo pré-concebido, moldado por valores e princípios. Há no contexto existencial humano a chamada filosofia comum, que orienta a vida privada e coletiva. As pessoas a seguem de modo inconsciente e a transmitem do mesmo modo. Neste sentido, a relação instituição escolar/instituição familiar são as grandes transmissoras de um senso crítico comum. Condicionam as crianças a seguirem um determinado raciocínio, sem que os tenha perfeitamente elaborado. Ao contrário, deveriam transmitir os valores e educação cívica-moral, respeitando e estimulando a reflexão crítica já na terna infância. Nesta perspectiva,

afirma Mattheus:

> Tenho comentado muitas vezes que, quando encontramos um grupo de crianças completamente engajadas em pensar sobre a questão filosófica, as crianças simplesmente reinventam a história da filosofia. Com esse comentário quero dizer que o raciocínio filosófico das crianças com frequência lembra o raciocínio de Platão, Descartes, Bertrand Russel e outros grandes pensadores da história da filosofia (MATTHEWS, 2001, p. 37).

De fato, a curiosidade pelo desconhecido se manifesta já nas crianças. É próprio do humano buscar o saber. O povo tem fome de conhecimento. O que as pessoas — mesmo as alfabetizadas — não possuem, na maioria das vezes, as chaves para abrir os celeiros da sabedoria (HEINE, 1991, p. 19). Neste sentido, a família deveria ser a primeira a se preocupar com a educação crítica dos filhos em conjunto com a escola. Esta, por sua vez, deveria provocar ou despertar, no contato com os responsáveis das crianças, a consciência dos deles na participação da educação integral dos interessados. Sem uma colaboração entre ambas não seria possível uma formação completa do humano, porque as crianças começam a dar um significado à vida e descobrir o valor das palavras através dessas instituições, nas quais transcorrem grande parte do tempo. Por isto que Sharp também vislumbra o ensino filosófico das crianças:

> Se me perguntassem por que em me envolvi na ideia de que as crianças façam filosofia, diria que é porque me sinto ofendida com a ideia de que tratamos crianças como se fossem depósitos e as mutilamos até que sejam maiores de idade. Elas fazem dezoito anos e continuam utilizando palavras como amor, amizade sem saber do que estão falando (SHARP, 1998, p. 17).

Diante desta breve consideração, é impossível admitir que o contexto brasileiro não contempla a educação filosófica desde os primeiros anos do ensino. As leis atuais priorizam o ensino filosófico somente na filosofia. Este parece ser um primeiro obstáculo no cumprimento de uma educação integral que passa pela formação filosófica do homem. Se falta já profissionais da área filosófica para atender a demanda do ensino médio, não se deve esperar que ao menos os professores do

ensino fundamental pudessem contar com o auxílio de filósofos na realização de atividades extra acadêmicas e com a orientação dos mesmos para algumas atividades curriculares. Embora não seja obrigatório, a inclusão de um projeto filosófico no ensino fundamental é de se dizer necessário. Mas ao que parece, é o primeiro dos grandes desafios enfrentado por um projeto educacional integral.

Se se encontra acordo no que diz respeito à viabilidade e necessidade do ensino filosófico desde o ensino primário, passando pelo ensino fundamental, parece não apresentar nenhuma dificuldade afirmar que a sua importância e função desempenhadas junto ao homem permanecem também no ensino médio. Neste período, os jovens — na posse de maior uso da razão! — passam a explorar melhor o universo da filosofia. Podem se aproximar mais dos problemas filosóficos que tocam diretamente a própria vida, o cotidiano e o contexto social. No ensino médio, de fato, o educador já poderia dispor dos mecanismos necessários para orientar os jovens verso uma reflexão crítica e autônoma (GADOTTI, 1979). A consciência sócio-política começa a se delinear e a formação ética do estudante deve ser observada com rigor. Para um educador, formar o jovem filosoficamente deveria levá-lo a um comprometimento com a verdade!

As escolas e os responsáveis dos alunos deveriam se perguntar: qual homem se quer ter formado? Tal questionamento é importante pois o homem produz cultura e é formado por ela. Todavia, não se encontra na sociedade um modelo padronizado do ser humano. Sabe-se que o homem é determinado pelas relações humanas, familiares e sociais. O fato da natureza humana ser determinada, não significa que a sua existência também o será, pois ela depende não só de fatores intrínsecos (consciência pessoal e juízo de valores), mas também extrínsecos. O homem é capaz de se reorganizar, reordenar, dispor diferentemente de certas coisas. O homem é sujeito agente… O homem busca o sentido para a sua vida e para a história. Deve-se reconhecer que o conhecimento é poder para uma transformação sociocultural e para a formação do humano.

A importância dada a uma certa disciplina revela muito a consistência de um programa escolar. A filosofia é uma daquelas que serve de instrumento ao acesso à sabedoria. Pensa-se, por exemplo, no método socrático da maiêutica. A educação com efeito se enquadra nesta perspectiva ao procurar atualizar as potencialidades dos indivíduos, trazê-las para fora, fazer com que o estudante manifeste e procure

despertar as qualidades (VELOSO, 1968, p. 13). Os alunos podem ser preparados para o confronto crítico de ideias. A escola deve ser o espaço para elaborar o próprio pensamento, construir um conhecimento e não simplesmente reproduzir as ideias que lhe foram transmitidas. Assumir uma postura consciente diante da realidade social. Obviamente a ciência filosófica por si só não muda a situação atual. Ela cria aquela disposição necessária para mudança. Para tal tarefa, o papel do professor é fundamental:

> Este não é um mero animador de debates, nem um conscientizador de alunos; nem um simples orientador de pesquisa, nem um inculcador de sua doutrina. Sua função é prestar ajuda. Ajudar o aluno a aprender, a descobrir, conferir na sua mente, e tomar posse, com um ato criador de sua inteligência ativa, da verdade, como algo seu. Não aprende a verdade do professor, mas a verdade das coisas. Os antigos colocaram, por isso, a educação ao lado da medicina e da agricultura, como uma ars cooperativa naturae. A condição de arte auxiliar da natureza não a empobrece, mas ao contrário, engrandece, na medida em que indica a inviolabilidade do interior humano, que é um dos traços de sua nobreza pessoal. O professor não coloca o aluno numa forma, mas dá-lhe o apoio que precisa para que venha a ser ele mesmo (PRADO, 1991, p. 189).

Se o professor é peça fundamental na educação, mais ainda quando se trata de realizar um projeto educacional filosófico. Como se viu, no ensino médio se impõe a obrigatoriedade do ensino filosófico, mas também da presença de um profissional da área para se ocupar da disciplina que lhe é próprio. Com efeito, como destaca Prado no texto apenas citado, o professor não deve ser um doutrinador ou formador ideológico da consciência dos alunos. Nada impede a um professor de ter suas próprias convicções filosóficas, políticas e partidárias. Todavia, cabe-lhe educar, formar e não “catequizar” ou “in-formar” os estudantes à sua imagem e semelhança. Trata-se de uma postura propriamente filosófica, ou seja, de escuta crítica do interlocutor para estabelecer aquele diálogo frutífero na aproximação da verdade.

> A meditação filosófica autêntica desenvolve-se centrada em si mesma, o que não quer dizer que se considere auto-suficiente: concentra-se antes por uma razão de humildade, pela autoconsciência de sua finitude. Cada próprio filósofo sendo fiel a si mesmo realiza uma obra de imenso significado, bem maior do que o do pensador empenhado em transformar o mundo, sem cuidar de transformar-se a si próprio. O mal de muitos pensadores

> atuais talvez consista em ter perdido o amor pela solidão, convertendo a vida num palco perante um auditório. Na realidade, porém, quanto mais o homem se volve para si mesmo mais adquire condições para compreender os outros e para servi-los em concreta intersubjetividade (LADUSÃNS, 1978, p. 436).

O texto citado ajuda a compreender a importância da presença de um profissional da área dentro da instituição de ensino. De fato, um filósofo genuíno faz a experiência reflexiva do mundo e de si mesmo antes de levar o aluno a pensar sobre elas. Só um filósofo é capaz de tomar a devida distância do objeto problematizado antes de propor qualquer solução imediata, pré-concebida. Neste sentido, encontra-se apto a ser um verdadeiro pedagogo, a conduzir como mestre da verdade os seus alunos. O valor moral faz parte dos seus procedimentos racionais. Note-se que um profissional que obedecesse a estes critérios seria adequado, por exemplo, a atuar a proposta de uma Escola Sem Partido (http://www.escolasempartido.org) no ensino público brasileiro.

É inegável que um professor realmente formado e licenciado em filosofia é insubstituível no contexto escolar. Todavia, é igualmente negável que no Brasil de hoje há muitos professores ensinando fora de suas áreas de atuação para suprir a demanda escolástica e ausência de profissionais capacitados para cada âmbito do saber. Não é uma situação ideal, mas uma realidade de fato! Será diferente para a filosofia no ensino médio? Dever-se-á esperar para analisar como se concretizará a reforma do ensino médio. Mas assumindo uma visão pragmática e pensando na viabilidade do ensino filosófico já no ensino fundamental, o Brasil precisa pensar na formação filosófica ao interno da grade curricular da formação magisterial, como também do curso de pedagogia e da Ciência da Educação.

Não basta, no entanto, uma sólida formação filosófica dos professores e da presença de um profissional da área filosófica na escola para que um projeto educacional brasileiro, tal como proposto no presente trabalho, possa ser eficaz. Faz-se necessário uma verdadeira mudança de mentalidade do ensino no Brasil. As escolas, por exemplo, parecem mais preocupadas em informar sobre o humano e a vida humana do que formar o humano. As práticas pedagógicas muitas vezes são marcadas por uma “visão quantitativa” do saber que não por uma “visão qualitativa”, isto é, que não olha somente a capacitação de um indivíduo para o mercado por meio de uma instrução técnico-teorética, mas de uma formação prático-existencial a partir

daqueles fundamentos epistemológicos. Isto pode ser constatado através da análise do resultado atingido pelos jovens formados no Brasil. É perceptível a qualquer cidadão crítico que vivemos em um mundo onde se tem mais acesso à informação e que de fato as pessoas estão mais informadas. Todavia, é notável que a massa não possui uma postura crítica diante das fontes do qual se origina o conhecimento adquirido, não consegue expor o próprio pensamento porque é incapaz de pensar criticamente.

Os órgãos responsáveis pela educação em todas as esferas — municipais, estaduais e federal — deverão atuar para mudar este cenário. Não basta estabelecer dispositivos legais, estabelecendo uma obrigatoriedade, se a consciência coletiva ainda não entendeu o fundamental valor da ciência filosófica. Por exemplo, seria de grande valia a promoção de debates, palestras, Workshop, etc., sobre a Filosofia e Educação no contexto brasileiro. Trata-se de uma proposta importantíssima para o Brasil, mas que para ser executada precisa da corresponsabilidade das diversas esferas da sociedade.

V - Conclusão

Após uma breve consideração histórica da presença da filosofia no cenário educacional brasileiro, a hipótese avançada no início deste trabalho se revelou senão superficial, insuficiente.

Se é verdade que falta uma *clara* e *profunda consciência* da parte dos educadores e coordenadores pedagógicos acerca do papel da filosofia em uma educação integral, todos conseguem em certo tal modo intuir a sua importância. O reconhecimento da sua relevância para a formação do humano deveria ser acompanhado pela capacitação dos docentes para o seu ensino, como também a fomentação do ensino superior de filosofia. Do perfil brasileiro traçado nas páginas anteriores emergiu que, no Brasil, a instituição educacional, apoiada por aquela familiar, ainda não assumiu a perspectiva da corresponsabilidade na construção desse processo.

De fato, o reconhecimento do vínculo estritamente formativo do humano a partir de uma adequada relação entre o saber filosófico e a educação em geral ainda não faz parte do coletivo das escolas públicas brasileiras, porque a filosofia é somente considerada ou hipótese avançada no processo de ensino, mas ainda não foi

“encarnada” pelos currículos nacionais já propostos. Prova disto? Infelizmente, o conteúdo curricular nem sempre impôs e não insiste atualmente na obrigatoriedade de se garantir à filosofia uma especificidade disciplinar.

Reconhece-se que a pesquisa bibliográfica exposta neste artigo contemplou a urgência da retomada do ensino filosófico para uma educação integral no contexto brasileiro. Cumpriu o objetivo de uma pesquisa exploratória. Todavia, os limites impostos pela proposta em si mesma não permitiram ao leitor vislumbrar as diversas nuances da relação entre a filosofia e a educação. É nessas limitações, no entanto, que se deve interver pesquisas que aprofundarão o tema aqui tratado, a saber: como trabalhar a filosofia no ensino fundamental? Quais os motivos que impedem a filosofia ser inserida como disciplina específica e não como componente curricular nas escolas públicas? Qual caminho deveria ser trilhado para despertar a corresponsabilidade da família e das instituições de ensino? Ademais, uma outra pesquisa sobre o modo em que a filosofia foi introduzida ou contemplada nos parâmetros curriculares nacionais serviria para aprofundar os dados históricos apresentados *en passant.*

Referências

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação.** São Paulo: Moderna, 1996.

BOCHENSKI, J. M. **Diretrizes do Pensamento filosófico.** São Paulo: EPU, 1977.

BRANGATTI, P. R. **O ensino de filosofia no segundo grau**: uma necessidade de leitura do cotidiano. Piracicaba: Unimep, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da educação Fundamental. Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas da Educação Fundamental. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da educação Fundamental. Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas da Educação Fundamental. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais** (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas de Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio,** Parte I (Bases legais). Brasília: MEC, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas de Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, Parte IV (Ciências Humanas e suas Tecnologias). Brasília: MEC, 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio**, Volume 3 (Ciências Humanas e suas Tecnologias). Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Profissional Básica. Conselho Nacional de Educação. CONSED. UNDIME. **Base Nacional Comum Curricular** (proposta). Brasília: MEC, 2018.

DE MORAES FILHO, E. **O ensino da filosofia no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional (Ministério da Educação e Cultura), 1959.

GADOTTI, M. **A filosofia para crianças e jovens e as perspectivas atuais de educação.** In: KOHAN, Walter; O. LEAL, Bernardina (Ed.) **Filosofia para Criança em Debate.** Vol. 4 Petrópolis: Vozes, 2000.

GADOTTI, M. “Para que serve afinal a filosofia?” Reflexão 4 (13): jan./abr. 1979

HEINE, H. **Contribuição à história da religião e filosofia na Alemanha.** São Paulo: Iluminuras, 1991.

KOHAN, W. O.; WAKSMAN, V. (Ed.) **Filosofia para crianças, na prática escolar.** Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1999.

LADUSÃNS S. J., S. **Rumos da filosofia atual no Brasil** — em auto retratos (Algo do meu pensamento filosófico. Miguel Reale, p. 436). São Paulo: Convívio, 1978.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C.; SILVIA PASSOS, E. **Introdução à filosofia.** Aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 2004.

MATTHEWS, G. B. **A filosofia e a criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAZAI, N. **Trajetória do Ensino de Filosofia no Brasil.** In *Disciplinarum Scientia. Série*: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001).

MELENDO, T. **Iniciação à filosofia.** Razão, fé e verdade. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon LLuLL), 2005.

OLIVA, A.; GUERREIRO, M. **Pré-socráticos.** A invenção da filosofia. São Paulo: Papirus, 2007.

PRADO, L. de A**. Educação:** ajudar a pensar, sim: Conscientizar, não. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1989.

SHARP, Ann. **Introdução.** In: KOHAN, Walter O.; WUENSCH, ANA M. (Ed.) **Filosofia para crianças.** Vol. I. Petrópolis, Vozes, 1998.

VELOSO, A. V. **O estudo da filosofia.** Belo Horizonte: Júpiter, 1968.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO ESPANHOL EM TRÊS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

SPANISH'S LINGUISTIC VARIATION IN THREE HIGH SCHOOL TEACHING BOOKS

LA VARIACIÓN DEL LENGUAJE ESPAÑOL EN TRES LIBROS DE ENSEÑANZA DE LA ESCUELA SECUNDARIA

Janaina Ribeiro Pireda Teixeira[1]
Lilian Melo Motta[2]
Lorena Simão Da Costa[3]
Renilse Paula Batista[4]

Resumo: A língua espanhola vem ganhando espaço no ambiente escolar. Entretanto, por ser uma língua falada em cerca de 21 países, entende-se que, por isso, ela possui aspectos culturais em cada um desses países onde ela é tida como língua oficial. Dessa forma, é preciso que o ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE) abranja, se possível, todas essas particularidades. Considera-se, neste trabalho, que o uso de livros didáticos é uma forma de aproximar o aluno à língua estrangeira. Sendo assim, este artigo se propôs a analisar os conteúdos de três livros didáticos do ensino médio. Embasados nos autores Sousa (2013), Xavier (2013) e Camargo (2004), o presente trabalho busca analisar as variedades linguísticas da língua espanhola, analisando, inclusive, a maneira que essas variações são empregadas nas atividades propostas nas aulas de espanhol no universo escolar.
Palavras-chave: variação linguística, espanhol, livro didático.

Abstract: The Spanish language is gaining space in the school environment. However, as it is a language spoken in about 21 countries, it is understood that, for this reason, it has cultural aspects in each of those countries where it is considered the official language. Thus, it is necessary that the teaching of Spanish as a foreign language (E / LE) covers, if possible, all these particularities. In this work, it is considered that the use of textbooks is a way to bring the student closer to the foreign language. Therefore, this article proposed to analyze the contents of three high school textbooks. Based on the authors Sousa (2013), Xavier (2013) and Camargo (2004), the present work seeks to analyze the linguistic varieties of the Spanish language, also analyzing the way that these variations are used in the activities proposed in Spanish classes in the universe school.

Keywords: linguistic variation, Spanish, textbook.

Resumen: La lengua española ha ido ganando espacio en el ámbito escolar. Sin embargo, al ser una lengua hablada en alrededor de 21 países, se entiende que, por tanto, tiene aspectos culturales en cada uno de estos países donde se considera como lengua oficial. Por tanto, es necesario que la enseñanza del español como lengua extranjera (E / FL) cubra, si es posible, todas estas particularidades. Se considera, en este trabajo, que el uso de libros de texto es una forma de acercar al alumno a la lengua extranjera. Por tanto, este artículo tiene como objetivo analizar el contenido de tres libros de texto de secundaria. Basado en los autores Sousa (2013), Xavier (2013) y Camargo (2004), este trabajo busca analizar las variedades lingüísticas de la lengua española, analizando

[1] Pós graduanda em Neuroeducação pela Universidade Estácio de Sá.
janainarptl@gmail.com
[2] Pós graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Educação São Luís
lilian.melomotta@gmail.com
[3] Pós graduada em Língua Portuguesa e Espanhola pelo Centro Universitário São José de Itaperuna
lorenasimaocosta@gmail.com
[4] Doutora em Tradução, professora do curso de Letras do Centro Universitário São José de Itaperuna
renilse.paula@ig.com.br

también la forma en que estas variaciones se utilizan en las actividades propuestas en las clases de español en el universo .escuela.

Palabras clave: variación lingüística, español, libro de texto.

Introdução

Diante do avanço da língua espanhola na escola pública, o livro didático tem papel fundamental como ferramenta de apoio ao aprendizado do aluno. Embora o surgimento de novas tecnologias tenha aprimorado o ensino/aprendizado, o livro didático ainda é o principal instrumento de consulta de professores e alunos dentro da sala de aula.

Sendo o livro didático a ferramenta mais utilizada, na prática é o responsável por dois grandes fatores: como principal instrumento, pode conferir ao educando amplitude e conhecimento de outras culturas que divergem da dele ou simplesmente excluir as demais formas de expressão da língua, criando um Preconceito Linguístico (BAGNO, 1999), deixando esse discente com uma visão equivocada de homogeneidade linguística.

Como o Espanhol possui ampla diversidade em seu léxico, se fez necessário consultar livros que apontam para tais diversidades conferindo a elas a importância necessária. O objetivo principal deste artigo é promover reflexões acerca dos conteúdos relacionados as variações linguísticas que os livros didáticos apresentam e discutir se esse material didático realmente possui um papel fundamental para o conhecimento cultural do aluno.

A problemática que norteia o trabalho surge do interesse em verificar a discrepância existente no tratamento da diversidade linguística em três livros didáticos para o ensino de espanhol. Para isso, foi indispensável consultar o que determina as Orientações Curriculares e os Parâmetros Curriculares a respeito do papel do livro didático e artigos acadêmicos, Xavier (2013), Sousa, (2013) e Camargo, (2004), que exploram o ensino de variantes do espanhol em livros didáticos do Ensino Médio.

Primeiramente, será explicado o que é variação linguística, como ela se adequa em determinada língua e sua importância no aprendizado da mesma. A segunda seção deste artigo se refere à importância do uso do livro de didático na sala de aula e seu papel como ferramenta pedagógica. A terceira seção se propõe a analisar os três livros didáticos do Ensino Médio escolhidos, tecendo comentários acerca da

exposição de cada variante. Vale ressaltar que cada livro escolhido possui propostas didáticas diferentes que não serão analisadas. Este artigo se propõe somente a analisar as variações linguísticas encontradas.

1 A Variação Linguística do Espanhol

O latim se propagou através da Península Ibérica graças aos romanos e foi se diversificando em línguas como o espanhol e o português através dos tempos. O Espanhol da Espanha foi se modificando com o passar dos anos e continua mudando até os dias de hoje. Cano Aguilar contribui afirmando que:

> O Castelhano é umas das várias línguas romances, românicas ou neolatinas, surgidas do latim: em sua origem não foi somente uma mais das variantes dialetais que essa língua importada adquiriu em certas zonas e entre certos falantes da Península Ibérica e que, ao ir desenvolvendo e consolidando suas características próprias, acabou sendo uma entidade linguística suficientemente diferenciada (CANO AGUILAR, 1998, p.12 apud SOUSA, 2013, p. 31).

Entre os séculos XV e XVI, os espanhóis chegaram à América e durante o processo de colonização conquistaram grande parte do Continente Americano. Com isso, trouxeram à América o Castelhano da época e impuseram-no sobre as línguas que se falavam nestes territórios. Em suma, o castelhano se fundiu com as línguas que eram faladas pelos povos nativos e seguiu se diversificando no que é conhecido hoje por Variedades Linguísticas e que ainda estão em processo de modificação. É possível afirmar que “a base da língua que os espanhóis levaram para a América era correspondente à manifestação de fala (e escrita) a qual os imigrantes eram portadores de acordo com a base social a qual pertenciam.” (LOBATO, 1994, p. 556).

No espanhol dos séculos passados, palavras que eram muito utilizadas hoje já não se usam mais, assim como palavras que hoje são muito faladas logo deixarão de ser. De acordo com Lázaro, (apud LOBATO, 1994, p. 557), “Não existe garantia plena de que o futuro da língua esteja assegurado e é necessário observar com o máximo de respeito às normas gramaticais.”

Dessa maneira, “[...] os linguistas da atualidade consentem que a língua natural é um sistema aberto, que diferentes falantes podem expressar-se de maneira distinta usando a mesma língua.” (CAMACHO, 2001 apud XAVIER, 2004, p. 2). Assim como disse Alkimin, (apud XAVIER, 2004, p. 2), “nenhuma língua existe de forma

completamente homogênea, língua e variação são realidades indissociáveis.”. Ou seja, no desempenho de uma língua e na sua evolução, é possível notar suas distintas formas em diversos contextos.

De acordo com Coan e Pontes:

> O espanhol conta, atualmente, com mais de 450 milhões de falantes que têm esse idioma como língua materna, segunda ou estrangeira. Nesse contexto, quando falamos das variedades do Espanhol, em nenhum momento podemos pensar em uma unidade linguística, pois toda a língua abriga uma gama enorme de variantes nos níveis fonético-fonológico, morfossintático, semântico-lexical e pragmático-discursivo que constituem as mais diversas variedades peninsulares e americanas (COAN E PONTES, 2013, p. 183).

Dentre as diversidades culturais presentes na língua espanhola, cada falante é considerado único, pois cada um deles tem uma forma própria de falar. As diferenças linguísticas do espanhol podem ser divididas basicamente em três tópicos: Vocabulário, Pronúncia e Gramática. A seguir será demonstrado cada tópico.

1.1 Vocabulário

A presença de diversos fatores linguísticos implica no vocabulário da língua. A língua espanhola possui um vasto campo linguístico e essas diferenças podem ser amplamente notadas em seu vocabulário. A palavra *bolígrafo*, (caneta), é utilizada principalmente na Espanha, enquanto a palavra *pluma* (mesma tradução) é usada nos demais países de língua espanhola. É possível perceber que essas palavras possui uma grande diferença de pronúncia. Essa diferença deve ser apresentada ao educando como uma nova possiblidade de conhecimento. Tais palavras podem ser encontradas em qualquer dicionário bilíngue. Porém, para a produção desta tabela foi utilizado o *Diccionario del Estudiante. Real Academia Española.* 1ª edição. 2005. Editora Santillana.

Ignorar essas diferenças existentes entre as variedades linguísticas prejudicaria o ensino do idioma, uma vez que o educador é responsável por levar o aluno ao conhecimento da língua estrangeira.

1.2 Aspectos gramaticais relevantes: pronúncia e diversidade lexical

A pronúncia está inserida na forma de se acentuar as palavras e assim variam de acordo com cada região. Em cada país existe uma forma distinta de se pronunciar

a mesma palavra e dependendo da mesma pode existir até quatro formas de pronunciá-la.

Quando se trata de rasgos característicos da língua espanhola vale ressaltar o "ll" (*la elle o la ele doble*) que é um vocábulo que possui diversos modos de pronúncia. Na Espanha /calle/ (rua) pronuncia-se /cáie/. No México e na maioria dos países da América a pronúncia seria /cadje/. Já em algumas regiões do *Rio de la Plata*, como Uruguai, Paraguai e Argentina pronuncia-se /caje/ ou /cache/.

Embora a língua espanhola constitua uma grande variedade linguística, essa diversidade não deve fazer uma ruptura na língua e sim assemelhar seus vocábulos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira:

> A questão da variação linguística em Língua Estrangeira pode ajudar não só a compreensão do fenômeno linguístico da variação na própria língua materna, como também do fato de que a língua estrangeira não existe só na variedade padrão, conforme a escola normalmente apresenta (PCNs, 2000, p. 47).

A Língua Espanhola possui uma diversidade tão ampla que muitos professores não sabem que espanhol ensinar no momento da escrita e leitura. Essas variedades se transformam em uma desordem na cabeça do educando. Na verdade, essa dúvida não é algo que se restringe apenas ao aluno ou ao professor.

De acordo com as Orientações Curriculares de Espanhol para o Ensino Médio:

> O fato de o professor empregar uma variedade qualquer não o exime do dever de mostrar aos alunos que existem outras, tão ricas e válidas quanto a usada por ele, e, dentro do possível, criar oportunidades de aproximação a elas, derrubando estereótipos e preconceitos (2006, p. 136).

Com respeito ao léxico, o espanhol latino-americano[5] apresenta amplas diferenças, tanto com respeito ao espanhol peninsular como entre as diferentes regiões americanas entre si. Sem dúvida, estas diferenças não afetam o vocabulário básico, mas ao restante do componente léxico, o que é perfeitamente esperado em uma língua estendida por um território tão vasto e falada em mais de vinte países.

Dada a importância do ensino de uma segunda língua, a segunda seção deste artigo se propôs a analisar o papel dos livros didáticos para o conhecimento do aluno.

[5] Falado por nativos do Continente Americano.

2 O livro didático como ferramenta de aprendizagem

Um dos grandes dilemas no ensino da língua espanhola hoje, no Brasil, é que as editoras não aceitam livros publicados fora do país, que de certo modo pode ser considerado correto, pois os livros vindos dos países onde o espanhol é a língua materna, apesar de ter um conteúdo condizente, não sabem qual o panorama da educação brasileira. “Para o incremento da língua espanhola de forma definitiva, nas escolas do Brasil, é necessário incentivar a produção de livros didáticos (LD’s), e que sejam pensados especificamente para as necessidades do mercado brasileiro.” (FERNÁNDEZ 2005 apud BRAGA s.d, p. 2923).

Os recursos para a implementação do espanhol como língua estrangeira no Brasil são insatisfatórios, porém o livro didático chegou recentemente[6] e funciona como uma ferramenta auxiliadora na relação ensino-aprendizagem que norteia o meio escolar.

> Os materiais didáticos devem estar presentes e sempre relacionados à matéria que deverá ser ensinada aos alunos, bem como às unidades didáticas e ao currículo prescrito. Este é o caso do livro didático e também de outros materiais [...] são conhecidos como objetos facilitadores da aprendizagem e fixadores do conhecimento, poupando esforços do professor e do aluno durante o ato de ensinar e aprender (FISCARELLI 2008 apud SOUSA 2013, p. 35).

O livro didático deve ser visto como um mediador entre professor e aluno, um direcionador na troca de experiências cognitivas, já que é um facilitador na construção de conhecimentos, na troca entre docente e discente.

Apesar de intermediador, o livro didático tem inúmeras vantagens, pois emprega uma visão estruturada da língua espanhola, além de favorecer o trabalho do educador, auxiliando no ensino. Contudo, o professor deve saber qual livro adotar e entender que deverá adaptá-lo ao meio em que o educando está inserido, uma vez que nenhum livro vem totalmente completo e integralizado.

> O que não pode ser esquecido é que não existe o livro didático ideal. Mesmo que sua escolha envolva atenção às necessidades do aprendiz, seu contexto sociocultural, informação cultural diversa e não-etnocêntrica,

[6] O Programa Nacional o Livro Didático (PNLD) - já existe há dez anos, porém só em 2011, que o componente curricular língua estrangeira moderna foi incluído e, a partir deste ano cada aluno recebeu em sua escola um livro de espanhol acompanhado de um CD de áudio que propõe atividades que exigem uma significativa competência linguística. (CANDIDO, 2012, p. 2427).

> balanceamento entre teoria e prática, e linguagem apropriada, um livro didático nunca será auto-suficiente; sempre haverá necessidade de se suplementar determinadas partes do livro didático com material extra (YAKHONTOVA 2001 apud TÍLIO 2008, p. 121).

Partindo desse pressuposto, será apresentado ao decorrer deste trabalho as habilidades e competências propostas pelos documentos que regem o espanhol como língua estrangeira no Brasil.

2.1 O livro didático na formação do aluno: propostas e contribuições

O aluno de língua estrangeira deve ampliar seus conhecimentos utilizando as quatro habilidades da linguagem (leitura, escrita, compreensão e produção oral), desempenhando esse papel cotidianamente em sala de aula e o professor deve ser seu auxiliador nessa prática.

> Embora seja certo que os objetivos práticos – entender, falar, ler e escrever – a que a legislação e especialistas fazem referências são importantes, que nos parecer que o carácter formativo intrínseco à aprendizagem de Línguas Estrangeiras não pode ser ignorado. Torna-se, pois, fundamental, conferir ao ensino escolar de Línguas Estrangeiras um carácter que, além de capacitar o aluno a compreender e a produzir enunciados corretos no novo idioma, propicie ao aprendiz a possibilidade de atingir um nível de competência lingüística capaz de permiti-lhe acesso a informações de vários tipos, ao mesmo tempo em que contribua para a sua formação geral enquanto cidadão (PCNs, 2000, p. 26).

Os livros didáticos desempenham uma importante função na formação do aluno, pois estimulam o desenvolvimento das quatro habilidades. O livro pode conter textos para auxiliar na leitura, atividades discursivas para dar assistência a escrita e CD com áudios promovendo a compreensão e produção oral.

> Porém, o livro não deve ser considerado como única fonte de conhecimento disponível para o educando, mesmo sendo utilizado didática e corretamente em sala de aula, pois o professor deve ter consciência da necessidade de um trabalho diversificado e, para tanto, é preciso buscar, em outras fontes, informações ou conteúdos que venham a complementar e enriquecer o livro didático. (VERCEZE E SILVINO, 2008, p. 85)

Para adotar um livro didático, é necessário conhecer o ambiente em que o aluno está inserido e entender qual a finalidade do aprendizado de língua espanhola para ele e desta forma, poder atender a todas as expectativas e falar de um modo que o educando possa aprender. “[...] Seja qual for a disciplina abordada, o livro didático

deve servir para a construção da ética necessária ao convívio social democrático." (VERCEZE E SILVINO, 2008, p. 85).

Como os livros didáticos são importantes para o conhecimento específico da língua espanhola como língua estrangeira, o livro didático deve apresentar um conteúdo amplo tratando em sua metodologia o assunto de variações linguísticas. Por isso, este artigo se propôs a analisar livros didáticos visando encontrar diversas formas de variação nos três livros investigados.

3 A presença da Variação Linguística do Espanhol em três livros didáticos do Ensino Médio

Para tratar dos conceitos usados para a elaboração desta terceira seção foi de suma importância compreender, primeiramente, o que é Variação Linguística o papel do livro didático como ferramenta de ensino/aprendizagem, que são necessários para sua implementação no âmbito escolar.

Segundo as Orientações Curriculares (2006),

> Cada língua é constituída por um conjunto de variantes e a história de cada língua e de cada cultura é marcada por essas mudanças e oscilações. Portanto, entende-se que devido a diferentes fatores uma língua tem diferentes formas de uso. Entre estes fatores se destacam: os regionais, os culturais, os contextuais e os profissionais. É o emprego das diferentes formas de uso ou modos de falar uma língua que distingue uma comunidade de fala. (apud SOUSA, 2013, p. 26)

Nesse contexto, quando uma língua estrangeira é introduzida no ambiente escolar, seu papel não é somente apresentar uma nova maneira de falar, mas também expor ao aluno uma nova cultura.

Dada a importância do ensino das variações linguísticas para o conhecimento cultural do aluno, foi possível perceber que geralmente os livros didáticos do ensino médio apresentam a predominância do espanhol peninsular, deixando, assim, o aluno sem o suporte cognitivo necessário. "[...] um fator bastante relevante para processo ensino-aprendizagem de língua estrangeira moderna, nesse caso o ensino de espanhol língua estrangeira, é a produção de material didático específico que contemple o tratamento da variação linguística." (XAVIER, 2013, p. 33). Em suma, o ensino do espanhol (E/LE)[7] deve levar em consideração todas as suas variantes.

[7] E/LE: Espanhol como língua estrangeira

Qualquer variedade exclusa do ensino-aprendizagem da língua pode implicar ao que é chamado pelos sociolinguistas de Preconceito Linguístico.

Em seu livro “Preconceito Linguístico”, Bagno (1999, p. 103) afirma que “[...] muita gente acredita e defende que é a norma culta que deve constituir o objeto de ensino/aprendizagem em sala de aula. Mas o que é e onde está essa norma culta?”.

Trazendo essa ideia para o campo escolar, “[...] a imensa maioria dos materiais didáticos aqui utilizada para o ensino deste idioma é de origem Peninsular.”[8] (CAMARGO, 2004, p. 142).

Sendo assim, a visão do “[...] termo latino-americano costuma vir acompanhado de significados negativos, trazendo o carimbo de subdesenvolvimento, de secundário, de submisso [...]” (SUGMOTO, 2002 apud CAMARGO, 2004, p. 144).

Tratar as diferenças da língua espanhola como secundárias atrapalha o ensino da língua como um todo, pois a Espanha sendo “[...] considerada a referência primeira do espanhol, o seu *locus* legítimo, a pátria-mãe do idioma [...]” (CAMARGO, 2004, p. 145), causa o afastamento das próprias variações da língua.

É sabido que o ensino de espanhol como língua estrangeira ganhou força nos últimos anos, porém, a lei que respalda ainda é frágil facultando-a ao aluno (Lei Nº 11.161/2005).[9]

Quanto à importância do uso do material didático na sala de aula, Richards e Rodgers colaboram afirmando que:

> [...]o papel dos materiais dentro de um método ou sistema de ensino reflete as decisões que concernem ao objetivo principal dos materiais (por exemplo, apresentar conteúdos, praticar conteúdos, facilitar a comunicação entre alunos ou facilitar que os alunos pratiquem o conteúdo sem a ajuda do professor). (RICHARDS E RODGERS, 1998 apud SOUSA, 2013, p. 34).

Sabendo disso, este artigo se propôs a analisar três livros didáticos de nível médio que apresentem as variantes da língua espanhola e que sejam utilizados nas escolas[10]. Os livros a serem analisados serão: Livro *Síntesis: curso de lengua española* – Ivan Martin; *Listo: Español a través de textos* – Esther Maria Milani/ Isabel Rivas M. Gradvohl/ Lívia Rádis Baptista/ Rodrigo Durval de Lacerda e Walmir Sabino

[8]Península Ibérica: Espanha

[9]Conteúdo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm. Acessado em 23/10/2014 às 17:16hrs.

[10]Síntesis: curso de lengua española – Ivan Martin. 1ª edição. Ed.: Ática. 2012, Listo: Español a través de textos – Esther Maria Milani/ Isabel Rivas M. Gradvohl/ Lívia Rádis Baptista/ Rodrigo Durval de Lacerda e WalSabino. Ed. Moderna ltda. 2006 e Espanhol Único – Lívia Rádis Baptista. Volume Único. 2011. Editora Santillana. S.d.

e Espanhol Único – Lívia Rádis Baptista. Os livros serão analisados a respeito do quantitativo de páginas encontradas que trabalham o uso das variações.

3.1 Análise das variações linguísticas encontradas nos livros didáticos analisados.

O livro “Síntesis” apresenta um conteúdo contextualizado de modo que “os exercícios de compreensão textual dão ênfase à repetição, à linearidade, e guiam o aluno ao conhecimento de palavras e da gramática, [...]” (GRIGOLLETO,1999 apud LIMA & PONTE, 2011, p. 3). Dessa forma, acredita-se que o aluno está praticando a interpretação textual. Porém, o livro não apresenta um conteúdo representativo com relação as variações linguísticas dos espanhol que devem ser trabalhadas de maneira que o aluno possa compreender que “não existem variantes inferiores: toda variação no uso de uma língua é lógica, complexa e regida por regras gramaticais [...].” (LOBATO, 1986, p.26 apud IRALA, 2004, p. 6).

Na página 10 da obra em tela, “Síntesis”, está presente o texto[11] *“La luna”*, de Eduardo Galeano, *Bocas del tempo, Buenos Aires*, Catálogos, 2003, onde, respectivamente, um argentino, um cubano, um mexicano e um espanhol o leem. Segue abaixo o texto:

> *La luna madura embaraza la tierra, y hace que el árbol siga vivo en su madera.*
> *La luna llena alborota a los lunáticos, a los alunados, a las mujeres y a la mar.*
> *La luna verde mata las siembras.*
> *La luna amarilla viene con tormenta.*
> *La luna roja trae guerra y peste.*
> *La luna negra, luna ninguna, deja al mundo triste y al cielo mudo.*
> *Cuando Catalina Álvarez estaba sus primeros pasos, alzaba los brazos al cielo sin luna y llamaba:*
> *¡Luna, vení!*

Foram encontradas apenas duas variações, sendo elas o *voseo* (p. 36) e as diferenças ente *tú y usted* (p. 39)[12]. Há somente essas duas páginas onde o emprego das variações linguísticas é usado. O livro não possui nenhum exercício que permita ao aluno melhor compreensão do funcionamento das variantes que foram apresentadas.

[11]Este texto pode ser ouvido através de um CD contido na última página do livro.
[12]As páginas citadas serão apresentadas no final deste artigo em forma de anexo.

O livro Listo (2006) segundo a ser analisado, possui um conteúdo dinâmico, bem estruturado, com figuras coloridas que chamam a atenção do aluno. Também estão presentes apenas duas das variações mais comuns da língua espanhola; o *El voseo* (p. 199) e *El leísmo* (p. 223). Neste livro somente nessas páginas são encontradas as variedades da língua. Dessa forma, não fica claro para o aluno as vertentes que podem ser estudadas. O livro não apresenta exercícios de fixação para que o aluno reflita acerca das variantes da língua.

O terceiro livro a ser analisado foi o "Espanhol Único" (2011) da Editora Santillana[13]. Devido ao fato de a Editora ter como país de origem a Espanha, este foi o único livro a ser analisado que não possui em nenhuma de suas unidades a presença de variações linguísticas. Em relação as variantes, é notório que "[...] o que leva à escolha de uma como superior às demais são considerações culturais ou políticas." (LOBATO, 1986, p. 26 apud IRALA, 2004, p. 6). Sendo assim, a função do professor de espanhol (E/LE) que optar por esse livro é apresentar de maneira oral ou com materiais didáticos adicionais as variações da língua, para que o aluno seja capaz de interagir com a cultura presente em cada país de língua latina.

Dessa forma, cabe ao professor e ao livro didático de uso, desenvolver métodos para que seu aluno seja capaz de adquirir todos os conhecimentos possíveis acerca da língua estrangeira a qual está estudando. "Infelizmente muitos professores ainda carregam uma visão purista da língua, e isso se reflete na maneira como eles conduzem o processo de ensino-aprendizagem [...]" (XAVIER, 2013, p. 4), ou seja, "[...] ainda falta muito para que o professor e o cidadão comum se conscientizem da importância e da inerência da variação na atividade da linguagem. Entender a variação linguística, sobretudo a geográfica, faz com que o olhar em direção ao espanhol esteja mais livre de preconceitos [...]" (ANTUNES, 2003 apud XAVIER, 2013, p. 4).

Em suma, "[...] as línguas estrangeiras assumem a condição de serem parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, consequentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado." (PCNs. 2000. p. 24).

Considerações finais

[13] Para mais informações acesse: http://www.santillana.com.br/portal-santillana.htm

O objetivo deste trabalho foi averiguar o tratamento dado a variação linguística em três livros didáticos utilizados como ferramenta de aprendizagem do espanhol como língua estrangeira. De modo geral, acredita-se que o livro didático pode proporcionar grandes reflexões acerca de conhecimentos diversificados da língua espanhola.

Porém, os livros didáticos analisados não conferiram atenção necessária às variações linguísticas. Dessa forma, cabe aos professores da língua espanhola (E/LE) abordarem novas temáticas para a complementação pedagógica em suas aulas. Sendo assim, vale ressaltar que o professor deve ampliar seus conhecimentos para abordar as heterogeneidades da língua espanhola, já que os livros didáticos em questão tratam as variantes da língua de forma limitada.

Dada a relevância do tema proposto, o presente artigo pode ser explorado por outros pesquisadores utilizando mais livros didáticos visando encontrar em seus conteúdos variações linguísticas de diversos países latinos, o que contribuiria para a diminuição do Preconceito Linguístico existente entre as diversas culturas da língua espanhola.

Referências

BAGNO, Marcos. – **Preconceito Línguístico:** O que é? Como se faz? 49ª edição. Editora Loyola. 1999.

BRAGA, Lucimar Araújo. **O livro didático, a identidade do aprendiz brasileiro de língua espanhola e a multiculturalidade**, s.d. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas%20_25023078/O%20livro%20did%E1tico,%20a%20identidade.pdf> Acesso em 12/10/14

CAMARGO, Moacir Lopes de. **O ensino do Espanhol no Brasil:** Um pouco de sua história. 2004. Disponível em < http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/tla/article/view/2222/1728> Acesso em 11/10/14

COAN, Márluce. PONTES, Valdecy de Oliveira. **Variedades Linguísticas e o ensino de espanhol no Brasil.** 2013. Disponível em <erevista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/8252/6079> Acesso em 1º/11/14

IRALA, Valesca Brasil. **A opção da variedade de Espanhol por professores em serviço e pré-serviço.** 2004. Disponível em <www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/download/209/176> Acesso em 04/11/14

LIMA, Josilane Márcia Justiniano de; PONTE, Andrea Silva. **Os Gêneros Textuais no Livro didático de espanhol:** Análise e reflexões. 2011. Disponível em <http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/618-Artigo-g%C3%AAneros-GELNE-2012.pdf> Acesso em 07/11/14

LOBATO, Jesús Sánchez. **El español en América.** 1994. Disponível em <http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/04/04_0553.pdf> Acesso em 18/11/14

OCEM, MEC/SEB. **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:** Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM). Brasília: MEC/SEB, 2006. (Volume 1).

PCNEM, MEC/SEB. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio (PCNEM). Brasília: MEC/ SEMTEC, 2000.

SILVA, Elaine Cristina Rodrigues – **Que espanhol Ensinar?:** A Variação lexical do Espanhol como língua estrangeira. s.d. Disponível em <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/ElaineCristinaRodriguesSilva.pdf> Acesso em 17/11/14

SOUSA, Francisco Raimundo. **O tratamento dado à variação linguística no material didático nas aulas de espanhol Língua Estrangeira (LE) no Ensino Médio:** A especificidade de uma escola pública em Boa Vista-RR. 2013. Disponível em <http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/franciscosousamestrado.pdf> Acesso em 17/11/14

TÍLIO, Rogério Casanovas. **O papel do livro didático no ensino de língua estrangeira.** 2008. Disponível em <http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/reihm/article/view/33> Acesso em 18/11/14

VERCEZE, Rosa Maria Aparecida Nechi; SILVINO, Eliziane França Moreira. **O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim.** 2008. Disponível em < http://www.dtp.uem.br/rtpe/volumes/v11n3/010_rosa-338-347.pdf> Acesso em 14/11/14

XAVIER, Débora Luise Souza. **O Espanhol da América:** Considerações sobre a variação linguística e o ensino do espanhol como língua estrangeira. 2013. Disponível em < http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/Volume3/DEBORA%20XAVIER.pdf> Acesso em 12/11/14



Imagem 02: Livro Síntesis. El Voseo. Página 37.

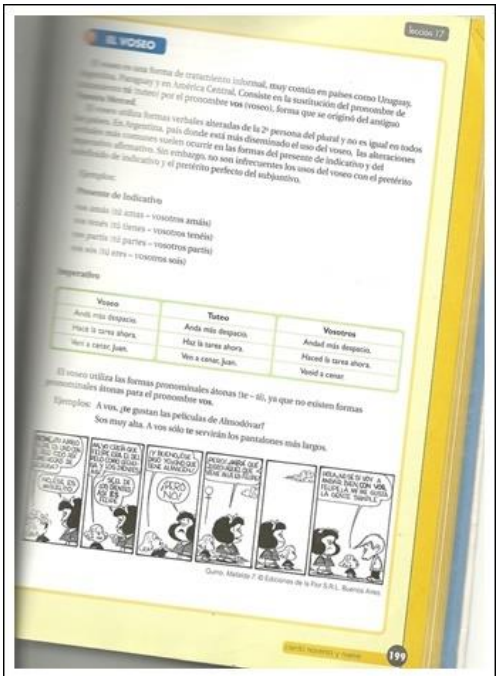


Imagem 03: Livro Listo. El Voseo. Página 199.

anexos

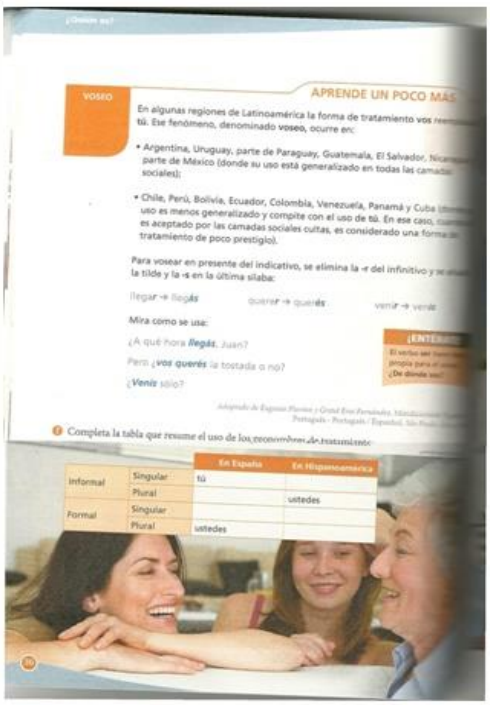


Imagem 01: Livro Síntesis. El Voseo. Página 36.

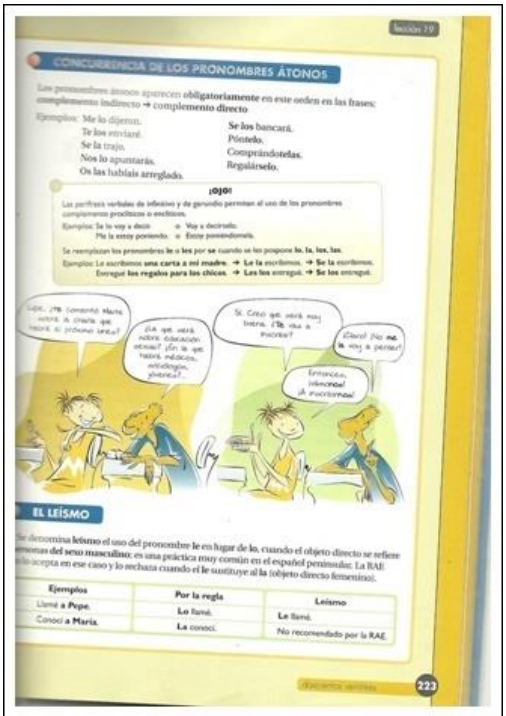


Imagem 04: Livro Listo. El Leísmo. Página 223

GÊNEROS MULTIMODAIS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

DIGITAL MULTIMODAL GENDERS IN COMMUNICATION THROUGH TECHNOLOGICAL TOOLS

GÉNEROS DIGITALES MULTIMODALES EN COMUNICACIÓN A TRAVÉS DE HERRAMIENTAS TECNOLÓGICAS

Luciano Dias de Sousa[1]

Lucas Borcard Cancela[2]

Marcos Antônio Pereira Coelho[3]

Flávio Aparecido de Almeida[4]

Resumo: O artigo tem como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre os gêneros digitais multimodais e suas textualidades como forma de comunicação contemporânea de interatividade e uso das ferramentas tecnológicas digitais no cotidiano. Para nosso estudo, a abordagem é exploratória bibliográfica através dos pressupostos teóricos de: Bahktin (2011), Lévy (1996), Santaella (2014), Rojo (2012, 2013), Marcuschi (2008) entre outros. A tecnológica tem instigado a promoção de novas composições textuais, novas configurações, que transcendem as palavras e as frases; novos formatos textuais numa conjuntura de interatividade constante no cotidiano de uso da linguagem.

Palavras-chave: gêneros digitais; textualidades, multimodalidade

Abstract: The article aims to make a theoretical reflection on multimodal digital genres and their textualities as a form of contemporary communication of interactivity and use of digital technological tools in everyday life. For our study, the approach is exploratory bibliographic through the theoretical assumptions of: Bahktin (2011), Lévy (1996), Santaella (2014), Rojo (2012, 2013), Marcuschi (2008) among others. Technology has instigated the promotion of new textual compositions, new

[1] Mestre em Cognição e Linguagem e Docente na UEMG. Contato: poesiaeci@gmail.com.
[2] Mestre Em Tecnologia da Informação (UCAM).
[3] Mestre Em Cognição e Linguagem. Servidor na UEMG.
[4] Mestre Em Ciências da Religião (Faculdade Unida).

configurations, which transcend words and phrases; new textual formats in a context of constant interactivity in the daily use of language.

Keywords: digital genres; textualities, multimodality

Resumen: El artículo tiene como objetivo hacer una reflexión teórica sobre los géneros digitales multimodales y sus textualidades como forma de comunicación contemporánea de la interactividad y el uso de herramientas tecnológicas digitales en la vida cotidiana. Para nuestro estudio, el enfoque es exploratorio bibliográfico a través de los supuestos teóricos de: Bahktin (2011), Lévy (1996), Santaella (2014), Rojo (2012, 2013), Marcuschi (2008) entre otros. Lo tecnológico ha instigado la promoción de nuevas composiciones textuales, nuevas configuraciones, que trascienden palabras y oraciones; nuevos formatos de texto en un contexto de interactividad constante en el uso diario del lenguaje.

Keywords: géneros digitales; textualidades, multimodalidad

1.Considerações iniciais

Com avanço constante das tecnologias digitais de comunicação e informação, confere às mais diversas práticas sociais novas configurações linguísticas, essas mudanças significativas trazem à tona um novo tipo de texto: o texto multimodal, aquele cujo significado se realiza por mais de um código semiótico (texto escrito, imagem estática, vídeo, áudio etc.).

Segundo Rojo (2013, p.93), no contexto da alta modernidade,

> É premente associar aos recursos das novas tecnologias, tendo em vista construir um processo de formação que acompanhe os nativos digitais e dê suporte às habilidades necessárias para que esses sujeitos circulem através das mídias e atuem na cultura participativa que emerge presentemente .

A disseminação das novas tecnologias digitais trouxe configurações híbridas e hipertextuais para a linguagem. A produção de textos sofreu modificações, sua distribuição é rápida e ampla. A internet tem propiciado o surgimento de um grande número de práticas textuais que compõem um conjunto aberto e praticamente ilimitado que circulam os gêneros textuais digitais. Nesse sentido, nosso objetivo fazer uma reflexão teórica sobre os gêneros digitais multimodais e suas textualidades como forma de comunicação contemporânea de interatividade e uso das ferramentas tecnológicas digitais no cotidiano.

2. Textos multimodais na internet

Os gêneros textuais presentes no ambiente virtual são reconfigurações de textos já existentes. Contudo, eles possuem características e finalidades que os distinguem dos demais, criando-se, assim, um novo gênero. A linguagem com recurso digital exige a habilidade de construir textos multimodais que mesclem palavras, imagens e sons.

Nos estudos dos gêneros, em Estética da Criação Verbal, Bakhtin (2011) os gêneros do discurso são amplamente maleáveis e adaptáveis às diversas formas de comunicação que se vinculam com as múltiplas atividades e esferas de interação humanas. Assim, essas atividades modificam a linguagem, a comunicação e os gêneros discursivos acompanham o mesmo movimento de configuração de um novo gênero.

Dessa forma, nas plataformas virtuais a linguagem que representa e é refletida por comportamento dinâmico e moderno de uso da linguagem. É dessas variadas esferas que surgem os enunciados, representação de gêneros e concretização de discursos, sempre únicos enquanto possibilidades de utilização da língua. Bakhtin (2011, p. 261) auxilia na construção desse conceito:

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

A pluralidade de enunciados em plataformas de comunicação digital em que as relações humanas se estruturaram cotidianamente através de mensagens marcadas por fluidez e oralidade, exigem possibilidades infinitas e expressiva multimodalidade na composição da textualidade dos gêneros. Dessa forma, mudanças e alterações históricas na forma de comunicar têm relação direta com as mudanças dos gêneros discursivos e, somente assim, tomando o enunciado como unidade comunicativa, temos a real possibilidade de compreensão de emprego da língua enquanto ato comunicativo do ser humano.

Para Marcuschi (2008, p. 24) o texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. Temos, na verdade, pontos intercessores que resultam em “duas faces da mesma moeda” de um gênero como entidade dinâmica concretizada na linguagem, através de formas culturais e cognitivas de ação social e não em modelos estanques.

Seguindo os pressupostos de Marcuschi (2008, p. 149):

> [...] a análise dos gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. E se adotarmos a posição de Carolyn Miller (1984), podemos dizer que os gêneros são uma forma de ação social. Eles são um artefato cultural importante como parte integrante de nossa sociedade.

Assim, no ciberespaço, outros gêneros apareceram como modificações de gêneros já existentes, com caráter de flexibilidade e fluidez. O texto digital é um documento de circulação social via internet que conectados pelo ciberespaço, torna-

se uma publicação, pronta para ser lida, alterada e compartilhada.

Marcuschi (2010), os gêneros textuais digitais que surgem com a popularização do uso da Internet, as possibilidades de manifestação da literatura em hipertexto atraem uma infinidade de pretensos “escritores” e insaciáveis leitores. Ao mesmo tempo, essas possibilidades, seja por meio de *blogs* ou outras interfaces, são tantas que a experiência da leitura também se encontra cada vez mais dispersa em variações e fragmentações a tal ponto que toda leitura produz uma história diferente porque diferentes são as conexões feitas pelos leitores a partir dos *hiperlinks.*

Evidentemente, a estrutura em rede e os formatos hipertextuais e hipermidiáticos facilitam as apropriações, intensificando as hibridizações, permitindo acessos e apropriações de textos.

> As demandas sociais devem ser refletidas e retratadas criticamente nos/pelos currículos escolares, Respondendo às questões anteriores, para que a escola possa qualificar a participação dos alunos nas práticas da web, na perspectiva da responsabilização, deve propiciar experiências significativas com produções de diferentes culturas e com práticas, procedimentos e gêneros que circulam em ambientes digitais: refletir sobre as participações, avaliar a sustentação das opiniões, a pertinência e adequação de comentários, a imagem que se passa, a confiabilidade das fontes, apurar os critérios de curadoria e de seleção de textos/produções, refinar os processos de produção e recepção de textos multissemióticos (ROJO e BARBOSA, 2015, p. 135).

Ribeiro (2016) afirma que nos âmbitos da leitura e da escrita, os letramentos são diversos e possuem níveis de complexidade também diversificados. Sabemos ler muitos produtos editoriais, embora nem sempre saibamos produzi-los ou nem conheçamos os processos de construção. No entanto, é importante conhecer as ferramentas e técnicas para compor mensagens e discursos na forma de textos multimodais.

A integração entre texto, som e imagem aliados à liberdade de expressão, à interatividade garantem a expansão do gênero digital na comunicação em meio da “navegação”, pesquisa, trocas de mensagens em uso de ferramentas digitais na interação e integração no ciberespaço.

3. Leitura e a escrita adquirem novo formato

O ambiente virtual é formado por inúmeras ferramentas e recursos tecnológicos, os quais já há algum tempo fazem parte do nosso cotidiano. Embora não seja exclusivamente uma composição textual somente do ambiente virtual, a multimodalidade textual dos gêneros digitais se apresenta como uma característica acentuada nesse meio, uma vez que reflete uma integração aos recursos multimodais e híbridos, causando um maior estímulo sobre o usuário, que consegue utilizar com facilidade esses recursos.

Em conformidade com a multiplicidade semiótica no ciberespaço, assinala Santaella (2014), os processos de comunicação na web, a interatividade alcança seu clímax nas redes sociais digitais e nos games. A construção textual no ciberespaço une-se elementos verbais, visuais, sonoros, cinéticos e hipertextuais, em uma linguagem híbrida e digital.

> A hipermídia mescla o hipertexto com a multimídia. O prefixo hiper, na palavra hipertexto, refere-se à capacidade do texto para armazenar informações que se fragmentam em uma multiplicidade de partes dispostas em uma estrutura reticular. Através das ações associativas e interativas do receptor, essas partes vão se juntando, transmutando-se em versões virtuais que são possíveis devido à estrutura de caráter não sequencial e multidimensional do hipertexto (SANTAELLA, 2014, p.211).

Com o desenvolvimento das tecnologias, outros gêneros, não presos apenas à escrita, ganham espaço, o que torna o leitor diferente daquele que esteve mais preso à cultura escrita, pois este leitor não conta somente com o texto verbal, mas com outros recursos que complementam a leitura e a interpretação. Esses novos gêneros perdem então sua forma rígida e ganham novos formatos.

Nas redes sociais, um texto se torna materialidade textual de si mesma e de outras textualidades e possibilidades dentro do contexto do ciberespaço, assinalada por um constante revelar-se, de *link* em *link*.

> Tal é o trabalho da leitura: a partir de uma linearidade ou de uma platitude inicial, esse ato de rasgar, de amarrotar, de torcer, de recosturar o texto para abrir um meio vivo no qual possa se desdobrar o sentido. O espaço do sentido não preexiste à leitura. É ao percorrê-lo, ao cartografá-lo que o fabricamos, que o atualizamos (LÉVY, 1996, p. 36).

Nesse novo contexto, afirma Coscarelli e Ribeiro (2014), diferentemente do livro didático, o computador como recurso multimídia oferece possiblidades de exploração pedagógica de uma simultaneidade de linguagens que pode conduzir a determinadas análises da linguagem escrita. Novas formas de leitura devem ser consideradas, a fim de que se detone um processo educativo de alfabetização e letramento significativo, que leve em conta a multiplicidade tecnológica. Assim podemos destacar alguns modelos de textos multimodais:

Figura 1: Anúncio publicitário do Banco Brasil.

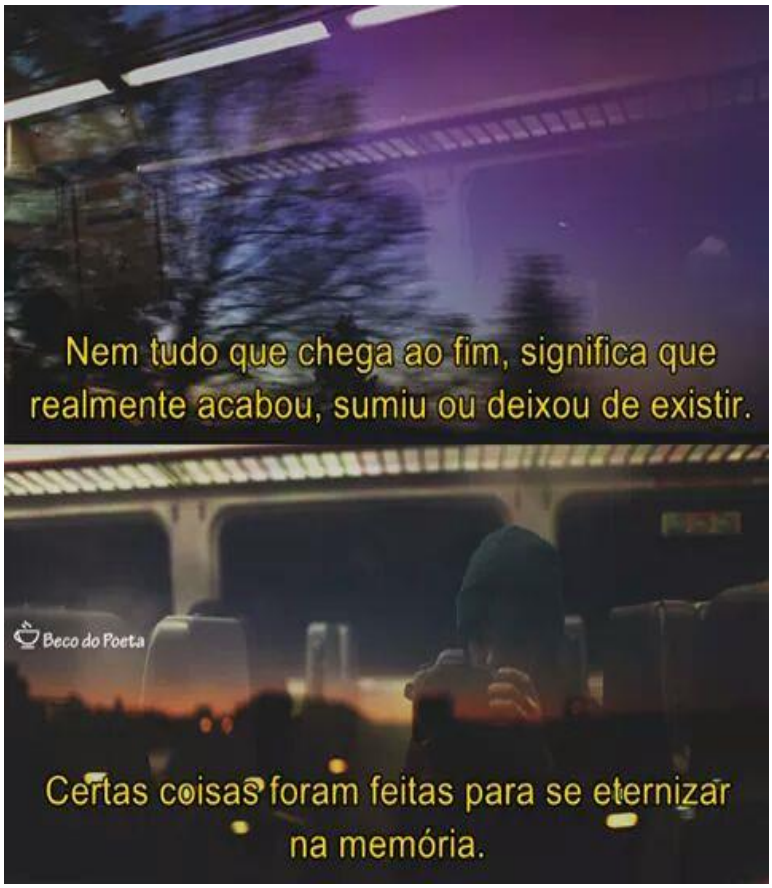


Disponível em: https://www.portugues.com.br/redacao/intergenericidade.html. Acesso em: 15 de fevereiro 2021.

Para Silva, Sousa e Cipriano (2015, p.136), os textos multimodais consistem em textos materializados a partir de elementos advindos dos diversos registros da linguagem (verbal e visual). Quando essa junção acontece, dizemos que o texto é multimodal. Ou seja, ele traz consigo tantos signos alfabéticos (letras, sílabas,

palavras e frases), quanto elementos imagéticos e visuais, tais como: cores, formas, formatos etc.

Figura 2: Beco do Poeta



Disponível em: https://twitter.com/becodopoetaa/status/760151121902104582?lang=de. Acesso em: 15 de fevereiro 2021.

Dentro desse contexto, situa-se um amplo contingente de gêneros textuais, como é o caso dos “anúncios, dos cartuns, das charges, das histórias em quadrinhos, das propagandas, das tirinhas, textos das redes sociais, *blogs*, mensagens *WhatsApp* entre outras.

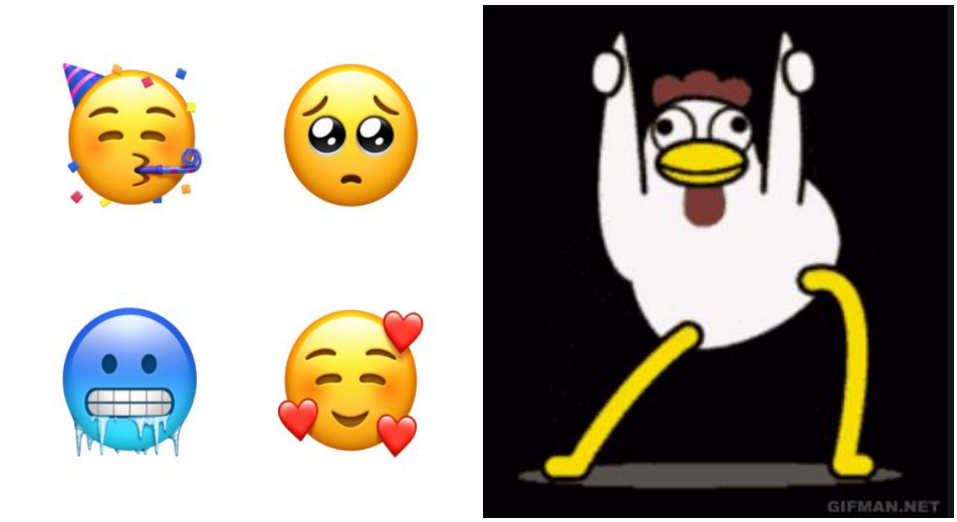
O crescimento expressivo do uso do *Whatsapp* pela sociedade no cotidiano fez com que os gêneros textuais estejam presentes constantemente nessa ferramenta de

comunicação instantânea. E com isso o uso constante de textos multimodais de diversas maneiras, em textos que se expressam só pela imagem, e outros por imagem e texto, e diversos gêneros até então não explorados, e com essas ampliações temos o início da multimodalidade nas mídias digitais. Como explicita Rojo (2012, p.37):

> A presença das tecnologias digitais em nossa cultura contemporânea cria novas possibilidades de expressão e comunicação. Cada vez mais, elas fazem parte do nosso cotidiano, assim como a tecnologia da escrita, também devem ser adquiridas. Além disso, as tecnologias digitais estão introduzindo novos modos de comunicação, como a criação e o uso de imagens, de som, de animação e a combinação dessas modalidades.

Dessa forma, temos através do *Whatsapp* envio de mensagens, *gifs, emoticons e sthikers* que juntos formam gêneros textuais entrelaçados para comunicação. Dando ênfase à interação através do uso da multimodalidade para se criar uma interação.

Figura 3: Emoticons, Gif e Sthiker





Disponível em: https://canaltech.com.br/apps/conheca-apps-de-stickers-que-deixarao-suas-conversas-no-whatsapp-mais-divertidas/. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

Um dos aspectos relevantes nos textos multimodais é a grande utilização de imagens para a comunicação. O texto em que predomina um único modo semiótico (a escrita, por exemplo) muitas vezes não atende às novas necessidades da sociedade, que elabora maior quantidade de informação em frases de tamanho reduzido. Assim, o apelo visual se mistura com pequenas frases no discurso com oralidade (mensagem de áudio) e marcas da oralidade na escrita.

Figura 4: Mensagens no Whatsapp



Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2016/04/25/para-o-bem-ou-para-o-mal-app-simula-whatsapp-e-cria-conversas-falsas.htm. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

Koch e Elias (2018), as eferas de utilização da língua são extremamente heterogêneas,

> Todas as nossas produções, quer orais, quer escritas, se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação de um todo a que denominamos de gêneros. Longe de serem naturais ou resultado da ação de um indíviduo, essas práticas comunicativas são modeladas/remodeladas em processos interacionais dos quais participam os sujeitos de uma detrminada cultura (KOCH e Elias, 2018, p.50).

Rojo (2012), nesse processo, entram em foco não apenas o registro escrito da linguagem, mas também outras modalidades linguísticas, tais como: a oral, a gestual,

a visual etc. Dessa feita, a leitura é uma prática derivada das distintas e diferenciadas modalidades da linguagem, materializando, desse modo, a concatenação de múltiplas semioses. O que remete à noção de multimodalidade.

Nesse sentido, o uso de recursos multimodais na construção textual envolve o usuário da língua com signos alfabéticos, elementos imagéticos e sonoros. A comunicação é rápida e elaborada de acordo com a necessidade e recurso disponível pela ferramenta digital em uso. A leitura e a escrita vão, então, adquirindo um novo formato e uma nova moldagem.

4.Considerações finais

A língua é constitutiva do mundo, logo, a comunicação exige interação dentro de uma perspectiva sócio-histórica da linguagem, que se renova a cada geração que utiliza de recursos para tornar a comunicação mais eficaz e dinâmica.

Ao discutir o uso da linguagem multimodal e os gêneros digitais em contexto de uso, ampliamos a compreensão de que as tecnologias digitais estimulam a comunicação de forma rápida e com fluidez, com marcas na textualidade da oralidade, de frases curtas e ricas em imagens e sons. Nessa esfera comunicacional, elementos da escrita se fundem a todos os elementos que as ferramentas digitais proporcionam para interação, até mesmo *gifs, emoticons e sthikers*, presentes principalmente em *whatsapp* e outros do estilo.

O ciberespaço representa uma mudança profunda e inevitável na maneira de se comunicar e se compreender o mundo. Conhecer a pluralidade de gêneros digitais e suas características na composição da textualidade é importante para o ato de comunicação e interação no cotidiano contemporâneo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Beco do Poeta. 1:32 nachm. · 1. Aug. 2016·Twitter for Android. Disponível em: https://twitter.com/becodopoetaa/status/760151121902104582?lang=de. Acesso em: 15 de fevereiro 2021.

CANALTECH. **Conheça apps de stickers que deixarão suas conversas no WhatsApp mais divertidas.** Disponível em: https://canaltech.com.br/apps/conheca-apps-de-stickers-que-deixarao-suas-conversas-no-whatsapp-mais-divertidas/. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual.** São Paulo: Editora Contexto, 2018

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. & XAVIER A. C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Português: o uso da Língua Portuguesa. **Intergenericidade.** Disponível em: https://www.portugues.com.br/redacao/intergenericidade.html. Acesso em: 15 de fevereiro 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais: leitura e produção.** São Paulo: Parábola editorial, 2016.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; BARBOSA, Jaqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos.** São Paulo: Editora Parábola, 2015.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs.** São Paulo: Editora Parábola, 2013.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Hybrid Discursive Genres in the Hypermedia Era / Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. Bakhtiniana,** São Paulo, 9 (2): 211-221, July/Dec. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/bak/v9n2/en_a13v9n2.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

SILVA, Silvio Profirio da; SOUZA, Francisco Ernandes Braga de; CIPRIANO, Luis Carlos. **Textos multimodais: um novo formato de leitura.** Linguagem em (Re)vista, vol. 10, n. 19. Niterói, jan.-jun./2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/19/08.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro 2021.

UOL. **Para o bem ou para o mal, app simula WhatsApp e cria conversas falsas...** Disponível em https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2016/04/25/para-o-bem-ou-para-o-mal-app-simula-whatsapp-e-cria-conversas-falsas.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

O AUTO DA COMPADECIDA:
DOS FOLHETOS NORDESTINOS PARA AS TELAS DO BRASIL

THE AUTO DA COMPADECIDA:
FROM NORTHEASTERN BROCHURES TO BRAZILIAN SCREENS

EL AUTO DA COMPADECIDA:
DE FOLLETOS DEL NORESTE LA PELÍCULA BRASILEÑO

Ana Lucia Lima da Costa Schmidt[1]
Camila Soreano da Silva[2]
Ester Portugal da Silva Rocha[3]

RESUMO: Este artigo tem como proposta analisar a obra teatral de Ariano Suassuna, O Auto da Compadecida, a partir de um aporte teórico comparativo valendo-se dos téoricos Costa (2006) Cruz (2021) e Kristeva (1974). A comparação objetivará partir dos folhetos de cordel, instrumentos de influência do autor paraibano até a transformação do auto em filme, observando as semelhanças e diferenças entre as obras artísticas: cordel, teatro e cinema.

Palavras-chave: Literatura Comparada, O Auto da Compadecida, fontes e influências

ABSTRACT: This article aims to analyze the theatrical work of Ariano Suassuna, O Auto da Compadecida, based on a comparative theoretical contribution based on the theorists Costa (2006) Cruz (2021) and Kristeva (1974). The comparison will aim at starting from the cordel pamphlets, instruments of influence by the author from Paraíba, to the transformation of the auto into a film, observing the similarities and differences between the artistic works: cordel, theater and cinema.

Key words: Comparative Literature, O Auto da Compadecida, sources and influences

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la obra teatral de Ariano Suassuna, O Auto da Compadecida, a partir de un aporte teórico comparado basado en los teóricos Costa (2006) Cruz (2021) y Kristeva (1974). La comparación tendrá como objetivo partir de los folletos de cordel, instrumentos de influencia del autor paraíba, hasta la transformación del auto en película, observando las similitudes y diferencias entre las obras artísticas: cordel, teatro y cine.

Palabras clave: Literatura comparada, O Auto da Compadecida, fuentes e influencias

[1] Pós Doutora em Cognição e Linguagem (UENF). Doutora em Ciência da Literatura (UFRJ). Contato: dr.analucialima@gmail.com.
[2] Graduanda em Letras (UNIFSJ). Contato: scamila813@gmail.com.
[3] Graduanda em Letras (UNIFSJ). Contato: Portugal.ester20@gmail.com.

Considerações Iniciais

A partir dos estudos sobre a Literatura Comparada, suas primeiras atuações apenas como atitude comparatista, seu estabelecimento enquanto disciplina acadêmica, sua abrangência a partir do surgimento do conceito operatório da intertextualidade até sua ampliação no campo de atuação para a análise comparativa de diferentes tipos de textos, inclusive estabelecendo suas relações comparativas dentro de um mesmo autor e ainda entre outros tipos de artes, que se valem da linguagem para se expressar como o cinema, as artes plásticas, a música, criando, assim, as relações intersemióticas. Os ânimos comparatistas se acendem e nos proporcionou aproximar a obra do imortal Ariano Suassuna de suas fontes em músicas populares de sua terra e a literatura de cordel que muito o influenciou, até a comparação da adaptação de sua obra prima, Auto da Compadecida, para outras artes como a TV e o cinema em busca de alterações que se fizeram necessárias nas adaptações e pontuá-las e analisá-las a fim de perceber se a garantia de análise de tipos Nordestinos, objetivo do autor na produção original, se manteve nas releituras se caracterizando como nosso objetivo principal neste estudo.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA LITERATURA COMPARADA

A atitude comparatista surgiu no início do século XIX em virtude da corrente de pensamento cosmopolita vigente na época. Era comum que as produções literárias feitas no contexto dos países colonizados se valessem das influências de autores canônicos e consagrados da metrópole. Essa produção utilizava-se da comparação de estruturas ou fenômenos analógicos para extração do poder de recepção das obras estrangeiras na tentativa de se obter o mesmo sucesso nos autores principiantes. No entanto, vale ressaltar que o termo “comparativismo” já havia sido usado em títulos de obras anteriores ao século XIX, porém, o seu marco inicial só se caracterizou depois, quando de fato a Literatura Comparada se consolidou como objeto de conhecimento e começou a definir seu objeto de análise.

Entre tantos países, a expansão da Literatura Comparada ganhou força na França e teve sua primeira cátedra em Lyon no ano de 1887. Nesse momento, sua

metodologia de comparação baseava-se na aproximação de obras, sendo uma a “fonte” e a outra a “influência”, ou seja, o fruto da inspiração daquela que era considerada a obra canônica como aponta Costa (2006)

> O comparatismo tradicional no Ocidente foi marcado pelas noções de “fonte” e “influência” que determinavam uma filiação excludente entre textos, valorizando os pontos de contato entre eles numa relação que denotava vassalagem ou filiação de uma obra a outra. (Costa, 2006, p.117)

É importante acentuar que apenas os pontos de semelhança eram considerados; quanto mais a obra secundária fazia-se parecida, mais era valorizada. Os autores, inclusive, em muitas produções colocavam a epígrafe com um pequeno trecho da obra canônica, como forma de explicitar diretamente de onde havia surgido sua inspiração.

No entanto, essa doutrina clássica francesa entrou em decadência em 1958, durante o segundo Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada, o qual promoveu uma visão mais voltada para o texto em si, possibilitando também, comparações entre textos nacionais, o que antes não era permitido. Era a chamada visão norte-americana que defendia a ideia de um comparação bem mais ampla, que não buscava somente semelhanças, mas valorizava os pontos de divergências entre as obras, uma vez que a dessemelhança era encarada como a marca do nacionalismo e da criatividade. Além disso, a comparação podia ser realizada entre todas as obras e não necessariamente com uma canônica. A partir daí a Literatura Comparada ganhou novos rumos e não ficou engessada naquela velha metodologia arcaica.

Em meados do século XX, a Literatura Comparada se estabelece como disciplina formal aplicada nas universidades, contendo não só pesquisas na área, como também profissionais já especializados neste núcleo. Dessa forma, evoluindo até o modelo hoje vigente. É de essencial importância mencionar que desde o seu início, a Literatura Comparada causou grande revolução, uma vez que trouxe consigo a noção de transversalidade, ou seja, essa aproximação de obras, idiomas e momentos históricos diferenciados que até então os estudos não permitiam, possibilitando uma observação mais ampla deste fenômeno e das transformações em cada instância das produções. Toda essa modificação no pensamento crítico comparatista foi otimizado pela criação do conceito operatório da intertextualidade estabelecido por Julia Kristeva (1974)

> Todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto (Kristeva, 1974, p 64)

Hoje, as relações comparatistas se ampliaram de tal modo que é possível observar a intertextualidade dentro do mesmo autor, que passa a se chamar intratextualidade, neste caso e ainda as relações intertextuais entre a literatura e filmes, artes plásticas, dança, uma vez que o próprio conceito de texto, agora entendido como tudo o que é passível de ser “lido”, se ampliou gerando o que chamamos de relações intersemióticas.

2. AÇÕES COMPARATIVAS NO AUTO DA COMPADECIDA

Filho de Rita de Cássia e João Suassuna, o autor Ariano Suassuna exerceu diversas profissões no caminhar de sua vida, sem deixar, no entanto, o seu lado dramaturgo adormecido. Esse, que nasceu no dia 16 de junho de 1927, escreveu, durante sua história, grandes produções marcadas pelas influências sofridas enquanto ainda jovem no Nordeste, envolvendo aspectos reais da sua terra natal – interior da Paraíba - como a aridez, a pobreza e o sofrimento em geral da população juntamente com os “causos” que escutou desde novo com os quais teve contato através da literatura de cordel, do teatro de mamulengos e da cultura circense. Orgulhoso de suas raízes era defensor assíduo da cultura nordestina. Além de premiado por diversas obras ilustres, Suassuna também foi idealizador de algumas manifestações, sendo o Movimento Armorial o que mais se destacou.

A peça teatral *Auto da Compadecida*, *corpus* deste trabalho, foi escrita no ano de 1955 e é considerada como um divisor de águas na vida do autor paraibano. A comédia dramática organizada em três atos foi alvo de muitas críticas positivas e de enorme sucesso. Esta, escrita em forma de auto é narrada por um palhaço que localizava o público no espaço de tempo e local de cada cena. A peça teatral conta a história de dois amigos nordestinos que combatiam as dificuldades da vida no sertão através da malandragem e dos golpes. Durante o decorrer do trama, João Grilo e seu amigo Chicó aprontam com todos as personagens da narrativa. Os acontecimentos mais marcantes são o velório da cachorra da mulher do padeiro, que fora exigido que acontecesse em latim, o gato que “descomia” dinheiro e a gaita que poderia trazer alguém de volta a vida quando tocada. No fim da encenação, João Grilo acaba se

tornando vítima de suas próprias armações e termina assassinado. No céu, ele com mais alguns personagens que são mortos na invasão dos cangaceiros ao vilarejo, vão se apresentar ao “juízo final” encontrando Jesus, Nossa Senhora e o Diabo. Lá, João Grilo pede intercessão a Nossa Senhora que, como uma advogada, defende cada um dos indivíduos ali presentes livrando-os das acusações feitas pelo Diabo. Por fim, João, munido de sua esperteza, acaba voltando à vida, enganando a própria morte.

Ao analisar a obra teatral citada acima, é possível constatar como Suassuna apropriou-se intertextualmente de elementos e histórias da cultura popular na concepção do texto, colocando sempre sua visão relacionada ao contexto. Suas fontes de inspiração foram variadas, desde folhetins até músicas, sendo as principais: o folheto “O Dinheiro” de Leandro Gomes de Barros; o conto “Botas de Camacho” de Cervantes e do romance de cordel *As proezas de João Grilo,* de João Martins de Athayde. (CRUZ, 2021) como se pode verificar na própria epígrafe do texto de Suassuna (2005), no qual ele deixa claro as suas fontes como este fragmento do “Castigo da Soberba”, obra popular recolhida por Leonardo Mota junto ao cantador Anselmo Vieira de Souza (1867-1926)

O DIABO Lá vem a compadecida!
Mulher em que tudo se mete!

MARIA Meu filho, perdoe esta alma,
Tenha dela compaixão!
Não se perdoando esta alma,
Faz-se é dar mais gosto ao cão:
Por isto absolva ela,
Lançai a vossa benção.

JESUS Pois minha mãe leve a alma,
Leve em sua proteção,
Diga às outras que a recebam,
Façam com ela união
Fica feito o seu pedido,
Dou a ela salvação
(epígrafe do Auto da Compadecida)

Diante deste plano de fundo no qual podemos verificar várias fontes de influência sobre o autor para composição de seu *Auto da Compadecida*, viemos propor um estudo de viés comparativo tendo como base os textos: *Auto da Compadecida* (2005), peça teatral de Ariano Suassuna; a microssérie do autor exibida na Rede Globo sendo editada em quatro episódios, em janeiro de 1990 de Guel Arraes com o mesmo título e por fim, sua ilustre transformação de série, em 1999, chegando ao

cinema em 2001, pela mesma equipe de direção e produção com o título *O Auto da Compadecida*, com o objetivo de mostrar outras relações intertextuais e até intersemióticas que se deram a partir do texto primeiro do autor.

É importante salientar que no transpasse da obra de Suassuna para outras leituras artísticas como a série e o filme, muitas modificações se impuseram como a substituição do "Palhaço" presente na obra original como aquele que apresenta os acontecimentos para o olhar das câmeras da TV que induzem o olhar do espectador para os acontecimentos. O cenário circense do texto original foi substituído pelas ruas de Pernambuco. Das salas de teatro para a televisão. Do público de Recife e do Rio de Janeiro para o horário nobre da maior rede de televisão do país alcançando milhares de telespectadores.

No texto da peça, a personagem do Palhaço tem uma importante função, pois é o narrador do espetáculo. O formato circense se dirige ao público anunciando o que irá acontecer, faz breves comentários, mas não se mistura à ação, exceto no enterro de João Grilo, quando aparece como figurante ao lado de Chicó, segurando a rede que leva o corpo do morto. É o Palhaço quem declara que Auto da Compadecida é "o julgamento de alguns canalhas, entre os quais um sacristão, um padre e um bispo, para exercício da moralidade". (SUASSUNA, 2005). Mas, observando a trama, é possível entender a peça como uma história sobre a luta pela sobrevivência de João Grilo e do seu companheiro inseparável, Chicó. Observa-se abaixo a introdução dada pelo palhaço à encenação. Este, faz uso do auxílio dos efeitos sonoros (som do clarim) para dar início e apresentar alguns fatos da obras, mas sem grandes detalhes.

> *PALHAÇO, grande voz: Auto da Compadecida! O julgamento de alguns canalhas, entre os quais um sacristão, um padre e um bispo, para exercício da moralidade. Toque de clarim. (rubrica)*
> PALHAÇO: A intervenção de Nossa Senhora no momento propício, para triunfo da misericórdia. Auto da Compadecida! (SUASSUNA, 2005)

Já na adaptação fílmica, a trama inicia-se com os dois amigos caminhando nas ruas do pequeno vilarejo anunciando um evento da igreja. Constata-se que, apesar da ausência do palhaço narrando todos os aspectos da trama, com auxílio dos recursos audiovisuais possibilitados pelo campo cinematográfico, o telespectador já interpreta toda a situação e localiza-se no espaço/tempo objetivado pelo autor. Esse, também é capaz de interpretar a crítica construída sob a ótica social e religiosa.

Em entrevistas, o próprio Ariano Suassuna diz ter se surpreendido pelo resultado final da novela. São perceptíveis encaixes que atuam em duas frentes responsáveis pelo equilíbrio do projeto inicial de manter o respeito às peculiaridades do folheto e a adaptação para “a linguagem televisiva”.

Na relação intersemiótica entre o texto original e sua adaptação para a TV pudemos observar que a microssérie apresenta um acréscimo de personagens como: o Vicentão (vivido pelo ator Bruno Garcia), o Cabo 70 (com o ator Aramis Trindade), que se integram às alterações no enredo funcionando como caricaturas de seres conhecidos do Nordeste, presentes nas histórias dos folhetos. Nesse sentido, embora atuando como diferenças, mantém-se o propósito do autor de criar personagens tipos.

Também atuam como contrapesos à criação do par romântico de Chicó com a meiga e inocente Rosinha (com a atriz Virgínia Cavendish), personagem inexistente no texto orginal. Além disso, diferente do que ocorre na peça teatral, quem arruma briga com Vicentão e Cabo 70 é João Grilo na intenção de que Chicó os confrontassem para um duelo na frente de Rosinha de forma a ganhar o coração da moça. Assim, Chicó, que na peça aparece como um simples companheiro e “subordinado” de João Grilo, ganha maior peso, e de quebra o importante papel de galã à moda nordestina, apaixonado por uma moça rica, instruída, proporcionando dessa forma, a vitória do amor sobre as diferenças socioculturais.

Observa-se como ponto em comum entre as duas produções a integridade na fala Nordestina. Nota-se que o diretor Guel Arraes teve o cuidado e a preocupação de levar os aspectos gerais tanto do modo de vida, como também do sotaque e dialetos usados na peça teatral para a TV. Analisa-se tal feito, principalmente, nas falas do João Grilo e Chicó. O fragmento abaixo corrobora o já dito anteriormente e traz um diálogo entre os amigos. Nele, Chicó, como sempre, estava contando suas histórias absurdas e sendo questionado por João.

> JOÃO GRILO: Não, mas eu me admiro é eles correrem tanto tempo juntos, sem me apertarem. Como foi isso?
> CHICÓ: Não sei, só sei que foi assim. Saí tangendo os bois e de repente avistei uma cidade. É uma história que eu não goste nem de contar. (SUASSUNA, 2005)

Outro momento que narra com fidelidade o que foi exibido na peça teatral é a parte do juízo final, onde João e os outros personagens que foram mortos no penúltimo ato encontram-se juntos à espera do julgamento. Nele, todos recebem o mesmo fim da peça nas adaptações para a microssérie e para o filme.

Portanto, a partir dos expostos, constatam-se como as obras possuem uma comunicação direta entre si, mesmo com as diferenças impostas em suas adaptações, sem perder sua essência e singularidade.

Considerações Finais

A partir do percurso traçado pela Literatura Comparada e observado neste estudo, pode-se verificar a singularidade do processo criativo do autor paraibano Ariano Suassuna em sua obra-prima Auto da Compadecida, na qual valeu-se de cantigas populares do sertão cantadas em sua infância, da literatura de cordel, muito popular em seu contexto, bem como as produções que se fizeram a partir da publicação da sua obra, com a releitura para a televisão e para o cinema.

Neste percurso constatou-se que a principal característica da obra *corpus* da pesquisa, que é a criação de tipos que representassem os tipos do sertão manteve-se nas adaptações feitas para a TV e cinema, ainda que estas impusessem algumas modificações no texto original.

Referências Bibliográficas

ANTONIO, Luciano. **O Auto da Compadecida: um cordel de frente para as câmeras.** Revistas de Estudos Literários. Dez. 2012. Pág. 17-26. Disponível em: <https://cutt.ly/3nkOVhl> Acesso em: 28 mai. 2021.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 5-14.

COSTA, Ana Lúcia Lima da Costa. **Literatura Comparada: uma disciplina "indisciplinada"**. In: Revista Transformar, volume 4. Itaperuna: Hoffman, 2006.

CRUZ, Gabriel. **Uma análise da construção da narratividade processual na peça Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna**. São Cristóvão, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14138>. Acesso em: 28 de mai. 2021.

FERREIRA, Juliana de Paiva. **O Auto da Compadecida e os e do sertão: entre Guel e Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <shorturl.at/uwRSZ>. Acesso em: 28 mai. 2021.

FONSECA, Maria G. C. **As Proezas de João Grilo: Imaginários da cultura nordestina impressos em cordel**. USP. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/cRVF>. Acesso em: 01 jun. 2021.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974
SUASSUNA. Ariano. **Auto da Compadecida**. 35ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005

GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA: UMA REFLEXÃO METALINGUÍSTICA

GRAMMAR AND LANGUAGE TEACHING: A METALINGUISTIC REFLECTION

ENSEÑANZA DE GRAMÁTICA Y LENGUAJE: UNA REFLEXIÓN METALINGÜÍSTICA

Luciano Dias de Sousa[1]

Abel Gomes Vieira[2]

Resumo: Professores de Língua Portuguesa têm, desde há muito, sofrido com críticas acerca das dificuldades e fracassos escolares no âmbito da leitura e produção de texto. Tais problemas são creditados, quase que impiedosamente, na conta dos mestres encarregados pelo ensino de língua. As críticas, na maioria das vezes, são embasadas no fato de os profissionais ensinarem, no decorrer das aulas, as regras da gramática normativa. Por outro lado, os professores se encontram repletos de dúvidas a respeito da correção, ou não, de suas práticas pedagógicas. Sendo assim, este artigo tem o objetivo de discutir a relação entre o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa e o fracasso apresentado pelos alunos em relação à leitura, produção e interpretação de textos.

Palavras-chave: gramática; ensino; língua; metalinguagem; leitura.

Abstract: Portuguese teachers have long been criticized for difficulties and school failures in reading and writing text. Such problems are credited, almost pitilessly, to the account of the teachers in charge of language teaching. The criticisms, most of the time, are based on the fact that professionals teach, in the course of classes, the rules of normative grammar. On the other hand, teachers are full of doubts about the correctness or not of their pedagogical practices. Thus, this article aims to discuss the relationship between grammar teaching in Portuguese classes and the failure of students to read, produce and interpret texts.

Keywords: grammar; teaching; language; metalanguage; reading.

Resumen: Los profesores de lengua portuguesa han sufrido durante mucho tiempo críticas sobre las dificultades y fracasos escolares en el contexto de la lectura y la producción de textos. Estos problemas se atribuyen, casi sin piedad, a la cuenta de los maestros a cargo de la enseñanza de

[1] Mestre em Cognição e Linguagem (UENF). Docente na UEMG. Contato: poesiaeci@gmail.com.
[2] Mestre em Letras (UFJF). Contato: abelgomesvieira@hotmail.com.

idiomas. Las críticas, la mayoría de las veces, se basan en el hecho de que los profesionales enseñan, durante las clases, las reglas de la gramática normativa. Por otro lado, los docentes están llenos de dudas sobre la veracidad, o no, de sus prácticas pedagógicas. Por tanto, este artículo tiene como objetivo discutir la relación entre la enseñanza de la gramática en las clases de lengua portuguesa y el fracaso que presentan los estudiantes en relación a la lectura, producción e interpretación de textos.

Palabras llave: gramática; enseñando; lengua; metalenguaje; leyendo.

Considerações iniciais

O ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa tem sido frequentemente abordado como uma das possíveis causas do fracasso apresentado pelos alunos na aprendizagem e desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Durante anos, professores têm embasado seu trabalho no ensino das regras gramaticais e isso não tem sido suficiente para alavancar o nível de aprendizagem e autonomia no uso dos recursos disponibilizados pela língua. Assim, torna-se evidente a necessidade de se analisar o modo como a gramática vem sendo trabalhada e se essa prática tem contribuído para o desempenho insatisfatório apresentado nas avaliações externas do sistema de ensino.

É fato que, há anos, os conteúdos gramaticais vêm sendo oferecidos aos estudantes de maneira isolada, sendo deixados de lado o texto e as relações de sentido.

As aulas de língua materna têm se mostrado ineficientes para desenvolver o interesse dos alunos pelos caminhos da leitura e da escrita, porquanto muitas das atividades oferecidas, inclusive pelos livros didáticos, se prendem às questões normativas sem oferecer possibilidades significativas de aprendizagem, uma vez que não conseguem dialogar com a realidade do estudante, tampouco lhe proporcionar algum tipo de desafio realmente significante.

A escola ainda tem insistido nesse caminho e segundo (Antunes,2007, p.186) “o mais grave é que aquilo que se concebe como “ensino de gramática”, na verdade, é apenas o ensino das classes de palavras”, dificultando assim a possibilidade de que os estudantes desenvolvam capacidades que lhes permitam ampliar consistentemente suas competências no campo da leitura e da produção textual. Inviabiliza, portanto, a possibilidade de que o ensino de língua se torne prazeroso, produtivo e cheio de significados.

Tenciona-se, aqui, analisar a viabilidade do ensino de normas nos estudos de linguagem e, ainda, verificar novas possibilidades de abordagem da gramática normativa nas aulas de português em nossas instituições escolares, haja vista os alunos se encontrarem desinteressados nos estudos da língua tal qual se encontram atualmente.

Visa-se meditar acerca do fato de as pessoas passarem anos a fio nos bancos escolares realizando estudos referentes ao uso dos ditames da gramática e, mesmo assim, concluírem os estudos sem terem-na aprendido. Tal observação conversa com o exposto por (Possenti, 1996, p.53) quando diz que “o domínio efetivo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica”. Pensamento reafirmado por (Possenti,1996, p.54) ao discorrer que “é perfeitamente possível aprender uma língua sem conhecer os termos técnicos com os quais ela é analisada”, suscitando, com isso, informações e discussões sobre as quais nos debruçaremos mais adiante.

Mesmo diante das evidências de fracasso nos resultados obtidos pelos alunos no aprendizado da língua, muitos professores permanecem abordando o ensino de suas estruturas no cotidiano na sala de aula, conforme o explicitado por (Campos,2014, p.15) ao afirmar que “os conteúdos gramaticais desfrutam da preferência da maioria dos professores nas atividades de ensino.”

Todavia, há professores que, aflitos e inquietos pela situação, buscam se desprender dessas amarras, entretanto se “esbarram com o peso da tradição, com a imposição dos programas a cumprir ou mesmo com as justificações teóricas do ensino tradicional da gramática”, conforme lembra (LEITE apud; GIRALDI,2012, p.19).

Como trabalhar a gramática no ensino de língua materna? Qual é a melhor maneira de usar as normas gramaticais no processo de ensino-aprendizagem? São inquietudes que têm sido, há muito, motivo de aflição para professores de Língua Portuguesa nos quatro cantos do país.

Os profissionais em questão se encontram cercados por essas inquietações. Buscam meios de ensiná-la de modo a evitar que os alunos se tornem meros repetidores de regras e nomenclaturas sem que isso tenha influência negativa do ponto de vista da formação de usuários conscientes da língua.

Em face disso, muitos estudiosos da linguagem e professores pesquisadores têm se debruçado sobre essa questão. Com o objetivo de respaldar teoricamente, promover a abertura de novos horizontes e oferecer novas possibilidades de ação para os referidos educadores, têm, com seus estudos, contribuído significativamente para o processo de formação continuada dos professores da área da linguagem.

1.O ensino de Língua e a Prática Docente

Embora muito se tenha sido feito no campo das teorias da linguagem acerca do assunto em questão, ainda é possível se deparar, constantemente, no cotidiano escolar, com práticas que não condizem com as mais recentes concepções de língua nem com os amplos objetivos defendidos e propostos pela literatura atual.

Há professores que, segundo Antunes (2003) insistem na manutenção de uma prática docente, há tempos, questionável, na qual se privilegia o ensino da norma pela norma sem se permitirem ser estimulados pelas mudanças. Encontram-se estáticos diante da possibilidade de abertura de novos horizontes e permanecem baseando o trabalho docente na memorização e decodificação de regras à margem do texto, que deveria vir à tona como o verdadeiro e real objeto de trabalho.

> Assim, é nas questões de produção e compreensão de textos, e de suas funções sociais, que se deve centrar estudo relevante e produtivo da língua. Ou melhor, *é o estudo da língua – que apenas se dá em textos* - que deve ser *o objeto* – digo bem, *o objeto* – de estudo da língua (ANTUNES,2003, p.111).

Observa-se, pois, que o ensino da língua permanece a encontrar obstáculos e que se torna urgente a tomada de medidas que reflitam na melhoria da ação comunicativa, pois conforme explicita Simões (2006, p.103) “a comunicação linguística em português não anda bem”.

Em vista de tal problemática e da necessidade de mudanças no ensino para e com o uso da língua materna, a autora afirma ainda que:

> Em função dessas dificuldades, vimos desenvolvendo estudos e pesquisas que possam minimizar os problemas de comunicação em sala de aula e, por conseguinte, auxiliar a formação de usuários de língua mais competentes no que tange à fluência de leitura e produção textual (SIMÕES, 2006, p.103).

Cabe ao professor, portanto, se inteirar dos estudos teóricos e verificar qual se aproxima mais de sua realidade e usá-los como auxiliadores no aperfeiçoamento de sua prática pedagógica. Para isso torna-se imprescindível que o profissional esteja consciente de suas responsabilidades e tenha como propósito proporcionar uma aprendizagem eficaz levando o corpo discente a se apropriar de uma aprendizagem plenamente significativa.

Para Possenti (1996, p. 52), “o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem” sendo, por isso, necessário que os professores se desvencilhem das amarras produzidas pela preocupação com o ensino de gramática e foquem seus esforços no ensino de língua. De acordo com o pensamento possentiano a aprendizagem da língua independe do domínio de regras arcaicas e estáticas, bastando para isso um trabalho constante e bem elaborado de leitura que tenha sentido e significado para o aluno. Sendo assim é preciso que os trabalhadores da educação tornem as salas de aula, bem como toda a escola, em um ambiente propício à disseminação do ato de ler, e ler por prazer. Cabe à escola ofertar também

mediadores eficientes e confiáveis para conduzir o processo de formação do aluno leitor.

Recomenda-se que as instituições escolares tenham como objetivo a formação de cidadãos munidos do hábito de leitura para que consigam se tornar usuários conscientes da língua. Logo, na esteira de Possenti (1996), é preciso ousar e privilegiar as transformações didático-pedagógicas para levar aos estudantes textos significativos e que permitam ao leitor ser partícipe da construção e promoção de seu próprio conhecimento.

> Uma das medidas para que esse grau de utilização efetiva da língua escrita possa ser atingido é escrever e ler constantemente, inclusive nas próprias aulas de português. Ler e escrever não são tarefas extras que possam ser sugeridas aos alunos como lição de casa e atitude de vida, mas atividades essenciais ao ensino da língua. Portanto, seu lugar privilegiado, embora não exclusivo, é a própria sala de aula (POSSENTI, 1996, p.20).

Embora o ensino de gramática não seja necessário, os alunos têm direito e a escola tem como objetivo o ensino da língua padrão, uma vez que os alunos são perfeitamente capazes de dominá-la tanto quanto aos variados dialetos.

Por outro lado, é preciso a apropriação de certas regras pelo leitor, desde que contextualizadas, para que façam sentido e ajudem o aluno a entender o motivo de estudá-las e, com isso, vislumbrem adquirir a competência necessária para usá-las adequadamente. De acordo com Antunes (2007) escola precisa saber de que forma o estudo das regras poderão influenciar o cotidiano do estudante bem como sua prática de leitura e escrita e como isso vai ajudá-lo na ampliação de sua competência comunicativa.

> Língua e gramática podem ser uma solução: se damos à gramática a função que de fato ela tem: nem mais nem menos; se reconhecemos seus limites; se a enquadramos na sua justa valoração; nas suas justas medidas e aceitamos sua insuficiência frente à necessidade de outros saberes e de outras competências.

> Língua e gramática podem ser uma solução se sabemos ter olhos de ver bem de longe e enxergarmos uma travessia não totalmente pronta, mas que se vai fazendo; se cremos que há muito o que fazer nas aulas, envolvendo a gramática em atividades de análises, de leitura, de escrita, de oralidade; propondo perspectivas interativas e diferentes modos de expressão; desfazendo preconceitos e valorações discriminatórias (ANTUNES, 2007, p.160).

Há que se compreender, porém, que embora a gramática tenha um papel relevante no ensino da linguagem e no funcionamento da língua, essa apresenta possibilidades limitadas de atuação. Essa limitação é, por certo, próprio da existência da própria norma e o professor precisa compreender que o seu papel é, também, contribuir para que ensino se valha dessas regras apenas o necessário para o fortalecimento da aprendizagem e o rompimento da barreira que se encontra entre o aluno e o uso da norma culta no processo de comunicação tanto oral quanto escrita. Consoante ao disposto, Antunes (2007) considera o ensino da língua como uma ação social e que o uso do texto é indispensável para que isso ocorra com sucesso. A linguista enfatiza ainda que:

> A gramática regula muito, mas não regula tudo. Nem todas as prescrições cabem no seu domínio. Muitas das normas que definem o uso adequado da linguagem extrapolam seu conjunto de regras. Para ser eficaz comunicativamente, não basta, portanto, saber apenas as regras específicas da gramática, das diferentes classes de palavras suas flexões suas combinações possíveis, a ordem de sua colocação nas frases, seus casos de concordância, entre outras. Tudo isso é necessário, mas não é suficiente (ANTUNES, 2007, p.41).

Logo, para a autora, é preciso resistir ao trabalho que vise tornar o ensino de gramática voltado apenas para “a nomenclatura e classificação das unidades,” pois dessa forma está se torna “inflexível e petrificada”, sem a capacidade de contribuir para o desenvolvimento pleno do aluno no âmbito da leitura. Isso dificultaria a utilização das aulas de língua portuguesa como ferramenta de interação do conhecimento, capaz de ampliar as possibilidades verbais de participar da vida em comunidade e consequentemente a ampliação das habilidades leitoras.

Indica-se, pois, que o texto passe a ser o verdadeiro objeto de trabalho, porquanto é nesse espaço que o aluno vai dar asas à sua imaginação, concretizar a produção de seu conhecimento e assim, conforme Possenti (1996), apropriar-se do direito inalienável de aprender a língua de prestígio social sem, no entanto, desfazer-se de sua própria linguagem cotidiana.

Em face dessa percepção, cabe ao professor, como mediador da aprendizagem, focar seu trabalho na busca de um horizonte maior, que ultrapasse os limites gramaticais e insira o alunado no mundo da leitura e da produção oral e escrita.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de que o trabalho metalinguístico seja apoiado em textos manifestamente relevantes para o desenvolvimento da construção de conhecimentos e da formação de leitores capazes de fazer uso da língua de forma autônoma e eficiente.

Dialogando com os autores ora mencionados, *os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs* (1998) se apresentam trazendo as reflexões acerca do uso da gramática de forma moderada. A linguagem é trazida à baila como ponto de partida e de chegada enfatizando assim o trabalho epilinguístico.

Conforme o discutido nos PCNs, o ensino de gramática deve ser focado nas necessidades verificadas por meio de atividades que sejam realizadas levando em conta a utilização do texto, seja na leitura, audição ou produção.

> Se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na atividade epilinguística, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística E, a partir daí, introduzir progressivamente os elementos para uma análise de natureza metalinguística. O lugar natural, na sala de aula, para esse tipo de prática parece ser a reflexão compartilhada sobre textos reais (PCNs, 1998, p.39).

Observa-se que Carvalho (2014), comungando com Antunes (2007) ratifica que não basta levar o alunado a aprender nomes e regras. Faz-se necessário possibilitar e incentivá-los a que passem a conviver com publicações de circulação social,

concomitantemente ao processo de produção de seus próprios textos. Dessa forma, professores de língua materna devem centrar esforços em atividades de leitura e produção textual, de forma a corroborar com a formação plena do leitor.

> ... não serve mais inculcar nos alunos nomes ou regras, e sim fazer com que convivam com textos que circulam na sociedade ao mesmo tempo em que se desenvolvem produzindo seus produzindo seus próprios textos. Nesse sentido, a atenção se volta para a leitura e produção de textos, não somente para que sirvam como meios de aprender as regras da gramática normativa, mas também para que tanto uma quanto a outra sejam, sim, objetos próprios de ensino (CARVALHO,2014, p.183).

Na esteira dos estudiosos em questão neste artigo, parece-nos imprescindível que haja maior e mais cuidadosa análise a respeito do uso das normas gramaticais em sala de aula. Urge, portanto, que os profissionais do ensino de língua reflitam acerca do quê e de como trabalhar com os alunos de maneira a melhorar a atuação docente e a efetivar o sucesso discente no espaço escolar.

Em consonância com Geraldi (2013) é preciso ter em mente que uso descontextualizado de recursos metalinguísticos não pode ter assento nas preocupações diárias de um professor de português, sob pena de permanecermos na inércia do ensino da linguagem, impossibilitando assim o desenvolvimento de competências significativas, que levem o aluno a se afirmar como produtor e consumidor de textos altamente significativos.

> Parece-me que, para o ensino fundamental, as atividades devem girar em torno do ensino da língua e apenas subsidiariamente se deverá apelar para a metalinguagem, quando a descrição da língua se impõe como meio para alcançar o objetivo final de domínio da língua (GERALDI,2013, p.46).

Não resta dúvidas quanto à importância de que se dê uma guinada nas práticas pedagógicas em relação ao ensino de língua para que os alunos se sintam motivados a participar das atividades propostas no dia a dia escolar.

Com base nisso, Antunes (2005) discorre sobre o uso de frases totalmente desconectadas da realidade para trabalhar com ensino da gramática afirmando que esta prática vai de encontro à experiência dos próprios usuários da língua que a utilizam de maneira desconectada e sem sentido. A autora afirma, ainda, que no ato da comunicação verbal o falante somente consegue se fazer entender ao concatenar as ideias e dar sentido a sua fala. O mesmo ocorre na escrita e esta percepção parece ainda não ter espaço no ambiente escolar uma vez que na escola ainda "persiste também o uso do texto (às vezes poemas!) apenas para nele se reconhecer a unidade gramatical em estudo ou dele se retirar uma ocorrência de tal unidade (muita coisa "se retira do texto").

No intuito de não mais incorrer nesses desvios pedagógicos, alguns educadores têm criado expectativas em relação ao trabalho com os gêneros textuais e desenvolvido atividades que mesclam práticas de leitura e escrita para auxiliar e facilitar o ensino metalinguístico e metacognitivo.

Mediante esse desafio, os docentes buscam pautar suas práticas em estudos que versem sobre o assunto e que deem base para o planejamento de atividades coerentes com os novos paradigmas propostos para o ensino da linguagem. Professores têm trabalhado e se esforçado para superar a complexidade da empreitada que se dispuseram a enfrentar, uma vez que a articulação dos conhecimentos gramaticais com o desenvolvimento das competências de leitura e escrita não é tarefa corriqueira e não goza de objetivos fáceis de serem alcançados, conforme afirma Pauliukonis (2000) ao dizer que:

> Talvez um dos maiores desafios para o ensino de língua, enfrentados hoje pela escola, seja articular o conhecimento gramatical, cujo conteúdo se assenta em um consenso, com a necessidade de aprimorar a capacidade de ler e produzir textos que se mostrem coerentes com a competência textual e discursiva do aluno, cada vez mais exigida pela sociedade do conhecimento (PAULIUNIKONIS, apud VIEIRA&BRANDÃO, 2016 p.239).

Se o usuário, consumidor da linguagem, se comunica efetivamente por meio de texto e se este veicula via gêneros, não faz sentido enrijecer o ensino com atividades desconectadas da língua em uso, uma vez que para (Marchuschi apud

Dionisio, 2005) “os gêneros textuais não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa”. Nessa mesma linha de raciocínio, o autor afirma ainda que os gêneros textuais vão surgindo de acordo com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e a partir das necessidades sócio-culturais dos usuários. Isso encontra respaldo em Bakhtin (1992), para quem os referidos gêneros se definem como “tipos relativamente estáveis de enunciado” e “dotados de intenção comunicativa”, o que corrobora com a ideia de que a aula de português, e o ensino de gramática, só têm sentido se for para aperfeiçoar a língua em uso, de forma significativa, e facilitar, assim, a comunicação plena e efetiva por parte do usuário.

Considerações finais

Mediante o exposto, cabe aos professores, ao dirimir as dúvidas, se darem conta da real importância do texto dentro da sala de aula. E que sejam gêneros textuais que dialoguem significativamente com a realidade do aluno leitor. Que sirva de apoio e motivação para a busca da leitura como forma de ascensão social e intelectual; na medida em que a escola precisa se colocar como parceira e não condutora da formação humana.

Convém ao professor abandonar o comodismo de optar pela facilidade da repetição de normas e se enveredar pelo complexo, porém fascinante, mundo das descobertas e inovações no qual tem se tornado o ensino de línguas.

Ademais, parece plausível que, nas aulas de Português, seja dada ao aluno a possibilidade de se apoderar de conhecimentos que lhe permitam conhecer e reconhecer a língua de maior prestígio social. É importante, contudo, que, para isso, não se desvalorize a riqueza linguística que é a variedade comumente usada pelo estudante em sua prática linguística cotidiana.

O aluno pode e deve se apropriar de outras variedades linguísticas, todavia, não precisa, nem deve renegar seus costumes que são tão ricos e importantes quanto os demais.

Ao professor de Língua Portuguesa é atribuída, entre tantas outras, a função de levar o aluno a desenvolver habilidades e competências necessárias para o despertar do reconhecimento valorativo de suas experiências no campo da linguagem.

Sendo assim, torna-se preciso aproveitar toda a bagagem de conhecimentos adquiridos pelo estudante em seu seio familiar e respectivo ambiente social. A melhor forma, por assim dizer, existente para auxiliar os professores nessa empreitada é o uso constante de textos, significativos, que ajudem na transformação do ambiente escolar em um espaço de interação entre leitura e escrita. Esse local de interação constante proporcionará, ao aluno, participar da construção de seu próprio desenvolvimento linguístico.

Bibliografia

ANTUNES, Irandé. **Lutar com as palavras: coesão e coerência.** São Paulo, Parábola Editorial, 2005.

_____ . **Muito Além da Gramática: Por um ensino de gramática sem pedra no caminho.** São Paulo, Parábola Editorial, 2007.

_____ . **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Trad. Maria Ermantina Galvão; ver. Trad. Marina Appenzeller. 3 ed. São Paulo:Martins Fontes, 2000.

CAMPOS, Elísia Paixão de**. Por um novo ensino de gramática: orientações didáticas e sugestões de atividades.** Goiânia: Cânone Editorial, 2014.

CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. **A delicada questão da gramática normativa.** Coleção Ideias em Ação: Ensino de Língua Portuguesa. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

GIRALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula.** São Paulo: Anglo, 2012.

LEITE, Lígia Chiappini de Moraes.**Gramática e Literatura:Desencontros e esperanças.** (apud Geraldi, 2012).

MARCHUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** (apud Dinísio 2005).

Parâmetros Curriculares Nacionais (*PCNs*). Introdução. Ensino. Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais (*PCNs*). *Língua Portuguesa*.** Ensino. Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado de letras, 1996 – (Coleção Leituras no Brasil).

SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave**. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

VIEIRA, Silva Rodrigues & BRANDÃO,Silva Figueiredo. **Ensino de gramática; descrição e uso.** 2. ed., 4ª reimpressão.- São Paulo: Contexto,2016.

CRIAÇÃO E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE *O EVANGELHO SEGUNDO JESUS CRISTO*, DE JOSÉ SARAMAGO E A BÍBLIA SAGRADA

CREATION AND HISTORY: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE GOSPEL ACCORDING TO JESUS CHRIST, BY JOSÉ SARAMAGO AND TH SACRED BIBLE

CREACIÓN E HISTORIA: UN ANÁLISIS COMPARATIVO ENTRE EL EVANGELIO SEGÚN JESUCRISTO, DE JOSÉ SARAMAGO Y LA SAGRADA BIBLIA

Ana Lucia Lima da Costa Schmidt[1]

Hywyna Lara Pires Franco[2]

Lorrane Estácio do Prado da Silva[3]

Mayara Xavier Vito Pezarino[4]

Resumo: Neste trabalho investigamos como se dá a relação intertextual entre o romance do escritor português José Saramago, O Evangelho segundo Jesus Cristo e sua principal fonte de influência, a Bíblia Sagrada. Na apropriação do texto sagrado, muitas diferenças são percebidas pelo leitor apontando que o escritor português se vale da teoria comparatista como sua marca principal, valendo de referências, alusões e apropriações que foram analisadas segundo Bakhtin (1981), Coutinho (2014) e Costa (2008)

Palavras-chave: Intertextualidade. Carnavalização. Apropriação. Referências

Abstract: In this work, we investigate the intertextual relationship between the novel by Portuguese writer José Saramago, The Gospel According to Jesus Christ and its main source of influence, the Holy Bible. In the appropriation of the sacred text, many differences are perceived by the reader, pointing out

[1] Pós Doutora em Cognição e Linguagem (UENF). Doutora em Ciência da Literatura (UFRJ). Contato: dr.analucialima@gmail.com.
[2] Graduanda em Letras (UNFSJ). Contato: hywyna.lara@gmail.com.
[3] Graduanda em Letras (UNIFSJ). Contato: lorraneestacio10@gmail.com.
[4] Graduanda em Letras (UNIFSJ). Contato: mayarapezarino@gmail.com.

that the Portuguese writer uses comparative theory as his main Mark, using references, allusions and appropriations were analysed according to Bakhtin (1981), Coutinho (2014) e Costa (2008)

Key words: Intertextuality. Carnivalization. Appropriation. References

Resumen: En este trabajo investigamos la relación intertextual entre la novela del escritor portugués José Saramago, El Evangelio según Jesucristo y su principal fuente de influencia, la Santa Biblia. En la apropriación del texto sagrado, el lector percibe muchas diferencias, señalando que el escritor portugués utiliza la teoria comparada como su principal marca, utilizando referencias, alusiones y apropiaciones fueron analizadas según Bakhtin (1981), Coutinho (2014) e Costa (2008)

Palabras claves: Intertextualidad. Carnavalización. Apropiación. Referencias

Considerações Iniciais

Partindo do princípio da iintertextualidade, conceito operacional principal da Literatura Comparada, investigaremos como esta se apresenta na apropriação feita pelo escritor português José Saramago, Nobel de Literatura, em seu romance *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, escrito em 1991 que teve como principal fonte de influência os textos da Bíblia Sagrada.

Desacralizando o texto bíblico, o autor português modifica ações e personagens, inverte situações e altera a ordem de partes da Bíblia, como o Livro Cânticos dos Cânticos, a fim de comprovar sua tese principal: a humanidade de Jesus Cristo.

A fim de cumprir nosso objetivo comparatista iniciaremos este trabalho mostrando as alterações no percurso da Literatura Comparada até os dias atuais, nos quais ela abrange todas as relações entre tudo aquilo que é passível de ser lido e interpretado e chegaremos até a comparação entre os textos supra citados, demonstrando o poder criativo do autor português.

1. O percurso da Literatura Comparada

O próprio termo “Literatura Comparada” transmite uma compreensão simplificada do que se trata esta pesquisa. Esse ramo da Literatura busca investigar os estudos literários confrontando duas ou mais literaturas e designando os pontos em comum, como também os divergentes. Assim, ele possibilita novos conhecimentos e análises críticas acerca do objeto literário.

Os estudos comparatistas são amplos e diversificados, além disso, assumem metodologias distintas para analisar objetos que possibilitam à literatura um vasto campo de atuação. Consequentemente, segundo Carvalhal (2006), há uma extensa quantidade de pesquisas sobre esse tema, umas exploram, por meio da procura de fontes e influências, a migração de temáticas, razões e crenças das múltiplas literaturas, e outras focam no procedimento de estruturação das obras literárias. Dessa maneira, a diversidade dos trabalhos comparatistas configura um nível complexo de interpretação.

É importante ressaltar que não é fácil definir a natureza da literatura comparada, tampouco padronizar seus objetos de estudo, pois seus métodos e objetivos evoluem, transformam e se modificam conforme explicitam os materiais sobre esse assunto, em outras palavras, eles apresentam uma “grande divergência de noções e de orientações metodológicas” (CARVALHAL, 2006, p. 6). Pode-se afirmar que não existe apenas uma direção a ser seguida no que diz respeito à expressão “Literatura Comparada”, ademais, trabalhos recentes ratificam que as metodologias decorrem do processo analítico.

Ao discutir de maneira específica sobre todo o percurso da Literatura Comparada, é possível dizer que ela surgiu “em contraposição aos estudos de literaturas nacionais ou produzidas em um mesmo idioma”, validando-se desde o início, no aspecto da transversalidade mediante às fronteiras entre nações e línguas e às delimitações entre as áreas do conhecimento. (COUTINHO, 2014, p. 17)

Considerando a configuração e consolidação da Literatura Comparada, torna-se relevante mencionar que várias foram as tentativas de defini-la. Antes, era vista somente como um método de abordagem do fenômeno literário, depois transformou-se em disciplina acadêmica. Nesse sentido, ela não possui uma definição correta, visto

que está sempre se ampliando, transmitindo novos saberes.

De acordo com os pressupostos de Coutinho (2014), o comparatismo literário originou-se muito antes da Literatura Comparada ser identificada como uma disciplina orientada por certas concepções e metodologias. O surgimento desse ramo literário está associado ao pensamento cosmopolita, o qual era predominante no século XIX. Por meio da contribuição dos norte-americanos, ela tomou novos rumos, instituiu-se como área do saber e passou a direcionar seus objetos de atuação. Coutinho (2014), ainda alega que:

> Na Roma Clássica, autores Macrobius e Aulus Gellius teceram diversos paralelos entre os poetas romanos e gregos; e, na Renascença, o comparatismo chegou a tornar-se moda na Europa devido, em grande parte, à doutrina da imitação, que exigia comparações e o estudo de influências. (Coutinho, 2014, p.18)

Em relação ao estudo de influências, o comparatismo tradicional se caracterizava por meio de dois grandes fatores que marcaram esse percurso inicial, ou seja, a perspectiva de “fonte” e “influência”. A noção de fonte era muito estagnada, pois estava direcionada apenas aos textos da cultura colonizadora que influenciavam os textos da cultura colonizada. Assim, procuravam somente as semelhanças entre as produções textuais, em que o fator mais importante era buscar os pontos em comum dos textos do influenciador e influenciado. Segundo Nitrini (1997)

> A literatura comparada tinha se limitado [...] a estudar mecanicamente as fontes e as influências, as relações de fato, a fortuna, a reputação ou a acolhida reservada a um escritor ou a uma obra e as causas e consequências determinadas das produções literárias, sem nunca se ter preocupado em desvendar o que tais relações supõem ou poderiam mostrar no âmbito de um fenômeno literário mais geral (Nitrini,1997, p. 34):

O cânone (fonte), ou melhor dizendo, os primeiros textos escritos tinham como objetivo a consideração dos pontos de contato dos trabalhos tradicionais, apenas o aspecto de dependência importava, posto que o cânone era visto como um lugar difícil de chegar, formado apenas por autores importantes da literatura mundial. Havia uma necessidade de filiação, por isso, a busca por semelhança e analogia valorizava as obras estrangeiras e esquecia das produções nacionais. De acordo com os princípios

de valorização, tudo aquilo que não correspondia ao cânone era visto como uma reprodução imperfeita.

Com a introdução da intertextualidade, a qual significa diálogo, os termos “fonte” e “influência” perderam a força. A partir dos anos 70 (séc. XX), as diferenças que antes eram desprezadas, passaram a ser consideradas como possíveis contribuições e marcas de identidade dos autores. A diferença encontrada simboliza a marca de criação, portanto, o comparatismo atual deu o devido destaque às peculiaridades de cada autor e de cada literatura.

Corroborando com a assertiva acima, antes da década de 70, as pesquisas comparatistas pautavam-se nos modelos franceses que valorizavam os conceitos de “fonte” e “influência” aumentando, assim, a noção de débito (Costa, 2006).

> A partir dos anos 70, esses conceitos foram substituídos pela abordagem do “diálogo entre textos”, logo, as concepções de débito e dependência foram quebradas e abriram espaço para o acréscimo e autonomia. (Costa, 2006, p.118)

De certa forma, os estudos comparatistas contribuem para a descolonização cultural, visto que o comparatismo atual pressupõe que o segundo texto pode exprimir originalidade ao se distinguir do primeiro. Com isso, a palavra chave para todo esse processo é a contextualização, a qual desempenha um papel importante nas pesquisas comparatistas atuais, pois tenta explicar as diferenças entre as produções textuais. A respeito dessa nova abordagem comparatista, Santiago (1982) declara que:

> Paradoxalmente, o texto descolonizado da cultura dominante acabava por ser o mais rico (não do ponto de vista de uma estreita economia interna da obra) por conter em si uma representação do texto dominante e uma resposta a esta representação no próprio nível de fabulação. (Santiago,1982, p. 23)

A informação acima contrapõe a concepção inicial dos trabalhos comparatistas, em que a valorização dos textos consistia no estabelecimento de uma grande quantidade de pontos em comum entre a obra considerada matriz e a influenciada, portanto, privilegiavam as analogias e desconsideravam as diferenças, marcas de autoria de cada escritor.

Para tanto, diante das ideias que foram explicadas, na seção subsequente, será realizada uma análise comparativa entre a obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, de José Saramago e a Bíblia Sagrada destacando os vários tipos de intertextualidades de que o autor português lançou mão no seu processo criativo.

2. O Evangelho segundo Jesus Cristo e a Bíblia: pontos de contato e pontos divergentes

O romance *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, de José Saramago, publicado pela primeira vez em 1991, retrata audaciosamente a história da vida de Jesus Cristo, fazendo, na maioria das vezes, uma ruptura com os evangelhos canônicos. Saramago adapta a obra para uma humanização de Jesus, bem diferente da apresentação tradicional que é considerada pela Bíblia.

Para Saramago, Jesus é igual a qualquer outro homem. A produção literária fala ousadamente sobre a vida de Jesus Cristo desde o momento da sua concepção até a crucificação. Ele é visto como um homem comum e, por isso, o seu nascimento é igualado a qualquer outro que venha ocorrer no mundo, mostrando a realidade de um Jesus humano que está sujeito a erros. Dialogando com essa asserção, Costa (2008) aponta que:

> Ele é humano e não divino, pois revela sua qualidade humana ao agir no mundo e se afasta da caracterização sagrada apresentada nos evangelhos bíblicos.(COSTA, 2008, p. 185)

Apesar de haver muitos pontos distintos entre este exemplar e o livro sagrado, caracterizando uma relação intertextual explícita, quando o autor se apropria para discordar, ele está se apropriando em diferença e nesse processo há mais criação do que na paráfrase, quando não se altera quase nada do texto original. Nesse sentido, Saramago se apropria dos textos bíblicos para criar sua obra, contrapondo os pontos de vista sobre a vida de Jesus, porque “o próprio título do romance instaura a conexão com o texto bíblico, fazendo dele seu intertexto mais óbvio e direto.” (LARANJEIRA, 2002, p. 225) Desse modo, a partir de agora, serão apresentadas as diferenças e as semelhanças entre essas duas produções.

Os evangelhos presentes na Bíblia Sagrada contam que Jesus nasceu de uma

mãe ainda virgem, sendo este concebido pela ação do Espírito Santo, e o anúncio da gestação foi feito pelo anjo Gabriel, conforme verificamos em (Lc 1, 30.31): “[...] O anjo, então, disse: Não tenhas medo, Maria! Encontraste graça junto a Deus. Conceberás e darás à luz um filho, e lhe porás o nome de Jesus. [...]”

Por outro lado, na história de Saramago há o relato de que o menino Jesus nasceu como qualquer outra criança, isto é, foi o fruto de uma relação sexual entre José e Maria, e que esta gravidez foi anunciada por um mendigo que pedia comida na casa do casal: “[...] e o mendigo respondeu apenas, Mulher, tens um filho na barriga, esse é o único destino dos homens, começar e acabar, acabar e começar, [...]” (SARAMAGO, 2005, p. 23).

Ainda sobre o nascimento de Cristo, o livro bíblico aponta que o menino nasceu em um estábulo, sendo que o parto foi realizado pela parteira Salomé, além disso, o pequeno recebeu a visita de três reis magos, eles ajoelharam “diante dele e o adoraram. Depois abriram seus cofres e lhe ofereceram presentes: ouro, incenso e mirra.” (Mt 2, 11) No entanto, segundo a obra de Saramago (2005), Jesus nasceu em uma caverna, com a ajuda de uma escrava chamada Zelomi, e os três pastores presentearam o menino com leite, queijo e pão, respectivamente.

> O primeiro pastor avançou e disse, Com estas minhas mãos mungi as minhas ovelhas e colhi o leite delas. [...] Adiantou-se o segundo pastor e disse, por sua vez, Com estas minhas mãos trabalhei o leite e fabriquei o queijo. [...] Então, o terceiro pastor chegou-se para diante, [...] Com estas minhas mãos amassei este pão que te trago [...] (SARAMAGO, 2005, p. 65)

Saramago se apropria com audácia de um texto sacro e escreve sua versão relatando a história de Jesus, é detalhista ao humanizar toda a trajetória de Cristo. Quando se refere à adolescência de Jesus, ele a aborda de maneira natural, como se o filho de Deus fosse um adolescente comum que passa por fases e se rebela. Essa concepção contrapõe a passagem do evangelista Lucas que mostra um adolescente que honra seus pais, como na passagem:

> Jesus desceu, então, com seus pais para Nazaré e era obediente a eles. Sua mãe guardava todas estas coisas no coração. E Jesus ia crescendo em sabedoria, tamanho e graça diante de Deus e dos homens (Lc 2, 51.52)

Maria Madalena é outra personagem que tem seu destino mudado em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, ela é apresentada como uma prostituta, pela qual Jesus se apaixona e através dessa relação, conhece o prazer carnal, se reconhecendo, assim, como qualquer outro homem, como aponta Saramago (2005).

> [...] Agora Maria de Magdala ensinara-lhe, Aprende o meu corpo, e repetia, mas doutra maneira, mudando-lhe uma palavra, Aprende o teu corpo e ele aí o tinha, o seu corpo, tenso, duro, erecto, e sobre ele estava, nua e magnífica, Maria de Magdala [...] (SARAMAGO, 2005, p. 235)

Já na Bíblia Sagrada, Maria Madalena é conhecida como uma mulher de quem Jesus expulsou os demônios e, por isso, passou a segui-lo fielmente até a morte como aponta o evangelho de Lucas: "[...] Jesus percorria cidades e povoados proclamando e anunciando a Boa-Nova do Reino de Deus. [...] e também algumas mulheres que tinham sido curadas de espíritos maus e de doenças: Maria, chamada Madalena, de quem saíram sete demônios [...]" (Lc 8, 1.2)

Essas diferenças existentes entre o texto bíblico e a criação literária fazem referência à definição de carnavalização desenvolvida por Bakhtin(1981) , visto que Saramago faz uma revogação da história bíblica. Para Bakhtin (1981)

> Revoga-se , antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade entre os homens (Bakhtin, 1981, p.105)

Segundo Laranjeira (2002, p. 238): "Os intertextos utilizados acentuam a carnavalização no texto de Saramago, ao questionar hierarquias e inverter as categorias de sagrado e profano."

Pode-se afirmar que Saramago faz também uma recontextualização das Escrituras, ele retira algumas citações do contexto bíblico, colocando-as em outras situações. O relacionamento de Jesus e Madalena exemplifica essa circunstância, o autor utiliza algumas passagens do *Cântico dos Cânticos* para expressar os sentimentos das personagens. Considera-se que este livro bíblico foi escrito para enfatizar a paixão entre os casais, mais especificamente, ele traz poemas líricos de amor, no entanto, os cristãos alegorizaram esse sentido, dizendo que se refere à

relação entre Cristo e a Igreja.

Em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, ao admirar a nudez de Madalena, Jesus faz a seguinte afirmação: “As curvas dos teus quadris são como jóias, o tem umbigo é uma taça arredondada, cheia de vinho perfumado, o teu ventre é um monte de trigo cercado de lírios, os teus dois seios são como dois filhinhos gémeos de uma gazela [...]”. A presente passagem está no Ct 7, 2-4:

> [...] os contornos dos teus quadris são como colares, fabricados por mãos de artista. Teu umbigo é uma taça torneada onde nunca faltará vinho de qualidade; teu ventre é um monte de trigo, cercado de lírios. Teus dois seios são como dois filhotes de cervo, gêmeos de gazela [...] (SARAMAGO, 2005, p. 234)

Mais adiante, há uma outra menção direta do *Cântico dos Cânticos*, mas, dessa vez, é uma fala de Madalena para Jesus, em que ela quer demonstrar o seu amor por ele: “A minha vida, nesta hora, és tu, Porquê, Respondo-te com as palavras do rei Salomão, o meu amado meteu a mão pela abertura da porta e o meu coração estremeceu”. (SARAMAGO, 2005, p. 236) Já na Bíblia, encontra-se essa frase em Ct, 5,4: “Meu amado desliza a mão pela abertura e meu ventre na hora estremece.”

Observa-se, portanto, que os poemas do *Cântico dos Cânticos* são utilizados de forma deslocada e no romance são usados para evidenciar o relacionamento amoroso e carnal de Jesus e Madalena. Nessa perspectiva, Saramago descarta a referência à relação entre Jesus e a Igreja Cristã. Seguindo essa ideia, Laranjeira (2002, p. 233) declara que: “[...] Nem por um momento a referência a uma transcendência divina é mencionada: pelo contrário, a ênfase é justamente no amor passional e humano de Madalena e Jesus.”

É importante destacar que por contrariar os princípios bíblicos, *O Evangelho segundo Jesus Cristo* pode causar grande espanto aos leitores, principalmente aos cristãos que estão acostumados apenas com a versão bíblica da história de Jesus. De certa forma, ao apresentar a forma humana do filho de Deus, o texto de Saramago provoca o raciocínio de muitas pessoas, as quais não veem a Bíblia como um livro verídico. De acordo com Costa(2008):

> O efeito provocado no ato da leitura pode ser o disparador para uma inédita experiência, aquela que leva o leitor à reflexão ou ao choque. Portanto, seu caráter epifânico está presente na representação de um

> Jesus que busca sua humanidade, já que ele se afasta da conduta reflexiva de meditação e assume a possibilidade de viver experiências terrenas, concretas a fim de encontrar respostas a sua angústia existencial. Assim, a trajetória do personagem leva o leitor a criar analogias com suas próprias experiências. (COSTA, 2008, p. 185)

Diante da análise apresentada, verifica-se que Saramago amplia as produções bíblicas, atribuindo novos sentidos a elas. Assim, partindo de uma perspectiva intertextual, no romance saramaguiano, há uma "absorção, transformação e replicação dos textos, sempre em uma perspectiva de descanonização do texto bíblico, numa operação que, em termos bakhtinianos configura-se como essencialmente dialógica." (LARANJEIRA, 2002, p. 238)

Considerações Finais

O processo de construção de um texto é o resultado das muitas e variadas leituras feitas pelo autor desse texto. De certo modo, todas essas leituras anteriores comparecem nesse novo texto, seja para concordar com as ideias anteriormente expostas ou para refutá-las. Com o texto literário não ocorre de modo diferente. Cada texto produzido superpõe camadas de leituras feitas pelo escritor.

José Saramago, ao conceber *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, recorreu ao texto que mais sofreu intertextualidades no decorrer do tempo: a Bíblia Sagrada.

As comparações trazidas neste trabalho antes de esgotar o assunto pretende servir para muitos outros trabalhos comparativos que virão.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Trad. Paulo Bezerra, 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 6. ed. São Paulo: Canção Nova, [s.d.], 1563p.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo : Ática, 2006.

COSTA, Ana Lúcia Lima da. Literatura comparada: "uma disciplina indisciplinada". **Revista Transformar**, Itaperuna, n. 4, p. 117-121, 2006.

COSTA, Cibele Lopresti. *A ética em O Evangelho Segundo Jesus Cristo, de José Saramago.* In: FERRAZ, Salma et al. (Orgs.). **Deuses em poéticas: estudos de literatura e teologia [online].** Belém: UEPA; Campina Grande: EDUEPB, 2008. 364p. Disponível em: http://books.scielo.org/id/pdkdq/pdf/ferraz-9788578791186-10.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada Hoje*. In: JUNIOR, Benjamin Abdala (Org.). **Estudos Comparados: Teoria, Crítica e Metodologia**. Cotia: Ateliê, 2014, p. 17-42.

LARANJEIRA, Delzi Alves. **Interfaces textuais em O Evangelho Segundo Jesus Cristo**, de José Saramago. Revista do CESP, Minas Gerais, v. 22, n. 30, p. 225-240, jan-jun. 2002. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/6762. Acesso em: 09 jun. 2021.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SANTIAGO, Silviano. *Apesar de Dependente, Universal*. In: **Vale Quanto Pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13-24.

SARAMAGO, José. **O Evangelho Segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

O *COPING* RELIGIOSO/ESPIRITUAL COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

RELIGIOUS/SPIRITUAL COPING AS A TOOL TO AID MENTAL HEALTH DURING THE COVID-19 PANDEMIC

EL AFRONTAMIENTO RELIGIOSO / ESPIRITUAL COMO HERRAMIENTA PARA AYUDAR A LA SALUD MENTAL DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19

Amós Silva Jubim[1]
Naaliel Santos Alves[2]
Paulo Jonas dos Santos Junior[3]

RESUMO

A pandemia provocada pela COVID-19 alterou a vida e a rotina de milhares de pessoas. Muitos perderam familiares pelo vírus, houve instabilidade política, crise econômica e muitas interferências negativas à saúde mental. Desta forma, o presente ensaio se propõe a oferecer o (CRE) *coping* religioso/espiritual como fonte de benefícios à saúde mental, durante o período pandêmico. Para tanto, o trabalho apresentará os efeitos promovidos pela pandemia à saúde mental, demonstrará os aspectos inerentes ao *coping* religioso e espiritual e, por fim, mostrará como o *coping* pode ser benéfico à saúde mental.
Palavras-chave: Coping; Espiritualidade; Pandemia; Saúde Mental.

ABSTRACT

The pandemic caused by COVID-19 changed the lives and routines of thousands of people. Many lost family members to the virus, there was political instability, economic crisis and many negative interferences to mental health. Thus, this essay proposes to offer the (CRE) religious/spiritual coping as a source of benefits to mental health during the pandemic period. Therefore, the work will present the effects promoted by the pandemic on mental health, will demonstrate the aspects inherent to religious and spiritual coping and, finally, will show how coping can be beneficial to mental health.
Keywords: Coping; Spirituality; Pandemic; Mental health.

RESUMEN

La pandemia causada por COVID-19 cambió la vida y la rutina de miles de personas. Muchos perdieron familiares a causa del virus, hubo inestabilidad política, crisis económica y muchas interferencias negativas en la salud mental. Así, este ensayo se propone ofrecer el afrontamiento religioso / espiritual (CRE) como fuente de beneficios para la salud mental durante el período pandémico. Por tanto, el trabajo presentará los efectos promovidos por la pandemia sobre la salud mental, demostrará los aspectos inherentes al afrontamiento religioso y espiritual y, finalmente, mostrará cómo el afrontamiento puede ser beneficioso para la salud mental.
Palabras clave: Afrontamiento; Espiritualidad; Pandemia; Salud mental.

[1]Especialista em Saúde Mental (Faculdade de Ciências e Educação do Caparaó). Graduado em Psicologia (UNIFSJ). Graduando em Teologia (UNIFSJ). Contato: amossjubim@hotmail.com.
[2]Graduado em Análise de Sistemas da Computação pela Universidade Estácio de Sá. Graduando em Teologia (UNIFSJ). Contato: naalisal@hotmail.com.
[3] Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (Universidade Candido Mendes). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida. Contato: paulojsjunior@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de dois mil e vinte a Organização mundial de Saúde caracterizou o surto de contaminação por COVID-19 como “pandemia”. Desde então, a vida e a rotina de milhares de pessoas ao redor do mundo foram alteradas. Pessoas perderam familiares pelo vírus, agravou-se a instabilidade política e também a crise econômica (OPAS, 2020a).

Diante deste contexto é inegável que exista uma vulnerabilidade psicossocial que pode provocar reações emocionais e mentais em diferentes grupos populacionais, distinguindo-se por gênero, idade e nível socioeconômico (OPAS, 2020b).

Torna-se necessária, então, a busca de mecanismos que promovam a saúde e o bem estar, tornando a experiência de atravessar a pandemia um pouco mais amena. Além disso, é importante também apresentar estratégias que favoreçam à resiliência, fomentem a esperança e tragam conforto aos enlutados, no período da pandemia. Assim, o auxílio da espiritualidade/religiosidade pode ser evocado para que contribua com a saúde mental.

Desta forma, o presente ensaio se propõe a oferecer o *coping* espiritual e religioso como fonte de benefícios à saúde mental, durante o período pandêmico. Para tanto, o trabalho apresentará os efeitos promovidos pela pandemia à saúde mental, demonstrará os aspectos inerentes ao *coping* religioso e espiritual e, por fim, mostrará como o *coping* pode ser benéfico à saúde mental.

1- OS EFEITOS DA PANDEMIA À SAÚDE MENTAL

O termo “saúde mental” é polissêmico. Desta forma, sugere múltiplas designações. Deste modo, pode significar um campo de pesquisa acadêmica, uma área de atuação técnica e até mesmo uma esfera de políticas públicas em saúde. Ademais, o termo Saúde Mental é também utilizado para indicar um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade (AMARANTE, 2007).

A constituição da OMS, em sua definição ampliada de saúde, a conceitua como “um estado de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não apenas a

mera ausência de doença ou enfermidade" (OMS, 1999, p.04). A definição de saúde proposta pela OMS visualiza o ser humano de maneira holística e, portanto o aspecto "mental" é um dos componentes da saúde humana. O presente trabalho, portanto, pretende abordar a saúde mental desta perspectiva, ou seja, como uma área que compõe a saúde humana. Assim, as outras designações que o termo contempla não serão aqui abordadas.

Uma abordagem racional em atenção à saúde mental deve reconhecer que há diferenças de vulnerabilidade entre os diferentes gêneros, idades e níveis sócioeconômicos. De acordo com a OPAS (2020b, p.03), as "perdas vividas podem ter efeitos diferenciados nas populações do sexo masculino e feminino. Os padrões sociais e culturais determinam que homens e mulheres reajam de maneira diferente". Pode-se notar a diferença a partir dos seguintes exemplos:

> "[...] os homens tendem a reprimir as emoções dolorosas e sua expressão é interpretada como uma fraqueza. Sua resposta emocional pode ser a ingestão exagerada de álcool ou comportamentos violentos. As mulheres tendem a se comunicar mais facilmente entre si e expressar seus temores e buscar apoio e compreensão para si mesmas e seus filhos. (OPAS, 2020b, p.03)

Além disso, é válido observar a diferença de reação entre grupos vulvenáveis de diferentes idades. Por exemplo, existem reações distintas entre idosos e crianças.

> "[...] Os idosos, em algumas comunidades, são fonte de experiência e sabedoria e são a memória histórica de como, ao longo do tempo, as situações críticas foram enfrentadas. No entanto, alguns podem correr o risco de se ver em situações de vulnerabilidade como resultado de doenças crônicas e incapacitantes, de estarem isolados e de não disporem de redes de apoio familiar e social. Outro grupo vulnerável pode ser as crianças, que costumam ter uma menor compreensão do evento traumático e enfrentam limitações para comunicar o que sentem. Algumas crianças negam completamente ou se mostram indiferentes quando são informadas de terem perdido um ou vários de seus familiares. O impacto emocional é tão grave que com freqüência não falam sobre o que viveram. Alguns adultos podem assumir que a criança tenha esquecido, mas não é assim; elas são capazes de lembrar e contar experiências traumáticas vividas quando seus sentimentos de medo estiverem sob controle (OPAS, 2020b, p.03) "

Expostas as dintinções entre os grupos em vulnerabilidade psicossocial, e considerando-se então, a saúde mental como um aspecto holítico da saúde humana, é preciso destacar que, levando em consideração uma situação de crise, como por exemplo, uma pandemia, são esperados alguns comportamentos caracterizados como "normais diante de uma situação anormal". De acordo com a FIOCRUZ (2020):

> “Durante uma pandemia é esperado que estejamos frequentemente em estado de alerta, preocupados, confusos, estressados e com sensação de falta de controle frente às incertezas do momento. Estima-se, que entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados. Os fatores que influenciam o impacto psicossocial estão relacionados a magnitude da epidemia e o grau de vulnerabilidade em que a pessoa se encontra no momento. Entretanto, é importante destacar que nem todos os problemas psicológicos e sociais apresentados poderão ser qualificados como doenças. A maioria será classificado como reações normais diante de uma situação anormal (FIOCRUZ. 2020, p.03).”

A FIOCRUZ, elenca as reações mais frequentes que seu estatuto pode esperar em uma situação de anormalidade como a pandemia.

> Medo de: Adoecer e morrer; Perder as pessoas que amamos; Perder os meios de subsistência ou não poder trabalhar durante o isolamento e ser demitido; Ser excluído socialmente por estar associado à doença; Ser separado de entes queridos e de cuidadores devido ao regime de quarentena; Não receber um suporte financeiro; Transmitir o vírus a outras pessoas. É esperado também a sensação recorrente de: Impotência perante os acontecimentos; Irritabilidade; Angústia; Tristeza. Em caso de isolamento pode-se intensificar os sentimentos de desamparo, tédio, solidão e tristeza. (FIOCRUZ. 2020, p. 04).

Torna-se válido expor que, existem também entre as reações comportamentais comuns, em situações pandêmicas:

> Alterações ou distúrbios de apetite (falta de apetite ou apetite em excesso); Alterações ou distúrbios do sono (insônia, dificuldade para dormir ou sono em excesso, pesadelos recorrentes); Conflitos interpessoais (com familiares, equipes de trabalho...); Violência. Como profissionais de saúde, é preciso estar particularmente atento ao aumento da violência doméstica e da violência direcionada aos profissionais de saúde; Pensamentos recorrentes sobre a epidemia; Pensamentos recorrentes sobre a saúde da nossa família; Pensamentos recorrentes relacionados a morte e ao morrer. (FIOCRUZ. 2020, p. 05)

É importante salientar, ainda, que os comportamentos normais diante da situação anormal podem evoluir, sintomaticamente, para quadros de transtornos psiquiátricos ou psicossomáticos. Os critérios para “[...] para determinar se uma reação psicossocial considerada esperada, está se tornando sintomática [...]” (FIOCRUZ. 2020, p. 06), são os seguintes:

> “Sintomas persistentes; Sofrimento intenso; Complicações associadas (por exemplo, conduta suicida); Comprometimento significativo do funcionamento social e cotidiano; Dificuldades profundas na vida familiar,

> social ou no trabalho; • Risco de complicações, em especial o suicídio; Problemas coexistentes como alcoolismo ou outras dependências; Depressão maior, psicose e transtorno por estresse pós-traumático são quadros graves que requerem atenção especializada.” (FIOCRUZ. 2020, p. 06)

Compete ainda dizer que, muitas medidas são propostas como forma de manter o cuidado psíquico em situações de pandemia, dentre as quais pode-se mencionar:

> “Reconhecer e acolher seus receios e medos, procurando pessoas de confiança para conversar; Retomar estratégias e ferramentas de cuidado que tenha usado em momentos de crise ou sofrimento e ações que trouxeram sensação de maior estabilidade emocional; Investir em exercícios e ações que auxiliem na redução do nível de estresse agudo (meditação, leitura, exercícios de respiração, entre outros mecanismos que auxiliem a situar o pensamento no momento presente, bem como estimular a retomada de experiências e habilidades usadas em tempos difíceis do passado para gerenciar emoções durante a epidemia); [...] Reduzir o tempo que passa assistindo ou ouvindo coberturas midiáticas; Compartilhar as ações e estratégias de cuidado e solidariedade, a fim de aumentar a sensação de pertença e conforto social; Estimular o espírito solidário e incentivar a participação da comunidade.” (FIOCRUZ. 2020, p. 06)

Assim sendo, o *coping* religioso/espiritual, objeto de estudo deste trabalho será apontado como uma das ações que reduzem o nível de estresse agudo e estimulam a capacidade de resiliência e reabilitação, funcionando como estratégia de cuidado e auxílio à saúde mental.

2- COPING RELIGIOSO E ESPIRITUAL

Atualmente existem várias evidências empíricas que conectam religião/espiritualidade à saúde, tanto física ou outros construtos relacionados como uma maneira de encontrar sentido para a vida, de ter esperança e estar em paz em meio aos acontecimentos de adversidades graves, como por exemplo uma doença. Desta forma, a religiosidade/espiritualidade vem sendo reconhecidamente evocada na literatura científica como um dos vértices do cuidado em saúde a partir de sua inclusão no conceito multidimensional de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1998. (WHO, 1998)

Sendo assim, a psicologia social, clínica e da personalidade, diante do estudo das diferenças individuais, tem constituído como objeto de pesquisa os esforços despendidos pelos indivíduos para lidar com situações estressantes, crônicas ou

agudas. Logo, segundo Antoniazzi, Dell'Aglio e Bandeira em seu artigo sobre do “O Conceito de coping: uma revisão teórica.”, afirmam que, o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se à circunstâncias adversas é chamado de coping. (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998)

No intento de observar e de diferenciar os mecanismos de defesa do coping propriamente dito, os pesquisadores Folkman e Lazarus (1980), em uma perspectiva cognitivista, propõem um modelo que divide o coping em duas categorias funcionais: coping focalizado no problema, que tem como base o esforço focado na origem do problema, objetivando seu trabalho ao ato de colaborar para que o indivíduo consiga desenvolver mudanças quanto aos fatores que levaram à situação de estresse; já o coping focalizado na emoção, tem como objetivo nivelar o estado emocional do indivíduo quanto ao resultado causado pelas situações de estresse, visando reduzir a sensação física negativa que o evento pode causar.

Os pesquisadores baseados em análises fatoriais geraram dois fatores para definir os dois tipos de estratégias de coping:

> “O coping é definido como um conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, utilizado pelos indivíduos com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas ou externas, que surgem em situações de stress e são avaliadas como sobrecarregando ou excedendo seus recursos pessoais (Lazarus & Folkman, 1984). Esta definição implica que as estratégias de coping são ações deliberadas que podem ser aprendidas, usadas e descartadas. Portanto, mecanismos de defesa inconscientes e não intencionais, como negação, deslocamento e regressão, não podem ser considerados como estratégias de coping. Além disso, somatização, dominação e competência são vistos como resultados dos esforços de coping e não como estratégias.” ((ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998).

Assim, o modelo de Folkman e Lazarus (1980) envolve quatro conceitos principais:

> “(a) *coping* é um processo ou uma interação que se dá entre o indivíduo e o ambiente; (b) sua função é de administração da situação estressora, ao invés de controle ou domínio da mesma; (c) os processos de *coping* pressupõem a noção de avaliação, ou seja, como o fenômeno é percebido, interpretado e cognitivamente representado na mente do indivíduo; (d) o processo de *coping* constitui-se em uma mobilização de esforço, através da qual os indivíduos irão empreender esforços cognitivos e comportamentais para administrar (reduzir, minimizar ou tolerar) as demandas internas ou externas que surgem da sua interação com o ambiente.” (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998, P. 277) .

Por ser o *coping* um processo de interação entre indivíduo e ambiente, sua função é administrar (reduzir/minimizar/tolerar) a situação estressora, mais que controlá-la ou dominá-la (FOLKMAN; LAZARUS, 1980).

Sucedendo-se que, quando as pessoas se voltam para a religião e/ou uma crença para lidar com o estresse, ocorre o *coping religioso*/*espiritual*. Então, em concordância com Pargament (FETZER/NIA WORKING GROUP, 1999) o uso do termo *coping religioso/espiritual*, é definido como:

> "o uso da religião, espiritualidade ou fé para lidar com o estresse e as conseqüências negativas dos problemas de vida, por meio de um conjunto de estratégias religiosas e/ou espirituais utilizadas para manejar o estresse diário e/ou advindo de crises existenciais ou circunstanciais que ocorrem ao longo da vida." (PANZINI; BANDEIRA, 2007, p. 127)

Cabe destacar que religião pode ser compreendida como uma expressão parcial da própria espiritualidade. Esta pode ser praticada por meio de tradições, cerimônias e leituras sagradas. A religião é transmitida por meio do patrimônio cultural e é acompanhada de dogmas e doutrinas; enquanto a espiritualidade, pode ser definida como a essência de uma pessoa, sendo uma busca de significado e propósito em sua vida.

Embora o conceito de coping religioso/espiritual tenha uma conotação positiva, este pode ser visto em duas vertentes – positiva e negativa. Tal concepção pode-se dá pois o coping religioso/espiritual positivo congrega medidas que proporcionam efeito benéfico ao indivíduo, como por exemplo, procurar proteção de Deus ou maior conexão com forças transcendentais, além de buscar conforto ou ajuda na literatura religiosa etc. Por outro lado, o coping religioso/espiritual negativo, está relacionado à medidas que geram consequências prejudiciais ao indivíduo, pode-se ter como exemplo, questionar sua existência, delegar a Deus a resolução dos problemas, definir a condição de estresse como uma punição de Deus etc. (PANZINI; BANDEIRA, 2007)

Vale ressaltar que sem dúvida alguma o coping religioso/espiritual é um conceito atual e importante como fonte de benefícios à saúde mental, especialmente, durante o período pandêmico. No entanto, para que tais operações sejam respeitadas, faz-se necessário incorporar na formação curricular de médicos, psicólogos e outros profissionais da saúde o estudo científico dos aspectos espirituais/religiosos em sua relação com saúde física/mental, qualidade de vida e variáveis psicossociais de interesse. Desta forma, possibilitará uma diminuição de conflitos e dúvidas, inclusive,

os conflitos existenciais dos próprios profissionais pela dissonância entre suas crenças religiosas e o papel que a ciência e/ou a teoria psicológica que utilizam confere à religião/espiritualidade e assim permitirá melhor aproveitamento desse recurso no diagnóstico, tratamento e prevenção de problemas de saúde.

3- O COPING RELIGIOSO EM TEMPOS DE PANDEMIA

O processo de enfrentamento de uma doença requer uma série de cuidados por parte dos profissionais da saúde e dos que estão empenhados com o processo de recuperação do enfermo. Atualmente, a formação de equipes multidisciplinares para o tratamento das mais diversificadas enfermidades inclui profissionais das mais diversas áreas do saber científico, e não apenas aqueles que estão ligados à especificidade da doença. Dessa forma, profissionais ligados à saúde mental, aparecem com frequência cada vez maior em ambientes de tratamento de saúde (SANTOS JÚNIOR; CAIRES, 2017).

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que, para alcançar uma saúde mental plena, muitos fatores devem ser levados em consideração. Assim sendo, para que o processo de enfrentamento seja bem sucedido, a fé do indivíduo deve ser observada. Logo, torna-se indispensável que os profissionais de saúde compreendam as dimensões da fé. Constata-se também, que existe a possibilidade de incluir nos trabalhos da equipe de saúde um capelão, profissional este, que poderá cuidar exclusivamente da saúde espiritual do enfermo (SANTOS JÚNIOR; CAIRES, 2017).

Para tanto, é importante que o paciente seja conduzido por sua fé para um estado mental em que possa elevar suas perspectivas de cura e superação a partir de orações, preces e canções. Por isso, é importante pontuar que fazer parte de uma religião pode potencializar o bem estar do paciente. A dinâmica religiosa geralmente incentiva a troca de experiências entre os fieis, uma vez que, os templos acabam por abrigar diversas pessoas, o que pode auxiliar no sentimento de pertencimento e refletir em um melhor enfrentamento de uma doença (SANTOS; ROSA, 2016).

Em tempos de pandemia encadeada pela covid-19, o auxilio religioso e espiritual se tornou de singular importância, uma vez que, as incertezas do momento somadas à suspensão das reuniões religiosas presenciais pode afetar negativamente a saúde mental do fiel. Esse isolamento repentino por si só já possui potencial para

causar graves males à saúde, visto que, quadros depressivos podem se agravar e causar transtornos ainda piores. Na mesma perspectiva, evidencia-se que, as constantes perdas de pessoas conhecidas ou pessoas próximas podem ascender sentimentos de temor ou até mesmo desencorajar o combalido no enfrentamento à doença (AMARANTE, 2007).

Nesse caso, o *coping* religioso pode auxiliar para que os reflexos negativos da pandemia sejam amenizados. A religião como um sistema de crenças e de tradições pode ser uma importante aliada para que o fiel recupere a plenitude de sua saúde. Torna-se necessário salientar que, o conceito de saúde plena não designa apenas ao sistema físico, mas, atualmente, o conceito engloba, igualmente, a saúde mental e emocional. Assim, torna-se indispensável a intervenção e o auxílio espiritual, em razão de que questões culturais e religiosas devem ser consideradas para que se alcance o equilíbrio emocional (SANTOS JÚNIOR; CAIRES, 2017).

Diante dos expostos, deve-se observar que as medidas de prevenção da COVID-19, transmitida pelo corona vírus, incluem o distanciamento social, o que limita encontros religiosos e exige cautela para que o líder religioso aconselhe ou visite os fieis de sua congregação. Por isso, torna-se indispensável a utilização da tecnologia para contornar os impedimentos. Recentemente, a internet possibilita que o distanciamento social tenha menor efeito, e consequentemente, a saúde mental dos fieis seja preservada (AMARANTE, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos demonstram que o *coping* religioso é uma estratégia que pode auxiliar no enfrentamento de diversas doenças, assim como na COVID-19. Diferente do que muitos acreditam, a fé não é sempre opositora da ciência, e ambas podem se aliar para alcançar êxito no tratamento de doenças.

Em tempos de pandemia, onde pessoas tendem a se recolher em isolamento é comum que se tenha agravamento de problemas ligados à mente humana, e nesse caso, a fé pode auxiliar para alcançar uma saúde plena, ou seja, aquela que atinge o corpo e a mente.

Por isso, é importante que as equipes de saúde sejam compostas de profissionais das diversas áreas do saber, e não apenas aqueles ligados ao corpo

físico. Nesse âmbito, deve se considerar que a fé se relaciona diretamente com a cultura e o modo de vida do fiel, e como tal, não pode ser desconsiderada.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

Antoniazzi, A.S.; Dell'Aglio, D. D.; Bandeira, D. R. – **O Conceito de *coping*: uma revisão teórica.** Estudos de Psicologia (Natal) 3(2):27-294, 1998,

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: Recomendações gerais.** Ministério da Saúde. Brasília: 2020. Disponível em: < https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/cartilha_recomendacoes_gerais_06_04.pdf> acesso em: 15/12/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO).** Nova Iorque: Nações Unidas, 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3oMundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saudeo mswho.html>. Acesso em 11 Jun. 2020.

OPAS. **Folha informativa sobre COVID-19.** Organização Mundial da Saúde – Banco de Notícias, Brasil. Brasília: 2020. Disponível em: < https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> acesso em: 15/12/2020.

OPAS, **Proteção da Saúde Mental em Situações de Epidemias**. Página Proteção da Saúde Mental em Situações de Epidemias. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2009/Protecao-da-Saude-Mental-em-Situaciones-de-Epidemias--Portugues.pdf> acesso em: 15/12/2020.

PANZINI, Raquel Gehrke and **BANDEIRA**, Denise Ruschel. Rev. psiquiatr. clín. [online]. 2007, vol.34, suppl.1, pp.126-135. ISSN 1806-938X. https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700016.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Jonas dos; CAIRES, Elon Saúde. A influência da religião e da espiritualidade no enfrentamento/coping da hospitalização. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [s.l.], v. 77, n. 306, p.454-465, 30 jun. 2017. Revista Eclesiastica Brasileira. http://dx.doi.org/10.29386/reb.v77i306.95.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Jonas dos; ROSA, André Luis da. Experiência religiosa: da Reforma Protestante ao avivamento pentecostal. **Encontros Teológicos**: Reforma ontem e hoje, Florianópolis, v. 31, n. 2, p.235-252, ago. 2016. Disponível em: <facasc.edu.br>. Acesso em: 05 mar. 2021.

World Health Organization (WHO). **Division of mental health and prevention of substance abuse**. WHOQOL and spirituality, religiousness and personal beliefs (SRPB). Genève: World Health Organization; 1998.

A PSICOMOTRICIDADE COMO ESTRATÉGIA DA LÓGICA DA REDUÇÃO DE DANOS NO CAPS INFANTO JUVENIL DE ITAPERUNA

PSYCHOMOTRICITY AS A STRATEGY FOR THE LOGIC OF DAMAGE REDUCTION IN CAPS INFANTO JUVENIL DE ITAPERUNA

LA PSICOMOTRICIDAD COMO ESTRATEGIA PARA LA LÓGICA DE REDUCCIÓN DE DAÑOS EN CAPS INFANTO JUVENIL DE ITAPERUNA

Mariana Fernandes Ramos dos Santos[4]
Antonio Macedo Ferrera[5]
Vanessa do Amaral Tinoco[6]

RESUMO: A clínica de Álcool e outras Drogas no público Infanto Juvenil é caracterizada como desafiadora. Tanto nos aspectos subjetivos como no coletivo, pois é considerado com problema de saúde pública que acarreta vários danos, entre eles o rompimento da vida do sujeito e o sentido dela. Na experiência com atuação no CAPS Infanto Juvenil de Itaperuna não é difícil ouvir-se o pedido de institucionalização seja na clínica psiquiátrica ou até no DEGASE como forma de cuidar desta pessoa, uma vez que há uma pressão familiar pra esta conduta ocorra, no entanto este tipo de relação traz comprometimentos severos para o sujeito, pois é baseado no isolamento e na abstinência. Na contrapartida a esta perspectiva o artigo apresenta as Oficinas de Psicomotricidade dentro da lógica de redução de danos como uma estratégia que trabalha a ressalva do sujeito focando neste e não na droga, e, oportunizando que o sentido estabelecido por este sujeito seja feito em diferentes circunstancias, pois ressalta o lidar com os diferentes públicos e diferentes espaços. Contudo, observa-se que tais intervenções trazem benefícios para o adolescente que faz uso de substâncias, pois foca nos aspectos psicossociais, trabalhando numa perspectiva subjetiva e objetiva de trabalhar potencialidades e estimular resiliência, empatia, sentimento de pertença e principalmente a inclusão deste sujeito a sociedade e a oportunizarão da liberdade de escolha.

PALAVRAS-CHAVE: Psicomotricidade, Álcool e outras Drogas, Saúde Mental, Redução de Danos.

ABSTRACT: The Alcohol and Other Drugs Clinic for Children and Youth is characterized as challenging. Both in the subjective and in the collective aspects, as it is considered a public health problem that causes several damages, including the disruption of the subject's life and its meaning. In the experience working in CAPS Infanto Juvenil de Itaperuna, it is not difficult to hear the request for institutionalization, either in the psychiatric clinic or even in DEGASE as a way of caring for this person, since there is family pressure for this conduct to occur, however this type of relationship brings severe compromises for the subject because it is based on isolation and abstinence. In contrast to this perspective, the article presents the Psychomotricity Workshops within the logic of harm reduction as a strategy that works with the subject's reservation focusing on this and not on the drug, and providing opportunities for the meaning established by this subject to be made in different circumstances , as it emphasizes dealing with different audiences and different spaces. However, it is observed that such interventions bring benefits to adolescents who use substances as they focus on psychosocial aspects, working in a subjective and objective perspective of working with potential and encouraging resilience, empathy, a

[4] Mestre em Psicologia. Contato: marineuropsi@hotmail.com.
[5] Educador Físico do CAPS Infantil Itaperuna. Contato: antoniomcdf@gmail.com.
[6] Docente no Curso de Enfermagem (UNIFSJ).

sense of belonging and especially the inclusion of this subject in society and the opportunity for freedom of choice.

KEYWORDS: Psychomotricity, Alcohol and other Drugs, Mental Health, Harm Reduction.

RESUMEN: La Clínica de Alcohol y Otras Drogas para Niños y Jóvenes se caracteriza por ser un desafío. Tanto en el aspecto subjetivo como en el colectivo, ya que se considera un problema de salud pública que ocasiona diversos perjuicios, entre ellos la disrupción de la vida del sujeto y su significado. En la experiencia de trabajo en CAPS Infanto Juvenil de Itaperuna, no es difícil escuchar la solicitud de institucionalización, ya sea en la clínica psiquiátrica o incluso en DEGASE como forma de cuidar a esta persona, ya que existe presión familiar para que se produzca esta conducta. Sin embargo, este tipo de relación conlleva severos compromisos para el sujeto porque se basa en el aislamiento y la abstinencia. En contraposición a esta perspectiva, el artículo presenta los Talleres de Psicomotricidad dentro de la lógica de la reducción de daños como una estrategia que trabaja con la reserva del sujeto enfocándose en esto y no en la droga, y brindando oportunidades para que el sentido que establece esta asignatura se haga en diferentes circunstancias, ya que enfatiza el trato con diferentes públicos y diferentes espacios. Sin embargo, se observa que dichas intervenciones traen beneficios a los adolescentes consumidores de sustancias ya que se enfocan en aspectos psicosociales, trabajando en una perspectiva subjetiva y objetiva de trabajar con potencial y fomentando la resiliencia, la empatía, el sentido de pertenencia y especialmente la inclusión de este tema en la sociedad y la oportunidad de la libertad de elección

PALABRAS CLAVE: Psicomotricidad, Alcohol y otras Drogas, Salud Mental, Reducción de Daños.

1 INTRODUÇÃO

Há uma angústia compartilhada no que diz respeito à Clínica de Abuso de Substâncias na Adolescência, quando chegamos a acessar este público ele já está envolvido de forma significativa com o uso e abuso de substâncias, e, talvez por uma questão da própria fase do desenvolvimento, a dificuldade de analisar as consequências faz com que seja atrelada uma série de comprometimentos não só no que diz respeito a saúde, mas pontuando questões sociais, morais etc.

Não é difícil de ver adolescentes envolvidos com o crime, e sendo internadas em instituições socioeducativas, medidas sociais que culminam num afastamento da sociedade, num rompimento de laços afetivos e comunitários trazendo em si a institucionalização e a perda dos rituais de passagem do ser adolescer, uma vez que as famílias talvez por uma crença de melhoria ou por ato de proteção pedem a todo o tempo a internação dos mesmos nas instituições.

Deparamo-nos com um discurso onde familiares se sentem mais “tranquilos” com seus respectivos filhos institucionalizados, afirmando dormir tranquilos pois

dentro de uma clínica psiquiátrica ou do DEGASE, eles ficariam afastados do risco de ter de lidar com a morte repentinamente.

No entanto, não pensamos onde tudo isso pode levar, e quais as consequências que a própria institucionalização pode trazer na vida desta pessoa. Pensando nisso, este artigo traz outra forma de lidar com o abuso de substancia na adolescência: a lógica da Redução de danos, porém numa perspectiva diferenciada, onde o foco não é a droga e sim o sujeito, sobretudo suas potencialidades bem como habilidades e o lidar com o grupo de uma forma a preservar a até estimular laços saudáveis entre o próprio, trazendo as intervenções psicomotoras como uma forma de trabalhar essa temática.

A Psicomotricidade é a ciência que vai estudar as manifestações emocionais no corpo, o que de certa forma é uma maneira com que o sujeito se comunica, pois, a comunicação oral é uma delas, mas não é a única forma de se comunicar, podendo ser definida como Vitor da Fonseca (2008) como campo transdisciplinar que estuda e investiga as relações e as influências recíprocas e sistêmicas entre o psiquismo e a motricidade, assim sendo, entendemos que a Psicomotricidade é uma interseção de saberes na relação entre a mente e o corpo, e juntamente com esta relação às manifestações e o manejo das emoções bem como intervenções que são feitas a partir desta relação e trazendo importantes contribuições e benefícios para a Saúde como um todo, tendo um recorte para Dependência Química e um direcionamento para a Redução de Danos.

O objetivo deste artigo é abrir reflexões no que diz respeito a psicomotricidade como uma forma de trabalhar a redução de danos na clínica infanto juvenil, sobretudo na adolescência, com o foco no indivíduo, a relação mente e corpo, as emoções, suas potencialidades e estimulando o se relacionar com o grupo.

Justificado pela necessidade de se tecer reflexões no que se refere as estratégias de cuidado no campo da Dependência Química, sobretudo no que se refere a Redução de Danos, como um destoque do consumo da droga em si e um enfoque no sujeito, já que, as estratégias focadas na droga somente, onde cada vez coloca a droga como o centro de toda forma de tratamento, desmerecendo os aspectos subjetivos em cima de um cenário onde o consumo da droga é cada vez mais maximizado e o sujeito minimizado, faz-se necessário que haja o

compartilhamento de experiências e intervenções que sejam coletivas e, principalmente que estejam no campo infanto-juvenil, problematizando uma proposta de Redução de Danos que vai além do foco na substância.

O artigo apresenta a vivência realidade no CAPS Infantil de Itaperuna através de Oficinas de Psicomotricidade e, traz algumas sugestões de atividades a partir desta vivência. Fazendo uma reflexão a luz de uma lógica de Redução de Danos focada em aspectos do sujeito, da relação do sujeito, dos aspectos psicomotores e não focando na droga, com isso dá-se mais ênfase ao sujeito e as relações que são estabelecidas. Chamando a atenção para a possibilidade de se trabalhar as relações emocionais e sociais bem como as demais relações do sujeito com ele mesmo se colocando em ênfase e trazendo uma vertente mais saudável em vez de focar somente das substâncias e no uso ou abuso delas.

Trazendo uma lógica não só no consumo da droga e sim com um foco no que leva ao consumo, ou seja, ressaltando o sujeito e como este lida com a realidade, e o que ele produz no território. Uma vez que é importante observar outras forma de cuidado, não com um enfoque se tratar o sujeito em um molde fechado, e, som, utilizando pontes para que se chegue de forma diferenciada às diferentes realidades em que a Saúde Mental necessita ser tocada. Dentro deste contexto falando sobre as oficinas realizadas dentro do Centro de Atenção Psicossocial de Itaperuna.

2 A CLÍNICA DE ALCOOL E DROGAS

O uso de substâncias não é algo que poderia ser dito como novo na humanidade, desde nossos antepassados o conhecimento pela alteração provocado por algo que seja externo se faz presente em múltiplas culturas diferenciadas, atravessando locais e tempos e se tornando um hábito de alguns, com consumo destes elementos para tal finalidade. Desde a antiguidade drogas lícitas ou ilícitas são utilizadas em eventos sociais bem como em rituais ou práticas ao longo da nossa existência.

No que diz respeito ao consumo de drogas, Bucher (1992, p.27), coloca: o consumo das drogas corresponde a uma “prática humana milenar e universal”,

partindo do princípio que estas se tornam presentes em múltiplas condições, faixas etárias, classes sociais, espaços, sendo plural em suas respectivas finalidades e motivações.

O autor ainda salienta que se faz necessário pensar na compreensão do consumo das drogas a partir da organização da sociedade, seus sistemas, crenças e mitos, representações existenciais e religiosas. O que de fato nos faz pensar que a droga ocupa um lugar dentro da construção de uma sociedade e que este lugar não é novo, mas que se renova a cada ciclo.

Então além de um sentido para o sujeito e entrar no lugar de algo que ainda não foi definido, a droga também tem um lugar de sentido para uma sociedade, o que nos faz pensar que a droga está no campo do coletivo e não restrito ao individual.

Pratta e Santos (2009, p. 208), apresenta que: “O consumo de substâncias psicoativas cresceu assustadoramente a partir da segunda metade do século XX, configurando-se nas últimas décadas desse século como um fenômeno de massa e como uma questão de saúde pública”. Há algo dentro deste século que fez com que as pessoas entendessem que precisariam do so da droga por algum motivo.

Dentro desta importante colocação, os autores destacam o aumento uso abusivos das drogas na contemporaneidade, problematizando esta questão, para que tomemos nota do que contribuiu para tal feito, expandido nossa forma de visão, sem se restringir ao usuário, mas, ampliando nossa compreensão como uma questão social tomando como partida a saúde pública. No contexto brasuleiro, o panorama mudou completamente nas últimas décadas, em meios a década de 80, os estudos epidemiológicos não encontravam taxas de consumo alarmantes entre estudantes. (MORGADO, IGUCHI, BUENO JR; 1983). O que nos chama a atenção para que as pessoas cada vez mais abusam de substância mais e isso também se deve ao contato coletivo mais cedo.

Com o aspecto da droga é coletivo e não individual, a forma de analisar e de problematizar esta questão se direcional ao campo social, considerando as relações que são estabelecidas pela droga, e, tomando como uma questão de

Na expansão da visão sobre os componentes que envolvem esta relação e quais atores e ações estão associados a este fenômeno, O’Brien (1996) aponta três

elementos que simultaneamente são relacionados a compreensão do processo da dependência: substância (droga), usuário (pessoa) e meio social (contexto). O que contribui para uma expansão de foco, e não somente direcionando ao usuário a compreensão destas relações, uma vez que a compreensão está para além do aspecto subjetivo tomando um cenário coletivo, onde são estabelecidas tais relações que culminam no aumento do consumo. É fato que as drogas tiveram presentes na Humanidade, mas ela nunca teve tão em evidência como no cenário atual.

No que se refere à definição das drogas, a Organização Mundial de Saúde (1993) coloca como substâncias naturais ou artificiais atuantes no Sistema Nervoso Central (SNC). Dentro desta atuação há alterações que resultam em mudanças comportamentais, sensações, na consciência e no estado emocional, sendo que, tais substâncias podem ou não consequenciar dependência, tendo grande significância as produções e alterações em que se é submetido, podendo ser classificadas em três categorias:

Depressoras:	diminuem a atividade do SNC, passando a funcionar mais lentamente, sã úteis em casos nos quais o SNC está funcionando num ritmo acelerado.(álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, solventes ou inalantes, opióides);
Estimulantes:	aumentam a atividade do SNC, fazendo com que o estado de vigília fique aumentado (portanto, diminui o sono), haja excitação, aumento da atividade motora. (anfetaminas, cocaína, crack);
Perturbadoras:	confundem ou atrapalham a atividade do SNC, produzindo uma mudança qualitativa na atividade cerebral. O cérebro passa a funcionar fora do seu normal, e a pessoa fica com a mente perturbada (maconha, ecstasy, LSD).

Fonte: OMS(1993)

A droga escolhida tem uma relação direta com efeitos que são produzidos no Sistema Nervoso Central, e cada categoria tem uma produção de efeito específica, o que faz com que a pessoa entre sintonia com o efeito que a substância gera no momento de seu uso.

Outro fato importante é a relação que se estabelece com a droga, oi seja, os tipos de relação que se tem, para que não sejam generalizados e diferentemente compreendidos de acordo com Schwebel (2002):

Uso experimental	o consumo da droga se dá por uma ou poucas vezes, ocorre principalmente por curiosidade, por pressão do grupo, pelo o desejo de sair da rotina.
Uso ocasional ou recreativo	o consumo de uma ou várias drogas ocorre de forma esporádica, a droga é usada de modo hedonista, por causa da simples e pura satisfação que ela permite rapidamente à pessoa;
Uso habitual	caracteriza-se por um uso frequente, semanal, ou diário, sendo um uso controlado que já promove alterações nas relações do sujeito, no nível afetivo, familiar e profissional. No uso habitual, tudo é motivo para se usar a droga, o prazer já não é mais tão evidente e o usuário pode sentir grande desconforto ao não usar a droga;
Dependência ou toxicômano:	a dependência é um conjunto de sinais e sintomas que demonstram que o sujeito, apesar de significativos problemas relacionados à droga, continua fazendo uso da mesma, os sujeitos sentem impulsionados a usar a droga, não relacionando mais ao prazer, mas ao desprazer e à angústia que a falta da substância provoca. Nesta relação o sujeito rompe com todo laço social e passa a viver em torno do binômio pessoa-droga, rompendo assim, com a família, trabalho e com o social, e tendo como principal foco a droga.

Fonte: Schwebel (2002), DSM-IV (2000); Oliveira (1989), Sodelli (2011)

O que difere entre as etapas é como o sujeito se relaciona com a droga, o que vai de encontro ao que ele procura e o que a droga produz como efeito na vida dele, e, dois pontos são importantes, a quantidade de droga e a frequência, o que podemos entender que quanto mais intenso e frequente é o uso, mais se aproxima de uma relação de Dependência.

Outro fato importante que deve ser pontuado são as crenças que motivam o sujeito a buscar a droga, uma vez que o que se acredita que ela produz relaciona-se com a busca por ela, atribuindo-se um sentido e um lugar na vida deste sujeito. Esta relação não é feita sem sentido, ou seja, a droga tem um sentido para este sujeito e por conta disso, quanto mais foco se direciona a ela, mais ênfase se da à droga.

Outra questão importante é o esvaziamento deste sentido na abstinência da droga, quando há este esvaziamento e a droga traz sentindo, o sujeito necessita depois de uma dose cavalar da mesma substância para ter o mesmo sentido. A relação do sujeito com a droga é uma relação em que temos que observar as relações com este objeto e não simplesmente apostar na retirada deste objeto, já que se compreende que este significado é que sustenta a relação.

No que refere à dependência Oliveira (1989) atribui: “tudo que o indivíduo realiza é com a finalidade última de conseguir a droga; ele vive, trabalha e até rouba para consegui-la” (p.65). Há casos de dependência onde a única relação estabelecida

é com a droga, e, o sujeito abre mão ou até já o fez, já abriu mão de tudo por conta dela. Entrando de inicio em uma ideologia da liberdade e do poder, e, entregando-se bem como tudo que foi conquistado para manter essa relação com a droga.

Sendo que, esta relação com a droga pode ser feita de diversas formas, desde a esporádica até a dependência de forma significativa. E esta relação e a qualidade da mesma se da através das características que a pessoa possui. Esta relação também pode ser analisada no que tange a frequência e a intensidade.

Entendemos que, quanto mais intenso é o uso e frequente mais há a busca pela droga e pelos efeitos que ela causa na vida deste sujeito, e, entendendo que esta substância tem um sentido e um lugar atribuído pelo sujeito, chama-se a atenção para que o "problema" não está associado à droga em si, mas o que faz com que ele tenha o comportamento de busca-la, por este motivo entende-se que a retirada da droga da vida do sujeito e foco nela, somente contribui para fragmentar um sujeito que já está dilacerado, uma vez que atribui à sustância o sentido da própria vida. Apostando nisso, se faz necessária a compreensão da lógica da Redução de Danos.

3 POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS

No tratamento para Abuso de Substâncias, existem duas modalidades de intervenção que se divergem, uma é a abstinência, que se refere a ficar sem o uso de drogas para teoricamente "limpar" o organismo, geralmente esta forma de tratamento é atribuída as clínicas de internação e reabilitação, onde opta pelo isolamento como forma de tratar. A outra é a lógica da redução de danos, cujo sujeito vai gradativamente diminuindo o uso da droga pelo máximo que se consegue naquele momento, tanto no que se refere a frequência do uso, como na intensidade e, também na intensidade dos efeitos da droga ao organismo.

A Redução de Danos segundo Marlatt (1999, p.45) é: uma "alternativa de saúde pública para os modelos moral/criminal e de doença do uso e da dependência química". Sendo caracterizada como uma abordagem pragmática e comprometida com os direitos humanos, tendo como objetivo amenizar os prejuízos causados pelo

uso/abuso de drogas, sejam essas substâncias lícitas ou ilícitas, tendo como possibilidades de intervenção o tratamento e a prevenção do uso de drogas.

Com o foco em amenizar os danos, é uma forma de primeiro olhar à este sujeito, e não reduzir o tratamento a retirada da droga. Nardi e Rigoni (2005) se referindo as ações de redução de danos, afirmam que estas estimulam a busca por uma saúde que estaria ao acesso tanto dos usuários bem como de seus familiares, somado a luta pela garantia de seus direitos, já que estaria entre os seus princípios a "liberdade de escolha", o que amplia a proposta de cuidar desta pessoa como uma forma de visão direcionada a saúde, uma vez que nem todos os usuários conseguem ou desejam abster-se do uso de drogas.

Este é um primeiro passo da concepção de tratamento de forma gradual e respeitando os aspectos emocionais e sociais do sujeito, e, não tirando a droga e tudo deste usuário. Soldelli (2011) salienta que o modelo de redução de danos tradicional, ou seja, o modelo focado na redução das drogas e dos prejuízos que estas causam, possuem traços que corroboram com o modelo de combate às drogas ou guerra às drogas. Mesmo que a redução de danos oportunize um olhar sobre o uso da droga possibilitando e incluindo as pessoas que apresentam a necessidade de usar drogas, a mesma entende que tem pessoas que não necessitam deste uso, o que foca no não uso da droga como condição ideal, mais uma vez focando num ideal de abstinência e colocando o tempo em que se alcança tal feito. O autor apresenta a abordagem de Redução de Danos Libertadora, que diferente do modelo tradicional objetiva que o usuário não experimente e nem interrompa o uso da droga, direcionando o seu foco para no modo de consumo da droga, a medida que prioriza reduzir os prejuízos à saúde e não em acabar com o uso de drogas. O que amplia mais a promoção de saúde, já que, enfatiza que as intervenções da maneira com que se consome podem ser foco de um cuidado ampliado.

E, para além da intervenção no uso e no modo do uso, a lógica da Redução de Danos também atribui a prevenção como forma de atuar dentro da clínica de Álcool e outras Drogas. Como estratégia de prevenção, Espíndola (2010) apresenta que foco de intervenção o indivíduo ou a população, são classificados em: universais, seletivas e indicadas.

Intervenções universais:	é dirigida a toda população, e tem como objetivo prevenir ou retardar o surgimento de prejuízos a saúde. Não se limita a fatores de risco individuais e caracteriza-se por atividades realizadas em comunidades, escolas e meios de comunicação;
Intervenções seletivas:	as intervenções recaem a subgrupos da população em geral que apresentem situações de risco para o desenvolvimento de uso prejudicial de drogas. Por exemplo, intervenções direcionadas a familiares de dependentes químicos
Intervenções indicadas:	caracterizada por intervenções nos sujeitos que já apresentam um quadro de dependência ou que tem algum prejuízo em face ao uso indevido de drogas. Tem por objetivo evitar a evolução das consequências e prejuízos causados pelo o uso da droga, aborda os fatores de risco individuais e os problemas de comportamento.

Fonte: Espíndola (2010)

No Brasil, em 2002 foi promulgada a lei 10.409, chamando a atenção para a colaboração da sociedade na prevenção do tráfico e do uso indevido de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica. Apontando a necessidade de medidas de prevenção de instituições públicas ou privadas, e, a implantação de programas que assegurem esta prevenção. Sugerindo-se que esta ato aconteça em vários ambiente, inclusive em seus respectivos locais de trabalho, dentre as medidas de prevenção estão (Art. 10, § 2º):

II – incentivar atividades esportivas, artísticas e culturais;

III – promover debates de questões ligadas à saúde, cidadania e ética;

IV – manter nos estabelecimentos de ensino serviços de apoio, orientação e supervisão de professores e alunos;

V – manter nos hospitais atividades de recuperação de dependentes e de orientação de seus familiares.

Enfatizando que política de redução de danos, cujo objetivo, é a liberdade de escolha do usuário entre fazer o uso da droga ou a abstinência, e traçando intervenções que vão além do foco da droga, como por exemplo, podemos perceber o foco no esporte e em atividades culturais. O que foca nas habilidades e em formas saudáveis de se manejar o tratamento e, não foca mais direcionadamento a droga, em oferecer uma droga mais amena ou no focar em ficar o maior tempo sem usa-la e sim, na preservações e até incentivos da formação de novos laços, tratando de forma a preservar o sujeito e o que ele tem de elementos da sua própria vida.

4 A PSICOMOTRICIDADE COMO PROPOSTA DE REDUÇÃO DE DANOS

A Psicomotricidade é uma disciplina que trabalha o corpo e a mente, em conjunto somada as ações do ser humano, uma vez que trabalha o corpo e seu movimento, seja o próprio movimento do corpo bem como o movimento na vida, enfatizando as relações estabelecidas e a maneira de se está no mundo e as relações que se estabelecem.

Galvani (2002) coloca que a psicomotricidade é uma ciência ampla que engloba a tripolaridade do homem: o intelectual (aspectos cognitivos), o emocional (aspectos afetivos) e o motor (aspectos orgânicos). Assim sendo, atividades que envolvam psicomotricidade tem uma forma ampliada de ver o ser humano, onde este é olhado de forma holística.

O autor Vitor da Fonseca (1998) quando fala sobre a Psicomotricidade, relata que a mesma busca a qualidade da relação afetiva, o controle postural, a disponibilidade corporal e a noção de corpo como componente essencial da aprendizagem. E, esta aprendizagem é tanto a aprendizagem relacionada ao processo educativo, como a aprendizagem na vida. Ou seja, a relação entre a Psicomotridade e o ser humano é muito maior, mais ampla no que simplesmente se reduzir ao sistema de aprendizagem acadêmica. Aborda a motricidade e o corpo na totalidade do ser, o psíquico e o motor como totalidades sistêmicas e dialéticas.

A Psicomotricidade trabalha a relação do homem na formação do EU, ou seja, através do desenvolvimento do esquema corporal, imagem corporal e dominância lateral, as atividades em envolvam a psicomotricidade objetivam o despertar a si próprio, a compreensão do próprio corpo nas emoções, na noção de espaço e na noção de tempo. Ou seja, o ser no mundo se estabelece através das relações que são estabelecidas através da psicomotricidade, que trabalha as relações das pessoas, onde chamamos de psicomotricidade relacional.

Entendemos por Psicomotricidade Relacional uma prática educativa de base psicomotora, reconhecida oficialmente em 1988, definido por : Lapierre e Aucouturier (2004): “é possível atingir, [...], as camadas mais profundas da personalidade, abordando esse núcleo psicoafetivo que, em última análise, determina todo o porvir do ser” (2004, p. 24).

Exemplificando, Lapierre e Aucouturrier (2004) apontaram que:

> Colocar à disposição das crianças e dos adultos diferentes tipos de objetos e observar o modo como eles os utilizam, o investimento progressivo que realizam com tais objetos, é uma fonte importante de ensinamentos. Além disso, as situações espontaneamente criadas se ordenam, em geral, em torno de um tema, consciente ou inconsciente, o qual deve ser percebido e explorado, entrando assim, diretamente, nas motivações profundas do grupo. (2004, p. 23).

De acordo com Nacarato(2002) a psicomotricidade é uma ciência aberta e integrada às demais ciências que possibilita compreender de forma ampla o que está por trás do movimento humano. Com isso, entende-se que o movimento pode significar aspectos subjetivos que se e emocionais do sujeito, colocando o corpo com movimentação do sujeito nos seus aspectos subjetivos.

Oliveira (2005) salienta que o corpo é a referência do ser humano na interação com o mundo, na evolução da afetividade, apresentada pela postura e atividades e do comportamento. E Coste (1992), a psicomotricidade enfatiza a relação do ser humano com o seu próprio corpo através da gestualidade como modo de ser, considerando os movimentos como sinais socialização e adaptação do indivíduo ao mundo.

Estas relações trabalham a posição do indivíduo ao mundo, os componentes afetivos, cognitivos e sociais, ou seja, tudo que de certa forma envolve o sujeito nas suas relações. Porém, a vertente que se trabalha é uma vertente que ressalta o sujeito, trazendo pra ele uma ênfase no seu existir e no que se consegue alcançar a partir desta existência. O corpo e o movimento no mundo da sentido ao movimento do sujeito enquanto ser protagonista neste mundo, o que chama a nossa atenção do quanto o enfatizar estas relações e a existência deste sujeito é uma forma de trabalhar outros tipos de relações não se restringindo com a relação da droga.

Atividades esportivas, atividades psicomotoras sejam especificamente no que se refere a comportamentos específicos ou nos aspectos relacionais, oportunizam a este sujeito o foco nele mesmo, podendo-se trabalhar o superar de seus próprios desafios, o que da sentido a vida e trabalha as crenças sobre eles mesmos. A Psicomotricidade contribui de forma significativa para o autoconhecimento, e quanto maior o autoconhecimento maior a oportunização da liberdade para escolher e lidar com seus respectivos questões o que não deixa de ser uma intervenção em redução de danos, pois enfatiza outras relações e traz oportunidades ao sujeito que não sejam atreladas somente a droga.

É importante que nós possamos compreender que os aspectos emocionais são implicados já existência desse sujeito e que a psicomotricidade é uma msis glosl, Juan Cassassus (2009, p.139) propõe a existência de sete competências emocionais:

> 1. Capacidade de estar aberto ao mundo emocional; 2. Capacidade de estar atento: escutar perceber, ponderar, nomear e dar sentido a uma ou várias emoções;3. Capacidade de ligar emoção ao pensamento;4. Capacidade de compreender e analisar as informações relacionadas com o mundo emocional; 5. Capacidade de regular a emoção; 6. Capacidade de modular a emoção; 7. Capacidade de acolher, acalmar e apoiar o outro.

5 ATUAÇÃO NO CAPSi DE ITAPERUNA

O CAPS Infanto juvenil tem o objetivo de trabalhar qualquer situação de vulnerabilidade em que crianças e adolescentes se encontram, e no momento atual, o abuso de substâncias e o contato com o os elementos das relações que acompanham a relação com a droga, como aspectos sociais entre outros. Mediante isso, entende-se que as atuações tem uma perspectiva psicossocial e que direcionam-se para o inclusão deste indivíduo na sociedade de maneira a trabalhar suas questões ao mesmo que lutar pelo acesso de seus direitos enquanto cidadão. Podemos dizer dentro desta realidade que a clínica implica no social e o social implica na clínica, pois é uma relação de benefícios de mão dupla.

Dentro do público infanto juvenil observa-se que esta perspectiva psicossocial precisa ser a todo momento ressaltada, pois entende-se que o adolescente precisa do grupo para se desenvolver e é no grupo que a identidade se forma, porém, as identificações e as relações que são ali estabelecidas levam a exclusão, a institucionalização ao entendimento das famílias que a melhor forma de cuidado e realizada ou em clínicas fechadas ou no próprio DESAGE, e, assim como as famílias, em grande parte o entendimento da sociedade, que compreende que varrer o problema a ser escondido e não tocar nele pode ser a melhor opção. O que reforça ainda mais o olhar do problema num aspecto individualizante colocando o adolescente como um membro sintomático e desconsiderando todo contexto de vulnerabilidade em que este está inserido.

Numa proposta diferenciada e baseando-se nas premissas que atuam a Política de Saúde Mental Infanto Juvenil, foram realizadas dentro e fora do CAPSi com o intuito de estabelecimento de vínculos com a sociedade e consigo mesmo

algumas oficinas cujo o nome foi estabelecido como oficinas de Psicomotricidade cujo o intuito era trabalhar a favor da inclusão do sujeito em vulnerabilidade na sociedade e oportunizar vínculos com a mesma assim como fortalecer os que já existiam dentro da lógica da redução de danos numa perspectiva a ressaltar o sujeito dentro deste processo de vulnerabilidade bem como o protagonismo e a superação do mesmo diante de seus desafios. Conhecendo-se a si mesmo e o ambiente em que se está inserido. Dentro destas Oficinas pode-se citar algumas atividades e objetivos:

Passeio Terapêutico	Realizar um movimento social e de estabelecimento das relações afetivas bem como sociais dentro do território, conhecendo lugares turísticos e de funções específicas como por ex: o bombeiro, oportunizando uma dessensibilização com a sociedade.
Pular corda	Trabalhar ritmo, expressão corporal construção de habilidades corporais e desenvolvimento de dinâmicas de produção de pequenos grupos.
Almoço fora	Oportunizar a família o movimento das relações para além de sua residência, estimulando o lidar com talheres e comportamentos sociais em restaurantes do território e extra território também. Maximizando a inclusão na sociedade.
Esportes ao ar livre	Estabelecer jogos e práticas de esporte em lugares livres no território.
Circuito motor	Sugerir movimentos corporais com subir, descer,rolar, rastejar,etc. E desfiar elas tentar suas próprias habilidades e evoluir promovendo também a percepção corporal em relação as capacidades de movimento
Levantar lata com pés	Trabalhar coordenação ocular pedal, equilíbrio
Corrida do arco correr dentro de arco	Percepção temporal e parcial
Corrida dos pregadores,	Proporcionar através do jogo lúdico a oportunidade de desenvolver a motricidade
Rolamento vê cambalhotas	A proposta e lúdica mas incentiva e valoriza a forma correta de fazer
Atividades cooperativas	Botar um grupo andar em cima de um tapete e passando para outro sem que saiam de cima do tapete marcar uma distância para eles percorrer
Jogos	Estimular laços sociais bem como interação do sujeito com a equipe e com o próprio corpo, onde os adolescentes juntamente com funcionários deslocavam-se para fora do capsi para jogar com outros adolescentes da sociedade em clubes e quadras específicas.
Projeto Mediador	Estimular a empatia e as relações, dos mais velhos com os mais novos, em perspectivas de ajuda, onde os mais velhos ajudariam os mais novos em seus

	comprometimentos e ajudariam a ressaltar as habilidades

Fonte: Oficinas realizadas no CAPS Infanto Juvenil de Itaperuna. Fonte própria.

Mediante a realização destas Oficinas de Psicomotricidade observou-se que pode-se oportunizar a possibilidade de se estabelecer e fortalecer relações sociais, auto estima, motricidade, consciência corporal e social, sentimento de pertença e inclusão, resiliência e conhecimento interpessoal, possibilitando a este corpo, a circulação na sociedade de forma a interagir com os demais, incluindo-se dentro do território minimizando o isolamento e o sentimento de desadaptação observados anteriormente.

Observou-se que as atividades dentro das oficinas trabalhavam tanto o aspecto cognitivo no que se refere as crenças e funções psíquicas, nos aspectos emocionais e nas habilidades sociais, focando no sujeito e nas suas relações, de forma a salientar a redução de danos, pois, o sujeito fortalecia-se no seu autoconceito bem como nos laços que eram estabelecidos com a sociedade, oportunizando o estabelecimento de sentidos e não mais se restringindo somente as relações que a droga oportunizava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas demandas surgidas, criou-se a necessidade de intervenções que fossem além do que se estava estabelecendo até o momento, havendo a criação de espaços dentro de fora do CAPSi que trabalhassem o individuo como um todo, em seus aspectos cognitivos, emocionais e de habilidades sociais.

É importante observar que há efeitos no que se refere a oportunização de outros vínculos além dos associados a droga, posssibilitanto o ressaltar do sujeito como uma forma de reduzir os danos, pois foca no sujeito e nas relações que ele estabelece a todo o momento.

O artigo chama a atenção para os benefícios que Psicomotricidade pode gerar e apresenta alguns exemplos de atividades realizadas no Centro de Atenção Psicossocial de Itaperuna com o público Infanto Juvenil utilizando intervenções dentro e fora do espaço físico do CAPSi com um enfoque Psicossocial de tratamento e sobretudo trabalhando o sujeito e suas relações bem como a inclusão na sociedade.

Cabe a nós refletir que tais oficinas são uma ferramenta que trabalha o sujeito em seu aspecto amplo de forma a promover o contato do sujeito com ele mesmo no que diz respeito a sua consciência corporal lateralidade de estabelecimento do eu, como do sujeito com a sociedade. Contudo, ressalta-se que é preciso vivenciar a adolescência em grupo, e, as intervenções em psicomotricidade oportunizam tais relações, o que culmina numa redução de danos da droga e ressalta o sujeito no relacionar-se e no interagir-se. Pois qualquer intervenção que ressalte e beneficie o sujeito reduz do dano do abuso de droga, pois oportuniza o sujeito de ser ele mesmo e relacionar-se com os demais, possibilitando também seu protagonismo na escolha.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.** Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. Disponível em . Acessado em: 15 Out. 2011.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CASSASSUS, Juan. **Fundamentos da educação emocional**. Brasilia: UNESCO, Liber Livro Editora. 2009.

COSTE, J. C. **A psicomotricidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

ESPÍNDOLA, L. F. G. **Redução de Danos: Uma Análise da Prática Profissional das Assistentes Sociais nos Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas** – CAPSAD. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2010.

FONSECA, Vitor da. Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de janeiro: Objetiva, 2007

FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem** [recurso eletrônico] / Vitor da Fonseca. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008

GALVANI, C. **A formação do psicomotricista, enfatizando o equilíbrio tônicoemocional.** In: COSTALLAT, D. M. M. (Org.). A psicomotricidade otimizando as relações humanas. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

LAPIERRE, Andre. **Da Psicomotricidade Relacional a Analise Corporal da Relaçao. 1** ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. _____ . A simbologia do movimento: Psicomotricidade e educaçao \ Andre Lapierre e Bernard Aucouturrier. 3 ed. – Curitiba, PR: Filosofart Editora, 2004.

MARLATT, G. A. **Redução de Danos: estratégias para lidar com comportamentos de alto risco.** Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1999.

NARDI, H. C.; RIGONI, R. Q. **Marginalidade ou cidadania? A rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos.** Psicologia em Estudo, Maringá, PR, v.10, n.2, p. 165-173, Mai. 2005 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a14.pdf. Acesso em: 12 Março. 2021.

O'BRIEN, C. P. **Dependência e uso abusivo de drogas.** In: GOODMAN, A. H. (Org.). As bases farmacológicas da terapia. Rio de Janeiro: McGraw, 1996. p. 405-419.

OLIVEIRA, J. A. **A fase adolescente e as motivações para a droga**. In: BUCHER, R. (Org.). Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. Brasília: Universidade de Brasília, 1989. p. 63-74.

OLIVEIRA, G. C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Classificação de Transtornos Mentais e do Comportamento da CID - 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Coord. Organiz. Mund. da Saúde. Tradução de Dorgival Caetano, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A**. Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas.** SMAD, Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool Drogas, Ribeirão Preto, SP, v.2, n.2, p. 263- 274, Ago/2006. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/pdf/803/80320204.pdf. Acesso em: 08 maio 2021.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. **O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução.** Revista Teoria e Pesquisa, São Paulo, SP, v. 25, n. 2, p. 203-211, Abr./Jun. 2009, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a08v25n2.pdf. Acesso em: 08 maio 2021.

SCHWEBEL, R. **Antes que aconteça**. São Paulo: Claridade, 2002.

SODELLI, M. **Repensando o Modelo de Redução de Danos. Uso de Drogas e Prevenção.** Da desconstrução da postura proibicionista às ações Redutoras de Vulnerabilidade. São Paulo: IGLU, 2011.

CUIDADOS PALIATIVOS NA INSUFICIÊNCIA CARDÌACA: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

PALLIATIVE CARE IN HEART FAILURE: A CONTRIBUTION FROM PSYCHOLOGY

CUIDADOS PALIATIVOS EM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: UMA CONTRIBUCIÓN DE LA PSICOLOGÍA

Mariana Fernandes Ramos dos Santos[1]
Pablo Ramos Vieira Ladeira[2]
Maria Angela Montes Belo Pena[3]
Vanícia Goulart de Andrade Braga[4]

Resumo: Entre as doenças crônicas, a Insuficiência Cardíaca apresenta maior taxa de reinternação e mortalidade, limitando a expectativa de vida. Na sua fase avançada, os pacientes frequentemente sofrem de diversos sintomas físicos e psicológicos se beneficiando da abordagem integrada dos cuidados paliativos. Os conteúdos obtidos foram de pesquisa de revisão bibliográfica, analisados qualitativamente através de artigos, livros e autores relevantes. Este trabalho propõe contribuir para a busca de conscientização do tema, a elevada prevalência da doença, a importância da adesão ao tratamento e das intervenções da Psicologia da Saúde realizadas pelas equipes multidisciplinares. É descrito ao longo do trabalho a indicação de cuidados paliativos em pacientes com diagnóstico de insuficiência cardíaca em estágio avançado, onde se destaca a prática e a importância da atuação do psicólogo diante da equipe multidisciplinar para uma visão mais integrada do processo saúde–doença visando o bem- estar físico e psicológico dos pacientes.
Palavras-chave: Insuficiência cardíaca; cuidados paliativos; ambiência; qualidade de vida; humanização.

Abstract: Among chronic diseases, heart failure has a higher rate of rehospitalization and mortality, limiting life expectancy. In its advanced phase, patients often suffer from various physical and psychological symptoms benefiting from the integrated approach to palliative care. The contents obtained were bibliographic review research, analyzed qualitatively through relevant articles, books and authors. This paper proposes to contribute to the search for awareness of the theme, the high prevalence of the disease, the importance of treatment adhering and health psychology interventions performed by multidisciplinary teams. The indication of palliative care in patients diagnosed with advanced heart failure is described throughout the study, which highlights the practice and importance of the psychologist's action before the multidisciplinary team for a more integrated view of the health-disease process aiming at the physical and psychological well-being of patients.

Keywords: Heart failure; palliative care, ambience; quality of Life; humanization**.**

Resumen: Entre las enfermedades crónicas, la insuficiencia cardíaca tiene una mayor tasa de rehospitalización y mortalidad, lo que limita la esperanza de vida. En su fase avanzada, los pacientes a menudo sufren de varios síntomas físicos y psicológicos que se benefician del enfoque integrado de

[1] Mestre em Psicologia. Contato: marineuropsi@hotmail.com.
[2] Mestrando em Saúde Mental do Trabalhador (PUC-SP). Contato: pabloladeira.psicologia@gmail.com.
[3] Graduada em Psicologia (UNIFSJ). Contato:angela.02101@hotmail.com.
[4] Graduada em Psicologia (UNIFSJ). Contato: vaniciarla@yahoo.com.

los cuidados paliativos. Los contenidos obtenidos fueron investigación de revisión bibliográfica, analizada cualitativamente a través de artículos relevantes, libros y autores. Este documento propone contribuir a la búsqueda de concienciación sobre el tema, la alta prevalencia de la enfermedad, la importancia de la adherencia al tratamiento y las intervenciones de psicología de la salud realizadas por equipos multidisciplinarios La indicación de cuidados paliativos en pacientes diagnosticados con insuficiencia cardíaca avanzada se describe a lo largo del estudio, lo que pone de relieve la práctica y la importancia de la acción del psicólogo ante el equipo multidisciplinar para una visión más integrada del proceso salud-enfermedad con el objetivo del bienestar físico y psicológico de los pacientes.

Palavras Clave: Insuficiencia cardíaca; cuidados paliativos; ambiente; calidad de vida; humanización.

1. INTRODUÇÃO

A Insuficiência Cardíaca (IC) a principal razão da admissão hospitalar entre pacientes idosos. A incidência e a prevalência da doença vêm crescendo entre os pacientes de faixas etárias mais avançadas e entre os obesos. Os pacientes que sofrem de IC possuem altas taxas de mortalidade, embora estejam sendo submetidos às medidas terapêuticas mais atuais. O curso da doença evolui para o fim da vida, marcados pelos achados de perda ponderal, taquipnéia, ansiedade, sintomas depressivos e dor. Embora sejam aplicadas todas as medidas terapêuticas baseadas em evidências a doença evolui progressivamente com piora, aumentando o número de pacientes que necessitam de cuidados paliativos (PENA, 2013, p.243).

Além disso, as limitações funcionais Impostas pela IC afetam vários aspectos da vida dos pacientes, razão pela qual a tendência na intervenção tem como objetivo oferecer tratamentos interdisciplinares que busquem uma melhora significativa na qualidade de vida, redução das causas de mortalidade, internações e se for o caso, aumentar as expectativas de sobrevida (ASENSIO apud HERNÁNDEZ, 2016, p.54).

Segundo Pena, et al., (2011), a IC é uma doença caracterizada pelo comprometimento da função cardíaca, relacionada a um alto índice de complicações, diminuindo na expectativa de vida. Os fatores como a função cardiovascular comprometida e ativação neuro-humoral são fatores característicos IC que contribuem para deterioração.

Para os portadores de IC que se apresentam em estágios avançados ou mesmo em estágio terminal, existe a necessidade de cuidados multidisciplinares, envolvendo abordagem do alívio da dor, nas condições físicas, emocionais e espirituais (PENA, 2013, p.243).

> O desafio maior é identificar quais os pacientes que devemos pensar em cuidados paliativos. Por definição, deve-se pensar nos portadores de doenças que não são passíveis de cura e têm evolução progressiva, a despeito do tratamento otimizado. Isso inclui todos aqueles com cardiopatia em estágio terminal, independentemente de sua etiologia. No

> entanto, é importante frisar que **um paciente portador de IC classe funcional III/IV da New York Heart Association (NYHA) tem indicação de receber CP em associação ao tratamento cardiológico padrão desde o momento em que seu cardiologista o classifica como tal** (GUEDES,2019, p. 2/12).

Os Cuidados Paliativos(CP) devem incluir medidas terapêuticas capazes de controlar não somente a dor, mas de reunir habilidades para ajudar o paciente a suportar às mudanças impostas pela vida, enxergar a dimensão do sofrimento no contexto da vida social. O curso da doença perde sua efetividade na medida que os CP se desenvolve de forma conjunta empregando as técnicas necessárias de forma empática e técnica, proporcionais ao momento da doença.

As doenças ameaçadoras da vida, sejam agudas ou crônicas, com ou sem possibilidades de reversão ou tratamentos curativos, trazem a necessidade de um olhar para um cuidado amplo e complexo em que haja interesse pela totalidade da vida do paciente com respeito ao seu sofrimento e de seus familiares. Este tipo de cuidado foi definido em 2002 pela organização Mundial de Saúde (OMS) como Cuidados Paliativos (MAIELLO, et al, p.13).

> O CP não se baseia em protocolos, mas em princípios. Não se fala mais em terminalidade, mas em doença que ameaça à vida. Indica-se identificação precoce, avaliação e tratamento, o cuidado desde o diagnóstico, expandindo o campo de atuação do psicólogo. Não falaremos também em impossibilidade de cura, mas na possibilidade ou não de tratamento modificador da doença, afastando dessa forma a ideia de “não ter mais nada a fazer”. Pela primeira vez, uma abordagem inclui a espiritualidade entre as dimensões do ser humano (PINTO, et al, 2009, p.16).

Sendo a IC voltada para o alto índice de mortalidade, sofrimento físicos e emocionais durante o seu processo de tratamento, o foco primordial dos CP na IC é o preparo dos profissionais na abordagem que se faz fundamental. Entretanto, é importante ressaltar que o auxílio da equipe multidisciplinar para estabelecer intervenções psicológicas, apoio aos pacientes para melhorar os sintomas e ajudar a desenvolver mecanismo de enfrentamento diante da situação dessa vivência, torna-se relevante no tratamento para sua melhor qualidade de vida.

Desse modo, as práticas que envolvem a abordagem, inclui conceber ambiência confortável e acolhedora respeitando sentimentos do paciente, assim, através da atuação do psicólogo nesse âmbito oferecer condições necessárias ao paciente para adoecer com dignidade. É importante buscar incluir a contribuição da ambiência no cuidado, tentando amenizar a dor e o sofrimento desses pacientes.

Compreendendo que a ambiência na saúde deve estar em sintonia com um projeto voltado para atenção acolhedora, resolutiva e humana respeitando a sua privacidade e autonomia.

Por isso, é de extrema importância colocar o olhar da psicologia para além da medicina, pois sabe-se que a psicologia é considerada uma especialização da área da saúde que faz a intervenção humanizada, protegendo a pessoa de tudo que traz sofrimento para ela. A atuação do psicólogo integrado a equipe multidisciplinar de CP, tem o objetivo de olhar não somente para a doença, mas para o paciente, investir seu cuidado na pessoa, para assim motivar a sua qualidade de vida, sabe-se que o tratamento da doença não alivia a dor, mas é uma maneira de intervir para que a pessoa tenha um final de vida natural e digno.

O objetivo dessa pesquisa será provocar uma reflexão sobre a contribuição do psicólogo na equipe multidisciplinar de saúde e sua atuação frente ao processo de diagnóstico nos pacientes com insuficiência cardíaca em estágio avançado com o suporte emocional adequado, e descrever as possibilidades de tratamento e reabilitação desses pacientes, buscando compreender a importância do profissional de Psicologia.

A pesquisa bibliográfica foi elaborada através do método qualitativo, utilizando –se de livros e artigos, foi utilizada a revisão bibliográfica referente ao tema abordado.

2.INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS

A Insuficiência Cardíaca (IC) é uma síndrome caracterizada por alta mortalidade, internação frequente, má qualidade de vida e regime terapêutico complexo (PENA, et al, 2010, p. e 29).

Os distúrbios que dão origem a IC podem afetar todo o coração ou apenas uma área. Em muitos casos, uma combinação de fatores resulta em IC, ainda que muitas pessoas possam viver muitos anos, cerca 70% morrem devido a progressão doença em um período de até dez anos, elevando a alta taxa de mortalidade.

Insuficiência cardíaca é um distúrbio em que o coração não consegue suprir as necessidades do corpo, causando redução do fluxo sanguíneo, refluxo (congestão) de sangue nas veias e nos pulmões e/ou outras alterações que podem debilitar ou enrijecer ainda mais o coração. Significa que o coração não consegue manter o esforço necessário para bombear adequadamente o sangue para todas as partes do

corpo e realizar sua carga de trabalho. Essa definição é muito simplista. A IC é extremamente complexa e nenhuma definição simples consegue abranger suas diversas causas, aspectos, formas e consequências (SHAH, et al, 2018, p. 1).

Como doença crônica, é incapacitante e de prognóstico não favorável. Estas características, quando apreendidas pelo doente e família, podem ter consequências na autoestima, nos projetos de vida e relações interpessoais, particularmente se a IC se instala abruptamente, após um infarto agudo do miocárdio (IAM) e em jovens. O próprio tratamento abrange certa variedade de opções comportamentais e farmacológicas poderá potenciar ou agravar queixas depressivas e por um lado a adoção das medidas propostas confere ao doente uma sensação de aumento de controle sobre a doença, por outro lado ele poderá sentir que o seu estilo de vida foi alterado e que alguns de seus hábitos e interesses serão modificados (PENA, 2011, p.171).

A qualidade de vida de uma pessoa com IC presente já algum tempo se deteriora e as possibilidades de tratamento podem se tornar limitadas, especialmente para as pessoas idosas. A expectativa de vida depende da gravidade, do progresso da doença, da correção de sua causa e do tratamento utilizado. A expectativa de vida aumenta com o tratamento e com as intervenções utilizadas.

> A prevalência da IC tem aumentado nos últimos anos, especialmente entre indivíduos idosos. É uma condição progressiva associada à elevada morbidade e mortalidade. Além disso, a progressão da doença é uma experiência assustadora e desconfortável para os pacientes, ocasionando sequelas físicas e psicológicas. Pacientes com IC geralmente apresentam depressão, qualidade de vida reduzida e sofrimento espiritual (VASCONCELOS, 2017.p. 2/3 e 2/4).

Apesar de os avanços científicos e tecnológicos e de melhores condições socioeconômicas terem possibilitado o aumento da longevidade da população em geral e dos cardiopatas, tem-se registrado aumento da incidência no Brasil e no mundo, tendo em vista, que a IC provoca uma sensível perda da qualidade de vida resultando em altos custos socioeconômicos para o país.

É provável que o distúrbio se torne mais frequente porque as pessoas estão vivendo mais tempo e porque, em alguns países, determinados fatores de risco para doença cardíaca, como obesidade, diabetes, tabagismo e hipertensão arterial estão afetando um número maior de pessoas (SHAH, et al, 2018, p.1/14).

Os sinais e sintomas clínicos comuns da Insuficiência IC são dispneia,

ortopneia,[5] edema em membros inferiores, hepatomegalia,[6] derrame pleural, estase jugular, congestão pulmonar, oligúria[7], nictúria, taquicardia, bulhas patológicas, sopros cardíacos. A avaliação laboratorial varia de acordo com o exame clínico do paciente, em geral inclui hemograma completo, eletrólitos, glicemia, colesterol total e frações, ureia, creatinina e hormônios tireoidianos (CAMPOS, 2018, p.2/3).

Normalmente, os médicos suspeitam da IC com base nos sintomas, porém, normalmente são feitos exames, como ecocardiograma para avaliar a função cardíaca (SHAH, et al, 2018, p. 1/14).

O tratamento médico tem como objetivo tratar o distúrbio que causa a IC, implementar alterações no estilo de vida e tratar a doença com medicamentos, cirurgia ou outras intervenções (SHAH, et al, 2018, p. 1/14).

Embora tenha ocorrido avanços terapêuticos no tratamento farmacológico, a taxa de mortalidade a curto prazo ainda é alto. Nos portadores de IC menos grave a sobrevida é maior, entanto há redução considerável de qualidade de vida. Dada a alta mortalidade e morbidade associadas com a IC, não é surpreendente que pacientes normalmente relatem sofrimento psicológico, redução da atividade social e diminuição da qualidade de vida. A qualidade de vida é reconhecida como um importante fator ao estudar os efeitos da intervenções. Além disso, fatores psicológicos também tem sido implicados no desencadeamento de hospitalizações em um número notável de pacientes com IC (PENA, 2011, p.175).

A classificação é baseada na progressão da doença. A estratificação de pacientes é medida simples, baseada em dados de história, e que permite ao profissional de saúde avaliar o momento evolutivo da doença em que o paciente se encontra, avaliar qualidade de vida e prognóstico e estabelecer prioridades e linhas terapêuticas. Esta forma de categorização permite uma compreensão evolutiva da doença e, ainda, serve de base para a identificação de pacientes com indicação de intervenções predominantemente preventivas: Estágios A e B, terapêuticas (estágios C) ou seleção de pacientes para procedimentos especializados e cuidados paliativos (estágio D). O estágio A inclui pacientes sob risco de desenvolver insuficiência cardíaca, mas ainda sem doença estrutural perceptível e sem sintomas atribuíveis. O

[5] Dificuldade de respiração provocada por certas doenças.
[6] Ocorre quando o fígado incha para além do tamanho normal.
[7] Diminuição e ausência da produção de urina

estágio B são pacientes que adquiriram lesão estrutural cardíaca, mas ainda sem sintomas atribuíveis à doença. O estágio C pacientes com lesão estrutural cardíaca e sintomas atuais ou pregressos. O estágio D pacientes com sintomas refratários ao tratamento convencional, e que requerem intervenções especializadas ou cuidados paliativos (BOCCHI et al, 2009. P.7/104).

A classificação da IC em estágios (A, B, C, D) estabelece um contínuo de gravidade. No entanto o estágio C apresenta ampla gama de apresentações, envolvendo diferentes classes funcionais da New York Heart Association (NYHA). Esta classificação por sua vez, apesar de também agregar valor prognóstico, depende de interpretação subjetiva.

O Comitê de Cuidados Paliativos do Instituto Nacional de Cardiologia delimita como indicação principal, para atuação da equipe multidisciplinar de CP, o seguinte critério: Paciente com diagnóstico de Doença Cardiovascular em fase avançada (Estágio D / Classe Funcional III-IV[8]). Definição de IC Avançada: Tolerância aos esforços, reduzida (Classe Funcional NYHA III ou IV), apesar da terapêutica optimizada, com persistência dos sintomas nos últimos 3 meses. A etiologia dos sintomas pode ser devido a: piora das evolutivas da IC e suas complicações; relacionados a efeitos colaterais de medicações e/ou intervenções; descompensação das comorbidades (INC, 2018, p.7).

A classificação funcional de acordo com New York Heart Association (NYHA) continua sendo a classificação usada para descrever e classificar a gravidade dos sintomas. Essa classificação baseia-se no grau de tolerância do exercício e varia desde a ausência de sintomas até a presença de sintomas mesmo em repouso. Ela permite avaliar o paciente clinicamente, auxilia no manejo terapêutico e tem relação com o prognóstico. Pacientes em classe funcional da New York Heart ssociation(NYHA) ll a lV apresentam condições clínicas progressivamente piores, internações hospitalares mais frequentes e maior risco de mortalidade. Por outro lado, embora pacientes em, New York Heart Association(NYHA) ll, apresentam sintomas mais estáveis e internações menos frequentes, o processo da doença nem sempre é estável, e estes pacientes podem apresentar morte súbita sem piora dos sintomas. Tal risco pode ser reduzido pela otimização terapêutica, de modo que o tratamento

[8] Estágio D/classe funcional lll/lV: classe funcional do paciente baseada tradicionalmente baseada nos sintomas, a critério da Equipe de Saúde, em acompanhamento com especialistas.

clínico deve ser otimizado da mesma forma que em pacientes com sintomas mais graves (DIRETRIZ, 2018, p. 443)

Enquanto a classificação segundo a New York Heart Association (NYHA) valoriza a capacidade para o exercício e a gravidade dos sintomas da doença, a classificação por estágios da IC proposta pela American College of Cardiology/American Heart Association (ACC/AHA) enfatiza o desenvolvimento e a progressão da doença. Esta classificação inclui desde o paciente com risco de desenvolver IC, cuja abordagem deve ser feita no sentido de prevenir seu :desenvolvimento, quanto o paciente em estágio avançado da doença, que requer terapias específicas, como transplante cardíaco e/ou dispositivos de assistência ventricular (DIRETRIZ, 2018-2019, p.443).

> Com base na definição de IC avançada, seguem os critérios para indicação dos cuidados paliativos. Paciente não é candidato à terapia curativa Paciente tem uma doença grave e prefere não ser submetido a tratamento de prolongamento de vida. Nível inaceitável de dor por mais de 24 horas. Sintomas não controlados (náuseas, dispneia, vômitos, etc.). Sofrimento psicossocial e/ou espiritual não controlado. Visitas frequentes ao atendimento de emergência (mais de 1 vez no mês pelo mesmo diagnóstico) Mais de uma admissão hospitalar pelo mesmo diagnóstico nos últimos 30 dias. Internação prolongada sem evidência de melhora. Internação prolongada em CTI. Prognóstico documentado pela equipe médica (PEDROSO, 2018, p. 7).

Certamente essa variedade de fatores causais exige estratégias múltiplas, integradas e continuadas, capazes de promover maior adesão ao tratamento, desse modo, obter redução das descompensações e aumento da qualidade de vida. As intervenções psicossociais, principalmente aquelas realizadas por intermédio das clínicas de IC, operacionalizadas pelo trabalho em equipes multiprofissionais com ação interdisciplinares, funcionam como suporte sociais e preenchem tal objetivo (CAMPOS, et al ,2013, p. 171).

A incorporação de intervenções psicológicas em procedimento padrão de reabilitação cardíaca, por exemplo, tem se mostrado para reduzir a morbidade, recorrência de episódios coronarianos, internações, mortalidade e estresse; também tem mostrado efeitos positivos na adesão ao tratamento e modificação de fatores de risco biológicos como pressão alta, frequência cardíaca e colesterol alto (HERNÁNDEZ, 2015, p. 54).

Nos últimos dez anos, embora os avanços do tratamento tenham gerado

impacto no curso clínico e prognóstico, os pacientes ainda tem convivido com experiências debilitantes por causa da evolução da doença, necessitando de acesso aos cuidados básicos e paliativos, o sucesso da aplicação dos CP é a melhor opção promovida por equipe multidisciplinar (PENA, 2013, p. 243).

Embora os CP difiram dos curativos na IC, por causa de os primeiros focarem exclusivamente no alívio dos sintomas e preferências do paciente, eles já se encontram consolidados em boa prática médica (PENA, 2013, p.245).

O sucesso dos cuidados paliativos é a melhor opção promovida por equipe multidisciplinar, que forneceria cuidados primários. A aplicação desses cuidados deve ser iniciada a partir da percepção clínica de que o paciente portador de IC esteja evoluindo para o estágio terminal (PENA, 2013, p. 244).

3.CUIDADOS PALIATIVOS NO MANEJO DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA

O manejo do paciente deve ser programado de acordo com seu prognóstico. Isso é comum quando a expectativa de vida é muito limitada e altera seu tratamento, necessitando da aplicação de cuidados desses conceitos (PENA, 2013. p.245).

> "O termo paliativo deriva do vocábulo latino pallium, que significa manta ou coberta. O termo implica ainda um enfoque holístico, que considera não somente a dimensão física, mas também a psicológica, social e espiritual. A atenção não é voltada à doença a ser curada ou controlada, mas ao doente, entendido como um ser biográfico e ativo, com direito a informação e a autonomia plena para as decisões a respeito de seu tratamento" (MELO,2013, p.459).

Os modelos teóricos e práticos de cuidados paliativos começaram a ser aplicados na década de 1950, por Dame Cicely Saunders, médica inglesa. Saunders, que inicialmente estudou filosofia e política em Oxford, foi treinada por enfermeiros e assistentes sociais antes de graduar-se em medicina. Com essa filosofia a diferenciando, ela tentava encontrar uma forma não usual para melhorar os pacientes terminais. O seu método inovador de cuidados médicos associados ao uso de opiáceos no alívio da dor, ministrando práticas de inclusão social e orientações espirituais, buscava o alívio "completo" da dor (PENA, 2013, p.244).

A aceitação desse procedimento ocorreu em 1933, tendo em vista os bons resultados com essas condutas terem sido apresentados por eminências médicas atuantes naquela década. A consagração foi baseada em publicações apresentadas como boa prática médica e definiram os seguintes itens: ser racional, baseando as condutas na ciência médica; promover cooperação do sistema público e da classe

médica; tratar o paciente de forma holística; manter uma relação-médico paciente estreita; promovendo suas necessidades (PENA, 2013, p.245).

> Considerando tais aspectos, a OMS (2002) “reafirma os princípios que regem a atuação da equipe multiprofissional de cuidados paliativos: proporcionar alívio da dor e outros sintomas angustiantes; encarar a morte como um processo normal; não apressar, nem adiar a morte; integrar os aspectos psicológicos e espirituais da assistência ao paciente; oferecer um sistema de apoio para ajudar os pacientes a viver tão ativamente quanto possível até a morte; oferecer um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a doença e com seu próprio luto; utilizar uma abordagem de equipe para atender as necessidades dos pacientes e suas famílias” (MELO, 2013,p.459).

É necessário conhecimento específico para a prescrição de medicamentos, adoção de medidas não farmacológicas e abordagem dos aspectos psicossociais e espirituais que caracterizam o “sintoma total”, plagiando o conceito de *dor total,* criado por Dame Cicely Saunders, onde todos estes fatores podem contribuir para a exacerbação ou atenuação dos sintomas, devendo ser levados em consideração na abordagem (CARVALHO, et al, 2012, p.26).

> Os cuidados paliativos são definidos como uma filosofia de cuidados e um sistema de atendimento de acordo com a demanda do paciente. Conforme sua definição, é necessário que todos os cuidadores estejam próximo do paciente e do convívio familiar, determinando as intervenções e o manejo dos sintomas que surjam no curso da doença. De acordo com o consenso americano apresentado: “cuidados paliativos ultrapassam o modelo tradicional de tratamento médico e inclui objetivo como melhora da qualidade de vida para o paciente e a família, otimizando as funções orgânicas, colaborando mas decisões e criando oportunidades para um crescimento pessoal” (PENA, 2013, p. 244).

Visando o objetivo de coordenar e ser referência aos profissionais na área da saúde interessados nesse campo de atuação, a Academia Nacional de Cuidados Paliativos, sugere a abordagem aos pacientes em cuidados paliativos de forma interdisciplinar. Isso se reflete no reconhecimento dos cuidados paliativos a nível nacional, a partir da regulamentação pelo Conselho Federal de Medicina, da medicina paliativa como especialidade médica no Brasil no ano de 2011. Por outro lado, a contribuição de publicações, principalmente no campo da psicologia, além de reforçar e reconhecer a atuação do psicólogo em contextos diferenciados pode auxiliar na transmissão de conhecimento e investimento em novas pesquisas no que se refere aos cuidados paliativos (MELO, 2013, p.453).

O consenso americano de cuidados paliativos recomenda o início de intervenções de CP no momento do diagnóstico de qualquer doença grave que implique a quebra de harmonia do cuidado ativo com a intensidade das intervenções

em CP com base em indicadores prognósticos. Assim quando o estado da pessoa se deteriora e as intervenções dos cuidados paliativos aumentam, o tratamento que prolongam a vida diminuem automaticamente de forma lenta (PENA,2013, p.246).

As medidas de cuidados paliativos ou de apoio devem ser incluídas no plano de cuidado desde as fases iniciais da doença e continuadas posteriormente com revisões e ajustes orientados pelas necessidades clínicas do paciente. Com a integração precoce dos profissionais na equipe diretamente responsável pelo cuidado do paciente, provavelmente serão menos marcantes, e sua aceitação pode permitir uma gestão mais holística do problema do paciente – clínicos, psicológicos e espirituais. Com essa abordagem, o cuidado orientado ao prognóstico pode ser transformado em atendimento orientado às necessidades do paciente (ROMANO, 2020, p.7).

Não devemos nos esquecer que qualidade de vida e bem-estar implicam a observância de vários aspectos da vida. Problemas sociais, dificuldades de acesso a serviços, medicamentos e outros recursos podem ser também motivos de sofrimento e devem ser incluídos entre os aspectos a serem abordados pela equipe multiprofissional. Viver ativamente, e não simplesmente viver, nos remete à questão da sobrevida “a qualquer custo”, que esperamos combater. Sermos facilitadores para a resolução dos problemas do nosso paciente é nosso dever e nossa responsabilidade (PINTO, et al. 2012, p.28).

Na prática do cuidado ao paciente, frequentemente iremos nos deparar com inúmeros fatores que atuarão concomitantemente na modificação da resposta terapêutica medicamentosa, na evolução da própria doença e na relação com o paciente e a família. A integração sugerida pelo cuidado paliativo é uma forma de observarmos o paciente sob todas as suas dimensões e a importância de todos estes aspectos na composição do seu perfil para elaborarmos uma proposta de abordagem (PINTO, et al.2012, p.28).

Considerando todos os aspectos da vida do paciente visando seu bem estar, podemos pensar nos espaços que contribuirá para o aperfeiçoamento dessa qualidade e buscar refletir sobre os elementos que definem a ambiência que pode ser usado como ferramenta facilitadora desses processos, favorecendo a otimização de recursos e o atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo.

A ambiência trata do cuidado com o espaço no qual o paciente se encontra,

funciona como um possível instrumento de reflexão sobre os fatores da ambiência hospitalar que, quando em harmonia pode contribuir para a melhoria gradativa no processo da saúde integral, modificar ou adaptar o espaço, provocam-se alterações no processo ali realizado.

O termo ambiência tem origem do francês “ambiance” e pode ser também traduzido como meio ambiente. Para melhor compreensão da sua abrangência, podemos afirmar que não é composto somente pelo meio material onde se vive, mas pelo efeito moral que esse meio físico induz no comportamento dos indivíduos (BESTETTI,2014, p.601).

No Brasil, a ambiência hospitalar é um tema proposto pelo Ministério da Saúde em sua Política Nacional de Humanização, através da Cartilha de Ambiência. Refere-se ao cuidado dado ao ambiente para que seja humanizado e acolhedor, [...]. Vale então ressaltar a importância do espaço físico para a satisfação dos usuários, levando-nos ao conceito de ambiência (SILVA, et al. p. 13).

> O conceito de ambiência considera o ambiente partindo-se de três visões. A primeira delas afirma que a arquitetura permite a otimização do espaço, tornando lugares mais acolhedores e de acordo com o que se propõe para uma ambiência. A segunda visão trata dos elementos dos ambientes raramente pensados como fatores de relevância no processo de produção da saúde e que causam efeitos impactantes para a recuperação da saúde do usuário e para o processo de trabalho dos profissionais. Por último, temos a visão que considera a ambiência um espaço de encontro de sujeitos e, por isso, propicia uma reflexão destes sobre o processo e cria subjetividades. Por isso, também é imprescindível o cuidado com as pessoas (SILVA, et al.vol.5 p.14).

É preciso que a equipe entenda a importância que a ambiência exerce no bem estar dos pacientes hospitalizados propondo políticas humanizadoras capazes de proporcionar ambientes mais saudáveis no contexto hospitalar. A proposta é ofertar ao paciente com IC um tratamento digno e acolhedor como uma etapa fundamental para atender suas necessidades físicas e psicológicas, principalmente quando associada a prática do cuidado.

Diante dessa lacuna em definir se o paciente requer cuidados paliativos ou não, é necessária a construção de protocolos que definam melhor a insuficiência cardíaca resistente ao tratamento, definindo se a etiologia reversível ou apenas precipitante do quadro. Então os cardiologistas poderão conhecer o paciente típico, que evoluirá com piora na qualidade de vida, aumentando o número de hospitalizações e piora ambulatorial por causa de evolução do edema e falência renal na ausência de causas

iatrogênicas (PENA, 2013, p. 245).

Na prática, ao se definir quaisquer desses diagnósticos, o cardiologista pode pensar em instituir cuidados paliativos para seu paciente, em associação com a terapia padrão cardiológica (GUEDES, 2020, p. 2/12).

O manejo da IC é realizado por clínicos, enfermeiros, médicos assistentes, psicólogos e outros profissionais. O manejo do paciente deve ser programado de acordo com seu prognóstico. Isso é comum quando a expectativa de vida é muito limitada e altera seu tratamento, necessitando da aplicação de cuidados paliativos (PENA, 2013, p.245).

Embora não seja preciso o momento correto para aplicação dos cuidados, os pacientes de IC, portadores de várias comorbidades e de admissões hospitalares frequentes são os principais candidatos para o uso dos cuidados paliativos. Já é bem definido que os CP são extremamente importantes na evolução da IC, e coloca que esse tipo de abordagem exerce grande papel na evolução do tratamento da doença em estágio avançado (PENA, 2013, p.249).

A adoção desses cuidados como meio de conceituar o atendimento de pacientes com IC pode diminuir a ênfase de reinternação como marcador de prognóstico. Uma parte considerável dos pacientes tem morte súbita antes que tenha acesso aos benefícios de cuidados paliativos (PENA, 2013, p. 247).

Já é bem definido que os cuidados paliativos são extremamente importantes na evolução da doença, entretanto o tratamento curativo não é abandonado quando aplicado os cuidados paliativos, visto que aplicação de ambos produz benefícios aos pacientes (PENA, 2013, p.249).

Além disso, pacientes que estão sob os CP são melhor supervisionados e conseguem aprimorar o tratamento de concluir que a intervenção interdisciplinar de cuidados paliativos em pacientes com IC avançada mostrou maiores benefícios na qualidade de vida, ansiedade, depressão e bem-estar espiritual (FESTA, 2017, p.1/4 e 2/4).

4.CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DO PACIENTE COM INSUFICIENCIA CARDÍACA

Tendo em vista a atual realização de estudos na área de Psicologia, principalmente dentro da Cardiologia, especialidade médica em pleno e expressivo desenvolvimento, é importante considerar as alterações psicológicas que se evidenciam em pacientes portadores de problemas cardiovasculares. Estes enfrentam um momento diferenciado em suas vidas, com a ruptura das atividades cotidianas e desestabilização emocional decorrentes de uma internação ou cirurgia cardíaca (EBAID, et al,1990. p.133).

Revisando trabalhos acerca do tema, verificamos a existência de fatores de risco psicológicos e sociais que podem ser de grande importância no histórico do desenvolvimento da doença, como ansiedade, depressão e mudança sócio-econômica, etc. (EBAID, et al, 1990, p.133).

Na avaliação de pacientes com um diagnóstico de insuficiência cardíaca, necessita classificar o tipo, identificar a etiologia, avaliar a severidade do quadro clínico, determinar a piora da função ventricular esquerda e estabelecer um prognóstico. O seguimento do paciente com disfunção cardíaca envolve uma contínua reavaliação de sinais e sintomas, capacidade funcional, prognóstico e efetividade da terapêutica empregada (JORGE, 2013, cap. 4, p.30).

A integração da equipe de saúde é imprescindível para que o atendimento e o cuidado alcancem a amplitude do ser humano, considerando as diversas necessidades do paciente e assim, transcendendo a noção de conceito de saúde, de que a ausência de enfermidade significa ser saudável. Dessa forma, o trabalho em equipe mostra-se fundamental para o atendimento hospitalar, na medida em que psicólogos, e os demais profissionais envolvidos nesse atendimento estabeleçam uma integração, para que a pessoa seja tomada como um todo, para que ela possa ter um atendimento humanizado, contemplando assim, outras necessidades dos usuários. A contribuição da psicologia não se limita ao usuário ou à instituição, mas a especificidades que auxiliam todo o trabalho da equipe médica. (FOSSI, et al,2004, p.2).

Frente a isso, temos observado a necessidade de um trabalho multidisciplinar,

a fim de obter maior conhecimento da doença e do paciente. Os vários fatores que podem causar ou contribuir no estabelecimento da doença cardíaca devem, portanto, ser analisados conjuntamente para que se tenha avaliação adequada da condição do paciente, tratamento e possível prognóstico (EBAID, et al, 1990, p.133).

O manejo da doença não é tarefa fácil, os cuidados devem ser iniciados na fase inicial da doença para além do controle dos sintomas. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de intervenção da equipe multidisciplinar que fornece suporte emocional aos doentes nessa fase tão difícil da sua vida.

No entanto, consideraremos aqui a equipe multidisciplinar formada pelos profissionais que assistem diretamente os indivíduos. Cabe salientar que a equipe multidisciplinar tem sua formação centrada nas necessidades da pessoa, portanto, ela não é pré-organizada. A demanda do enfermo é que fará com que os profissionais da saúde se integrem, com o propósito de satisfazer as necessidades globais da pessoa, proporcionando seu bem-estar (FOSSI, et al, 2004, p.3).

A contribuição que a psicologia oferece dentro dessa equipe para os pacientes que foram diagnosticados com IC, visa estabelecer sempre um suporte de cuidado a esses pacientes, as suas emoções, questões, medos, inseguranças e angústias. Pois sabemos que é uma doença incapacitante que progressivamente vai atingindo todos os aspectos da vida do paciente na sua totalidade. A intervenção do psicólogo é no sentido de acolher e compreender o paciente como um todo, em diferentes momentos da evolução da doença, levando em consideração os benefícios do tratamento pode trazer.

Mediante a complexidade da realidade, é indicada intervenção multiprofissional ainda em situação de hospitalização. Dentro da profissões indicadas para compor uma equipe multiprofissional de atenção ao paciente está a Psicologia, considerando-se as repercussões da doença nas atividades do cotidiano e na qualidade de vida.

É possível perceber que a psicologia com suas contribuições para a compreensão dos aspectos psíquicos do sofrimento humano diante de um quadro de doença passe a ser tratado em cuidados paliativos. Compreende-se, portanto, que a contribuição do profissional da psicologia ocorre em diversas atividades, estas se dão a partir de saberes advindos de uma visão do fenômeno como pertencente ao campo da mente e das vivências e expressões da mesma, pelo corpo (MELO, 2013, p.464).

Os profissionais da área da psicologia devem integrar equipes multiprofissionais de atenção a pessoas com IC, em razão da real possibilidade de contribuírem de forma significativa e efetiva para a elaboração de um plano de cuidados integral e integrado, onde a integralidade é entendida na perspectiva da abordagem as esferas: física, psicossocial e espiritual, para que seja possível responder as diferentes necessidades e demandas da referida população (QUEIROZ, et al. 2018, p.124).

A inserção do psicólogo na equipe objetiva identificar e atuar sobre aspectos que possam interferir nas adaptações do paciente ao período de hospitalização visando facilitar a recuperação do paciente e a contribuição para a promoção da sua saúde. O psicólogo tem, entre suas funções, a de contribuir com os aspectos psíquicos e sociais para superar o impacto emocional provocado pela doença, para modificar hábitos de comportamentos nocivos e para a reintegração do paciente em suas atividades sociais anteriores.

O trabalho da equipe multidisciplinar se enriquece com a atenção à saúde mental do paciente. Um adoecimento grave leva a uma grande modificação no ritmo de vida do paciente, leva à produção de um sentimento de inutilidade que se expressa por ideias depressivas, angústia, sofrimento mental e a contribuição do psicólogo nesse processo é de cuidado desde a fase inicial da doença até o seu processo evolutivo. A falta desses atendimentos psicológicos somatiza o intenso sofrimento psíquico do paciente, e apesar de alguns sentimentos frequentemente presentes agravados pelas questões psicossociais, permite-nos dizer que a Psicologia tem uma contribuição indispensável para o paciente e sua família

A prática da intervenção psicológica por profissionais capacitados para o processo de cuidados paliativos é orientada a minimizar o sofrimento inerente a essa fase da vida, na elaboração das eventuais sequelas emocionais decorrentes deste processo. Busca-se a humanização do cuidado, propiciando a comunicação eficaz, a escuta ativa, compreensiva e reflexiva, a elaboração de questões pendentes, facilitando as relações equipe – paciente – família, não necessariamente nessa ordem, além de uma melhor adesão ao tratamento. Por meio de instrumentos de uso exclusivo do profissional da psicologia e técnicas apropriadas à intervenção psicológica, o psicólogo adquire e assume sua importância nesse contexto de atuação, possibilitando o reconhecimento da sua prática (MELO,2013, p. 463).

No decorrer da assistência psicológica, destacam-se diferentes e importantes momentos. Primeiramente, o impacto do diagnóstico e a não compreensão sobre o que lhe foi dito, permeado de muita angústia e desamparo. Com o tempo, o paciente começa a se familiarizar e a compreender o processo, que muitas vezes é doloroso por haver confronto com sua própria fragilidade e vulnerabilidade frente à vida (QUEIROZ, et al, 2018, p.126).

O atendimento psicológico consiste em auxiliar o paciente a conhecer sua patologia para possibilitar maior empoderamento sobre sua recuperação, trabalhar as mudanças de pensamento e comportamento e elevar a autoestima, o autocontrole, a confiança e a motivação para uma melhor aderência ao tratamento.

Este acompanhamento, ainda que devido às circunstâncias, às vezes realizado em curto prazo, permite aproximação ao paciente que se beneficia com a possibilidade de falar, refletir ou mesmo calar junto a alguém. É importante então por parte do psicólogo o acolhimento ao paciente: Acolher significa receber, atender, amparar, enfim dar abrigo e refúgio ao outro. Para que isso possa ser feito é essencial ao terapeuta ter desenvolvido sua capacidade de empatia, que significa compartilhar, experimentar os sentimentos de outra pessoa. Compartilha-se da qualidade e intensidade dos sentimentos; do tipo, e não da quantidade. O principal objetivo de empatia é a obtenção de uma compreensão do paciente (EBAID, et al, 1990. P.134).

É papel do psicólogo entender que além do sofrimento emocional, existe o sofrimento orgânico que por diversas vezes é o desencadeador do sofrimento psíquico do paciente, porém outras vezes, é ao contrário. É importante toda a equipe perceber o quanto de sofrimento emocional passa a existir durante o processo de internação, pois mesmo sendo função exclusiva do psicólogo trabalhar essas questões, elas são fundamentais para a evolução do quadro orgânico. (SALDANHA, et al,2013, p.5).

> A avaliação psicológica permite a identificação de problemáticas que deverão ser acompanhadas, na proposição de uma abordagem junto a pacientes e familiares, destacando-se: Acompanhamento psicológico da pessoa com IC e seus familiares favorecendo o aliviam de sofrimento e a melhor adaptação ao contexto de doença, tratamento e hospitalização; Acolhimento das demandas e necessidades de pacientes e familiares; Psicoeducação (orientação) aos pacientes e familiares quanto à importância da adesão ao tratamento e mudança do estilo de vida; Auxiliar na resolução de conflitos entre paciente, família e equipe; Garantir a continuidade dos cuidados no contexto extra-hospitalar e familiar; Acompanhar demandas específicas e complexas (como abuso de drogas, dependências e alterações emocionais e\ou psiquiatras); Auxiliar no processo de luto antecipatório no caso de pacientes graves e iminência de óbito; Investigar e fortalecer os recursos internos do paciente e família

> para enfrentamento da doença e do tratamento; Conhecer e resgatar a retaguarda sócio familiar. (QUEIROZ, et al. 2018, p.127).

Nesse sentido, Castro (2001) recomenda-se também que o psicólogo assessore a equipe médica no planejamento desta comunicação do diagnóstico aos envolvidos, respeitando as características emocionais individuais, possibilitando à equipe, o manejo das reações emocionais (MELO.2013, p.462).

O principal objetivo é o estabelecimento de uma relação empática e de confiança com o paciente que possibilite explorar juntos os vários fatores que configuram a situação do momento, cabe ao psicólogo distinguir as condições e o contexto em que o paciente se encontra e qual a intervenção adequada para cada caso.

> O psicólogo, como parte da equipe interdisciplinar de CP, foca sua intervenção em: escutar e acolher pacientes e familiares, Avaliar o paciente e seu contexto familiar; Conhecer a história de vida do paciente permitindo que este a reviva, reflita, elabore e, talvez assim, compreenda melhor os sentimentos vivenciados naquele momento; Oferecer suporte que permita ao paciente viver tão ativamente quanto possível, tendo como foco a manutenção de sua autonomia; Atentar para as demais reações passíveis de surgir dentro desse contexto, tanto de pacientes como familiares, como negação, raiva, depressão, ansiedade e outros transtornos; Utilizar técnicas de relaxamento para minimizar o processo da dor e outros sintomas estressantes; Acolher a família com o objetivo de contribuir na elaboração do processo da doença, bem como, na reconfiguração dos novos papéis familiares que naturalmente irão surgir (INC- INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA, 2018, p.18).

A doença, principalmente aquela que ameaça a continuidade da vida, costuma trazer uma série de perdas, com as quais paciente e família são obrigados a conviver, quase sempre sem estarem preparados. As perdas de autonomia, autoimagem, segurança, capacidade física, respeito, sem falar das perdas concretas, materiais, como de emprego, de poder aquisitivo e, consequentemente, de status social, podem trazer angústia, depressão e desesperança, interferindo objetivamente na evolução da doença, na intensidade e na frequência dos sintomas, que podem apresentar maior dificuldade de controle. A abordagem desses aspectos sob a ótica da psicologia se faz fundamental (PINTO, et al, 2009, p.16).

Segundo Saldanha et al (2013), autores afirmam que “A Psicologia tem papel importante em todas as áreas da vida humana. Ele diz que, “o psicólogo como profissional em promoção à saúde, atua tanto na possível pesquisa como no tratamento” (SALDANHA, et al, 2013 p.62).

O lugar do psicólogo está sendo conquistado a cada dia buscando seu espaço

como ciência e profissão. O paciente com IC precisa de cuidados, porque o adoecimento não atinge só uma questão física biológica, mas toda uma dimensão emocional. Os CP exige a integração de uma equipe multiprofissional com a contribuição do psicólogo para que esse atendimento alcance a amplitude, definindo assim a identidade do psicólogo nesta equipe.

Por fim, pode-se concluir que a psicologia tem papel relevante na equipe multiprofissional de saúde, contribuindo na orientação psicológica dos pacientes com insuficiência cardíaca avançada que se beneficiam com o tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de pacientes tem aumentado devido ao envelhecimento da população adulta em geral, estamos diante de uma doença crônica cada vez mais prevalente e sem adequado controle. Sabemos que é uma situação que determina grande desconforto, abalo e angústia aos pacientes, que em geral já se encontram bastante debilitados, além dos fatores de risco e comorbidades, que necessita de uma intervenção multidisciplinar.

Os cuidados paliativos fazem parte de uma abordagem de cuidados ao sofrimento humano que abrange diversas doenças, mas nosso foco principal é a IC e a identificação precoce da doença amplia as possibilidades de prevenção do seu desenvolvimento e tratamento para melhor qualidade de vida dos pacientes quando a pessoa diante de uma doença que ameaça a continuidade da vida. A importância da inserção dos CP no manejo da IC, visando o cuidado integral e o quanto ele reflete nas necessidades e subjetividades dos pacientes e seus familiares se adaptarem-se aos desafios impostos pela doença, se torna fundamental.

Cuidar de uma pessoa independente das fases da doença em que ela se encontra é algo extremamente técnico e humano, exigindo formação especial de profissionais capazes de oferecer cuidados a esses pacientes para que eles possam viver cada dia com mais qualidade de vida possível, serenidade, paz e dignidade até o último instante de suas vidas diante de uma doença avançada.

Considerando as repercussões da doença, o psicólogo deve integrar a equipe multiprofissionais de atenção aos indivíduos com IC como forma de contribuir para um plano de cuidado integral que corresponde as diferentes necessidades dos pacientes.

A psicologia procura comprometer-se com questões ligadas a qualidade de

vida, humanização e singularidade de cada paciente e a atuação do psicólogo nesse contexto se caracteriza por um grupo de ações que são capazes de atender essas necessidades visando o seu bem estar emocional.

Como diz a poeta Cora Coralina, é fundamental olhar e ser para o outro instrumento de afeto. Na certeza de que isso não é coisa de outro mundo, basta sermos um pouco mais humanos e enxergar o próximo com os olhos do coração. Independente da fase da vida em que a pessoa se encontra, ela pode viver cada dia com muito mais qualidade de vida, conforto e dignidade, essa vida pode ser prolongada até seu último instante. Mas, quando falamos do que dá sentido à vida enquanto ela durar, é preciso aprender a olhar com o coração, para poder vê-las. “E isso, sim, é fazer tudo por alguém que amamos”.

Saber Viver (Cora Coralina)

Não sei...
se a vida é curta
ou longa demais para nós.
Mas sei que nada do que vivemos
tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:
colo que acolhe,
braço que envolve,
palavra que conforta,
silêncio que respeita,
alegria que contagia,
lágrima que corre,
olhar que sacia,
amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo:
é o que dá sentido à vida.

É o que faz com que ela
não seja nem curta, nem longa demais,
mas que seja intensa,
verdadeira e pura...
enquanto durar.

Referências:

ANCP **Manual de Cuidados Paliativos**. Ampliado e Atualizado. 2ª edição. 2012.

AMBIÊNCIA: **espaço físico e comportamento**. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. Rio de Janeiro, 2014; 17(3):601-610.

BOCCHI, Edimar Alcides. et al. **lll Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica. Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. Arq. Bras. Cardiol, vol.93no.1 supl.1 São Paulo, 2009.

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. **Ambiência: espaço físico e comportamento.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. Rio de Janeiro, 2014; 17(3):601-610.

CAMPOS, Eugenio Paes.et al. **Contribuição da Psicologia ao tratamento do Paciente com Insuficiência Cardíaca,** cap. 14. In: MESQUITA, Evandro Tinoco; QUELUCI Gisela de Carvalho (ed.). Abordagem Multidisciplinar ao Paciente com Insuficiência Cardíaca- São Paulo: Ed. Atheneu, 2013.

CAMPOS, Dony Cristioney Castilho de. PEBMED – **Insuficiência cardíaca: o que há de novo na abordagem da doença?** Cardiologia. 15.12.2018.

CARVALHO, Ricardo Tavares de; PARSONS, Henrique Fonseca. ***ANCP (Academia Nacional de Cuidados Paliativos.*** Ampliado e Atualizado: 2012. 2ª edição.

COMITÊ-**Coordenador da Diretriz de Insuficiência. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda.** Arq Bras Cardiol. Sociedade Brasileira de Cardiologia ;2018; 111(3):436-39.

EBAID, Cyntia, ANDREIS, Mônica. **A Intervenção do Psicólogo Junto a Pacientes Cardiopatas.** Arq Bras Cardiol.Volume 55(nº2) 1990.Sao Paulo-SP.

FOSSI, Luciana Barcellos, GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A psicologia hospitalar e as equipes multidisciplinares.** Rev. SBPH v.7 n.1 Rio de Janeiro jun. 2004.

FESTA, Juliana. PEBMED-**Cuidado Paliativo melhora a qualidade de vida em pacientes com IC avançada.** UFRJ – 28.08.2020.

GUEDES, Maria Magalhães, **CARDIOPAPERS – Porque que o cardiologista tem que conhecer Cuidados Paliativos?** 24.08.2020.

HERNANÁNDEZ, Viridiana Peláez. et al. **Intervención Psicológica como Parte Del Tratamiento Integral de Pacientes Com Insuficiência Cardíaca**: Efecto Sobre La Capacidad Funcional. Revista Iberoamericana de Psicologia: Ciência y Tecnologia, 9 (1), 53-61, Jun 2016.

INC **Protocolo de Cuidados Paliativos em Cardiologia/ Instituto Nacional de Cardiologia**. Rio de Janeiro: INC,2018.

JORGE, Antônio José Lagoeiro. **Insuficiência Cardíaca Crônica**, cap.04.in: MESQUITA, Evandro Tinoco; QUELUCI Gisela de Carvalho (ed.). *Abordagem Multidisciplinar ao Paciente com Insuficiência Cardíaca*- São Paulo: Ed. Atheneu, 2013.

MAIELLO, Ana Paula Miraschi Vieira.et al**. Manual de Cuidados Paliativos.** São Paulo:Hospital Sírio- Libanês ;Ministèrio da Saúde;2020.

MELO, Anne Cristine de.et al*.* ***Intervenção Psicológica em Cuidados Paliativos. Psicologia,*** *Saúde & Doenças,* 2013, 14(3),452-469.

MESQUITA, Evandro Tinoco; QUELUCI Gisela de Carvalho. **Abordagem Multidisciplinar ao Paciente com Insuficiência Cardíaca**- São Paulo: Ed. Atheneu, 2013.

PENA, Felipe Montes. **Cuidados Paliativos na Insuficiência Cardíaca,** cap. 20.in: MESQUITA, Evandro Tinoco; QUELUCI Gisela de Carvalho (ed.). *Abordagem* Multidisciplinar ao Paciente com Insuficiência Cardíaca- São Paulo: Ed. Atheneu, 2013.

PENA, Felipe Montes. et al. **Sintomas depressivos e hospitalizações por insuficiência Cardíaca: prevalência, preditores e mortalidade**. Insuf Card 2010 (Vol. 5) 4:178- 184. 9(1), 53-61, Junio 2016.

PENA, Felipe Montes. et al. **Insuficiência cardíaca e depressão: uma associação com desfechos negativos.** Insuf Card 2011; (Vol. 6) 4:170-178.

PENA, Felipe Montes.et al. **Fatores Sociodemográficos e sintomas depressivos em pacientes hospitalizados com insuficiência cardíaca**. Exp. Clín. Cardial 2010; 15(2):e29-e32.

PINTO, Adriana Colombani, et al. **Manual de Cuidados Paliativos. Academia Nacional de Cuidados Paliativos. -** Rio de Janeiro: Digráfica, 2009 .1 ª edição.

QUEIROZ, M. E. G. FOZ, M. L. F. N. N. **Atenção integrada a pessoa com insuficiência cardíaca na perspectiva terapêutico ocupacional e psicológica: um relato de experiência**. REFACS (online) 2018; 6(1):123-129.

ROMANO, Massimo. **Barreiras à utilização precoce de cuidados paliativos em insuficiência Cardíaca uma revisão narrativa.** Healtcare 2020, 8, 36. Milão, Itália.

SALDANHA, Shirley de Vargas. et al**. O Psicólogo Clínico e a equipe multidisciplinar no hospital Santa Cruz**. Rev. SBPH vol. 16 no.1.Rio de Janeiro jun. 2013.

SHAH, Sanjiv J. et al. **Manual MSD-Versão da saúde para a Família. Insuficiência Cardíaca Congestiva.** Jul 2018.

SILVA, A.C da. et al. **Constituição da Ambiência Hospitalar a partir da Gestão de Coletivos.**vol.5.2006-2008.São Paulo-SP.

VASCONCELOS, Juliana Festa de. **PEBMED – Cuidado paliativo melhora a qualidade de vida em pacientes com IC avançada.** Cardiologia. 20.08.2017.

LINHA DO TEMPO DA ESQUIZOFRENIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

CHRONOLOGY OF SCHIZOPHRENIA AND HUMAN DEVELOPMENT

CRONOLOGÍA DE LA ESQUIZOFRENIA Y EL DESARROLLO HUMANO

Mariana Fernandes Ramos dos Santos[1]

Maria Eduarda de Freitas Oliveira[2]

Resumo: A esquizofrenia é um transtorno mental crônico que afeta o indivíduo em suas esferas sociais e ocupacionais, causando consideráveis prejuízos no relacionamento interpessoal e na vida cotidiana desses pacientes de forma global. Nessa premissa, o presente artigo tem por finalidade apresentar a origem e desdobramento da esquizofrenia, apresentando os fundamentos iniciais do psiquiatra Emil Kraepelin (1856-1926) e, logo após, Eugen Bleuler (1857-1939). As diferentes definições e critérios para diagnóstico são vistas a partir das últimas revisões da Classificação Internacional de Doenças (CID) e do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Também, o trabalho apresenta a Terapia Cognitivo-Comportamental como uma das estratégias mais eficientes somadas ao tratamento medicamentoso da esquizofrenia, devido a sua capacidade de tratar o conteúdo cognitivo desordenado e crenças disfuncionais do paciente, possibilitando que o mesmo possa viver de forma saudável com o transtorno. Os sintomas da Esquizofrenia são amplos e se apresentam de formas distintas ao longo do desenvolvimento humano. Nesse sentido, conclui-se que as alterações cognitivas seletivas mais proeminentes no transtorno incluem déficits em atenção, memória e resolução de problemas.

Palavras-chave: Esquizofrenia. Terapia Cognitivo-Comportamental. Desenvolvimento Humano.

Abstract: Schizophrenia is a chronic mental disorder that affects the individual in their social and occupational spheres, causing considerable damage in interpersonal relationships and in the daily life of these patients globally. On this premise, this article aims to present the origin and development of schizophrenia, presenting the initial foundations of psychiatrist Emil Kraepelin (1856-1926) and, soon after, Eugen Bleuler (1857-1939). The different definitions and criteria for diagnosis are seen from the latest revisions of the International Classification of Diseases and the Diagnostic and Statistical Manual

[1] Mestra em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis. Contato: marineuropsi@hotmail.com.

[2] Graduanda em Psicologia (UNIFSJ). Contato: m.eduardaf2001@gmail.com.

of Mental Disorders. Also, the work presents Cognitive-Behavioral Therapy as one of the most efficient strategies added to the drug treatment of schizophrenia, due to its ability to treat the patient's disordered cognitive content and dysfunctional beliefs, enabling them to live healthily with the disease. The symptoms of Schizophrenia are broad and present in different ways throughout human development. In this sense, the most prominent selective cognitive alterations in the disorder include deficits in attention, memory and problem solving.

Keywords: Schizophrenia. Cognitive behavioral therapy. Human development.

Resumen: La esquizofrenia es un trastorno mental crónico que afecta al individuo en su ámbito social y laboral, provocando daños considerables en las relaciones interpersonales y en la vida diaria de estos pacientes a nivel global. Sobre esta premisa, este artículo tiene como objetivo presentar el origen y desarrollo de la esquizofrenia, presentando los fundamentos iniciales del psiquiatra Emil Kraepelin (1856-1926) y, poco después, Eugen Bleuler (1857-1939). Las diferentes definiciones y criterios para el diagnóstico se ven en las últimas revisiones de la Clasificación Internacional de Enfermedades y el Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales. Asimismo, el trabajo presenta la Terapia Cognitivo-Conductual como una de las estrategias más eficientes agregadas al tratamiento farmacológico de la esquizofrenia, debido a su capacidad para tratar el contenido cognitivo desordenado y las creencias disfuncionales del paciente, permitiéndole vivir de manera saludable la enfermedad. Los síntomas de la esquizofrenia son amplios y se presentan de diferentes formas a lo largo del desarrollo humano. En este sentido, las alteraciones cognitivas selectivas más destacadas en el trastorno incluyen déficits de atención, memoria y resolución de problemas.

Palabras clave: Esquizofrenia. Terapia de conducta cognitiva. Desarrollo humano.

INTRODUÇÃO

A Esquizofrenia é um transtorno mental crônico que se caracteriza pela dificuldade em distinguir o imaginário da realidade. Os sintomas podem ter grandes variações em cada sujeito, por isso, o diagnóstico da esquizofrenia foi alvo de grandes mudanças no decorrer da história da medicina.

O curso da esquizofrenia é bastante distinto e influenciado por diversos fatores. Nesse modo, a idade de início, o tipo de esquizofrenia, gênero, além de fatores individuais e ambientais que podem interferir em seu prognóstico, são pontos que influenciam no desenvolvimento e diagnóstico do transtorno.

Inicialmente, o transtorno foi descrito pelo psiquiatra Emil Kraepelin (1856-1926), ao final do século XIX como Demência Precoce. A explicação do termo se dá

devido à crença de que os casos avaliados, ao longo do tempo, hipoteticamente evoluíam para uma demência. Logo, no início do século XX, Eugen Bleuler (1857-1939) levantou novas pesquisas acerca da patologia. Esse autor identificava como relativo o fato do curso da doença evoluir para as demências, além de questionar a ocorrência precoce da sintomatologia, contrariando as ideias de Kraepelin. Portanto, consecutivamente Bleuler estabeleceu o conceito de esquizofrenia (ELKIS, 2000), a qual coloca a dissociação das faculdades psíquicas como principal característica da doença.

Bleuler, em 1908, propôs que a palavra esquizofrenia se traduzia como “mente cindida” posteriormente substituiu, em 1911, o termo “demência precoce” (VALENÇA; NARDI, 2015). De acordo com Silva (2006), “Bleuler conceitualizou o termo para indicar a presença de uma cisma entre pensamento, emoção e comportamento nos pacientes afetados”. Considerando o diagnóstico, ele classificou os sintomas em: fundamentais – sendo estes os distúrbios das associações do pensamento, autismo, ambivalência, embotamento afetivo, distúrbios da atenção e avolição; e acessórios – sendo estes apresentados por alucinações, distúrbios do humor ou sintomas catatônicos (ELKIS, 2012).

De modo geral, a esquizofrenia manifesta-se, normalmente, entre 15 e 35 anos e apresenta-se em 1% da população mundial (PIMENTA, 2019). O surgimento dos sintomas psicóticos ocorre na adolescência e no início do período adulto, sendo que nos homens tende a surgir alguns anos mais cedo do que nas mulheres. O diagnóstico da doença não possui grandes dificuldades, visto que os sintomas são visíveis e fortemente perceptíveis aos indivíduos.

Em contrapartida, os casos de crianças esquizofrênicas trazem um desafio especial para o diagnóstico. Na infância a personalidade está em desenvolvimento e aptas a mudanças, o que dificulta o diagnóstico preciso do transtorno nessas idades. Todavia, a esquizofrenia não acomete apenas idades avançadas, em alguns casos pode-se registrar a presença do transtorno em crianças (PIMENTA, 2019).

Os aspectos mais característicos da esquizofrenia são alucinações e delírios, transtornos de pensamento e fala, perturbação das emoções e do afeto, déficits cognitivos e avolição. Alucinações e delírios são frequentemente observados em algum momento durante o curso da esquizofrenia. As alucinações visuais ocorrem em

15%, as auditivas em 50% e as táteis em 5% de todos os sujeitos, e os delírios em mais de 90% deles (PULL, 2005).

A esquizofrenia está presente em todas as regiões do mundo, apresentando medidas de incidência e prevalência relativamente iguais nessas populações (SADOCK; SADOCK, 2007).

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em sua 5ª edição, a prevalência da esquizofrenia ao longo da vida varia entre 0,3 e 0,7 %. Segundo Silva (2006), a sua taxa compreende de 0,9-11 por 1.000 habitantes, e sua incidência anual está entre 0,1-0,7 novos casos para cada 1.000 habitantes. Portanto, estima-se que a esquizofrenia atinge cerca de 1% da população mundial, ou seja, cerca de 70 milhões de indivíduos no mundo (SADOCK; SADOCK, 2007).

Alguns dados da literatura (CHAVES, 2000; DSM-V, 2014) apontam que os homens desenvolvem mais precocemente a esquizofrenia, apresentando os primeiros sintomas de forma súbita ou insidiosa entre 18 e 25 anos. Já as mulheres comumente apresentam a doença dos 25 aos 35 anos, e 3 a 10% delas após os 40 anos (CHAVES, 2000). Essa proporção de esquizofrenia é similar entre os sexos (OMS, 2001), isto é, a prevalência nos homens é de 0,92% e nas mulheres de 0,9% (MARI; LEITÃO, 2000).

É válido ressaltar que o termo “transtorno do pensamento” refere-se a uma doença no conteúdo, assim como na forma dos pensamentos do indivíduo. Os transtornos do conteúdo do pensamento são os delírios. Os transtornos na forma de pensamento podem ser subdivididos em duas categorias: perturbação intrínseca do pensamento e, transtorno na forma em que os pensamentos são expressos na linguagem e na fala. A linguagem e o discurso desordenados descarrilamento, tangencialidade, neologismos, pobreza no conteúdo do discurso, incoerência, pressão da fala, fuga de ideias e fala retardada ou mutismo.

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças em sua 11º edição (CID-11), os sintomas da esquizofrenia subdividem em positivos, negativos, desorganização, sintomas cognitivos, psicomotores e de humor. Nesse sentido, ela é diagnosticada quando sintomas positivos e negativos ocorrem em conjunto com

perdas no funcionamento social, na ausência de sintomas proeminentes de humor (mania e/ou depressão), não decorrentes de doenças neurológicas ou do uso de substâncias (DALGALARRONDO, 2019).

A anedonia ou perda da capacidade de sentir prazer foi proposta como a característica central ou cardinal da esquizofrenia. A anedonia física abrange a perda de prazeres como admirar a beleza do pôr do sol, comer, beber, cantar, ser massageado. A anedonia social abrange a perda de prazeres como estar com os amigos ou estar com outras pessoas. O embotamento afetivo foi considerado comum, mas não onipresente, em pacientes com esquizofrenia, sendo também comum em pacientes depressivos. Os déficits cognitivos foram relacionados como características importantes da esquizofrenia desde as descrições originais de Kraepelin e Bleuler.

I. A ESQUIZOFRENIA AO LONGO DO TEMPO

A partir da década de 40, teorias psicológicas que visavam explicar a esquizofrenia a partir de relacionamentos familiares patológicos e padrões de comunicação interpessoal aberrantes eclodiram, o que influenciou certas escolas do pensamento psiquiátrico. Em 1948, Fromm-Reichmann, psiquiatra alemã, levantou o termo "mãe esquizofrenogênica", observando que determinados padrões de comportamento materno, incluindo hostilidade e rejeição, pareciam ser frequentes em mães de pacientes que desenvolviam esquizofrenia, entretanto a falta de comprovação empírica fez com que caísse em desuso (NÓBREGA, 2019).

Ao longo dos anos, os avanços metodológicos que contribuem para a eficácia dos critérios diagnósticos da esquizofrenia e para o esclarecimento dos conceitos originários e das bases biológicas da doença, passaram também a ser aplicados na investigação dos aspectos psicossociais associados à mesma. Nesse sentido, duas perspectivas têm demonstrado, de forma convincente, a influência dos fatores psicossociais sobre a forma de aparecimento e o curso dos sintomas esquizofrênicos.

Uma destas correntes diz respeito ao ambiente familiar de pacientes esquizofrênicos e a Emoção Expressa (EE), a qual tem sido utilizada para investigar o ambiente familiar de pacientes com transtornos mentais e a extensão pela qual os

membros familiares próximos de um paciente expressam sua crítica, hostilidade, atitude de superenvolvimento emocional ou calorosidade quando falam sobre o paciente. Estudos utilizando metodologia adequada, (entrevistas bem estruturadas) para avaliar a presença destas atitudes, têm demonstrado que altos índices de EE na família aumentam significativamente a taxa de recaída e reinternação hospitalar de esquizofrênicos.

A segunda corrente de pesquisa relaciona-se com o estudo da influência de "eventos estressores psicossociais" no curso da doença. Sabe-se que o curso de diversas patologias pode ser influenciado por "eventos estressores psicossociais" como perda de familiar, mudança de moradia, exames escolares etc. Nessa direção, estudos recentes investigando a influência destes eventos no curso da esquizofrenia sugerem que pacientes esquizofrênicos podem apresentar pioras sintomatológicas diante deste tipo de estresse (ZUBIN & SPRING, 1977).

Além dessas teorias psicológicas que explicam o desenvolvimento etiológico da doença, é válido ressaltar que, com o avanço da medicina e através da busca por medicações e diagnósticos precisos para a patologia, os conceitos da esquizofrenia sofreram grandes implicações ao longo do tempo (NARDI; QUEVEDO; SILVA, 2015).

A publicação da 2ª classificação americana (DSM-II) apresenta um conceito de esquizofrenia muito amplo, com uma descrição de sintomas pouco elaborada, sendo considerado psicótico todo paciente que era “incapaz de atender às demandas da vida diária”.

Em relação ao DSM-III, pode-se perceber que os sinais e sintomas comportamentais da esquizofrenia são facilmente identificáveis. Também, observa-se a exclusão das classificações neurose e psicose e a alteração do termo “doença”, o qual foi substituído por “distúrbio” e, após outras revisões foi novamente substituído por “transtorno”. De acordo com a psiquiatra Luisa Polonio (2020), o termo “doença” é aquele usado para condições que possuem uma causa definida, a qual é possível reconhecer por meio de exames. Não obstante, a mesma autora afirma que os distúrbios são anormalidades funcionais de um órgão ou de um sistema que não necessariamente fecham em algum diagnóstico. No caso das condições mentais, esses problemas acabam prejudicando as funções do sistema nervoso central e é preciso entender o que vem causando este desequilíbrio químico. Por fim, pode-se

afirmar que os transtornos mentais são uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento do funcionamento mental. São associados a sofrimento e incapacidade significativa que afetam o indivíduo de forma globalizada, tanto em suas atividades sociais, quanto nas profissionais.

Não obstante, na 4º Edição (DSM-IV) os sintomas do transtorno envolvem uma série de disfunções cognitivas e emocionais que acometem a percepção, o raciocínio lógico, a linguagem e a comunicação, o controle comportamental, o afeto, a fluência e produtividade do pensamento e do discurso, a capacidade hedônica, a volição, o impulso e a atenção. Nessa mesma edição, a duração deve ser de pelo menos seis meses, incluindo pelo menos um mês de fase de sintomas ativos, com pelo menos um sintoma. A esquizofrenia nessa edição é subdividida em Paranoide, Desorganizada, Catatônica, Indiferenciada e Residual.

A Esquizofrenia paranoide classifica-se pela presença de alucinações, delírios, sensação de perseguição e pensamentos sobre conspirações. Além disso, também apresenta fala e escrita confusas, alterações no humor, mudanças na personalidade e desinteresse com a vida social, o que pode resultar em isolamento social. No entanto, os pacientes nem sempre têm dificuldades em manter as suas atividades de rotina e relacionamentos estáveis com outras pessoas.

A Esquizofrenia Catatônica possui os sintomas predominantes nos distúrbios do movimento. Os pacientes que eram classificados dentro desse critério apresentavam considerável redução na execução de movimentos corporais, a ponto de a movimentação voluntária cessar completamente. Em outros casos, poderia ocorrer o inverso, quando os movimentos aumentam drasticamente. Os pacientes também podem apresentar resistência para mudar a sua própria aparência, fazer movimentos repetitivos, deixar de participar de atividades produtivas na sua rotina e passar horas parados na mesma posição. Outros sintomas associados à esquizofrenia catatônica são o hábito de repetir as falas de outras pessoas ou imitar seus movimentos.

Seguindo, a Esquizofrenia Desorganizada ou Hebefrênica, caracteriza-se pelo comportamento mais infantil, com respostas emocionais inadequadas e pensamentos

incoerentes. Pode-se observar que, neste critério de classificação, as alucinações e os delírios são menos comuns do que nos outros tipos. Não obstante, esses sintomas apesar de não serem frequentes, não são excluídos dessa classificação. Pode-se afirmar que os esquizofrênicos hebefrênicos têm dificuldade em seguir processos e organizar pensamentos. Por essa razão, nota-se que os pacientes hebefrênicos possuem dificuldades de realizar tarefas simples de rotina, como escovar os dentes, tomar banho ou vestir-se. Esses pacientes também têm dificuldade em expressar sentimentos e comunicar-se, podendo parecer emocionalmente instáveis.

A Esquizofrenia Residual era diagnosticada pela 4ª Edição da Classificação americana quando o paciente já não apresentava nenhum sintoma proeminente ou quando eles apareciam em baixa intensidade. Algumas alucinações e delírios ainda podem estar presentes, mas as suas manifestações costumam ser menos frequentes do que em fases anteriores da doença.

O diagnóstico da Esquizofrenia Indiferenciada era realizado quando era observado um paciente com sintomas de Esquizofrenia que ainda não estão completamente formados ou não são suficientemente específicos para serem classificados como nenhum dos outros tipos da doença. Nesses casos, os sintomas podem variar em intensidade e frequência, causando incerteza na classificação exata da doença.

Apesar dos critérios específicos para diagnósticos marcados pela 4ª Edição do DSM, é válido ressaltar que, mesmo com a presença dos diagnósticos, os tipos de Esquizofrenia podiam variar ao longo da vida de um paciente. Por isso, quem era diagnosticado com Esquizofrenia indiferenciada podia, com a evolução do quadro, ter o seu caso encaixado em outra categoria, a partir do desenvolvimento e curso da doença.

Em suma, atualmente as subdivisões foram abandonadas pelos sistemas de classificação atualizados, ou seja, CID-11 e DSM-V. De acordo com Dalgalarrondo, como justificativa, o rompimento do diagnóstico baseado nas subdivisões ocorreu por não se revelaram suficientemente úteis, por não serem estáveis ao longo do tempo (pacientes poderiam transitar entre os tipos ao longo do tempo); não predizem padrão de evolução da doença; não predizem resposta a tratamentos farmacológicos ou psicossociais; são muito heterogêneos em relação às bases genéticas e neuronais da

esquizofrenia; a delimitação dos subtipos têm sido cada vez menos utilizada em pesquisas. Nesse sentido, a tabela 1 apresenta um esquema simplificado da evolução dos critérios para diagnóstico da Esquizofrenia, como descrito acima.

Tabela 1: Evolução dos critérios para diagnóstico da esquizofrenia

CID9	Conceito descritivo; Sintomas de Primeira Ordem; Distúrbios do pensamento; Embotamento Afetivo; Não há referência quanto à duração da doença.
CID 10	Conceito amplo; Sintomas de Primeira Ordem; Vivências de influência corporal; Vivências de influência sobre o pensamento; Alterações da vontade; Percepção delirante; Fixou em um mês a duração da doença.
CID 11	Alterações do pensamento (delírios e/ou desorganização da forma do pensamento); Alterações da percepção (alucinações); Experiências de alterações do self (controle de forças externas); Perdas cognitivas (déficits na atenção, na memória verbal e na cognição social); Alterações da volição; Alteração dos afetos; Alterações psicomotoras; Catatonia. Os sintomas devem estar presentes por pelo menos um mês.
	Sinais e sintomas comportamentais facilmente identificáveis. Foram excluídos as classificações neurose e psicose (apenas como adjetivo

DSM-III	que caracteriza comprometimento maciço no teste de realidade). Palavra doença foi substituída por distúrbio, depois transtorno.
DSM-IV	Os sintomas que envolvem uma série de disfunções cognitivas e emocionais que acometem a percepção, o raciocínio lógico, a linguagem e a comunicação, o controle comportamental, o afeto, a fluência e produtividade do pensamento e do discurso, a capacidade hedônica, a volição, o impulso e a atenção. Dura pelo menos seis meses e inclui pelo menos um mês de fase de sintomas ativos, com pelo menos um sintoma. Subdivide em Paranoide, Desorganizada, Catatônica, Indiferenciada e Residual.
DSM-V	Dois ou mais dos sintomas como delírios, alucinações, discurso desorganizado e comportamento desorganizado ou bizarro (incluindo sintomas catatônicos), bem como sintomas negativos (embotamento afetivo, alogia, avolição) devem estar presentes com duração significativa de, pelo menos, um mês. Não há mais subtipos, há ênfase ao aspecto dimensional da psicose. Ao diagnóstico, é necessário ter dois sintomas ativos com um mês e sintomas psicóticos com pelo menos 6 meses.

. Fonte: Autoria Própria.

II. ESQUIZOFRENIA E TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL (TCC)

A esquizofrenia é um transtorno de origem múltipla, cuja sintomatologia engloba disfunções cognitivas, emocionais e comportamentais que afetam a vida social e ocupacional do sujeito acometido, causando também sobrecarga familiar (OMS, 2001; DSM-V, 2014). Transtornos mentais graves, como a esquizofrenia, são apontados pela literatura como doenças crônicas altamente incapacitantes, associadas a risco de suicídio, a maior probabilidade de desenvolver comorbidades clínicas e a baixa expectativa de vida (CZEPIELEWSKI, 2016). Portanto, é imprescindível que o paciente diagnosticado com o transtorno tenha um acompanhamento psicológico para que esses riscos possam ser reduzidos.

Diante disso, a pessoa com esquizofrenia precisa de recursos psicossociais para se adaptar e reduzir os prejuízos ocasionados pelo transtorno. Por essa razão, o tratamento do transtorno deve englobar a combinação de medicamentos, apoio psicossocial e cuidados familiares. Portanto, o apoio psicossocial é realizado por psicoterapeutas especializados em Terapia Cognitivo-Comportamental, a Terapia Familiar, a Terapia Grupal e o Treino de Habilidades Sociais (SADOCK; SADOCK, 2007). Não obstante, o presente artigo abordará a importância da Terapia Cognitivo-Comportamental e seus resultados, em particular.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é uma abordagem da Psicologia que tem por finalidade promover a saúde mental dos indivíduos. Essa abordagem abrange métodos específicos e não-específicos que, embasados ao saber científico acerca dos diferentes transtornos, resultam em uma melhoria significativa dos problemas tratados. Portanto, pode-se afirmar que a TCC entende a capacidade dos seres humanos de modificar os seus pensamentos, emoções e comportamentos.

Trabalhos abordando o tratamento da esquizofrenia com essa abordagem psicológica tiveram início entre os anos 1980 e 1990 (WRIGHT et al., 2010) e vêm mostrando resultados significativos quando unida ao tratamento psicofármaco.

Estudos como a revisão de Barreto e Elkis (2007), apontam a eficácia dessa abordagem na redução de sintomas psicóticos.

Considerando que a esquizofrenia é um transtorno crônico que afeta o indivíduo em suas esferas sociais e ocupacionais, grandes são os prejuízos no relacionamento interpessoal e na vida cotidiana desses pacientes de uma forma geral. Nesse sentido, a principal função da técnica cognitivo comportamental é ensinar o paciente a conviver com o transtorno, o que gera um aumento das possibilidades de uma vida longa e saudável.

Diferentemente da psicopatologia tradicional, que vê o delírio como uma crença irredutível, a TCC possui outra perspectiva acerca do delírio, a qual permite que o paciente, utilizando áreas intactas do seu psiquismo, possa encontrar novas alternativas para sua crença delirante e, com isso, diminuir o impacto desse pensamento disfuncional em sua vida. Nessa direção, a abordagem considera que os pacientes com diagnóstico de esquizofrenia são capazes de modificar a sua existência, como afirma Beck “o fato de pacientes com diagnóstico de esquizofrenia apresentarem crenças irracionais não significa que eles sejam irracionais”.

O primeiro relato do uso de TCC em psicoses data de 1952, quando Beck publicou um artigo sobre psicoterapia em um caso de esquizofrenia crônica com persistência de sintomas delirantes (BECK, 1952). Atualmente, a Terapia Cognitiva tem se mostrado uma das técnicas psicoterápicas de melhor eficácia utilizada no tratamento das psicoses. É válido ressaltar que a TCC não restringe o tratamento da Esquizofrenia às psicoterapias, mas surge como um complemento aos cuidados medicamentosos. Conforme Alford e Beck (2000) a farmacoterapia e outros tratamentos concomitantes, são normalmente necessários para o tratamento de transtornos psicóticos. Assim, a terapia cognitiva é adicionada no plano de intervenção a estes pacientes para que aumente a adesão, focalizando seus esforços nos processos cognitivos, fatores sociais, interpessoais e psicológicos.

Outro aspecto importante no tratamento dos pacientes diagnosticados com esquizofrenia é a consideração dos processos inter-relacionados de identificar, monitorar e avaliar pensamentos e crenças. Desse modo, é possível fazer com que o paciente se “distancie de seus pensamentos” (ALFORD E BECK, 2000, p.129) para que assim possa observar os próprios pensamentos como construções de realidade

e não como a realidade propriamente dita. Portanto, através da orientação do terapeuta a essa descoberta e a partir da condução de um diálogo, o paciente pode perceber a discrepância entre o seu ponto de vista e o dos demais, reconhecendo assim a diferença.

Durante o processo de avaliação psicológica, os terapeutas cognitivo-comportamentais costumam utilizar os sistemas classificatórios vigentes, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em sua quinta edição e a Classificação de Transtornos Mentais e do Comportamento (CID), em sua décima revisão.

Algumas habilidades específicas do terapeuta dessa abordagem teórica envolvem planejamento das estratégias de intervenção, definição de metas e avaliação de resultados. A TCC envolve ainda o ato de educar o cliente no modelo cognitivo-comportamental, em um processo psicoterápico dinâmico que inclui usar instrumentos e atividades propostos como checagem de humor, agenda, dever de casa, sumarização e feedbacks durante as sessões, identificando e afugentando pensamentos automáticos, assim como utilizar o registro de pensamentos disfuncionais (RPD), identificar erros cognitivos, utilizar atividades programadas e registros destas, lançar mão das sessões de reforço, *follow-up* [3]e de término de terapia.

Wright, Basco e Tase (2006) ressaltam que, para se tornar um terapeuta cognitivo-comportamental competente e qualificado para atendimento de todas as demandas exigidas, devem-se considerar os critérios recomendados como diretrizes de competência pela Associação Americana de Diretores de Treinamento em Residência Psiquiátrica (AADPRT). Esses critérios estão agrupados nas três dimensões (conhecimento, habilidades e atitudes) de competência.

Em suma, os pacientes diagnosticados com esquizofrenia requerem de um tratamento amplo. A Terapia Cognitivo-Comportamental possui diversas estratégias aplicáveis e eficientes ao tratamento. Dentre as intervenções mais importantes estão os treinamentos em habilidades sociais; terapia familiar comportamental; treinamento em habilidades de enfrentamento para controlar sintomas psicóticos e um tratamento

[3] Em termos médicos, follow-up é o período no qual o paciente já terminou o tratamento, e realiza acompanhamento médico ambulatorial periódico.

integrado para os transtornos por consumo de substâncias psicoativas (CABALLO, 2003).

III. SINAIS E SINTOMAS AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A esquizofrenia pode apresentar início agudo ou insidioso, os quais possuem características distintas evoluindo para uma sintomatologia própria. O início agudo é caracterizado pelo aparecimento dos sintomas de forma abrupta, evoluindo para uma deterioração se não tratados imediatamente.

Sintomas prodrômicos pouco específicos, incluindo perda de energia, iniciativa e interesses, humor depressivo, isolamento, comportamento inadequado, negligência com a aparência pessoal e higiene, podem surgir e permanecer por algumas semanas ou até meses antes do aparecimento de sintomas mais característicos da doença. Familiares e amigos em geral percebem mudanças no comportamento do paciente, nas suas atividades pessoais, contato social e desempenho no trabalho e/ou escola (FILHO; FILHO, 1996).

Portanto, os pacientes com esquizofrenia demonstram um déficit cognitivo generalizado, ou seja, eles tendem a ter um desempenho em níveis mais baixos do que controles normais em uma variedade de testes cognitivos. Eles apresentam múltiplos déficits neuropsicológicos em testes de raciocínio conceitual complexo, velocidade psicomotora, memória de aprendizagem nova e incidental e habilidades motoras, sensoriais e perceptuais.

É sabido que os homens têm uma idade de início da doença mais precoce que as mulheres. Essa observação pode ser considerada um dos achados mais consistentes de pesquisa em esquizofrenia, e independe do critério utilizado para início da doença. Em geral, os homens têm um início entre 18-25 anos e as mulheres em torno dos 25-35 anos. Essa diferença vai depender do critério diagnóstico utilizado para esquizofrenia. No início da adolescência, a razão homem/mulher é 2:1.

De acordo com um estudo multicêntrico realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a doença tem seu início no fim da adolescência e no começo da idade adulta, mas pode começar mais tardiamente, principalmente nas mulheres, já que os homens apresentam um risco 1,4 a 2,3 vezes maior do que as mulheres de desenvolver esquizofrenia, com idade média de cinco anos menor. Segundo o The Global Burden of Disease, um estudo patrocinado pela OMS sobre o custo de doenças médicas no mundo inteiro, a esquizofrenia está entre as 10 principais causas de incapacitação entre pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos.

Buscando um consenso para avaliar os déficits cognitivos na esquizofrenia, especialistas (NUECHTERLEINET ET AL., 2004) envolvidos com o desenvolvimento do projeto MATRICS (MEASUREMENT AND TREATMENT RESEARCH TO IMPROVE COGNITION IN SCHIZOPHRENIA) analisaram estudos, cruzaram informações e propuseram sete alterações cognitivas a serem consideradas na avaliação neuropsicológica de pacientes com esquizofrenia, sendo a velocidade de processamento (rapidez em que são executadas tarefas simples que demandam funcionamento dos processos cognitivos); memória e aprendizagem verbal (capacidade de aprender e recordar informações verbais); memória e aprendizagem visual (habilidade de aprender e recordar informações visuais); raciocínio e resolução de problemas (capacidade de pensar/raciocinar em atividades novas utilizando conhecimentos previamente adquiridos); memória de trabalho (capacidade de retenção e manipulação de informações para utilização imediata); atenção/vigilância (habilidade de manter a atenção focada em uma atividade); cognição social (capacidade de identificar, manipular e adequar o comportamento a um determinado contexto, a partir da detecção de informações provenientes do ambiente em questão).

Em suma, pode-se afirmar que as funções cognitivas são as primeiras a apresentarem prejuízos e déficits, mesmo antes dos sintomas psicóticos aparecerem (KEEFE; EESLEY, 2013). Por essa razão, observar os índices dos prejuízos nessas áreas e o que se encontra preservado é de fundamental importância para se estruturar um programa de reabilitação e tratamento.

Ao longo do desenvolvimento humano, algumas alterações cognitivas são observadas. Não obstante, as alterações cognitivas seletivas mais proeminentes e persistentes ao longo das etapas da vida incluem déficits em atenção, memória e

resolução de problemas. O DSM-V descreve os cinco domínios que caracterizam as anormalidades presentes na esquizofrenia. Essas disfunções, representadas por delírios, alucinações, discurso desorganizado, comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico, e sintomas negativos correspondem também à sintomatologia necessária para formulação do diagnóstico desse transtorno mental.

Os sintomas se apresentam de formas distintas no decorrer do desenvolvimento humano. Na infância e na adolescência podem ter poucos amigos e excluir-se de atividades sociais ou relações afetivas. Diferente disso, preferem atividades mais solitárias como ver televisão, ouvir música ou jogar jogos de computador. Nesta fase, pode desenvolver um interesse em ideias abstratas, por filosofia, por religião ou até desenvolver sintomatologia obsessiva.

A partir disso, sabe-se que os sintomas da esquizofrenia podem ser classificados entre positivos, negativos e outros sintomas (cognitivos e afetivos). O primeiro grupo classifica-se pela presença de alucinações auditivas (vozes que fazem comentário e conversam entre si), somáticas, táteis, olfativas e visuais; Delírios persecutórios, de ciúmes, culpa, pecado, grandiosidade, somáticos etc; Comportamento bizarro (presença de roupas peculiares, aparência, comportamento social, comportamento sexual); Alteração formal do pensamento (descarrilamento, tangencialidade, incoerência, falta de lógica, fala acelerada, reverberação neologismo).

O segundo grupo de sintomas, os negativos, são marcados por um conjunto de sintomas que representam a perda ou diminuição das funções normais. Este grupo de sintomas acompanha a evolução da doença e refletem um estado deficitário ao nível da motivação, das emoções, do discurso, do pensamento e das relações interpessoais. Portanto, O DSM-V classifica este tipo de sintoma como aplanamento e embotamento afetivos (redução da amplitude e intensidade da expressão emocional), alogia (pobreza no discurso com respostas lacônicas, sem conteúdo), avolição (redução da motivação, falta de vontade e de iniciativa), anedonia (perda da habilidade em sentir prazer em atividades ou relacionamentos interpessoais) e isolamento social.

Assim, o quadro de esquizofrenia pode ser preenchido por dois ou mais sintomas, dos quais um deve ser positivo, se presentes num período de trinta dias.

Nesse sentido, a tabela abaixo contém, de forma simplificada, alguns dos principais sintomas e sinais da esquizofrenia ao longo do desenvolvimento humano.

Tabela 2: Sinais e sintomas da esquizofrenia ao longo do desenvolvimento humano.

INFÂNCIA	ADOLESCÊNCIA	ADULTO
Alucinações; Delírios; Pensamento desorganizado; Dificuldades no aprendizado; Atraso na linguagem; Rastreamento tardio ou invulgar; Caminhada tardia; Pouca vontade de estudar ou interagir com os outros; Comportamento motor desorganizado ou anormal; Desinteresse em atividades cotidianas.	Alucinações; Delírios; Isolamento social; Queda no desempenho acadêmico/escolar; Insônia; Irritabilidade e oscilações de humor; Falta de motivação; Desinteresse em atividades cotidianas; Comportamento violento/agressivo; Mudança de humor repentina; Dificuldade de concentração;	Alucinações; Delírios; Pensamentos desordenados (modos de pensar incomuns ou disfuncionais); Distúrbios do movimento (movimentos do corpo agitado); Deterioração do desempenho acadêmico ou profissional; Aumento da retirada de situações sociais e isolamento; Insônia e dificuldade de concentração; Posicionamento corporal estranho; Uma sensação constante de ser observado; Modo peculiar ou sem sentido de falar ou escrever; Comportamento violento/agressivo ou agitação;

	Discurso incompreensível ou incoerente; Apatia; Dificuldade em sentir/expressar emoções.	Tentativas de suicídio e/ou autoferimento.

Fonte: Autoria Própria.

A esquizofrenia apresenta quadros de evolução no decorrer do tempo. Nesse sentido, um fato que vem sendo constatado nos estudos sobre esquizofrenia é que os processos cognitivos apresentam alterações antes do início do transtorno. (CANNON ET AL., 2002; HALLAK; CHAVES; ZUARDI, 2011). Esses processos cognitivos são caracterizados pelo conjunto de capacidades que habilitam os seres humanos a desempenhar uma série de atividades no âmbito pessoal, social e ocupacional" (MONTEIRO; LOUZÃ, 2007, p. 180).

Nesse sentido, atualmente estudos acerca das funções cognitivas na esquizofrenia ganharam força. Pesquisas sugerem que prejuízos nesses âmbitos indicariam um núcleo constitucional para a esquizofrenia, uma vez que essas alterações não sofrem influência direta de medicações e podem apresentar-se, também, na família do paciente (CANNON ET AL., 2002; FERREIRA JUNIOR ET AL., 2010; FULLER ET AL., 2002; HEINRICHS, 2005; MORTIMER, 2005; SALGADO, 2008). Como tais funções são responsáveis por monitorar as atividades cotidianas do indivíduo, interferem no funcionamento global e prejudicam sua qualidade de vida. Nesse processo, fomenta a importância e o incentivo ao acompanhamento psicoterapêutico além do tratamento psicofármaco, gerando ao paciente a possibilidade de aumentar a qualidade de vida apesar da presença da esquizofrenia.

Em relação aos casos com tratamento psicofármaco de pacientes com diagnóstico de esquizofrenia com risco de suicídio por exemplo, é imprescindível o uso de clozapina, sendo este o mais comum nesse tratamento. Alguns casos de depressão pós-esquizofrênica também podem ser encontrados. Esse termo diz

respeito a um subtipo de esquizofrenia peculiar, o qual classifica casos em que um episódio depressivo eventualmente prolongado ocorre ao fim de uma afecção esquizofrênica. Todavia, apesar de alguns sintomas esquizofrênicos positivos ou negativos estarem presentes, eles não dominam mais o quadro clínico. Esse tipo de estado depressivo se acompanha de um alto risco de suicídio e requer maior atenção e acompanhamento psicológico.

O diagnóstico é modificado quando o paciente não apresenta mais sintomas significativos esquizofrênicos, nesta instância é necessário observar as possibilidades do episódio depressivo. Contudo, se os sintomas esquizofrênicos ainda são aparentes e proeminentes, deve-se manter o diagnóstico da forma clínica apropriada. Essa condição caracteriza um transtorno pouco frequente (inexistem dados acurados de sua prevalência), com características diagnósticas distintas em relação aos outros subtipos de esquizofrenia, além das características de tratamento diferentes (com indicação de uso de antidepressivos e de antipsicóticos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o presente trabalho, foi possível entender que a esquizofrenia é um transtorno mental crônico caracterizado pela dificuldade em distinguir o imaginário da realidade. Inicialmente denominada por Kraepelin como Demência Precoce e, futuramente, trazida por Bleuler como Esquizofrenia. Não obstante, a definição e os critérios para diagnóstico do transtorno passou por diversos processos no decorrer da história. Nesse percurso, puderam-se avaliar tais transformações prescritas nas últimas três edições da Classificação Internacional de Doenças (CID-9, CID-10, CID-11) juntamente ao Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III, DSM-IV, DSM V).

Além disso, observou-se que os sintomas da Esquizofrenia são amplos, característicos e podem apresentar variações ao longo do desenvolvimento humano. Nesse sentido, as alterações cognitivas seletivas mais proeminentes no transtorno incluem déficits em atenção, memória e resolução de problemas. Dessa forma, podem

ser encontrados nas três fases da vida, ou seja, na infância, adolescência e fase adulta.

Em suma, os estudos realizados até o momento, sugerem que a Terapia Cognitivo-Comportamental se mostra cada vez mais importante no manejo de sintomas psicóticos, através das suas técnicas e manejos psicoterapêuticos. A TCC trabalha no entendimento das emoções do paciente e preocupa-se em reestruturar as suas crenças disfuncionais, melhorando assim a sua qualidade de vida, podendo conviver com o transtorno de uma maneira amena, provocando a redução dos prejuízos em sua vida social e nos relacionamentos interpessoais.

REFERÊNCIAS

PIMENTA, Tatiana**. Esquizofrenia:** conheço os tipos, sintomas e tratamentos. Disponível em: <www.vittude.com>. Acesso em: 2 jun. 2021.

QUEVEDO, J. NARDI, A. SILVA, A. **Esquizofrenia:** teoria e clínica. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

ELKIS, Helio. **A evolução do conceito de esquizofrenia neste século**. Disponível em: <www.scielo.com.br> . Acesso em 2 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-11 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** 11 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.2.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ALFORD, A.; BECK, T. **O Poder Integrador da Terapia Cognitiva.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CABALLO, Vicente. **Manual para o Tratamento Cognitivo-Comportamental dos Transtornos Psicológicos**. São Paulo: Santos, 2003.

PULL, C. **Diagnóstico da esquizofrenia:** uma revisão. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FILHO, H.; FILHO, G. **Manual de psiquiatria***.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

Beck, A. T. (1952). **Successful out-patient psychoterapy of a chronic schizophrenic with a delusion based on borrowed guilt.** Psychiatry, 25, 305-312.

Zubin, J., Spring, B. **Vulnerability & A new view of schizophrenia.** Journal of Abnormal Psychology, 1977.

Keefe, R. S. E., Eesley, C. E., **Fundamentos da Esquizofrenia.** Porto Alegre: Artmed, 2013.

Nuechterlein, K. H., Barch, D. M., Gold, J. M., Goldberg, T. E., Green, M. F., & Heaton, R. K. **Identification of separable cognitive factors in schizophrenia.** Schizophrenia research, 2004.

SADOCK, B.G.; SADOCK V.A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica.** 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA – APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** – DSM-V. 5.ed. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CHAVES, A.C. **Diferenças entre os sexos na esquizofrenia.** Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, 2000.

CZEPIELEWSKI, L.S. **Trajetórias de transtornos mentais graves: contribuições da pesquisa em esquizofrenia.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina: Programa de pós-graduação em psiquiatria e ciências do comportamento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

MARI, J.J.; LEITÃO, R.J. **A epidemiologia da esquizofrenia.** Rev. Bras. Psiquiatria,

2000. Disponível em: <http://www.scielo.br > Acesso em: 4 jun. 2021.

VALENÇA, A.; NARDI, A.E.M. **Esquizofrenia: teoria e clínica.** Porto alegre: Artmed, 2015.

WRIGHT, J.H. et al. **Terapia cognitivo-comportamental para doenças mentais**

graves. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BARRETO, E.M.P; ELKIS, H. **Evidências de eficácia da terapia cognitiva comportamental na esquizofrenia**. Rev. Psiq. Clín. 2007. Disponível em: < www. scielo.com.br >. Acesso em: 22 jun. 2021.

NÓBREGA, Adonis. **Depressão na Adolescência**. 2019. Disponível em: <https://adonisnobrega.com/depressao-na-adolescencia> Acesso em: 8 jun. 2021.

SILVA, Regina. C. **Esquizofrenia:** uma revisão. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.com.br> Acesso em: 8 jun. 2021.

INASP: Instituto Nacional de Saúde Psíquica. **Esquizofrenia**. 2016. Disponível em: <https://oscipinasp.org/esquizofrenia/> Acesso em: 15 mai. 2021.

CANNON, M. et. al. **Evidence for early-childhood, pan-developmental impairment specific to schizophreniform disorder: results from a longitudinal birth cohort.** Archives of General Psychiatry, 2002.

MONTEIRO, L. de C., LOUZÃ, M. R. **Alterações cognitivas na esquizofrenia: consequências funcionais e abordagens terapêuticas.** *Revista de Psiquiatria Clínica,* 2007.

SALGADO, J. V.. **Neuropsicologia da Esquizofrenia**. In D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, C. H. P. Camargo,& R. M. Cosenza (Orgs.), ***Neuropsicologia:*** *Teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FULLER, R., NOPOULOS, P., ARNDT, S., O'Leary, D., Ho, B.-C., & Andreasen, N. C. **Longitudinal assessment of premorbid cognitive functioning in patients with**

schizophrenia through examination of standardized scholastic test performance. American Journal of Psychiatry, 2002.

FERREIRA JUNIOR, B. d. C., BARBOSA, M. d. A., BARBOSA, I. G., ROCHA F. L. **Alterações cognitivas na esquizofrenia: atualização.** *Rev Psiquiatria Rio Grande do Sul,* 2010.

HALLAK, J. E. C., CHAVES, C., ZUARDI, A. W. ***Bases biológicas dos transtornos psiquiátricos****: uma abordagem translacional.* 3. ed. 2011. Porto Alegre: Artmed.

ANDRESASEN, N; BLACK, D. **Introdução à psiquiatria.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOLDSTEIN, JM. **The impact of gender in understanding the epidemiology of schizophrenia.** Washington (DC): American Psychiatry Press; 1995.

Organização Mundial de Saúde. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** Critérios diagnósticos para pesquisa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

POLONIO, Luisa. **Saúde Mental:** qual a diferença entre transtorno, doença, distúrbio e síndrome? 2020. Disponível em: <www.canaltech.com.br> Acesso em: 22 de jun. 2021.

A INDIVIDUAÇÃO NO FILME AQUAMAN A PARTIR DA PERSPECTIVA DO MITO DO HERÓI

THE INDIVIDUATION PROCESS IN THE MOVIE AQUAMAN FROM THE PERSPECTIVE OF THE MYTH OF THE HERO

LA INDIVIDUACIÓN EN LA PELÍCULA AQUAMAN DESDE LA PESPECTIVA DEL MITO DEL HÉROE

Eduardo Ferreira do Amaral Filho[1]
Gabriel Dias Moraes de Araújo[2]
Thaís Rodrigues Lima[3]

Resumo
Para a Psicologia Analítica, as representações arquetípicas se mostram como material rico para o entendimento do processo de desenvolvimento do sujeito. Da mesma forma, os arquétipos e símbolos são aparatos de grande uso para a construção das narrativas modernas como os filmes de super-heróis. Pensando nisto, o presente artigo de metodologia qualitativa visa, através de uma pesquisa documental do filme Aquaman, introduzir a Psicologia Analítica e apresentar seus principais conceitos através da análise descritiva das cenas, usando como auxílio o conceito da Jornada do Herói, dialogando o Mito pelo olhar de Jung e Campbell. Por fim ver-se-á que as mais diversas formas que se encontram nos arquétipos proporcionam a identificação da influência que os símbolos possuem na estruturação da psique humana, e as mais diversas situações da vida psicológica do homem podem ser identificadas no esquema mítico presente nas histórias dos heróis.
Palavras chaves: Psicologia Analítica, mito, símbolo, individuação, arquétipo.

Abstract
To Analytical Psychology, archetypical representations present themselves as rich material for the understanding of the development process of a subject. In the same way, archetypes and symbols are apparatus of great use to the construction of modern narratives like superhero movies. With that in mind, the present essay uses qualitative methodology and aims, through a documental retomarresearch of the movie Aquaman, to introduce Analytical Psychology and present its main concepts through a descriptive analysis of the scenes, using the concept of The Hero's Journey as support, creating a dialogue between the views of Jung and Campbell about the Myth. Lastly, it's possible to observe that many diverse figures that can be found in the archetypes provide the identification of the influence that symbols have on the structuring of the human psyche, and many diverse situations of the psychological life of men can be identified in the mythical scheme present in the stories of heros.
Keywords: Analytical Psychology, myth, symbol, individuation, archetype.

Resumen

[1] Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ). Contato: eduamaralfilho@hotmail.com.
[2] Psicólogo Analítico. Contato: gabrielmoraespsi@outlook.com.
[3] Psicóloga. Contato: limarodriguesthais@gmail.com.

Para la Psicología Analítica, las representaciones arquetípicas se muestran como material rico para la comprensión del proceso de desarrollo del sujeto. Del mismo modo, los arquetipos y símbolos son aparatos de gran uso para la construcción de las narrativas modernas como las películas de superhéroes. Pensando en esto, el presente artículo de metodología cualitativa busca, a través de una investigación documental de la película Aquaman, introducir la Psicología Analítica y presentar sus principales conceptos a través del análisis descriptivo de las escenas, basándose en el concepto de la Jornada del Héroe, dialogando el Mito por la mirada de Jung y Campbell. Por fin se verá que las más diversas formas que se encuentran en los arquetipos proporcionan la identificación de la influencia que los símbolos poseen en la estructuración de la psique humana y las más diversas situaciones de la vida psicológica del hombre se pueden identificar en el esquema mítico presente en las historias de los héroes.
Palabras clave: Psicología Analítica, mito, símbolo, individuación, arquetipo.

1. Introdução

Desde os tempos antigos as pessoas contam histórias de aventuras com monstros, deuses e heróis. Sabe-se, portanto, que tais criaturas fantásticas sempre povoaram o imaginário humano. Com o passar do tempo, as formas de transmissão das histórias mudaram, as narrativas orais passaram a ser escritas e o homem passou a ter uma compreensão diferente dos acontecimentos da vida ordinária. Embora nos dias atuais tais criaturas não desempenhem o mesmo papel na narrativa popular, basta prestar atenção para perceber que elas, de alguma forma, ainda estão presentes. Sob a roupagem de personagens de quadrinhos e adaptações cinematográficas vemos, frequentemente nas mídias, figuras já familiares, dados como exemplo, Batman, Super-Homem, Mulher Maravilha e o próprio Aquaman, embora valha ressaltar que existem muitas diferenças entre as versões do universo dos quadrinhos e as adaptações cinematográficas.

Nota-se uma tendência atual da indústria cinematográfica de retomar com uma nova cara as tramas antigas. Percebe-se que narrativas clássicas contadas por diferentes povos e culturas, em diferentes tempos, apresentam similaridades inquietantes entre si, despertam a curiosidade de estudiosos e passam a ser retratadas em obras cinematográficas para o entretenimento do grande público. E assim aconteceu também com Aquaman. O personagem inspirado em Poseidon, rei dos mares segundo a mitologia Grega, hoje é mais um herói no universo dos quadrinhos e, mais recentemente, no cinema. Assim, o ciclo do mito do herói foi representado diversas vezes, em histórias que aparentam em nada se correlacionar

para um olhar distraído, porém reafirmam a postulação da existência de um Inconsciente Coletivo.

O estudo da psique humana através dos conteúdos inconscientes não é, necessariamente, uma exclusividade da Psicanálise. Portanto, o presente trabalho utiliza da compreensão da Psicologia Analítica para esmiuçar os elementos simbólicos presentes no filme Aquaman e correlacioná-los ao mito do herói, de Joseph Campbell. Desta forma, conceitos como o de *Individuação*, *Arquétipo*, *Self*, entre outros, ao serem capturados da teoria e transportados para a realidade ficcional do filme passam a exercer um significado acessível. Para além da análise de um filme através de uma teoria, o trabalho se apresenta como um saber acessível, utilizando da arte cinematográfica para lançar luz a conceitos restritos a comunidade acadêmica, fazendo navegar a Psicologia Analítica também na cultura popular.

A escolha do filme Aquaman se dá devido à atualidade da obra cinematográfica, que, como consequência, ainda não foi muito observada e investigada cientificamente, como propõe o presente feito. Ademais, o filme carrega grande simbolismo, rico em objetos para a análise do mito do herói e apresentação da Psicologia Analítica.

Este artigo de metodologia qualitativa baseou-se em uma pesquisa documental. Tal modalidade muito se assemelha a uma pesquisa bibliográfica, porém se diferencia, principalmente, pois a segunda utiliza fontes já elaboradas, enquanto a primeira utiliza fontes diversificadas e sem tratamento analítico, como por exemplo: revistas, filmes, fotografias, etc. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), uma pesquisa documental pode ser realizada através de documentos recentes ou antigos, desde que estes possam ser considerados cientificamente autênticos, que são separados em duas categorias: de primeira mão (documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, filmes, fotografias, etc.) e de segunda mão (relatórios de empresas, tabelas estatísticas, decisões de juízes, etc.). Para tratamento do filme fez-se uma análise documental de primeira mão auxiliada por autores como Jung e Campbell.

Este artigo tem como objetivo extrair do filme Aquaman os componentes simbólicos da jornada do herói e analisá-los sob a ótica do herói na Psicologia Analítica. Para isto, procura-se primeiramente introduzir a Psicologia Analítica; para então estabelecer uma relação da Psicologia Analítica com o herói, abordando a concepção de Joseph Campbell; e por fim, analisar o filme Aquaman capturando

conceitos da teoria e transportando-os para a realidade ficcional, para que, assim, tenha-se um significado acessível de tais conceitos. Cada objetivo específico será contemplado em uma seção para facilitar a leitura do artigo, de tal modo que a seção Sobre a Psicologia Analítica apresenta ao leitor a Psicologia Junguiana, sua história e relação com a psicologia como ciência; a seção Dialogando entre Jung e Campbell aborda a relação entre o conceito de individuação e a figura arquetípica do herói, dialogando o Mito do Herói pelo olhar de Jung e Campbell; e a seção Aquaman: A Jornada identifica e desenvolve os elementos simbólicos a partir da análise descritiva de algumas cenas, evidenciando os conceitos que vão sendo usados ao longo do trabalho.

2. Desenvolvimento

2.1. Sobre a Psicologia Analítica

A Psicologia Analítica, termo oficialmente usado pela primeira vez por Jung no ano de 1913, ou Psicologia Junguiana, como também é conhecida, pode ser brevemente definida como a teoria de investigação da psique e categoria de psicoterapia fundada pelo psiquiatra e psicólogo suíço Carl G. Jung, um dos maiores pensadores da Psicologia Clínica (RAMOS, 2002).

Muito presente nas ideias de Carl G. Jung está a crítica à ciência de cunho positivista, que não dá devida importância a metafísica do ser. Empenhado em quebrar a polarização entre o conhecimento científico e religioso, Jung buscou em sua vida e obra levantar a possibilidade de interação e troca entre tais saberes, considerados, por vezes, contraditórios (RAMOS, 2002).

Jung interessou-se pela Psicanálise no ano de 1900 e se encontrou com Sigmund Freud pela primeira vez em 1907, tornando-se, desde então, um dos seus alunos mais proeminentes. Nomeado por Freud como “seu filho, seu príncipe herdeiro”, se tornou presidente da Associação Psicanalítica Internacional entre os anos de 1910 e 1914. Entretanto, Jung possuía ideias próprias que fugiam da Psicanálise Freudiana, e principalmente em razão destas, Freud rompeu sua relação profissional e pessoal com o mesmo em 1910, quando Jung já trabalhava em sua obra

“Metamorfoses e Símbolos da Libido” (RAMOS, 2002). Uma característica marcante que distingue a Psicologia Analítica de outras teorias da Psicologia, em especial da Psicanálise, se trata da diferença estabelecida entre inconsciente pessoal e inconsciente coletivo, pressuposto próprio da psicologia de Jung.

> O inconsciente pessoal surge a posteriori ao nascimento como resultado das experiências de vida do indivíduo (assemelha-se às noções de pré-consciente e inconsciente da Psicanálise). O inconsciente coletivo surge a priori ao nascimento. É herdado de forma psicológica e biológica, nasce com a criança. É, portanto, um material inato da psique. É formado pelos arquétipos, núcleos instintivos, passados de geração a geração (psíquica e biologicamente) (RAMOS, 2002, p. 114).

O conceito de arquétipo se trata, em essência, de um material inconsciente que, em consequência de sua conscientização, toma formas variantes influenciadas pela consciência individual na qual se expressa. Não são, portanto, determinados por seu conteúdo, e sim pelos formatos através dos quais se externam (JUNG, 2014). Ou seja, os arquétipos dão ordem a certos elementos da psique e com isto formam imagens, denominadas imagens arquetípicas ou representações arquetípicas. A procedência e o âmago destas permanecem ocultas, já que são de natureza inconsciente, mas é possível ter contato com as formas que estas tomam quando apresentadas ao consciente (JACOBI, 2017).

> Os conteúdos arquetípicos acompanham a estrutura psíquica do indivíduo na forma de possibilidades latentes, bem como de fatores tanto biológicos como históricos. Cada arquétipo é sempre atualizado de acordo com a vida exterior e interior do indivíduo e, ao receber forma, aparece na frente da câmera de consciência, ou como diz Jung, é “representado” diante da consciência (JACOBI, 2017, p. 60).

Alguns exemplos de arquétipos presentes de forma permanente no inconsciente humano, segundo a teoria da Psicologia Analítica, são a persona, a sombra, a anima, o animus e o self, sendo estes imprescindíveis de se tocar ao falar do processo de individuação (RAMOS, 2002).

A individuação se trata, em suma, do processo evolutivo do sujeito para tornar-se único de acordo com suas próprias singularidades e peculiaridades. Pode ser exemplificado como o ato de realizar-se naquilo que se é da forma mais original e íntima, ir de encontro com o si-mesmo. Não é, no entanto, um individualismo, já que "significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas

do ser humano; é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social" (JUNG, 2015, p. 60). Destaca-se aqui a forma arquetípica do mito do herói, em relação com o processo de individuação:

> [...] há uma tendência compensatória em nossa psique inconsciente para produzir um símbolo do si-mesmo em seu significado cósmico. Estes esforços ocorrem nas formas arquetípicas do mito do herói, como podem ser facilmente observados em todo processo de individuação (JUNG, 2014, p. 172).

Vale ressaltar por fim, que ao discorrer sobre a figura do herói não se aborda o arquétipo do herói em si, já que este não pode ser representado conscientemente, mas sim uma dentre suas várias representações possíveis (JUNG, 2013). Cabe esclarecer, portanto, que o presente artigo não trata do arquétipo do herói, mas da imagem arquetípica do herói.

2.2 Dialogando entre Jung e Campbell

Segundo Jung (2015) a singularidade mais íntima de uma pessoa pode ser entendida como “individualidade”. A individuação seria, portanto, um processo que torna única cada pessoa, faz com que cada um seja indivíduo. Nesta seção se propõe lançar um olhar junguiano especificamente sobre a individuação do herói. Joseph Campbell, proeminente mitólogo americano, dedicou parte de seus escritos para explicitar quão semelhantes são os protagonistas heroicos das religiões, dos contos de fadas, mitos e folclore das mais variadas culturas, em diferentes épocas da história, para enfim teorizar a respeito do tema *arquetípico* do herói, o que leva ao questionamento chave para o entendimento de como ocorre à individuação do herói.

> Ouvimos repetidamente a mesma história do herói de nascimento humilde, mas milagroso, provas de sua força sobre-humana precoce, sua ascensão rápida ao poder e à notoriedade, sua luta triunfante contra as forças do mal, sua falibilidade ante a tentação do orgulho *(hybris)* e seu declínio, por motivo de traição ou por um ato de sacrifício "heroico", onde sempre morre (HENDERSON, 2008, p. 142).

É extremamente importante salientar que cada fase do ciclo da história do herói contempla necessariamente uma etapa alcançada pelo desenvolvimento da consciência do ego do indivíduo. Portanto, fala-se apenas de um aspecto da individuação, e não dela como um todo. O mito do herói é a primeira etapa na diferenciação da psique, etapa em que o ego se diferencia do todo (HENDERSON, 2008).

Segundo Henderson (2008), o mito do herói e o rito de iniciação, são coisas distintas, uma vez que as figuras arquetípicas tipicamente descritas como heróis geralmente esforçam-se para, ambiciosamente, terem sucesso e aprovação, ainda que a custo da morte por sua hybris (orgulho, insolência, arrebatamento). Diferente da estruturação do ego na figura arquetípica do herói, na iniciação deve haver a renúncia de toda ambição e qualquer aspiração para então submeter-se a passagem.

Como visto em caráter introdutório, o que diferencia essencialmente a Psicologia Analítica da Psicanálise é a elaboração do conceito de inconsciente coletivo. Estando isto entendido, se pode passar a compreensão de como esse inconsciente coletivo pode se relacionar aos mitos, ou mais especificadamente ao mito do herói. Isso é claramente expresso na forma do sonho, sendo todo ele simbólico, como uma fábula da existência do sonhador e operando por meio de analogias.

Ocorre que o mito é como um sonho despersonalizado, não reflete figuras simbólicas individuais, mas sim a dinâmica da psique da humanidade como um todo. Partindo deste mesmo pressuposto, pode-se dizer também que o sonho é o mito personalizado e, portanto, reflete figuras simbólicas coletivas, mas distorcidas pelos problemas particulares de quem sonha (CAMPBELL, 1989).

> [...] parece se constituir de motivos mitológicos ou imagens primordiais, razão pela qual os mitos de todas as nações são seus reais representantes. De fato, a mitologia como um todo poderia ser tomada como uma espécie de projeção do inconsciente coletivo... Portanto, podemos estudar o inconsciente coletivo de duas maneiras: ou na mitologia ou na análise pessoal (Jung, 1986, p. 325).

Segundo Jung (1991), algo representado por imagens, experiências e vivências que incluem aspectos conscientes e inconscientes e que não seja totalmente conhecido pela consciência; pode ser chamado de “símbolo”. O intermédio entre as várias contradições das proposições filosóficas e oposições do sujeito, concretizadas na oposição da relação entre o inconsciente e consciente do indivíduo também é uma

façanha do símbolo. Esta oposição possui a propriedade de fazer com que uma ação inconsciente que se materializa de maneira simbólica, seja a forma da compensação da oposição, podendo-se, portanto, dizer que o símbolo toma a função essencial de equilibrar a psique em sua totalidade (JUNG, 1991, p. 903).

Segundo os escritos de Maffesoli (2004), como uma constante antropológica, o arquétipo é uma estrutura do inconsciente. Os símbolos, sendo originários desta estrutura, se apresentam como situações e temas corriqueiros da existência humana, tal como os ritos de passagem: nascimento, morte, casamento ou a própria luta pela sobrevivência. A objetividade da psique se mostra, em essência, pelas emoções, pelos impulsos e pelas imagens. O inconsciente, no entanto, realiza isso de maneira não racional. O vínculo entre as imagens e a realidade não são de causa e efeito, mas de similaridade, é a lógica analógica que aqui prevalece. Essas imagens apresentam descrições de quem nós verdadeiramente somos, de nossas situações internas. É assim que o inconsciente opera, por analogia de imagens (WHITMONT, 1991).

Não são atribuídos aos arquétipos conteúdos pré-determinados, eles atuam como sistemas parecidos na estrutura da mente humana que devem ser preenchidos com conteúdo de vivências individuais do sujeito, sujeito este que é social, cultural e histórico (SERBENA, 2010). Hillman (1992) afirma que a psique fabula, originando um discurso metafórico e criando a ideia de mito, algo de suma importância, já que essa é a linguagem essencial dos arquétipos. Partindo deste princípio, pode-se dizer, por exemplo, que a própria mitologia é uma invenção psicológica. Deste modo, o símbolo e o seu dinamismo possuem várias funções, investigando e exprimindo o sentido da aventura mítica do homem, lançado através do espaço e do tempo (Chevalier & Gheerbrant, 1989).

Ou seja, a possibilidade de fazer o vínculo entre a Psicologia Analítica e uma interpretação psicológica do mito, exposto aqui pelo filme, se dá através da interpretação dos símbolos que nele encontram-se. É possível perceber, na aventura mítica da jornada do herói, além dos conceitos já exprimidos, ademais conceitos e a relação entre esses e a realidade. Isto será evidenciado pela aplicação da teoria no filme.

2.3 Aquaman: A jornada

Da minutagem 00:00:31 à 00:05:32m, Thomas Curry avista uma mulher desacordada em meio aos rochedos durante um temporal. Ele percebe que a mulher não respira e está ferida, então a leva para casa. Após cuidar de seu ferimento e deixá-la descansar Thomas pergunta para a mulher em questão quem ela é. “Atlanna, rainha de Atlântida”, ela responde, e ele se apresenta como Tom, dono do farol. As cenas se adiantam e Atlanna aparece grávida, e logo em seguida segurando um bebê recém-nascido. Thomas sugere que ele receba o nome de Arthur, devido à lenda, justificando, “ele é um rei, não é?”. Atlanna responde, “ele é mais do que isso. É a prova viva de que os nossos povos podem coexistir. Ele pode unir nossos mundos um dia”.

Joseph Campbell (1989) aponta que raramente a representação do herói se dá através da imagem de meros seres humanos que vencem suas limitações, mas que existe uma predisposição a equipar os mesmos de poderes divinos e extraordinários desde seu nascimento ou, até mesmo, desde sua concepção. Isto pode ser visto denotado na origem de Arthur Curry, o futuro Aquaman, como explicitam as cenas acima descritas, demonstrando a natureza extraordinária de seu nascimento.

Dos 00:06:10 aos 00:09:15m, soldados atlantianos atacam a casa de Thomas, Atlanna e Arthur, alegando que o rei Orvax ordenou que ela volte para Atlântida. Atlanna derrota todos em combate, mas decide voltar para seu reino, pela segurança de sua família. A próxima cena mostra Atlanna se despedindo de seu companheiro e seu filho ao pôr do sol. A rainha diz, “eu vou voltar para vocês, quando for seguro. Um dia, bem aqui, ao nascer do sol”, pede que Tom garanta que Arthur não se esqueça dela, e pula ao mar.

De acordo com Von Franz (2008) o crescimento psíquico proporcionado pela aproximação do self permite que transpareça, aos poucos, uma personalidade cada vez mais madura e vasta. Tal crescimento, no entanto, não acontece por esforços conscientes, mas sim de forma natural, aparecendo assim constantemente em mitos, lendas e sonhos representado por uma árvore ou pelo sol, símbolos de um crescimento majestoso ainda que demorado. Enquanto ainda for inconsciente, a anima sempre será projetada. A primeira portadora da projeção da imagem da anima, para o homem, é sua mãe, em seguida, as mulheres que lhe despertarem sentimento,

sejam estes de cunho positivo ou negativo. Sabendo que a mãe é a primeira a carregar esta imagem, separar-se dela é de grande significado para a evolução inerente do processo de individuação, já que, como veremos a frente, o reencontro com esta imagem projetada em outra figura feminina também é necessário para o seguimento da individuação (JUNG, 2015). A partida de Atlanna, na cena descrita anteriormente, tem sua simbologia complementada pelo pôr do sol ao fundo, caracterizando o início do processo da busca pelo self de seu filho, Arthur.

> Para o primitivo não basta ver o Sol nascer e declinar; esta observação exterior deve corresponder - para ele - a um acontecimento anímico, isto é, o Sol deve representar em sua trajetória o destino de um deus ou herói que, no fundo, habita unicamente a alma do homem (JUNG, 2000, p. 18).

Na sequência de 00:22:49 à 00:25:08m, Thomas e Arthur se encontram num bar, bebendo e se divertindo. A televisão mostra a notícia de um resgate feito pelo "meta-humano chamado pela mídia social de Aquaman". Arthur nega seu envolvimento e seu pai o desmente, alegando que sabia que Vulko o havia treinado e que ele não conseguiria ficar afastado de seus poderes por muito tempo. Thomas alega que Atlanna sempre soube que Arthur era especial e que ela acreditava que ele uniria seus dois mundos. Arthur rejeita a ideia e pede que seu pai pare. Arthur continua bebendo e se divertindo com um grupo que estava no bar.

Durante a primeira etapa da vida do sujeito, anterior ao "chamado para a aventura", é possível observar os períodos Trickster, Hare, Red Horn e Twins, termos retirados da cultura dos Winnebagos. Neste momento, o indivíduo tem o foco em satisfazer apenas seus próprios desejos e apresenta certa infantilidade e futilidade (HENDERSON, 2008).

2.3.1. O reino de Atlântida

Dos 00:25:20m à 00:26:50m, o rei Orm se encontra com o rei Nereus no Conselho dos Reis para lhe propor uma aliança. Orm menciona os sete reinos do mar, dos quais dois caíram e um foi extinto, restando quatro: Atlântida, Xebel, Salmoura e o Reino dos Pescadores.

Os quatro reinos simbolizam a ordem entre todos os povos de Atlântida. O simbolismo numérico representa, do ponto de vista físico e psíquico, a ordenação do

mundo, cabendo ao número quatro a ideia da dupla unidade e da totalidade. Ele comporta a concepção de que a totalidade das coisas aparece sob o signo do quaternário e que essa totalidade é una em seu princípio (JUNG, 2014).

Da minutagem 00:30:10 à 00:31:58m, Arthur se depara com Mera pela primeira vez. A princesa diz que ele precisa ir com ela para Atlântida, pois seu meio irmão, Orm, está prestes a declarar guerra contra a superfície, o que causaria milhões de mortes, tanto humanas quanto atlantianas, porém ele recusa. Ela prossegue afirmando que Arthur é o filho primogênito da rainha Atlanna e que a única forma de parar esta guerra seria assumindo seu lugar de direito como rei.

Jung (2015) denota que é essencial para o processo de individuação que o sujeito entre em contato direto com sua anima, para que assim saiba diferenciar sua persona da mesma. Contudo, é impossível a diferenciação daquilo que não se conhece. O contato, para o homem em sua individuação, com a mulher que acolhe a projeção de sua alma possibilita que o mesmo vá ao encontro com sua própria feminilidade inconsciente, o aproximando assim cada vez mais de seu verdadeiro self.

Entre 00:33:46 à 00:36:25m, Arthur percebe uma grande onda se aproximando enquanto dirige com seu pai no banco carona. A onda atinge o carro e Arthur é jogado para longe do veículo. Enquanto Arthur nada à procura do carro Mera reaparece e usa seus poderes, facilitando o salvamento de Thomas. Arthur retira o pai do veículo e tenta reanimá-lo sem sucesso. Mera então oferece ajuda e retira a água dos pulmões de Thomas usando seus poderes.

Segundo Von Franz (2008), a figura da anima é vista frequentemente na forma de feiticeiras e sacerdotisas em mitos e lendas. Tais figuras dotadas de habilidades divinas, apesar de não necessariamente se prenderem ao gênero feminino, habitualmente aparecem na jornada do herói como “o auxílio sobrenatural” necessário para o desenvolvimento das potencialidades do mesmo (CAMPBELL, 1989).

De 01:04:34 a 01:08:23m, Mera entra em defesa de Arthur ao perceber que ele está prestes a ser vencido e morto por Orm. A dupla foge dos soldados e de Orm na nave de Mera. Atingidos por um tiro, Mera afirma, “nós não morremos ainda, mas eu espero que pensem que sim” e a dupla abandona a nave. Arthur usa seus poderes e a dupla se esconde dentro do ventre de uma baleia. Orm e os soldados veem a nave de Mera destruída e cessam a perseguição.

Segundo Henderson (2008), o tema da falsa morte na jornada do herói aparece

como o sacrifício necessário para a cura do orgulho cego, presente nos ciclos Winnebagos mencionados anteriormente. O renascimento proveniente deste momento em que o herói enfrenta o desconhecido e aparenta ter morrido é frequentemente acompanhado do símbolo do útero ou do ventre de uma baleia, tanto no conto de **Moby Dick**, como na fábula infantil de Pinóquio, pode-se observar essa relação entre o homem, a baleia e o renascimento. (CAMPBELL, 1989).

2.3.2. O caminho das aprovações

No intervalo de 01:15:30 à 01:35:15m, Arthur e Mera andam pelo deserto do Saara a procura de um antigo reino de Atlântida. Quando chegam ao chamado reino dos desertores, encontram um holograma do rei Atlan que os dá um enigma com instruções de onde está escondido seu tridente. Ambos vão para a Itália onde decifram o enigma e são atacados pelos soldados de Atlântida e pelo Arraia Negra, inimigo de Arthur. Uma batalha se inicia e no final Arthur e Mera saem vitoriosos, apesar de Arthur ficar gravemente ferido.

Vemos em Campbell (1989) que é chegado um momento em que o herói inicia uma caminhada cheia de desafios e enigmas. Geralmente, nas expressões narrativas, de maneira geral, esta é a parte que mais prende a atenção do público, é onde a aventura, de fato, ocorre. Pode-se ver diversos exemplos nas narrativas mitológicas tomando aqui como referência o famoso mito de Hércules, célebre herói grego, que em seus doze trabalhos precisou, constantemente, lidar com situações arriscadas. (FRANCHINI; SEGANFREDO, 2007). Atravessar um deserto árido que se opõem a paisagem aquática de Atlântida, desvendar um enigma e ficar próximo à morte. Jung mergulhará na sua própria escuridão e através da metáfora do deserto simbolizará a necessidade do autoconhecimento e o percurso para alcançá-lo, a simbologia fica ainda mais evidente quando se trata da maior dificuldade do homem, que é a de unir os opostos (JUNG, 2017). Arthur precisa, constantemente, lidar com a união entre os dois mundos, a terra e o mar, o mundo da consciência em que pertence e o mundo das profundezas oceânicas. No mito de Édipo e a esfinge também se pode ver o confronto com o enigma simbolizando o amadurecimento intelectual do herói que precisa de mais do que apenas o fortalecimento físico (FRANCHINI; SEGANFREDO,

2007).

Da minutagem 01:39:38 à 01:49:38m, os personagens Arthur e Mera enfrentam uma tempestade em alto mar, criaturas bizarras os atacam, uma batalha se inicia e Arthur pergunta a Mera o que eram aquelas coisas. Mera diz que eles haviam chegado no *Fosso*. Ambos pulam do barco com a ajuda de um sinalizador luminoso, atordoando as criaturas, mergulham até os limites das profundezas oceânicas. Ao chegarem ao limite das profundezas eles encontram um portal, um limiar, ambos passam pelo portal e chegam ao núcleo da terra. Nesse lugar exótico eles encontram Atlanna, a mãe de Arthur, que esteve exilada por todo esse tempo. Atlanna conta a Arthur que ali reside o Kraken, uma criatura poderosa que protege o Tridente de Atlan e que a criatura só deixaria o verdadeiro rei passar. Arthur teme seu destino e duvida de si mesmo. Atlanna e Mera dizem que ele é mais do que um rei, é um herói, não luta apenas por sua nação, mas sim por todos.

Vemos em Campbell (1989) que muitas mitologias em seu folclore falam sobre criaturas antigas e traiçoeiras, presenças que atuam como espécies de defensores e guardam os limites da esfera ou horizonte da vida do herói. O personagem, acompanhado das personificações da sua psique que vem o ajudando, chega então a um ponto crucial de sua aventura, o portal que o leva ao limiar. Estas regiões não desbravadas, repletas de criaturas animalescas e estranhas, simbolizam, na verdade, as projeções dos conteúdos inconscientes insuportáveis. Ao atravessá-las, encontram-se apenas trevas e um desconhecido perigo que lá sempre espreita. Jung (1986) irá se referir a essa travessia por "batalha pela libertação". Nessa travessia, que ocorre o primeiro conflito entre o ego e a sombra, no embate do homem de mentalidade primitiva para alçar voos sobre a consciência, vemos este conflito simbolizado pela batalha entre o herói arquetípico e os poderes cósmicos do mal, quase sempre personificados por monstros e criaturas do gênero (HENDERSON, 2008).

Segundo Von Franz (2008), quando se está perante a iminência de encarar a própria sombra fica-se desperto e envergonhado pelas tendências e impulsos que antes negava-se existir em si mesmo, e essa tarefa, como pode-se imaginar, não é de fácil realização. Trata-se do início de um lento e doloroso processo de busca por abdicação do antigo eu e autoeducação do personagem. Essa responsabilidade é naturalmente recusada, e faz com que o herói se veja incumbido pela tarefa de

retornar com o seu troféu para completar o círculo completo do monomito, levando agora o *símbolo da sabedoria* (ver-se-á isto mais adiante), de volta ao reino humano, onde a bênção alcançada pode servir à restauração de ambos os mundos (CAMPBELL, 1989).

Cabe aqui à analogia, bem como já explicitada no filme, entre o nome do personagem e a figura do Rei Artur, o lendário líder britânico que, assim como o personagem do filme, abdicou do antigo nome para assumir a responsabilidade de auto realização que se pôs diante dele.

2.3.3. O rei e o herói

De 01:49:38 à 01:54:40m, se pode ver a sequência que Arthur vai ao encontro do Kraken. Ao mergulhar mais profundamente, avista o instrumento empunhado por Atlan, mas, quando tenta alcança-lo é impedido pela criatura mítica. O Kraken o provoca e descobre poder se comunicar com o personagem. Ao perguntar quem ele era e se pensava ser digno, Arthur responde que não era ninguém e que sabia que não era digno, que estava ali para salvar aqueles que amava. A criatura diz que jamais nenhum homem havia conseguido tirar o tridente das mãos de Atlan e que se ele não conseguisse, ela o devoraria. Arthur retira o tridente, mostra ser digno e o verdadeiro rei.

Von Franz (2008) afirma que ao longo da trajetória do desenvolvimento da consciência pessoal, a representação arquetípica do herói serviu como a via simbólica através do qual o ego surgia vencendo a inércia do inconsciente e libertando o indivíduo, já amadurecido, do desejo regressivo de voltar à infância. Esse desejo é simbolizado aqui pelo mundo ordinário, o estado anterior ao início do monomito.

O embate representado em todas as histórias pelo confronto do herói com um monstro, geralmente colossal, mostra-se sendo a forma mais comum de evidenciar o tema arquetípico do triunfo do ego sobre as tendências regressivas. Esta etapa é a maior situação de crise da aventura e o herói precisa convencer-se de que sua sombra existe, e que é justamente dela que poderá absorver sua força. Em outras palavras, é apenas possível que o ego triunfe se antes fizer a assimilação ou subjugação dessa sombra (HENDERSON, 2008).

Nas diversas mitologias o herói ganhará a luta demonstrando a subjugação da sombra ou cederá ao monstro e, literalmente, dominará sua vontade, demonstrando a assimilação do mesmo, como ocorre com Aquaman. A sombra não é entendida como a totalidade da personalidade inconsciente, mas sim como os aspectos desconhecidos ou bem pouco conhecidos pelo ego, aspectos que podem ser, inclusive, qualidades e atributos criadores. Pode-se dizer, sob certo prisma, que a sombra possui o poder de, igualmente, constituir-se por fatores coletivos que surgem de um lugar fora da experiência individual (JUNG, 2014).

Henderson (2008) escreve que os símbolos de poder ou símbolos de sabedoria são todos os símbolos que representam na jornada do herói a luta para alcançar sua individuação. São assim chamados os símbolos que fornecem as vias através das quais os conteúdos do inconsciente podem penetrar no consciente e são também, eles próprios, uma expressão ativa desses conteúdos. Estão intimamente relacionados a necessidade de libertação do estado de imaturidade natural nos estágios anteriores da jornada do herói. Em outras palavras, estes instrumentos simbólicos dizem respeito a libertação do herói, ou a sua transcendência das formas restritivas da vida mundana, em todo o curso da sua progressão para estágios superiores ou mais amadurecidos da sua evolução. Encontramos, por exemplo, no Tridente, um símbolo dos mais significativos de expressão de aspectos, ideias e emoções de extremo poder. Quando esforçamo-nos para compreender este instrumento tão simbólico, confrontamos não somente com o próprio símbolo como com a totalidade do contexto que o produziu, e neste todo está incluído o estudo do universo cultural (JUNG, 2008).

Na Índia, o tridente é considerado o Emblema de Shiva, o Deus supremo do Hinduísmo, representando a força e a união. Já no ocidente é emblema de Poseidon, deus da mitologia grega, representando a inconstância, posto que quando fincado na terra possuía o poder de instituir mares calmos ou agitados (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1998). Neste caso, o tridente, efetivamente, é o símbolo mais apropriado para representar o poder de Aquaman. Representa o caráter particular de uma soberania que funciona através de um meio mágico, isto é, de um instrumento capaz de trazer a harmonia e a evolução sobre todas as criaturas marinhas. A partir daqui o herói possui o poder para mudar o rumo da sua aventura.

2.3.4. A terra e o mar são um só

Da minutagem 02:07:10 à 02:10:10m, Arthur, ao derrotar seu irmão, nega a lei de Atlântida e prova não pertencer a um ou a outro reino, mas sim a ambos. A luta, já decidida, sofre a intercessão de Atlanna que diz ao seu irmão que a terra e o mar são um só, conjurando os opostos e selando o matrimônio entre a terra e o mar. Mera e Arthur se juntam e Arthur assume seu lugar como o rei que trará a paz, servindo de ponte entre os dois mundos.

Jung (2015) diz que para ocupar o lugar dos pais, a mulher representará na vida do homem a influência mais próxima a ele. Já que todas as influências do inconsciente são poderosamente ferozes, para se implementar o progresso em sua natureza interior ele precisa, como requisito, visar as influências da anima. Essa adaptação resultará da concessão entre os dois mundos. O indivíduo vê a importância das demandas de seu mundo interno e de seu mundo externo, melhor dizendo, dará conta do conflito que existe entre ambos, procedendo de acordo com o possível e com o necessário. A conjunção dos opostos, representada pelo casamento simbólico com a rainha do mundo, é análoga no esquema do mundo interno do herói ao domínio total de sua vida. Todos os testes até então vivenciados simbolizaram as crises de percepção por meio das quais sua consciência foi amplificada e preparada para sua experiência última, a união inevitável com a oposição complementar (CAMPBELL, 1989).

Segundo Von Franz (2008), se ao final a pessoa se junta à sua anima de forma a não permitir se identificar parcialmente com ela, o inconsciente mudará o seu atributo predominante e se transformará numa nova forma simbólica, a parte mais profunda da psique, e a esta representação é dada o nome de Self. Desta totalidade da psique surgirá a consciência individualizada do ego, o homem passa então a se identificar com sua própria figura. Todos, em essência, possuem no âmago de seu ser um sentimento de totalidade, isto é, o sentido mais poderoso e completo do Self.

Pode-se concluir dizendo que na mente os estágios da aventura sempre virão em destaque nos sonhos e nas alucinações, aparecendo sempre nos consultórios da psicologia profunda. Muitas camadas de ausência de autoconhecimento são penetradas, e o analista executa o papel de auxiliar, de sacerdote iniciatório. A aventura se desenvolve para todos, seguindo basicamente a mesma trilha aqui

evidenciada. Haverá trevas, horror, desgostos e temores, mas também haverá autoconhecimento, o sentido mais profundo da vida humana que leva a tudo que é transcendental. Não existe nada de transitório, todos os processos psicológicos de todos os que viveram até hoje, desde o início dos tempos, continuam oferecendo o sentimento íntimo inenarrável da continuidade infinita presente no inconsciente coletivo. O si-mesmo (Self), sendo o núcleo de todo sistema vivo, não contém somente o sedimento e a soma de tudo já vivido, dos mitos antigos, as conquistas tecnológicas, como também é o início de tudo que pode acontecer (JUNG, 2015).

3. Considerações finais

É por meio da utilização de imagens mitológicas primitivas, hoje retratadas sob a forma de livros, filmes, desenhos e quadrinhos, que se representam as situações da vida com as quais todos os seres humanos se deparam ao longo de sua existência, todas as lutas, frustrações e conquistas do herói moderno. As mais diversas formas que se encontram nos arquétipos proporcionam a identificação da influência que os símbolos possuem na estruturação da psique humana e a forma como o longo e árduo caminho de provas direciona o indivíduo ao encontro com o Self.

A pergunta que fica é se ao atribuir menos valor hoje aos ritos, aos mitos e as formas simbólicas primitivas, estes se apresentam ainda mais emergidos no inconsciente, ou se eles permanecem exercendo a mesma influência sobre a psique que nos tempos antigos. Que influência estas possíveis alterações podem ter na caminhada de autoconhecimento ou processo terapêutico do sujeito?

Os símbolos estão por toda parte, mas quando são identificados, surpreende-se com a descoberta como se fosse algo totalmente novo. Basta um olhar mais atento para perceber que eles se encontram hoje sob formas inteligíveis traduzidas por conceitos modernos. Um filme, por exemplo, contém os mesmos símbolos que os mitos e rituais antigos, embora seja necessário um olhar mais aguçado para identificá-los.

4. Referências

AQUAMAN. Direção: James Wan. Produção: Peter Safran, Rob Cowan. Intérprete: Jason Momoa. Roteiro: Will Beall, David Leslie. Fotografia de Don Burgess. EUA: Warner Bros. Pictures, 2018. DVD.

CAMPBELL, Joseph John. **O herói de mil faces**. 14. ed. São Paulo: Pensamento, 1989. 416 p.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. 24ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. 1036 p.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. A. **As 100 melhores histórias da mitologia**: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007. 450 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância).

HENDERSON, J. L. Os mitos antigos e o homem moderno. *In*: JUNG, C. G. (org.). **O homem e seus símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. cap. 2, p. 133-206.

HILLMAN, J. (1992). **Psicologia arquetípica**. São Paulo: Cultrix

JACOBI, J. **Complexo, Arquétipo e Símbolo na Psicologia de C. G. Jung.** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JUNG, C. G. (1986). **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1924).

JUNG, C. G. (1991). **Tipos Psicológicos**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1949).

JUNG, C. G. **A Natureza da Psique.** 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

JUNG, C. G. Chegando ao Inconsciente. *In*: JUNG, C. G. (org.). **O homem e seus símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. cap. 1, p. 15-132.

JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 196

JUNG, C. G. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

JUNG, C. G. **Aion: Researches into the Phenomenology of the Self**. 2. ed. New York: Princeton University Press, 2014. 353 p. v. 9.

JUNG, C. G. **O Livro Vermelho**: liber novos. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 374 p.

MAFFESOLI, M. (2004). **Parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna**. Rio de Janeiro: Record.

RAMOS, L. M. A. **Apontamentos Sobre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung.** Educação Temática Digital – Revista da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, n. 1, p. 110-144, 2002.

SERBENA, Carlos Augusto. **Considerações Sobre o Inconsciente: Mito, Símbolo e Arquétipo na Psicologia Analítica**. Revista da Abordagem Gestáltica, [*s. l.*], v. XVI, ed. 1, p. 76-82, jan-jul 2010.

VON FRANZ, M. L. O processo de Individuação. *In*: JUNG, C. G. (org.). **O homem e seus símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. cap. 3, p. 207-308.

WHITMONT, E. (1991). **A Busca do símbolo: conceitos básicos de psicologia analítica**. São Paulo: Cultrix.

Linha de Pesquisa II: Gestão de Negócios, Economia e Mercados

OS BENEFÍCIOS DA FUSÃO E AQUISIÇÃO NO RAMO EMPRESARIAL

THE BENEFITS OF MERGERS AND ACQUISITIONS IN THE CORPORATE SECTOR

LOS BENEFICIOS DE LAS FUSIONES Y ADQUISICIONES EN EL SECTOR EMPRESARIAL

Josmailton da Silva Valeriote Machado [1]
Aline Fernandes Lourenço [2]
Clodoaldo Sanches Fofano [3]
Tafarel Eugênio Rodrigues Toledo [4]
Ari Gonçalves Neto [5]

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo discutir o custo benefícios nas fusões e aquisições de uma empresa, alterando seu posicionamento no mercado para que se torne mais competitiva. Diante do cenário econômico do país, as empresas procuram soluções para se manterem vivas e competitivas no mercado, em razão disso, as organizações não medem esforços para atrair e reter seus clientes, para isso elas tentam reduzir a concorrência, aumentar o crescimento, adquirir novos talentos, procuram diversificar o portfólio de produtos ou serviços, entre outros. Porém existem alguns pontos negativo quando este tipo de processo ocorre, como o posicionamento de mercado confuso, que provocam diferenças na cultura corporativa, demissões, e colaboradores quem encontram dificuldade de aceitar a nova gestão. Metodologicamente, este estudo é estruturado por meio de revisão bibliográfica de base qualitativa que tem por intenção expor algumas etapas do processos de fusão e aquisição das empresas dentro do processo legal, e à abordagem das empresas no que diz respeito aos impactos sentidos pelos empregados e as ações implementadas para amenizar os impactos. Para que o processo se concretize e tenha sucesso, as empresas precisam de um maior conhecimento sobre as atividades exercidas por elas, de forma que tenham total conhecimento do capital empregado e da concorrência na área em que atuam, só assim saberão contornar os problemas financeiros e econômicos que podem vir após a conclusão da fusão e aquisição, e evitar o fracasso precoce do processo.

Palavras-chave: Fusões e aquisições. Custo e benefícios. Competitividade.

ABSTRACT

This research aims to discuss the cost benefits of a company's mergers and acquisitions, changing its positioning in the market so that it becomes more competitive. In view of the country's economic scenario, companies are looking for solutions to stay alive and competitive in the market. As a result, organizations make no effort to attract and retain their customers, for this they try to reduce competition, increase growth, acquire new ones. talents, seek to diversify the portfolio of products or services, among

[1] Graduado em Ciências Contábeis (UNIFSJ). Contato: valleriote20@gmail.com.
[2] Graduada em Ciências Contábeis (UNIFSJ). Contato: alinelourencocontabeis@gmail.com.
[3] Doutorando em Cognição e Linguagem (UENF). Contato: clodoaldosanches@yahoo.com.
[4] Especialização em Direito Tributário (UCAM). Contato: tafarel@fsj.edu.br.
[5] Doutorando em Cognição e Linguagem (UENF). Contato: arigneto@gmail.com

others. However, there are some negative points when this type of process occurs, such as the confused market positioning, which cause differences in corporate culture, layoffs, and employees who find it difficult to accept the new management. Methodologically, this study is structured by means of a bibliographic review with a qualitative basis that intends to expose some stages of the merger and acquisition processes of companies within the legal process, and to the approach of companies with regard to the impacts felt by employees and companies actions implemented to mitigate impacts. For the process to take place and be successful, companies need greater knowledge about the activities performed by them, so that they have full knowledge of the capital employed and the competition in the area in which they operate, only then will they be able to circumvent financial problems and costs that may come after the completion of the merger and acquisition, and avoid early failure of the process.

Keywords: Mergers and acquisitions. Cost and benefits. Competitiveness.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo discutir los costos-beneficios de las fusiones y adquisiciones de una empresa, cambiando su posicionamiento en el mercado para que sea más competitiva. Ante el escenario económico del país, las empresas buscan soluciones para mantenerse vivas y competitivas en el mercado, por lo que las organizaciones no hacen ningún esfuerzo por atraer y retener a sus clientes, para ello buscan reducir la competencia, incrementar el crecimiento, adquirir nuevos talentos, buscan diversificar el portafolio de productos o servicios, entre otros. Sin embargo, existen algunos puntos negativos cuando se da este tipo de procesos, como el posicionamiento confuso en el mercado, que provocan diferencias en la cultura corporativa, despidos y empleados que tienen dificultades para aceptar la nueva gestión. Metodológicamente, este estudio se estructura mediante una revisión bibliográfica con base cualitativa que pretende exponer algunas etapas de los procesos de fusión y adquisición de empresas dentro del proceso legal, y al abordaje de las empresas frente a los impactos que sienten los empleados y las empresas acciones implementadas para mitigar impactos. Para que el proceso se lleve a cabo y sea exitoso, las empresas necesitan un mayor conocimiento sobre las actividades que realizan, para que tengan pleno conocimiento del capital empleado y la competencia en el área en la que operan, solo así podrán sortear problemas financieros y costos que puedan surgir después de la finalización de la fusión y adquisición, y para evitar el fracaso temprano del proceso.

Palabras clave: Fusiones y adquisiciones. Costo y beneficios. Competitividad.

Introdução

Com a globalização a busca por sinergia, algumas empresas optam pelas aquisições para crescimento, por se tratar de uma estratégia mais rápida e com menos riscos quando comparada com o crescimento orgânico da companhia, outras escolhem a fusão para formarem uma nova companhia e **aumentar a eficiência operacional** produzindo mais e gastando menos. Porém isso dependerá da estratégia das companhias no momento da aquisição, venda ou fusão das empresas. Sugerem Camargos e Barbosa (2010) que esse tipo de transação ocorre a fim de buscar a maximização da riqueza dos acionistas e também da utilidade gerencial; não necessariamente sinergias, mais também diminuir a concorrência. As transações de fusão e aquisição podem aumentar o crescimento da companhia, a exploração de novos mercados internos ou externos, para defender-se de aquisições, ampliação do portfólio de serviços e até mesmo na busca por lucros mais elevados.

Nesse sentido, após conclusão da operação de fusão e aquisição, identifica-se vários benefícios para as empresas, porque a participação de mercado das duas companhias juntas, alcançam uma marca gigantesca no mercado em que atuam, porém isso demanda maior tempo e, em geral, maior investimento financeiro, mais muitas vezes necessários para crescimento da companhia.

Entretanto, existem alguns pontos negativos quando esse tipo de processo ocorre, como por exemplo, um posicionamento de mercado um pouco confuso, de maneira que haja diferenças na cultura corporativa, demissões, e colaboradores podem ter dificuldade de aceitar a nova gestão.

O objetivo geral deste estudo é discutir o custo benefícios nas fusões e aquisições de uma empresa, alterando seu posicionamento no mercado para que se torne mais competitiva em vários aspectos econômicos. Como objetivos específicos, pretende-se: 1) Apresentar as etapas do processo de fusão e aquisições nas empresas; 2) Apontar as ações implementadas para amenizar os impactos negativos da fusão e aquisições nas empresas; 3) Demonstrar a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica **(**CADE) no controle das fusões e aquisições de empresas. Nesse sentido, com a intenção de alcançar tais objetivos, levantou-se a seguinte questão-problema: Qual o custo benefícios de se fazer fusões e aquisições de uma empresa?

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a revisão bibliográfica, de base qualitativa, que se constitui do acervo bibliográfico científico de contribuições sobre o determinado tema. De posse desse material, são estabelecidas considerações pertinentes à proposta em estudo (LAKATOS; MARCONI, 2009).

Pesquisas assim são necessárias para demonstrar as etapas de fusão e aquisições das empresas dentro do processo legal. Vale ressaltar que a busca por ganhos de sinergia dependerá da estratégia das companhias no momento da aquisição ou fusão das empresas, no aumento da participação de mercado das vendas e na forma que será conduzida a empresa para que não ocorra um posicionamento de mercado confuso, diferenças na cultura corporativa, demissões, ou até mesmo colaboradores com dificuldade em aceitar a nova gestão.

Três seções compõem este artigo: A primeira apresenta as etapas do processos de fusão e aquisições nas empresas. A segunda aponta os impactos negativos das fusão e aquisições nas empresas. A terceira demonstra a atuação do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE no controle das fusões e aquisições de empresas.

1. As etapas do processos de fusão e aquisições nas empresas

Segundo Camargos e Barbosa (2010), são vários os fatores que motivam uma decisão de aquisição ou fusão de empresas. Sendo assim, a etapa inicial para um processo de F&A é a motivação, porque é por meio desta que nasce a validade e a sondagem de empresas que se enquadram dentro do perfil esperado. Assim, de acordo com Caixeta,

> Vários motivos impulsionam o processo de aquisição: estratégicos, econômicos, conjunturais, estruturais, entre outros. Dentre as razões que geram o interesse nas aquisições podem ser citadas: aumentar o poder de mercado, transpor barreiras à entrada, custos de desenvolvimento de novos produtos e comercialização mais rápida, menor risco se comparado ao desenvolvimento de novos produtos, maior diversificação, reformulação do escopo competitivo da empresa, aprender e desenvolver novas capacitações (CAIXETA, 2010, p. 4).

No entendimento de Barros (2003), a motivação dos acionistas está diretametne ligado ao aumento do valor, enquanto que a motivação do corpo diretivo está relacionada ao mercado, ou seja, aumento da fatia de mercado (*market share*), resultando em sucesso para a direção da empresa.

1.1 Análise

De acordo com Lindgren e Spangberg (1981) e Shelton (1988) citados por Tanure e Cançado (2005), este momento é configurado pela busca da criação de valor em potencial, por meio da sinergia, partindo-se do pressuposto de que a empresa adquirida irá contribuir estratégica ou financeiramente para a adquirente, o vendedor vai atrás de um potencial comprador ou o comprador analisa a possibilidade de contato com o vendedor. Esta fase é que dá origem a todo o processo, por isso, não deve ser feito de forma amadora. É preciso elaborar um documento chamado *Teaser* que será utilizado para divulgar a oportunidade de investimento. O material resume as informações e preserva a identidade da empresa.

Quando há interesse em saber mais sobre o negócio, a empresa interessada deve formalizar uma **carta de intensão (*Letter of intente* – LOI)**, em que demonstra o desejo de seguir para os próximos passos. Lodo depois, outro documento é essencial, o **acordo de confidencialidade (*Non Disclosure act* – NDA).** Este documento garante que as informações sigilosas da empresa não sejam divulgadas pelo potencial comprador. Portanto, tais documentos são essenciais para uma trajetória profissional e transparente no processo de fusão e aquisição.

1.2 Preparação

Na concepção de Ross, Westerfield e Jaffe, (1995), processos de fusão e aquisição acontecem por razões estratégicas, por motivos financeiros ou mesmo por ambos. As fusões estratégicas abarcam a fusão de empresas a fim de atingir economias de escalas por meio de eliminação de funções redundantes, aumento da participação de mercado e melhora das fontes de matérias-primas e dos canais de distribuição. Já as fusões financeiras envolvem a aquisição de empresas que podem ser reestruturadas para melhorar o fluxo de caixa, por meio de cortes drásticos de custos e vendas de ativos improdutivos ou não compatíveis.

Depois que o acordo de não-divulgação (**NDA)** é assinado, inicia-se as negociações propriamente ditas. O próximo passo é a realização de um trabalho de avaliação de empresas que consiste em determinar em valor justo dos ativos (*Valuation)*. Assim, com o acordo no valor do negócio já definido para as duas partes, ainda existe processo de investigação de uma oportunidade de negócio que o investidor deverá aceitar para poder avaliar os riscos da transação, o *Due Diligence*.

Após a superação das etapas anteriores, surge o momento de formalizar o processo até a presente instância. Portanto, trata-se de um **memorando de entendimentos (*Memorandum of undertanding* – MOU).** O objetivo é fixar os pontos já entendidos e os prazos para as duas partes.

1.3 Acordos societários

De acordo com a Cartilha de Fusões e Aquisições do Instituto Mineiro de Mercado de Capitais (IMMC),

> Dentro do conceito amplo de Fusões e Aquisições, tratando especificamente das operações de aquisição de participação societária, diversos são os fatores que influenciam a sua estrutura. [...]. No que diz respeito ao percentual da participação adquirida, as operações podem ser classificadas em: (i) aquisição de controle; e (ii) aquisição de participação minoritária. Por sua vez, as aquisições de controle podem ser divididas em: (i) aquisição de 100% do capital social; e (ii) aquisição de participação societária (inferior a 100% do capital social) que confira à compradora poder de controle. Esta cartilha aborda os principais aspectos das operações de aquisição de controle (“Operação” ou “Operações”) (IMMC, p. 5).

Quando a compra não é de 100% da empresa, faz-se necessário a reorganização societária. Por isso ela pode ser considerada uma etapa do processo de fusão e aquisição. Nesse sentido, entre as questões a serem debatidas nessa fase estão: como será feita a eleição dos administradores; as deliberações da companhia; dividendos; transferências de participações societárias; retirada; exclusão, entre outros fatores, esse processo acontece para que as regras sejam claras para todos os envolvidos.

1.4 Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

No caso de fusões e aquisições de grandes empresas, o processo precisa ser submetido ao CADE pela Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011). Nesta fase é analisado se não há atos de concentração econômica e com isso a formação de monopólio. A participação de mercado das empresas envolvidas na operação; se há existência ou não de rivalidade por parte dos concorrentes; além de outros aspectos relacionados ao setor em análise. De acordo com Souza e Coutinho, (2013), o CADE zela pela preservação da concorrência, objetivando, entre outros quesitos, diversidade e qualidade de produtos e serviços prestados ao consumidor.

1.5 Fechamento

Segundo Araujo (2019), existem dois documentos comuns a todas as operações de fusão, cisão ou incorporação: o protocolo e a justificativa (ou justificação). Vale destacar que ambos os documentos são imprescindíveis às operações de fusão e cisão, conforme estabelecem os art. 224 e 225 da Lei das Sociedades por Ações, in verbis: Como estabelecem os arts. 224 e 225 da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

> **Protocolo**
>
> **Art. 224.** As condições da incorporação, fusão ou cisão com incorporação em sociedade existente constarão de protocolo firmado pelos órgãos de administração ou sócios das sociedades interessadas, que incluirá: **I** - o número, espécie e classe das ações que serão atribuídas em substituição dos direitos de sócios que se extinguirão e os critérios utilizados para determinar as relações de substituição; **II** - os elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, no caso de cisão; **III** - os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data a que será referida a avaliação, e o tratamento das variações patrimoniais posteriores; **IV** - a solução a ser adotada quanto às ações ou quotas do capital de uma das sociedades possuídas por outra; **V** - o valor do capital das sociedades a serem criadas ou do aumento ou redução do capital das sociedades que forem parte na operação; **VI** - o projeto ou projetos de estatuto, ou de alterações estatutárias, que deverão ser aprovados para efetivar a operação; **VII** - todas as demais condições a que estiver sujeita a operação. **Parágrafo único**. Os valores sujeitos a determinação serão indicados por estimativa.
>
> **Justificação**
>
> Art. 225. As operações de incorporação, fusão e cisão serão submetidas à deliberação da assembléia-geral das companhias interessadas mediante justificação, na qual serão expostos: I - os motivos ou fins da operação, e o interesse da companhia na sua realização; II - as ações que os acionistas preferenciais receberão e as razões para a modificação dos seus direitos, se prevista; III - a composição, após a operação, segundo espécies e classes das ações, do capital das companhias que deverão emitir ações em substituição às que se deverão extinguir; IV - o valor de reembolso das ações a que terão direito os acionistas dissidentes (BRASIL, 1976, n.p.).

Contudo, tais documentos tratam de contratos firmados previamente pela administração ou diretoria das empresas envolvidas na operação societária do

negócio, com seus elementos essenciais e discrições específicas, bem como a justificativa da opção da administração pelo fechamento da respectiva operação.

2. Os impactos negativos da fusão e aquisições nas empresas

Após a conclusão do processo de fusão e aquisição, os conglomerados podem alocar mal o capital. A combinação entre empresas é capaz de provocar a deturpação de valores, caso os administradores não tiverem versatilidade necessária para transpor recursos entre estas empresas para auxiliar linhas de negócios deficitárias que de outra forma seriam fechadas.

É provável que um subsídio deste tipo ocorra se a alta administração da empresa estiver relutante em cortar empregos ou apresentar outras razões para manter um negócio deficitário em operação. As fusões podem reduzir informações contidas no preço das ações. Quando duas empresas promovem uma fusão, existe geralmente uma ação a menos negociada no mercado. Isto pode criar um custo se o preço das ações transmite informações que ajudam os administradores a distribuir recursos (TITMAN; GRINBLATT, 2005).

No Brasil, por exemplo os casos de F&A que impactaram negativamente na vida do consumidor são: AMBEV – junção das principais marcas de cerveja do Brasil, Antártica e Brahma – que gerou uma redução de competitividade e aumento de preço dos produtos fornecidos pela cervejaria ou a *BR Foods* – fusão da Sadia S.A. e a Perdigão S.A. – que acarretou a suspensão temporária entre dois a cinco anos de algumas marcas conhecidas do consumidor, como a Perdigão e Batavo.

Atualmente, um dos mercados que mais possui reclamações junto ao Procon, é o de Telefonia, Internet e TV a cabo, que está passando por intensos processos de F&A. Recentemente a junção das marcas Claro, Embratel e NET, do grupo mexicano América Móvel. Dessa forma podemos ver como os consumidores podem ser afetados diretamente por meio desses processos de F&A.

A fim de diminuir o impacto negativo da fusão e aquisições nas empresas, o CADE atua para **proibir atos de concentração que impliquem** em supressão da concorrência na parte principal relevante do mercado de bens e serviços, de maneira que se crie e reforce a posição de domínio de mercado (monopólio).

Diante disso, é importante destacar que ocorre exceção a essa regra de proibição de tais atos se eles: aumentarem a produtividade ou a competitividade, melhorarem a qualidade de bens ou serviços, ou propiciarem eficiência e desenvolvimento tecnológico ou econômico; e que sejam repassados aos consumidores parte relevante dos benefícios decorrentes.

3. A atuação do CADE no controle das fusões e aquisições de empresas

Conforme Souza e Coutinho, (2013) o CADE exerce o controle sobre os efeitos negativos e positivos, além do bem-estar econômico que derivam de economias de escala, de escopo, de redução de custos de transação, de combinação, entre outros. Tais controles conseguem ao mesmo tempo proporcionar vantagens competitivas para as empresas participantes e também trazer benefícios de qualidade e preço para os consumidores.

Os efeitos negativos decorrem de um eventual exercício de preponderância de poder de mercado pela empresa concentrada, o que prejudica a livre ação e constância de competidores no mercado, e consequentemente favorece um aumento de preços arbitrários, ou uma diminuição na qualidade dos serviços/produtos. Por isso se faz necessária a atuação estatal no controle dessas condutas, com o fim de minimizar os efeitos negativos de tais processos. No Brasil, o responsável no setor público por tal controle é o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), composto:

> - pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e
> - pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o qual, por sua vez é constituído:
> - pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, o qual julga os processos administrativos, aplicando as devidas sanções, e analisa as operações, fixando, quando entender conveniente e oportuno, acordos em controle de atos de concentração, e,
> - pela Superintendência-Geral, a qual realiza análise e instrução de atos de concentração e investigação de condutas anticompetitivas, e
> - pelo Departamento de Estudos Econômicos (BRASIL, 2011, n.p.).

A **Lei de concorrência - Lei Nº 12.529, de 30 de novembro de 2011,** que substituiu a Lei **Nº 8.884, de 11 de junho de 1994,** que regula o SBDC. Esta lei trata sobre "[...] a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica,

orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.”. Sendo assim, a referida lei traz alterações principalmente no aspecto institucional, e no julgamento dos atos de concentração (BRASIL, 2011, n.p.).

Um dos casos que repercutiu no mercado foi a possível Fusão entre *Kroton* e Estácio na qual união formaria uma gigante empresa de 1,5 milhão de alunos matriculados e 25% de participação no mercado de ensino superior privado no Brasil. Após identificar um problema grave de concentração de mercado com a pretendida operação, a Superintendência-geral do CADE decidiu não aprovar a Fusão entre as duas empresas.

Ainda, cabe salientar que ocorreram reprovações de outros casos, como a compra da Condor Pincéis pela Tigre, da *Solvay* pela *Braskem*, da *Doux Frangosul* pela BRF, do Hospital Regional de Franca pela Unimed, da *Mangels* Industrial pela *Armco Staco*, e de duas participações na Cimpor Cimentos de Portugal pela Votorantim.

Assim, como se percebe, a atuação do CADE no controle das fusões e aquisições das empresas torna-se necessário para que não haja monopólio empresarial, de forma que prejudique os consumidores diretamente por meio deste processo.

Considerações finais

Mediante uma revisão sistemática, o objetivo central deste trabalho foi discutir o custo benefícios nas fusões e aquisições de uma empresa, ao alterar o seu posicionamento no mercado para que se torne mais competitiva. Além de apontar as principais causas do processo de fusão e aquisição das empresas, as vantagens e os impactos causados após o processo e a atuação dos órgãos de defesa do consumidor na fase em que é analisado se não há atos de concentração econômica de formação de monopólio, a criação de valor em potencial, por meio da sinergia.

Logo, a empresa adquirida irá contribuir estrategicamente ou financeiramente, isto porque o acordo no valor do negócio já definido para as duas partes trará benefícios para a adquirente, de forma que exista um processo de investigação de uma oportunidade de negócio que o investidor deve aceitar para poder avaliar os riscos da transação e os **acordos societários** quanto a compra da empresa.

Mesmo com toda dedicação que os empresários têm pela empresa, e com todo trabalho exercido no processo para tentar concretiza a F&A, muitas vezes os planos são desfeitos devido a várias falhas gerenciais ou até mesmo pelo **Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** – SBDC.

Referências

ARAUJO, A. de A. O contrato preliminar e a natureza jurídica dos protocolos nas operações de fusão, cisão e incorporação. Trabalho monográfico (Graduação em Direito) Universidade Federal de Pernambuco, Permambuco, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/opsFR>. Acesso em 03 out. 2020.

BARROS, B. T. **Fusões e aquisições no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 de dez. 2011. Disponível em: < encurtador.com.br/uvxWZ> Acesso em: 03 de out. 2020.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Anteprojeto de reformulação da Lei n. 6.404/76**. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2020.

_____, Lei 12.529/2011: **Lei do sistema brasileiro de defesa econômica**. Disponível em:<encurtador.com.br/hjkvF>. Acesso em: 03 out. 2020.

CAMARGOS, M. A. de; BARBOSA, F. V. Fusões, aquisições e takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas. **REGE Revista de Gestão**, v. 10, n. 2, 2010.

CAIXETA, R. P. **O processo de Fusão e Aquisição (F&A): um estudo de caso em uma Micro e Pequena Empresa (MPE).** ENEO (2010) FLORIANÓPOLIS/ SC. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo215.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IMMC). Cartilha de Fusões e aquisições**,** 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/fosJ6>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**: *corporate finance*. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, A. G. R. de; COUTINHO, A. L. V. A atuação do CADE no controle das fusões e aquisições de empresas. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3669, 18 jul. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24960>. Acesso em: 01 nov. 2020.

TANURE, Betania; CANÇADO, Vera L. Fusões e aquisições: aprendendo com a experiência brasileira. RAE-revista de administração de empresas, v. 45, n. 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: <encurtador.com.br/gRZ56>. Acesso em 03 out. 2020.

TITMAN, S.; GRINBLATT, M. **Mercados financeiros e estratégia corporativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BITCOIN: FUNCIONAMENTO E CARACTERÍSTICAS PECULIARES

BITCOIN: OPERATION AND PECULIAR CHARACTERISTICS

BITCOIN: FUNCIONAMIENTO Y CARACTERÍSTICAS PECULIARES

Vitor Queiroz de Paula[1]

Thays de Oliveira Nogueira[2]

Clodoaldo Sanches Fofano[3]

Fabio Machado de Oliveira[4]

Liessando Ribeiro Fernandes[5]

RESUMO

Ao longo de muitos anos, a moeda passou por alterações de modo que com tempo foi adquirindo aperfeiçoamento de forma em que a população tinha como objetivo realizar trocas comerciais em um livre-comércio. Com o avanço da tecnologia e das necessidades de mercados novas ferramentas e sistemas surgiram, dentre eles as moedas digitais, em especial o *Bitcoin*. Diante desse mercado novo e desconhecido, muitos investidores utilizam essa forma de transação financeira diferenciada que pode gerar impactos econômicos, uma vez que tal moeda digital não necessita de bancos ou grandes corporações para ser movimentada. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o funcionamento e as características peculiares do *Bitcoin* como primeira moeda digital. Metodologicamente, este estudo é estruturado por meio de pesquisa bibliográfica de base qualitativa, foram utilizados artigos científicos, livros de modo a possibilitar o aprofundamento temático. Por fim, infere-se que o *Bitcoin* vem ganhando destaque, no campo virtual e real da sociedade global, desde sua criação até o período atual. Assim, torna-se válido analisar o seu funcionamento e características, de forma que se evidencie benefícios no que diz respeito a investimentos, utilização para compra e venda.

Palavras-chave: *Bitcoin*. Funcionamento. Moeda digital.

ABSTRACT

Over many years, the currency has undergone changes so that over time it has been improving in a way that the population had as objective to carry out trade in a free trade. With the advancement of technology and market needs, new tools and systems have emerged, including digital currencies, especially Bitcoin. In view of this new and unknown market, many investors use this form of differentiated

[1] Graduado em Ciências Contábeis -UNIFSJ.
[2] Graduada em Ciências Contábeis-UNIFSJ.
[3] Doutorando em Cognição e Linguagem (UENF). Docente na UNIFSJ. Contato: clodoaldosanches@yahoo.com.br.
[4] Pós-Doutor em Cognição e Linguagem (UENF).
[5] MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e Liderança. Docente no Centro Universitário São José.

financial transaction that can generate economic impacts, since such digital currency does not need banks or large corporations to be operated. This research aims to analyze the operation and peculiar characteristics of Bitcoin as the first digital currency. Methodologically, this study is structured by means of bibliographic research with a qualitative basis, scientific articles and books were used in order to enable the thematic deepening. Finally, it appears that Bitcoin has been gaining prominence, in the virtual and real field of global society, since its creation until the current period. Thus, it is valid to analyze its operation and characteristics, in a way that benefits with regard to investments, use for purchase and sale are evident.

Keywords: Bitcoin. Operation. Digital currency.

RESUMEN

A lo largo de muchos años, la moneda sufrió cambios de tal manera que con el tiempo adquirió una mejora en la forma en que la población pretendía realizar intercambios comerciales en un libre comercio. Con el avance de la tecnología y las necesidades del mercado, surgieron nuevas herramientas y sistemas, incluidas las monedas digitales, especialmente Bitcoin. Ante este mercado nuevo y desconocido, muchos inversores utilizan esta forma de transacción financiera diferenciada que puede generar impactos económicos, ya que esta moneda digital no necesita que los bancos ni las grandes corporaciones se muevan. Esta investigación tiene como objetivo analizar el funcionamiento y características peculiares de Bitcoin como primera moneda digital. Metodológicamente, este estudio se estructura a través de la investigación bibliográfica sobre una base cualitativa, se utilizaron artículos científicos y libros con el fin de posibilitar la profundización temática. Finalmente, se infiere que Bitcoin ha ido ganando protagonismo, en el ámbito virtual y real de la sociedad global, desde su creación hasta el período actual. Por tanto, es válido analizar su funcionamiento y características, con el fin de mostrar beneficios en cuanto a inversiones, uso para compra y venta.

Palabras clave: Bitcoin. Operación. Moneda digital.

Introdução

Ao longo de muitos anos, a moeda passou por alterações de modo que com tempo foi adquirindo aperfeiçoamento de forma em que a população tinha como objetivo realizar trocas comerciais em um livre-comércio. Entretanto, com o avanço das tecnologias virtuais, na década passada, um novo conceito de moeda surgiu com o intuito de revolucionar as trocas entres os agentes de todo o mundo, sem a intervenção de governos ou de instituições particulares com o propósito de lucrar com esse movimento. Sendo assim, o *Bitcoin* (BTC) alcançou espaço no campo virtual e real da sociedade global, através da capacidade de expansão como meio alternativo de pagamento de serviços e bens. Dessa forma, esta moeda surgiu como uma opção

para facilitar, expandir e melhorar as trocas financeiras e quebrar todos os paradigmas existentes atualmente.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o funcionamento e as características peculiares do *Bitcoin* como primeira digital, uma moeda digital que vem sido discutida, apreciada, além de criticada. E como objetivos específicos, pretende-se: 1) apresentar a origem e funcionamento do *Bitcoin* nas transações de compra e venda; 2) discutir detalhes do funcionamento das moedas virtuais, em especial o Bitcoin; 3) comparar as formas de pagamento do sistema bancário convencional, com as formas das criptomoedas existentes no mercado virtual. Para tanto, levantou-se a seguinte questão-problema: Como funciona o *Bitcoin* como moeda digital na compra de bens e serviços?

A metodologia utilizada para este estudo é a revisão bibliográfica de base qualitativa, que se constitui de acervo bibliográfico científico de contribuições sobre o tema abordado. De posse desse material, são estabelecidas considerações pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2009).

Este trabalho justifica-se pelo interesse em analisar o funcionamento e as características peculiares do *Bitcoin* como primeira moeda virtual do mundo. Além de apreciar e questionar o modo de funcionamento dela, ao possibilitar benefícios sociais e econômicos aos investidores. Apesar de haver também aspectos negativos.

Três seções compõem este artigo. Na primeira, serão apresentadas questões a respeito do surgimento do *Bitcoin* e a maneira como este se adaptou às necessidades de seu público comum. Na segunda, serão discutidos detalhes do funcionamento e consolidação das moedas virtuais, em especial o *Bitcoin*. Enquanto que na terceira pretende-se estabelecer um comparativo entre as formas de pagamento do sistema bancário convencional, com as criptomoedas que compõem o mercado virtual atual, a fim de destacar como tecnicamente são realizadas as movimentações destas moedas.

1. História da moeda e surgimento do *Bitcoin*

Durante o início das relações comerciais, não existia o mesmo conceito de moeda, as transações eram realizadas a partir de trocas de itens entre as duas partes, muitas vezes fazendo com que os valores dos produtos cambiados não fossem equivalentes. Tal prática era denominada Escambo e era realizada principalmente se desfazendo dos produtos em excesso (SPOLADOR, 2017).

De acordo com Spolador (2017), juntamente com o passar dos anos, progrediu também essas relações de troca, ao pondo em que determinados produtos foram se estabelecendo certa demanda continua no mercado, firmando assim o surgimento das relações de Moeda-Mercadoria. Os mais recorrentes produtos utilizados nesse tipo de comércio como moedas foram o gado, em vista de sua capacidade de locomoção facilitada, e o sal, condimento largamente empregado na conservação de alimentos nessa época.

Entretanto, a variação nos valores impostos a essas mercadorias e a dificuldade para realizar seu fracionamento ou para o acumulo deste como um bem trouxeram à tona a necessidade de mudança das moedas de troca. Em meio a isso, em conjunto com os avanços obtidos na fundição e manipulação de metais, foi estabelecida novos itens para substituir o gado e sal no comércio, sendo eles o ouro, prata e bronze (WEATHERFORD, 1999). As primeiras moedas a terem sua representação semelhante as da atualidade são datadas do século VII a. C., na Grécia e Lídia, que foram utilizadas até a criação do papel-moeda durante a Idade Média, onde era comum recibos emitidos por ourives serem utilizados no câmbio de mercadorias (SPOLADOR, 2017).

Com o advento da internet e todas as enormes mudanças que essa proporcionou na vida, tanto particular como em sociedade de todo o mundo, deu-se início a criação de diversas comunidades virtuais ao longo dos últimos anos, cada uma com sua especificidade e comércio interno próprio, incitando, em detrimento disto, transações de bens e serviços a parte entre seus membros (PREVIDI, 2014). Dessa forma, o conceito de moeda paralela foi se tornando cada vez mais presente no

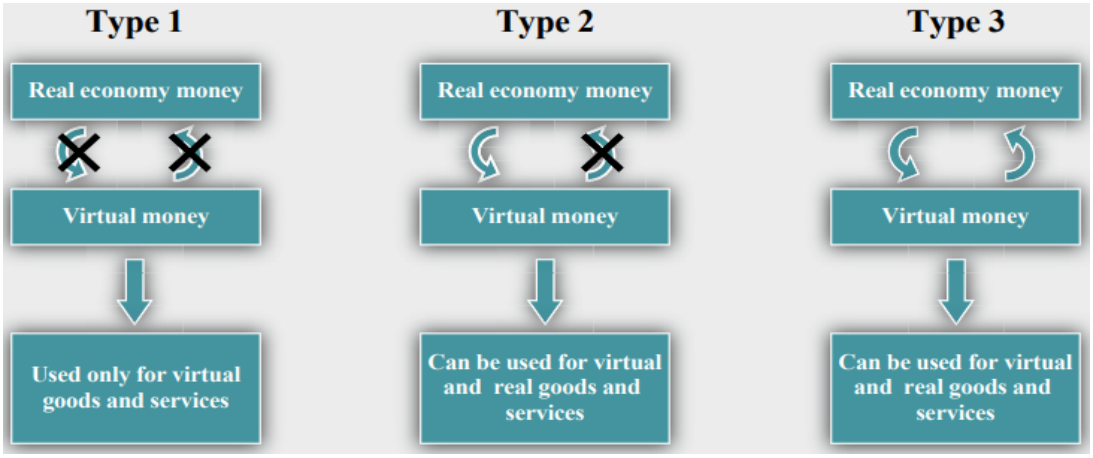
cotidiano, podendo esta ser definida como um instrumento monetário, divergente da utilizada oficialmente a nível nacional, capaz de ser empregada para o pagamento de mercadorias ou na contratação de serviços, podendo ser dividida em moeda social e moeda virtual (NAKAMOTO, 2008).

Segundo a *European Banking Authority* (EBA) (2012), as moedas virtuais, também conhecidas como criptomoedas, são oriundas de jogos *online* e redes sociais em geral. Todavia, com o passar do tempo e o aumento de sua popularidade, algumas dessas criptomoedas começaram a ser empregadas também no mundo real. Atualmente existem diversas moedas virtuais criadas e utilizadas ao redor do globo, todavia a que detém o maior destaque é o *Bitcoin*.

O *Bitcoin* tem estabelecido como marco inicial de sua idealização o final do ano de 2008 e posterior lançamento no ano seguinte. Nos dias atuais é considerada a maior moeda exclusivamente virtual, tendo seu sistema de pagamentos ancorado em uma rede *peer-to-peer*, apresentando código aberto. Caracteriza-se também por não depender de câmaras de compensação central (*clearing house*) e não se vincular a instituições financeiras para a mediação das transações realizadas, competindo independência e discrição para os usuários ao desempenharem eles mesmos todas as funções necessárias para a transação e não precisarem revelar suas identidades (SOARES, 2016).

Conforme descrito pelo ECB (2012), a referida moeda digital pode ser gasta tanto no mundo físico, quanto no virtual, uma vez que diversas pessoas e empresas aceitam pagamentos realizados com ela. O *Bitcoin* tem seu valor mediado por meio oferta e demanda nas diversas plataformas de troca nas quais é utilizado e pode ser classificado como uma moeda virtual do tipo 3, conforme se observa na (Figura 1).

Figura 1: Tipos de moedas virtuais de acordo com o ECB



Fonte: (ADAPTADO ECB, 2012).

Segundo a visão de Ulrich (2017), o estopim para a criação do *Bitcoin* enquanto moeda de troca pode ser explicado nos seguintes fatores: a instabilidade apresentada pelo sistema financeiro da época; e os altos níveis de intervenção estatal que culminaram para a perda da privacidade financeira. Ressalta-se ainda que a moeda apesar de aparentar ter se consolidado do nada, é fruto de vários anos de trabalho de pesquisadores até então no anonimato, além de estar fundamentalmente interligada aos avanços tecnológicos da área da computação e ao advento da internet.

Para o *Bank of England*, o aparecimento dessa moeda criptográfica está pautado em 3 pilares principais, sendo eles: o fator ideológico, que se baseia na ausência de uma autoridade central nas operações realizadas, diminuindo a importância das instituições financeiras convencionais; o retorno financeiro, onde sua oferta monetária é preestabelecida e o valor definido pela demanda, tornando-o uma espécie de ativo financeiro, sendo passivo de alterações em sua cotação; e pelas baixas taxas de transação, sendo essas menores do que as de moedas tradicionais (ALI et al., 2014).

Dessa forma, os entusiastas do *Bitcoin* veem a moeda e toda a parte operacional envolvida como fuga para os paradigmas impostos pelo monopólio estatal econômico sobre a emissão de moeda, além de agir no sistema de reservas fracionárias, sistema esse que permite aos bancos ampliar a oferta de capital muito

além das reais reservas possuídas (SOARES, 2016).

Os aspectos mencionados acima fazem com que as moedas virtuais ganhem cada vez mais adeptos, seja para fins de investimento, ou mesmo para a realização de pagamentos de forma direta. Estas se estabelecem ainda como ferramentas para o combate ao controle monetário, conferindo maior independência para os usuários.

2. Funcionamento e consolidação das moedas virtuais

Segundo Oliveira (2015), a consolidação do ciberespaço e da cibercultura como os principais meios de comunicação e local propício para a prestação de serviços foram fatores cruciais para o uso dessas novas tecnologias como forma de realizar transações financeiras. A partir disto, foi estabelecido também o advento de novas formas de utilização e obtenção de dinheiro. O início da circulação de moedas virtuais, no Brasil, deu-se a partir de 1995, juntamente com a migração de serviços bancários para a rede, com o nome de internet *banking*. Com este novo sistema, todos os procedimentos bancários que anteriormente só poderiam ser realizados em agências físicas, agora se encontram acessíveis via internet.

Em dado o momento os caixas eletrônicos e computadores já amplamente disseminados se conectaram também à rede de computadores da reserva federal, um novo momento na história da moeda é estabelecido, sendo denominada a era do dinheiro eletrônico. Os inúmeros investimentos bancários deram origem a variadas formas de se operar a moeda virtualmente, seja através de cartões magnéticos ou *chips*, consolidando o modelo abstrato de utilização do capital. A partir da popularização e intensificação das relações comerciais via *web*, novas demandas em relação à moeda surgiram. Visando suprir as necessidades apresentadas, uma nova forma de representação do dinheiro foi proposta, ancorada aos recentes conceitos de conectividade e nas tecnologias modernas (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Martins (2016), a primeira operação comercial efetuada com moedas virtuais foi realizada pelo *DigiCash* em 1994. No ano de 1998, novas tecnologias foram implementadas por outro sistema de capital virtual, o *B-Money*, com objetivo de trazer maior privacidade e segurança para seus usuários. Esta inovação era baseada em duas chaves virtuais, uma pública para apresentação da “carteira” de um usuário para outro, e uma privada, que consistia na senha individual para o acesso

as moedas. Dessa forma, para que houvesse as operações de transação, a chave pública do recebedor deveria ser disponibilizada para quem deveria o pagar.

Posteriormente, em 2005, o *BitGold* contribuiu para o avanço das moedas digitais com um método capaz de impedir a clonagem e manter a capacidade de sustentação do sistema. O método em questão foi denominado *proof-of-work* e consistia em utilizar pessoas, denominadas mineradores, que estariam dispostas a disponibilizar seus computadores para analisar e validar as transações feitas por meio da decodificação dos códigos. De tal modo, em troca de seus serviços, os mineradores teriam a possibilidade de ganhar novos códigos de moeda para si, além de poderem cobrar taxas por cada transação verificada. Ainda que teoricamente esse artifício resolvesse os problemas propostos, mesmo assim pairava sobre ele a incerteza de um usuário transferir suas moedas para áreas especificas da rede onde seria erroneamente validada e, dessa forma, clonada (MARTINS, 2016).

Os referidos sistemas monetários digitais apresentaram diversos avanços relacionados ao funcionamento e segurança dos mesmos, na tentativa de torná-los mais aceitáveis e populares no mundo financeiro. Tendo em vista seus principais aspectos positivos, nos anos seguintes o *Bitcoin* foi introduzido ao mercado, embora ser uma moeda que não apresenta uma boa aceitação pelos governos.

2.1 Funcionamento e consolidação do *Bitcoin*

Conforme expõe Martins (2016), o dilema inerente as criptomoedas até então estabelecidas teve sua solução encontrada quando, em 2008, foi lançado o conceito do *Bitcoin*. A inovação consistia em ter seu código de programação publicamente explicado e disponibilizado de maneira acessível a todos, podendo, dessa forma, ser testado e aperfeiçoado. O *Bitcoin*, em sua estrutura, não somente conciliou o sistema de chaves públicas e privadas do *B-Money* com o *proof-of-work* do *BitGold*, mas também desenvolveu e aplicou um sistema de validações, denominado *blockchain*, capaz de resolver os problemas apresentados por ambas as moedas virtuais anteriores. O conceito do *blockchain* implica em dois importantes fatores, sendo eles: o livro de registros, responsável por expor publicamente o histórico de todas as transações realizadas pelas chaves públicas; e um processo de validação em cadeia, a partir da junção das operações em blocos.

Conforme exposto anteriormente, o *Bitcoin* funciona por intermédio de uma rede interligada, intitulada de *peer-to-peer*, possibilitando que seus usuários transfiram dinheiro de qualquer ponto do globo sem impedimentos, somente necessitando de que ambos os participantes da transação disponham de acesso à internet. Com relação à disponibilidade de moeda, ao entrar em funcionamento no ano de 2009, a emissão alcançava a marca de 50 BTC a cada 10 minutos, todavia essa taxa seria reduzida a metade em quatro anos. Tal fator é fundamental para a manutenção do valor da moeda, ainda que essa seja virtual, tornando a oferta da commodity decrescente com a progressão do tempo, tal como ocorre com o ouro (SPOLADOR, 2017).

Em conjunto, todos os protocolos adotados pela criptomoeda auxiliam para que os usuários detenham do poder de geração de renda, transmissão de capital e o acumulo de bens. Juntamente a isto, têm-se todas as regras do sistema, códigos de programação, mecanismo de funcionamento e histórico de transações públicos, fazem com que o *Bitcoin* se torne uma moeda virtual confiável e cada vez mais emergente. Estima-se que, no futuro, a adoção da moeda tenda a crescer de forma considerável, colocando as alternativas monetárias digitais em uma situação cada vez mais relevante para a realização de operações comerciais e gestão de investimentos (SPOLADOR, 2017).

A partir do exposto, observa-se que as moedas virtuais apresentam diversas vantagens em relação às formas de pagamento tradicionais, tendo em vista aspectos como menor burocracia e pagamento de taxas extras a terceiros, sendo assim válida a realização de comparações acerca de transações utilizando moedas digitais e tradicionais.

3. *Bitcoin* em comparação com as moedas tradicionais

De acordo com Camara (2014), quando analisado, o *Bitcoin* apresenta diversas semelhanças em aspectos base com as moedas tradicionais. Dentre os principais aspectos apontados, estão a capacidade de servir como unidade de valor para compra ou como reserva de valor, estando sujeita a inflação. A característica referente a divisibilidade é mantida e aprimorada na moeda criptográfica, uma vez que alcança a capacidade de divisão em até 8 dígitos. Sua durabilidade também é considerada superior as moedas físicas, uma vez que se tratam de dados computacionais, sendo imunes a degradação e, dessa forma, seguindo de maneira correta os preceitos de

segurança, o *Bitcoin* pode ser mantido por tempo indeterminado.

A comparação entre as moedas tradicionais e a moeda criptográfica pode ser visualizada na (Tabela 1), apresentada abaixo, disponibilizada no trabalho de Ulrich:

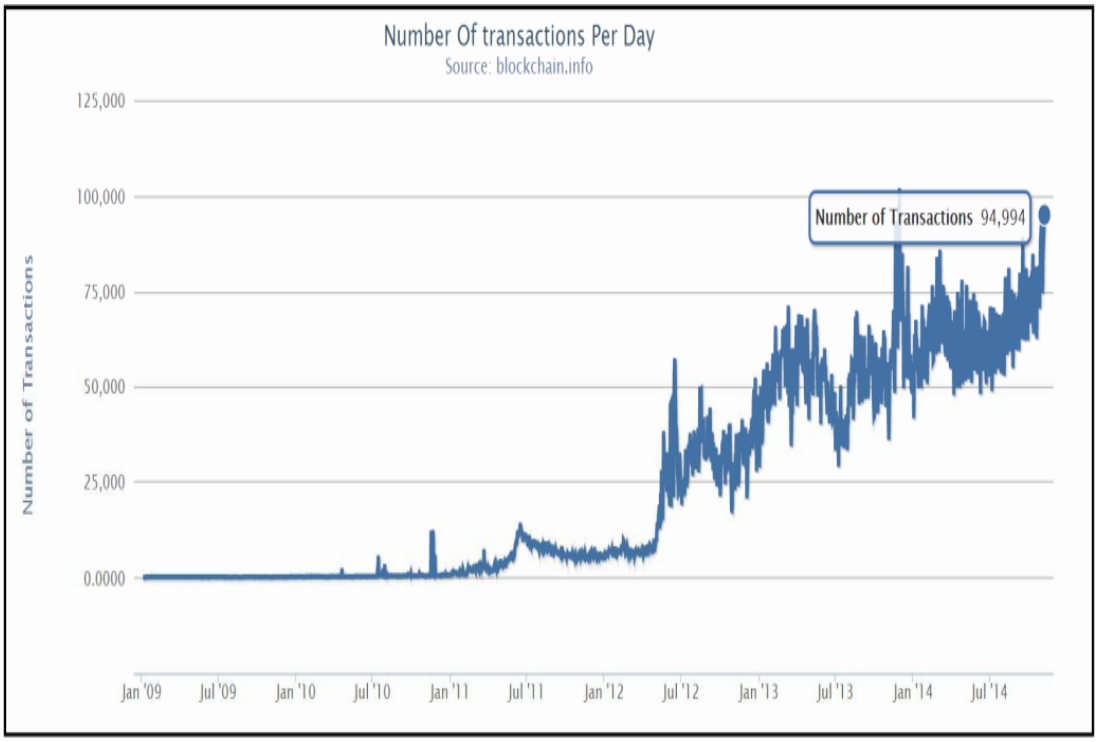
Tabela 1: Comparação entre moedas tradicionais e *Bitcoin*

Atributos	Ouro	Papel-Moeda	Bitcoin
1. **Durabilidade**	Alta	Baixa	Perfeita
2. **Divisibilidade**	Média	Alta	Perfeita
3. **Maleabilidade**	Alta	Alta	Incorpórea
4. **Homogeneidade**	Média	Alta	Perfeita
5. **Oferta (Escassez)**	Limitada pela natureza	Ilimitada e controlada politicamente	Limitada matematicamente
6. **Dependência de Terceiros Fiduciários**	Alta	Alta	Baixa ou quase nula

Fonte: (ULRICH, 2014).

Ainda existem diversas barreiras para a utilização desse tipo de moeda, incluindo países nos quais proíbem sua circulação. Todavia, com o passar dos anos a aceitação das moedas digitais vem aumentando, não somente no cenário internacional, como também no país. Tal fato é evidenciado com a crescente utilização do *Bitcoin* nas operações de transação ao longo dos anos, alcançando um aumento de quase 6 vezes entre os anos de 2012 e 2014 (CAMARA, 2014), conforme fica confirmado no (Gráfico 1).

Gráfico 1: Número de transações utilizando *Bitcoin* por dia



Fonte: (BLOCKCHAIN, 2014).

Dois fatores principais, são apontados como explicação para esse fenômeno de crescimento nas transações realizadas com a moeda virtual. O primeiro deles diz respeito à disseminação do *Bitcoin* enquanto moeda, mais pessoas ao redor do globo tomam conhecimento sobre sua existência e particularidades, optando assim por investir seu dinheiro tradicional em moedas virtuais e, posteriormente utilizá-las como capital para trocas. O segundo está diretamente relacionado com o anterior e tem relação com a maior aceitação da moeda virtual pelos diversos tipos de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, de forma que o *Bitcoin* ganhe espaço no mercado para o pagamento direto de serviços e não sirva somente para fins de investimento (CAMARA, 2014).

O crescimento da popularidade do *Bitcoin* se dá devido a sua facilidade, para aqueles que são especialistas em usar a moeda, a fim de realizar operações de compra e venda, uma vez que a moeda busca diminuir a burocracia e dar mais

capacidade de controle para os indivíduos que optam por utilizá-la. Dessa forma, ressalta-se os possíveis benefícios da utilização do *Bitcoin*, tais como: capacidade para obtenção de menores custos de transação, ao não necessitarem de mediação de empresas para o processo, e ferramenta contra a pobreza, servindo como uma alternativa viável contra o controle rígido de capital e altas taxas de inflação presentes em diversos países ao redor do globo (ULRICH, 2014).

Nesse sentido, aponta-se que o *Bitcoin*, ou qualquer moeda virtual não precisa necessariamente substituir por completo as demais moedas já em circulação, mas sim agregar como outra possível forma de pagamento, capaz de gerar benefícios diferentes em relação às outras ferramentas monetárias em circunstancias específicas, dessa forma não havendo motivações fundamentadas para a não utilização dessa moeda.

Considerações finais

Perante o explicitado no processo desta pesquisa, pode-se entender o surgimento e história dos diferentes mecanismos utilizados para transações e armazenamento de bens, desde o escambo até a ascensão das moedas digitais, em especial o *Bitcoin*. Ainda, por meio da caracterização tanto histórica quanto de seus mecanismos de funcionamento, assim como disposição dos diversos avanços tecnológicos, perfil e necessidades econômicas presentes, foi possível entender os aspectos que permeiam o elevado índice de crescimento na aceitação e utilização dessa moeda virtual nos últimos anos.

Dessa forma, ressalta-se que, em meio às diversas alternativas viáveis, seja para operações diretas de compra e venda, ou mesmo para fins de investimento, o *Bitcoin* vem tomando cada vez mais notoriedade. Tal fato se dá em questão da maior liberdade gerada por seu sistema livre de maiores burocracias e intervenção governamental ou de terceiros, tornando a moeda em constante crescimento.

Em complemento, infere-se que o destaque obtido por temas tangentes ao assunto nos últimos anos justifica-se e deve ser continuado, através de pesquisas e discussões relacionadas, visto que a criptomoeda demonstra ainda grande potencial futuro.

Referências:

ALI, Robleh et al**. Innovations in payment technologies and the emergence of digital currencies.** *Bank of England Quarterly Bulletin*, p. Q3, 2014.

CAMARA, Michele Pacheco. **O Bitcoin é alternativa aos meios de pagamento tradicionais?.** 2014. 76 f. TCC (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2014.

EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA). **Alerta aos consumidores sobre as moedas virtuais.** London: European Banking Authority, 2013. 4 p. Disponível em: encurtador.com.br/gkW02. Acesso em 14 set. 2020.

EUROPEAN CENTRAL BANK (ECB). **Virtual currency schemes.** Frankfurt Am Main: European Central Bank, 2012. 53 p. Disponível em: encurtador.com.br/AGXZ1. Acesso em 14 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científic***a*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Armando Nogueira da Gama Lamela**. Quem tem medo do Bitcoin? O funcionamento das moedas criptografadas e algumas perspectivas de inovações institucionais.** *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Lisboa, ano, v. 2, p. 137-171, 2016.

NAKAMOTO, Satoshi**. Bitcoin: A Peer-to-Peer** Electronic Cash System. 2008. Disponível em: <http://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

OLIVEIRA, Fabio Machado. **Moedas virtuais na sociedade da informação: o caso da digital** currency bitcoin. 2015. 110 f. Dissertação (Pós-graduação em Cognição e Linguagem) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, 2015.

PREVIDI, Gustavo de Souza. **Descentralização monetária: um estudo sobre o bitcoin. 2014.** 55 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2014.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo.** 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência) – Programa interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2016.

SPOLADOR, Rodrigo Mesquita. **PRECISAMOS FALAR DE BITCOIN!** *ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*-ISSN 21-76-8498, v. 13, n. 13, 2017.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. LVM Editora, 2017.

WEATHERFORD, John. **A História do Dinheiro – Do arenito ao cyberspace.** São Paulo, Negócio Editora, 1999.

Linha de Pesquisa III : Ciência da Saúde e Suas Tecnologias

UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO SISTEMA CARDIOVASCULAR NA HOMEOSTASIA CORPORAL

A STUDY ON THE INFLUENCE OF THE CARDIOVASCULAR SYSTEM ON BODY HOMEOSTASIS

UN ESTUDIO SOBRE LA INFLUENCIA DEL SISTEMA CARDIOVASCULAR EN LA HOMEOSTASIS CORPORAL

Bruno Borges do Carmo[1]

Marya Clarah C.C. de Oliveira[2]

Pethersen José M. dos R. B. Rocha[3]

Resumo: O presente trabalho objetivou identificar as ações exercidas pelo sistema cardiovascular que auxiliam na manutenção do equilíbrio interno do organismo humano. Este sistema possui um papel importante na homeostasia corporal por possuir uma anatomia altamente especializada em realizar transporte de substâncias. Com efeito, o presente artigo busca, a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfico, sob a concepção de autores como Guyton e Hall (1992; 2006; 2011), Silverthorn (2017) dentre outros, responder até que ponto ocorre os benefícios deste sistema na homeostasia, trazendo em pauta as principais características anatomofisiológicas do sistema cardiovascular; os mecanismos homeostáticos; e a relação da circulação sanguínea com a homeostasia, permitindo a compreensão da influencia deste sistema na homeostasia corporal.

Palavras-chave: Homeostasia. Sistema Cardiovascular. Mecanismos Homeostáticos. Equilíbrio interno.

Abstract: The present work aimed to identify the actions exercised by the cardiovascular system that help maintain the internal balance of the human organism. This system has an important role in body homeostasis because it has an anatomy highly specialized in performing transport of substances. In fact, the present article seeks, from a bibliographic research, under the conception of authors such as Guyton and Hall (1992; 2006; 2011), Silverthorn (2017) among others, to answer to what extent the benefits of this system occur in homeostasis, bringing on the agenda the main anatomophysiological characteristics of the cardiovascular system; the homeostatic mechanisms; and the relationship of blood circulation with homeostasis, allowing the understanding of the influence of this system on body homeostasis.

Keywords: Homeostasis. Cardiovascular System. Homeostatics Mechanisms. Internal balance.

Resumen: El presente trabajo tuvo como objetivo identificar las acciones ejercidas por el sistema cardiovascular que ayudan a mantener el equilibrio interno del cuerpo humano. Este sistema tiene un papel importante em la homeostasis del cuerpo porque tiene una anatomía altamente especializada en realizar el transporte de sustancias. De hecho, el presente artículo busca, a partir de una investigación

bibliográfica, bajo la concepción de autores como Guyton y Hall (1992; 2006; 2011), Silverthorn (2017) entre otros, responder enqué medida se producen los benefícios de este sistema em la homeostasis, poniendo em la agenda lãs principales características anatomofisiológicas del sistema cardiovascular; los mecanismos homeostáticos; y la relación de la circulación sanguínea com la homeostasis, permitien la comprensión de la influencia de este sistema em la homeostasis del cuerpo.

Palabras clave: Homeostasis. Sistema Cardiovascular. Mecanismos homeostáticos. Equilibrio interno.

Introdução

Os órgãos que compõe o corpo humano constituem os diferentes sistemas orgânicos. Estes sistemas possuem uma relação de cooperação e devem, para tanto, estar em equilíbrio garantindo funcionalidade ao organismo. (TORTORA; DERRICKSON, 2017)

O equilíbrio no organismo é mediado por um processo denominado de homeostase. O conceito de homeostase foi introduzido na literatura científica pelo médico e fisiologista estadunidense Walter Bradford Cannon (1871-1945). Em 1925, Cannon voltou seus estudos para os mecanismos de constância fisiológica, formulando, assim, o conceito de homeostase. Alguns anos antes, Claude Bernard (1813-1878) introduzia o conceito de meio-interno para os fluidos que irrigam as partes do organismo, a qual Cannon creditou em seu primeiro artigo sobre homeostase por considerar esta concepção de Bernard como fundamental para a constância fisiológica. (BRITO; HADDAD, 2017)

Partindo da concepção de meio-interno de Bernard e de constância fisiológica de Cannon, Brito e Haddad (2017) comenta:

> O ser vivo altamente desenvolvido é um sistema aberto que tem muitas relações com o seu entorno (...). Alterações nas circunvizinhanças excitam reações nesse sistema, ou o afetam diretamente, de modo que distúrbios internos do sistema são produzidos. Tais distúrbios são normalmente mantidos dentro de limites estreitos, pois ajustes automáticos dentro do sistema são postos em ação, e, portanto, grandes oscilações são impedidas e as condições internas são mantidas praticamente constantes.

As relações entre o organismo e o meio externo podem causar implicações ao meio interno. No entanto, a constância fisiológica do organismo, termo este conceituado por Cannon, é mantida a partir da ação de mecanismos desencadeados

pelos sistemas que compõe o corpo. (BRITO; HADDAD, 2017)

Para haver esta constância no organismo, as células que compõe os diferentes tecidos do corpo humano necessitam das substâncias presentes no meio interno para realizar seu metabolismo e, consequentemente, expressar as funções de cada sistema. O transporte dessas substâncias é mediado pelo sistema cardiovascular por possuir uma anatomia especializada em desempenhar esta função. (PEREIRA, 2012)

Nesta perspectiva, a presente pesquisa propõe a partir de um estudo de natureza bibliográfica, revisar artigos científicos publicados em revistas, livros e sites especializados na temática, estudando principais autores como Guyton e Hall (1992; 2006; 2011), Silverthorn (2017), dentre outros.

O sistema cardiovascular exerce variadas ações que auxiliam na homeostasia corporal. A circulação de substâncias que mantêm o nosso corpo funcional e saudável depende diretamente do sangue bombeado e distribuído por este sistema. À vista disso, o estudo em questão busca entender até que ponto o sistema cardiovascular influencia na homeostase corporal, com intuito de manter o equilíbrio do meio interno.

A construção deste artigo justifica-se em colaborar com a comunidade científica, principalmente os profissionais e estudantes da saúde, para entender os mecanismos de homeostase corporal e suas relações com o sistema cardiovascular, corroborando em importantes recursos na construção de ações que visam a prevenção de doenças, a promoção e recuperação em saúde.

O objetivo geral desse estudo é identificar as ações exercidas pelo sistema cardiovascular que auxiliam na manutenção do equilíbrio interno do organismo humano.

Os objetivos específicos são:

a) estudar a anatomia e fisiologia dos órgãos e tecidos relacionados ao sistema cardiovascular;

b) entender o mecanismo de homeostasia corporal e descrever os tipos de homeostasia corporal;

c) compreender os efeitos do sistema cardiovascular que levam a manutenção do equilíbrio corporal, ou seja, a homeostasia.

1. Características anatômicas do sistema cardiovascular

Os órgãos do sistema cardiovascular possuem uma anatomia altamente especializada em desempenhar importantes funções para a manutenção da homeostase corporal. Sobre os órgãos que compõe o aparelho cardiovascular Junqueira Júnior (2006) destaca a presença de uma bomba compressora responsável por gerar pressão e receber volume sanguíneo: o coração; um sistema de tubos responsável pela condução e distribuição de sangue: as artérias; um sistema de tubos menores responsáveis pela troca de substâncias: os capilares; e um sistema de tubos responsável em coletar e retornar o sangue para o coração: as veias. Segundo Filho e Pereira (2015) o sistema cardiovascular é considerado fechado, isto se deve pelo fato de que o sangue realiza um percurso do coração para as artérias, das artérias para os capilares, dos capilares para as veias e, por fim, retorna ao coração, sem comunicação com o meio externo.

O coração é um órgão muscular oco, localizado no mediastino médio e possui quatro cavidades internas. A parte inferior do coração denomina-se ápice e a parte superior, base. O tamanho do coração humano pode ser comparado ao tamanho da mão fechada e em um indivíduo normal pesa aproximadamente 300g. (JACOB; FRANCONE; LOSSOW, 1990; JUNQUEIRA JUNIOR, 2006)

Além da base e do ápice, o coração possui quatro faces e quatro margens. A face diafragmática ou inferior é a região que repousa sobre o músculo do diafragma, abrangendo em maior parte a porção ventricular. A face esternocostal compreende-se em maior parte a região anterior do coração, principalmente o ventrículo direito, estando em contato com a parte interna do osso esterno. A região do ventrículo esquerdo é denominada face esquerda ou pulmonar e a porção do átrio direito é denominada face direita ou pulmonar. A margem direita, considerada a maior, é formada pelo átrio direito e parte do ventrículo direito, ao passo de que a margem esquerda é formada pelo ventrículo esquerdo e breve extensão até o átrio direito. A margem inferior é compreendida pelas regiões ventriculares, em maior parte o ventrículo direito. Por último, a margem superior é formada pelos átrios e os grandes vasos. (SOARES et al., 2018)

A parede do coração é composta por três partes distintas: o epicárdio, miocárdio e endocárdio (CORRÊA, 2011). Estas são revestidas exteriormente pelo pericárdio. O pericárdio é um saco constituído por duas camadas, uma fibrosa e outra

serosa. A camada fibrosa, denominada pericárdio parietal é a mais externa e reveste a camada serosa. A camada serosa denominada pericárdio visceral é a mais interna e aderida ao coração. Entre a camada parietal e visceral encontra-se o líquido pericárdico, cuja função é lubrificar ambas as membranas para possibilitar o deslizamento do coração em cada batida. (SOARES et al., 2018)

O epicárdio é a camada mais externa do coração, conferindo ao pericárdio visceral. O miocárdio é a camada intermediária e corresponde a porção muscular do coração, conferindo-lhe a capacidade de contrair e relaxar. O endocárdio, por fim, é a camada mais interna e reveste as quatro câmaras do coração. (CORRÊA, 2011).

O miocárdio possui uma parede muscular espessa de aproximadamente dois centímetros e forma as quatro cavidades internas do coração. (JUNQUERIA JÚNIOR, 2006). As cavidades superiores são os átrios, responsáveis de receber o sangue e as inferiores são os ventrículos, responsáveis por bombear o sangue. Os átrios são separados por uma parede muscular denominada septo interatrial, simultaneamente os ventrículos pelo septo interventricular. O coração é dividido sagitalmente entre direito e esquerdo, assim sendo, no lado direito têm-se o átrio direito e ventrículo direito e no lado esquerdo têm-se o átrio esquerdo e ventrículo esquerdo (JACOB; FRANCONE E LOSSOW, 1990).

Os átrios e ventrículos são responsáveis por receber e bombear o sangue, respectivamente. Esta dinâmica é mediada pelas valvas cardíacas, responsáveis em garantir o fluxo sanguíneo no sentido correto e sem gerar refluxos. São formadas por folhetos, denominados cúspides, que se projetam abrindo e fechando a passagem para o fluxo sanguíneo. (MULAI, 2019)

O processo de abertura e fechamento destas valvas é realizado por cordas fibrosas resistentes denominadas cordas tendíneas que surgem dos músculos papilares, parte projetada do miocárdio presente dentro dos ventrículos. Estas cordas se ligam aos anéis fibrosos que circundam as valvas atrioventriculares e semilunares, e os anéis se comunicam por um tecido fibroso adicional denominado trígono intervalvar. (CAVALCANTI et al., 1997)

Essa estruturação permite a comunicação entre o miocárdio e as valvas, a qual durante o ciclo cardíaco trabalha na abertura e fechamento das valvas, processo importante para a homeostasia corporal, visto que o sangue, mediado por estas valvas, segue o fluxo correto e em proporções adequadas para os diferentes tecidos

do corpo. (Ibid.)

A distribuição e o retorno do sangue são realizados por vasos sanguíneos denominados artérias e veias, respectivamente. A dinâmica de troca de substâncias ocorre por ramificações menores das artérias e veias denominadas capilares. (CORRÊA, 2011)

Os vasos sanguíneos são formados por três diferentes túnicas: íntima, média e adventícia, respectivamente. A túnica íntima é formada pelo endotélio, uma subcamada endotelial de tecido conjuntivo frouxo, algumas células musculares e uma lâmina elástica. Dependendo do calibre dos vasos ou do tipo de ramificação, arterial ou venosa, alguns constituintes podem estar ausentes ou podem estar em diferente espessura. (MONTANARI, 2016)

As artérias possuem uma parede de grande espessura, por suportar pressão sanguínea elevada e se ramificam em estruturas menores denominadas arteríolas. Os capilares possuem paredes mais finas e permeáveis, permitindo a passagem de substâncias em sua função de troca ao perfusionar os tecidos. Após a troca realizada pelos capilares, o sangue flui para estruturas menores denominadas vênulas que se calibram e formam as veias, cujas paredes são mais finas do que as artérias, uma vez que suportam uma pressão menor. (CORRÊA, 2011)

Filho e Pereira (2015) descrevem os principais vasos sanguíneos do coração: As veias cavas, superior e inferior, conduzem o sangue rico em gás carbônico dos diferentes tecidos do corpo até o átrio direito; a artéria troncopulmonar, direita e esquerda, encaminha o sangue rico em gás carbônico do ventrículo direito até o pulmão; as veias pulmonares, duas direitas e duas esquerdas, que conduzem o sangue filtrado dos pulmões até o átrio direito; e a artéria aorta que conduz o sangue filtrado do ventrículo esquerdo até os diferentes tecidos do corpo. Sobre a importância destes vasos, Montanari (2016) destaca:

> [...] transporta o sangue pelos tecidos, levando oxigênio, nutrientes, hormônios, fatores de coagulação, células de defesa e calor. Gás carbônico e catabólitos produzidos pelas células são recolhidos e conduzidos aos locais onde são eliminados. Assim, contribui para a homeostase e o funcionamento do organismo.

2. Características fisiológicas do sistema cardiovascular

De acordo com Guyton (1992) a circulação tem como função fazer o transporte de nutrientes para os tecidos e remover deles os produtos que serão excretados, sendo a principal responsável pela leva de hormônios por todo o organismo, contribuindo assim para garantia e manutenção de um meio favorável a conservação de células saudáveis que funcionem perfeitamente.

Em meados do século XVII,pouco se sabia sobre a fisiologia cardiovascular, a errônea linha de pensamento da época se firmava na ideia de que o sangue era produzido no fígado, e o coração tinha a função de distribuir o ar para os tecidos através das artérias. Um médico britânico chamado William Harvey, foi o primeiro a correlacionar a circulação sanguínea ao coração como uma bomba, no ano de 1628, através do tratado "*Exercitatio Anatomica de Motu Cordiset Sanguinis in Animalibus".*

Nesta época, acreditava-se que o coração era o responsável pela criação e distribuição de um espírito vital, baseado nos estudos de Galeno de Pérgamo. E Harvey, foi o primeiro a contestá-lo, após anos se dedicando a um cauteloso estudo, onde observou vários aspectos anatomofisiológicos de diferentes espécies, no intuito de desmistificar as antigas doutrinas, evidenciando o fato de que o sangue é impulsionado pelo coração e assim distribuído para todos os órgãos e tecidos do corpo humano.

Silverthorn (2017) define o coração como usina de força do corpo, um músculo que contrai continuamente, descansando somente nas pausas que duram milissegundos entre os batimentos. E isso ocorre em razão de um sistema especializado em gerar, espontaneamente, e transmitir um impulso elétrico que excita o músculo cardíaco, resultando na sua contração. Há dois tipos que células que constituem o sistema de condução, as células marca-passo, que geram o potencial de ação, e as miocárdicas, que tem a habilidade de se contrair quando estimuladas devido ao automatismo, que as propicia comandar a ativação cardíaca, excitando todas as fibras, controlando a frequência dos batimentos cardíacos.

Os tecidos especializados que geram e conduzem impulsos elétricos através do coração, são o nó sinoatrial (nó SA), nó atrioventricular (nó AV), feixe de His e

fibras de Purkinje (GRAAFF, 2003). Essas estruturas ativam todo o órgão para o seu funcionamento mecânico, ou seja, sístole e diástole. O nó SA é o responsável por controlar o ritmo cardíaco, através da geração espontânea de carga elétrica, ativando toda a região dos átrios, até atingir o nó AV, onde o impulso é ligeiramente atrasado para que a passagem de sangue para os ventrículos seja forçada por meio de sua contração. Logo, o estímulo é transmitido ao o feixe de His, que o propaga para a região medial dos ventrículos e chega ás fibras de Purkinje, que é encarregada de estimular a região final dos ventrículos.

Esse potencial de ação gerado no nó sinusal é denominado ciclo cardíaco, que é referente a um período de sístole, ou seja, contração dos átrios, e por um período de relaxamento dos ventrículos, denominado de diástole. Na sístole, o sangue é excretado dos ventrículos, na diástole os átrios enchem-se de sangue.

De acordo com Guyton e Hall (2006) “o controle da atividade cardíaca é feito sistema nervoso simpático e parassimpático, que inervam de forma abundante o coração”, ou seja, por ação do sistema nervoso autônomo e pelos neurotransmissores por ele liberados, há o aumento ou a diminuição da frequência cardíaca. Quando há ação do sistema nervoso simpático e a liberação de noradrenalina, que tem função estimuladora há o aumento da frequência de potenciais de ação e da força de contração, podendo causar uma taquicardia. Entretanto, o sistema parassimpático libera acetilcolina, que tem função inibidora, ocasionando a diminuição da frequência de potenciais.

O controle do sistema cardiovascular pelo Sistema Nervoso Autônomo ocorre conjuntamente com a regulação interna de vários órgãos, como os pulmões, rins, estômago e intestinos, de forma harmoniosa para manter a homeostasia e permitir a adaptação do organismo quando for necessária. (TORTORA; DERRICKSON, 2017)

Pela concepção de Zuttin (2008) o sistema cardiovascular realiza a homeostase por meio da sua atividade controle e retroalimentação, que tem a função de manter em estabilidade a pressão das artérias e o volume de sangue, não permitindo alterações exageradas. Essa atividade acontece pelos mecanismos de regulação da frequência cardíaca e do tônus vascular, com o auxílio do sistema nervoso autônomo.

Quando tal estabilidade é acometida por desequilíbrios homeostáticos, ocorre aumento ou diminuição da pressão sanguínea e também de frequência cardíaca,

resultando no desenvolvimento de doenças relacionadas ao aparelho cardiovascular e implicando no bom funcionamento de demais órgãos como rins e pulmões. (ZUTTIN (2008)

É mediante a circulação sanguínea que todas as partes do corpo se comunicam. Como por exemplo, é através da circulação pulmonar, que o aparelho cardiovascular obtém o oxigênio necessário para que as células executem suas atribuições, e também elimina o dióxido de carbono produzido durante o metabolismo celular, contribuindo assim para o equilíbrio do organismo. (ZUTTIN, 2008). Segundo Guyton e Hall (2017) o curso do sangue é de extrema importância para que os tecidos tenham o suprimento de suas necessidades, como: a) condução de oxigênio, nutrientes e hormônios; b) retirada de dióxido de carbono e de H+ e c) conservação da quantidade adequada de íons. Essas são as necessidades metabólicas dos tecidos, que necessitam de certo equilíbrio para o seu pleno funcionamento.

> As hemácias desempenham outras funções, além do transporte da hemoglobina. Por exemplo, contém grande quantidade de *anidrase carbônica*, enzima que catalisa a reação reversível entre o dióxido de carbono (CO2) e a água para formar ácido carbônico (H2CO3), aumentando, por milhares de vezes, a velocidade dessa reação. A rapidez dessa reação possibilita que a água do sangue transporte quantidade enorme de CO2na forma de íon bicarbonato (HCO3 -), dos tecidos para os pulmões, onde é reconvertido em CO2 e eliminado para a atmosfera como produto do metabolismo corporal.(GUYTON; HALL, 2011)

De acordo com Silverthorn (2017) é um importante aspecto de regulação cardiovascular a habilidade usada pelo corpo para alterar de forma seletiva do fluxo sanguíneo para órgãos e tecidos, e essa distribuição sistêmica é variável em relação a necessidade de cada órgão em seus processos metabólicos. Essa ação ocorre devido a reflexos homeostáticos presentes no organismo que auxiliam na distribuição determinada de volume sanguíneo.

> O aumento do tônus simpático, especialmente nas veias, reduz os calibres dos vasos, de tal forma que a função circulatória permanece quase normal, mesmo com a perda de até 25% do volume sanguíneo total. (GUYTON; HALL, 2017)

Esse sistema também atua no transporte dos nutrientes procedentes do

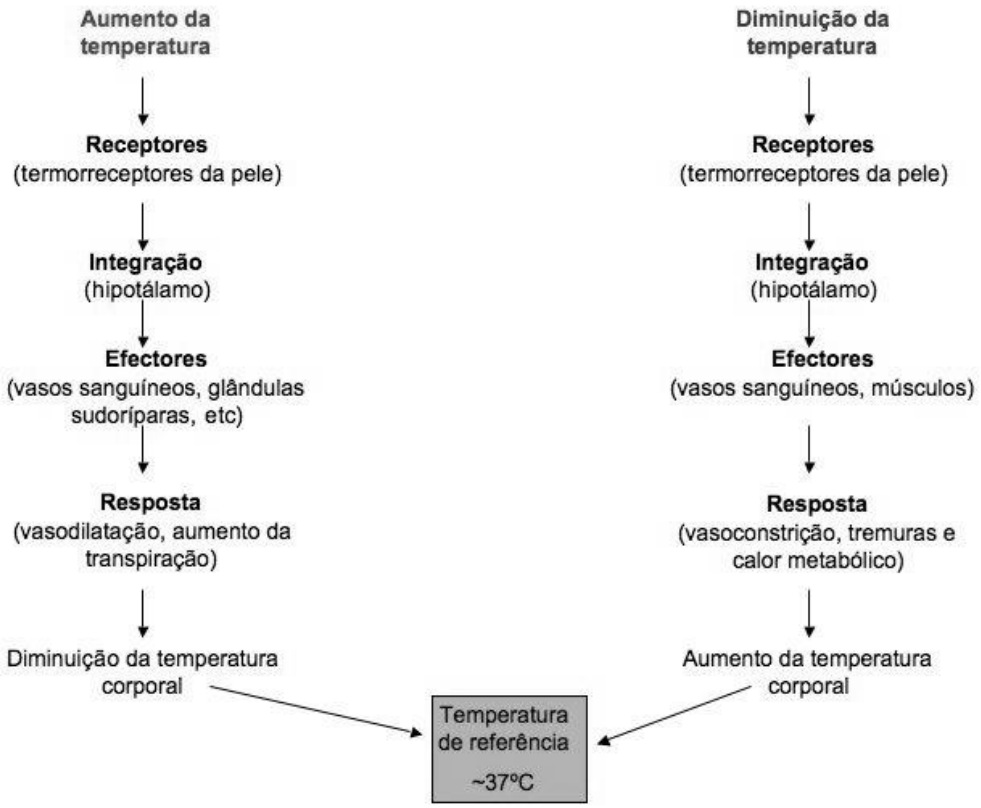
processo da digestão. Os produtos da digestão são absorvidos através do epitélio intestinal e passam para o líquido intersticial. De lá estes vão para o sangue ou para a linfa e são distribuídos para todo o corpo. (SILVERTHORN, 2017)

Levando em consideração a fala de Silverthorn (2017) que alega que a comunicação entre as células é função fundamental do sistema cardiovascular, pode se afirmar que é ele o responsável pelo transporte de hormônios, que são secretados na corrente sanguínea, capazes de modificar o funcionamento das demais células e órgãos.

> O sistema cardiovascular é vital para a conservação da homeostase. Ele proporciona metabólitos aos tecidos e elimina os produtos não utilizados e também participa na regulação da temperatura e no sistema imunológico. (MORAES, 2012)

O corpo humano precisa manter a temperatura estável, em torno de 37ºC, utilizando-se de mecanismos do sistema nervoso e do sistema cardiovascular. O centro do sistema nervoso que regula a temperatura corporal está localizado em uma região do encéfalo chamada de hipotálamo anterior e essa região recebe informação sobre a temperatura ambiente através de termorreceptores da pele, e sobre a temperatura interna, através dos termorreceptores que se encontram no hipotálamo anterior. Assim, o hipotálamo organiza as respostas apropriadas de geração de calor, ocorrendo a redistribuição arteriovenosa do sangue. Algumas pessoas que apresentam comorbidades cardiovasculares como diabetes tipo II, hipertensão arterial dentre outras podem apresentar os mecanismos de termorregulação prejudicados, podendo ter um aumento da temperatura ou uma diminuição da mesma dependendo da situação em que se encontra. Esse exemplo pode ser ilustrado na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Mecanismo termorregulador.



Fonte: Barret et al. (2014)

3. A circulação sanguínea e a homeostasia corporal

O sangue é um dos principais componentes do sistema cardiovascular, e sua importância está de fato ligada a manutenção da homeostasia corporal. (GUYTON; HALL, 2011). Ele é composto por: Eritrócitos, cuja função é o transporte do oxigênio dos pulmões para os tecidos; Leucócitos, que desempenham o papel de defesa imunológica; Plaquetas, que mantém a homeostase em situações onde os vasos sanguíneos são danificados. (OLIVEIRA, 2016).

> O coágulo é composto por malha de fibras de fibrinas que cursam em todas as direções e que retêm células sanguíneas, plaquetas e plasma. As fibras de fibrina também aderem às superfícies lesadas dos vasos sanguíneos; desse modo, o coágulo sanguíneo fica aderido a qualquer abertura vascular, impedindo a continuação da perda de sangue. (GUYTON; HALL, 2011)

Levando em consideração o fato de o sangue ser um líquido viscoso e fluido que circula livremente por todos os vasos do organismo, torna-se saliente a sua propriedade de coagulação, que consiste na reparação dos vasos obstruídos, através da adesão das plaquetas a parede vascular. Essas, que reagem com a fibrina, e assim, formam rapidamente um coágulo resistente. De acordo com Guytone Hall (2011) nesse contexto, a precaução da perda de volume sanguíneo gera homeostasia.

> A tarefa do corpo é permitir o fluxo sanguíneo pelo vaso enquanto repara simultaneamente a parede danificada. (...) Primeiro, a pressão no vaso deve ser diminuída por tempo suficiente para criar um tampão mecânico seguro na forma de um coágulo de sangue. Uma vez que o coágulo está no lugar e a perda de sangue foi interrompida, os mecanismos de reparo do corpo podem assumir o controle. Então, enquanto a ferida é reparada, as enzimas gradualmente dissolvem o coágulo enquanto leucócitos fagocíticos ingerem e destroem os detritos. (SILVERTHORN, 2017)

No sangue circulam vários anticorpos e células que compõe o sistema de defesa do organismo, e juntos destroem as células infecciosas. De acordo com Silverthorn (2017) “as células brancas do sangue, ou leucócitos, são as células primárias responsáveis pela resposta imune do corpo. Em sua maioria, os leucócitos são muito maiores do que os eritrócitos e são bem menos numerosos”.

Machado (2004) alega que estes mecanismos de defesa imune, quando atuam contra microrganismos capazes de causar patologias no hospedeiro, promovem a estabilidade entre as relações de saúde e doença, colaborando para o equilíbrio interno de um organismo.

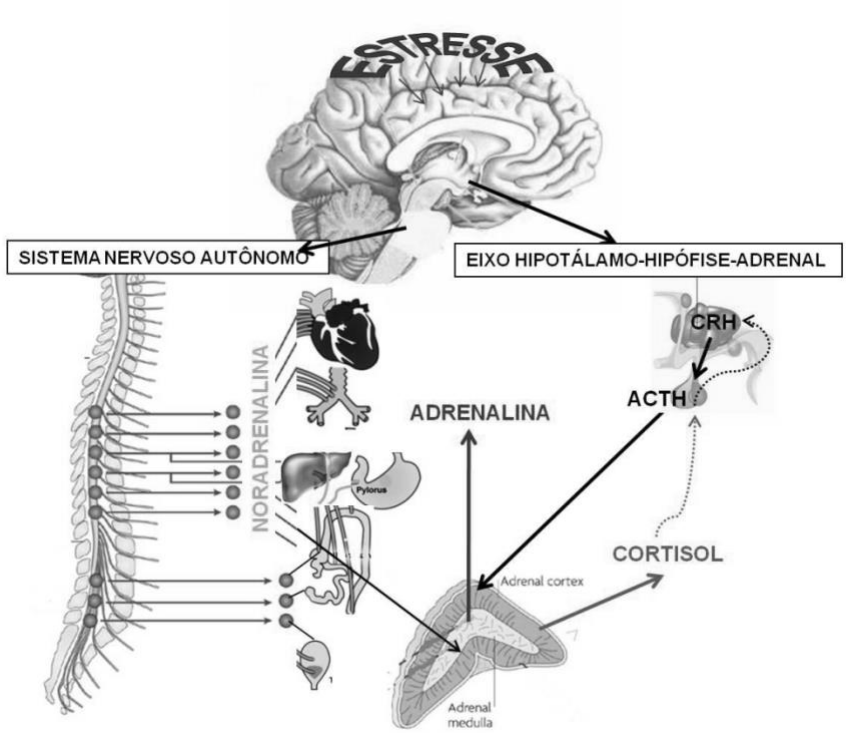
Outro fator interessante ocorre quando o organismo do indivíduo se depara com uma situação de estresse o que irá desencadear uma séria de reações fisiológicas, comportamentais, do sistema imunológico e também no sistema circulatório, assim rompendo a homeostase do organismo e exigindo um esforço do corpo para a adaptação diante da situação. (SOUSA; SILVA; GALVÃO COELHO, 2015)

> O estresse é comumente definido como uma condição ou estado em que a homeostase do organismo é perturbada, como resultado de estímulos estressores. É uma constelação de eventos, envolvendo a participação de diferentes sistemas do organismo em resposta a agentes estressores, como fatores climáticos, hiperpopulação, infecções, exercício físico intenso, desnutrição, ruído, odor, entre muitos outros. (PAGLIARONI; SFORCIN, 2009)

As patologias cardiovasculares estão entre as principais causas de mortes no mundo. Distúrbios que comprometem a circulação sanguínea podem perturbar a estabilidade fisiológica, como a hipertensão arterial. Um dos fatores que causam a hipertensão arterial está o estresse crônico. (ZUARDI, 2010)

O cortisol, hormônio liberado pelo eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, é o considerado um dos principais mediadores do estresse quando liberado. Quando a dose sérica está alta ocorre hipersensibilidade adiposa aos glicocorticoides, resultando numa vasoconstrição. Somado a isso, as fibras simpáticas do Sistema Nervoso Autônomo (SNA), liberam noradrenalina (NA), que estimula os adrenoreceptores alfa e beta. Os receptores alfas, predominantes na região cardiovascular vão aumentar a frequência cardíaca e causam vasocontrição. Os receptores betas presentes nos músculos vão induzir a vasodilatação, permitindo um aumento no fluxo sanguíneo da região. O aumento do fluxo sanguíneo nos músculos somado ao aumento da frequência cardíaca induz um estado de luta e fuga ao indivíduo. Com o aumento na excitação das funções cardiovasculares, as paredes das artérias podem apresentar fissuras, desencadeando outras patologias. (ZUARDI, 2010; PEREIRA et al., 2018)

Figura 2- Mecanismo do estresse



Fonte: ZUARDI (2010).

4. A influência do sistema cardiovascular na homeostasia corporal

A homeostasia é um atributo de um organismo que se autorregula, assim mantendo-se em equilíbrio. O termo homeostase é usado por fisiologistas para abordar a constância do meio interno. Todos os órgãos e tecidos do corpo humano contribuem para que haja essa constância. Há vários mecanismos que contribuem para a homeostase de um organismo, segundo Moraes (2012).

O sistema de transporte do líquido extracelular

•A origem dos nutrientes do líquido extracelular

•A remoção das escórias metabólicas

Homeostasia

•A regulação das funções corporais

•A reproduç

O ser humano adulto possui cerca de 60% do seu corpo composto por líquido.

A grande parte deste líquido, aproximadamente dois terços, denominado líquido intracelular, está presente dentro das células. Cerca de um terço restante está presente no espaço entre as células, sendo chamado de líquido extracelular. (GUYTON; HALL, 2011)

Em qualquer momento, 5% do sangue circulante está nos capilares, sendo extremamente importante a atuação do sistema cardiovascular, pois é o único que proporciona um reservatório do qual o oxigênio e nutrientes entram no líquido intersticial e a única forma com que o gás carbônico e metabólicos podem entrar na corrente sanguínea, favorecendo ao equilíbrio interno, sendo essa troca fundamental para a sobrevivência dos tecidos. (BARRET et al*,* 2014)

> A pressão gerada no coração propele o sangue continuamente pelo sistema. O sangue captura o oxigênio nos pulmões e os nutrientes no intestino e, então, entrega essas substancias para as células corporais enquanto, simultaneamente, remove resíduos celulares e calor para serem excretados. Além disso, o sistema cardiovascular tem um papel importante na comunicação célula a célula e na defesa do corpo contra invasores. (SILVERTHORN, 2017)

As células se desenvolvem e realizam suas funções quando a concentração de nutrientes e íons no líquido extracelular está adequada. Este líquido está em constante movimento pelo corpo, sendo transportado pelo sangue circulante nos vasos sanguíneos. Com efeito, as células em geral participam do mesmo meio. Por isso, o líquido extracelular recebe o nome de meio interno, termo proposto por Claude Bernard, como recém-descrito. (GUYTON; HALL, 2011)

Os nutrientes que compõem o meio interno possuem diferentes origens. No sistema respiratório, o sangue capta o oxigênio presente nos alvéolos pulmonares pela permeação desta molécula da membrana alveolar para o capilar. No trato gastrointestinal, os nutrientes resultantes da digestão dos alimentos ingeridos são absorvidos pelas células presentes nesta região e caem na corrente sanguínea (GUYTON; HALL, 2011). Alguns outros órgãos como o fígado e glândulas endócrinas metabolizam os nutrientes absorvidos no trato gastrointestinal para utilizá-los em outros diferentes tecidos (GUYTON, 1988). As substâncias presentes no líquido extracelular que compõe o meio interno são transportadas para as diferentes regiões do corpo mediadas pelo sistema cardiovascular, pois o sangue circulante veicula esses nutrientes e os capilares permeiam as moléculas para o espaço entre as

células, de onde elas absorvem e realizam seus metabolismos (GUYTON; HALL, 2011). Quando os valores das substâncias no meio interno são alterados, o organismo ativa mecanismos na tentativa de estabilizar as variáveis. (SILVERTHORN, 2017).

Outro evento importante onde o sistema cardiovascular exerce papel fundamental ocorre nas junções das células em suas fenestrações, onde as substâncias passam para o interior das mesmas, destacando a glicose e o oxigênio que estão em alta concentração na corrente sanguínea no liquido intersticial. Esse mesmo sistema faz com que, através de sua pressão exercida pelo coração, as substâncias sejam difundidas para dentro das células e o gás carbônico expelido, permitindo um equilíbrio interno adequado. (BARRET et al, 2014).

A pressão hidrostática realizada no capilar, em vista do transporte de substâncias do sistema cardiovascular, junto à pressão hidrostática intersticial, promove a manutenção do meio interno, visto que a pressão subcutânea e sub-atmosférica é menor. O líquido se move para o interstício no limite da arteríola do capilar e para dentro do capilar no limite do vaso venoso. Cerca de 85% do líquido filtrado é reabsorvido para os capilares, e o restante retorna à circulação pelos vasos linfáticos. Essa movimentação intersticial, só ocorre devido à magnitude das forças ocasionadas pelo sistema cardiovascular ao longo do capilar, favorecendo à constante manutenção do corpo, ou seja, a homeostasia. (Os autores, 2020)

> A capacidade de sustentar a vida está à dependência da constância dos fluidos do corpo humano, e que poderá ser afetada por uma série de fatores, como a temperatura, a salinidade, o pH, ou as concentrações de nutrientes, como a glicose, gases como o oxigênio, e resíduos, como o dióxido de carbono e a uréia. Estes fatores em desequilíbrio (pela falta ou pelo excesso) podem afetar a ocorrência de reações químicas essenciais para a manutenção do corpo vivo. Para manter os mecanismos fisiológicos é necessário manter todos esses fatores dentro dos limites desejáveis. (MORAES, 2012)

As mudanças podem ocorrer de forma interna ou externa ao organismo, estimulando um receptor e desencadeando uma resposta, ou seja, os mecanismos homeostáticos (RYE et al., 2017). Os mecanismos homeostáticos podem ser ativados para remover resíduos de metabolismo celular, para manter as funções adequadas do organismo e protegê-lo. (GUYTON; HALL, 2011)

Ações de outros sistemas também agem em conjunto com o sistema

cardiovascular para manter nosso organismo em equilíbrio homeostático, a saber: o sistema nervoso é capaz de coordenar as variáveis fisiológicas a partir de receptores sensoriais, estes detectam implicações ao organismo mediante algum meio e o sistema hormonal também possui o papel regulador das funções orgânicas, a partir da produção de hormônios pelas glândulas endócrinas, os quais são transportados até o líquido extracelular e são reconhecidos pelas células. (GUYTON; HALL, 2011)

> Os vasos do sistema linfático interagem com outros três sistemas fisiológicos: o sistema cardiovascular, o sistema digestório e o sistema imune. As funções do sistema linfático incluem: restituir de volta ao sistema circulatório os líquidos e proteínas filtrados para fora dos capilares, capturar a gordura absorvida no intestino delgado e transferi-la para o sistema circulatório e atuar como um filtro para ajudar a capturar e destruir patógenos. (SILVERTHORN, 2017).

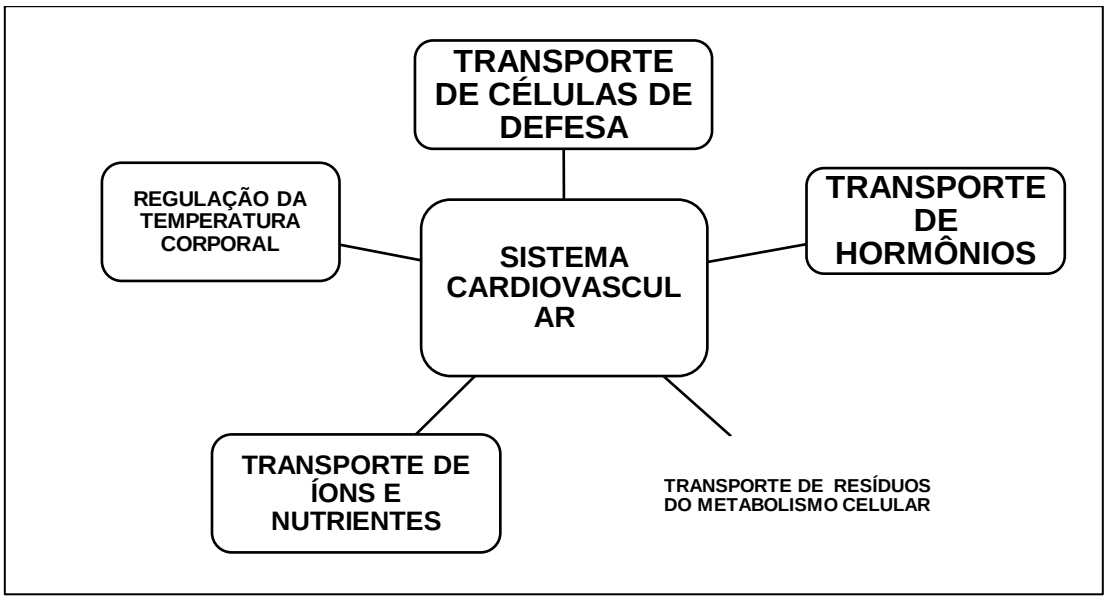
O sistema cardiovascular atua conjuntamente com outros sistemas como abordado no texto, exercendo ações fundamentais para a manutenção do equilíbrio interno como, por exemplo: transporte de hormônios que são coordenados pelo sistema nervoso central, troca de sustâncias entre o meio interno e as células, ações ocorridas devido às forças exercidas nas paredes dos vasos sanguíneos, transporte de glicose e oxigênio e comunicação das arteríolas com o meio interno e vasos linfáticos, atuando na imunidade corporal. (Os autores, 2020)

De acordo com Silverthorn (2017) a proteção do corpo ocorre mediante o sistema imunológico e intergumentar. O imunológico é formado pelos glóbulos brancos que reconhecem células incomuns ao organismo e as destroem. Além disso, o corpo humano possui estruturas externas que o protegem contra a invasão de corpos estranhos, estas são a pele, unha, algumas glândulas e outras estruturas, formando, assim, o sistema intergumentar.

Além disso, o sangue bombeado pelo coração tem a capacidade de regular a temperatura corporal, distribuindo o sangue de forma homogênea pelas diversas partes do organismo, cooperando para que haja a manutenção da mesma mediante as variações de condição externa. Também atua em situações de instabilidade controlando o fluxo sanguíneo de forma que, quando a temperatura do corpo cai, promove a vasoconstrição e reduz a perda de calor, e nos momentos em que as temperaturas se elevam possibilita a vasodilatação, que permite o aumento do fluxo sanguíneo. (CAMARGO, 2011)

As funções dos sistemas acima compõem os mecanismos que o corpo humano possui com o intuito de manter a estabilidade interna. De forma especial, o sistema cardiovascular possui papel essencial mediante estes mecanismos, desempenhando uma influência positiva para a manutenção do equilíbrio interno do corpo, como descrito nas revisões bibliográficas nesse estudo e de acordo com Albuquerque (2015) e demais autores que destacam o transporte das substâncias levando nutrientes e retirando resíduos, como ação primordial para que isso ocorra (Esquema 1).

Esquema 1- Esquema da participação do sistema cardiovascular nos mecanismos homeostáticos realizados pelos diferentes sistemas orgânicos.



Fonte: Silverthorn (2017).

5. Considerações finais

Através dos estudos encontrados e analisados nota-se a notoriedade do aparelho cardiovascular para a garantia de um organismo equilibrado. O sistema cardiovascular tem por principal função o transporte de nutrientes, hormônios e outras substâncias, que a partir dos estudos realizados nessa pesquisa, pode-se constatar que o mesmo promove a garantia de mecanismos homeostáticos.

Foi verificado e comprovado através dos estudos bibliográficos realizados nesse trabalho, que o sistema cardiovascular é capaz de levar os componentes

necessários para a manutenção do equilíbrio interno, devido à pressão exercida nos vasos, a viscosidade do sangue e de seus constituintes, ficando clara a sua importância na manutenção do equilíbrio interno, ou seja, na homeostasia corporal.

Como limitação dessa pesquisa pode-se ressaltar a carência de estudos científicos com abordagens que correlacionem o sistema cardiovascular ao controle e manutenção da homeostasia, bem como ações do aparelho cardiovascular que auxiliam neste processo.

Sendo assim, em relação à temática abordada, de acordo com os achados literários relativos às influências benéficas do sistema cardiovascular na manutenção do equilíbrio do corpo humano, é recomendável que pesquisadores, profissionais, estudantes da área da saúde e áreas afins continuem a explorar o tema em questão, por se tratar de um assunto de extrema relevância, contribuindo assim para a saúde da população e combate às doenças.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, F. S. **Fisiologia Humana e Animal**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

BARRET, K. E. et al. **Fisiologia Médica de Ganong**. 24. Ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda., 2014.

BRITO, I.; HADDAD, H. A formulação do conceito de homeostase por Walter Cannon. **Filosofia e História da Biologia**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 99-113, jan./jun. 2017.

CAMARGO, M. G.; FURLAN, M. M. D. P. Resposta Fisiológica do Corpo às Temperaturas Elevadas: Exercício, Extremos de Temperatura e Doenças Térmicas. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 4, n. 2, p. 278-288, maio/ ago, 2011.

CAVALCANTI, J. S. et. al. Estudo Mesoscópico da Valva Mitral e do seu Anel Fibroso. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. São Paulo, v. 69, n. 4, 1997.

CORRÊA, M. C. S. M. **Anatomia e fisiologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná (Caderno elaborado pelo Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil), 2011.

FILHO, E. P. A.; PEREIRA, F. C. F. **Anatomia Geral**. 1. ed. Sobral: Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2015.

GRAAFF, K. M. V. **Anatomia Humana**. 6. ed. São Paulo: Manole, 2003.

GUYTON, A. C. **Fisiologia Humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GUYTON, A. C. **Tratado de Fisiologia Médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. **Tratado de Fisiologia Médica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

JACOB, S. W.; FRANCONE, C. A.; LOSSOW, W. J. **Anatomia e Fisiologia Humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan , 1990.

JUNQUEIRA JUNIOR, L. F. **Considerações básicas sobre a organização estrutural e a fisiologia do aparelho cardiovascular**. Laboratório Cardiovascular da Universidade de Brasília, 2006.

MACHADO, P. R. L. et al. Mecanismos de resposta imune às alterações. **Revista Brasileira de Dermatologia.** Rio de Janeiro, v. 79, n. 6, pág. 647-662, dec./ 2004.

MONTANARI, T. **Histologia:** Texto, atlas e roteiro de aulas práticas. 3. ed. Porto Alegre: Edição do autor, 2016.

MORAES, I. A.; SIMAS, L. M**. Apostila para a Disciplina Fisiologia Veterinária I da UFF**. 118p. 2012.

MULAI, E. M. Q. **Anatomofisiologia cardíaca.** Dissertação (Mestrado em Ciências Biomédicas) Universidade da Beira Interior, 2019.

OLIVEIRA, G. C. **Plasma humano: componentes e derivados: conservação e utilização terapêutica em ambiente hospitalar**. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, 2016.

PAGLIARONE, A. C., SFORCIN J. M. Estresse: revisão sobre seus efeitos no sistema imunológico. **Rev. Bio saúde**, v.11, n. 1, p. 57-90, jan./jun., 2009.

PEREIRA, L. B. **Estudo do papel dos receptores 5-HT3 na área septal medial (ASM) sobre a pressão sanguínea em ratos estressados e não estressados e a interação com as vias colinérgicas muscarínicas**. Trabalho de conclusão de Curso - TCC (Graduação em Ciências Biológicas) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PEREIRA, A. F. A., et al. RELAÇÃO ENTRE O HORMÔNIO CORTISOL E A SÍNDROME METABÓLICA. **Rev. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 17, 2018.

RYE, C. et. al. **Biology**. 1. ed. Texas: Openstax, 2017.

SILVA, A. P. L; BENETTI, C. F; FRANÇA, A. A. F. **Enfermagem em Cardiologia Intervencionista.** 384p. 1ª edição. São Paulo. Editora dos editores, 2019.

SILVERTHORN, D. **Fisiologia Humana**: Uma Abordagem Integrada. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SOARES, L. G. B.; CALIXTO, F.R. P.; OLIVEIRA, P.H. M., POMBO, M. A . G. **Clínica Cirúrgica para o Generalista**. Teresópolis: Editora UNIFESO (Coleção FESO – Produções Técnicas), 2018.

SOUSA M. B. C; SILVA H. P. A.; GALVÃO COELHO N. E. Resposta ao estresse: I. Homeostase e teoria da alostase. **Revista Psicobiologia e Psicologia Cognitiva.** Natal, v 20, n. 1, Jan-Mar, 2015.

TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia.** 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

ZUARDI, A. W. **Fisiologia do estresse e sua influência na saúde**. São Paulo: USP, Departamento de Neurociência e ciência do comportamento, 2010.

ZUTTIN, R. S. et al. Avaliação da modulação autonômica da frequência cardíaca nas posturas supina e sentada de homens jovens sedentários. **Revista Brasileira de Fisioterapia.** São Carlos, v. 12, n. 1, fev.2008.

AÇÃO DA INCRETINA GLP-1 E PERSPECTIVAS PARA A REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE OBESIDADE

ACTION OF INCRETIN GLP-1 AND PERSPECTIVES TO REDUCE THE INCIDENCE OF OBESITY

GLP-1 ACCIÓN INCRETADA Y PERSPECTIVAS PARA REDUCIR LA INCIDENCIA DE LA OBESIDAD

Marina Fulgêncio Barros[1]

Samara Francine dos Reis Meirelles[2]

Alice Ludugério Rodrigues[3]

Marcella Martins Terra[4]

Resumo: A prevalência da obesidade junto às condições associadas apresentam uma grande preocupação a nível mundial, seus malefícios vão além do comprometimento da qualidade de vida já que implicam em gastos evitáveis em saúde e mortalidade precoce. Uma das diretrizes de tratamento recomendada é o uso de terapia farmacológica, e dentre os medicamentos prescritos têm-se os fármacos análogos de GLP-1 - *Glucagon-like peptide*-1 - que atuam promovendo um aumento dependente da glicose na secreção de insulina; a diminuição da secreção de glucagon; o retardamento no esvaziamento gástrico e a promoção da perda de peso ao inibir o apetite. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar o mecanismo de ação da incretina GLP-1 e avaliar a eficácia de análogos que mimetizam sua ação natural hormonal, constituindo uma nova geração de drogas antiobesidade. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com pesquisas em fontes seguras, artigos nos idiomas em inglês e português. Os resultados demonstram que os fármacos possuem perfil farmacocinético, eficácia e tolerabilidade que se somam ao seu atraente cenário de efeitos terapêuticos, dando suporte à visão de que representam uma opção promissora não só para terapias voltadas para obesidade, mas também para comorbidades, tornando os estudos pertinentes para o desenvolvimento e auxílio nos avanços clínicos.

Palavras-chave: análogos do GLP-1; obesidade; liraglutida; incretinas.

Abstract: The prevalence of obesity with associated conditions is a major concern worldwide. Its harms go beyond the compromised quality of life as they imply avoidable health expenditures and early mortality. One of the recommended treatment guidelines is the use of pharmacological therapy, and among the drugs prescribed are GLP-1 analogue drugs - Glucagon-like peptide-1 -, which act by promoting a glucose-dependent increase in insulin secretion; decreased glucagon secretion; the delay in gastric emptying and the promotion of weight loss by inhibiting appetite. Thus, the aim of this study was to investigate the mechanism of action of GLP-1 incretin and to evaluate the efficacy of analogs that mimic their natural hormonal action constituting a new generation of anti-obesity drugs. To this end, an integrative literature review was carried out, with research on safe sources, articles in the languages in English and Portuguese. The results demonstrate that the drugs have pharmacokinetic profile, efficacy and tolerability that add to their attractive scenario of therapeutic effects, supporting the view that they represent a promising option not only for therapies aimed at obesity, but also for comorbidities, making the studies pertinent to development and aid in clinical advances.

[1] Graduação em Biomedicina (UNIFSJ). Contato: marinafbarros@outlook.com.
[2] Graduação em Biomedicina (UNIFSJ). Contato: samarameirelles@hotmail.com.
[3] Graduação em Biomedicina (UNIFSJ). Contato: aliceludugerio17@gmail.com.
[4] Doutora em Saúde Pública (UFJF). Contato: marcellaterra@yahoo.com.

Keywords: GLP-1 analogues; obesity; liraglutide; incretins.

Resumen: La prevalencia de la obesidad junto con las condiciones asociadas es de gran preocupación a nivel mundial, sus daños van más allá de comprometer la calidad de vida ya que implican gastos evitables en salud y mortalidad temprana. Una de las pautas de tratamiento recomendadas es el uso de terapia farmacológica, y entre los medicamentos prescritos se encuentran los medicamentos análogos de GLP-1 - péptido similar al glucagón-1 - que actúan promoviendo un aumento dependiente de la glucosa en la secreción de insulina; disminución de la secreción de glucagón; retrasar el vaciamiento gástrico y promover la pérdida de peso al inhibir el apetito. Así, el objetivo de este estudio fue investigar el mecanismo de acción de la incretina GLP-1 y evaluar la efectividad de análogos que imitan su acción hormonal natural, constituyendo una nueva generación de fármacos contra la obesidad. Para ello, se realizó una revisión integradora de la literatura, con investigación en fuentes seguras, artículos en inglés y portugués. Los resultados demuestran que los fármacos tienen un perfil farmacocinético, eficacia y tolerabilidad que se suman a su atractivo escenario de efectos terapéuticos, apoyando la visión de que representan una opción prometedora no solo para terapias dirigidas a la obesidad, sino también a las comorbilidades, por lo que los estudios son pertinentes. al desarrollo y asistencia de avances clínicos.

Palabras clave: análogos de GLP-1; obesidad; liraglutida; incretinas.

Introdução

A epidemia de obesidade é um agravo global que sucede de modo multifatorial por meio de aspectos ambientais e genéticos decorrentes de um desequilíbrio entre a ingestão e o gasto de energia desencadeando em um desbalanço energético (RICHARD, 2015).

Seus malefícios acarretam prejuízos à saúde dos indivíduos e favorecem o surgimento de enfermidades e comorbidades potencialmente letais, dentre elas destacam-se disfunções cardiovasculares, diabetes tipo 2, depressão e aumento do risco de diversos tipos de câncer. Considerada uma doença prevalente no passado em quase todos os países do mundo, delineando também um aumento adicional no futuro (PISCHON; NIMPTSCH, 2016).

É de suma importância entender e combater efetivamente os pilares da obesidade, e para isso busca-se interesse em estudos referentes aos mecanismos fisiológicos que regulam o comportamento alimentar e o equilíbrio do peso corporal, trazendo avanços benéficos para pacientes que sofrem de doenças metabólicas como o sobrepeso, a obesidade e suas decorrências (JORSAL et al., 2016).

Uma das medidas adotadas para tentar diminuir sua incidência é a partir de tratamentos farmacológicos. Uma escolha aos medicamentos prescritos são os fármacos análogos de GLP-1 - *Glucagon-like peptide*-1 - que atuam promovendo a perda de peso corporal; a supressão da liberação de glucagon; a desaceleração do

esvaziamento gástrico; a melhora a sensibilidade à insulina e, consequentemente, a redução do consumo de alimentos (LADENHEIM, 2015).

Desse modo, essa revisão tem como objetivo delinear os agravos da obesidade assim como mecanismos fisiológicos e o potencial farmacológico do hormônio GLP-1 no seu tratamento, tendo como princípio o desenvolvimento de análogos peptídicos inovadores que por terem um mecanismo de ação baseado em um hormônio naturalmente secretado pelo organismo ressaltam a importância desse estudo.

Para a realização deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica das bases de dados Pubmed; Lilacs (Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde); MedLine (Literatura Internacional em Ciências da Saúde); periódicos CAPES e ScienceDirect. A bibliografia pesquisada foi por intermédio da busca de palavras-chave: “análogos do GLP-1”, “obesidade”, “liraglutida”, “incretinas” e seus correspondentes em inglês, sendo contemplados os artigos publicados entre 2007 e 2020. Após realização da busca, na base de dados on-line, foi estabelecida uma seleção dos artigos que se adequaram ao tema proposto, considerando a confiabilidade, pertinência e credibilidade.

I Obesidade

A obesidade é um problema de saúde pública que ganha notoriedade em evidências internacionais nas três últimas décadas (ENGIN, 2017). Seus efeitos negativos começaram a ser reconhecidos no início de 1990, principalmente em indivíduos de baixa renda. Atualmente, com sua crescente expansão e visibilidade, o sobrepeso tem sido documentado desde áreas urbanas e rurais, em países da África Subsaariana e Sul da Ásia até populações em países com níveis de renda mais elevados (POPKIN et al., 2012).

Antes era considerada uma condição apenas de países desenvolvidos, hoje se encontra de forma preocupante também em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, estando em grande proporção na população urbana. Além disso, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) declaram que em 2016 mais de 1,9 bilhão de adultos com 18 anos ou mais apresentaram sobrepeso, e destes, mais de 650 milhões de adultos eram considerados obesos (WHO, 2020). Kushner e Kahan

(2018) acentuam a descoberta de que a obesidade é um dos três principais problemas sociais globais, estando junto ao tabagismo, violência armada e terrorismo.

Um estudo de Jones-Smith et al. (2012), feito em uma população chinesa, constatou que a prevalência de obesidade dobrou para mulheres e triplicou para os homens. Essas informações também fornecem indícios de que doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade excedem em pessoas com baixo status socioeconômico, mesmo em países em desenvolvimento, e particularmente para países em transição e em rápido desenvolvimento, levantando a discussão a respeito da relação entre status socioeconômico e doenças.

Nos Estados Unidos há um forte impacto em populações minoritárias referentes aos fatores psicossociais e comportamentais para obesidade, e há também o risco de doenças crônicas relacionadas, com prevalência em adultos, sendo 41% das mulheres obesas, e em contraponto, 38% de homens obesos (YOUNG et al., 2018).

Já no Brasil, fatores atrelados a indisposição para atividade física, junto às características individuais, como comportamento sedentário; idade; escolaridade e tabagismo se tornam agravos para quadros obesogênicos, o que torna indispensável o planejamento de ações afirmativas de precaução e controle do sobrepeso, assim como ações específicas para promoção da saúde e prevenção de doenças associadas a adiposidade (DA SILVA et al., 2019).

I.I Precedentes e Comorbidades

A obesidade é um distúrbio multifatorial, e fisiologicamente acontece por meio de alterações metabólicas complexas, envolvendo circunstâncias genéticas, socioeconômicas e culturais (ENGIN, 2017), sua prevalência é crescente e contribui para o risco de diversas doenças crônicas, como diabetes, cânceres e doenças cardíacas que são a principal causa de morte no mundo (WHO, 2020).

As doenças e condições ocasionadas pelo aumento de peso são perceptíveis em diferentes estágios e de maneiras bem singulares, podendo incluir o desenvolvimento de hipertensão, osteoartrite, distúrbios do sono, disfunção hepática, disfunção renal e infertilidade, além de comorbidades que comprometem a longevidade e a qualidade de vida (Tabela1) (MANNA; JAIN, 2015; MELDRUM et al. 2017).

Tabela 1 - Comorbidades associadas à obesidade (Fonte: Adaptado de GARRUTI et al., 2017).

Doenças cardiovasculares e hipertensão arterial.	**Doença do refluxo gastroesofágico (DRGE).**
Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2).	**Incontinência urinária.**
Dislipidemia.	**Depressão.**
Irregularidades menstruais, hirsutismo, ginecomastia, infertilidade, síndrome dos ovários policísticos.	**Alta suscetibilidade a infecções (celulite, paniculite, infecções de costuras cirúrgicas).**
Deformação da coluna (cifose).	**Varizes na perna.**
Doença hepática gordurosa não alcoólica (NAFLD), fibrose hepática, cirrose.	**Asma, Síndrome de hipoventilação obstrutiva do sono (SAOS).**
Cálculos biliares.	**Hérnia (inguinal, umbilical).**
Doenças pancreáticas (pâncreas gorduroso, pancreatite, câncer).	**Doenças Tromboembólicas.**
Câncer (cólon, fígado, vesícula biliar, pâncreas, mama, colo do útero, útero, ovários, rins, tireóide, leucemia).	**Hiperplasia da próstata e prostatite crônica.**
Osteoartrite.	**Gota.**

Evidências recentes sugerem que a adiposidade exacerbada também afeta a fisiologia cerebral em diferentes níveis, estando associada a menor espessura cortical em regiões do lobo temporal e frontal de indivíduos obesos, junto ao volume aumentado na amídala, tálamo e núcleo accumbens. O que aponta para a gravidade e relevância de estudos a curto e longo prazo sobre seus malefícios sistêmicos (OPEL et al., 2020).

A obesidade materna também é um assunto considerável que precisa ser discutido e tratado, já que existem diversas questões pautadas mediante o forte impacto dos seus efeitos no feto, como o risco da prematuridade e predisposição da adiposidade dos filhos (KONG et al., 2020). Crianças e adolescentes são uma preocupação especial para a previsão de como o efeito do sobrepeso pode afetar a população em um futuro próximo. A obesidade infantil persistente pode estar intimamente relacionada a prevalência de adultos obesos, o que reflete em um ciclo que precisa ser desatado, constatando que os esforços para reduzir a obesidade infantil são ainda mais urgentes (MELDRUM et al, 2017).

O panorama atual também aguça a discussão a respeito dos gastos em saúde, atribuindo que a cresceste prevalência de pacientes acima do peso geram custos diretos e indiretos nos resultados econômicos, sendo assim, pacientes obesos utilizam mais os serviços de saúde e assistência médica, impactando de maneira negativa os cofres públicos (LEHNERT et al., 2013). Atrelado a isso, o sobrepeso favorece as margens de desemprego, perda de produtividade, baixa qualidade do sono, além de privações sociais, sendo uma das principais causas de incapacidade e aposentadoria precoce (BLÜHER, 2019).

Outro fator considerável para a crescente prevalência dessa doença é a alta demanda da disponibilidade de alimentos calóricos e de baixo custo aliada ao marketing para alimentos processados que aumentam o seu consumo, essas mudanças acarretadas pelos processos de urbanização e transição nutricional têm como consequência o fácil ganho de peso. Esse fator em larga escala foi adotado pela expressão “pandemia da obesidade”, o que declara a importância dos orgãos de saúde para tratar esse assunto (BENTHAM et al., 2017).

As causas da obesidade e do sobrepeso junto às suas consequências direcionam a discussão a respeito de medidas para refrear e solucionar a multiplicidade do assunto, a fim de fornecer orientações e estratégias de intervenção mais promissoras (VISSCHER et al., 2017). Uma das medidas estudadas é o uso fármacos incretínicos, um efetivo candidato para tratar obesidade a partir do mecanismo de ação baseado em um hormônio naturalmente secretado pelo organismo, sua eficácia também acontece para o tratamento de diabetes tipo 2, reafirmando a aplicabilidade de seu uso (CHIA; EGAN, 2019).

II Incretinas e a relação com o controle do apetite

As incretinas são hormônios produzidos pelo trato gastrointestinal e secretados por meio de mecanismos homeostáticos a partir da entrada de nutrientes no intestino, desse modo, acontece a sinalização periférica e central que aciona uma série de peptídeos produzidos em resposta ao alimento (PENAFORTE et al., 2017).

Esses hormônios estão envolvidos em mecanismos responsáveis pela liberação de enzimas digestivas, além da ação de proporcionar a indução de transportadores de nutrientes, causando o chamado “efeito incretina” (MUSKIET et

al., 2017). Outro fator considerável é que os hormônios intestinais realizam funções parácrinas, neurotransmissoras e ações do controle local da motilidade intestinal, também realizando efeitos nos tecidos periféricos e no cérebro para influenciar a ingestão e disposição dos nutrientes absorvidos (GRIBBLE; REIMANN, 2016).

Em maior proporção são encontrados dois hormônios incretínicos - o *Glucose-dependent insulinotropic polypeptide* - conhecido como GIP, que é produzido pelas células K enteroendócrinas; e também o hormônio GLP-1 - *Glucagon-like peptide*-1 - produzido principalmente pelas células L, presentes ao longo de todo intestino, mas em maior proporção no íleo distal e no cólon. São secretados poucos minutos após a ingestão de alimentos facilitando a rápida absorção dos nutrientes ingeridos. (ROCHA; CARVALHO, 2009).

Juntos são responsáveis por, em média, 70% das respostas secretórias de insulina após a ingestão de nutrientes. Suas atividades acontecem por meio de receptores acoplados à proteína G distintos altamente expressos em células das ilhotas β. Essa ação sequencia a regulação da secreção de hormônio das ilhotas; concentrações de glicose; metabolismo de lipídeos; motilidade intestinal; inibição do apetite e, dessa forma, a perda de peso corporal. (CAMPBELL; DRUCKER, 2013).

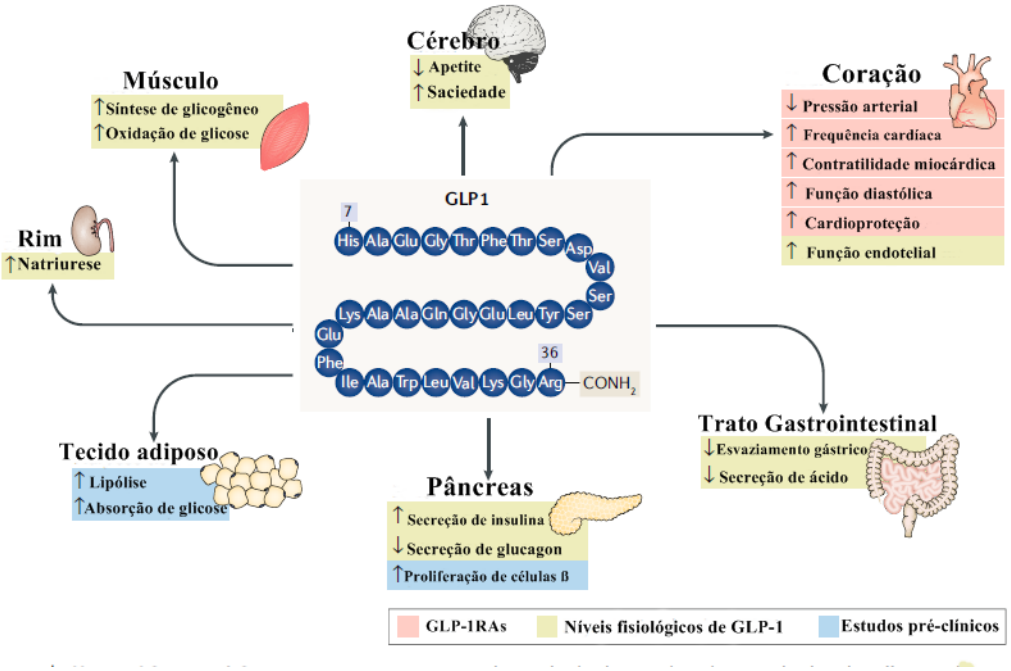
Em tese, os estudos pré-clínicos e clínicos retratam que a ação do GIP provoca o armazenamento de energia por mecanismos diretos no tecido adiposo; enquanto o funcionamento do GLP-1 desencadeia o retardamento do esvaziamento gástrico e a inibição dependente de glicose da secreção de glucagon. Essas constatações dão interesse para o fornecimento de novas abordagens terapêuticas baseadas em incretinas, utilizando fármacos análogos do GLP-1 no tratamento antiobesidade, mimetizando sua ação natural hormonal (BAGGIO; DRUCKER, 2007).

III Hormônio GLP-1 e implicações como fator emagrecedor

As funções do hormônio GLP-1 não se restringem aos benefícios glicêmicos. Seus efeitos se prolongam na perda de peso; melhorias na função das células β; marcadores de risco cardiovascular; ação cardioprotetora; inibição da secreção de glucagon; ação no músculo esquelético; retardamento do esvaziamento gástrico e na diminuição da gliconeogênese hepática. Essas ações trazem proveitos no balanço

energético e melhoram parâmetros metabólicos, reconhecendo esse princípio como base para o tratamento da obesidade e diabetes (Figura 1) (GONZ et al., 2019).

Figura 1 - Efeitos de GLP-1 e GLP-1RAs em vários tecidos. O código de cor aplicado indica se o efeito no tecido alvo foi observado em estudos pré-clínicos (caixas azuis), em níveis fisiológicos de peptídeo 1 semelhante ao glucagon (GLP-1) em estudos clínicos (caixas amarelas) ou após o tratamento com agonistas do receptor GLP-1 (GLP-1RAs; caixas vermelhas). A figura mostra GLP-1 amidado (GLP-1 7-36)



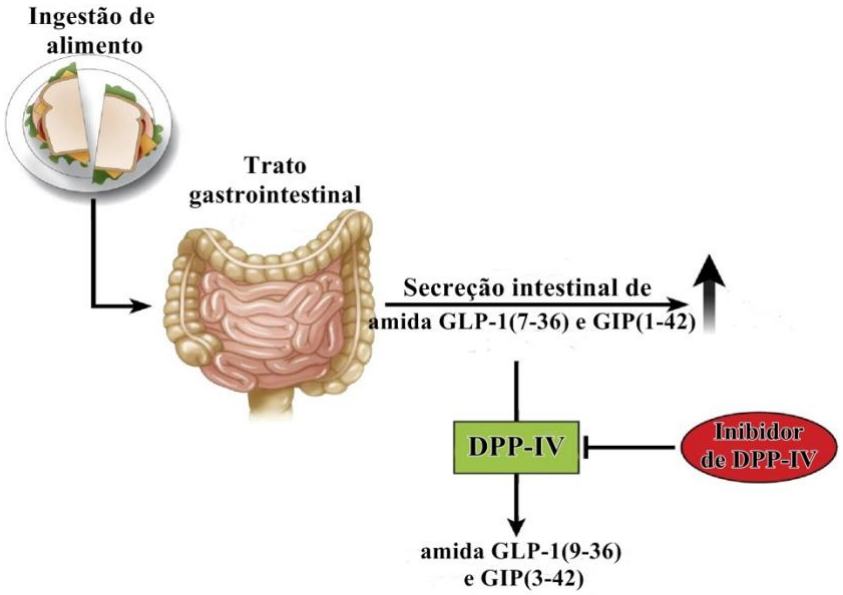
(Fonte: ANDERSEN et al., 2018).

Em indivíduos saudáveis, a função fisiológica relacionada ao aumento na concentração plasmática de GLP-1 acontece em minutos, sendo visto uma variação de 5 a 10 pmol/L em jejum e aumentando de duas a três vezes após a refeição. A seguir, o pico é atingido cerca de 20 minutos após a glicose oral e cerca de 60-90 minutos após refeição mista, e diminuindo gradativamente em direção aos níveis de jejum (ARODA, 2018).

No entanto, quando acontece a secreção de GLP-1 há também a sua rápida degradação pela enzima dipeptidil-peptidase IV (DPP-IV) e depuração renal igualmente rápida, dispondo de uma meia-vida de aproximadamente 1-2 minutos

(Figura 2). Somente 10-15% do GLP-1 liberado endogenamente atinge a circulação sistêmica (NARGIS; CHAKRABARTI, 2018).

Figura 2 - A amida bioativa GLP-1 (7-36) e o GIP (1-42) são liberados do intestino delgado após a ingestão das refeições e aumentam a secreção de insulina estimulada por glicose (ação da incretina). DPP-IV converte rapidamente GLP-1 e GIP em seus metabólitos inativos GLP-1 (9-36) e GIP (3-42) *in vivo*. A inibição da atividade da DPP-IV evita a degradação do GLP-1 e do GIP, aumentando assim a ação da incretina



(Fonte: BAGGIO; DRUCKER, 2007).

Em um estudo de Ferch et al. (2015) foi feita uma análise comparativa da resposta fisiológica ao GLP-1 de indivíduos com peso normal em contrapartida a indivíduos obesos, independente do estado de tolerância a glicose. Os resultados demonstraram que os indivíduos obesos possuíram 20% de resposta prejudicada ao GLP-1 comparado aos que tinham peso dentro da normalidade. Isso estabelece que as alterações na liberação do hormônio incretina possam contribuir para a desregulação da glicose e do apetite, tornando conveniente o fornecimento de tratamentos personalizados que promovam resultados significativos.

Tendo em vista os mecanismos fisiológicos, duas classes de terapias baseadas em incretina estão acessíveis: os agonistas do receptor GLP-1RAs que têm a finalidade de promover a mimetização do hormônio circulante, modificando diretamente a estrutura nativa do GLP-1 para prolongar sua atividade; e também têm-se os inibidores da dipeptidil-peptidase IV (DPP-IV) que permitem a resistência a DPP-

IV evitando a degradação endógena e estendendo a meia-vida do GLP-1. Ambos produzem reduções na glicose plasmática, possuem perfis farmacocinéticos, eficácia e tolerabilidade que se somam ao seu atraente cenário de efeitos clínicos (NAUCK, 2016).

Ao considerar o viés benéfico, a aplicação bem-sucedida de análogos do GLP-1 foi desenvolvida com o objetivo de melhorar sua biodisponibilidade e potencializar suas diretrizes terapêuticas por meio da facilidade e frequência de administração, levando ao desenvolvimento de análogos para administração subcutânea ou oral, proporcionando a possibilidade de alcançar meias-vidas plasmáticas estendidas sem aumentar o tamanho molecular, ocasionando a melhora da aceitação e a adesão entre os pacientes (BUCKLEY et al., 2018).

III.I Abordagens terapêuticas de fármacos análogos de GLP-1

O acompanhamento para tratar obesidade consiste como primeira escolha na mudança do estilo de vida por meio de dieta e atividade física, porém, a taxa de resultado em muitos casos é menor que 10%. Com o interesse em promover a perda de peso clinicamente significativa e potencializar o tratamento podem ser prescritos recursos farmacológicos (CHRISTENSEN et al., 2019).

Outra proposta seria o método da cirurgia bariátrica, sendo uma opção a princípio eficiente e duradoura, todavia é um meio invasivo e irreversível, podendo acometer diversos riscos (SCHULMAN; THOMPSON, 2017), ademais, esse procedimento foi originalmente projetado para pacientes mórbidos e em situações graves (CHIKUNGUWO et al., 2010). A partir dessa afirmação, a farmacoterapia é indicada como uma medida alternativa para redução de peso associada a outros hábitos, ou até mesmo como terapia farmacológica antes do procedimento cirúrgico indicado pela equipe médica (EL GHOCH; FAKHOURY, 2019).

Em ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado realizado por O'Neil e colaboradores (2018) foi comparada a eficácia e segurança do semaglutido – um análogo do GLP-1 – em comparação com a liraglutida e o placebo na perda de peso em pacientes obesos, obtendo aumento da saciedade com perda semanal de gordura em combinação com a intervenção no estilo de vida. A semaglutida foi bem tolerada e não houve resultados imprevisíveis de segurança ou admissão em paralelo aos

estudos com diabetes tipo 2. Mostrando, portanto, perda de peso clinicamente relevante em comparação ao placebo em todas as doses. Os principais efeitos adversos observados ao longo do estudo foram eventos gastrintestinais e náuseas, sendo considerados de intensidade leve ou moderada.

Em outro ensaio clínico com semaglutida, feito em indivíduos saudáve ui de formulação oral, foi investigada a segurança relacionada a farmacocinética do análogo de GLP-1 em dosagem, tornando-o seguro e tolerável, cumprindo com a melhora do controle glicêmico e redução do peso corporal (GRANHALL et al., 2019).

Pi-Sunyer et al., (2015) concluíram em seus estudos com a liraglutida, também análogo do GLP-1, a ação potencial benéfica para o controle do peso em uma dose de 3,0 mg uma vez ao dia, injetada por via subcutânea associada a atividade física e dieta. O tratamento resultou em reduções nos fatores de risco cardiometabólico; diminuição da circunferência da cintura; pressão arterial e marcadores inflamatórios, perdendo pelo menos 5% e mais de 10% do peso corporal inicial, além de constatarem uma redução significativa nos níveis de hemoglobina glicada; glicose no plasma; glicose em jejum e insulina em jejum coprimários. Os eventos adversos relatados com mais frequência foram náuseas e diarreia.

Sob o mesmo ponto de vista, uma pesquisa feita em adolescentes com idade entre 12 e 18 anos com obesidade constatou que o uso de liraglutida 3,0 mg atrelado a mudança no estilo de vida levaram a uma redução significativamente maior na pontuação do desvio padrão do IMC do que o placebo. Os efeitos adversos citados foram brandos, mencionando desconforto gastrointestinal, principalmente durante o aumento da dose e, em seguida, tornou-se menos frequente, havendo variações entre pacientes (KELLY et al., 2020).

Essas constatações promovem um enorme interesse na exploração do uso de outros GLP-1RAs para tratar obesidade, assim como demais agentes terapêuticos que atuam no eixo intestino-cérebro, o que confirma e aguça a conveniência de experimentos em drogas que possuem o GLP-1 como princípio ativo, obtendo um papel contínuo e crucial no manejo e acompanhamento farmacológico da obesidade (BURCELIN; GOURDY, 2017).

Considerações finais

Torna-se evidente, portanto, que medicamentos agonistas de GLP-1 possam ser uma alternativa aos medicamentos convencionais na realização do tratamento para obesidade.

Por meio do mecanismo de ação natural do hormônio GLP-1 é possível compreender a vantagem ao usar medicamentos pautados em reproduzir sua ação, tendo em vista que possuem efeitos colaterais brandos e toleráveis, além disso, contribuem de maneira significativa na terapêutica de pacientes obesos por meio do aumento da saciedade, na diminuição da fome e consumo potencial de alimentos. Terapias baseadas em incretinas são uma proposta promissora no atendimento e acompanhamento ao paciente, fornecendo alternativas personalizadas que possam promover maior adesão à terapia, potencializando resultados e retardando a progressão da doença.

Referências

ANDERSEN, A. et al. Glucagon-like peptide 1 in health and disease. **Nature Reviews Endocrinology**, v. 14, n. 7, p. 390–403, 2018.

ARODA, V. R. A review of GLP-1 receptor agonists: Evolution and advancement, through the lens of randomised controlled trials. **Diabetes, Obesity and Metabolism**, v. 20, n. November 2017, p. 22–33, 2018.

BAGGIO, L. L.; DRUCKER, D. J. Biology of Incretins: GLP-1 and GIP. **Gastroenterology**, v. 132, n. 6, p. 2131–2157, 2007.

BENTHAM, J. et al. Worldwide trends in body-mass index, underweight, overweight, and obesity from 1975 to 2016: a pooled analysis of 2416 population-based measurement studies in 128·9 million children, adolescents, and adults. **The Lancet**, v. 390, n. 10113, p. 2627–2642, 2017.

BLÜHER, M. Obesity: global epidemiology and pathogenesis. **Nature Reviews Endocrinology**, v. 15, n. 5, p. 288–298, 2019.

BUCKLEY, S. T. et al. Transcellular stomach absorption of a derivatized glucagon-like peptide-1 receptor agonist. **Science Translational Medicine**, v. 10, n. 468, p. 1–13, 2018.

BURCELIN, R.; GOURDY, P. Harnessing glucagon-like peptide-1 receptor agonists for the pharmacological treatment of overweight and obesity. **Obesity Reviews**, v. 18, n. 1, p. 86–98, 2017.

CAMPBELL, J. E.; DRUCKER, D. J. Pharmacology, physiology, and mechanisms of incretin hormone action. **Cell Metabolism**, v. 17, n. 6, p. 819–837, 2013.

CHIA, C. W.; EGAN, J. M. Incretins in obesity and diabetes. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1461, n. 1, p. 104–126, 2019.

CHIKUNGUWO, S. M. et al. Analysis of factors associated with durable remission of diabetes after Roux-en-Y gastric bypass. **Surgery for Obesity and Related Diseases**, v. 6, n. 3, p. 254–259, 2010.

CHRISTENSEN, R. M.; JUHL, C. R.; TOREKOV, S. S. Benefit-Risk Assessment of Obesity Drugs: Focus on Glucagon-like Peptide-1 Receptor Agonists. **Drug Safety**, v. 42, n. 8, p. 957–971, 2019.

DA SILVA, F. M. O. et al. Environmental factors associated with obesity in the adult population in a medium-sized Brazilian City. **Cadernos de Saude Publica**, v. 35, n. 5, 2019.

EL GHOCH, M.; FAKHOURY, R. Challenges and new directions in obesity management: Lifestyle modification programmes, pharmacotherapy and bariatric surgery. **Journal of Population Therapeutics and Clinical Pharmacology**, v. 26, n. 2, p. e1–e4, 2019.

ENGIN, A. The Definition and Prevalence of Obesity and Metabolic Syndrome. **Advances in Experimental Medicine and Biology 960,** v. 960, p. 1–17, 2017.

FERCH, K. et al. GLP-1 response to oral glucose is reduced in prediabetes, screen-detected type 2 diabetes, and obesity and influenced by sex: The ADDITION-PRO study. diabetes 2015;64:2513-2525. **Diabetes**, v. 64, n. 9, p. e30–e31, 2015.

GARRUTI, G. et al. Cross-talk between bile acids and gastro-intestinal and thermogenic hormones: Clues from bariatric surgery. **Annals of Hepatology**, v. 16, n. Suppl 1, p. s68–s82, 2017.

GONZ, I. et al. Glucagon , GLP-1 and Thermogenesis. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 20, n. 3445, p. 1–16, 2019.

GRANHALL, C. et al. Safety and Pharmacokinetics of Single and Multiple Ascending Doses of the Novel Oral Human GLP-1 Analogue, Oral Semaglutide, in Healthy Subjects and Subjects with Type 2 Diabetes. **Clinical Pharmacokinetics**, v. 58, n. 6, p. 781–791, 2019.

GRIBBLE, F. M.; REIMANN, F. Enteroendocrine Cells: Chemosensors in the Intestinal Epithelium. **Annual Review of Physiology**, v. 78, n. 1, p. 277–299, 2016.

JONES-SMITH, J. C. et al. Emerging disparitiess in overweight by educational attainment in Chinese adults (1989-2006). **International Journal of Obesity**, v. 36, n. 6, p. 866–875, 2012.

JORSAL, T. et al. GLP-1 and Amylin in the Treatment of Obesity. **Current Diabetes Reports**, v. 16, n. 1, p. 1–7, 2016.

KELLY, A. S. et al. A randomized, controlled trial of liraglutide for adolescents with obesity. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 22, p. 2117–2128, 2020.

KONG, L. et al. Relationship of prenatal maternal obesity and diabetes to offspring neurodevelopmental and psychiatric disorders: a narrative review. **International Journal of Obesity**, 2020.

KUSHNER, R. F.; KAHAN, S. Introduction: The State of Obesity in 2017. **Medical Clinics of North America**, v. 102, n. 1, p. 1–11, 2018.

LADENHEIM, E. E. Liraglutide and obesity: A review of the data so far. **Drug Design, Development and Therapy**, v. 9, p. 1867–1875, 2015.

LEHNERT, T. et al. Economic costs of overweight and obesity. **Best Practice and Research: Clinical Endocrinology and Metabolism**, v. 27, n. 2, p. 105–115, 2013.

MANNA, P.; JAIN, S. K. Obesity, Oxidative Stress, Adipose Tissue Dysfunction, and the Associated Health Risks: Causes and Therapeutic Strategies. **Metabolic Syndrome and Related Disorders**, v. 13, n. 10, p. 423–444, 2015.

MELDRUM, D. R.; MORRIS, M. A.; GAMBONE, J. C. Obesity pandemic: causes, consequences, and solutions—but do we have the will? **Fertility and Sterility**, v. 107, n. 4, p. 833–839, 2017.

MUSKIET, M. H. A. et al. GLP-1 and the kidney: From physiology to pharmacology and outcomes in diabetes. **Nature Reviews Nephrology**, v. 13, n. 10, p. 605–628, 2017.

NARGIS, T.; CHAKRABARTI, P. Significance of circulatory DPP4 activity in metabolic diseases. **IUBMB Life**, v. 70, n. 2, p. 112–119, 2018.

NAUCK, M. Incretin therapies: Highlighting common features and differences in the modes of action of glucagon-like peptide-1 receptor agonists and dipeptidyl peptidase-4 inhibitors. **Diabetes, Obesity and Metabolism**, v. 18, n. 3, p. 203–216, 2016.

O'NEIL, P. M. et al. Efficacy and safety of semaglutide compared with liraglutide and placebo for weight loss in patients with obesity: a randomised, double-blind, placebo and active controlled, dose-ranging, phase 2 trial. **The Lancet**, v. 392, n. 10148, p. 637–649, 2018.

OPEL, N. et al. Brain structural abnormalities in obesity: relation to age, genetic risk, and common psychiatric disorders: Evidence through univariate and multivariate

mega-analysis including 6420 participants from the ENIGMA MDD working group. **Molecular Psychiatry**, 2020.

PENAFORTE, F. R. O. et al. Effects of a high-fat meal on postprandial incretin responses, appetite scores and ad libitum energy intake in women with obesity. **Nutr Hosp**, v. 34, n. 2, p. 376–382, 2017.

PI-SUNYER, X. et al. A randomized, controlled trial of 3.0 mg of liraglutide in weight management. **New England Journal of Medicine**, v. 373, n. 1, p. 11–22, 2015.

PISCHON, T.; NIMPTSCH, K. Obesity and risk of cancer: An introductory overview. **Recent Results in Cancer Research**, v. 208, n. Mdc, p. 1–15, 2016.

POPKIN, B. M.; ADAIR, L. S.; NG, S. W. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition Reviews**, v. 70, n. 1, p. 3–21, 2012.

RICHARD, D. Cognitive and autonomic determinants of energy homeostasis in obesity. **Nature Reviews Endocrinology**, v. 11, n. 8, p. 489–501, 2015.

ROCHA, H.; CARVALHO, R. **O Papel das Incretinas no Tratamento da Diabetes Mellitus tipo 2.** Trabalho monográfico (Mestrado Integrado em Medicina) - Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, 2009.

SCHULMAN, A. R.; THOMPSON, C. C. Complications of Bariatric Surgery: What You Can Expect to See in Your GI Practice. **American Journal of Gastroenterology**, v. 112, n. 11, p. 1640–1655, 2017.

VISSCHER, T. L. S. et al. Perceived Health Status: Is Obesity Perceived as a Risk Factor and Disease? **Obesity Facts**, v. 10, n. 1, p. 52–60, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity.** Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/obesity#tab=tab_1>. Acesso em: 6 de maio de 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity and overweight**. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 1 de Set de 2020.

YOUNG, K. L. et al. Genetics of Obesity in Diverse Populations. **Current Diabetes Reports**, v. 18, n. 12, 2018.

ALELOPATIA DO EXTRATO DE FOLHAS, FRUTOS E RAIZ DE *EUCALYPTUS GRANDIS* SOBRE SEMENTES DE *LACTUCA SATIVA* L

ALLELOPATHY THE LEAF EXTRACT, FRUITS AND ROOTS OF *EUCALYPTUS GRANDIS* ON *LACTUCA SATIVA* L SEEDS

ALELOPATÍA DEL EXTRACTO DE HOJAS, FRUTOS Y RAÍCES DE *EUCALYPTUS GRANDIS* EN SEMILLAS DE *LACTUCA SATIVA* L.

Leonardo Figueira Reis de Sá[1]

Alef da Silva Gomes[2]

RESUMO: Alelopatia é resultado da liberação de compostos produzidos pelas plantas no meio, sendo estes, de origem e atividade ainda questionáveis. Aleloquímicos podem estimular ou prejudicar a germinação e o desenvolvimento de plântulas em locais próximos. As espécies do gênero *Eucalyptus* possuem fortes propriedades alelopáticas devido à alta produção de fitotóxicos em suas folhas. O presente trabalho teve por objetivo avaliar o potencial alelopático de folha, fruto e raiz de *E. grandis* sobre germinalidade e desenvolvimento do vegetal *Lactuca sativa* L, popularmente conhecido como alface. O delineamento experimental foi construído de 20 sementes em cada placa, sendo utilizadas três placas por concentração (10, 50, 100%) do extrato em comparação com controle (H_2O) em câmara de germinação a 21°C. A contagem foi realizada a cada 24 horas. As análises de germinação nas concentrações de 100% apresentaram maior poder inibitório de ambos os extratos sobre a germinação de alface, embora os extratos de fruto tenham sido mais danosos. As análises de desenvolvimento também apresentaram resultados semelhantes. O comprimento da radícula foi reduzido e a pesagem massa fresca e seca também apresentou alterações, indicando diferenças no desenvolvimento das plântulas.

Palavras-chave: Germinação, fitotóxicos, efeito inibitório, aleloquímicos, *Lactuca sativa* L.

ABSTRACT: Allelopathy is the result of the release of compounds produced by plants in the environment, which are still of questionable origin and activity. Allelochemicals can stimulate or hinder germination and seedling development in proximity. The species of the genus *Eucalyptus* have strong allelopathic properties due to the high production of phytotoxics in their leaves. This study aimed to evaluate the allelopathic potential of *E. grandis* leaf, fruit and root on germination and development of the plant *Lactuca sativa* L, popularly known as lettuce. The experimental design consisted of 20 seeds in each plate, using three plates per concentration (10, 50, 100%) of the extract compared to control (H_2O) in a germination chamber at 21°C. Counting was performed every 24 hours. The germination analyzes at 100% concentrations showed greater inhibitory power of both extracts on lettuce germination, although the fruit extracts were more harmful. Development analyzes also showed similar results. The radicle length was reduced and the fresh and dry mass weighing also presented alterations, indicating differences in seedling development.

Keywords: Germination, phytotoxic, inhibitory effect, allelochemicals, *Lactuca sativa* L

RESUMEN: La alelopatía es el resultado de la liberación de compuestos producidos por las plantas en el medio ambiente, que todavía tienen un origen y actividad cuestionables. Los aleloquímicos pueden estimular u obstaculizar la germinación y el desarrollo de las plántulas en las proximidades. Las especies del género *Eucalyptus* tienen fuertes propiedades alelopáticas debido a la alta producción de fitotóxicos en sus hojas. Este estudio tuvo como objetivo evaluar el potencial alelopático de la hoja, fruto y raíz de *E. grandis* sobre la germinación y desarrollo de la planta *Lactuca sativa* L, conocida

[1] Doutor em Biociências e Biotecnologia (UENF). Pós-doutorado em Biotecnologia Vegetal (UENF). Docente no Centro Universitário São José (UNIFSJ). Contato: leofig.reis@gmail.com.

[2] Bacharelado em Ciências Biológicas (Uniredentor). Contato: efigomess@gmail.com

popularmente como lechuga. El diseño experimental consistió en 20 semillas en cada placa, utilizando tres placas por concentración (10, 50, 100%) del extracto en comparación con el control (H2O) en una cámara de germinación a 21 ° C. El recuento se realizó cada 24 horas. Los análisis de germinación a concentraciones del 100% mostraron un mayor poder inhibidor de ambos extractos sobre la germinación de la lechuga, aunque los extractos de frutos resultaron más dañinos. Los análisis de desarrollo también mostraron resultados similares. La longitud de la radícula se redujo y el pesaje de la masa fresca y seca también presentó alteraciones, lo que indica diferencias en el desarrollo de las plántulas.

Palabras clave: Germinación, fitotóxicos, efecto inhibidor, aleloquímicos, *Lactuca sativa* L.

1- INTRODUÇÃO

Alelopatia consiste no efeito causado pela atividade de biomoléculas (aleloquímicos) produzidas por uma espécie vegetal no crescimento ou desenvolvimento de outra planta. Esses compostos podem ser produzidos por: caule, folhas, raiz e flores (Rizvi & Rizvi, 1992) e serem depositados sobre o solo por meio do acúmulo de resíduos vegetais depositados principalmente em espécies com extenso período reprodutivo e ampla dispersão como o eucalipto (Almeida, 1991; Aguiar & Kageyama, 1987).

As espécies do gênero *Eucalyptus*, devido às variedades morfológicas e ao extenso uso no mercado extrativista apresentam uma distribuição cosmopolita (Mora & Garcia, 2000). Dessa forma, o plantio dessas espécies produtoras de aleloquímicos e consequente deposição constante de sua biomassa no solo têm intensificado estudos sobre alelopatia através de biotestes laboratoriais.

A maioria dos experimentos utilizam como plantas teste Lactuca sativa L (alface) e *Lycopersicum esculentum* (tomate), por serem mais sensíveis (Ferreira & Áquila, 2000) e apresentarem resultados mais rápidos diante da exposição aos compostos.

A atividade dos aleloquímicos, porém, é questionável e podem estimular ou inibir processos de germinação e crescimento em vários aspectos. Efeitos inibitórios foram observados por Souza & Cardoso (2003) que ao avaliar a interferência do extrato de folhas de *E. grandis* sobre a germinação de *Lactuca sativa* L. (Alface) e *Phaseolus vulgaris* L. (Feijão) em diferentes concentrações, concluíram que, apesar do extrato inibir a germinação de alface não há efeito significativo sobre as sementes de feijão.

Por outro lado, apesar dos testes com aleloquímicos demostrarem efeito inibitório na maioria dos trabalhos realizados, análises sobre o potencial alelopático

de *Impatiens walleriana* sobre sementes de cevada apresentaram resultados onde a germinação foi estimulada (Silva et al., 2003).

Essas diferenças ocorrem devido a variações fisiológicas das plantas expostas, e assim, a atividade alelopática depende de múltiplos fatores, como concentração, localização, composição e tempo de resistência dos fitotóxicos liberados, onde nem sempre o efeito pode ser observado sobre a porcentagem de germinação, mas sobre a velocidade ou o desenvolvimento (Ferreira & Áquila, 2000). Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho foi verificar o efeito do extrato aquoso de folhas, frutos e raiz de *E. grandis* sobre a germinação e desenvolvimento de *Lactuca sativa* L.

2- MATERIAIS E MÉTODOS

2.1- Obtenção do material biológico

As sementes utilizadas de *Lactuca sativa* L. (Alface Babá de Verão), foram do tipo Agristar categoria S2, classe comum e com percentual de germinação acima de 90%. As folhas, frutos e raiz de *Eucalyptus grandis* foram coletadas no parque Ecológico Municipal de cidade de Miracema, RJ.

2.2- Preparação do material biológico

A preparação do material seguiu a metodologia proposta por Souza & Cardoso (2012) com modificações no preparo das amostras, definidas mediante realização de experimento piloto. Foram utilizadas 10g de cada órgão da planta. A raiz foi triturada em liquidificador e peneirada. As folhas e os frutos foram submetidos à imersão em nitrogênio líquido e maceradas em grau e pistilo. O pó adquirido foi misturado em 150ml de água e levado à agitação (45 RPM) por cerca de 20 horas. Em seguida o material foi coado com papel filtro para obtenção dos extratos.

2.3- Bioensaio de germinação

Os bioensaios de germinação seguiram a metodologia proposta por Yamagushi (2011), com modificações, onde foram utilizadas placa de petri de 14 cm de diâmetro,

forradas com disco de papel filtro e esterilizadas. Foram utilizadas cinco placas por concentração de cada órgão, constituindo a unidade amostral. As placas foram umedecidas com 10ml de água destilada no tratamento controle ou 10ml do extrato em concentrações de 10, 50 e 100%.

Em cada placa já umedecida com seu respectivo tratamento, foram adicionadas 20 sementes de *Lactuca sativa* L que, posteriormente, foram acondicionadas em câmara de germinação a 21°C com fotoperíodo de 16h claro e 8h escuro (Oliveira et al., 2012).

A avaliação da germinação das sementes considerou desde a embebição das mesmas até a emissão da radícula. A medição das radículas 24 horas após embebição das sementes e do eixo epicótilo-radícula 96 horas após o mesmo período foi feita com o auxílio do programa ImageJ.

A análise de desenvolvimento foi delineada mediante análise da produção de biomassa determinada através de comparação do peso seco e fresco das amostras. A preparação foi realizada de acordo com Segovia et al. (1997) com modificações. As plântulas frescas foram organizadas em lotes de 20 unidades em sacos de papel e pesadas em balança analítica. Para determinação da massa seca os lotes foram levados à estufa a 80ºC por 4 horas e, posteriormente houve uma nova pesagem.

2.4- Plotagem dos dados e análise estatística

Os dados obtidos foram plotados e analisados estatisticamente (Teste *t*) com o auxílio do programa Graphpad Prism 5.0 (Motulsky, 2007).

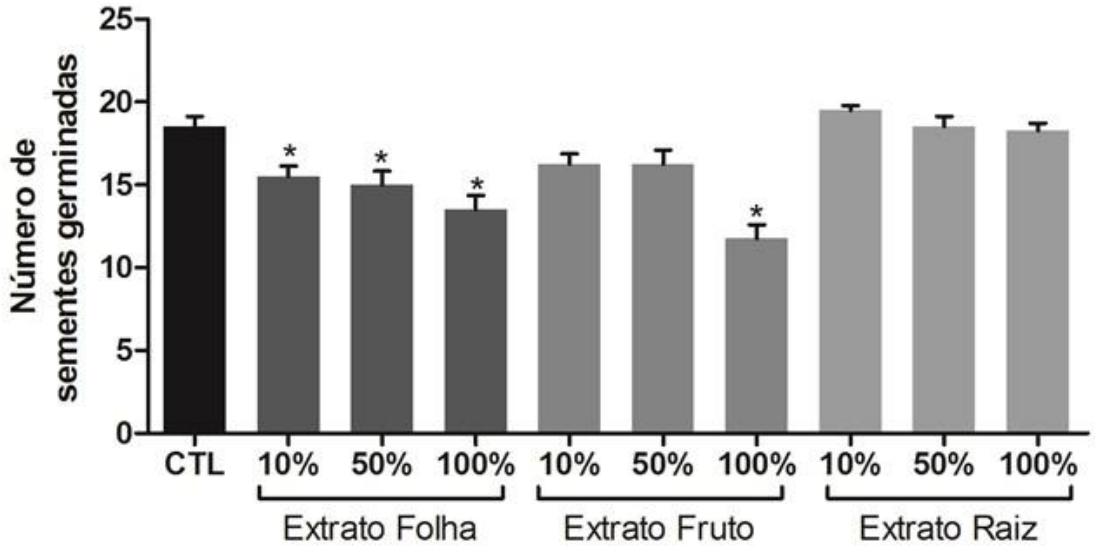
3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises de germinação apresentaram leve efeito sobre as sementes. Onde apenas os extratos de folha demostraram efetiva interferência em todas as concentrações. No controle, 18 sementes germinaram. Nos extratos de folha a 10, 50 e 100%, à medida que a concentração aumentava o número de sementes germinadas reduzia, sendo, 17, 16 e 14 respectivamente. Os extratos de fruto apresentaram resultados eficazes apenas na concentração a 100%, germinando apenas 12

sementes. Assim, em ambos os extratos a concentração a 100% foi a mais prejudicial, entretanto, em comparação da efetividade dos resíduos o fruto é o mais danoso (Figura 1).

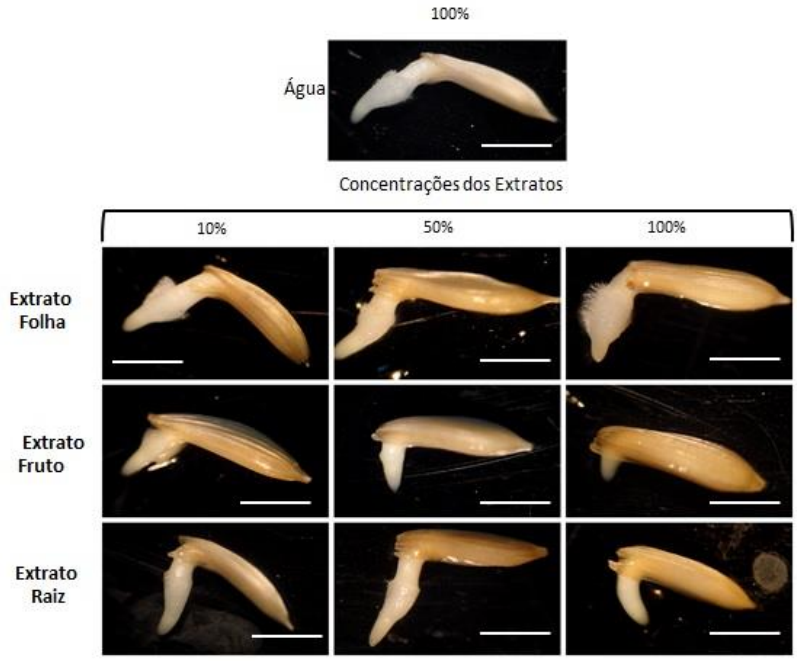
Esses resultados se assemelham aos obtidos por Oliveira (2009) que ao analisar o efeito alelopático de frutos de juazeiro sobre a germinação de alface percebeu diferenças sobre a efetividade do extrato em diferentes concentrações. Segundo Albach, (2012) à medida que a concentração do extrato aumenta o efeito sobre a germinalidade é mais expressivo, uma vez que, ao avaliar o efeito do extrato aquoso de serapilheira de *E. urophylla* em diferentes concentrações observou que a de 75% era a mais prejudicial. Os extratos de raiz não apresentaram resultados estatisticamente diferentes do controle.

Figura 1. Número de sementes germinadas. Número de sementes germinadas após 24 horas de embebição. As barras correspondem a média de 4 experimentos independentes n=20. Asteriscos correspondem a valores estaticamente diferentes em relação ao controle (CTL) de acordo com teste *t*. P<0,0005.



As radículas recém-imergidas apresentaram diferenças em relação ao tipo de extrato e concentração submetidas, sendo mais robustas e menores as expostas ao extrato de fruto e raiz (Figura 2). Esse resultado pode estar relacionado ao fato de a raiz ficar em constante contato com o extrato, portanto é a mais afetada (Rizvi & Rizvi, 1992).

Figura 2. Efeito biológico dos extratos de *E. grandis.* Efeito biológico dos extratos de *E. grandis* sobre germinação de sementes de alface com 24 horas após embebição. Barra Branca = 3mm



O comprimento das radículas durante o desenvolvimento também apresentaram diferenças. O extrato de folha e fruto foram os mais danosos, apresentando raízes menores em relação ao controle a medida que a concentração aumentava (Figura 3). Esses resultados são semelhantes aos obtidos por Hoffman et al. (2007) que observaram diminuição progressiva do comprimento da raiz de plântulas de tomate e picão-preto expostas à ação de extratos de folhas de espirradeira (*Nerium oleander*). Segundo Rizvi & Rizvi (1992) essas interferências podem desencadear uma série de interferências nos processos metabólicos gerando alterações na estrutura celular, hormonal, mecanismos fotossintéticos, síntese proteica e atividade de algumas enzimas, visto que, a raiz é responsável pela absorção de íons importantes para o crescimento do vegetal.

O comprimento do eixo epicótilo-radícula também foi afetado diante da exposição aos extratos e seguiu o mesmo padrão das análises de germinação e radícula, visto que, à medida que a concentração do extrato aumentava o tamanho do eixo reduzia. As sementes expostas ao tratamento com frutos em todas as concentrações afetaram estatisticamente o eixo (Figura 4).

Figura 3. Comprimento da radícula de sementes de alface com 24 horas após a embebição. As barras correspondem a média de 4 experimentos independentes n=20. Asteriscos correspondem a valores estaticamente diferentes em relação ao controle (CTL) de acordo com teste *t*. P<0,0005.

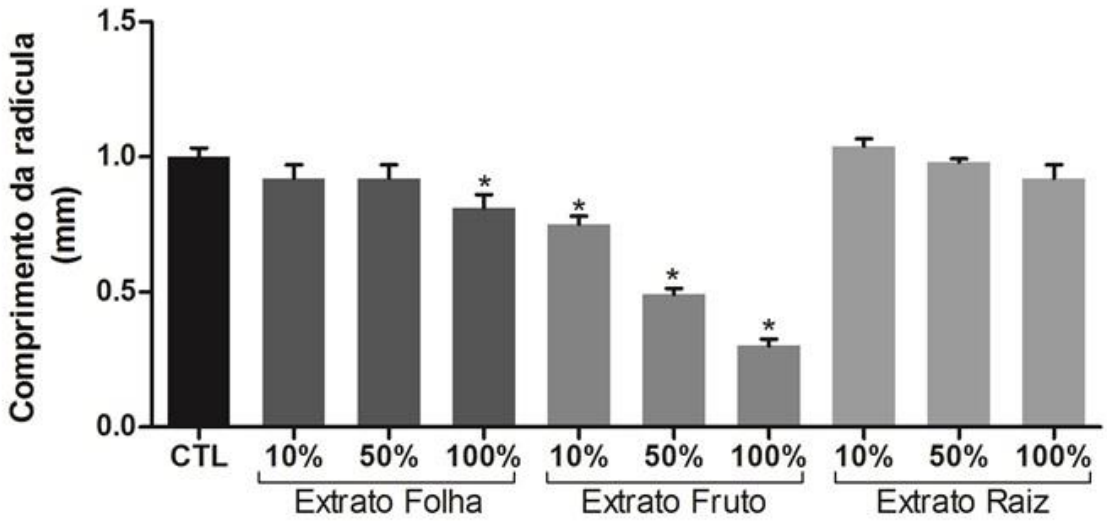
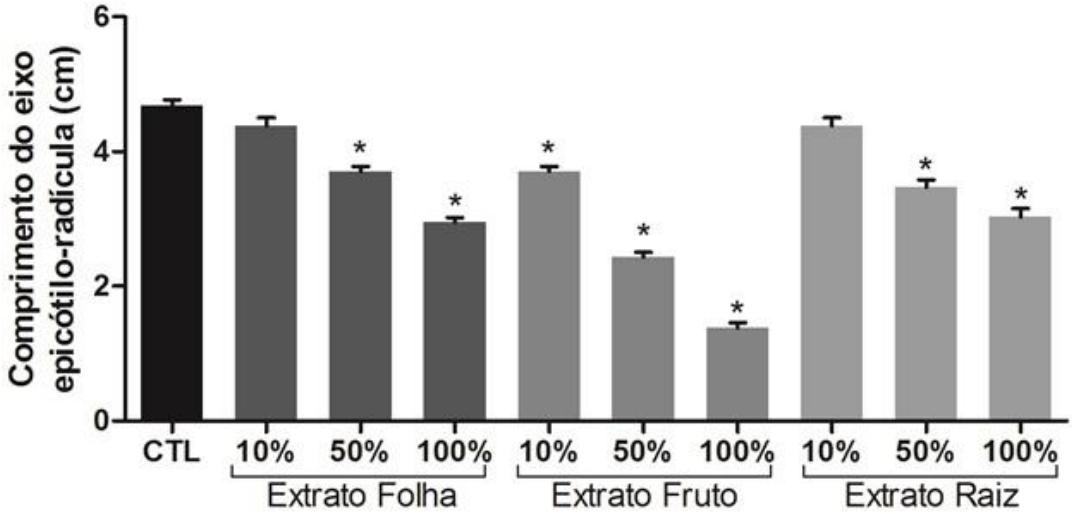


Figura 4. Comprimento do eixo epicótilo-radícula de plântulas com 96 horas de embebição com 10, 50 e 100% de extratos de *E. grandis*. As barras correspondem a média de 4 experimentos independentes n=20. Asteriscos correspondem a valores estaticamente diferentes em relação ao controle (CTL).



Em relação ao aspecto das plântulas houve diferenças morfológicas diante da exposição aos extratos e suas concentrações se comparados ao controle (Figura 5). As sementes submetidas a extrato de folha geraram resultados ambíguos, onde as concentrações de 10 e 50% o comprimento da parte aérea apresentou aumento, porém as submetidas ao extrato de 100% geraram plântulas com comprimento menor. Nas sementes submetidas ao extrato de fruto o comprimento da parte aérea e das raízes diminuiu proporcionalmente em razão da concentração do extrato, sendo a 100% a mais prejudicial, onde as radículas apresentaram aspecto mais robusto e mais curtos, encolhimento da raiz principal e aumento de raízes adventícias em relação ao controle.

Resultados semelhantes foram observados por Miró et al., (1998) ao analisar alelopatia de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) sobre o desenvolvimento de milho, onde houve decréscimo das raízes principais que se demonstraram extremamente sensíveis aos extratos. Segundo Ferreira & Aquila (2000) substâncias alelopáticas

podem induzir o aparecimento de plântulas anormais, sendo a necrose da radícula um dos sintomas mais comuns. Carmo et al. (1993) analisaram extratos etanólicos de canela sassafrás (*Ocotea odorífera*) sobre plântulas de sorgo e observaram que reduzem mais drasticamente o desenvolvimento do sistema radicular que a germinação.

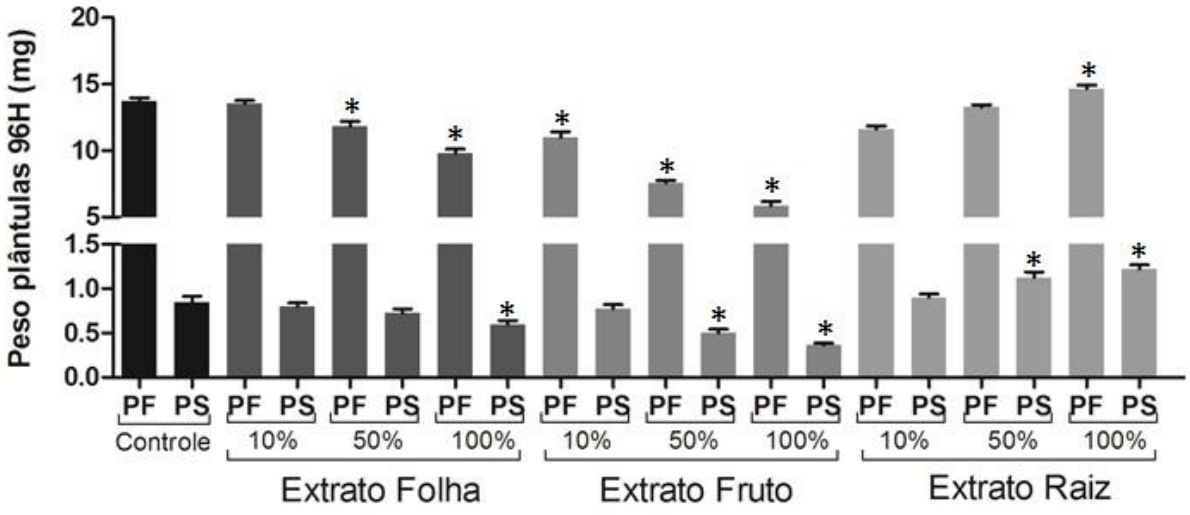
Segundo Ferreira & Áquila (2000) é comum o extrato afetar mais o desenvolvimento, que é mais sensível, do que a germinação em si, que ocorre devido às reservas energéticas da semente. Este efeito também pode ser observado nos estudos de Formagio et al. (2010) sobre a influência de extratos metanólicos de cinco espécies de *Annonaceae* sobre a germinação de alface onde o desenvolvimento do hipocótilo apresentou maior sensibilidade ao tratamento. Essa influência pode ser observada em outros estudos que demostram grande efeito sobre o desenvolvimento inicial da plântula (Ferreira & Aquila, 2000). Os extratos de raiz não apresentaram resultados estatísticos em relação ao controle.

Figura 5. Efeito biológico dos extratos *de E. grandis* sobre desenvolvimento pós-germinativo de plântulas de alface com 96 horas após embebição. A: plântulas germinadas com água. B, C, D: plântulas germinadas com 10, 50 e 100% do extrato de folha, fruto e raiz, respectivamente. Barra = 1cm.



A redução do peso massa fresca das plântulas submetidas aos extratos de todos os órgãos demonstram significativo efeito de *E. grandis* sobre o desenvolvimento de alface (Figura 6). Os extratos de folha e fruto apresentaram resultados mais expressivos, porém o extrato de fruto a 100% foi o mais danoso, ocorrendo drástica redução no peso seco. Borella e Pastorini (2009) ao analisar influência alelopática de *Phytolacca dioica* L. sobre picão preto e alface também observaram redução da massa seca à medida que a concentração do extrato aumentava, houve redução na produção de biomassa diante da exposição aos extratos. Pressupõe-se, portanto, que a diferença no tamanho das plântulas não está relacionada a alterações na absorção de água pela célula vegetal, visto que, de acordo com Marenco e Lopes (2005), podem ocorrer extensas variações no quantitativo de água presente nos tecidos vegetais que possuem um volume médio de 80%. Nos extratos de raiz o peso seco foi aumentado progressivamente à medida que se aumentava a concentração, o que contrapõe com os resultados obtidos por folha e fruto.

Figura 6. Peso seco (PS) e fresco (PF) de plântulas com 96 horas de embebição com 10, 50 e 100% de extratos de folha, fruto e raiz de *E. grandis*, respectivamente. As barras correspondem a média de 4 experimentos independentes. Asteriscos correspondem a valores estaticamente diferentes em relação ao controle.



Assim, os extratos de *E. grandis* apresentaram resultados mais significativos sobre o desenvolvimento que a germinação de alface. Os efeitos eram mais nocivos à medida que a concentração aumentava. Os extratos de raiz foram os menos nocivos, não afetando germinalidade e tendo apenas uma pequena influência sobre crescimento do epicótilo e massa seca. Entretanto, em comparativo aos diferentes extratos e concentrações os efeitos mais expressivos e danosos foram obtidos pelo extrato de fruto.

4- REFERÊNCIAS

ALBACH, A. C. C.; ALMEIDA, V. P. ;BREIER, T. B.; BARRELLA, W. 2010. **Potencial alelopático das folhas de *Eucalyptus urophila***. *Revista Eletrônica de Biologia*, 3 (2): 32-47.

ALMEIDA, F. S. **Efeitos alelopáticos de resíduos vegetais.** 1991. *Pesquisa Agropecuária Brasileira***,** 26 (2): 221-236.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA ASSOSSIAÇÃO DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS DO BRASIL (ABRAF). 2013. *Anuário Estatístico ABRAF 2013: ano base 2012.*148p.

AGUIAR, I. B.; KAGEYAMA, P. Y. 1987**. Desenvolvimento floral de *Eucalyptus grandis* Hil**l ex Maiden em Mogi Guaçu – SP. *Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF),* 37: 5-11.

BORELLA, J.; PASTORINI, L. H. 2009. **Influência alelopática de *Phytolacca dioica* L. na germinação e crescimento inicial de tomate e picão-preto**. *Biotemas*, 22 (3): 67-75.

CARMO, F. S.; BORGES, E. E. L.; TAKAKI, M. 2007**. Alelopatia de extratos aquosos de canela-sassafrás (*Ocotea odorifera* (Vell.) Rohwer).** *ACTA Botanica Brasilica,* 21 (3): 697-705.

FERREIRA, A. G.; AQUILA, M. E. A. 2000. **Alelopatia: Uma área emergente da ecofisiologia.** *Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal.* Edição Especial, **(**12): 175-204.

FERREIRA, T.; RASBAND, W. 2012. **ImageJ user guide.** Disponível em: http:/ http://imagej.nih.gov/ij/docs/guide. Acesso em 23 de outubro de 2015.

FORMAGIO, A. S. N.; MASETTO, T. E.; BALDIVIA, D. S.; VIEIRA, M. C.; ZÁRATE, N. A. H.; PEREIRA, Z. V. 2010. **Potencial alelopático de cinco espécies da família *Annonaceae*.** *Revista Brasileira de Biociências*, 8, (4): 349-354.

HOFFMANN, C. E. F.; NEVES, L. A. S.; BASTOS, C. F.; WALLAU, G. L. 2007. **Atividade alelopática de *Nerium Oleander* L. e *Dieffenbachia picta schott* em sementes de *Lactuca Sativa* L. e *Bidens pilosa* L.** *Revista de Ciências Agroveterinárias*, 6 (1): 11-21.

MARENCO, R.A.; LOPES, N.F. 2005. **Fisiologia vegetal: Fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral**. Viçosa: *Universidade Federal de Viçosa*. 451p.

MIRÓ, C. P.; FERREIRA, A. G.; AQUILA, M. E. A. 1998. **Alelopatia de frutos de erva-mate *(Ilex paraguariensis)* no desenvolvimento do milho**. *Pesquisa Agropecuária. Brasileira,* 33(8): 1261-1270.

MORA, A. L.; GARCIA, C. H. A. 2000. **Cultura do eucalipto no Brasil.** São Paulo: *Sociedade Brasileira de Silvicultura.* 109 p.

MOTULSKY, H.J. 2007**. Prism 5 Regression Guide.** San Diego: *GraphPad Software, Inc*. 294p.

OLIVEIRA A.K.; COELHO M.F.B; MAIA S.S.S.; DIÓGENES F.E.P.; MEDEIROS F. S. 2012. **Alelopatia de extratos de diferentes órgãos de mulungu na germinação de alface**. *Horticultura Brasileira,* 30 (3): 480-483.

RIZIV, S. J. H.; RIZVI, V. 1992. ***Allelopathy: Basic and applied aspects***. Boundary Row: Chapman & Hall. 487 p.

SEGOVIA, J. F. O.; ANDRIOLO, J. L.; BURIOL, G. A.; SCHNEIDER, F. M. 1997. **Comparação do crescimento e desenvolvimento da alface** (*Lactuca sativa* L**.) No interior e no exterior de uma estufa de polietileno em Santa Maria**, RS. *Ciência Rural*, 27 (1): 37- 41.

SILVA, A.A.O.; SANTIAGO, S. A.; RODRIGUES, E.; ANTOMIAZZI, N.; BBACH, E. E. 2002. **Efeito alelopático do extrato de *Impatiens walleriana* sobre sementes de cevada. *ConsSCIENTIAE Saúde***, 1: 17-20.

SOUZA, V. M.; CARDOSO, S. B. 2003. **Efeito alelopático do extrato de folhas de *Eucalyptus grandis* sobre a germinação de *Lactuca sativa* L. (Alface) e P*haseolus vulgaris* L.(Feijão).** *Revista Eletrônica de Educação e Ciência (REEC),* 3 (2): 1-6.

YAMAGUSH, M. Q.; GUSMAN, S. G.; VESTENA, S. 2011**. Efeito alelopático de extratos aquosos de *Eucalyptus globulus* Labill. e de *Casearia sylvestris* Sw. sobre espécies cultivadas**. *Semina: Ciências Agrárias,* 32 (4): 1361-1374.

PARTICIPAÇÃO DE RECEPTORES "*TOLL LIKE*" NA RESPOSTA À INFECÇÃO POR LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA

PARTICIPATION OF TOLL LIKE RECEPTORS IN RESPONSE TO AMERICAN CUTANEOUS LEISHMANIASIS INFECTION

PARTICIPACIÓN DE RECEPTORES TIPO TOLL EN LA RESPUESTA A LA INFECCIÓN POR LEISHMANIASIS TEGUMENTARIA AMERICANA

Bárbara Rodrigues dos Santos[1]
Elaine Cristina Berro[2]
Patrícia Ucelli Simioni[3]

RESUMO

Entende-se que a leishmaniose tegumentar americana (LTA) é uma doença zoonótica pois acomete homem e animal. Essa doença é causada pelo protozoário Leishmania sp., que é um parasito intracelular obrigatório. Possuem duas formas evolutivas, a forma promastigota, encontrada no hospedeiro invertebrado e a forma amastigota, encontrado nos macrófagos do hospedeiro vertebrado. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS),a leishmaniose é considerada uma das seis importantes doenças infecciosas, devido a capacidade de se adaptar ao sistema imune do hospedeiro. A resposta imunológica à infecção é bem complexa, devido ao fato desse parasito possuir a capacidade de se adaptar e escapar do sistema imune, conseguindo se manter no citoplasma da célula alvo sem sofrer danos. A resposta imune se inicia com a ligação de receptores de reconhecimento padrão (PPR) que estão presentes na superfície e no citoplasma celular, tais como os receptores do tipo Toll (TLR). Os sintomas da infecção por LTA podem ser confundidos com reações de hipersensibilidade pelo fato do tempo de incubação do parasito poder variar de um mês até um ano. Quando surgem os sintomas, o paciente apresenta inflamação no endotélio, com necrose e ulceração com bordas endurecidas delimitando o tamanho da ferida.

Palavras-chave: Leishmaniose Tegumentar Americana, Receptores Toll like, Sistema Imune

ABSTRACT

It is understood that American tegumentary leishmaniasis (ACL) is a zoonotic disease because it affects man and animal. This disease is caused by the protozoan Leishmania sp., Which is an obligate intracellular parasite. They have two evolutionary forms, the promastigote form, found in the invertebrate host and the amastigote form, found in the macrophages of the vertebrate host. According to the World Health Organization (WHO), leishmaniasis is considered one of six major infectious diseases due to its ability to adapt to the host immune system. The immune response to the infection is very complex, due to the fact that this parasite has the capacity to adapt and escape from the immune system, being able to remain in the cytoplasm of the target cell without suffering damage. The immune response begins with the binding of standard recognition receptors (PPRs) that are present on the surface and in the

[1] Departamento de Medicina. Faculdade Americana/SP. Contato: psimioni@gmail.com.
[2] Departamento de Medicina. Universidade Anhembi-Morumbi. Contato: psimioni@gmail.com.
[3] Doutorado em Genética Molecular pela Universidade Estadual de Campinas.
Contato:psimioni@gmail.com

cellular cytoplasm, such as Toll-like receptors (TLRs). The symptoms of ATL infection may be confused with hypersensitivity reactions because the time of incubation of the parasite may vary from one month to one year. When the symptoms appear, the patient presents inflammation in the endothelium, with necrosis and ulceration with hardened edges delimiting the size of the wound

Keywords: American Cutaneous Leishmaniasis, Toll Like Receptors, Immune System

ABSTRACTO

Se entiende que la leishmaniasis tegumentaria americana (ATL) es una enfermedad zoonótica que afecta a humanos y animales. Esta enfermedad es causada por el protozoo Leishmania sp., Que es un parásito intracelular obligado. Tienen dos formas evolutivas, la forma promastigote, que se encuentra en el huésped invertebrado, y la forma amastigote, que se encuentra en los macrófagos del huésped vertebrado. Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), la leishmaniasis se considera una de las seis enfermedades infecciosas importantes, debido a su capacidad para adaptarse al sistema inmunológico del huésped. La respuesta inmune a la infección es bastante compleja, debido a que este parásito tiene la capacidad de adaptarse y escapar del sistema inmunológico, logrando permanecer en el citoplasma de la célula diana sin sufrir daños. La respuesta inmune comienza con la unión de los receptores de reconocimiento de patrones (PPR) que están presentes en la superficie celular y el citoplasma, como los receptores tipo Toll (TLR). Los síntomas de la infección por LTA pueden confundirse con reacciones de hipersensibilidad porque el tiempo de incubación del parásito puede variar de un mes a un año. Cuando aparecen los síntomas, el paciente presenta inflamación del endotelio, con necrosis y ulceración con bordes endurecidos que delimitan el tamaño de la herida.

Palabras clave: Leishmaniasis tegumentaria americana, Toll like Receptores, Sistema inmunológico

INTRODUÇÃO

A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é considerada uma doença zoonótica devido ao fato de ter seu ciclo de desenvolvimento em animais e humanos.[1,2] É causada pelo protozoário do gênero *Leishmania sp.*, sendo transmitido para o homem pelo vetor flebotomíneo fêmea.[1,2] De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a LTA é considerada uma das seis importantes doenças infecciosas, por conta da sua capacidade de adaptação ao hospedeiro.[2]

A *Leishamania sp.* possui duas formas evolutivas: a promastigota encontrada no vetor e a amastigota, encontrada nos macrófagos do indivíduo infectado.[1,2,3,4,5,6,7] Os sintomas da infecção podem variar de acordo com a espécie de *Leishmania sp*. inoculada pelo vetor. No caso da LTA é característico aparecer uma ulceração com bordas endurecidas no local em que o indivíduo foi picado. [1,3,4,5,6]

A resposta imune a esse parasito envolve citocinas, moléculas coestimuladoras e a participação dos receptores do tipo *Toll* que irão ajudar na ativação de uma resposta celular específica, com participação de linfócitos $TCD4^+$ (auxiliar) e $TCD8^+$ (citotóxico) e uma resposta humoral com a produção de anticorpos .[10] Os receptores do tipo *Toll* estão presentes nas células fagocíticas que participam no combate desta infecção, gerando uma sinalização para desencadear a resposta imune. [10,11]

Tendo em vista que a leishmaniose tegumentar americana (LTA) causada por *Leishmania sp*. Embora conhecida há muito tempo, ainda é um problema de saúde pública. Atualmente, tem-se estudado os mecanismos de resposta imune envolvidos nessa infecção, visto que esse parasito possui a capacidade de se multiplicar dentro dos macrófagos, modificando assim o curso da resposta imune e dificultando a eliminação do mesmo.

O presente trabalho busca trazer dados atuais sobre os receptores do tipo *Toll* associados à infecção e a resposta imune para leishmaniose tegumentar americana. O objetivo do presente artigo é descrever o envolvimento dos receptores do tipo *Toll* na resposta imune associada com a infecção Leishmaniose tegumentar americana.

1-MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema pela da busca de trabalhos de autores nacionais e internacionais, publicações e artigos científicos, nos sites de pesquisa Scielo, Pubmed, Google Acadêmico, entre outros, disponíveis on-line, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes de consulta e listando qual a participação dos receptores na resposta a infecção pelo parasito *Leishmania sp*. A seleção teve como fonte de busca as palavras: Leishmaniose Tegumentar Americana, receptores Toll like, receptores tipo Toll, sistema imune e sistema imunológico.

Foram selecionados cerca de 60 artigos, e foram incluídos artigos publicados de 2002 até 2020 e forma excluídos artigos cujos assunto principal não se relacionada ao tema ou cuja publicação fosse anterior ao período selecionado.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA

A leishmaniose tegumentar americana (LTA) é uma doença infecto-parasitária causada pelo parasito do gênero *Leishmania sp*., que acomete pele e mucosas. É considerada uma doença zoonótica, pois afeta primeiramente animais e não ao homem, o qual está envolvido secundariamente nesse ciclo.[13,9] A LTA é transmitida ao homem pelo vetor Flebotomíneo fêmea popularmente conhecido como mosquito palha.[13,5,9]

Atualmente são reconhecidas doze espécies diferentes de *Leishmania* que podem causar infecção no homem e oito espécies causadoras de doenças em animais.[5] No Brasil a leishmaniose possui subclasses sendo elas: *Leishmania (Viannia) brasiliensis, Leishmania (Viannia) guyanesis, Leishmania (Viannia) lainsoni, Leishmania (Viannia) shawi, Leishmania (Viannia) naiff, Leishmania (Leishmania) amazonenses.*[5,8,9]

EPIDEMIOLOGIA

A disseminação da LTA pelo mundo está relacionada à destruição do inseto vetor.[5] Este está presente em 85 países se destacando em quatro continentes (Américas, Europa, África e Ásia) .[5] De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esta é considerada uma das seis importantes doenças infecciosas, por conta da sua adaptação aos novos hospedeiros humanos e animais. [5]

A cada ano são registrados novos casos de LTA no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que mantém atualizado o número de casos confirmados.[5]

No Brasil, a leishmaniose tegumentar americana é uma das doenças dermatológicas que merece mais atenção, devido a sua capacidade de causar deformações físicas, acarretando consequências psicológicas.[6] Em 2016, foram registrados 12.690 novos, sendo que em 71 desses casos o paciente veio à óbito.[6]

SINTOMAS

O tempo de incubação do parasito pode variar de um mês até um ano, com apresentação de sintomas que podem ser confundidos com reações e hipersensibilidade.[7] Os sintomas clínicos podem variar, mas em geral o paciente apresenta inflamação no epitélio com necrose e ulceração, que pode ou não ser profunda, com bordas endurecidas delimitando o tamanho da ferida [7,8,9,13,14] A úlcera da LTA é caracterizada ela cronicidade, evoluindo de forma lenta. A cicatrização da mesma pode levar meses ou anos. [7,8,9,13,14]

PATOGÊNESE

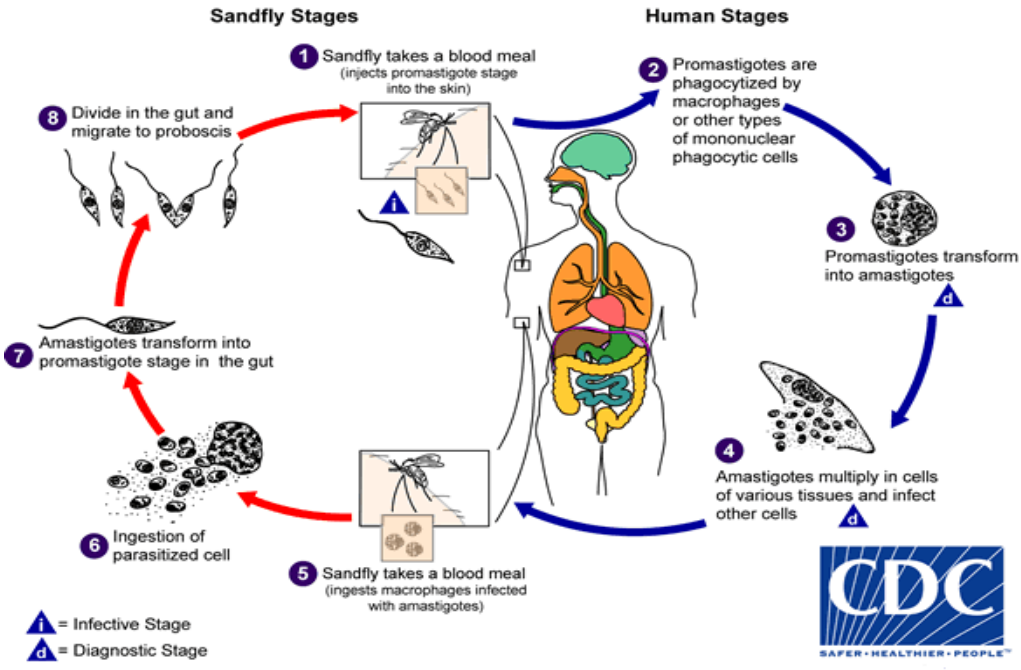
Todas as classes de *Leishmania* são virulentas, e esse parasito intracelular obrigatório induz uma doença mutilante .[12] A patogenia acontece pela invasão dos macrófagos pelo parasito com disseminação pelo organismo e ativação dos linfócitos T. [12]

Leishamania spp., possui duas formas evolutivas, a forma flagelada ou promastigota e é encontrada no hospedeiro invertebrado, a forma amastigota ou aflagelada é encontrada nos macrófagos do hospedeiro vertebrado . [5,7,8,9,13,14]

O ciclo evolutivo de *Leishmania sp.* se inicia após a picada do vetor flebotomíneo fêmea, quando o mesmo libera formas promastigotas no hospedeiro. Essas irão ser reconhecidas pelo sistema imune como patógenos. Macrófagos recrutados para o local são infectados pelo parasito, visto que o parasito da LTA tem

tropismo pelos macrófagos. [5,7,8,9,13,14] Dentro deles, esse parasito irá se transformar na forma amastigota e se multiplicar de forma binária até romper o macrófago e se disseminar pelo organismo para recomeçar seu ciclo. [5,7,8,9,13,14]

Figura 5 : Ciclo evolutivo da *Leishmania sp*.



Fonte: CDC,2016

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do parasito é realizado por uma microscopia com coloração específica .[12]

Os métodos utilizados podem ser:

- Exame direto de esfregaço corado, no qual é coletada uma amostra da borda da úlcera e fixada em lâmina. O material é corado com derivados de Giemsa ou Leishman .[8,12]
- Exame Histopatológico, onde é realizada uma biopsia da úlcera e enviada para análise patológica. Caso seja detectada forma amastigota ou um filtrado inflamatório é diagnosticado da LTA. [8,12]
- Cultura, onde são usados meios que são próprios para a *Leishmania sp*. como o meio NNN (*Neal, Novy, Nicolle*) associado à LIT (*Liver Infusion Triptose*) usados com antibióticos.[6] Para a cultura, utiliza-se um aspirado ou biopsia da ulcera com risco de contaminação por microrganismos da flora normal da pele.[8]
- Atualmente tem sido utilizado métodos moleculares , que são capazes de identificar a espécie da *Leishmania sp.* Esse método tem como princípio a reação em cadeia polimerase também conhecido como PCR (Polimerase Chain Reaction) um método sensível que é capaz de detectar uma pequena

partícula do parasito no material obtido do paciente pela da amplificação do DNA (ácido desoxirribonucleico). [2]

TRATAMENTOS

O tratamento para a LTA depende da espécie e sua evolução clínica. Os fármacos antimoniais pentavalentes são fármacos de primeira linha, que potencializam a ação de fagocitar dos neutrófilos e assim disso eliminar o parasito. Outros fármacos que também podem ser usados são azitromicina, alopurinol, entre outros, esses fármacos sempre estarão associados a fármacos antimoniais.[5,8,14]

O uso tópico de paramomicina tem se mostrado um fármaco promissor, pois ainda estão sendo realizados estudos. [5,8,14]

A imunoterapia é caracterizada pela utilização de antígenos *Leishmania sp*. onde tem sido um tratamento alternativo para pacientes que apresentam sistema imune comprometido, exemplo BCG. [5,8,14]

RESPOSTA IMUNE PARA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA

A resposta imunológica à infecção por *Leishmania sp.* é bem complexa, visto que esse parasito possui uma alta capacidade de se adaptar a resposta imune do hospedeiro.[1.3]

Quando o parasito entra em contato com o organismo, o sistema imune reconhece esse como não próprio. Células fagocíticas da imunidade inata, como os macrófagos, irão fagocitar agente infeccioso.[1,2] Entretanto, esse parasito escapa desse mecanismo de defesa, conseguindo se manter no citoplasma da célula alvo sem sofrer danos.[1,3]

Os receptores de reconhecimento padrão (PPR) presentes nas células apresentadoras de antígeno (APC) irão reconhecer antígenos do parasito e desencadear uma resposta específica celular com participação de linfócito $TCD4^+$ (auxiliar) e $TCD8^+$ (citotóxico) ou uma imunidade humoral com produção de anticorpos.[3]

A resposta imune adaptativa é fundamental para o controle dessa infecção parasitária. [3] Tipicamente a infecção por *Leishmania sp.* se destacada pelo padrão de resposta imune celular para a eliminação da infecção.[3] Na resposta imune celular ao

parasito, o sistema adaptativo induz a resposta dos linfócitos TCD4+ do perfil Th1 e dos linfócitos TCD8+ citotóxicos, bem como a produção de IFN-γ, que irá induzir a produção de óxido nítrico (NO) por macrófagos, gerando uma associação da resposta inata e adaptativa com potencialização dessa última.[3]

RECEPTORES TIPO TOLL- LIKE ENVOLVIDOS NAS INFECÇÕES

Entre os receptores de reconhecimento padrão (PPR) se destacam os receptores do tipo Toll (TLR).[1,3] Esses receptores estão presentes na superfície e no citoplasma das células dendríticas, macrófagos e nos neutrófilos, que serão responsáveis pelo reconhecimento dos padrões moleculares associados a patógenos (PAMP), iniciando a resposta inata e a resposta adquirida.[1,3,5]

Esses receptores formam descobertos na década de 1990, aonde foram descobertos em insetos do gênero Drosophila, se demonstrando eficazes para a proteção de infecções das moscas.[4] Em 1997 foram identificados a presença de um homologo proteína do tipo Toll em humanos e a partir dessa data esses receptores tem sido estudados. [4]

Os receptores TLRs são glicoproteínas do tipo 1 , que tem em sua estrutura um domínio extracelular rico em leucina (LRR), que terá como função o reconhecimento do ligante onde irá diferenciar o próprio do não próprio , porém como ocorre o mecanismo de interação ainda não foi esclarecido.[11] Já no domínio intracelular há uma estrutura conservada tendo associação de receptor Toll com a interleucina -1 (TIR), aonde irá facilitar a interação do receptor TLR com as moléculas sinalizadoras. .[11]

Atualmente, em humanos sabe-se que existem 10 TLR (TLR 1 -10) e 12 em camundongos (TLR1-9 e TLR11-13).[1,11] Os TLR são subdivididos em dois grupos sendoTLR1, TLR2, TLR4, TLR5 eTLR6 presentes na superfície da célula e os TLR3, TLR7, TLR8 e TLR9 tem localização intracelular.[1,11]

Cada TLR possui sua particularidade devido ao fato que são específicos para uma determinada estrutura (epítopo) do agente infeccioso.[1,11]

Além de serem específicos os TLR estão envolvidos na ativação e regulação da resposta imunológica, visto que evitam uma resposta inflamatória ou imunológica excessiva.[4] Mas há algumas situações em que os receptores TLR podem ter sua função comprometida, como a hipoatividade, o que pode ocasiona o desenvolvimento do patógeno no organismo. [4]

Entretanto a hiperatividade pode estar associada a algumas doenças autoimunes, como por exemplo o lúpus eritematoso sistêmico.[4]

ATIVAÇÃO DOS RECEPTORES TOLL-LIKE

Ao serem ativados os TLR irão sofrer alterações conformacionais necessárias para o recrutamento de proteínas adaptadoras relacionadas com o domínio TIR, como o fator de diferenciação mieloide 88 (MyD88) e adaptador contendo domínio TIR induzindo Interferon-β (TRIF ou TICAM1) .[4] O receptor MyD88 é um molécula que é capaz de se associar a todos os receptores TLR, com exceção do receptor TLR-3.[4] Essa molécula utiliza o TRIF para ativar as vias dos fatores transcrição, como o fator de transcrição nuclear kappa (NF-kB) e fator do tipo 3 regulador de interferon (IRF-3) . [1,4] O NF-kB irá promover a expressão de citocinas e moléculas de adesão endotelial, já a IRF-3 irá estimular a produção de interferons do tipo 1 e citocinas que bloqueiam a replicação do micro-organismo. [1,4]

Após essas etapas ocorrerá a transcrição genica e a expressão de citocinas inflamatórias (TNF-alfa e IL-12) , Quimiocinas (IL-8 e MCP-1) , Moléculas de adesão endotelial (E-selectinas) , moléculas coestimulatórias (CD80 e CD86) e citocinas antivirais (IFN- β/α) e assim ocorrerá a ativação dos receptores TLR. [1,4]

ENVOLVIMENTO DE RECEPTORES TOLL-LIKE NAS LEISHMANIOSE

Na infecção por *Leishmania sp.,* nem todos os receptores do tipo *Toll* conseguem reconhecer antígenos presentes na estrutura do parasito.[3] Estudos mostram que os receptores TLR-2, TLR-4 e TLR-9 presentes na superfície dos macrófagos desempenham um papel importante para o combate desta infecção.[1,11]

O TLR-2 é ativado quando há o reconhecimento do glicolipídios presentes na membrana de *Leishmania sp*, ocasionando uma estimulação de macrófagos, que secretam citocinas como IL-12 e TNF.[1,11] A IL-12 desempenha a função de ativar células como as NK, para ajudar no combate ao microrganismo, já o fator de necrose tumoral (TNF) desempenha a função de sinalizar e recrutar macrófagos para o local da infecção para ajudar na fagocitose do microrganismo.[1]

O TLR-4 é responsável por reconhecer o lipopolissacarídio (LPS) bacteriano. Estudo realizados recentemente são inconclusivos quanto a função específica desse

receptor, mas sabe-se que contribui para o controle de crescimento da *Leishmania sp.* dentro da célula alvo (macrófagos). [1,11]

Quando o parasito consegue infectar o macrófago ele será reconhecido no endossomo da célula, pelo TLR-9 é responsável por reconhecer as regiões CpG não metiladas no DNA do parasito. [1,9,3] Não se sabe ao certo como esse reconhecimento é feito porém estudos realizados recentemente mostram que os

TLR-9 induz uma forte resposta imune dos linfócitos Th1 e a ativação de células NK e Linfócito citotóxico (TCD8+) que irão promover a proteção intracelular ou a eliminação dessa infecção.[4]

CONCLUSÃO

A leishmaniose é uma doença infecto-parasitária, causada pelo parasito *Leishmania sp.* que infecta a célula de defesa do organismo humano. Possui a capacidade de se adaptar ao organismo do hospedeiro o que dificulta o reconhecimento do sistema imune e sua eliminação do organismo. A resposta imune ao parasito é um fator determinante da evolução dessa doença.

A resposta imune inata, se inicia com o reconhecimento dos antígenos do parasito, que irão determinar a posterior resposta imune celular. Na resposta imune adaptativa , a ausência de receptores do tipo *Toll* dificulta a resposta imune. Para o reconhecimento do parasito *Leishmania sp.*, estão envolvidos os TLR-2, TLR-4 e TLR-9. Esses TLRs se associam com porções específicas de antígenos de *Leishmania sp*, desencadeando a resposta imune inata bem como a resposta imune adaptativa celular e humoral com a ativação celular e secreção de citocinas e produção de imunoglobulinas.

REFERÊNCIAS

[1] CERUTTI, Pedro Henrique Pietrzaki et al. Métodos diagnósticos da leishmaniose tegumentar americana: uma revisão de literatura. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 4, n. 4, p. 55-59, 2017.

[2] BASTOS, Rosidete Pereira et al. Infecção murina por isolados de Leishmania (Viannia) braziliensis: avaliação da participação de leucotrienos endógenos. 2008.

[3] COELHO-CASTELO, Arlete AM et al. Resposta imune a doenças infecciosas. **Medicina (Ribeirao Preto. Online)**, v. 42, n. 2, p. 127-142, 2009.

[4] FERRAZ, Eduardo Gomes et al. Receptores Toll-Like: ativação e regulação da resposta imune. **RGO. Revista Gaúcha de Odontologia (Online)**, v. 59, n. 3, p. 483-490, 2011

[5] Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde**. Leishmaniose Tegumentar** 2017.191p. Ministério da Saúde (http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_leishmaniose_tegumentar.pdf) Acesso 12 de Janeiro de 2019.

[6] Ministério da saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Leishmaniosw Tegumentar** 2016. (http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/julho/26/Modelo-de-apresentacao-periodo-eleitoral-2018-LT.pdf). Acesso 12 de Janeiro de 2019.

[7] MURBACK, Nathalia Dias Negrão et al. **Leishmaniose tegumentar americana: estudo clínico, epidemiológico e laboratorial realizado no Hospital Universitário de Campo Grande**, Mato Grosso do Sul, Brasil. 2011.

[8] NEVES, David Pereira. **Parasitologia humana.** 12.ed. São Paulo: Atheneu, 2012. 546 p. ISBN 978-85-388-0220-4

[9] PEREIRA, Ledice Inacia de Araujo et al. **Avaliação dos monócitos na Leishmaniose Tegumentar Americana**. 2012

[10] PIRES, Andréa Marques S. et al. **Aspectos imunológicos e clínicos da Leishmaniose Tegumentar Americana: Uma revisão**. Revista de ciências da saúde, 2012.

[11] POLARI, Ludmila Porto Mendes. **Caracterização da expressão dos receptores toll-like 2 e toll-like 4 em monócitos de pacientes com leishmaniose tegumentar.** 2015.

[12] SPICER, W.John. **Bacteriologia,Micologia e Parasitologia Clinica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2002. 224 p.

[13] REY, L. **Bases da Parasitologia Médica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Pág.50- 62.

[14] REY, L. **Bases da Parasitologia Médica.** 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Pág. 64- 74.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

THE NURSE'S ACTION IN THE INTENSIVE THERAPY UNIT

DESEMPEÑO DE LAS ENFERMERAS EN LA UNIDAD DE CUIDADOS INTENSIVOS

Elon Saúde Caires[1]
Paulo Jonas dos Santos Júnior[2]

RESUMO

O presente estudo objetivou descrever a atuação do enfermeiro na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo-exploratória pela característica de observar, classificar e descrever fenômenos de interesse em enfermagem e terapia intensiva. Foram consultados artigos científicos e livros especializados. O enfermeiro que trabalha em UTI, se depara com pacientes críticos e que exigem cuidado integral, humanizado e contínuo. Assim, o mesmo tem a função de coletar a história do paciente, fazer exame físico, executar a terapêutica e aconselhar quanto à importância da continuidade do tratamento, além de liderar, coordenar, realizar trabalhos administrativos e educação continuada, atuando dentro dos princípios da ética e bioética da profissão. Incube ainda a este profissional, ter uma visão crítica e holística para analisar os problemas existentes e buscar por soluções, fazer uma ampla avaliação de forma sistemática, para determinar o uso adequado de recursos de informação, humanos, materiais e físicos na assistência aos enfermos da UTI, sempre presando pelo trabalho em equipe e de forma eficaz. Ademais, este profissional deve se responsabilizar também pelo processo educativo dos pacientes e familiares que estão sob seus cuidados, prezando pelo cenário vivenciado pelos mesmos, hábitos e nível socioeconômico e cultural.

Palavras-chave: Enfermeiro; Unidade de Terapia Intensiva (UTI); Paciente crítico.

ABSTRACT

The present study aimed to describe the performance of nurses in the Intensive Care Unit (ICU). It is a descriptive-exploratory bibliographical research for the characteristic of observing, classifying and describing phenomena of interest in nursing and intensive therapy. Scientific articles and specialized books were consulted. The nurse who works in the ICU, faces critical patients and who demand integral, humanized and continuous care. Thus, it has the function of collecting the patient's history, performing physical examination, performing therapy and advising on the importance of continuity of treatment, as well as leading, coordinating, performing administrative work and continuing education, acting within the principles of ethics And bioethics of the profession. It also encourages this professional to have a critical and holistic view to analyze existing problems and search for solutions, to make a systematic evaluation in order to determine the adequate use of human, material and physical information resources in the care of the sick ICU, always praying for teamwork and effectively. In addition, this professional should also be responsible for the educational process of the patients and family members who are under his care, praising the scenario experienced by them, habits and socioeconomic and cultural level.

Keywords: Nurse; Intensive Care Unit (ICU); Critical patient.

ABSTRACTO

[1] Mestre em Ciências da Religião (Faculdade Unida). Contato: elonsaudecaires@hotmail.com
[2] Pós Doutorando (UNESP). Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM). Contato: paulojsjunior@hotmail.com

Este estudio tuvo como objetivo describir el papel de las enfermeras en la Unidad de Cuidados Intensivos (UCI). Se trata de una investigación bibliográfica descriptiva-exploratoria por la característica de observar, clasificar y describir fenómenos de interés en enfermería y cuidados intensivos. Se consultaron artículos científicos y libros especializados. El enfermero que trabaja en la UCI se enfrenta a pacientes críticos que requieren una atención integral, humanizada y continua. Así, tiene la función de recolectar la historia del paciente, realizar la exploración física, realizar la terapia y asesorar sobre la importancia de la continuidad del tratamiento, además de liderar, coordinar, realizar labores administrativas y de educación continua, actuando dentro de los principios de la ética y la bioética. de la profesión. También le corresponde a este profesional tener una visión crítica y holística para analizar los problemas existentes y buscar soluciones, realizar una evaluación integral de manera sistemática, para determinar el uso adecuado de la información, los recursos humanos, materiales y físicos en el cuidado de los pacientes en la UCI, esforzándose siempre por el trabajo en equipo y de forma eficaz. Además, este profesional también debe responsabilizarse del proceso educativo de los pacientes y familiares que están a su cuidado, valorando el escenario vivido por ellos, los hábitos y el nivel socioeconómico y cultural.

Palabras llave: Enfermera; Unidad de Cuidados Intensivos (UCI); Paciente crítico.

1. INTRODUÇÃO

As Unidades de Terapia Intensiva (UTI) foram instituídas da década de 50, em decorrência do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de proporcionar avançado suporte de vida aos indivíduos que apresentavam doenças graves, mas com probabilidade de melhoria do estado de saúde. Uma UTI dispõe de tecnologias exclusivas para monitorar continuamente os pacientes internados e possui uma equipe qualificada e multiprofissional (CAMPONOGARA, 2011).

Assim, sendo as UTIs criadas para atender os indivíduos que apresentam quadro crítico, e que precisam de assistência constante de médicos e enfermeiros, a percussora da enfermagem Florence Nightingale, teve um importante papel em tal criação. No século XIX, no decorrer da guerra da Criméia, Florence buscou separar as pessoas que estavam em estado grave, e os acondicionava de modo que imediatamente recebessem cuidados (LINO e SILVA, 2001).

Contudo, as UTIs surgiram ainda, devido à necessidade de aprimoramento e concentração de recursos materiais e humanos para a assistência de enfermos em estado grave, com quadro clínico crítico, mas com chance de recuperação, e que necessitavam de serem observados constantemente, com contínua assistência prestada por médicos e enfermeiros, monopolizando os pacientes em um núcleo especializado (VILA e ROSSI, 2002).

Nesse ínterim, a UTI é considerada uma “área crítica destinada à internação de pacientes graves, que requerem atenção profissional especializada de forma

contínua, materiais específicos e tecnologias necessárias ao diagnóstico, monitorização e terapia" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 02).

> A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um ambiente destinado ao atendimento de pacientes potencialmente graves ou com descompensação de um ou mais sistemas orgânicos que necessitam de grande suporte médico e de enfermagem. Os cuidados intensivos e a observação individual, contínua e integral, de acordo com as necessidades do paciente, visam o restabelecimento do mesmo e também colaboram para a diminuição da mortalidade (ALVES et al., 2013, p. 191).

Entretanto, a tecnologia integra os mais variados setores de saúde no Brasil e no mundo, e está fortemente presente nas UTIs. Isto torna um desafio para os profissionais que atuam na área de enfermagem, tendo em vista a necessidade de incorporar a tecnologia na prestação de cuidados dos pacientes, dominar a base científica que baseiam a sua utilização e ao mesmo tempo atender as necessidades clínicas dos pacientes (AMORIN e SILVEIRO, 2003).

> No tocante à Unidade de Terapia Intensiva (UTI), estudos nesse campo têm demonstrado que em decorrência da sua especificidade e grande diversidade tecnológica a assistência de enfermagem nestas unidades traz em seu escopo particularidades que a diferenciam das outras. Referida unidade é dotada de pessoal qualificado e oferece uma assistência contínua com o uso de aparelhos sofisticados capazes de manter a sobrevida do paciente, exigindo dos seus profissionais alto nível de conhecimento, além de agilidade e atenção rigorosa na assistência prestada (AGUIAR, 2012, p. 429).

Todavia, sendo a UTI um ambiente complexo, dotada de tecnologia e que demanda grande rotina de trabalho, por vezes, faz com que a equipe de enfermagem não se lembre de dialogar, tocar e ouvir o paciente que está sob seus cuidados. A humanização na assistência aos pacientes em UTI não é uma tarefa fácil, e é perceptível que os enfermeiros se esforçam para realizar atendimento humanizado, porém são necessárias atitudes individualizadas que muitas vezes, vão contra todo o sistema tecnológico até em tão dominante VARGAS e BRAGA, 2006).

Ainda para estes autores, a UTI não permite que os profissionais de enfermagem tenham um tempo para refletir e se nortear melhor, devido à própria dinâmica do ambiente, todavia, cabe a tal profissional lançar mão de meios que propiciem a humanização, em quebra ao olhar mecânico e biológico que rege nos cernes da tecnologia avançada como nas UTIs.

Tendo em vista a importância da atuação do enfermeiro na UTI e os aspectos teóricos anteriormente mencionados, este estudo tem o objetivo de descrever a atuação do enfermeiro na UTI.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de caráter descritivo-exploratória pela característica de observar, classificar e descrever fenômenos de interesse em enfermagem e terapia intensiva.

Foram consultados artigos científicos disponíveis na internet e no banco de dados da Scielo, LILACS, Revista da Escola de Enfermagem da USP, Revista Brasileira de Enfermagem, Revista Paulista de Enfermagem, Revista Gestão e Saúde, Revista de Enfermagem da UFMG, Revista Latino-Americana de Enfermagem, Revista Gaúcha de Enfermagem, FAFIBE online, livros e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, utilizando-se termos como: atuação, enfermeiro e unidade de terapia intensiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da história, a enfermagem vem crescendo e junto com o conhecimento teórico-prático, veio o conhecimento científico, e a assistência de enfermagem passou a ser baseada não somente em preceitos disciplinares, mas também em repetidas rotinas da sua atuação e tendo a ciência como parte fundamental nos cuidados à saúde dos indivíduos. A enfermagem como ciência, trouxe um avanço e mudanças da organização, do progresso tecnológico e até mesmo dos próprios profissionais de enfermagem. Assim, o exercício da profissão deixa de ser uniformizada e mecânica, e passa-se a utilizar de meios de trabalho que beneficiam a particularidade e a continuidade da assistência de enfermagem, bem como do crítico estudo do cuidado que se presta (ALENCAR, DINIZ e LIMA, 2004).

Nesse enfoque, o enfermeiro tem um importante papel no cuidado á saúde dos pacientes, e é indispensável na UTI, pois o mesmo desempenha funções assistenciais e de gerenciamento, além de atuar no cuidado da integridade física, psicológica e social dos enfermos. Todavia, é necessário que os profissionais de enfermagem sejam qualificados para realizar atividades com vários níveis de complexidade, a qual

é fundamental o conhecimento teórico ligado à prática, a liderança, responsabilidade e discernimento (PRETO e PEDRÃO, 2009).

Tendo em vista a importância do enfermeiro na UTI, a Resolução ANVISA nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, que dispões sobre os requisitos mínimos para funcionamento de UTI, no capítulo II, seção III, dos recursos humanos, em seu art. 3º, enfatiza que “deve ser formalmente designado um Responsável Técnico médico, um enfermeiro coordenador da equipe de enfermagem e um fisioterapeuta coordenador da equipe de fisioterapia, assim como seus respectivos substitutos”.

O parágrafo 2º desse mesmo artigo aborda sobre a qualificação necessária para realizar assistência em UTI:

> Os coordenadores de enfermagem e de fisioterapia devem ser especialistas em terapia intensiva ou em outra especialidade relacionada à assistência ao paciente grave, específica para a modalidade de atuação (adulto, pediátrica ou neonatal) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 3).

O artigo 14, da mesma resolução reforça o artigo anterior e assinala a competência e dimensionamentos apropriados:

> Art. 14 Além do disposto no Artigo 13 desta RDC, deve ser designada uma equipe multiprofissional, legalmente habilitada, a qual deve ser dimensionada, quantitativa e qualitativamente, de acordo com o perfil assistencial, a demanda da unidade e legislação vigente, contendo, para atuação exclusiva na unidade, no mínimo, os seguintes profissionais:
>
> (...) III - Enfermeiros assistenciais: no mínimo 01 (um) para cada 08 (oito) leitos ou fração, em cada turno;
>
> (...) V - Técnicos de enfermagem: no mínimo 01 (um) para cada 02 (dois) leitos em cada turno, além de 1 (um) técnico de enfermagem por UTI para serviços de apoio assistencial em cada turno (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 3-4).

Portanto, a enfermagem está diretamente ligada aos cuidados do paciente em UTI, e o enfermeiro é indispensável nesse ambiente de assistência intensiva, pois o mesmo é possuidor do conhecimento e monitorizador do método de trabalho de seu campo de responsabilidade, e os demais integrantes da equipe de enfermagem são os que executam os trabalhos. Cabe também ao enfermeiro, realizar a interposição e comunicabilidade com outras tarefas e departamentos do hospital, transmitir e zelar pelo cumprimento das regras do estabelecimento de saúde e em boa parte das vezes, se encarrega totalmente pelos cuidados dos pacientes em estado crítico (GAIVA e SCOCHI, 2004).

Os autores ressaltam ainda que, o enfermeiro tem a função de supervisionar, orientar e coordenar a equipe de enfermagem, o ambiente de trabalho e realizar procedimentos que exigem maior complexidade técnico-científica. A respeito disso, Gomes ressalta que o enfermeiro que atua em UTI necessita ter “conhecimento científico, prático e técnico, a fim de que possa tomar decisões rápidas e concretas, transmitindo segurança a toda equipe e principalmente diminuindo os riscos que ameaçam a vida do paciente” (GOMES, 1988).

O enfermeiro de UTI executa atividades que vão desde a administração e conhecimento do efeito das medicações até o adequado funcionamento de equipamentos, e ainda é responsável por coletar a história do enfermo, realizar exame físico, realizar tratamento, orientando e ensinando sobre a preservação da saúde e orientar os pacientes quanto à importância do prosseguimento do tratamento (HUDAK E GALLO, 1997).

> O enfermeiro deve ser uma pessoa tranquila, ágil, de raciocínio rápido, de forma a adaptar-se, de imediato, a cada situação que se apresente à sua frente. Este profissional deve estar preparado para o enfrentamento de intercorrências emergentes necessitando para isso conhecimento científico e competência clínica (experiência) (VARGAS e BRAGA, 2006, p. 4).

Os autores Vargas e Braga ressaltam ainda que “outra área de competência do enfermeiro da UTI é assumir o papel de elo de ligação entre o paciente e a equipe multiprofissional. Embora, discutível nesse papel, o enfermeiro assume, nas 24 horas do dia, a coordenação da dinâmica da unidade” (VARGAS e BRAGA, 2006, p. 4).

Por outro lado, o enfermeiro ao prestar assistência de qualidade ao paciente, visando o atendimento holístico, utiliza a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que é um método apropriado e individualizado, tido como um artifício essencial para o bom funcionamento das atividades da UTI, sobretudo com real influência na recuperação do indivíduo (BENEDET, 2012).

> A SAE possibilita, através de suas fases (Histórico de Enfermagem, Diagnóstico de Enfermagem, Intervenção, Planejamento ou Implementação e Avaliação ou Evolução de Enfermagem), conhecer o paciente como um todo e desenvolver uma assistência de enfermagem mais humanizada e voltada às suas necessidades individuais. Ademais, a coleta de dados fundamenta a SAE, metodologia que permite ao enfermeiro aplicar os conhecimentos técnico-científicos que embasam a profissão (PAGANIN, 2010, p. 308).

A SAE apresenta uma abertura promissora para o progresso do trabalho realizado pela enfermagem, haja vista que vários enfermeiros estão incorporando o conhecimento implícito resultante da prática com o conhecimento científico constituído, para assim, melhor avaliar e identificar no indivíduo inópias não atendidas ou atendidas inadequadamente; esquematizar e executar ações e intervenções eficazes; analisar os resultados da assistência prestada aos que legitimamente estão sob seus cuidados e, por fim, proporcionar a documentação apropriada da assistência prestada por ele (RAMALHO NETO, FONTES e NOBREGA, 2013).

Do ponto de vista da liderança, é crucial que o enfermeiro tenha conhecimento e seja preparado para atuar como líder, pois é essencial para sua prática cotidiana na UTI. A procura de elementos que possibilitem a ampliação da capacidade de liderar do enfermeiro é imprescindível, assim, enfatizamos a fundamentação teórica e o diálogo, tidas como ferramentas fundamentais no cotidiano do enfermeiro de UTI (GALVÃO, TREVIAN e SAWADA, 1998).

Contudo, o enfermeiro de UTI se encarrega de prestar cuidados ao enfermo, tanto em situação de emergência como no suporte à vida. Tal profissional, precisa estar apto, independente do quadro clínico ou do diagnóstico, a prestar cuidados a todos os pacientes, utilizando-se de uma abordagem abrangente que lhes certifique sua integridade e apreço. A UTI exige ainda, vasto pilar científico e de especializações, no qual os enfermeiros necessitam unir suas capacidades técnicas e intelectivas à prática cotidiana (NISHIDE, CONTRA e NUNES, 2003).

Ademais, o enfermeiro de UTI ocupa uma função formidável nos períodos em que o paciente se depara com a debilidade, transtornos físico e emocional, e o mesmo representa um importante ponto de apoio para a equipe de enfermagem, tanto no que tange o ensino e organização, tanto na supervisão do serviço de enfermagem. O enfermeiro de UTI precisa dispor de agilidades e capacidades que o permitam realizar suas atividades de forma eficaz ligando o conhecimento técnico científico e o domínio tecnológico ao atendimento humanizado e particularizado (VARGAS e BRAGA, 2006).

4. CONCLUSÃO

Com o intuito de contribuir com os enfermeiros que atuam em UTI, abordou-se sobre sua atuação neste ambiente de trabalho, buscando fazer uma reflexão e descrição das atividades primordiais que cabem ao enfermeiro intesivista, sejam elas voltadas para assistência, coordenação, ensino ou trabalhos administrativos. A UTI é um local onde o profissional se depara com pacientes em estado crítico e que demanda cuidado integral, uso de tecnologias e humanização. Nesse contexto, mesmo existindo uma equipe multiprofissional, o enfermeiro é quem acompanha de forma constante os pacientes, utilizando de conhecimentos técnicos e científicos para manter o paciente estável e a harmonia e perfeito funcionamento da unidade.

Ao enfermeiro, junto com os demais membros da equipe, compete prestar assistência integral e contínua aos pacientes nas mais distintas situações graves dentro da UTI. Para tal, este profissional precisa ter uma visão crítica e holística para analisar os problemas existentes e buscar por soluções, e sempre atuar dentro dos princípios da ética e bioética da profissão. Incube ainda a este profissional, fazer uma ampla avaliação de forma sistemática, para determinar o uso adequado de recursos de informação, humanos, materiais e físicos na assistência aos enfermos da UTI, sempre presando pelo trabalho em equipe e de forma eficaz.

No que tange ao processo educativo, é de suma importância que o enfermeiro busque aprimorar continuamente seus conhecimentos e desenvolvimento profissional, e atue diretamente no processo de capacitação dos membros de sua equipe, visando sempre prestar atendimento humanizado e de qualidade. Além disso, este profissional deve se responsabilizar pelo processo educativo dos pacientes e familiares que estão sob seus cuidados, prezando pelo cenário vivenciado pelos mesmos, hábitos e nível socioeconômico e cultural.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.S.C. (2012). **Percepção do enfermeiro sobre promoção da saúde na Unidade de Terapia Intensiva.** São Paulo: Rev. esc. enferm. USP.

ALENCAR, C.K., DINIZ, R.C.M., LIMA, F.R.F. (2004). **Administração do tempo nas atividades de enfermagem de uma Unidade de Terapia Intensiva. Brasília:** Revista Brás de Enf.

ALVES, M.V.M.F.F. (2013). **Experiência vivida pelos familiares com a internação de crianças na unidade de terapia intensiva.** Medellín: Invest. educ. enferm.

AMORIN, R.C., SILVÉRIO, I.P.S (2003). **Perspectiva do paciente na UTI na admissão e alta.** São Paulo: Revista Paulista de Enfermagem.

BENEDET, S.A. (2012). **A sistematização da assistência de enfermagem e as necessidades de cuidados de pacientes internados em terapia intensiva.** Brasília: Gestão e Saúde.

CAMPONOGARA, S. (2011). **O cuidado humanizado em UTI: uma reflexão bibliográfica.** Belo Horizonte: Rev Enferm UFMG.

GALVAO, C.M., TREVIZAN, M. A., SAWADA, N.O. (1998). **A liderança do enfermeiro no século XXI: algumas considerações**. São Paulo: Rev. esc. enferm. USP.

GAIVA, M.A.M., SCOCHI, C.G.S. (2004). **Processo de trabalho em saúde e enfermagem em UTI neonatal.** Ribeirão Preto: Rev. Latino-Am. Enfermagem.

GOMES, A. M. (1988). **Enfermagem na unidade de terapia intensiva**, 2 ed., São Paulo, EDU, 1988. P 3-5; 17-31.

HUDAK, C.M., GALLO, B.M**. Cuidados Intensivos de Enfermagem. Uma abordagem holística.** RJ. Guanabara Koogan, 1997.

LINO, M.M., SILVA, S.C. (2001). **Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva: a história como explicação de uma prática.** São Paulo: Nursing.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2010). **Resolução-RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010.** *Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.* Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://www.crefito8.org.br/site/legislacao/diversos/rdc_07_2010.pdf>. Acesso em: 28 Out. 2016.

NISHIDE, V.M., CINTRA, E.A., NUNES, W.M. (2003). **Assistência de Enfermagem ao paciente gravemente enfermo** (2 ed). São Paulo: EPU.

PAGANIN, A. (2010). **Implantação do diagnóstico de enfermagem em unidade de terapia intensiva: uma análise periódica.** Porto Alegre: Rev. Gaúcha Enferm.

PRETO, V.A; PEDRAO, L.J. (2009). **O estresse entre enfermeiros que atuam em Unidade de Terapia Intensiva.** São Paulo: Rev. esc. enferm. USP.

RAMALHO NETO, J.M; FONTES, W.D; NOBREGA, M.M.L. (2013). **Instrumento de coleta de dados de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva Geral.** Brasília: Rev. bras. Enferm.

VARGAS, D; BRAGA, A.L. (2006). **O Enfermeiro de Unidade de Tratamento Intensivo: Refletindo sobre seu Papel.** Bebedouro: FAFIBE Online.

VILA, V.S.C; ROSSI, L.A. (2002). **O significado cultural do cuidado humanizado em unidade de terapia intensiva: "muito falado e pouco vivido".** Ribeirão Preto: Rev. Latino-Am. Enfermagem.

A UTILIZAÇÃO DA IMUNOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CÂNCER DE PULMÃO E MAMA: uma revisão da literatura

THE USE OF IMMUNOTHERAPY IN THE TREATMENT OF LUNG AND BREAST CANCER: a literature review

EL USO DE LA INMUNOTERAPIA EN EL TRATAMIENTO DEL CÁNCER DE PULMÓN Y MAMA: una revisión de la literatura

Maria Luisa Candido Ribeiro[1]
Caroline Mota Souza Barboza[2]
Leonardo Figueira Reis de Sá[3]

RESUMO: O câncer é uma patologia que tem evoluído descontroladamente a cada ano. Estudos de novos tratamentos têm sido realizados com o objetivo de regredir uma neoplasia maligna. O objetivo da Imunoterapia é iniciar, ou reiniciar, as respostas do sistema imune contra as células cancerígenas evitando a amplificação e a propagação tumoral, o que faz com que as células do próprio sistema imunológico do paciente sejam capazes de eliminar as células malignas, combatendo diversos tipos de câncer, especialmente câncer de pulmão e o câncer de mama. Por esta razão, este trabalho tem como o objetivo revisar literatura atual referente ao uso de Imunoterapia como tratamento de câncer, especificamente no câncer de pulmão e de mama, relatando os principais mecanismos da técnica e sua ação no sistema imune de uma forma breve, descrevendo, entre outros aspectos, as vantagens e desvantagens financeiras do método.

Palvras-Chave: Imunoterapia, Câncer de pulmão, Câncer de mama.

ABSTRACT: Cancer is a pathology that has evolved wildly every year. Studies about new treatments have been carried out with the aim of regressing a malignant neoplasm. The objective of Immunotherapy is to initiate, or restart, the immune system's responses against cancer cells, preventing tumor amplification and propagation, which makes the patient's own immune system cells capable of eliminating malignant cells, fighting several types of cancer, especially lung cancer and breast cancer. For this reason, this paper aims to review current literature regarding the use of Immunotherapy as a cancer treatment, specifically in lung and breast cancer, reporting the main mechanism of the technique and its action on the immune system in a brief manner, describing, among other aspects, the financial advantages and disadvantages of the method.

Keywords: Immunotherapy, Lung cancer, Breast cancer.

RESUMEN: El cáncer es una patología que ha evolucionado enormemente cada año. Así, se han realizado estudios de nuevos tratamientos con el objetivo de hacer una regresión de una neoplasia maligna. El objetivo de la Inmunoterapia es iniciar, o reiniciar, las respuestas del sistema inmunológico contra las células cancerosas, previniendo la amplificación y propagación del tumor, lo que hace que las propias células del sistema inmunológico del paciente sean capaces de eliminar las células

[1] Pós-Graduada em Hematologia e Imunologia (UNIFAVENI). Contato: marialuisagorican20@gmail.com.
[2] Pós-Graduanda em Biologia Molecular (Faculdade Unyleya). Contato: carolinem.biomed@gmail.com.
[3] Pós-doutorado em Biotecnologia Vegetal (UENF). Doutor em Biociências e Biotecnologia (UENF). Contato: leofig.reis@gmail.com.

malignas, combatiendo varios tipos de cáncer, principalmente el de pulmón y el de mama cáncer. Por este motivo, este trabajo tiene como objetivo revisar la literatura actual sobre el uso de la Inmunoterapia como tratamiento del cáncer, específicamente en el cáncer de pulmón y de mama, informando de manera breve el mecanismo principal de la técnica y su acción sobre el sistema inmunológico, describiendo los aspectos económicos ventajas y desventajas del método.

Palabras clave: inmunoterapia, cáncer de pulmón, cáncer de mama

Introdução

O câncer é uma patologia degenerativa responsável por causar uma grande falha no mecanismo de divisão celular, onde ocorrem defeitos nos reguladores do crescimento da célula, levando a uma proliferação desordenada, incontrolável e agressiva de células anormais (DIAS et al., 2020).

No Brasil, segundo estimativas fornecidas pelo do Instituto Nacional do Câncer (INCA), ocorreram aproximadamente 590 mil casos de tumor entre 2018 - 2019 (LOPES, 2019). Um estudo realizado por Carvalho (2019) mostra que a incidência de câncer no mundo tem previsão de aumento de 63,1% até 2040, refletindo em uma ampliação na taxa de mortalidade de 71%, onde assim ocupará a primeira posição até 2029.

Durante muitos anos, a batalha contra o câncer foi baseada em três formas de tratamento principais: Quimioterapia, Radioterapia e, em alguns casos, a Cirurgia. Apesar das crescentes taxas de sucesso utilizando essas estratégias, a progressão de doença tornou-se um problema constante para o desempenho do paciente oncológico (SILVESTRINI & SANTOS, 2016).

Atualmente, discute-se em todo o mundo novas terapias para tratamento de diferentes tumores, sendo uma das principais a técnica de Imunoterapia, que pode ser indicada para uma parcela significativa dos pacientes com câncer (KALIKS, 2016). Dentre os que apresentaram uma melhor resposta ao tratamento, tem-se o câncer de pulmão e o de mama (FREIRE, 2019).

O câncer de pulmão metastático apresenta a maior taxa de mortalidade entre todas as doenças neoplásicas. Grande parte do seu diagnóstico é feito em estágios já bastante avançados e durante muitos anos, a quimioterapia tem sido a única arma terapêutica nesta fase da doença (FONTES et al., 2019). O câncer de mama é a neoplasia mais frequente em mulheres em todo o mundo, sendo considerada a principal causa de óbito feminino por tumores (LOPES, 2019). Mesmo com a evolução da biotecnologia, ainda pode ser observado um alto índice de mortalidade em

portadores de carcinoma mamário metastático que recebem o tratamento convencional, onde uma grande parcela dos casos evoluiu para óbito (DIAS, 2020).

O sistema imunológico é capaz de detectar e eliminar células tumorais. Entretanto, estas células desenvolvem mecanismos para burlar o sistema de defesa, interferindo na resposta imunológica contra sua multiplicação. Baseado nessa característica das células tumorais, a Imunoterapia é um tratamento de estimulação do sistema imune que tem como principal foco os tumores malignos. Essa abordagem utiliza modificadores da resposta imunológica, também conhecidos como imunomoduladores, o que faz com que as células do próprio sistema imunológico do paciente sejam capazes de eliminar as células malignas (OLIVEIRA, 2020).

As técnicas realizadas na Imunoterapia podem se apresentar com métodos diferentes, todavia, o método de Imunoterapia ainda é uma técnica de alto custo, podendo gerar anualmente uma despesa de centenas de milhões de dólares por paciente, se tornando um fator limitante significativo para a disponibilização desses tratamentos no sistema gratuito brasileiro (CARVALHO, 2019; OLIVEIRA; GOMIDE, 2020).

Dessa forma, diante do cenário apresentado, esse presente estudo tem como objetivo descrever as principais técnicas de Imunoterapia, dentre elas as doenças oncológicas como câncer de pulmão e mama, que utilizam Imunoterapia como tratamento nos dias atuais.

Para isso, foi realizada uma revisão da literatura com conteúdos selecionados em bases de dados como PubMed e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), livros e dissertações, tendo como critério de inclusão artigos que tratavam sobre a Imunoterapia, câncer de mama e câncer de pulmão e como critérios de exclusão artigos que não reatavam a Imunoterapia como técnica de tratamento ou aqueles que não apresentaram bases cientificamente comprovadas.

1. Imunoterapia

A Imunoterapia é uma técnica que vem tornando-se cada vez mais relevante pelo fato de poder ser utilizada contra diferentes tumores, principalmente os malignos. Por conta de a célula ser capaz de desenvolver mecanismos de escape como forma de enganar o sistema imune (OLIVEIRA, 2020), essa terapêutica baseia-se, de uma forma simplista, na utilização do próprio sistema imunológico, que consegue induzir uma resposta antitumoral (SILVESTRINI; SANTOS, 2016). O método se destacou por sua grande eficácia e por apresentar efeitos adversos reduzidos que permitem sua utilização em doentes de diversas faixas etárias, incluindo idosos que apresentam maior sensibilidade a tratamentos antineoplásicos. Por isso, acredita-se que a Imunoterapia possa se tornar o tratamento base contra o câncer (FONTES et al., 2019).

Os primeiros estudos da Imunoterapia aplicada ao câncer foram realizados no século XIX, mas avançaram a partir da década de 1980 e, atualmente, é dividida em Imunoterapia ativa e Imunoterapia passiva. A Imunoterapia ativa tem como objetivo a indução de uma resposta imune de longa duração específica para antígenos tumorais podendo ser dividida em inespecífica, onde há a administração de substâncias estimulantes e restauradoras do sistema imunológico, ou específica, que é relacionada à administração de vacinas de células tumorais. A Imunoterapia específica pode ser autóloga, com vacinas e soros sendo produzidos a partir da cultura de células do próprio paciente, ou heteróloga, quando são produzidos com as células de outro paciente com neoplasia semelhante. Por outro lado, a Imunoterapia passiva consiste em uma resposta imune específica para os antígenos tumorais através da administração de grandes quantidades de anticorpos antitumorais ou células efetoras (OLIVEIRA; GOMIDE, 2020).

Os principais tipos de Imunoterapia disponíveis são: anticorpos monoclonais, que são proteínas do sistema imune (se ligam em regiões específicas da célula tumoral), os inibidores imunes de checkpoint (eliminam os “freios” do sistema

imunológico, ajudando a reconhecer e atacar as células cancerígenas) e as Vacinas, (substâncias que estimulam o sistema imune a iniciar uma resposta a certas doenças). Outras Imunoterapias são inespecíficas e estimulam o sistema imunológico de modo geral (SILVESTRINI; SANTOS, 2016).

1.1. Classificação dos Imunoterápicos

1.1.1. Anticorpos monoclonais

Os Anticorpos monoclonais (mAbs) são imunoglobulinas originárias de um único clone de linfócito B, que produzem anticorpos com características idênticas e são desenvolvidas para reagir seletivamente com antígenos de determinados grupos celulares, tendo como principal alvo as células tumorais (DIAS et al., 2020).

A ação dos anticorpos está relacionada principalmente a duas moléculas, sendo elas o CTLA-4 e PDL-1 (OLIVEIRA, 2020).

Uma das funções dos anticorpos monoclonais é neutralizar a PDL-1, uma proteína da superfície das células cancerígenas que atua como um “disfarce” da célula tumoral, passando despercebido pelos linfócitos e impedindo que eles façam o reconhecimento da célula e lutem contra ela. Acredita-se que a neutralização da PDL-1 permita que o sistema imune cumpra seu papel com eficiência, levando a destruição do tumor (OLIVEIRA; GOMIDE, 2020).

O Ipilimumabe foi o primeiro anticorpo monoclonal totalmente humano contra a CTLA-4 (antígeno 4 do linfócito T citotóxico). Esse anticorpo age através do bloqueio do CTLA-4 para aumentar a resposta imune contra o tumor (SILVESTRINI, 2016). Seu uso se mostrou eficaz na regressão do melanoma, carcinoma renal, câncer de próstata, carcinoma urotelial e câncer do ovário. O sucesso no seu uso levou à investigação e reconhecimento de outros mecanismos de regulação imunológica (JORGE, 2019).

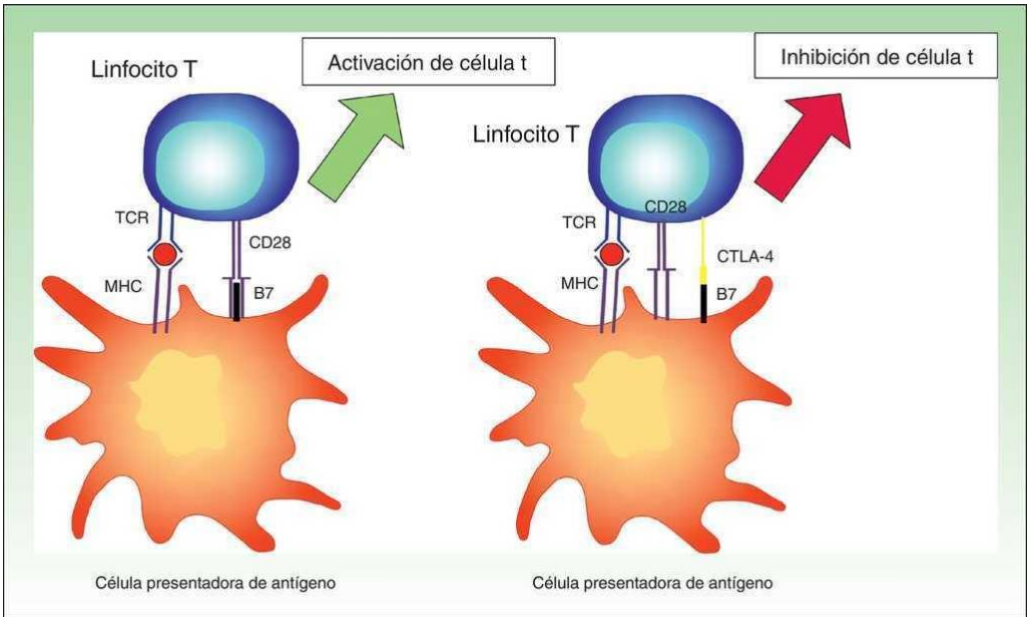
Os anticorpos monoclonais são utilizados em forma de medicamentos sendo administrados por via intravenosa, eles são classificados conforme o mecanismo de ação em agentes anti-CTLA-4 ou anti-PDL-1. Apesar das diferenças no perfil de toxicidade, esses agentes acometem de modo semelhante os diferentes sistemas orgânicos, manifestando-se conforme os eventos adversos da Imunoterapia (FARIA et al*.,* 2018).

1.1.1.1. CTLA-4

A molécula de CTLA-4 é expressa nos linfócitos T após a ativação. Esta apresenta maior afinidade ao CD80/CD86, ativando uma resposta imunorreguladora que inativa a resposta de linfócitos T4. Os medicamentos com ação nesta interface do sistema imunológico são denominados como anti-CTLA-4, e conhecidos como inibidores de checkpoint imunológico (JORGE, 2019). A molécula de CTLA-4 é encontrada principalmente em vesículas intracelulares e após a ativação na sinapse imunológica ele fica transitoriamente ativado. Sua primeira ação é neutralizar a atividade do co-estimulador CD28 nas células T. No momento em que ocorre o reconhecimento do antígeno, automaticamente há sinalização do CD28, que aumenta a sinalização para os receptores de células T (TCR), ativando as células T, o CD28 e o CTLA-4 (Figura 1) (OLIVEIRA, 2020).

O bloqueio do CTLA-4 promove um aumento de respostas imunes que são dependentes de células T auxiliares, pois aumenta sua a função supressora, prolongando a ativação e a amplificação da imunidade mediada por linfócitos T, levando à ativação das células efetoras CD4+ e CD8+ (OLIVEIRA, 2020).

Figura 1: Ativação e Inibição de células T pela molécula CTLA-4. (Fonte: ESCANDELL et al., 2017)



1.1.1.2. PDL-1 e PD-1

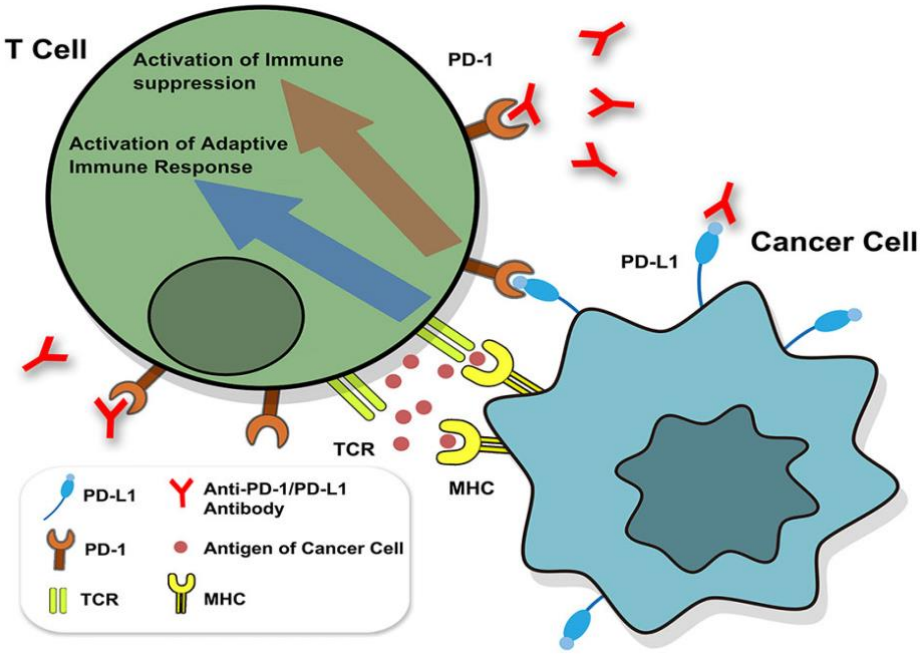
Assim como a molécula CTLA-4, existem outras que podem influenciar no bloqueio do sistema imune contra as células neoplásicas. Dentre elas, a PD-1, relacionada a apoptose, e sua ligante de célula programada PDL-1. Atualmente, ambas podem ser inibidas por Imunoterapia. Os anticorpos inibidores de PD1 e PDL-1 já foram aprovados e são usados para tratar um número limitado de tipos de tumores (KALIKS, 2016).

A PD-1 é uma molécula de membrana dos linfócitos T e tem como principal função limitar a atividade dessas células nos tecidos periféricos quando exercerem uma resposta inflamatória frente a uma infecção, além de limitar a autoimunidade, permitindo que o tumor cresça e se espalhe para outros órgãos, gerando a metástase. Este papel do PD-1 consiste em um mecanismo importante de resistência imunológica dentro do microambiente tumoral (OLIVEIRA, 2020).

No momento em que o PD-1 interage com um de seus ligantes, ele inibe as quinases que estão relacionadas com a ativação de células T, podendo assim bloquear a ativação destas células. Além disso, pode modificar o tempo de contato da célula T com a APC (célula-alvo) devido ao acoplamento de PD-1 que inibe o sinal de parada do TCR (Figura 2) (OLIVEIRA, 2020).

Em grande parte das células tumorais há uma correlação clara do benefício com uma expressão de PDL-1 mais alta. No entanto, ainda não existe uma avaliação padronizada para a expressão de PD-1 ou PD-L1. Um aspecto único relacionado às Imunoterapias é, algumas vezes, sua resposta significativamente lenta, que tem sido relatada tanto com anti-CTLA-4 (Ipilimumabe), também com inibidores anti-PD-1 (Nivolumabe e Pembrozilumabe) e anti-PDL-1 (Atezolizumabe, Durvalumabe e Avelumabe) (KALIKS, 2016; JORGE, 2019).

Figura 2: Mecanismo da PD-1 / PDL-1. (Fonte: ZHANG et al., 2020)



1.1.2. Inibidores de checkpoint

Os inibidores de checkpoint imunológico são mecanismos de resistência à terapia que resulta em uma ativação de vias oncogênicas que levam à inibição de células T no ambiente tumoral, como a ativação das vias das cateninas e perda da expressão de PTEN (regulador negativo da via P13K-AKT). Os inibidores também podem causar perda da sinalização de interferón, através da perda de função de genes envolvidos na sinalização de sua via de ativação, entre outras ações (JORGE, 2019). Sua função é manter a auto-tolerância e a regulação do tempo e da amplitude das respostas imunes fisiológicas nos tecidos periféricos, com o intuito de diminuir o dano colateral ao tecido. Os inibidores imunológicos são aplicados em forma de medicamentos tendo como finalidade ação na interface do sistema imunológico (OLIVEIRA, 2020).

Um dos inibidores de checkpoint imunológico mais conhecido é a terapia anti-CTLA-4, que tem a ação da molécula CTLA-4 como mecanismo imunorregulador inibitório de resposta inflamatória contra o câncer, evitando dano tecidual exagerado. O Ipilimumabe foi o primeiro inibidor de checkpoint imunológico que se mostrou eficaz. Outro inibidor utilizado foi o anti-PD1, o medicamento Nivolumabe, que foi usada no

tratamento de melanoma metastático. O Pembrolizumabe é outra medicação utilizada como terapia de checkpoint imunológico em câncer (JORGE, 2019).

1.1.3. Vacina contra células tumorais

A vacina na Imunoterapia é um método que consiste em agir na regressão da doença. Ao contrário das vacinas profiláticas, as vacinas anti-tumorais são administradas a pacientes já portadores de tumores, no sentido de auxiliar o sistema imune na produção de uma resposta mais acentuada mediada por células T (REIS, 2019), tendo a capacidade de direcionar o sistema para as células tumorais, responsáveis pela progressão de metástase (OLIVEIRA, 2018).

A vacina consiste no uso de células mononucleares autólogas ativadas *ex-vivo* (JORGE, 2019). Seu principal objetivo é a obtenção, expansão e estimulação dos anticorpos e linfócitos T CD8+ pelos antígenos tumorais. Em termos de contexto terapêutico, estas vacinas procuram ativar as células imunitárias do doente quando o seu sistema imunitário já não responde de forma efetiva contra o câncer (GONÇALVES, 2017).

As vacinas mais relatadas são as à base de células dendríticas e a base de peptídeos. Ambas desempenham papel na interface entre imunidade inata e adaptativa. As vacinas de célula dendríticas expressam várias proteínas co-estimuladoras membranares, tais como a CD80 e CD86, que orientam a resposta dos linfócitos T e produzem citocinas necessárias à ativação. Por outro lado, as vacinas a base de peptídeos promovem respostas imunitárias mediadas por linfócitos T CD8+ e CD4, podendo este peptídeo retardar o desenvolvimento do tumor horas após a indução do desenvolvimento tumoral (OLIVEIRA, 2018).

2. Imunoterapia no Câncer de Mama

O tumor de mama é a neoplasia mais frequente entre as mulheres em todo o mundo, sendo considerada a principal causa de óbito de mulheres por tumor, cerca de 520 mil no ano de 2012 (LOPES, 2019).

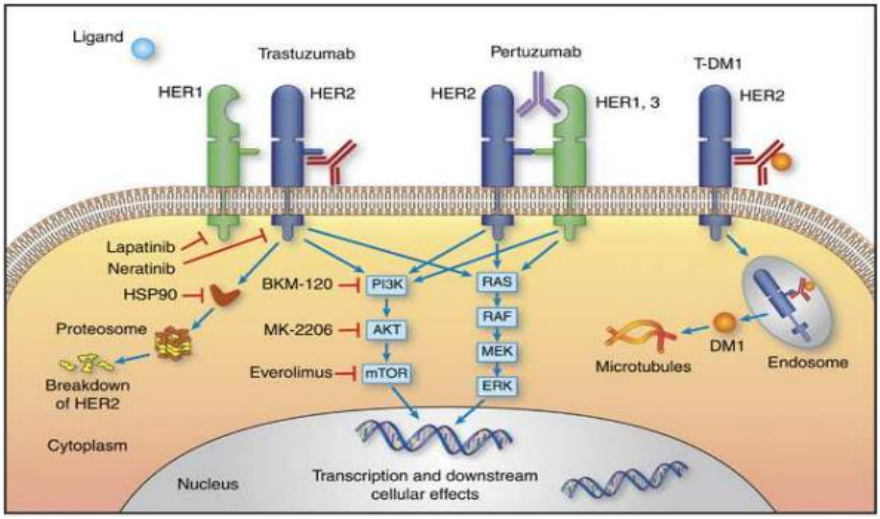
Mesmo com a evolução da biotecnologia, ainda é notado um alto índice de mortalidade em portadores de carcinoma mamário metastático que receberam o tratamento convencional, identificando assim a necessidade de novas pesquisas e

estudos clínicos para o desenvolvimento de novos métodos. A Imunoterapia veio com o intuito de modificar os altos índices de mortalidade, sendo utilizado como forma de tratamento de câncer de mama metastático (SILVA, 2012).

Um tratamento com anticorpos monoclonais humanizados foi desenvolvido para o câncer de mama metastático, aumentando significativamente o resultado e eficácia da terapêutica. Os anticorpos monoclonais mais aplicados atualmente são os medicamentos Trastuzumabe e Pertuzumabe (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

O Trastuzumabe é utilizado no tratamento do câncer de mama HER2+ (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017), uma proteína tirosina-quinase transmembranosa, que se liga ao fator de crescimento tecidual, bloqueando o estímulo de crescimento tumoral. O Pertuzumabe humanizado anti-HER2 possui um mecanismo de ação coadjuvante ao Trastuzumabe, pois inibe a dimerização com receptores celulares ao se ligar com ao domínio extracelular II do receptor HER. Estudos afirmam que através da terapia combinada, os fármacos apresentam alta eficácia tanto em pacientes em estágio inicial quanto metastático (Figura 3) (DIAS, 2020).

Figura 3: Inibidores da via HER2. Observam-se os principais mecanismos de inibição dos receptores membros da família EGFR pela terapia alvo. (Fonte: SAAB et al., 2017)



3. Imunoterapia no Câncer de Pulmão

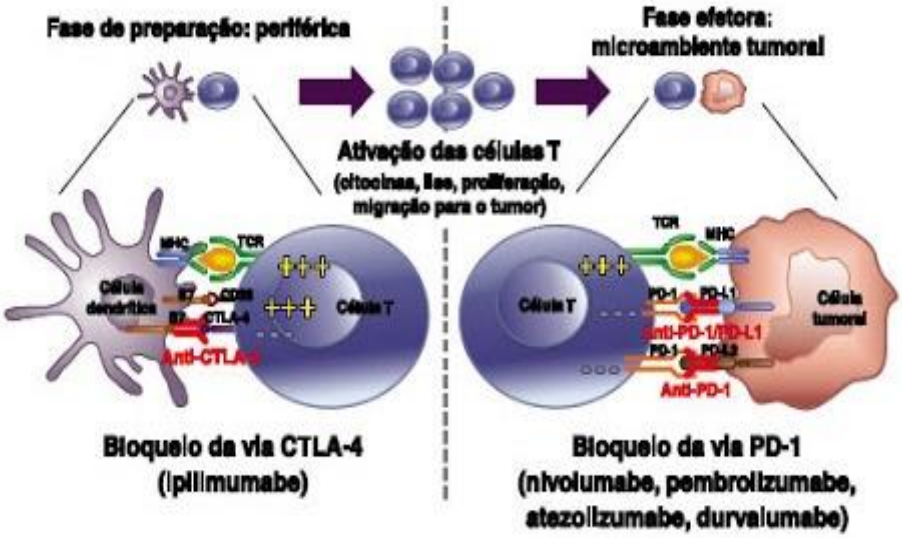
O câncer do pulmão apresenta a maior taxa de mortalidade de todas as doenças neoplásicas. Devido ao fato de seu diagnóstico ser detectado, na grande

maioria dos casos, em estádios já avançados, a Imunoterapia surgiu como importante alternativa terapêutica (FONTES, 2019). Com o princípio de um tratamento promissor, através da alteração do microambiente do tumor e bloqueio da evasão ao sistema imunitário, a Imunoterapia emergiu combatendo o crescimento e desenvolvimento neoplásico (RODRIGUES, 2018).

No caso do câncer do pulmão, enquanto um fármaco antiangiogênico inibe o crescimento do tumor, a imunoterapia bloqueia a PD-L1. Recentemente, foram aprovados pela FDA (*Food and Drug Administration*) e pela EMA (*European Medicines Agency*) novos fármacos capazes de potencializar os referidos mecanismos de defesa e travar o domínio tumoral (RAQUEL, 2019). O anticorpo monoclonal anti-PD-1, denominado como Nivolumabe, foi aprovado para o tratamento do câncer de pulmão de células pequenas metastático (SILVA, 2019).

O Nivolumabe é um anticorpo monoclonal IgG totalmente humano, que se liga e bloqueia o receptor PD-1. Através de vários processos, foi visto que ocorre uma ligação altamente específica ao PD-1, tendo como resultado final a capacidade de estimular respostas do sistema imune (RODRIGUES, 2018). Ensaios clínicos estão sendo realizados para comprovar a eficácia deste fármaco no tratamento do câncer pulmonar (Figura 4) (LEANDRO, 2017).

Figura 4: Resposta antitumoral por linfócitos T e Inibidores de checkpoint imunológico CTLA-4 e PD-1. (Fonte: REIS; MACHADO, 2020)



4. Panorama da Imunoterapia no Brasil

No ano de 2017 a Imunoterapia chegou ao Brasil, realizando testes experimentais em pacientes como alternativa de tratamento. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou a técnica e autorizou primeiramente como a primeira linha de tratamento contra o câncer de pulmão metastático (OLIVEIRA, 2020). No entanto, o método só pode ser utilizado em uma parcela pequena da população, pois a aprovação no Brasil é limitada, principalmente pelos custos altos que o método exige (KALIKS, 2016).

Algumas terapias alvo que foram aprovadas têm acesso limitado no Sistema Único de Saúde (SUS), como por exemplo, o Trastuzumabe e o Erlotinibe, utilizados pata cânceres de mama e pulmão mestastáticos, respectivamente (KALIKS, 2016).

Adicionalmente, o Pembrolizumabe é um dos medicamentos aprovados para uso no Brasil, com a finalidade de tratar melanoma, câncer de pulmão, entre outros (SILVESTRIN, 2017). No entanto, uma única caixa do medicamento tem um valor aproximado de de R$ 18,8 mil reais e para o tratamento, de aproximadamente um ano, o custo é de cerca de R$ 580 mil reais. Em torno de 20% dos pacientes que receberam esse medicamento apresentaram maiores taxas de sobrevida (CARVALHO, 2019).

Tendo em vista o alto custo dos tratamentos à base de imunoterápicos, o SUS não os oferece, disponibilizando apenas a radioterapia e a quimioterapia, que apresentam menor taxa de eficácia e, principalmente esta última, com mais efeitos colaterais (CARVALHO, 2019).

Considerações finais

A partir da realização desta revisão da literatura, pode-se concluir que, apesar da Imunoterapia ser uma grande evolução da medicina para o combate ao câncer, ainda é considerada uma técnica limitada devido ao seu alto custo. O método ainda apresenta-se em pesquisa, sendo essencial cada vez mais uma maior investigação para o aperfeiçoamento e eficácia dessa técnica para o tratamento.

Com isso, é possível confirmar que cada vez mais é possível chegar uma definição onde possa ter aplicações em massa, de modo que haja diminuição no custo tornando assim cada vez mais acessível, podendo representar, no futuro, uma mudança na forma de como vemos os tratamentos oncológicos.

Referências

CARVALHO, Sophia Costa. **O acesso a Imunoterapia no Sistema Único de Saúde no Brasil: um desafio complexo.** Fundação Getúlio Vargas - Escola De Administração de Empresas de São Paulo, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27994/CasoEnsino-Acesso_a_Imunoterapia_no_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: Setembro de 2020

DIAS, Debora Queila Brandão; KUDO, Carina Rocha Souza; GARCIA, Daniel Moreno. **Impacto dos medicamentos biossimilares utilizados na Imunoterapia contra o câncer de mama no Brasil.** Brazilian Journal of Natural Sciences, v.3, n.1, p. 274-286, 2020.

ESCANDELL, I. et al. **Novel immunologic approaches to melanoma treatment**. Actas Dermo-Sifiliográficas, v. 108, n. 8, p. 708-720, 2017.

FARIA, Edison Tostes; REIS, Paula Elaine Diniz; GOMES, Isabelle Pimentel; **Efeitos Adversos Da Imunoterapia.** Capitulo 39.1, 2018. Disponível em: https://diretrizesoncologicas.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Diretrizes-oncol%C3%B3gicas-2_Parte39.pdf. Acesso em: 23 de Outubro 2020.

FONTES, Raquel; PARENTE, Bárbara; LOPES, Maria Manuel; MONTEIRO Carolina. **Imunoterapia no Cancro do Pulmão de Não Pequenas Células Doença Avançada: A Propósito de Dois Casos Clínicos.** Gazeta Médica, nº1, vol. 6, 2019.

FREIRE; Diego. **Imunoterapia: a virada do sistema imunológico contra o câncer**. Ciência e Cultura, vol.71, n.4, 2019.

GONÇALVES, Marta Filipa Fernandes. **A importância da imunoterapia no futuro do tratamento oncológico.** Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, Universidade de Lisboa- Faculdade de Farmácia, 2017. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/36152/1/MICF_Marta_Goncalves.pdf. Acesso em: Novembro de 2020.

JORGE, Juliano José. **Imunoterapia no tratamento do câncer**. Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia, v. 3, n. 2, p. 133-138, 2019.

KALIKS, Rafael Aliosha. **Avanços em oncologia para o não oncologista**. *einstein* (São Paulo), v. 14, n. 2, p. 294-299, 2016.

LEANDRO, Manuel Augusto Brissos. **Imunoterapia do Cancro de Pulmão.** Universidade de Lisboa - Faculdade de Farmácia, 2017. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/36148/1/MICF_Manuel_Leandro.pdf. Acesso em: Novembro de 2020.

LOPES; Ângela Maria Moed. **Avaliação de um novo protocolo de Imunoterapia com Células Dendríticas no tratamento de tumores experimentais de mama induzido com células 4T1.** Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2019. Disponível em: http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/849/5/Dissert%20Angela%20M%20M%20Lopes.pdf. Acesso em: Novembro de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Trastuzumabe para o tratamento do câncer de mama HER2-positivo metastático em primeira linha de tratamento** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Esplanada dos Ministérios, 2017.Disponívelem:http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2017/Relatorio_Trastuzumabe_CA-Mama_Metastatico_final.pdf. Acesso em: Agosto de 2020.

OLIVEIRA, Beatriz Almeida; GOMIDE, Lígia Maria Micai. **Imunoterapia no tratamento do câncer.** Revista Intersaúde, v. 1, n. 2, 2020.

OLIVEIRA, Shirley Crisostomo. **Resultado esperado na Imunoterapia específica para rinite alérgica.** Trabalho de Conclusão (Graduação em Enfermagem), Universidade Católica do Salvador, 2017. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/745/1/TCCSHIRLEYOLIVEIRA.pdf. Acesso em: Novembro de 2020.

OLIVEIRA, Diana Filipa Lopes Ferreira. **Imunoterapia ativa para o cancro de mama: potenciais estratégias terapêuticas**. Universidade de Coimbra, 2018. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/84496/1/Monografia%20-%20Diana%20Oliveira%20%28FINAL%29.pdf. Acesso em: 29 de Outubro de 2020.

REIS, Melissa Pinto. **Imunoterapia em oncologia veterinária.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária), Universidade de Lisboa, 2019. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/19263/1/Imuno terapia%20em%20oncologia%20veterin%C3%A1ria.pdf. Acesso em: Novembro de 2020.

REIS, Ataualpa Pereira dos; MACHADO, José Augusto Nogueira. **Imunoterapia no câncer - inibidores do checkpoint imunológico**. Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia, v. 4, n. 1, 2020.

RODRIGUES, Rui Pedro Ribeiro**. Imunoterapia no tratamento cancro pulmonar**. Tese (Mestrado Integrado em Medicina), Universidade do Porto, 2018. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/112141/2/267664.pdf. Acesso em: Outubro de 2020.

SAAB, Patrícia Moura et al. **Alvo Terapêutico no Tratamento de Câncer: gene HER2**. Anais do Simp. TCC/Sem. IC, v. 12, p. 457-464, 2017.

SILVA, Pamella Araújo; RIUL, Sueli da Silva. **Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce.** Rev. Bras. Enferm., v. 64, n. 6, 2012.

SILVA, Bárbara Lacerda Menezes; FREIRE, Mariana Nogueira Duarte; RIBEIRO, Ana Vitória Gonçalves; ARAÚJO, Itamar Alves; BEZERRA, Thais Parente; ARAÚJO, Moises Ederlanio Tavares. **A importância da imunoterapia no tratamento do câncer de pulmão: uma revisão bibliográfica.** Rev. Mult. Psic., v.13, n. 46, 2019.

SILVESTRINI, Anderson Arantes; SANTOS, Lucianno Henrique Pereira. **IMUNOTERAPIA: capítulo 39**. 2017. Disponível em: https://diretrizesoncologicas.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Diretrizes-oncol%C3%B3gicas-2_Parte39.pdf. Acesso em: Outubro de 2020.

ZHANG, Jian-ye et al. **PD-1/PD-L1 based combinational cancer therapy: Icing on the cake**. Frontiers in Pharmacology, v. 11, p. 722, 2020.

Ensaios, Resenhas, Entrevistas

COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO: REFLEXÕES ACERCA DE SUAS POTENCIALIDADES

COLLABORATION AND INNOVATION IN PUBLIC SERVICE: REFLECTIONS ABOUT ITS POTENTIALITIES

COLABORACIÓN E INNOVACIÓN EN EL SERVICIO PÚBLICO: REFLEXIONES SOBRE SUS POTENCIALIDADES

Plínio dos Santos Souza[1]

RESUMO

Este ensaio teórico tem objetiva apresentar as principais potencialidades favoráveis à adoção de práticas, de ações colaborativas e inovadoras no campo do serviço público brasileiro. Neste sentido em um cenário cada vez mais complexo e restritivo de recursos de diferentes naturezas, em uma sociedade cada vez mais exigente e conectada há um impulso em termos de respostas mais ágeis, dinâmicas do serviço público. O ensaio adota o pressuposto que a colaboração e a inovação são vias possíveis e adequadas quando bem gerenciadas para alcançar tais respostas e melhorias em termos de prestação de serviço público para a sociedade. Em termos teóricos este ensaio se baseia em artigos e livros acerca da colaboração-inovação no campo da Administração Pública. Reflexões a partir da literatura apresentada mostram que a colaboração e a inovação não se tratam de caminhos utópicos, mas alternativas concretas para fins solução de problemas públicos cada vez mais complexos.

Palavras-chave: governança; colaboração; políticas públicas.

ABSTRACT

This essay aims to present the main potentials favorable to the adoption of practices, collaborative and innovative actions in the field of Brazilian public service. In this sense, in an increasingly complex and restrictive scenario of resources of different natures, in an increasingly demanding and connected society, there is an impulse in terms of more agile responses, dynamics of the public service. The essay adopts the assumption that collaboration and innovation are possible and appropriate ways when well managed to achieve such responses and improvements in terms of providing public service to society. In theoretical terms, this essay is based on articles and books about collaboration-innovation in the field of Public Administration. Reflections based on the literature presented show that collaboration and innovation are not utopian paths, but concrete alternatives for solving increasingly complex public problems.

Key-words: governance, collaboration, public policy.

RESUMEN

Este ensayo teórico tiene como objetivo presentar las principales potencialidades favorables a la adopción de prácticas, acciones colaborativas e innovadoras en el campo del servicio público brasileño. En este sentido, en un escenario cada vez más complejo y restrictivo de recursos de distinta naturaleza,

[1] Doutorando em Administração (UFV); mestre em Administração Pública (FGV); Analista de Gestão em Saúde (Fiocruz). Contato: psicoplinio@yahoo.com.be.

en una sociedad cada vez más exigente y conectada, hay un impulso en términos de respuestas más ágiles, dinámicas del servicio público. El ensayo adopta el supuesto de que la colaboración y la innovación son formas posibles y apropiadas cuando se gestionan bien para lograr tales respuestas y mejoras en términos de prestación de servicios públicos a la sociedad. En términos teóricos, este ensayo se basa en artículos y libros sobre colaboración-innovación en el ámbito de la Administración Pública. Las reflexiones basadas en la literatura presentada muestran que la colaboración y la innovación no son caminos utópicos, sino alternativas concretas para resolver problemas públicos cada vez más complejos.

Palabras clave: gobernanza; colaboración; políticas públicas.

I - INTRODUÇÃO

Inovação e colaboração são assuntos que têm recebido cada vez mais atenção de diferentes públicos. A colaboração tem sido considerada como uma alternativa frente a problemas públicos cada vez mais complexos de difícil solução e que demandam uma interdependência entre diferentes parceiros. Além disso tem sido concebida como um meio através dos quais se podem reunir esforços para fins de alcance de objetivos comuns. A título de exemplo de acordo com Caminha Matos e Afsarmanesh (2018) os estudos sobre a colaboração em uma lógica de redes têm se debruçado a pensar, de forma geral, três principais questões: a) como se promover a colaboração? b) como se mensurar a colaboração? c) como se operacionalizar a colaboração?

Estas são relevantes indagações postas em relação à colaboração considerando-a um constructo amplo e que se faz presente em diversos campos tais como: economia; administração pública; sustentabilidade ambiental; desenvolvimento regional; relações internacionais entre outros. Assim considerado o crescente interesse e pertinência em relação ao tema se acredita que articulação da colaboração com a inovação pode vir a trazer importantes reflexões e potencialidades para o campo do serviço público. A respeito desta união se tem por exemplo as inovações colaborativas compreendidas como “processo de resolução criativa de problemas através do qual atores relevantes e afetados trabalham além das fronteiras institucionais formais para desenvolver e implementar soluções inovadoras para problemas urgentes” (Sorenser; Torfing, 2018, p. 394).

No caso da inovação em si ela é concebida como “derivada do conhecimento científico” e vista “(...) mais do que uma ideia, é a ideia aplicada, executada. Os processos, os produtos, a sociedade, o mundo transformado, melhorado, recriado”

(AUDY, 2017, P. 75). Trata-se, portanto, de colocar a ideia em prática e de ser capaz de operacionalizá-la. No entanto, no caso específico da inovação no serviço público, a transposição conceitual do setor privado para o público não pode ser simples e direta. Sano (2020, p. 13) alerta que há diferentes características em relação a tal setores. Neste sentido, Audy (2017, p. 76) afirma que "a inovação sempre deve ser analisada em um determinado contexto, pois o que pode ser considerado inovação em um contexto pode não ser um outro". Este, portanto, deve ser uma preocupação ao considerar modelos ou referenciais sobre inovação, principalmente, quanto se trata de algo de caráter público. No caso da inovação no serviço público Emmendorfer (2019, p. 17) afirma que esta tem "sido objeto constante interesse de políticos e governantes na história da formação do Estado moderno, inclusive no Brasil, para lidar com os desafios socioeconômicos de seu território nacional e suas relações com outros países.

Realizadas estas breves considerações se considera importante apresentar de forma geral uma reflexão acerca das principais potencialidades de se trabalhar em uma lógica colaborativa e inovadora no serviço público. No entanto antes de mencionar a respeito de potencialidades, na próxima seção, é preciso referenciar colaboração e inovação no serviço público.

II – COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

A colaboração pode ser entendida sob diferentes aspectos e em alguns estudos há uma equiparação com a cooperação. No entanto conforme sinalizam Thorn e Reilly (2014, p. 55) "a colaboração requer um relacionamento mais duradouro e profundo". Tal relacionamento se encontra substanciado por diversos atributos, principalmente, pelo atributo da confiança conforme mostram estudos no campo da governança sob a ótica colaborativa. Além disso, a colaboração se refere a um nível mais elevado de interação segundo Ansell e Gash (2018, p. 16).

Feita esta diferenciação o presente trabalho adota a colaboração como "um processo através do qual diferentes partes vendo diferentes aspectos de um problema pode, construtivamente, explorar diferenças e buscar soluções que vão além de suas visões limitadas do que é possível". De forma complementar, Douglas e demais autores (2020) afirmam que a colaboração é um espectro de um fenômeno mais amplo

que pode abarcar parcerias entre múltiplos setores, redes de políticas públicas, incluindo práticas gerenciais.

No campo da inovação pública Sorensen e Torfing (2012, p. 03) afirmam que o foco neste tema se encontra condicionado historicamente a três fatores: a) crescente pressão por emergentes demandas e expectativas para o serviço público e os limitados recursos públicos que estão diminuídos pela crise fiscal; b) elevação do número de *wicked problems;* c) globalização substanciada em um discurso de competitividade entre governos pressiona a melhoria dos serviços públicos prestados. *Wicked Problems* (RITTEL; WEBBER, 1973) são problemas caracterizados por tais autores com dez características dentre as quais se destacam: não existir uma solução definitiva; não poder ser definido como verdadeiro ou falso; ser considerado único e um sinal que se relaciona com outro *wicked problem*. São geralmente mutáveis em que não se pode estabelecer relações diretas de causa e efeito. Realizada esta breve apresentação se considera a seguinte definição de inovação no serviço público apresentada por Emmendorfer (2019, p. 22) “criação e implementação de novos processos, produtos, métodos e técnicas de prestação de serviços públicos, que impliquem melhor desempenho em termos de eficiência, eficácia e efetividade de resultados do setor público para a sociedade (MULGAN; ALBURY, 2013; ALBURY, 2005). Destaca-se na mencionada definição a importância apresentada pelo autor em termos de melhorias de resultados para a sociedade, pois esta deve ser a principal razão ou finalidade de uma inovação em termos de serviço público.

III – POTENCIALIDADES DA COLABORAÇÃO E DA INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Nesta seção são apresentadas algumas potencialidades da colaboração e da inovação no serviço público. Denominam-se potencialidades, pois são vistas como capacidades advindas das perspectivas de inovação e de colaboração que podem ou não ser postas em prática. Uma referenciada potencialidade se refere à incorporação de múltiplos atores nos processos de políticas públicas. De acordo com Ansell e Gash (2008, p. 543) nas últimas décadas passou a se desenvolver esta governança sob a lógica da colaboração em contraposição a lógica gerencial e adversária de formulação e de implementação de políticas públicas. Tal potencialidade traz à cena múltiplos

parceiros para construção de consenso junto às organizações públicas para a promoção de políticas públicas (ANSELL e GASH, 2008). Neste sentido, elementos como cogestão, coprodução, redes se constituem como atributos correlatos da colaboração e da inovação. Na mesma linha, Dahmer (2021, p. 250) afirma que “sob a forma de redes e parcerias, o cidadão utilizando-se do aparato institucional de que dispõem, seria capaz de desenvolver uma nova forma de concepção de bem público, primando pela qualidade e pela excelência”. Considerar o cidadão enquanto parte do processo de desenvolvimento traz uma visão muito própria, singular e bastante aderentes às reais necessidades da população.

Outra potencialidade a ser desenvolvida fundamentada nesses elementos (colaboração e inovação) são o uso de plataformas colaborativas para fins de promoção da inovação. De acordo com Ansell e Gash (2018, p. 17) “as plataformas colaborativas preenchem um nicho muito particular no mundo da governança: elas se especializam em facilitar e permitir e, em certo grau, regular relacionamentos colaborativos many to many conforme afirmam Ansell e Gash (2018, p. 17). E podem ser utilizadas de acordo com os autores como “estratégias para solução de problemas sociais’. Neste sentido, as plataformas podem ser de diferentes tipos: exploração; execução e de experimentação (ANSELL; GASH, 2018). Um espaço também adequado a ser desenvolvido em governos se referem aos laboratórios de inovação. Os laboratórios de inovação do governo “são espaços dinâmicos que promovem a criatividade para o design de soluções para políticas públicas”. Esses laboratórios geralmente possuem equipes multissetoriais e abordam as questões de forma colaborativa” de acordo com Acevedo, Dassen (2016, p. 19). Em relação a este ponto, Sano (2020, p. 16) afirma que a perspectiva colaborativa busca “uma maior aproximação, interação e participação da sociedade, para além dos padrões verificados pelo serviço público”. Desta feita conforme afirmam Olivieri e demais autores (2021, p. 140) a cocriação de soluções é um instrumento essencial para fins de inovação sendo que esta pode “levar serviços públicos de qualidade aos cidadãos com maior equidade”.

Uma outra potencialidade se refere ao levantamento de reflexões a respeito da lógica burocrática no serviço público. Em outras palavras a colaboração e a inovação são elementos que ultrapassam os limites organizacionais e demandam ações conforme mencionado em redes colaborativas e de estímulo à inovação. Neste

sentido, tais elementos tendem a colocar em xeque estruturas rígidas em que exista excesso de formalismo e/ou procedimentos de cunho burocrático. Assim, as redes entendidas como um conjunto de conexões entre as partes em torno de um objetivo guardam características de horizontalidade e de multifuncionalidade que se contrapõe a cadeia hierárquica de comando-controle.

O trabalho mediante a lógica da colaboração pode impulsionar o empreendedorismo no serviço público. Neste ponto, empreendedor pode ser entendido como "aquele sujeito no setor público que, de forma individual ou coletiva, idealiza, fomenta, produz, executa ou coordena a inovação, é possível observar a literatura especializada diferentes manifestações do empreendedorismo no setor público" (EMMENDOERFER, 2019, p. 24). Assim, considerando aspectos como a importância da criatividade e da incorporação de diferentes visões a uma inovação disruptiva ou incremental se constata a importância da via colaborativa, da produção de esforços compartilhados em torno de um único objetivo. Por fim, outra possibilidade vislumbrada se refere ao potencial de redução de custos, de uma forma geral, pois a compreensão da lógica colaborativa e de inovação se apoia na incorporação de diferentes recursos e de *expertise* de cada parceiro envolvido no desenvolvimento de algum produto ou serviço público.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de reflexões finais se acredita que inovação e colaboração são elementos acerca dos quais o serviço público deve empreender esforços para fins de sua promoção, principalmente, pelos aspectos apresentados na seção anterior. De forma específica, a inovação pelo viés colaborativo tende a facilitar a troca de recursos, aprimorar as interações entre os atores. E ainda de acordo com Navaji-Tavani e demais autores (2018 p. 195) "criar vantagens competitivas" e "facilitar a troca de recursos estratégicos". Por esta razão se espera que a inovação no serviço público possa conforme apresentado por Audy (2017, p. 83) se consolidar como áreas de inovação ocorrendo de forma difusa e incorporada ao dia a dia dos cidadãos passando de "uma estrela para uma galáxia de possibilidades". E que ela possa ser uma realidade, principalmente, ao nível dos municípios em que a política pública é

efetivamente implementada. Além disso conforme mencionado por Olivieri e demais autores (2021, p. 140) “a cultura de inovação e de seus modelos mentais se apresentam no setor público como uma alternativa à forma tradicional de resolver problemas e cujas causas e consequências variam em função de complexidade, diversidade de atores, multidimensionalidade e interconectividade”

Por fim, é importante destacar que o presente ensaio apresenta algumas denominadas potencialidades advindas da colaboração e da inovação para o serviço público. Não há a pretensão de esgotá-las, mas de reforçar a importância de tais potencialidades para acadêmicos e práticos do campo da Administração Pública. E fica como proposta de futuros estudos aprofundar com uma base teórica mais robusta esta tríade – colaboração, inovação e serviço público. Pois se acredita no potencial colaborativo “não mais como último recurso após as falhas das demais estratégias” conforme posicionam Ansell e Gash (2018, p. 17). Mas, como uma lógica de caráter protagonista. Acredita-se, finalmente, que não há mais espaço para lógicas adversárias no mencionado campo, mas sim uma lógica de diálogo, de construção de capacidades coletivas para a coprodução de produtos, serviços públicos mais eficientes para a população de forma geral.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, S.; DASSEN, N. **Innovation for better management: the contribution of public innovation labs.** Estados Unidos: IADB, 2016.

ANSELL, C; GASH, A. Collaborative Platforms as a Governance Strategy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 28, n. 1, p. 16–32, 2018.

ANSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 75–87, 2017.

DAHMER, J. Descentralização administrativa: uma estratégia para o desenvolvimento regional em Santa Catarina. In: ROTTA, E; LAGO, I. V; KAPELINSKI, F. **Desenvolvimento e Políticas Públicas em Perspectiva**. Cruz Alta, 2021, p. 245-268.

DOUGLAS, S; ANSELL, C; PARKER, C. F.; *et al*. Understanding Collaboration: Introducing the Collaborative Governance Case Databank. **Policy and Society**, v. 39, n. 4, p. 495–509, 2020.

CAMARINHA-MATOS, L M.; AFSARMANESH, H. Roots of Collaboration: Nature-Inspired Solutions for Collaborative Networks. **IEEE Access**, v. 6, p. 30829–30843, 2018.

EMMENDOERFER, M L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília: Enap, 2019.

GRAY, B; WOOD, D. J. Collaborative Alliances: Moving from Practice to Theory. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 27, n. 1, p. 3–22, 1991.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciences**, v. 4, n. 2, p. 155–169, 1973.

SANO, H. **Laboratórios de Inovação no Setor Público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais**. Brasília: Enap, 2020.

SORENSEN, E; TORFING, J. Collaborative Innovation in Public Sector. **The Public Sector Innovation Journal**, v. 17(1), p. 1-14, 2012.

NAJAFI-TAVANI, S; NAJAFI-TAVANI, Z; NAUDÉ, P; *et al*. How collaborative innovation networks affect new product performance: Product innovation capability, process innovation capability, and absorptive capacity. **Industrial Marketing Management**, v. 73, p. 193–205, 2018.

JUKIĆ, T; PEVCIN, P; BENČINA, J; *et al*. Collaborative Innovation in Public Administration: Theoretical Background and Research Trends of Co-Production and Co-Creation. **Administrative Sciences**, v. 9, p. 90, 2019.

THORN REILLY DPA, MSW. Collaboration in Action. **Administration in Social Work**, v. 25, n. 1, p. 53–74, 2001.